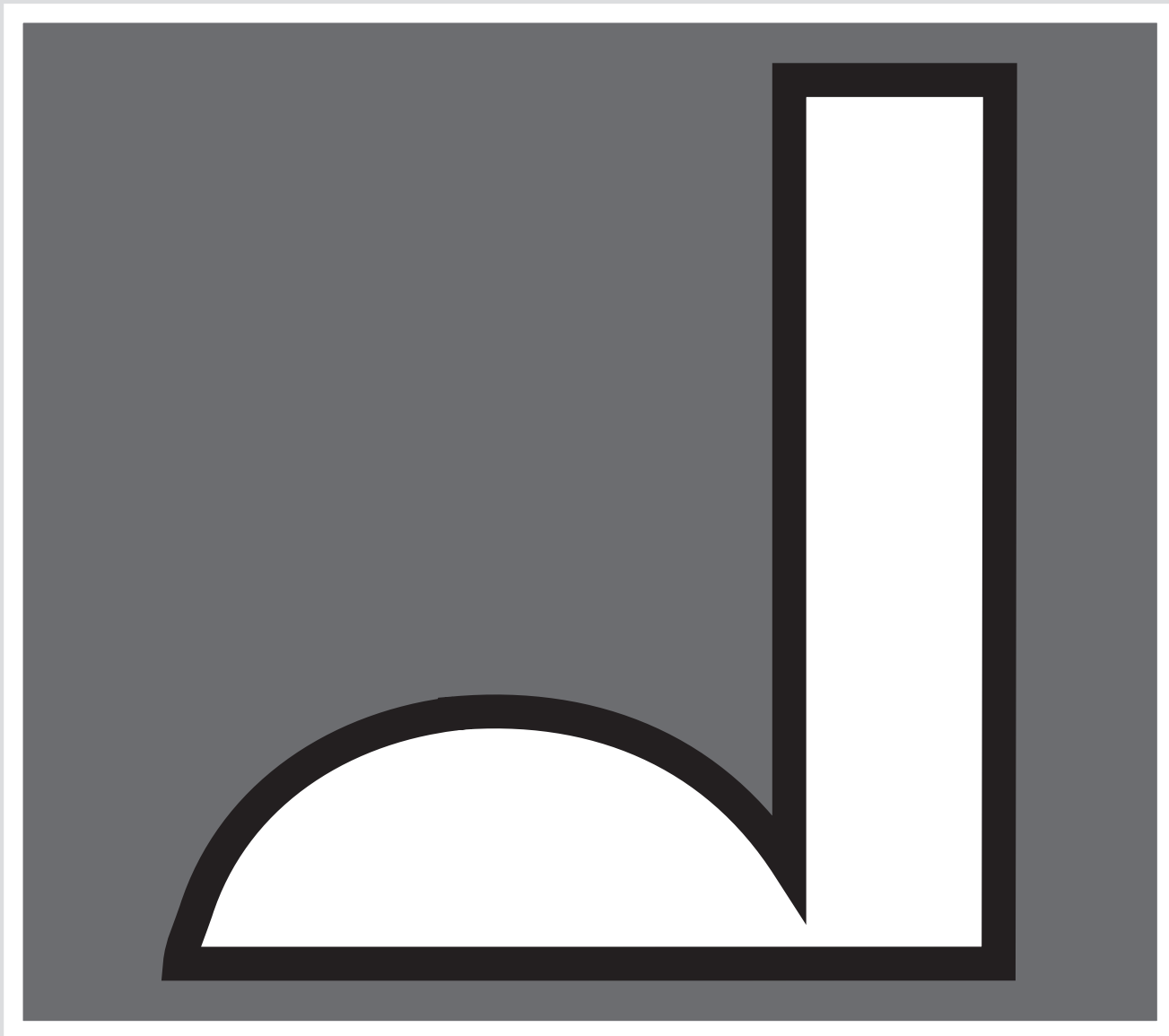




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ATAS DE COMISSÕES

ANO LX - SUP. AO Nº 178 - TERÇA-FEIRA, 1 DE NOVEMBRO DE 2005 - BRASILIA-DF

MESA		
Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL 1º Vice-Presidente Tião Viana – BLOCO – PT – AC 2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT 1º Secretário Efraim Morais – PFL – PB 2º Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA		3º Secretário Paulo Octávio – PFL – DF 4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO Suplentes de Secretário 1º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT 2º Papaléo Paes – PSDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – PL – MG
LIDERANÇAS		
MAIORIA (PMDB) – 21 LÍDER Ney Suassuna Vice-Líderes Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago) LÍDER DO PMDB – 21 Ney Suassuna Vice-Líderes do PMDB (vago) (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago) Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti Vice-Líder DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias Vice-Líder do PDT (vago) BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) – 17	LÍDER Delcídio Amaral – PT Vice-Líderes Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 12 Delcídio Amaral Vice-Líderes do PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Arns Fátima Cleide LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro Vice-Líder do PL Aeton Freitas LÍDER DO PSB – 2 Antonio Carlos Valadares Vice-Líder do PSB (vago) LÍDER DO P-SOL – 2 Heloísa Helena Vice-Líder do P-SOL Geraldo Mesquita Junior LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/ PSDB) – 31 LÍDER José Jorge	Vice-Líderes Álvaro Dias – PSDB Tasso Gereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL LÍDER DO PFL – 16 José Agripino Vice-Líderes do PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago) LÍDER DO PSDB – 15 Arthur Virgílio Vice-Líder do PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan (vago) Flexa Ribeiro LÍDER DO GOVERNO Aloízio Mercadante – PT Vice-Líderes do Governo Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho – PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – PSB
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial		Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1- ATAS DE COMISSÕES		
1.1– Comissão de Assuntos Econômicos		
20ª Reunião extraordinária, realizada em 09 de agosto de 2005.....	02	
21ª Reunião, conjunta com a 19ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, realizada em 10 de agosto de 2005	20	
22ª Reunião extraordinária, realizada em 23 de agosto de 2005.....	44	
23ª Reunião extraordinária, realizada em 24 de agosto de 2005.....	67	
24ª Reunião extraordinária, realizada em 30 de agosto de 2005.....	93	
25ª Reunião, conjunta com a 28ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e com a 20ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, realizada em 13 de setembro de 2005	99	
26ª Reunião, conjunta com a 30ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e com a 21ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente,		
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, realizada em 20 de setembro de 2005.....		135
1.2 – Comissão de Assuntos Sociais		
15ª Reunião extraordinária, realizada em 02 de junho de 2005.....		167
25ª Reunião extraordinária, realizada em 15 de setembro de 2005.....		188
26ª Reunião extraordinária, realizada em 22 de setembro de 2005.....		197
1.3 – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura		
21ª Reunião extraordinária, realizada em 1º de setembro de 2005.....		224
22ª Reunião extraordinária, realizada em 13 de setembro de 2005.....		237
1.4 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária		
17ª Reunião extraordinária, realizada em 28 de junho de 2005.....		243
18ª Reunião extraordinária, realizada em 29 de junho de 2005.....		244

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Vigésima Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em nove de agosto, de 2005, às 09:30 horas, na sala de reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e quinze minutos do dia nove de agosto do ano de dois mil e cinco, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Luiz Otávio, e, em seguida, do Senador Romeu Tuma, Vice-Presidente no exercício da Presidência, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores César Borges, Edison Lobão, Jonas Pinheiro, Jorge Bornhausen, Rodolpho Tourinho, Almeida Lima, Eduardo Azevedo, Tasso Jereissati, Heráclito Fortes, Leonel Pavan, Flexa Ribeiro, Ramez Tebet, Garibaldi Alves Filho, Mão Santa, Sérgio Cabral, Gilberto Mestrinho, Valdir Raupp, Ney Suassuna, Romero Jucá, Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Fernando Bezerra, João Capiberibe, Patrícia Saboya Gomes, Ideli Salvatti, Aelton Freitas, Antônio Carlos Valadares, Flávio Arns, Sibá Machado, Osmar Dias e Jefferson Peres e, ainda, do Senador Marco Maciel. Deixam de comparecer a Senadora Lúcia Vânia e os Senadores Sérgio Guerra, José Maranhão e Delcídio Amaral. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Antes de dar início aos trabalhos, a Presidência comunica a presença dos Senhores Eduardo Gaudard e Ronaldo Camillo, Representantes do Tesouro Nacional, do Senhor Prado, Representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, e do Senhor Luiz Barbosa de Moraes, do Governo do Ceará. Em seguida, o Presidente, Senador Luiz Otávio, dá início à apreciação das matérias constantes da Pauta; Item 01-Turno Suplementar de Discussão da Emenda nº 01-CAE, Substitutivo, oferecida ao Projeto de Lei do Senado nº 517, de 2003, terminativo, que “dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências”, de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece Parecer favorável às Emendas nºs 01 e 02, apresentadas ao Substitutivo. Em 21/06/05 foi aprovado Substitutivo Integral; de acordo com o art. 282, do Regimento Interno do Senado Federal, a Matéria será submetida a Turno Suplementar de Discussão. Em 23/06/05 foram apresentadas as Emendas nºs 01 e 02, de autoria do Senador Leonel Pavan. Usam da palavra os Senadores Aloizio Mercadante, que

apresenta as Emendas nºs 03, 04, 05, 06 e 07, que serão encaminhadas ao Relator para proferir seu parecer sobre essas, e Osmar Dias; Item 02-Ofício “S” nº 24, de 2004, não terminativo, que “comunica irregularidade na contratação de operação de crédito pela Prefeitura Municipal de Cunhataí (SC)”, de autoria do Ministro da Fazenda, tendo como Relator o Senador Demóstenes Torres, que oferece Parecer pela comunicação, mediante expediente, do Presidente desta Casa ao Prefeito Municipal de Cunhataí (SC), ao Chefe do Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas da respectiva jurisdição, aplicação de sanção prevista no parágrafo único do art. 27 da Resolução nº 43/2001 e pelo envio, ainda, de cópia deste Ofício “S” e do Parecer desta Comissão comunicando a decisão ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina, para as providências cabíveis ao caso, e posterior arquivamento da Matéria. A apreciação da matéria é adiada; Item 03-Mensagem (CN) nº 37, de 2004, não terminativa, onde o “Presidente da República, encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 34, § 2º da Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003, o demonstrativo das operações de crédito pendentes de contratação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Osmar Dias, que oferece Parecer pelo conhecimento da Matéria à Comissão e posterior envio ao Arquivo. A apreciação da matéria é adiada; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2001, terminativo, que “autoriza o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, a conceder empréstimos com taxas de juros subsidiadas destinados à aquisição de geradores de energia”, de autoria do Senador Osmar Dias, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2003, terminativo, que “altera o § 6º do artigo 2º da Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003 (Isenção de IPI na compra de veículos especiais para pessoas portadoras de deficiência visual, mental severa ou profunda e também os autistas)”, de autoria do Senador Arthur Virgílio, tendo como Relatora a Senadora Ana Júlia Carepa, que oferece Parecer pelo arquivamento do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2004, não terminativo, que “concede incentivos às médias, pequenas e microempresas para a criação de novos empregos”, de autoria do Senador Marcos Guerra, tendo como Relator o Senador Fernando Bezerra, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 07-Projeto de

Lei do Senado nº 129, de 2003, terminativo, que “acrescenta o § 6º ao artigo 9º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, estendendo a opção pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples) às pessoas jurídicas que especifica”, de autoria do Senador Almeida Lima, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece Parecer pela rejeição e arquivamento do Projeto. Em 29/06/04, a discussão da matéria foi encerrada, ficando adiada a votação. A apreciação da matéria é adiada; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2002, terminativo, que “dispõe sobre a dedução do imposto de renda devido por empregadores pessoas jurídicas de encargos previdenciários, pagos durante o período que especifica, no caso de contratações adicionais de empregados, e dá outras providências”, de autoria do Senador Edison Lobão, tendo como Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 26/11/02, foi encaminhado o Requerimento nº 24/2002-CAE ao Secretário da Receita Federal solicitando informações para instruir a matéria, sendo o Requerimento atendido em 17/03/03. A apreciação da matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 120, de 2002, terminativo, que “altera a redação do artigo 2º do Decreto-Lei nº 356, de 15 de agosto de 1968, que ‘estende benefícios do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, a áreas da Amazônia Ocidental, e dá outras providências’”, de autoria do Senador Moreira Mendes, tendo como Relator o Senador Aelton Freitas, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2002, terminativo, que “dispõe sobre o seguro educacional”, de autoria do Senador Carlos Bezerra, tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 285, de 2004, terminativo, que “institui o cheque promissivo”, de autoria do Senador Duciomar Costa, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 12-Projeto de Lei do Senado nº 83, de 2003, terminativo, que “modifica a redação do inciso XIV do artigo 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, alterada pelo artigo 47 da Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, e pelo artigo 30 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre a isenção do imposto de renda das pessoas físicas acometidas pelas moléstias que especifica”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo

como Relator o Senador Sérgio Guerra, que apresenta Parecer pela prejudicialidade do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 13-Ofício “S” nº 28, de 2004, não terminativo, que “comunica, nos termos da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, irregularidade na contratação de operação de crédito entre a Prefeitura Municipal de Liberato Salzano (RS) e a empresa Rio Grande de Energia S/A”, de autoria do Ministro da Fazenda, tendo como Relator o Senador Papaléo Paes, que oferece Parecer pelo encaminhamento da Matéria à Procuradoria-Geral da República, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul e ao Poder Legislativo local, mediante despacho da Mesa do Senado Federal, comunicando a ocorrência da irregularidade, com vistas à realização de providências pertinentes e cabíveis ao caso e posterior arquivamento da Matéria. A apreciação da matéria é adiada; Item 14-Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2003, terminativo, que “altera os artigos 1º e 2º da Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002, que altera a legislação tributária federal e dá outras providências e estabelece a atualização anual das tabelas do imposto de renda das pessoas físicas”, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que se encontra tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2003, terminativo, que “dispõe sobre a atualização dos valores referidos na legislação do imposto sobre renda e sobre a tributação de lucros e dividendos distribuídos”, de autoria do Senador Jefferson Peres, tendo como Relator o Senador João Capiberibe, que apresenta Parecer favorável ao Requerimento nº 803/04 e pelo sobrestamento do PLS nº 361/03 até que seja submetido à apreciação do Senado o Projeto de Lei nº 3.265, em tramitação na Câmara dos Deputados. A apreciação da matéria é adiada; Item 15-Projeto de Lei do Senado nº 97, de 2002, terminativo, que “dispõe sobre a dedução do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas, das doações ao Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior – FIES”, de autoria do Senador Ricardo Santos, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 16-Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2004, Complementar, não terminativo, que “dispõe sobre a certificação e a utilização de créditos oriundos de precatórios judiciais”, de autoria do Senador Almeida Lima, tendo como Relator o Senador Edison Lobão, que apresenta Parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 17-Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2004, não terminativo, que “altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações

para determinar que pelo menos trinta por cento dos recursos a ele destinados sejam aplicados em educação”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que apresenta Parecer pela aprovação do Projeto. A matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Educação e pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, cabendo à última a decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 18-Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2005, Complementar, não terminativo, que “altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, para vedar o contingenciamento das despesas que especifica”, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como Relator o Senador Osmar Dias, que apresenta Parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 19-Projeto de Lei do Senado nº 60, de 2004, não terminativo, que “institui o Programa de Incentivo à Conclusão da Educação Básica – ‘Poupança Escola’, e dá outras providências”, de autoria do Senador Cristovam Buarque, tendo como Relatora a Senadora Ana Júlia Carepa, que apresenta Parecer pela aprovação do Projeto. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Educação com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 20-Projeto de Lei do Senado nº 358, de 2004, Complementar, não terminativo, que “altera a Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, que autoriza antecipação do pagamento do complemento de atualização monetária em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e dá outras providências”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que apresenta Parecer pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 21-Ofício “S” nº 18, de 2004, não terminativo, que “comunica, nos termos do art. 24 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, irregularidade na contratação de operação de crédito entre a Prefeitura Municipal de Cachoeirinha (RS) e o Estado do Rio Grande do Sul”, de autoria do Ministro da Fazenda, tendo como Relator o Senador Almeida Lima, que apresenta Parecer pelo encaminhamento, pelo Presidente do Senado, do Projeto e do Parecer ao Ministério Público do Rio Grande do Sul e pelo encaminhamento aos Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo de Cachoeirinha (RS) e, também, ao Ministério da Fazenda e, em seguida, ao Arquivo do Senado Federal. A apreciação da matéria é adiada; Item 22-Ofício “S” nº 19, de 2004, não terminativo, que “comunica, nos termos do art. 24 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, irregularidade na contratação de

operação de crédito entre a Prefeitura Municipal de Herval D’Oeste (SC) e a COHAB-SC”, de autoria do Ministro da Fazenda, tendo como Relator o Senador César Borges, que apresenta Parecer pelo encaminhamento de Expediente, pelo Presidente do Senado, ao Prefeito de Herval D’Oeste e ao Ministério da Fazenda, informando a decisão da CAE e posterior arquivamento da matéria. A apreciação da matéria é adiada; Item 23-Projeto de Lei do Senado nº 448, de 1999, terminativo, que “altera o parágrafo único do art. 7º da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que “dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências”, de autoria do Senador Luiz Pontes, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que apresenta Parecer pela prejudicialidade do Projeto. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação. A apreciação da matéria é adiada; Item 24-Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2001, terminativo, que “altera a Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, para excluir o setor elétrico do processo de privatização”, de autoria do Senador Roberto Freire e outros Senadores, tendo como Relator o Senador Rodolpho Tourinho, que apresenta Parecer pelo arquivamento da matéria. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. A apreciação da matéria é adiada; Item 25-Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2002, terminativo, que “altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, para instituir o registro de expressão ou sinal de propaganda no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)”, de autoria do Senador Carlos Bezerra, tendo como Relator o Senador Romeu Tuma, que apresenta Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 26-Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2003, terminativo, que “concede isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados a aparelhos próprios para radioamadorismo, quando importados ou adquiridos por radioamador habilitado e participante da Rede Nacional de Emergência de Radioamadores (RENER), Integrante do Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC)”, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, tendo como Relatora a Senadora Ana Júlia Carepa, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 27-Mensagem (SF) nº 146, de 2005, não terminativa, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor total de US\$ 33,000,000.00

(trinta e três milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao Programa de Inovação Tecnológica Agroalimentar e Agroindustrial para o Futuro – AGROFUTURO, cuja execução caberá à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA.”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que apresenta Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Em 21/06/05, foi concedida Vista ao Senador César Borges pelo prazo regimental de 5 (cinco) dias úteis, que devolveu sem manifestação. A Presidência concede a palavra ao Relator, Senador Jonas Pinheiro, para fazer a leitura de seu parecer. Usam da palavra os Senadores Osmar Dias e Aloízio Mercadante. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável nos termos do PRS apresentado. A Comissão aprova, ainda, Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 28-Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, não terminativo, que altera os arts. 6º e 7º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que “dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para conversão das obrigações para o Real, e dá outras providências”, de autoria da CPI do Sistema Financeiro (SF), tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, não terminativo, que “altera a redação do § 1º do artigo 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para definir que o Presidente do Banco Central comparecerá, pessoalmente, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, para fazer relato sobre a execução da programação monetária que se finda e a exposição e entrega da Programação Monetária Trimestral”, de autoria do Senador Paulo Hartung, tendo como Relator o Senador Aloízio Mercadante, que apresenta Parecer pela aprovação do PLS nº 26, de 2000, na forma da Emenda nº 01 – CCJ (Substitutivo), e pela rejeição do PLS nº 685, de 1999. A matéria já foi apreciada pela CCJ. A apreciação da matéria é adiada; Item 29-Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2003, terminativo, que “altera a redação dos artigos 6º e 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências (Dispõe sobre a Política Energética Nacional)”, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que apresenta Parecer pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação. A apreciação da matéria é adiada; Item 30-Mensagem do Senado Federal nº 170, de 2005, não terminativa, que “encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária relativa ao

terceiro trimestre de 2005”, de autoria da Presidência da República, tendo como relator, o Senador Delcídio Amaral que apresenta parecer favorável nos termos do PDS que apresenta. O Presidente designa o Senador Ramez Tebet Relator Ad Hoc. Após a leitura do Parecer pelo Senador Ramez Tebet, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável nos termos do PDS apresentado; Item 31-Mensagem Senado Federal nº 181, de 2005, não terminativa, que “propõe ao Senado Federal seja autorizado a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até Euro 8.691.961,98 (oito milhões, seiscentos e noventa e um mil, novecentos e sessenta e um euros e noventa e oito centavos), de principal, entre o Estado do Ceará e a Agência oficial alemã KfW, destinado a financiar, parcialmente, o Programa de Saneamento Básico – Ceará II”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Flexa Ribeiro que apresenta parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. A Presidência concede a palavra ao Relator, Senador Flexa Ribeiro, para fazer a leitura de seu parecer. Usam da palavra para discutir a matéria a Senadora Patrícia Saboya Gomes e o Senador Rodolpho Tourinho. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator, favorável nos termos do PRS apresentado. A Comissão aprovada, ainda, Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 32-Mensagem Senado Federal nº 199, de 2005, não terminativa, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor total equivalente a até US\$ 1,000,000,000.00 (um bilhão de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada a financiar, parcialmente, o Programa BNDES de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas – Multissetorial IV, inserido no Convênio de Linha de Crédito Condicional – CCLIP”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Osmar Dias. A Presidência concede a palavra ao Relator, Senador Osmar Dias, para fazer leitura de seu parecer. Usam da palavra os Senadores Fernando Bezerra, Ramez Tebet, Aloízio Mercadante, Rodolpho Tourinho, Mão Santa, César Borges, Eduardo Suplicy, João Capiberibe, Jonas Pinheiro. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator, favorável nos termos do PRS apresentado. A Comissão aprova, ainda, Requerimento de Urgência para a matéria. Em seguida, a Comissão aprova o Requerimento nº 32/2005-CAE, de autoria dos Senadores Sérgio Guerra e Aelton Freitas, que requer, nos termos regi-

mentais, seja realizada audiência pública com a finalidade de verificar a aplicação dos recursos de poupança nos financiamentos habitacionais no Nordeste do País, conforme disciplina a Resolução nº 3.259, do Banco Central, com a presença da Diretora Executiva do Sinduscon/PE, Dra. Maria Elisabeth Cacho do Nascimento; do Diretor Executivo do Sinduscon/CE, Sr. Carlos Roberto Carvalho Fujita; do Diretor de Normas do Banco Central, Sr. Sérgio Darcy da Silva Alves; do Presidente da Associação Brasileira de Poupança e Empréstimo, Sr. Décio Tanerello; da Consultora Técnica da Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC, Sra. Maria Henriqueta Arantes Ferreira Alves; e do Vice-Presidente do Desenvolvimento Urbano da Caixa Econômica Federal, Sr. Jorge Hereda; Requerimento nº 33/2005-CAE, de autoria do Senador Sibá Machado, que requer, nos termos regimentais, seja realizada, em conjunto, audiência pública com as Comissões de Assuntos Econômicos, de Constituição, Justiça e Cidadania e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de instruir o PLC nº 62/2005; e Requerimento nº 34/2005-CAE, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que requer, nos termos regimentais, seja realizado Seminário Internacional, sob a coordenação da Comissão de Assuntos Econômicos, destinado a analisar a obra de Celso Furtado, sua contribuição para a compreensão da realidade brasileira e latino-americana, sua relevância para o equacionamento dos desafios atuais do desenvolvimento dos países da região e formulação das correspondentes opções de política. Propõe também que o referido evento seja realizado nos dias vinte e quatro e vinte e cinco de novembro do corrente ano, na semana em que se completará um ano do falecimento de Celso Furtado, ocorrido em vinte de novembro de dois mil e quatro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Luiz Otávio**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Declaro aberta a 20ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, em 9 de agosto de 2005, na sala de reuniões nº 19, na ala Alexandre Costa.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada a ata da reunião anterior.

Item 1:

Turno suplementar de discussão da Emenda nº 1 da CAE, substitutiva, oferecida pelo Projeto de Lei do Senado nº 517, de 2003, terminativo.

Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operação de crédito rural e dá outras providências. Autoria: Senador César Borges. Relator: Senador Jonas Pinheiro.

O Senador Aloizio Mercadante apresentou cinco emendas ao projeto. Pedi, inclusive, que a assessoria do Senador Aloizio Mercadante procurasse o Relator, Senador Jonas Pinheiro.

Assim sendo, encaminho as cinco emendas ao Relator para posterior apresentação do seu relatório na próxima reunião.

Proponho inversão de pauta, tendo em vista que temos dois itens: o 31 e o 32, que são propostas do Governo Federal, da Presidência da República, com relação a financiamento de linha de crédito para pequeno e médio produtor, através do BNDES, recursos do BID e principalmente por ser uma matéria importante que o próprio líder, Senador Aloizio Mercadante, apresentou às lideranças do Senado Federal. E os líderes reunidos na Presidência do Senado concordaram em dar urgência a esta matéria.

Para os Itens 31 e 32, peço a inversão de pauta.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Proponho a inversão de pauta do Item 27.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passo a palavra ao Senador Osmar Dias, que é o Relator da Mensagem do Senado Federal de nº 199, de 2005, não terminativa, que é o Item 32. Proponho ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo com garantia da República Federativa do Brasil, no valor total equivalente a até 1 bilhão de dólares americanos de principal entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID –, destinado a financiar parcialmente o programa BNDES de apoio às micro, pequenas e médias empresas multissetoriais IV, inserido no convênio de linha de crédito condicional CCLIP. Autoria: Presidência da República. O Senador Osmar Dias é o Relator, a quem concedo a palavra.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente Luiz Otávio, em primeiro lugar, quero agradecer a con-

fiança de V. Ex^a de me destinar um projeto de tamanha importância, e também do Líder do Governo, porque sei que houve a concordância do Senador Aloizio Mercadante para que eu relatasse este projeto.

Aqui, mais uma vez, quero demonstrar que não há, por parte, pelo menos, nossa, nenhuma intenção jamais de colocar obstáculos em projetos do governo que tragam benefícios ao País. Por isso, pessoalmente, não entendo toda essa confusão que está acontecendo nas CPIs na Câmara dos Deputados, porque acredito que o governo pode ter uma relação com o Congresso de absoluta seriedade, inclusive com setores da Oposição que agem da forma que sempre procurei agir.

Vou relator o projeto.

O Presidente da República encaminha para apreciação do Senado Federal proposta para que seja autorizada a contratação de empréstimo pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES –, no valor equivalente a até 1 bilhão de dólares junto ao BID. Na verdade, o valor de 1 bilhão de dólares é um terço do valor total desta operação, que chegará a US\$3 bilhões com a contrapartida que será oferecida pelo BNDES de US\$3 bilhões também. Portanto, estamos apreciando a primeira proposta de empréstimo do BID ao BNDES.

Os recursos advindos da superação de crédito destinam-se – chamo atenção de todos, pois a importância do projeto está neste ponto – ao financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas.

Como enfatizado no Parecer nº 212, de 20 de maio do corrente ano, o objetivo geral do programa é apoiar o fortalecimento progressivo da competitividade, bem como a criação de empregos no âmbito das microempresas, pequenas e médias empresas do setor produtivo brasileiro, mediante o financiamento de médio e longo prazo de projetos de investimento.

Em decorrência da implementação do programa em apreço, espera-se, de acordo com o parecer técnico, a instalação, modernização, expansão e diversificação do setor produtivo brasileiro e a maior utilização da capacidade produtiva instalada, aumentando o nível de emprego e as exportações no setor produtivo privado brasileiro.

Cabe destacar que os financiamentos do BNDES constituem, praticamente, a única fonte de empréstimos de longo prazo para investimentos no País e que, a despeito do substancial volume de recursos anualmente aplicados pelo banco no financiamento de projeto de empresas dos mais variados setores da economia nacional, os recursos desse empréstimo pretendido devem contribuir para a ampliação de sua

atuação no financiamento de novas operações, exatamente por se tratar de microempresas, pequenas e médias empresas.

Já expliquei a primeira parte, ou seja, US\$1 bilhão de um programa multissetorial de três bilhões: o BID entra com US\$3 bilhões no total, e o BNDES com US\$3 bilhões no total.

As condições são as seguintes:

Devedor: BNDES; credor: BID; valor total: US\$1 bilhão dos Estados Unidos da América; prazo: 240 meses, portanto, 20 anos; carência: 54 meses. Sem dúvida alguma, é um empréstimo, como todos os empréstimos do BID, com condições de prazo e de carência bastante longas, o que nos permite, portanto, antecipar que o nosso parecer será favorável, em razão dessas condições.

Comissão de crédito exigida semestralmente nas mesmas datas e pagamento dos juros e calculada com base nas taxas de 0,75% ao ano sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, entrando em vigor sessenta dias após a assinatura do contrato. O mutuário, a princípio, pagará a comissão de crédito de 0,25% ao ano, podendo esse percentual ser modificado semestralmente pelo banco, sem que, em caso algum, possa exceder 0,75% ao ano. Isso significa que o dinheiro não pode ficar parado; ele deve ser utilizado para não pagar a taxa de permanência que todos nós conhecemos.

Recurso para inspeção e supervisão gerais durante o período de desembolso: não serão desreservados recursos de financiamento para atendimento de despesa de inspeção e supervisão gerais, salvo se o banco estabelecer o contrário durante tal período. Em nenhum caso, para atender às referidas despesas num semestre determinado, poderão destinar-se recursos superiores a 1% do valor do empréstimo, dividido pelo número de semestre como previsto no prazo original de desembolso. Prazo para desembolso: até quatro anos. Então, em quatro anos, o Governo deverá operacionalizar esse projeto de US\$6 bilhões no total.

Amortização: parcelas semestrais e consecutivas de valores, tanto quanto possível, iguais, vencendo-se a primeira em seis meses, a partir da data inicialmente prevista para o desembolso final, e a última, o mais tardar, vinte anos para a assinatura do contrato.

Não há necessidade de fazer a análise, porque sabemos da importância do projeto.

Sr. Presidente, Luiz Otávio, o voto é pela autorização pleiteada pela Mensagem nº 199, de 2005, nos termos do Projeto de Resolução – e segue o projeto de resolução.

Quero lembrar que V. Ex^a conversou comigo na quarta-feira sobre a destinação deste projeto e solici-

tou que eu o relatasse. Em razão da importância e do pedido de V. Ex^a para que eu fizesse o relatório já para esta terça-feira, estou apresentando o parecer. Não tive tempo de estudar a matéria, não, mas, confiando no consultor que me aprontou o relatório e lendo a importância do projeto e as condições estabelecidas pelo empréstimo e sobretudo pelo significado de micro, pequenas e médias empresas na geração de empregos e na consolidação de um crescimento sustentável de fato, estou oferecendo esse parecer em tempo recorde – recebi ontem e estou relatando hoje –, pedindo a aprovação do projeto.

Entretanto, Sr. Presidente, recebi um apelo, que transmito a V. Ex^a. Está tramitando na Câmara dos Deputados a nova lei das microempresas. Lá, ainda não foi votada, mas já me pediram que antecipasse aqui uma reivindicação a V. Ex^a: assim que chegar esse projeto, que dê a ele tramitação rápida, pela importância que tem para as microempresas do Brasil.

Esse projeto, no meu entendimento, deveria ser a prioridade número um do BNDES em todos os seus empréstimos – às micro, pequenas e médias empresas, pela capacidade maior que têm de gerar empregos no momento de crise política em que vivemos. Esse é um projeto que devemos votar com aquele sabor de estarmos aqui cumprindo, de fato, o nosso dever – e não apenas dedicando-nos, neste momento, a investigar denúncias e a crise que abala o País, que é uma necessidade para o Congresso. Mas a demonstração de que podemos continuar trabalhando e produzindo para o País é a aprovação desse projeto cujo relatório apresento.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Antes de conceder a palavra ao Srs. Senadores já inscritos – o Senador Fernando Bezerra, em primeiro lugar, seguido do Senador Ramez Tebet –, esclareço que tenha certeza, Senador Osmar Dias, que, logo que recebermos o projeto, vindo da Câmara dos Deputados, com relação às micro, pequenas e médias empresas, daremos a ele a mesma celeridade pela importância não só para as empresas e os trabalhadores, mas para o Brasil de modo geral.

Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra, Líder do Governo no Congresso Nacional.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, é um grande prazer participarmos de uma reunião em que apreciamos um projeto de tal relevância para o nosso País. Às vezes, nos últimos dias, tenho tido a sensação de que o Congresso Nacional virou uma delegacia de polícia – ou, então, uma casa de *show*. Nessa ala, há o *show* dos bingos, o *show* do mensalão e o *show* dos Correios.

Hoje, estamos aqui fazendo o que o povo espera de nós e para aquilo que ele nos elegeu: aprovar projetos dessa natureza, que ajudarão o desenvolvimento do nosso País. Trata-se, sobretudo, de um projeto que beneficiará diretamente as micro, pequenas e médias empresas brasileiras.

O projeto é excelente e indiscutível. Apenas cumprimento o nosso companheiro e Senador Osmar Dias pela celeridade com que apresentou o seu seguro parecer, mostrando a perspectiva – na verdade, são US\$6 bilhões.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – São US\$6 bilhões.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Apenas lembro que tivemos, nesta Comissão, uma longa discussão e aprovamos um projeto que obriga ao BNDES destinar, pelo menos, 25% desses recursos para as regiões menos favorecidas do País – Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Enfatizo este ponto: seriam destinados à nossa Região aproximadamente R\$4 bilhões, o que é significativo para essas empresas. Espero que passemos a exigir do BNDES o cumprimento da decisão tomada nesta Comissão.

Cumprimento, com o meu voto, apoiando o encaminhamento do Governo a esses recursos que serão disponibilizados pelo BNDES para as micro e pequenas empresas do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet. Em seguida, farão uso da palavra os Senadores Aloizio Mercadante e Rodolpho Tourinho.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, ressaltou bem o eminente Senador Osmar Dias, na qualidade de Relator, a importância deste projeto. Recordo, ao trabalhar como Relator na Lei de Recuperação das Empresas, o empenho que tivemos no sentido de estabelecer normas que pudessem ajudar na sobrevivência das médias, pequenas e microempresas. Para reforçar a argumentação deste projeto que estamos votando agora, esta concessão de empréstimo, basta dizer que não tem conteúdo só econômico, Presidente. Tem conteúdo social também, porque, ao ajudar as pequenas e médias empresas, estará o BNDES, que o destinatário desse empréstimo, ajudando a geração de empregos neste País. Hoje são essas médias, pequenas e microempresas as responsáveis por quase 50% dos empregos do Brasil. Portanto, isso é de fundamental importância e sabemos também que o BNDES está gozando de uma estrutura capaz de suportar um empréstimo dessa natureza. Daí por que, secundando as palavras do Senador Fernando Bezerra, que aponta no sentido de

que as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste terão participação, sem dúvida nenhuma, graças a projeto de lei que já foi votado aqui por esta Comissão, serão também destinatários desses empréstimos.

Cumpro ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, que atua, por meio de agências, nessas regiões e nesses municípios do Brasil, facilitar, desburocratizar, para que a concessão desses empréstimos às médias, pequenas e microempresas chegue a tempo, porque positivamente estamos ainda padecendo de um emaranhado de exigências que dificultam a vida das empresas. Saliento também, se me permitem, que este projeto vai tirar da informalidade muita gente, muitas empresas. Está na hora realmente de reconhecermos a importância deste projeto, e o Relator falou muito bem. Senador Osmar Dias, V. Ex^a se pronunciou bem quando disse que projetos dessa envergadura não há por que analisarmos sob outra ótica que não aquela do interesse social, do País, da sociedade.

Portanto, manifesto o meu ponto de vista favorável e cumprimento o Relator e o Governo, que enviou para cá um projeto dessa envergadura.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Concedo a palavra, sucessivamente ao Senador Aloizio Mercadante, Líder do Governo, Senador Rodolpho Tourinho e Mão Santa.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Em primeiro lugar, saúdo a Comissão por termos conseguido retomar os trabalhos de forma compatível com o andamento das CPLs, porque é muito importante que o processo legislativo tenha prosseguimento e eficiência.

Destaco a correção com que o Senador Osmar Dias apresentou o parecer e – mais do que isso – a forma com que desempenha o mandato. É essa atitude que o País espera dos homens públicos. A condição de oposição ou situação não pode interferir no julgamento de mérito de matérias relevantes ao povo e à nação.

Esse aporte de recursos do BID, que tem um custo relativamente barato, fortalece a capacidade do BNDES, que hoje tem um volume de recursos superior ao próprio BID para financiar os investimentos do País. O crescimento econômico do ano passado foi o melhor dos últimos dez anos. Creio que vamos ter uma boa surpresa ainda neste ano, especialmente neste segundo semestre. A indústria já demonstra capacidade de recuperação. A agricultura ainda sofre muito, especialmente por esta taxa de câmbio que está muito apreciada. Mas tenho a esperança de que os juros possam baixar, a inflação cedeu, não há por que manter

uma taxa de juros tão elevada. Com isso, poderemos fechar o ano com uma taxa de crescimento próxima à que tivemos no ano passado. Seguramente, estamos caminhando para algo em torno de 4%.

Esses recursos ajudam a financiar o investimento especialmente de uma parcela que tem um grande peso no emprego, que são as pequenas e médias empresas. As micro e pequenas empresas geram muito emprego, geram distribuição de renda e precisam ter mais importância nas políticas públicas, a exemplo de alguns países, como a Itália, onde as micro e as pequenas empresas tiveram um papel fundamental na industrialização moderna, em setores de ponta, especialmente no Nordeste italiano, em Veneto e naquela região.

Penso que o Brasil precisa olhar com mais atenção tanto a lei das micro e pequenas empresas que está na Câmara quanto novos programas de financiamento.

Quarta feira agora, depois de amanhã, estará no Brasil o Presidente do BID, Enrique Iglesias, que está se despedindo daquela instituição. Houve um processo de eleição, infelizmente o Brasil não conseguiu eleger seu candidato. São 40 anos, e o Brasil jamais presidiu aquela instituição, mas, independentemente disso, vamos continuar trabalhando, em parceria. É uma forma de homenagear também o Presidente Iglesias, que tem feito um bom trabalho à frente do BID.

Por tudo isso, quero parabenizar a Comissão, o Relator, o Governo, o BNDES e o BID, por essa iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Antes de passar a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho, anuncio a presença do Dr. Ronaldo Camilo e do Dr. Eduardo, representando a Secretaria do Tesouro Nacional.

De acordo com a norma regimental, quando se tratar de empréstimo de recurso externo ou de financiamento, há necessidade da presença de um representante do Tesouro Nacional.

O próximo item é um empréstimo para o Estado do Ceará. Encontra-se presente um representante do Estado do Ceará, do Governador Lúcio Alcântara, que é o Secretário de Infra-Estrutura, o Dr. Luiz Eduardo Barbosa de Moraes.

Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho, do PFL do Estado da Bahia.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr.

Presidente, Senador Luiz Otávio, eu queria louvar muito esta operação que está sendo montada hoje, pelo BNDES, o parecer do Senador Osmar Dias e a iniciativa do Governo, porque considero absolutamente fundamental não só para a criação, para o aumento do número de empregos no País, mas também para

a criação de novas oportunidades para novos empreendedores, de um financiamento em termos razoáveis para o pequeno, para o médio empresário, que, aliás, não existe hoje no País.

Com o grande débito que o Governo tem com o mercado, os bancos não só sinalizam como alocam praticamente dois terços dos seus recursos para financiamento do Governo, em taxas que lhes são altamente favoráveis, em função do risco zero. Na verdade, todo o mercado privado fica esquecido nessas condições, e é muito difícil, sobretudo para o pequeno e o médio empresário, ter acesso a crédito e ter, sobretudo, acesso a um crédito que tenha uma taxa de juros razoável e não aquela hoje praticada no mercado.

De forma que considero muito importante essa posição, da mesma forma que considero importante que o BNDES tenha essa preocupação, junto com os bancos privados. Refiro-me aos bancos privados que podem ser repassadores desses empréstimos, dando uma capilaridade maior a essa operação. Que isso efetivamente seja de interesse dos bancos privados – ou que seja feita alguma coisa para que eles tenham interesse – e também por parte do BNDES, que não deve querer manter só para si o repasse desses valores.

Entendo que é muito importante também que o BNDES se movimente rapidamente para levantar recursos no mercado financeiro, porque a contrapartida dele nesse empréstimo do BID é alta. Pode ser de até US\$3 bilhões, se o empréstimo do BID chegar a US\$3 bilhões. É preciso que isso também seja feito, que esse empréstimo não seja bloqueado por falta de contrapartida.

Como citou o Senador Ramez Tebet, considero muito importante essa questão de se trazer da informalidade as empresas, e esse é seguramente um caminho, talvez o melhor, porque é aquele que obriga a que a empresa se formalize, porque ela só pode obter esses empréstimos por meio das coisas formais, da formalidade.

Por último, quero citar a questão do microcrédito. Também é a hora de o BNDES pensar, talvez até alocando esses recursos, ainda que o problema do microcrédito no Brasil não seja de recursos, mas de seriedade de um lado e de vontade política de outro, mas seria hora também de se partir para o microcrédito orientado, que tem sido comprovado como um dos fatores fundamentais para a redução da pobreza no mundo.

Quero, por fim, louvar essa posição do Governo e dizer que considero muito importante para a economia do País o que se aprova hoje aqui.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, do PMDB do Piauí.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente Luiz Otávio, quis Deus estar à minha esquerda o Senador Aloizio Mercadante. Ele é um homem – aqui estou com o provérbio de Salomão, que pediu sabedoria – que reconhecemos ter sabedoria, caráter. Mas quero dizer o que disse o Salomão, porque, nem que V. Exª não queira, é o Líder desse Partido que faz parte democracia que nos pertence. Entendo as coisas assim.

O que diz Salomão? Veja, por exemplo, essa advertência quanto à maioria dos empréstimos particulares ou públicos: o rico domina sobre os pobres, e o que toma emprestado é servo do que empresta. Mas V. Exª pode ficar: lá vem o Mão Santa com história da Bíblia e de Salomão. Eu iria de Abraham Lincoln, que fez esses Estados Unidos fortes, Presidente Mercadante. V. Exª é de fato o Presidente do PT, está na ética, é o povo.

Abraham Lincoln disse: “não baseie sua prosperidade com dinheiro emprestado”. Essa idéia fez os Estados Unidos essa potência da economia. Isso não é uma grande coisa, mas estamos de acordo, com uma advertência: justiça.

Senador Mercadante, sou mais sofrido, mais velho – mais sofrido, porque venho do Nordeste, da nossa luta. Mas quero lhe fazer uma advertência. Em 1980, eu era Deputado Estadual e vi um Senador, João Lobo, que era economista, dizer: “Há dois brasis” – e muito me impressionou –, “o Brasil do Sul e o Brasil do Norte/Nordeste. Lá, a renda é o dobro do Nordeste; no Nordeste, há dois Nordestes, o da Bahia e Pernambuco, rico; Piauí, Maranhão e Paraíba, pobre. Ganha a metade: o Nordeste pobre”.

A diferença entre o maior e o menor era de quatro vezes – atentai bem. Quero dizer a V. Exª que tudo piorou. Não adianta Duda Mendonça, não se esconde a verdade. É mais fácil tapar o sol com uma peneira do que uma verdade. O IBGE, que é um órgão do Governo, disse que hoje a diferença da maior, que é Brasília, para a menor, que é o Maranhão – graças a Deus que tirou o Piauí da lanterna –, é de 8,6%; portanto, ela duplicou. E o instrumento para tirar essa desigualdade era a Sudene, que continua enterrada.

Portanto, queremos sensibilizar o Mercadante, que ainda é uma esperança e uma certeza de dias melhores e de justiça, para que ele sensibilize o BNDES sobre o compromisso que houve aqui de dar a fatia do Norte e do Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Senador César Borges e, depois, ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, ouvi atentamente aqueles que me antecederam, em particular o Senador Mercadante. O Senador Mercadante saudou, assim como também saúdo, a retomada dos nossos trabalhos, que começam neste momento, com esse projeto. Sem sombra de dúvida, Sr. Presidente, trata-se de um projeto muito importante para as empresas brasileiras, em particular para as pequenas, médias e microempresas brasileiras.

Entretanto, Sr. Presidente, tenho que fazer ressaltar alguns pontos. Em primeiro lugar, vejo o Governo Federal contratando empréstimo, no caso, de US\$1 bilhão dos Estados Unidos da América, ao tempo em que alguns empréstimos já contratados pelo Governo Federal, para investimentos importantíssimos para nosso País, são cancelados.

Cito um exemplo, Sr. Presidente. Na capital do meu Estado, temos um importantíssimo projeto do metrô. Infelizmente, a cidade de Salvador é a terceira maior capital do País, é a maior cidade do Brasil que ainda não tem o seu transporte de massa. Lá, temos um empréstimo do Banco Mundial feito à União, que repassa esses recursos para a CBTU para a execução do metrô.

Pois bem, Sr. Presidente, esse empréstimo de US\$150 milhões teve um dispêndio de US\$60 milhões para a execução da etapa que já está implantada do metrô. Restavam, portanto, US\$90 milhões. O Governo atual pediu o cancelamento de US\$32 milhões, Sr. Presidente, e, agora, avança o cancelamento total do empréstimo, finalizando o empréstimo, e o Banco Mundial tinha todo o interesse para concluir essa obra da maior importância para a Bahia.

Temos notícia de que, a partir de um esforço dos Senadores Antonio Carlos Magalhães, Tasso Jereissati, José Jorge, Senadores que representam os Estados do Ceará, de Pernambuco, de Minas Gerais e da Bahia, que têm também obras de metrô que estão paralisadas ou semi-paralisadas, fez-se uma ação junto ao Governo Federal, de forma mais específica junto ao Ministro Palocci, e S. Ex^a prometeu dar uma solução para o andamento dessas obras.

Pois bem, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, temos notícia de que, como resultado desses esforços e da promessa feita de que essas obras continuariam, agora o Ministério da Fazenda encontrou uma solução. Sabe qual é a solução, Senadora Patrícia? Reduzir as

obras para a metade, fazer apenas uma etapa, para que possa ser concluído.

Essa é a expectativa hoje da população de Salvador. Uma extensão de 12 quilômetros da primeira etapa do nosso metrô seria transformada apenas numa extensão de seis quilômetros, ligando a estação da Lapa ao Retiro, à Rótula do Abacaxi, Senador Rodolpho Tourinho.

Esse é o compromisso que hoje está tendo o Governo Federal com essa grande obra, importantíssima para a classe trabalhadora, para a classe que mais necessita. Não teremos essa classe atendida porque realmente a origem do passageiro que utilizaria, que demandaria esse sistema de transporte rápido de Salvador viria da estação de Pirajá, que não será alcançada agora nessa etapa. Essa pequena etapa será concluída no final do ano de 2007.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Concederei o aparte ao Senador Rodolpho Tourinho.

Mas me estranha muito que o Governo Federal, sem sombra de dúvida, tome um empréstimo aqui para atender às micro, pequenas e médias empresas brasileira – sou totalmente favorável, não há como ser discordante. No entanto, temos que registrar o protesto em relação à obra tão importante para atender a uma população trabalhadora, pobre, de uma capital do Nordeste – assim como Salvador, há o caso de Recife, de Fortaleza –, pois há outro tipo de raciocínio, de medida. É isso que quero registrar em primeiro lugar.

Concedo o aparte com muita satisfação ao meu colega de bancada baiano, Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Senador César Borges, V. Ex^a tem lutado sempre aqui, e tenho apoiado a sua luta em relação ao metrô de Salvador. Realmente é um absurdo, sobretudo quando se cancela empréstimo feito, já garantido, já realizado, em processo de liberação de recursos.

Estive no banco e fui informado de que talvez tenha sido a única operação até hoje de cancelamento de um empréstimo feito, o que é muito ruim. É ruim para o País, para o meu Estado, para a minha cidade, para Salvador. É muito ruim.

Quero esclarecer que o meu voto favorável a este projeto das microempresas é um voto favorável muito consciente. Agora, entendo que existem outros financiamentos que estão sendo tomados pelo Governo Federal e que não têm a mesma natureza, porque estão sendo tomados no próprio Banco Mundial simplesmente para fazer caixa. Esse, sou contra. Como esse é um empréstimo diretamente para o BNDES,

com o fim específico para pequenas e médias empresas, sou favorável.

Quero fazer este protesto junto com o Senador César Borges, que é um protesto que também tem sido feito pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, em relação ao que foi feito ao metrô de Salvador, à maneira como a Bahia vem sendo tratada, como Salvador vem sendo tratado – não o Estado nem somos nós os políticos, mas a população de Salvador, sobretudo a população pobre de Salvador.

Muito obrigado.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eu lhe agradeço, Senador Rodolpho Tourinho. Suas palavras somo às minhas nessa preocupação, esperando, ainda, que o Governo possa ter pesos e medidas iguais.

Mas, Sr. Presidente, além disso, destaco o fato de que o BID, Banco Interamericano do Desenvolvimento, tem sido um grande parceiro do desenvolvimento do Brasil, em particular da região do Nordeste. O Presidente Enrique Iglesias, que está deixando a Presidência, é um homem que efetivamente marcou a sua passagem como Presidente desse órgão, como um autêntico brasileiro, interessado sempre nos grandes projetos de desenvolvimento do nosso País.

Lamento muito que o Governo Federal não tenha, por meio da sua articulação e da sua política externa, conseguido a eleição do João Sayad para Presidente do BID. Penso que é uma posição que o Brasil já merecia e que, lamentavelmente, por equívocos da política externa que às vezes é tão festejada por este Governo, nos conduziu a uma derrota fragorosa para a eleição de Presidente do BID.

Por fim, Sr. Presidente, já que V. Ex^a diz que temos técnicos da Secretaria do Tesouro Nacional, vejo que essa operação de crédito pretendida, segundo o relato do nobre Senador Osmar Dias, refere-se a um custo efetivo equivalente a 5,6% ao ano, porém flutuante conforme a Modalidade Libor do BID. Essa estimativa de custo é considerada bastante favorável e aceita por aquela Secretaria de Tesouro Nacional.

Quero saber, Sr. Presidente, se puder alguém me esclarecer, efetivamente quais serão os juros mais os encargos que serão colocados para as empresas micro, pequenas e médias desse empréstimo. Quero saber se será repassado a esse custo que está previsto aqui, que é o custo do Governo Federal, de 5,6% ao ano, ou se teremos, talvez, TJLP mais *spre-ad* do BNDES, que termina numa taxa que inviabiliza e penaliza as nossas empresas. No fundo, as taxas cobradas pelo BNDES em relação, por exemplo, ao Nordeste, inviabilizam inteiramente a aplicação, tanto que o BNDES já chegou a aplicar quase 20% do total das suas aplicações brasileiras no Nordeste. Depois,

foi reduzido para 13%; hoje, estamos em 6% – 6,8%, mais ou menos, é o que é aplicado. Por quê? Porque, no Nordeste brasileiro, não há, como na atividade produtiva, condições de pagar juros de TJLP, mais *spre-ad* de 3,5%, às vezes até mais do que isso, ao Banco, ao repassador, às vezes, ao Banco do Nordeste, que utiliza dos recursos do BNDES e que não renegocia. Sequer o BNDES aceita dar prêmio por adimplência, coisa que é possível quando os recursos são oriundos dos fundos constitucionais, mas não é concedido quando os recursos são passados pelo BNDES.

Sr. Presidente, desde já, digo que o meu voto é positivo. Mas quero saber, para ter garantia, qual será o custo desse dinheiro para o beneficiário final, para as micro, pequenas e médias empresas brasileiras que vão receber. Qual será o custo desses recursos que serão recebidos pelas empresas? Fico com essa indagação. Se possível, solicitaria a V. Ex^a que pudesse me esclarecer com os técnicos presentes.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Eu pediria, então, que os dois técnicos, Dr. Camilo o Dr. Eduardo, respondam, até porque eles são técnicos do Tesouro Nacional. Do BNDES não temos nenhum técnico. Mas o Senador Eduardo Suplicy já tinha pedido o nome dos representantes do Tesouro Nacional para que ele fizesse inclusive uma arguição. Eu pediria a presença dos representantes da Secretaria do Tesouro Nacional.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (PT – SP) – Também está presente o Dr. Prado, que é responsável pelo escritório do BNDES em Brasília e talvez possa colaborar.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – O Dr. Prado também está aqui representando o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômicos e Social. É o representante do BNDES no Distrito Federal, em Brasília.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (PT – SP) – Sr. Presidente, eu agradeceria se pudessem os responsáveis pela Secretaria do Tesouro e do BNDES dar algum exemplo de como é que...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Eu precisaria a presença do representante...

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (PT – SP) – De como poderia algum interessado em empréstimo para micro-empresa eventualmente se candidatar.

Ou seja, como é que esse US\$1 bilhão de recursos que o BID está propiciando ao BNDES vai ser transformado em acréscimo de operações de micro-crédito, seja por intermédio do próprio BNDES, por operações diretas, seja por meio de outras instituições financeiras oficiais ou privadas da rede de bancos do Brasil. Ou seja, serão entidades privadas que repassa-

rão esses recursos? Qual será o mecanismo? Será o próprio Banco Popular, relacionado ao Banco do Brasil, que será dedicado ao microcrédito? Será o Banco do Nordeste do Brasil, com operações como aquelas que têm sido conhecidas que serão expendidas como resultado dessa operação?

Se estiver um microempresário assistindo a esta reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, tomando conhecimento que o BID está propiciando essa oportunidade de ampliar os recursos para o microcrédito, como é que esse microempresário, potencial interessado, saberá dessa nova oportunidade?

Esse é o esclarecimento que agradeço possa ser dado, considerando, Sr. Presidente, que é muito propício que o Governo do Presidente Lula esteja ampliando as oportunidades de microcrédito no Brasil. Agradeceria se pudéssemos saber efetivamente como será a operação para o microempresário.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Vou passar a palavra ao Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante. Como eu tinha afirmado anteriormente, os representantes da Secretaria do Tesouro Nacional não têm informações a respeito das condições que o BNDES fará no repasse, no financiamento desses recursos tanto aos pequenos, aos micro e aos médios empresários, empresas, tendo em vista que o Tesouro Nacional é encarregado da negociação com o banco internacional, no caso o BID.

Mas o representante do BNDES já deu informações tanto ao Senador César Borges como ao Senador...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Eu vou explicar, Sr. Presidente.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Quem me falou foi o representante da Secretaria de Tesouro Nacional, dizendo que ele não tinha as informações. Mas o BNDES não me disse nada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, que está em permanente contato com o diretor do BNDES em Brasília, Dr. Prado, que, inclusive, agora está assessorando o Líder, Senador Aloizio Mercadante.

Logo depois, ouviremos o Senador Capiberibe, que pediu a oportunidade de usar da palavra.

Concedo a palavra ao ilustre Líder do Governo, do PT de São Paulo, Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Em primeiro lugar, Sr. Presidente, eu gostaria de anunciar que os empréstimos para as micro, pequenas e médias empresas já absorvem 32% das liberações totais do BNDES. Há uma ampliação significativa desse segmento num aporte de recursos do BNDES.

O BNDES criou, inclusive, alguns programas de facilitação de crédito para micros e pequenos empresários, inclusive o cartão BNDES, que tem um limite de crédito. Mas a empresa se credencia pela internet, recebe o cartão, e esse lhe dá direito a uma linha de financiamento automática, sem nenhuma intermediação de agente financeiro, o que agilizou muito o programa, aumentou a capilaridade e reduziu o custo para o tomador de empréstimo.

O financiamento está sendo tomado pelo BNDES Libor, que é a taxa de juros de Londres, que é a taxa de juros internacional, mais o *spread*. Portanto, esse empréstimo tem o problema de risco cambial. Ou seja, se o BNDES o repassasse ao tomador de empréstimo nessas condições, o risco cambial seria transferido para as empresas. O BNDES está assumindo integralmente todo o risco cambial do empréstimo e, ao repassá-lo às micro, pequenas e médias empresas, o fará na TJLP mais um. TJLP mais um daria hoje 9,75% mais um por cento. É bom saber que o próprio Governo hoje toma recurso no mercado, pela taxa Selic, que está em torno de 19% ao ano.

Então, é um empréstimo subsidiado. É um empréstimo que é o mais barato de todas as linhas de crédito disponíveis no mercado. Portanto, é uma linha que vai ter uma grande demanda assim como vem ocorrendo.

Compartilho da preocupação de alguns Senadores quanto à necessidade de melhorarmos a regionalização do crédito, especialmente para as regiões Norte e Nordeste do País, tanto em relação aos fundos constitucionais, que não estão sendo demandados – enquanto o Centro-Oeste, por exemplo, praticamente tomou tudo e a inadimplência é muito baixa –, quanto a essas linhas de crédito do BNDES.

Acho que essa é uma advertência muito importante. Faço aqui a recomendação para que o banco procure junto ao Banco do Brasil, ao Banco do Nordeste, ao BNB e ao Basa um programa específico que possa, não só baratear custo, como facilitar o acesso, para ver se é possível criar alguma condição mais favorecida para essas regiões, especialmente para o semi-árido nordestino. Acho a preocupação procedente.

E também faço um apelo à Comissão de Desenvolvimento Regional para que vote o projeto da Sudene, que está há meses, se não um ano, no Senado Federal, sendo objeto de uma série de discussões. Precisariamos aprovar esse projeto e criar outro instrumento indispensável à Agência de Desenvolvimento Regional para o fomento ao desenvolvimento dessa região.

Portanto, as condições de empréstimos são bastante favorecidas, ainda que TJLP mais um por cento seja alta, considerando o que esperaríamos de uma taxa

de juros baixa. Mas, de qualquer forma, a inflação está em torno de 6,8%. Então, com esse nível de inflação, é uma taxa de juros bastante convidativa, que estimula o empresário, o investimento, ou seja, é um custo de financiamento que tem o sentido social e econômico de realmente impulsionar a micro e a pequena empresa. E os recursos totais, 32%, já foram tomados.

Senador Ramez Tebet, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Aloizio Mercadante, acredito que, diante das observações que estão sendo aqui formuladas, devíamos votar este projeto com as recomendações, por exemplo, que V. Ex^a acaba de mencionar, porque o que está matando o País é essa excessiva burocratização. E não podemos perder a oportunidade de lutar cada vez mais para diminuir ou acabar com essa burocracia. Eu lembro que esses empréstimos, tomados com essas taxas aqui, no fundo, ficam mais caros na medida em que o dinheiro fica parado, às vezes, sem aplicação. Pega-se o dinheiro, faz-se o empréstimo, e ele fica parado. Como consequência, pagam-se juros sem a contrapartida do beneficiário que, neste caso, seriam as pequenas, médias e microempresas.

Então, aprovando isso, com as observações de V. Ex^a, não estaremos prejudicando em nada a contratação do empréstimo e estaríamos, não digo chamando a atenção, mas observando mesmo a necessidade de maior agilidade nesses empréstimos a serem concedidos, principalmente quando se trata de pequenas e de médias empresas, pois elas não estão acostumadas com isso. E o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico age por meio de agências. Eu sei que, às vezes, podem ocorrer empréstimos mediante a *internet*, tecnologia que está à disposição de todos. Mas sabe-se que isso não é assim fácil para as pequenas, as médias e as microempresas. É preciso que o Banco atue nesse sentido. Em outras palavras, é preciso que estimulemos as pequenas e as médias empresas a tomarem esses empréstimos. E esses estímulos têm de ser feitos na base daquilo que é razoável, porque, senão, vem aí a lição de que o Mão Santa falou. Salomão, naquela época, falou certo. É preciso tomar empréstimo, mas empréstimo que não sacrifique o devedor, porque, senão, ele não sai disso de maneira nenhuma. Com essas taxas que estão aí, eu acho que as pequenas e as médias empresas têm condições, e estaremos, como disse o Senador Rodolpho Tourinho, contribuindo para tirar a economia da informalidade.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Eu só queria concluir, dado o aparte, explicando que o cartão BNDES é um programa cujo acesso é feito pela

Internet. Basta acessar o *site*, portal do BNDES. Trata-se de um crédito de até R\$100 mil; os juros hoje é 1,42% ao mês; e os empréstimos vão até 36 meses. É uma linha parecida com o crédito consignado para pessoa física, que foi um grande êxito. Está abaixo do crédito da pessoa física. Se o assalariado, quando tira como crédito consignado na folha, está pagando ainda uma taxa superior a essa. Mas essa nova linha “TJLP mais um” é uma linha bastante convidativa.

A sugestão que faço inclusive, Sr. Presidente, é fazermos uma audiência futura com o Presidente do BNDES, Professor Guido Mantega, para discutirmos um pouco essa questão de como irrigarmos o crédito, de como baratear os *spreads* desse esforço de redução da taxa de juros na ponta, que, evidentemente, está ligado também à taxa de juros básica no País. Mas como é que podemos avançar nessa direção? O grosso dos recursos do BNDES são do FAT, que tem uma remuneração do Fundo de Amparo ao Trabalhador que o BNDES tem que assegurar, senão ele não se enquadra nos requisitos de Basileia. O banco não pode emprestar o dinheiro abaixo dos custos do que ele capta, senão haveria configuração de subsídios a indústria, e estaríamos enquadrados não só na Organização Mundial do Comércio como nas exigências de Basileia. Mas há um esforço muito grande de redução de custo para baratear o financiamento e poder permitir que pequenas e médias empresas terem mais acesso ao crédito. O resultado é positivo.

Ano passado, já tivemos o melhor crescimento dos últimos dez anos. Há um recuperação forte da economia brasileira, e, se tivermos uma taxa de câmbio mais competitiva, especialmente para a agricultura, e uma taxa de juros que tenha todas as condições de cair, porque a inflação cedeu de forma significativa, todas essas linhas de crédito vão ficar mais baratas. É o que esperamos, e o País está trabalhando para isso.

Nessa direção, seria muito importante aprovarmos a reforma tributária na Câmara. O Senado votou matéria há tanto tempo, e ela está há mais de um ano parada na Câmara dos Deputados. Conversava essa manhã com o Senador Rodolpho Tourinho sobre fazermos o último empenho no sentido de avançarmos na reforma tributária, como parte desse esforço de redução do custo fiscal do País.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Os Senadores inscritos são os Senadores João Capiberibe e Jonas Pinheiro. O Senador Romeu Tuma pediu também a palavra, assim como o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eu queria apenas fazer um reparo na fala do Senador Aloizio Mercadante, quando diz que 32% dos recursos do BNDES

são aplicados com a pequena e micro empresa. Acho que ele comete um equívoco. São 32% das operações do BNDES, mas, se se pensar em volume de recursos, o número é muito alguém disso.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – De acordo com a informação que tenho do BNDES, é sobre o volume total de empréstimos – 32%.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não é sobre o volume de recursos, mas sobre o volume de operações. Podemos ver isso depois. A informação que tenho é essa.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Segundo informação do BNDES, é sobre o volume total dos recursos do BNDES. De qualquer forma, vamos apurar, e, nessa audiência pública, podemos retomar esse debate.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Vamos apurar.

Sr. Presidente, a Secretaria do Tesouro Nacional diz que o empréstimo tem o custo efetivo equivalente a 5,6% ao ano. É claro que ele é flutuante, pela moralidade Libor do BID. No entanto, passar de 5,6% para “TJLP mais 1%” é praticamente dobrar o custo. Se se considerar a possibilidade de uma intermediação de um agente financeiro, que vai cobrar o custo do seu trabalho, isso provavelmente vai aumentar para 13% a 14%. Isso, para uma microempresa, para o investimento, para o crescimento de uma microempresa é insuportável.

Sr. Presidente, precisava vir detalhado neste projeto – tínhamos necessidade de deixar uma variação aqui – o que seria o custo para micro, para média e para pequena empresa, fazendo um média que pudessem ser um mínimo para micro, um valor intermediário para a pequena empresa e um valor um pouco maior para a média empresa. Isso é mais do que justo: tratar os desiguais de forma desigual também com relação aos juros.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então, é uma proposta que eu faço, Senador Aloizio Mercadante. Agora, claro que esse projeto não está nos dando garantia nenhuma de que esses recursos poderão ser acessíveis, como diz o Senador Ramez Tebet.

Podem até ser uma esperança, num primeiro momento, e logo, num segundo momento, significar o fechamento ou a inadimplência, dessas pequenas e microempresas.

Sr. Presidente, precisamos desse detalhamento. Acho que o BNDES tem que dar aqui para nós um detalhamento de como será a aplicação desses recursos, até se ele pode, efetivamente, criar a chamada

taxa de rebate por adimplência. Isso é muito importante, até para haver uma adimplência maior nesses empréstimos.

Então o Banco do Nordeste já opera assim com relação ao fundo constitucional. Dá um valor para a redução do pagamento do principal, na medida em que se tem a adimplência durante a amortização do empréstimo.

Então, era sobre essas dúvidas que persistem aqui que queria me manifestar.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Eu pediria um aparte Senador?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pois não, Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Penso que a idéia de segmentar o crédito por tamanho de empresa é positiva, bem como as condições e a facilitação para as médias, pequenas e microempresas. Mas, em relação à taxa de juros, há uma impropriedade, porque estamos falando em 5,65%, Libor mais *spreed*, e a taxa de juros é em dólar, é em moeda forte. Estamos falando em 9,75% mais um para a taxa de juros em real. Como o real está visivelmente depreciado e corre o risco de ser depreciado, desvalorizado, todo esse risco cambial quem assume é o banco público, é o BNDES.

E, se se transferir o financiamento em dólar, na ponta, é evidente que a taxa é mais baixa. Mas se estaria transferindo com um regime de câmbio flutuante as oscilações da desvalorização da moeda para o tomador de empréstimo, e a experiência brasileira demonstra que isso é inviável. Muitas famílias compraram carro financiado em taxa de câmbio internacional, referenciada ao dólar, em programas de *leasing* e outros financiamentos, grandes empresas inclusive, e ficaram com grandes dificuldades quando veio a desvalorização do real, um fato sempre possível no mercado financeiro globalizado em função de um regime de câmbio flutuante.

Acho que o BNDES não pode e não deve, para a pequena e microempresa, financiar em moeda forte, financiar em dólar. Ele tem que absorver todo o risco cambial. Por isso que há essa diferença.

Segundo, a inflação americana está em torno de 2,5% ao ano. A inflação brasileira está em torno 6,7%. Portanto, ao financiar em real, com uma inflação que nos últimos doze meses está em torno de 7%, tem-se que abater essa inflação no custo de financiamento. Então, é 11% menos a inflação. Assim, continua sendo uma taxa de juros muito convidativa, muito positiva e muito estimulante. Nesse sentido, temos sempre que abrir as linhas de crédito para a pequena e microem-

presa em moeda nacional, embutindo evidentemente a inflação da economia.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu dei um aparte e quero apenas encerrar o meu pronunciamento.

Eu realmente estranho essa posição do Senador Mercadante, porque, por um lado, ninguém está pretendendo que se empreste em dólar, mas também não se pode dobrar a taxa por conta do risco de um dólar, cuja taxa o próprio Governo está se jactando de manter, por conta de uma política macroeconômica que taxa o País inteiro com juros de 19,75%, fazendo com que os especuladores internacionais se deliciem com esse paraíso, não diria fiscal, mas monetário, que é o País hoje.

Então, quando S. Ex^a reconhece que o dólar está subvalorizado em relação ao real, significa que ele está achando ou prevê, em breve, uma desvalorização para o real, uma subida do dólar. Então, nós estamos numa política totalmente instável, essa política adotada, coisa que eu sempre digo, estamos numa política sustentada por uma altíssima taxa de juros reais, a maior do mundo hoje, que é a do Brasil. Mas eu não estou advogando emprestar à pequena e microempresa. Com relação ao risco pela desvalorização do dólar, penso que não se pode estabelecer uma taxa em TJLP que seja o dobro da taxa hoje prevista, a não ser que o Governo esteja prevendo uma maxidesvalorização do real.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Só mais um aparte, Sr. Presidente, só pediria que discutamos as matérias com transparência e com racionalidade.

A Libor mais o *spreed* de 5,6% embute uma inflação americana de 2,5%. A inflação em moeda nacional hoje está em torno de 7%. Ora, se eu emprestar – porque não tem correção monetária na Libor – se eu emprestar a 5,6% com a inflação de 7%, eu estou dando um subsídio ao tomador, um subsídio imediato, de 1,5%. Primeiro, tem-se que considerar a diferença de inflação, não é só o risco cambial, é a inflação. A TJLP embute uma inflação de 7%. Ela está 9,75%, mas ela, que é a Taxa de Juros de Longo Prazo, embute uma inflação de 7%. Então eu peço que não...

Não é o problema que a taxa de juros é o dobro, é que a inflação brasileira é o triplo da taxa de inflação americana. Se não se considerar a taxa de inflação, nós estamos falando de coisas absolutamente distintas, sem nenhuma racionalidade econômica, que não sobrevive a qualquer argumento. Quer dizer, imaginar que nós podemos emprestar a 5,6% sem considerar a inflação, porque não embute correção monetária...

Então, eu ponderaria que não procede essa avaliação. Nós não podemos pegar a taxa de juro externa

sem considerar a inflação, e a taxa de juros americana, ou a taxa de juros européia, embute uma inflação bastante modesta. A nossa ainda é das menores da histórica econômica do Brasil, mas ainda está em torno de 6,7%. É por isso que a TJLP embute inflação mais juros, e não há como comparar coisas absolutamente diferenciadas.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu encerro, porque eu estava com a palavra, apenas dizendo que eu acho que o BNDES tem que detalhar qual é a taxa de juros, como vai operar esses recursos para a média, pequena e microempresa. É fundamental isso. Sem esse conhecimento, nós achamos que esses recursos podem chegar e, como diz o Senador Ramez Tebet, não serem utilizados pelas altas taxas.

Não defendo aqui que seja 5,6%, que é o custo efetivo, mas que seja, pelo menos, como se opera nos fundos constitucionais quando há apoio à agricultura efetiva com os juros de 8,75%, que aí seria um juro factível para as pequenas e microempresas.

Era isso, Sr. Presidente. Persiste essa dúvida, que vai ficar dependendo da aplicação por parte do BNDES, que não está esclarecida nesse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador César Borges, V. Ex^a traz um assunto muito importante à discussão, que é a preocupação com os tomadores dos empréstimos. Mas, ao lermos o parecer da Procuradoria da República, notamos que esse processo só veio aqui, no que diz o item “b” do inciso XVI, “por meio da anexa exposição de motivos”, porque eles acham que o empréstimo, em si, não precisa se submeter ao Senado Federal. São três bilhões ao longo de nove anos que o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) pode fazer ao BNDES. Mas eles mandam encaminhar para que a matéria relativa à concessão de garantia seja aprovada, garantias ao BNDES, para o contrato de crédito individual. Aí sim, o Senado tem que examinar esse item. E é claro que nós não podemos, como V. Ex^a está fazendo, abrir mão de discutir o interesse do tomador.

O que veio para cá, para a Comissão de Assuntos Econômicos, é apenas para análise da matéria relativa à concessão da garantia da República ao BNDES. Se V. Ex^a ler todo o parecer da Procuradoria, que eu tive o cuidado de ficar lendo aqui para ver onde estava, se havia alguma resposta sobre os questionamentos que V. Ex^a fez – não encontrei em todo o processo...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Eu queria explicar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Não. V. Ex^a tem também dado uma explicação muito

clara, e eu perguntei à Assessoria, que foi muito gentil comigo, e chegamos ao ponto crítico.

Então, eu passo a palavra ao Senador João Capiberibe.

Eu pediria urgência na discussão para podermos votar, pois há outras matérias que também devem ser votadas.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, foi levantada aqui pelo Senador César Borges a questão do desequilíbrio regional. As aplicações do BNDES estão diminuindo no Nordeste, e eu represento aqui um Estado que é do outro lado do rio Amazonas. Eu tenho convicção de que nós vamos aprovar – como há uma disposição para aprovar – esse projeto de um programa para médias, pequenas e microempresas, e esse dinheiro não vai atravessar o rio.

A verdade é que esse dinheiro, como todas as linhas de crédito do BNDES, não atravessa o rio para beneficiar a população, os pequenos e microempresários que eu represento aqui, a população do meu Estado. Mas, quando se trata de empréstimo, todos aqui sabemos que vai beneficiar setores econômicos importantes, vai gerar empregos e que, portanto, há uma disposição geral de aprovar esses créditos. Essa é uma questão de desequilíbrio regional, pois, sem uma política clara, vamos aumentar o desequilíbrio regional. Ou seja, vamos colocar na mão do BNDES US\$1 bilhão, que vai se concentrar mais uma vez no centro-sul brasileiro. Essa é uma questão.

A outra questão é o controle. O Senado aqui aprova, inclusive, a toque de caixa, autoriza empréstimo e, daí, não se controla mais esses empréstimos. Acho que tínhamos que nos preocupar exatamente com o mecanismo de controle desses recursos que autorizamos: não só à União Federal, mas aos Estados. Depois que votamos esses empréstimos, não se sabe o que acontece com eles. Essa falta de controle é que leva ao que está acontecendo com os fundos regionais.

O FNO, por exemplo, que é um fundo que a Constituição prevê com algumas preocupações ambientais, está sendo utilizado para converter a floresta biodiversa da Amazônia em monocultura de soja ou pastagem. Então, sugiro que aprofundemos essa discussão, que o Governo Federal apresente uma política, porque o critério que vai ser usado aqui é o do Banco para o empréstimo desse dinheiro. Não há uma política formulada que preveja equilíbrio na aplicação dos recursos que autorizamos, nos empréstimos que autorizamos. E este é mais um que vai aprofundar os desequilíbrios regionais no nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Alerta aos Srs. Senadores que, conforme acordo fir-

mado entre os Líderes e os Presidente de Comissão, esta Comissão tem que se encerrar às 11h30min. Então, temos 10 minutos. Sou o último inscrito e pediria que ninguém mais se inscrevesse.

Senador Jonas Pinheiro, inclusive, quero consultá-lo sobre o Item nº1.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, devo dar ciência à Casa de que, a partir de amanhã, entrarei em licença médica por 121 dias. Tenho três projetos. Quanto ao Item nº 1, Sr. Presidente, já foi votado em primeiro turno. Agora, ocorre a votação em turno suplementar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Apresentaram várias emendas a V. Ex^a.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Não vamos mais votá-lo. Mas, quanto às emendas, eu posso...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Dar o parecer.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – ...dar parecer em plenário.

Sr. Presidente, o Item nº27 trata de empréstimo do BID para a Embrapa utilizar no chamado Agrofuturo. Esse empréstimo vai financiar a inovação tecnológica para o agronegócio. Faz bastante tempo que está tramitando nesta Casa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não podemos deixar de votar este Item nº 27, porque são 33 milhões do BID, com 27% de contrapartida, dos quais, 12 milhões do Governo Federal, e 13 milhões da própria Embrapa.

Portanto, Sr. Presidente, proponho que votemos o Item nº 27 logo em seguida, porque trata de um projeto que não tem polêmica nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Já há uma inversão de pauta. Por isso, consulto novamente os Srs. Senadores. Há o projeto de financiamento do Ceará, do Senador Flexa Ribeiro.

Mas, se V. Ex^a lesse apenas o voto, votaríamos logo a seguir, porque existe consenso entre os Srs. Senadores, considerando o sorriso da Senadora.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Como os trabalhos da Comissão estão se encerrando, eu pediria que votássemos com urgência o Item nº 32, que foi bastante discutido, o projeto de financiamento do Ceará e o projeto de financiamento da Embrapa, todos emergenciais e sobre os quais há acordo. Apreciaríamos apenas o voto do Relator, depois...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Então, terminada a discussão do Item nº 32, há o Item nº 30, que tem prazo regimental e trata da progra-

mação monetária. Esse é pacífico. O Senador Osmar Dias já proferiu o voto sobre o Item nº 32.

V. Exª tem algo acrescentar a tudo que foi falado? Ou vamos à votação?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Pela ordem.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – E a questão do Senador Jonas Pinheiro?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Depois. Agora vamos votar esse.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Somente uma pergunta: o Item nº1 será votado?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Em seguida a esta votação, vamos ver se dá tempo.

Votação simbólica do Item nº 32.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o Item 32.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro somente para ler o voto, a conclusão, pois a Senadora já se encarregou de pedir a aprovação do projeto. V. Exª, como Relator, acredito que...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pois não, Sr. Presidente.

O projeto prevê uma operação de crédito para financiar parcialmente a execução de programa de saneamento básico Ceará 2. O valor da operação de empréstimo é de 8.698.961 euros e 98 centavos.

Voto.

Diante do exposto, concluímos pela aprovação do pleito nos termos do projeto de resolução que está no relatório, já distribuído.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Para discutir, concedo a palavra à Senadora Patrícia Saboya Gomes.

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (S/Partido – CE) – Sr. Presidente, somente queria agradecer o Senador Flexa Ribeiro pelo relatório feito, pelo carinho e cuidado que teve com esse empréstimo, que é de fundamental importância para o Estado do Ceará. Projeto contempla o saneamento básico, o abastecimento de água para a nossa população, que ainda é tão pobre e sofrida.

Ressalto aqui a presença do Secretário e Infraestrutura, Luiz Eduardo, que está acompanhando conosco; que o Senador Tasso Jereissati, um dos homens que muito tem lutado pelo Estado do Ceará, não se encontra aqui em função de outro compromisso.

Agradeço ao Senador Flexa Ribeiro, porque, sem dúvida alguma, esse projeto será muito importante para uma região muito pobre, como as bacias do Banabuiú,

médio e baixo Jaguaribe, atendendo a mais de cem mil pessoas no Estado do Ceará, com a contrapartida praticamente equivalente a esse empréstimo.

Peço a todos os Srs. Senadores que votem favoravelmente ao parecer do Senador Flexa Ribeiro, para conseguirmos esse empréstimo para o nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Sr. Presidente, só queria pedir urgência para o projeto já votado e também preventivamente para os dois que serão votados.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Exª será atendido. Peço à Secretaria que faça a devida referência no encaminhamento.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, enfatizo a importância de empréstimos dessa ordem, sobretudo, com o KFW, a taxas bastante atrativas; um empréstimo para sanar um problema tão importante para o Nordeste, como é o saneamento.

Louvo mais uma vez esse exemplo que o Ceará dá. Apoio esse empréstimo, olhando sempre, repito, para o Nordeste como uma região absolutamente carente dessas iniciativas. Louvo também, mais uma vez, a atitude do Governador Lúcio Alcântara, do Senador Flexa Ribeiro, que concisamente deu um parecer tão importante.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senadora Patrícia Saboya Gomes, os membros que representam o Ceará são unidos e bonitos. V. Exª, Senadora, com simpatia, com seu sorriso, encanta a todos. Homenageio também o Governador Lúcio Alcântara, que sempre foi um leal companheiro deste Senado e tem dirigido o Estado de maneira a atender à população.

Em votação o projeto bem relatado pelo Senador Flexa Ribeiro.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação os requerimentos do Senador Aloizio Mercadante para urgência dos Itens nºs 32 e 31

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento de urgência.

Item nº 27, Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, como já comentei...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Se V. Exª puder só...

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Como já comentei, Sr. Presidente, trata-se de um empréstimo

de 33 milhões que faz parte de um projeto maior de 60 milhões para a Embrapa. Os recursos destinam-se ao programa de inovação tecnológica agroalimentar e agroindustrial para o futuro. O projeto obedeceu a todos os trâmites normais junto ao Ministério da Fazenda, ao Tesouro Nacional. Portanto, está plenamente enquadrado e justificado. Como disse, Sr. Presidente, não podemos mais deixar a Embrapa sem esse recurso, porque o agronegócio tem prazo. Por isso, peço a todas as Sr^{as} e os Srs. Senadores a aprovação desse projeto, ressaltando que sobre o empréstimo não incide correção monetária e a taxa de juros é de 5,8% ao ano.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Sabemos do grande serviço que a Embrapa tem prestado ao País, principalmente na área de pesquisa agrícola.

Sei que o Senador Osmar Dias deseja pedir a palavra por estar vinculado a essa área.

Informo que, no dia 21 de junho, o Senador César Borges pediu vista do projeto e devolveu-o sem nenhuma anotação que pudesse modificar o relatório de V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, apenas para louvar o projeto e o parecer do Senador Jonas Pinheiro e também antecipadamente pedir a urgência para esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação o requerimento de urgência do Senador Osmar Dias.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado, por unanimidade.

Peço providência à Secretaria.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

Parabenizo a aprovação desse importante empréstimo para a Embrapa e deixo registrado na Comissão – entregarei pessoalmente ao Senador César Borges – dados que revelam que 92% das operações do BNDES são para médias, pequenas e microempresas e que 30% do volume total de empréstimos foram para esse segmento. Como disse, é um terço do volume de recursos em 92% das operações. Esses dados estão à disposição no portal do BNDES para quem tiver interesse de aprofundar a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Peço a V. Ex^{as} apenas mais um minuto para votarmos a programação monetária, que tem prazo trimestral.

Como o Senador Delcídio Amaral não se encontra, gostaria que o Senador Ramez Tebet fosse o Relator **ad hoc** e fizesse um resumo do parecer. O Senador Delcídio Amaral apresentou parecer favorável ao PDS que apresentou.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Ratifico o parecer emitido pelo Senador Delcídio Amaral, pedindo a aprovação desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o voto do Senador Ramez Tebet permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada a matéria sobre programação monetária, que vai a plenário para nova discussão.

Senador Jonas Pinheiro, V. Ex^a está tirando licença a partir de hoje ou de amanhã?

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – A partir de amanhã, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Como o Item nº 1 é importante, não sei se... Vamos passar para outro apenas para apreciar as emendas, uma vez que o relatório de V. Ex^a está pronto, apenas para apreciar as emendas. Pediria a V. Ex^a que nomeasse seu substituto, porque, na próxima semana, V. Ex^a não estará aqui.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sim. Mas o meu substituto é competente, é da área. Acho que vai prestar um grande serviço a esta Comissão nesses próximos quatro meses. Como já tive um substituto que virou Governador do Estado, é possível que o próximo também vire, Sr. Presidente, Governador de Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Mas quem é o Relator? Estou falando do Relator.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Substituto de S. Ex^a no Senado?

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Tudo bem. Pode ser o Senador Osmar Dias.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – O Presidente concorda, porque S. Ex^a vai tirar licença e vai...

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Não. É proibido S. Ex^a tirar licença. Não vamos permitir que S. Ex^a saia de licença...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra a V. Ex^a, para encerrarmos. Se não o Presidente me tira aqui, na marra.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Presidente Romeu Tuma, meu brilhante Presidente, dois grandes Presidentes, o Item nº 1 é de extrema importância. Nós entendemos que o Senador Jonas Pinheiro tem direito e que vai realmente buscar, nesse período, nos quatro meses, descansar um pouco. S. Exª diz que é para tratamento de saúde. S. Exª é um homem tão forte... Não sei se vai fazer botox.

Mas Senador Jonas, esse projeto é de extrema importância para o Brasil e também para o sul do Brasil. É um projeto que vai beneficiar o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, e o Paraná. Se não votarmos hoje, será quando a sua votação? Vamos ficar prorrogando cada vez mais.

O SR. PRESIDENTE ((Romeu Tuma. PFL – SP) – Há sete emendas novas. Vamos passá-las diretamente para o Senador Osmar Dias, ainda hoje, para que S. Exª possa proferir o relatório na próxima semana e encerrar o recebimento, porque a discussão já se encerrou, não é Senador? Já estamos em segunda votação.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Nas mãos do Senador Osmar, com certeza, o SUS será beneficiado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL — SP) – Eu tenho três requerimentos para serem votados.

Do Senador Sérgio Guerra. Nos termos do art. 58 da Constituição Federal, S. Exª requer audiência pública nesta Comissão, com intuito de que os bancos apliquem 65% dos depósitos de poupança em financiamentos habitacionais. Então, S. Exª convida o Sindicato de Construção do Estado de Pernambuco, do Ceará, o Diretor de Normas do Banco Central, da Associação Brasileira de Poupança e Empréstimo, da Câmara Brasileira de Indústria e Construção, e do Banco Caixa Econômica Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento do Senador Sibá Machado. Requer, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno, a realização de audiência pública conjunta da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania com a Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para instruir e debater o PLC nº 62, de 2005, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O terceiro requerimento é do Senador Aloizio Mercadante, que, nos termos regimentais, requer a realização de seminário internacional sob a coordenação

desta Comissão de Assuntos Econômicos, destinada a analisar a obra de Celso Furtado, sua contribuição para a compreensão da realidade brasileira e latino-americana e sua relevância para o equacionamento dos desafios atuais do desenvolvimento.

S. EXª faz esse requerimento em homenagem ao grande brasileiro, cuja memória foi comemorada em 20 de novembro de 2004, data em que se deu o falecimento desta grande brasileiro.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Tendo em vista o acordo firmado entre as Lideranças e as Presidências de Comissão, damos por encerrada, no prazo estabelecido, a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h35min.)

Ata da Vigésima Primeira Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, e da 19ª Reunião Da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Extraordinárias, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada, em conjunto, em dez de agosto, de 2005, quarta-feira, às 09:30 horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e trinta e dois minutos do dia dez de agosto do ano de dois mil e cinco, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, Vice-Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, reúnem-se, em conjunto, a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Edison Lobão, Romeu Tuma, Heráclito Fortes, Flexa Ribeiro, Luiz Otávio, Mão Santa, Valdir Raupp, Pedro Simon, Gerson Camata, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Ideli Salvatti, Aelton Freitas e Marcelo Crivela e dos Deputados Federais Hamilton Casara, PL/RO, Celso Russomanno, PP/SP, Mendes Thame, PSDB/SP, e Jamil Murad, Pcdob/SP; e, ainda, dos Senhores Moacyr Zitelli, Prefeito de Itápolis/SP, Rafael Aparecido Buschiero, Vereador de Tabatinga/SP, Valdir Buttarello, Presidente do Sindicato Rural de Itápolis/SP, Ciro Roberto Torres Arruda, Presidente do Sindicato Rural de Borborema, Mário Benelli, Assessor do Deputado Celso Russomanno, Antônio Dinizete Saulotto, Vereador de Itápolis/SP, Fábio Roberto Del Rovere, Secretário de Agricultura de Itápolis/SP, Kal Machado, Ex-Prefeito de Rio Claro e Diretor da Associação dos Municípios Citrículas, Davi Perez Aguiar, Ex-Prefeito de Bebedouro e Presidente da Associação dos Municípios Citrículas do Estado de São Paulo, Virgílio do Amaral Filho, Membro do Coorquesel de Itápolis/SP, Dário Murrelino Filho, Procurador Jurídico da Câmara de Itápolis, Vânia E. do Amaral,

Representante dos Citricultores de Borborema, Vicente Paulo Gutouieri, Citricultor de Taiuva/SP, Irani Biazotti, Presidente da Câmara de Itápolis/SP, Fernando Truesulo, Vereador, Isidro Baldo Geraldo Martins, Citricultor de Taiuva/SP, Luiz Alberto Vertuano, Citricultor da Fazenda Santa Terezinha/SP, Antônio Júlio Junqueira de Queiroz, Diretor da Sociedade Rural Brasileira, Domingos Aparecido Antonino, Citricultor de Taiuva/SP, José Renato Videl, Citricultor SP, Edson Assis Belizário Vieira, Citricultor Taiuva/SP, Sávio Rafael Pereira, Ministério da Agricultura, Euclair A. Costa, Citricultor de Itápolis/SP, Fabrício Vieira Juntelli, Ministério da Agricultura, Luiz Antonio da Cunha, Diretor do Sindicato Rural de Itápolis/SP, Walter Cunha, Diretor da Coagrosol, Guido Mareonato, Afonso Rodeguer Neto, Membro da Coagrosol, e Reginaldo Vicentim, Gerente Comercial da Coagrosol. Deixam de comparecer os Senadores César Borges, Jonas Pinheiro, tendo falta justificada em virtude de tratamento de saúde, Jorge Bornhausen, Rodolpho Tourinho, tendo falta justificada em virtude de compromisso partidário, Almeida Lima, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, Ramez Tebet, Garibaldi Alves Filho, Sérgio Cabral, Gilberto Mestrinho, José Maranhão, Aloizio Mercadante, Delcídio Amaral, Fernando Bezerra, João Capiberibe, Patrícia Saboya Gomes e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que a presente reunião destina-se a realização de audiência pública com a participação dos Senhores Eduardo Sampaio Marques, Coordenador-Geral de Pecuária e Cultura Permanente da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Daniel Krepel Goldberg, Secretário da Secretaria de Direito Econômico-SDE, Órgão vinculado ao Ministério da Justiça, Hélcio Tokeshi, Secretário de Acompanhamento Econômico-SAE, Órgão vinculado ao Ministério da Fazenda, Flávio de Carvalho Pinto Viegas, Presidente da Associação Brasileira de Citricultores, Antoninho Rovaris, Secretário de Políticas Agrícolas da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Ademerval Garcia, Presidente da Associação Brasileira de Exportadores de Citros-Abecitrus, Luis Carlos Delorme Prado, Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica-Cade, e José Luis Cutrale, Presidente da Cutrale, com a finalidade de discorrer sobre o intenso processo de concentração econômica em curso na citricultura brasileira, em atendimento aos Requerimentos nºs 12-CRA/2005 e 24-CAE/2005, de autoria dos Senadores Aelton Freitas e Eduardo Suplicy, respectivamente. Dando início aos trabalhos, o Presidente faz a leitura de documento do

Senhor Luis Carlos Delorme Prado, Conselheiro do Cade, justificando a impossibilidade de comparecer à reunião, e convida os Senhores Flávio de Carvalho Pinto Viegas, Presidente da Associação Brasileira de Citricultores, Gustavo Henrique M. Firmo de Araújo, Fiscal Federal Agropecuário da Secretaria de Política Agrícola, representando o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Marcelo Saintive, da Secretaria de Acompanhamento Econômico-SAE, representando o Senhor Hélcio Tokeshi, Bárbara Rosenberg, Diretora da Secretaria de Direito Econômico-SDE, representando o Senhor Daniel Krepel Goldberg, e Ricardo Wagner Garcia, Procurador do Trabalho do Ministério Público do Trabalho, para sentarem-se à mesa e dar início à exposição. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Eduardo Suplicy, Aelton Freitas, Pedro Simon, Marcelo Crivella e os Deputados Mendes Thame e Celso Russomanno. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dezesseis minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Flávio Arns**, Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR)

– Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e 19ª reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, reuniões extraordinárias da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, Srs. Senadores, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores das respectivas Comissões.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovadas.

Consulto os Srs. Senadores se desejam fazer alguma observação.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Prezado

Presidente, Senador Flávio Arns, os diversos interessados nesta audiência pública no Senado Federal vieram de muito longe, sobretudo das regiões produtoras de laranja, da região de Bebedouro, Itápolis, Itaiuva e outras – há alguns produtores de laranja, pequenos, médios agricultores, produtores em geral; há prefeitos, ex-prefeitos, vereadores, presidentes de câmaras municipais – e alguns dos produtores de laranja vieram sem gravata, mas se nós os estivéssemos visitando no

campo, nós estaríamos sem gravata. Então, vou pedir a compreensão de V. Ex^a no sentido de permitir que possam ocupar as fileiras aqui atrás, que possam se sentar onde houver lugar e assistir a esta importante audiência pública de interesse deles.

Era a sugestão que gostaria de formular a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR)

– Atendendo, então, à sugestão do Senador Eduardo Suplicy, solicito à Segurança que deixe as duas primeiras fileiras vagas para os Senadores e que a terceira fileira em diante possam ser ocupadas pelos produtores, agricultores, por todos que estão acompanhando esta audiência pública.

Quero dar uma explicação sobre por que temos que ter um espaço vago nas duas primeiras fileiras. Há muitos Senadores que estão participando de reuniões em seus partidos políticos, reuniões preparatórias para todas as questões que vêm sendo debatidas aqui no Congresso Nacional, e é bem provável que, como já vários Senadores estiveram aqui antes do início desta audiência pública, outros tantos ainda virão. Mas os assentos a partir da terceira fileira poderão ser ocupados.

Em relação às atas que foram aprovadas, quero apenas mencionar que as atas das duas comissões serão publicadas no **Diário do Senado Federal**, juntamente com as notas taquigráficas.

Esta audiência pública tem a finalidade de discurrir sobre o intenso processo de concentração econômica em curso na citricultura brasileira. Em atendimento ao Requerimento nº 12 da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e ao Requerimento nº 24 da CAE, Comissão de Assuntos Econômicos. Ambos os requerimentos de 2005, de autoria dos Senadores Aelton Freitas, aqui presente, e Eduardo Suplicy, também aqui presente, respectivamente.

Para esta audiência pública foram convidadas algumas autoridades e passo a convidá-las a tomar assento à mesa.

Em primeiro lugar, convido a Dr^a Bárbara Rosenberg, Secretária Adjunta da Secretaria de Direito Econômico, órgão vinculado ao Ministério da Justiça e que, neste momento, está representando o Dr. Daniel Krepel Goldberg.

Em seguida, convido o Dr. Marcelo Saintive, substituto do Dr. Hécio Tokesh, Secretário de Acompanhamento Econômico, órgão vinculado ao Ministério da Fazenda.

Convido o Dr. Flávio de Carvalho Pinto Viegas, Presidente da Associação Brasileira de Citricultores.

Dr. Flávio, seja bem-vindo.

Chamo o Dr. Antoninho Rovaris, Secretário de Políticas Agrícolas da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. (Pausa.)

Não está presente.

Chamo o Dr. José Luiz Cutrale, Presidente da Cutrale. (Pausa.)

Não está presente.

Dr. Gustavo Henrique Firmo de Araújo, Fiscal Federal Agropecuário da Secretaria de Política Agrícola, representando o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Primeiramente, então, passo a palavra ao Dr. Flávio de Carvalho Pinto Viegas, Presidente da Associação Brasileira de Citricultores.

O SR. FLÁVIO DE CARVALHO PINTO VIEGAS

– Sr. Presidente, Srs. Senadores, Dr^a Bárbara, representante da SDE, senhoras e senhores, nós estamos muito felizes pela oportunidade de ter uma reunião tão importante para discutir os enormes problemas que a citricultura está enfrentando, em virtude de um processo de concentração do setor industrial e exportador da nossa cadeia produtiva.

A citricultura vem sofrendo um processo predatório das empresas que controlam a industrialização, a logística e a comercialização dos sucos de laranja produzidos no País. As quatro principais empresas controlam praticamente a totalidade das exportações, e três delas, que têm entre si relações familiares ou de parceria comercial, controlam 100% do sistema de distribuição a granel do suco concentrado e congelado exportado.

O controle do sistema a granel é vital para a viabilização do negócio. Tal fator deve ser considerado e analisado muito cuidadosamente, porque essa tem sido a grande barreira para que haja a entrada de novas empresas e para que a concorrência se estabeleça nesse setor.

A teoria econômica demonstra que estão presentes no setor todas as condições para a cartelização e até mesmo para um acordo tácito pelas assimetrias dos dois principais elos da nossa cadeia produtiva. E, havendo as condições para a cartelização ou até um acordo tácito e havendo a existência das evidências e, talvez, até as provas, nós esperamos que o Governo e as entidades responsáveis pelo controle da concorrência investiguem profundamente esse setor e busquem as soluções para essa situação.

São de amplo conhecimento as práticas abusivas por parte das indústrias nas relações com os citricultores. A consequência para esses, em razão de décadas de preços inferiores ao custo econômico de produção, tem sido a descapitalização e a inviabilização dos pequenos e médios citricultores. Está também evidente

a ação coordenada entre elas por meio de condutas uniformes nos preços e condições de aquisição da laranja, mesmo sabendo que essas empresas têm estruturas diferentes, têm escalas diferentes, níveis de ociosidade diferentes, relações de integração vertical, quer dizer, algumas têm associações com grandes engarrafadores no exterior. Embora tenham níveis de verticalização, quer dizer, quantidade de fruta própria produzida, totalmente diferentes, estranhamente elas praticam os mesmos preços no mercado.

E não é só isso, a condução do processo de negociação implica em que os preços são sempre iguais e variam durante a safra. Por exemplo, eles iniciam uma safra, por exemplo, com preços baixos. Então, eles entram com uma oferta e compram uma certa quantidade naquele nível de preço. Param todas elas simultaneamente. Voltam ao mercado com outro patamar de preço, fazem uma outra posição nesse outro patamar, param simultaneamente de novo, voltam uma terceira vez, e assim por diante. Quer dizer, isso mostra que as empresas têm algum grau de relacionamento, de troca de informações, que têm sido usadas em detrimento dos citricultores.

Além disso, elas têm imposto contratos muito lesivos, contratos que têm cláusulas que permitem que, em qualquer momento, a empresa deixe de cumprir aquele contrato. Então, ela alega que a fruta não está na qualidade contratada, porque a especificação de qualidade é muito elevada e, em qualquer caso, você consegue refugar aquela laranja, e ela usa isso ou para renegociar o preço ou deixar de receber um contrato de um produtor que se negue a renegociar.

Além disso, eles usam o controle da colheita, que no passado era feito pela indústria, com todos os trabalhadores registrados na indústria, e que hoje foram repassados para os citricultores; quer dizer, os ônus diretos do custo da colheita, mas também os ônus trabalhistas envolvidos nesse setor. Mas toda essa operação é coordenada pela indústria, quer dizer, você tem a sua fruta pronta para ser colhida, você é obrigado a ter uma equipe de trabalhadores para a colheita, mas fica na dependência da indústria, se ela vai querer receber hoje ou amanhã. Então, você tem aqueles empregados sendo pagos e, muitas vezes, eles não podem trabalhar porque a indústria alega que a fruta não interessa naquele momento. Não interessa por questões operacionais e, às vezes, até por uma simples decisão que não tomamos nem conhecimento. Dizem: parei de colher.

Neste ano, por exemplo, a indústria começou a colher, nós contratamos treze turmas, um grupo pequeno; tínhamos uma quota de dois caminhões por dia. Uma semana e meia depois, ela reduziu para a meta-

de essa quota. Então, ficamos com 50% das equipes ociosas, recebendo, sem nenhuma saída possível.

Essa situação se agrava devido à ausência do controle do Estado sobre as práticas abusivas das empresas. Há um trabalho de Nors que mostra que um Estado se tornaria rico se tivesse duas condições, tivesse instituições fortes e assegurasse a concorrência. Então, esperamos uma ação mais ampla que caberia aos Srs. Senadores de realmente fortalecer as entidades de defesa da concorrência e as instituições, de uma forma geral, porque o que nós temos visto é que muitas decisões tomadas corretamente, visando ao interesse dos citricultores, são, pura e simplesmente, deixadas de lado, não são cumpridas.

Nós notamos a posição da indústria. É a segunda audiência pública a que eles são convidados, e eles deixam de comparecer, porque acham que não devem satisfação a ninguém, ao Governo, do qual eles foram grandes beneficiários no início, com grandes financiamentos, com subsídios, com benesses de toda forma.

Então, temos de cobrar dessas empresas a sua responsabilidade social.

O setor industrial justifica suas ações predatórias, sua concentração e sua verticalização com o ganho de eficiência, e muita gente aceita isso passivamente. Quer dizer, eles deixam completamente de lado a sua responsabilidade social.

A citricultura é uma atividade distribuidora de renda, propiciadora de empregos, e eles estão concentrando essa atividade e tirando grandes vantagens. A citricultura, hoje, é conduzida 92% por pequenos citricultores, e esses pequenos citricultores, em regra geral, moram no Município citrícola, demandam não só os insumos necessários para a sua atividade, como também outros serviços: advogados, médicos, dentistas. Então, eles dinamizam a economia dos Municípios citrícolas.

A concentração leva ao grande proprietário, que vai residir em São Paulo, nos grandes centros, e o pequeno Município citrícola vai se transformar numa cidade dormitório dos trabalhadores rurais. Não é isso que queremos para o nosso País.

E isso se faz sem perda de competitividade. A citricultura é competitiva mesmo sendo conduzida por pequenos citricultores.

Quero lembrar que, em 1995, a Secretaria de Direito Econômico acatou a representação dos citricultores, sugerindo a condenação das empresas envolvidas no cartel. Porém, o Cade decidiu celebrar um compromisso de exceção, que não foi cumprido, a não ser nas cláusulas que eram de interesse das indústrias. Por isso, eles tiraram um chamado contrato padrão, que

era um contrato parecido com o que se usa hoje na produção de cana, que gerava um excelente relacionamento entre citricultores e indústrias e assegurava uma remuneração adequada. Isso foi baseado numa decisão errada do Cade, e nós esperamos que ela seja revista, porque estamos no início de uma negociação, para a citricultura, similar à da cana.

Estamos também, neste momento, tratando da venda da Cargill. A venda da Cargill foi apresentada de forma totalmente diferente da que ocorreu na realidade. As empresas alegam que a Cutrale e a Citrosuco, independentemente, compraram ativos da Cargill, quando, na verdade, a Cutrale e a Citrosuco, conjuntamente, operaram no sentido de tirar do setor um concorrente importante, com a intenção de ficarem com o *market share* e a base dos fornecedores. Estranhamente, inclusive, todos os fornecedores estavam alocados numa das fábricas que foi comprada pela Citrosuco. Estranhamente, esses citricultores foram divididos entre a Cutrale e a Citrosuco, o que não teria cabimento dentro dessa negociação, da forma como eles apresentaram.

Além disso, nós sabemos que esse setor tem um excesso de capacidade enorme; tem capacidade para processar 500 milhões de caixas e tem processado 380 milhões de caixas. Por isso, não havia interesse nenhum em ampliar a capacidade de processamento.

Há outro erro importante nesse relatório: é que o sistema de transporte a granel que citamos anteriormente, que é a chave do nosso negócio, que a Cargill possuía – foi a introdutora desse sistema no nosso setor –, pura e simplesmente, não aparece ou aparece de forma inadequada no relatório.

Além disso, em declarações recentes na imprensa, o Presidente da Citrosuco afirma que a compra da Cargill foi feita de comum acordo ou foi feita em sociedade pela Cutrale e pela Citrosuco. Essa é uma violação clara, para mim, das regras da concorrência e deveria ser vista dessa forma e penalizada.

Seria muito importante que a SEAE e a SDE vissem esse relatório, porque ele está no Cade e não poderia ser julgado da forma como está. Também pediríamos que houvesse uma audiência pública, com a presença dos presidentes das indústrias envolvidas, antes do julgamento desse processo no Cade, porque é muito importante que eles realmente digam à Nação quais são as razões dessa negociação.

Aqui encerro a minha apresentação e fico à disposição para responder a qualquer questão.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Peço-lhe só um minuto, Senador Aelton Freitas.

Em primeiro lugar, agradeço a participação, neste primeiro momento, do Dr. Flávio de Carvalho Pinto Viegas, que apresentou um quadro bastante crítico, difícil. Esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal e a Comissão de Assuntos Econômicos desejam acompanhar esse processo e dele participar. Tanto é assim, que, inclusive, eu já havia indicado anteriormente o Senador Aelton Freitas para, representando a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, participar de evento em São Paulo.

Antes de passar a palavra ao Senador Aelton Freitas, que a pediu pela ordem, quero ler um documento que chegou do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, o Cade, que havia sido convidado para esta audiência pública. É assinado pela Presidente, Dr^a Elizabeth, que diz da impossibilidade do Conselho de se fazer representar nesta audiência: “Na mesma data da reunião, este Conselho se reunirá, em sessão ordinária de julgamento, com uma pauta extensa também”, o que inviabilizaria a ausência do Conselheiro no Cade. “É importante, todavia, ressaltar que a participação deste Conselho na discussão do caso em pauta seria, de qualquer forma, limitada, isso porque os Conselheiros do Cade estão impedidos, por força do art. 10, inciso V, do Código de Ética do Cade, de se manifestarem sobre qualquer processo que ainda não tenha sido julgado, como é o caso dos processos que serão tratados na reunião conjunta, sujeitando-se, inclusive, diante do descumprimento de tal dispositivo, à perda de mandato.”

É essa a justificativa do Cade para não estar presente nesta audiência. Porém, ressalto que a audiência pública tem por objetivo ouvir todos os setores, para que estas Comissões do Senado acompanhem o processo a partir desses relatos e dos relatos que serão feitos.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sr. Presidente, Senador Flávio Arns, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores convidados, como membro indicado por esta Comissão – principalmente por V. Ex^a, Sr. Presidente, e pelo Plenário – para estar em Bebedouro, juntamente com o Senador Eduardo Suplicy, numa reunião promovida pela Associtrus, tive a oportunidade de ouvir de vários produtores, principalmente do Dr. Flávio Viegas, o que ele expôs aqui. E, ao chegarmos, nos sentimos não só na responsabilidade, mas na necessidade, de pedirmos esta reunião em conjunto, tanto eu quanto o Senador Eduardo Suplicy, que, além de ser um Senador eleito pelos paulistas, estava lá presente.

Essa situação nos preocupou muito, e tivemos, senhores convidados, uma receptividade total, tanto

é que foi aprovado por unanimidade nas duas Comissões o nosso requerimento. Peço aqui, como Senador membro desta Comissão, desculpas por este plenário não estar cheio. Todos se interessaram, e muito, e ficaram preocupados com a situação, mas a demanda de trabalho, principalmente neste momento, com três CPIs acontecendo, faz parecer vazia esta reunião. Mas, ao contrário, tenho certeza de que o País está vendo o nosso trabalho. E a nossa meta e a nossa obrigação como Parlamentar e membro titular destas duas Comissões é fazer o possível.

Os nobres representantes dos Ministérios, do Governo, aqui presentes, já ouviram o depoimento do Presidente da Associtrus, nosso convidado ilustre, Dr. Flávio Viegas. É uma situação muito preocupante. Fiz um resumo do que ouvi lá – e tenho certeza de que os senhores vão ouvir aqui –, e entendo que precisamos achar uma alternativa. Como engenheiro agrônomo, como ex-presidente de uma instituição muito voltada para o mini e o pequeno produtor, a Emater – Minas Gerais, eu já assisti a esse filme outras vezes, mas em segmentos menores, que não traziam tantos reflexos negativos à economia e à sociedade como o que está acontecendo agora tende a trazer, e já está trazendo, para o setor da citricultura.

A citricultura brasileira, Sr. Presidente, responde por nada menos do que 37% das laranjas plantadas no mundo e 52% do suco de laranja produzido no mundo. A cultura sempre foi desenvolvida com base em pequenos produtores...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Senador Aelton Freitas, só para nós pensarmos em conjunto sobre a forma de encaminhamento da reunião...

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Como V. Exª e o Senador Suplicy estiveram em São Paulo, e eu diria que os órgãos oficiais devem se posicionar em função da realidade, por isso que inclusive começamos com o Dr. Flávio, eu consideraria o seguinte: que, dentro desses dez minutos disponíveis, como V. Exª e o Senador Suplicy estiveram lá, talvez os dois Senadores, em conjunto, utilizando esses dez minutos, pudessem fazer um relato do quadro observado nessa reunião em São Paulo, como V. Exª vem fazendo, para que, depois, os órgãos oficiais do Estado, do Governo, se posicionassem não só em relação a essa realidade, mas em relação à política de uma maneira geral.

Então, passaríamos a contar esses dez minutos para que V. Exª...

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Senador Suplicy, eu só preciso de mais dois. Oito minutos ficam à disposição de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Então, mais dois minutos, e nós consideraríamos os dez minutos no geral como uma das apresentações, sem naturalmente perderem o benefício de, depois, também como autores do requerimento, questionarem todas as pessoas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Eu peço a compreensão de V. Exª e da Mesa, Sr. Presidente. Por ser membro titular da CPI dos Correios, eu tenho seis perguntas importantíssimas a fazer aos nossos convocados hoje, e também preciso estar lá. Então, caso não esteja presente, peço que nos compreenda.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Exato. V. Exª continua com a palavra.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – A cultura sempre foi desenvolvida com base em pequenos produtores, 90% dos quais possuem áreas inferiores a 40 hectares. Sempre foi uma atividade econômica presente na maioria dos Municípios paulistas, mais especificamente em 300 Municípios do Estado de São Paulo, gerando quatrocentos mil empregos diretos e proporcionando 1,2 milhão de empregos diretos e indiretos.

Segundo a Associtrus, a maioria desses produtores já abandonaram a atividade. A situação levou a uma queda de 27 mil citricultores para apenas 15 mil, em poucos anos. Ou seja, uma queda de praticamente 40%.

Segundo documento elaborado nessa reunião em que estivemos, “Manifesto da Citricultura”, apenas quatro indústrias hoje concentram o processamento de 86% das laranjas, não tendo assim muita opção de venda os pequenos agricultores, que se sentem nas mãos dessas grandes empresas. Isso impede o desenvolvimento dos pequenos e médios produtores, que respondem por 90% das propriedades de laranjas. Ou seja, a concentração está fazendo com que a atividade, que era o carro-chefe principalmente no interior de São Paulo e na minha região do Triângulo Mineiro, fique nas mãos de poucos.

Por me sentir tão incomodado com a situação que presenciei e sobre a qual ouvi relatos de todos os que estavam presentes naquela reunião em Bebedouro, é que tomamos a iniciativa de entrar com esse requerimento aqui na Comissão de Agricultura e Pecuária, bem como, simultaneamente, o Senador Eduardo Suplicy pela Comissão de Assuntos Econômicos, no sentido de fazermos essa reunião em conjunto na data de hoje.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR)

– Agradeço ao Senador Aelton Freitas, inclusive pelo relato que fez.

Passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, autor do requerimento, pela Comissão de Assuntos Econômicos. S. Ex^a também participou da reunião que deu origem a esta audiência pública no Estado de São Paulo.

Com a palavra V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP) – Sr.

Presidente, Senador Flávio Arns, eu gostaria de me reservar para falar apenas no período de indagações, logo após a exposição dos convidados.

Gostaria, entretanto, de registrar a presença, entre nós – e não conseguirei falar de todos – do ex-prefeito de Bebedouro, atual Presidente da Associação dos Municípios Citrícolas do Estado de São Paulo, Sr. Davi Peres Aguiar; do Sr. Renato Toledo de Queirós, membro da Socitrus e citricultor em Bebedouro; do Sr. Vicente Paulo Antonino, citricultor em Taiúva, que representa a caravana daquela cidade paulista.

Levantem a mão os que são de Taiúva, por favor, para que possam ser reconhecidos.

Está também presente o Sr. Valdir Buttarello, produtor e Presidente do Sindicato Rural de Itápolis. Há diversas pessoas de Itápolis, a quem peço, igualmente, que levantem as mãos, por favor.

Esta presente também o Sr. Moacir Zitelli, Prefeito municipal de Itápolis. Seja bem-vindo!

Estão ainda presentes o Sr. João Roberto Garcia, membro da Associação de Amigos de Rio Turvo; o Sr. Machado, ex-prefeito de Rio Claro e também Diretor da Amcisp. Seja bem-vindo!

É possível que haja mas prefeitos ou presidentes de Câmaras de Vereadores. (Pausa.) V. S^{as} poderiam enviar seus nomes à Mesa, por favor, para o devido registro.

Sr. Presidente, eu agradeceria a V. Ex^a se pudesse nos informar se os presidentes da Citrosucos, Norberto Farina; da Cutrale, José Luís Cutrale; da Dreyfus, Kenneth Geld; da Citrovita, Mário Bavaresco Júnior; e da Associação Brasileira de Exportadores de Citros – ABCitros, Ademerval Garcia, mandaram comunicados relativamente à possível razão do impedimento de comparecerem a esta audiência pública, uma vez que foram respeitosamente convidados pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Agricultura. Seria importante o registro dessa informação, a fim de saber se houve algum impedimento de razão superior para que eles não comparecessem até o presente momento.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR)

– Tanto quanto esta Presidência saiba, esses comunicados não chegaram a esta Casa. Todos confirmaram as suas presenças, segundo informa a assessoria, com exceção do Sr. Ademerval Garcia, que é Presidente da Associação Brasileira de Exportadores de Citros – ABCItros. Todos os demais haviam confirmado as suas presenças. Contudo, a justificativa pela ausência não chegou a esta Presidência.

Por outro lado, quero dizer a V. Ex^a que, sem dúvida alguma, as duas Comissões do Senado Federal tomarão todas as iniciativas ao alcance desta Casa para contribuir no encaminhamento da solução das dificuldades enfrentadas pela área.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP) – Pois não, Presidente.

Pelo que eu saiba, o tempo está bom, de forma que não houve qualquer impedimento aos vôos de Congonhas para cá, e não houve nenhum acidente aéreo. Espero, então, que S. S^{as} ainda possam chegar pelo menos... E, como a TV Senado ainda está transmitindo ao vivo, aproveito para fazer o apelo aos Presidentes dessas empresas para que diligenciem no sentido de ainda chegar a este Plenário ou fazer a devida comunicação, até por respeito a todos aqui presentes.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR)

– Agradeço a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy, e solicito às Secretarias das Comissões, inclusive para registro nos Anais, que seja confeccionada uma lista de presença das pessoas que compareceram a esta Audiência Pública.

Na sequência, passo a palavra ao Dr. Gustavo Henrique Firmo de Araújo, Fiscal Federal Agropecuário da Secretaria de Política Agrícola, nesta audiência representando o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE FIRMO DE ARAÚJO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia a todos!

Com relação às políticas agrícolas, às políticas públicas, eu gostaria de apresentar alguns números. Não sei se é possível projetar, mas, se não for, eu poderia falar.

O Ministério da Agricultura sempre tem atuado na parte de defesa fitossanitária e na parte de políticas de crédito de custeio e investimento. Por exemplo, nós temos os recursos do Prodefruta, que aplicou, na safra 2002/2003, R\$292 milhões, em termos gerais, em toda a fruticultura. Em 2003/2004, R\$314 milhões; em 2004/2005, R\$403 milhões... Desculpem! Esses números que apresentei são relativos a custeio; en-

tão, aplicados especificamente na laranja, ou seja, esses números a que me referi foram aplicados no custeio da laranja. Cerca de 90% disso no Estado de São Paulo.

Com relação ao Prodefruta, que é um programa de investimento em recuperação de pomares etc., foi destinado, em 2000, apenas R\$1,2 milhão. Esse valor foi crescendo até atingir, em 2004, R\$89 milhões. Em 2005, até maio, foram aplicados R\$45 milhões.

Existem outros programas de investimento que podem ser utilizados pela citricultura, mas os dois mais importantes seriam esses que destaquei.

Gostaria de registrar também que o Ministério da Agricultura é favorável à criação do Consecitrus, que apoiamos, nos mesmos moldes em que foram feitos o Conseleite e o Consecana, bem como temos tentado apoiar a criação da Câmara Setorial da Citricultura. O pessoal da Coordenação-Geral de Câmaras Setoriais está aqui presente. Em termos gerais, apoiamos...

Como me informam agora, se os senhores quiserem ver os números, podemos projetá-los. Contudo, penso que não seja necessário.

Eu queria destaca, ainda, a atuação da Conab na previsão de safras de citros. Eles têm trabalhado no sentido de tentar fazer a previsão da safra de citros. Pelo que sei a Kátia é quem está fazendo o levantamento de campo, e a previsão de safra estaria dependendo apenas de se terminar esse trabalho de campo. Isso é importante para diminuir a assimetria de informações existente entre indústria e produtores. Estes têm uma dificuldade de associação, de cooperativismo, o que dificulta o acesso à informação sobre preços, safra etc. Essa é uma atuação importante que o Ministério apóia, conjuntamente com a Conab.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR)

– Agradeço a participação do Sr. Gustavo Araújo, representante do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, nesta audiência que tem por objetivo discutir o intenso processo – a palavra, inclusive, já mostra a grande preocupação – de concentração econômica, em algumas empresas, em curso na citricultura brasileira.

Em seguida, passo a palavra ao Sr. Marcelo Barbosa Saintive, representante do Dr. Hércio Tokeshi, Secretário de Acompanhamento Econômico – Seae, vinculada ao Ministério da Fazenda.

Tem a palavra o Sr. Marcelo Saintive.

O SR. MARCELO BARBOSA SAINTIVE – Bom dia a todos!

Ilustres Senadores, companheiros de mesa, em primeiro lugar, agradeço o convite para participar desta

Audiência Pública, esperando poder esclarecer alguns tópicos específicos.

Nós havíamos preparado uma apresentação um tanto exaustiva, mas, tendo em vista o prazo exíguo, vamos nos ater a três tópicos específicos sobre atos de concentração analisados, tanto pela Secretaria de Acompanhamento Econômico quanto pela Secretaria de Direito Econômico. De qualquer forma, esta apresentação está disponível aos presentes.

São três os aspectos debatidos relativamente aos atos de concentração, seja da Citrosucos adquirindo parte de ativos da Cargill, seja da Cutrale adquirindo outra parte de ativos da Cargill.

Um assunto importante nesse mercado é a logística. Nós sabemos que a produção nacional do setor agroindustrial de citricultura concentra-se fortemente no Cinturão da Laranja”, assim denominadas as macrorregiões de Sorocaba, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e Campinas, em São Paulo, mais o Triângulo Mineiro. Dada essa localização, o ponto de escoamento economicamente viável para essa produção é o Porto de Santos. Então, repito, economicamente, a logística desse setor tende a escoar a produção de suco de laranja pelo Porto de Santos. No entanto, devo dizer, trata-se de um escoamento multimodal, em que se faz um transporte na modal rodoviária e, posteriormente, ao ser embarcado em navios, obviamente, o produto passa à modal marítima, sendo, então, transportado para os países de destino.

Pois bem; eu quis trazer essa questão ao debate porque identificamos que, na dinâmica desse mercado, um problema específico é o acesso ao Porto de Santos – e isso está claro para os órgãos de defesa da concorrência. Todavia, na operação em tela, o de que se trata, na verdade, é que a empresa Cargill, pré-operação, tinha uma cessão de contrato de locação de um terminal específico do Porto de Santos. Então, esse acesso à empresa Cargill inexistia antes da operação. O que a operação faz, desde que haja consentimento do órgão regulador – Codesp – para que isso seja feito, é que essa cessão seja passada para a adquirente. Portanto, na operação específica que está sendo analisada, o acesso, que inexistia antes, continua inexistindo depois, e, conseqüentemente, em termos de operação do sistema, é um efeito nulo.

É importante que esse ponto fique claro para os senhores. A operação tem uma dimensão micro – a troca de ativos e cessões de direitos feitas nas operações – e uma discussão mais ampla, que é a discussão sobre o acesso ao Porto de Santos, que envolve, sim, um problema para a dinâmica desse mercado.

Eu queria deixar isso bem claro, porque esse é um dos pontos discutíveis para esse setor: a logística do acesso ao Porto de Santos.

Um segundo ponto, já mencionado e que é importante ressaltar, diz respeito a que, quando você está analisando uma concentração horizontal de empresas que adquirem determinados insumos, o importante para o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência é se essa concentração horizontal aumenta o poder de mercado dessas empresas na compra dos insumos. É isso que importa para nós do sistema. Nos casos em tela analisados – trata-se de uma concentração horizontal de produtores de suco de laranja – vamos verificar se houve ou não aumento significativo desse poder de compra. Nas duas operações analisadas, uma delas envolvia a Cutrale. A Cutrale, antes da operação, respondia pela demanda da compra de laranja **in natura** em 23%. Após a operação, ela passa a demandar 25%. Portanto, é um aumento que consideramos não significativo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Após que operação?

O SR. MARCELO BARBOSA SAINTIVE – A operação envolvendo a Cutrale e Cargill.

Esses dados estão na apresentação que será deixada com os senhores. Na outra operação, que envolve a empresa Fisher e a Cargill, a Cltrosuco, também analisamos se há um aumento significativo do poder de mercado na compra desses insumos. Nesse caso específico, a empresa pré-operação respondia por 18% da demanda de laranja **in natura**. Após a operação, passa a responder por 24%. Portanto, a princípio, também não é um aumento significativo, mas, tendo em vista a complexidade desse mercado, a existência de diversos problemas, avançamos na análise. Devo dizer, fazendo um parêntese, que em outras jurisdições que tratam de atos de concentração, muitas vezes – cito o exemplo da jurisdição americana – só se analisa aumento de poder de compra quando a demanda, após a concentração, passa a ser respondida a partir de 35%. Portanto, nesse caso especificamente, isso nem seria analisado. Mas nós aqui, entendendo o problema desse mercado, avançamos na análise. E, aí, uma das características de análise de defesa da concorrência é verificar se há entrada ou não no mercado.

Consultamos associações dos setores, obtivemos informações das requerentes no sentido de que havia, nos últimos três ou cinco anos, entrada de empresas na produção de suco de laranja, basicamente em torno de dez empresas na região analisada. Após essa informação, consultamos essas empresas para verificar se havia dificuldade de elas exportarem o suco de laranja, se elas conseguiriam, através de outros meios de

transportes, exportá-las, e elas nos responderam que sim. Tendo em vista essa informação obtida de empresas que, segundo identificamos, entraram no mercado de produção de suco de laranja, temos que seguir a análise com a seguinte realidade: houve a entrada e, portanto, o poder de mercado que porventura viesse a ocorrer após as operações analisadas, seriam contestadas pelas empresas entrantes.

Portanto, creio que foi assim submetido à análise. Esses são três tópicos específicos na análise feita pelas duas secretarias, que mostram o nosso rigor no entendimento de que o mercado tem seus problemas.

Um ponto que eu queria enfatizar, aproveitando a oportunidade, é que o CADE – o órgão judicante ainda não terminou o julgamento – estará sempre apto a receber novas informações e outros fatos que nós, da Secretaria de Acompanhamento Econômico, não recebemos à época de análise do caso em tela. Por fim – não sei se tenho tempo, talvez seja melhor trabalhar nas respostas às indagações – faço um breve comentário sobre a fala do Dr. Flávio. Ele citou o Economista, Prêmio Nobel de 1993, Douglas North, com cuja análise concordo plenamente. Na verdade, como todos vocês sabem, a discussão da reforma do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência já existe há alguns anos, e é justamente a discussão dessa reforma, o encaminhamento dessa reforma para o ilustre Congresso é que vai tornar as instituições mais fortes e, especificamente nesse caso, as instituições que tratam de defesa da concorrência. Eram essas as minhas palavras. Estou aberto às possíveis indagações. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Agradeço ao Dr. Marcelo pela participação. Quero ainda ressaltar que a lista de presença está aqui, na frente. Quem desejar assinar deve levantar a mão, e a assessoria fará chegar a lista até vocês. Agradeço a todas as pessoas interessadas na área pela participação, pela realização dessa audiência pública. Passo, finalmente, a palavra a Drª Bárbara Rosemberg, Secretária-Adjunta da Secretaria de Direito Econômico, órgão vinculado ao Ministério da Justiça, representando o Dr. Daniel Goldberg, que é o Secretário.

A SRª BÁRBARA ROSEMBERG – Muito obrigada. Bom dia a todos, aos ilustres Senadores que cumprimento na pessoa do Presidente, bom dia aos colegas de mesa, como foi dito pelo Secretário-Adjunto de Acompanhamento Econômico, para a Secretaria de Direito Econômico também é importante ter esse contato, prestar esclarecimentos e dar toda a transparência à atividade que vem sendo desenvolvida nessa como nas demais áreas. Para a Secretaria de Direito Econômico, é importante estar aqui inclusive para dirimir quaisquer dúvidas. Mais do que isso: existe um

interesse em colher o máximo de informações pertinentes ao setor, na medida em que existem na Secretaria de Direito Econômico investigações relativas ao setor, existe um processo administrativo relativo ao setor e que ainda carece de instrução. Nesse sentido, toda e qualquer informação que seja atinente a esse mercado, ao setor citrícola brasileiro, é de extrema relevância.

Como já foi muito bem apresentado pelo Dr. Marcelo Saintive, as duas secretarias já se manifestaram em relação ao ato de concentração. Foi um parecer elaborado de maneira conjunta. Acho que esse é um esclarecimento importante na medida em que essa é uma prática relativamente recente das duas secretarias. Com o interesse e intuito de tornar a análise mais efetiva e mais eficiente para diminuir o prazo de análise das operações, as instruções e atos de concentração têm sido feitas em conjunto. Então, tudo aquilo que foi dito pelo Dr. Marcelo pode ser atribuído, naquilo que teve razão e naquilo que eventualmente lhe faltou razão, à Secretaria de Direito Econômico.

Gostaria de chamar a atenção particularmente ao se refere à questão da prática de condutas anticoncorrenciais. Foi descrito um cenário muito crítico pelo Dr. Flávio Viegas, ressaltado pelos Senadores Sérgio Guerra e Eduardo Suplicy. Esse cenário é, na realidade, o aspecto que está sob investigação na Secretaria de Direito Econômico. Saberemos se ficarão comprovadas as diversas práticas que foram narradas. Faço questão de ser extremamente cautelosa porque, dentro do poder/dever que a Secretaria tem de apurar práticas anticoncorrenciais, existe, por outro lado, o dever de não fazer qualquer tipo de prejulgamento até que esteja devidamente encerrada a investigação. Por outro lado, nos interessa colher o máximo de informações possíveis para instruímos os processos que estão em curso na Secretaria de Direito Econômico.

As diversas práticas, se resultado de condutas unilaterais das empresas, em princípio, num primeiro exame, talvez não configurassem, em si, como práticas anticoncorrenciais. Por outro lado, pelos contatos que temos tido com o setor, o ponto que parece ser mais sensível e mais grave é o fato de que essas práticas seriam realizadas de forma coordenada pelas diferentes empresas.

Já foi explicado, porque, sob o ponto de vista das Secretarias, o ato de concentração, em si, não alterou sobremaneira a estrutura do mercado, o que não significa que abuso do poder econômico decorrente dessa concentração econômica não tenha que ser apurado. Em sendo comprovado, deve ser devidamente punido.

A Secretaria de Direito Econômico tem feito um esforço muito grande para colher essas informações.

Também foi feita uma visita a Bebedouro, onde tivemos oportunidade de ter um contato mais próximo com produtores do setor citrícola. Pudemos colher informações mais para entender, na verdade, a dinâmica e funcionamento do mercado. Por outro lado, foi ressaltado a eles que o processo administrativo que está em curso na Secretaria ainda carece de provas suficientes para que possa ser concluído do ponto de vista da finalização da instrução. Nesse sentido, todos aqueles que tiverem dados ou informações devem comunicar porque a Secretaria tem todo interesse em receber essas informações, de tomar depoimentos de pessoas que podem contribuir para essa instrução. Cumprimento a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Agricultura, uma vez que, nesses contatos, é possível colher informações também úteis para a apuração dos fatos.

Nesse sentido, portanto, o foco principal da Secretaria de Direito Econômico tem sido o de envidar os maiores esforços no combate às condutas anticoncorrenciais dos mais diversos setores, inclusive utilizando métodos de investigação que antes não eram usados, entre os quais posso citar a realização de busca e apreensão, a realização de acordo de leniência, ou seja, a possibilidade de que pessoas que tenham atuado de forma ilegal nos termos da lei possam procurar a Secretaria de Direito Econômico para fazer algo que seria próximo, vamos dizer, à delação premiada.

Todos esses instrumentos modernos que a Secretaria tem utilizado têm gerado bons frutos. Repito: no setor citrícola a investigação ainda está no estágio não tão maduro e ainda é necessário que colhamos mais provas para concluir esse processo, mas existe uma vontade política de apurar e punir todas as práticas anticoncorrenciais nos mais diversos setores onde há investigação. A investigação está em curso, e interessa efetivamente à Secretaria punir esse abuso de poder econômico. É necessário ressaltar que o poder econômico em si não é objeto de punição, nos termos da lei – e temos que atuar restritamente nos termos da lei –, mas o abuso do poder econômico é punível. E, pelas descrições feitas pelos participantes do setor e pelos Senadores, não há dúvidas de que se trata de um setor problemático. Temos que diferenciar os problemas decorrentes do abuso econômico, que cabem exclusivamente aos órgãos de defesa da concorrência, dos problemas atinentes ao setor, que dependem da atuação de outros órgãos do governo, uma vez que a atuação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência é bastante direcionada e bastante objetiva, na medida em que tem, por objetivo, aplicar a Lei nº 8884, que é a lei que regula nossas atividades.

Da mesma forma que foi explicado pela Presidente do CADE, Dr^a Elizabeth Farina, não posso entrar nas minúcias da investigação, sob pena de, por um lado, estar prejudgando, e, por outro, de até prejudicar a investigação que está sendo feita. O posso dizer, com toda a transparência, é que existe uma prioridade nesse setor. Dado o volume de reclamações, a Secretaria está enviando os maiores esforços para apurar todas as práticas que estão sendo trazidas, inclusive com contato próximo com os participantes do setor. Estou absolutamente à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos. Posso também enviar, se for interesse da Comissão, uma cópia integral – não trouxe hoje porque são onze volumes de documentos juntados – do processo administrativo que está em curso ou de outros documentos públicos que estão na Secretaria. Nós nos colocamos absolutamente à disposição para encaminhar tudo aquilo de que dispomos. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR)

– Agradecemos a Dr^a Bárbara pela fala importante, Secretária-Adjunta de Direito Econômico, como haviam sido também importantes as falas do Dr. Marcelo, representando a Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, do Dr. Gustavo, do Ministério da Agricultura, em função da descrição do quadro preocupante, dramático e necessário de ser acompanhado não só pelo Executivo e pelos órgãos de fiscalização, mas também por este Senado Federal, e do Dr. Flávio, que é o Presidente da Associação Brasileira de Citricultores.

Abrimos agora a fase para a discussão com os Srs. Senadores. Lembro também que esta audiência pública é fruto de requerimentos dos Senadores Eduardo Suplicy e Aelton Freitas, respectivamente, membros da Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – essa última criada este ano.

Passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, autor do requerimento.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP) – Sr.

Presidente, Senador Flávio Arns, gostaria inicialmente de ressaltar – ainda que estejam presentes representantes de produtores de laranja de várias regiões do Estado de São Paulo, como Bebedouro, Itápolis e outras – que a laranja é produzida em muitos Estados brasileiros, como Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Sergipe e outros. Portanto, esse é um assunto que interessa a todo o Brasil.

Primeiramente, gostaria que o Dr. Marcelo, representante da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, nos dê alguns detalhes a mais sobre o Parecer nº 6179, de 28 de abril

de 2005, que concluiu favoravelmente à operação de compras das fábricas de suco da Cargill pela Cutrale e Citrosuco, que causou bastante preocupação entre os produtores de laranja. Então, gostaria que nos informasse quais foram os eventuais aspectos positivos ocorridos para a citricultura brasileira. Houve, por exemplo, ampliação do nível de produção de laranja? Houve ampliação da produção de suco de laranja? Houve ampliação do nível de emprego no setor, seja na agricultura, seja na indústria? Na análise, houve a preocupação com esses elementos?

Do ponto de vista de uma das preocupações maiores dos produtores, o que aconteceu, por exemplo, com o preço do produto pago ao produtor? Terá havido alguma situação eventual de imposição na medida em que para um setor onde já há significativa concentração com quatro produtores obtendo hoje cerca de 86% do mercado na hora de adquirir a laranja? Será que a compra por duas empresas de outra que existia não agravou a possibilidade de transformar o setor ainda em mais concentrado? Será que o pequeno e o médio produtor de laranja não se viram em situação ainda mais difícil?

Ontem, encontrei a Sr^a Elizabeth Farina, Presidente do CADE, no mesmo voo, e ela pediu para ressaltar a importância da decisão que hoje está tendo o CADE em relação à Companhia Vale do Rio Doce, na sua disputa com a Companhia Siderurgia Nacional. Por essa razão, não estão aqui presentes os membros do CADE.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Nós lemos o requerimento.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP) – Informou-me a Sr^a Elizabeth que o CADE está atendo a tudo o que aqui foi informado. Ainda que aqui estivesse o representante do CADE, ele não poderia estar opinando, uma vez que está em processo de julgamento no CADE. Certamente as informações aqui registradas serão analisadas pelo CADE.

Gostaria de perguntar ao Dr. Flávio de Carvalho Viegas se pode nos informar qual é a expectativa dos citricultores em relação à decisão que está por vir do CADE? Será que gostariam os citricultores, quem sabe, pela voz de V. S^a, mas também, se houver alguns representantes do setor que vieram de longe – quem sabe o Dr. Flávio possa sugerir o nome de alguém –, de ressaltar, sinteticamente, ou de dar o seu próprio testemunho a respeito das dificuldades que terão? Que alerta gostariam de fazer ao CADE e aos representantes dos Ministérios da Agricultura, Fazenda e da Justiça com respeito ao que está ocorrendo e o que poderá acontecer? Hoje é a oportunidade.

Quando aqui chegamos, os produtores de laranja estavam a nos dizer que estão se sentindo um pouco asfixiados, que querem produzir e ter as condições adequadas para tal, mas as empresas de suco de laranja nem sempre estão proporcionando as melhores condições para aquilo que lhes interessa. Para continuarem a se desenvolver, a exportar, a fazer do Brasil um grande exportar, as empresas de suco de laranja obviamente dependem dos produtores. Mas acredito que a Dr^a Bárbara, o Dr. Gustavo e o Dr. Marcelo têm a oportunidade ouvir os produtores e, melhor do que eu, que sou urbano, e muitos Senadores aqui presentes, como o Senador Pedro Simon, que consome muita laranja e muito suco, o Senador Mão Santa também gosta muito de laranja.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Mas laranja a fruta. (Risos.)

O SR. EDUARDO SUPLYCY (PT – SP) – No Rio de Janeiro também se produz laranja, Senador Crivella. Enfim, gostaria de perguntar à SDE e à SEAE se consideram importante tomar alguma medida no sentido de garantir a existência de um processo de negociação mais aberto e democrático entre a indústria de suco, os produtores agrícolas e os trabalhadores, para que, como numa câmara de representantes dos diversos segmentos, possa haver um melhor entendimento no sentido de amainar os conflitos que tenham corrido. Se há alguma sugestão nessa direção.

Essas são as questões, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Agradeço ao Senador Eduardo Suplicy, um dos autores do requerimento, e passo, em seguida, a palavra ao Senador Aelton Freitas, outro autor do requerimento para esta audiência pública. Em seguida, será aberto um bloco para perguntas e respostas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sr. Presidente, até para ganhar tempo, faço minhas as palavras do Senador Eduardo Suplicy, porque ele colocou muito bem. Prefiro ouvir a explanação do segmento que está sendo achatado, a fim de que os nossos diretores, tanto do Ministério da Agricultura, quanto da Agricultura e da Fazenda, revejam suas posições e as avaliem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Muito bem!

Então, em primeiro lugar, eu passo a palavra ao Dr. Flávio para as ponderações. E, em seguida, por solicitação do Dr. Flávio, passarei a palavra ao Dr. Ricardo Garcia – ele já está presente? – para que complementemente. Também as outras pessoas poderão fazer uso da palavra depois.

Com a palavra, o Dr. Flávio.

O SR. FLÁVIO DE CARVALHO PINTO VIEGAS – Bom, respondendo à questão do Senador Suplicy,

nós ficamos muito preocupados com a decisão contida no parecer da SEAE, uma vez que não somos técnicos mas vivemos o setor. Estou nesse setor desde 1968, tendo trabalhado na indústria, na parte de pesquisa, fui Diretor de indústria e participei desse setor na área industrial e hoje estou na área agrícola, e sei do grau de concentração que esse setor tem, sei das atitudes e da forma de operar desses grandes industriais, que têm desde 1977, ou até antes, vindo num processo de aquisição, fechamento e expulsão de concorrentes. Fizeram, durante grande período de tempo, processos de inviabilizar indústrias, que depois terminavam com um leilão, no qual apenas esses cinco ou seis eram os compradores dos equipamentos, para que essas indústrias não tivessem nenhuma possibilidade de voltar a trabalhar.

No caso da Cargill, ela era a firma mais ética do setor, embora já tivesse perdido muito dessa ética, em consequência da convivência muito nefasta no setor. Mas ainda era a firma mais ética e eu me esforçava para ser o fornecedor da Cargill, e sempre evitei ser fornecedor do Cutrale. E não é que hoje eu caí no colo do Cutrale? Na divisão, me designaram como fornecedor do Cutrale, contra a minha vontade, contra a vontade da maior parte dos fornecedores.

Então, isso é uma manipulação brutal a que estamos sendo submetidos em face dessa venda. A outra questão é a seguinte: nós não concordamos com a forma como foi apresentada pelos advogados e aceita pela SEAE, e nós também não fomos consultados pela SEAE. Dentro daquele relatório da SEAE, há informações com as quais nós de forma alguma concordamos. Há, inclusive, informações – contradizendo informações anteriores, de que o setor era concentrado, de que existiam condições de cartel – dizendo que não, que há um grande número de compradores de lado a lado, que o setor não é concentrado, que há cento e vinte e cinco empresas compradoras e entraram mais dez. Essas dez nem bem chegaram a entrar já estão quebradas.

Quer dizer, esse relatório não retrata a realidade. Pode ser que ele retrate a informação que um dos parceiros, que é a indústria, colocou, mas não retrata a realidade da forma que é vista pelos citricultores. Acredito que se os senhores consultarem os citricultores presentes todos eles vão dizer que ninguém acredita que a venda foi feita da forma que foi feita, que a venda objetivava a compra de ativos. Como já disse anteriormente, a fábrica não vale nada, o que valeu foi a saída de um concorrente, uma concentração maior.

Como disse antes, o Cutrale e a Citrosuco têm um histórico de parceria. Em 1977, eles compraram três empresas, que foram fechadas imediatamente,

mas se mantiveram trabalhando em conjunto, até os anos 90, administrando conjuntamente as fazendas desse conjunto de indústrias que eles compraram. Isso mostra claramente que eles não são concorrentes, eles são sócios. Há informações – e eu gostaria que fossem investigadas – de que, quando a Citrosuco comprou os 50% do seu sócio alemão Eckes, o Sr. Fischer tinha condição de comprar 30%. Ele comprou 30%, e a Cutrale comprou 20%, conforme depoimento de ex-presidente da Citrosuco. E ele não tem notícias de que essa participação acionária foi, digamos, formalizada e nem de que essa dívida foi paga.

Quanto à Citrosuco e à Citrovita, existe uma relação de parentesco. A herdeira da Citrosuco casou-se com o controlador da Citrovita, que é da família Ermírio de Moraes. Então, essas três empresas têm vínculos muito fortes e não se caracterizam como empresas concorrentes.

Analisando uma palestra de que participamos na Semana da Citricultura, verificamos que essas empresas têm uma participação significativa e dominante no setor, têm manipulado o mercado, haja vista os preços de exportação do suco de laranja. Praticamente nos últimos cinco anos, os preços têm sido sistematicamente abaixo do custo, o que gerou uma ação *antidumping* contra o Brasil, que vai prejudicar ainda mais o País. Esse preço baixo significa que o Brasil está exportando patrimônio; e eles estão exportando para empresas deles mesmos no exterior. Antigamente essas empresas estavam em paraísos fiscais, hoje já não estão mais, mas eles usam ainda os recursos retidos lá no exterior.

Esse cartel iniciou-se em 1974, até sob a proteção do Governo, na época em que a Cacex tentou intermediar as negociações, que já eram conflituosas, entre os citricultores e as indústrias, e estabeleceu, junto com a indústria, cotas para cada uma das indústrias. Então, essa divisão do mercado em cotas é a origem do cartel.

Depois disso, tivemos uma situação muito estranha, em que vários integrantes da Cacex passaram a ser executivos das indústrias. Houve três ou quatro casos em que eles se tornaram presidentes das indústrias.

Então, nesse tempo todo, o Estado, em vez de defender o citricultor, que no mundo inteiro é subsidiado e protegido, aqui no Brasil não o faz. Aqui somos espoliados e não somos protegidos. Então, o que queremos é restabelecer a proteção do Governo, que o citricultor, o agricultor, de uma forma geral, merece e precisa, para que consigamos sobreviver nesse setor tão importante da economia nacional.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR)

– Muito bem.

Agradeço ao Dr. Flávio pela fala e quero dizer que as denúncias são muito sérias em relação ao que vem acontecendo no setor. Sugiro, peço, solicito para a assessoria que as notas taquigráficas sejam produzidas com a máxima urgência, inclusive para não haver problemas eventuais de retaliação contra pessoas que venham a se manifestar. Vou discutir com o Senador Sérgio Guerra e, se assim se demonstrar necessário, que haja até mesmo uma audiência secreta, se for o caso, da Comissão de Agricultura para reunirmos mais elementos para subsidiar, eventualmente, se esse for o caso, decisões e encaminhamentos dos órgãos competentes.

Passo em seguida a palavra ao Dr. Marcelo Saintive, que é da Secretaria de Acompanhamento Econômico.

O SR. (Orador não identificado) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR)

– Na verdade, ouviremos também o Dr. Ricardo Wagner Garcia, que é Procurador Regional de Campinas, mas até sugiro, com a compreensão do Dr. Ricardo, que primeiro a Dr^a Bárbara e o Dr. Marcelo se manifestem, até para V. S^a se inteirar do contexto todo que já foi debatido nesta audiência pública.

Por favor, Senador Luiz Otávio, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, V. Ex^a não gostaria de assumir a Presidência?

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – (*Fora do microfone.*) A Comissão está mais bem presidida por V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR)

– Obrigado.

Havíamos justificado a ausência dos Presidentes, em função de várias reuniões concomitantes que estavam acontecendo aqui no Senado, mas quero enaltecer e destacar para todos os presentes e para todos do Brasil o trabalho e a presença do Senador Luiz Otávio, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Concedo a palavra ao Dr. Marcelo.

O SR. MARCELO SAINTIVE – Sr^{as} e Srs. Senadores, tentarei responder brevemente os questionamentos do Senador Eduardo Suplicy e de outros Srs. Senadores. Antes, no entanto, farei apenas um esclarecimento com relação à informação do Dr. Flávio.

No parecer da Secretaria de Acompanhamento Econômico, elaborado conjuntamente com a Secretaria de Direito Econômico, e por dever de ofício, coletamos informações de todos os setores. Portanto, no próprio parecer, como V. Ex^{as} poderão constatar, os ofícios que

mencionamos estão lá descritos, até mesmo para a própria associação representada pelo Dr. Flávio, sendo ela a primeira a ser consultada nesse caso.

É uma questão de esclarecimento, que julgo importante.

Com relação aos questionamentos, responderei de trás para frente – talvez seja melhor. Penso que existem duas dimensões de questionamentos: uma com relação a questões de condutas anticompetitivas; outra do caso de concentração horizontal que analisamos.

As condutas anticompetitivas no setor – um exemplo delas é a imposição de preços –, se existem, ao que tudo indica, parecem existir antes do ato de concentração, e nada, a princípio, teria agravado isso. Só para reforçar um pouco a importância da instrução do processo, da coleta de informações já mencionada pela Drª Bárbara, afirmo que, se essas denúncias novamente são feitas e são informadas ao sistema da Secretaria de Direito Econômico, elas podem ser apuradas e serão certamente levadas em conta nos processos de investigação em curso na Secretaria. Creio que isso é que é importante mencionar.

É sabido que condutas anticompetitivas têm o seu histórico. Cartéis não se constituem da noite para o dia. Então, essas informações devem chegar ao sistema, e eu creio que as investigações indicarão se elas são pertinentes ou não para o setor.

No caso específico – e agora passando para a dimensão de atos de concentração –, de fato, quando analisamos as concentrações, a nossa preocupação última é o bem-estar da sociedade. Assim, estamos preocupados com o nível de preços praticados – que sejam competitivos – e com a quantidade produzida. Portanto, com a quantidade produzida, isso significa que, supondo que o emprego esteja sendo considerado, bem como o nível de produção, há preços que o mercado define como sendo competitivos. Então, essa é a linha geral de uma análise de concentrações no âmbito da defesa da concorrência.

No caso em tela, mais uma vez, procurei talvez detalhar especificamente diversas questões que poderiam suscitar que esse resultado não fosse obtido: a questão da logística, a questão do poder de monopólio, a questão da integração vertical, por exemplo. Esta não mencionei anteriormente, mas diminui com essa... a concentração analisada; ela não aumenta. A integração vertical nesse setor, com essas operações analisadas, diminui. Então, tudo na nossa análise levou a crer que o nível de produção não seria diminuído. Portanto, a produção não diminuindo, também o emprego, e a preços competitivos.

Agora, se nesse mercado há, de fato, denúncias de condutas de imposição de preços, elas devem ser

levadas ao sistema para que possamos analisá-las, mas não no âmbito de um ato de concentração, e sim no âmbito das investigações de condutas não-competitivas feitas pela SDE.

É por isso também – reforçando a informação da Drª Bárbara – que programas como o Leniência, implementados no atual Governo pela nova direção da Secretaria de Direito Econômico, são importantes para que essas informações aprimorem as nossas investigações.

Não sei se respondi a todos, mas, em breves palavras, era isso que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Quero destacar, com muito prazer, a presença dos Deputados Federais Celso Russomanno e Mendes Thame – sejam muito bem-vindos –, ambos do Estado de São Paulo.

Concedo a palavra à Drª Bárbara, que é da Secretaria de Direito Econômico (SDE).

A SRª BÁRBARA ROSENBERG – Muito obrigada.

Voltando a uma indagação feita pelo Senador Suplicy e já comentada pelo Dr. Marcelo Saintive, a análise de estruturas, a análise de processos de concentração leva em consideração se aquela operação estaria criando maiores problemas à concorrência naquele mercado; se ela estaria, de fato, gerando prejuízos à concorrência. Por outro lado, os órgãos de defesa da concorrência não têm como introduzir concorrência no mercado por meio da sua análise de atos de concentração.

Nesse sentido, portanto, é importante separar a atuação dos órgãos ressaltando o que já foi apresentado pelo representante da Seae. O que foi entendido nas Secretarias foi que esse ato não prejudicava adicionalmente a condição estrutural que já existia no mercado. De outra parte, quanto à análise, foi indagado se as Secretarias levaram em consideração os efeitos sobre o mercado, e a resposta é “sim”. As Secretarias, quando analisam, verificam se aquele ato de concentração está prejudicando a situação estrutural do mercado. E foi entendido, por razões já explicitadas, sob um ponto estritamente técnico, que isso na ocorreu. Se houve algum tipo de equívoco, se houve dados ou fatos analisados de forma equivocada, é importante que se chame atenção, para que, inclusive, possam ser direcionados.

De outra parte, quanto à afirmação de que as investigações de conduta são prioritárias e de que os cartéis são a prática anticoncorrencial mais deletéria para o sistema, disso a Secretaria não tem dúvida e tem investigado – o Deputado Celso Russomanno, inclusive, é o representante de um processo que está

em curso na Secretaria, relativo à cartelização no setor. Além disso, há outras informações mais recentes, que ainda estão em fase preliminar de investigação e que também têm contribuído. Mas reitero um pedido que já foi feito pelo Presidente da Mesa com relação a informações que possam ser trazidas e que possam contribuir.

Acredito que há um aspecto muito relevante, suscitado pelo Senador Suplicy e pelo Dr. Flávio Viegas, que se refere à questão da possibilidade de negociação entre os grupos. De fato, houve uma decisão do Cade em 2000 – não tenho dúvida alguma de que aquilo foi feito na maior das boas intenções, porque foi decorrência de um pedido, à época, dos produtores, mas pode ter sido ou um mau resultado ou uma má interpretação do pedido. Mas o fato é que algo que tem sido indicado pelos produtores é que não existe mais a possibilidade de negociação em virtude da decisão do Cade. As indústrias têm se eximido de negociar alegando que a decisão do Cade os impede de fazer. Se efetivamente for essa a situação, acredito que temos uma questão muito objetiva que pode ser levada, sim, ao Cade para revisão, porque de forma alguma seria objetivo dos órgãos de defesa da concorrência criar obstáculo para que o mercado funcionasse de forma mais harmônica.

Nesse sentido, portanto, até conforme outras conversas que tivemos com a Só Citrus, esse é um elemento importante. Temos que verificar qual é – surgiu esta semana e, portanto, ainda não verificamos – o melhor procedimento para que isso seja revisto. Mas eu não tenho a menor dúvida que, se é uma decisão do Cade que está impedindo essa negociação conjunta, essas negociações entre os dois lados envolvidos na questão, essa decisão tem que ser revista. De forma nenhuma é objetivo do Cade criar obstáculos. Acho que esse aspecto, Senador, é extremamente relevante e será levado à discussão dentro dos órgãos para que seja verificada a melhor forma procedimental de conduzi-lo. Eu não saberia nem adiantar a melhor forma de fazê-lo. Precisamos ver como foi tomada a decisão e qual é a melhor forma de encaminhar a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Permita-me compreender melhor. Havia um procedimento de negociação e daí houve uma decisão do Cade para que não se prosseguisse? Eu só quero compreender bem. Há um histórico de negociação das empresas que adquirem laranja para produzirem suco de laranja. Considerou-se a hipótese de realizar um procedimento de câmara de negociação entre todas as partes. E o Cade avaliou que não seria bom fazer isso?

V. S^a está dizendo que talvez fosse positivo que o Cade reconsiderasse a decisão tomada. Isso pode vir acontecer e, então, se retornar a um processo de negociação entre todas as partes envolvidas, isto é, as empresas produtoras e os produtores de suco por meio de suas entidades para dirimir dúvidas. É isso? Eu só quero ter bem claro o procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Dr^a Bárbara, com a palavra.

A SR^a BARBARA ROSENBERG – Perfeito. Na verdade, eu não entrei no detalhe, mas acho muito importante esse esclarecimento. Na realidade, havia uma investigação de cartel conduzida desde 95 na Secretaria de Direito Econômico que foi concluída e encaminhada ao Cade. Naquele momento – depois o Dr. Flávio pode complementar com questões mais factuais –, os citricultores questionavam alguns aspectos relativos ao contrato padrão, que era imposto pelas indústrias aos produtores, e solicitavam que aquilo fosse revisado.

Quando esse processo chegou ao Cade, foi conversado e se optou pela celebração de algo que era possível à época – e que hoje em dia não é mais possível para a prática de cartel – que era um compromisso de cessação de prática. Dentro dessa decisão, foi encaminhado pelo Cade que não haveria...E eu repito: eu não estava à época sequer no sistema de defesa da concorrência, mas li as decisões. O Plenário talvez tenha tomado uma decisão, tenho certeza de que na maior das boas intenções, mas talvez não tenha logrado aquilo que se buscava. Se, de um lado, os citricultores pediam a revisão dos termos do contrato padrão, entendeu-se que era o contrato padrão em si, a negociação de um contrato padrão de um lado pelas indústrias e dos produtores de outro, que estava gerando problema. E a decisão do Cade naquele momento foi que, portanto, uma vez que aquilo estava gerando problema, não deveria mais haver negociação entre os citricultores e os produtores.

Então, é importante ressaltar que o Cade não estava apreciando se era legítima ou legal a negociação entre os dois grupos. Na verdade, isso foi decorrência da interpretação que foi dada ao caso que já existia no Cade. Então, o Cade jamais disse que não poderia haver negociação, fazendo essa análise de forma específica. De outra parte, isso acabou resultando de uma investigação de cartel que já existia no Cade à época. Nesse sentido, portanto, é que eu digo que, tendo sido uma decisão que pode não ter atingido os objetivos pretendidos, é passível de, em relação ao procedimento, não sei se seria o caso de revisar uma decisão, mas de se iniciar algum procedimento que possa implicar uma interpretação do Cade em relação

a isso. Mas é importante chamar a atenção para o fato de que o Cade jamais disse que estava em desacordo com a Lei de Defesa da Concorrência na negociação entre os dois pólos. Porém, em decorrência de um termo de um compromisso de cessação, entendeu-se que os contratos padrão deveriam chegar ao final e, em decorrência disso, acabou-se com a negociação bilateral. Portanto, acredito que exista aqui um campo importante para ser explorado e que possa melhorar em última instância a dinâmica desse setor.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR)

– Muito bem. Gostaria de passar a palavra ao Dr. Ricardo Wagner Garcia, que é Procurador Regional de Campinas e está à frente das audiências que tratam da colheita para as indústrias e conseqüente formalização de contrato de trabalho. Sua participação foi requerida pelo Dr. Flávio em ofício enviado à Sr^a Procuradora Chefe do Trabalho, Abiael Franco Santos.

Com a palavra o Dr. Ricardo.

O SR. RICARDO WAGNER GARCIA – Inicialmente, quero agradecer o convite, porque raramente se vê, em um processo econômico, as conseqüências que sofrem os trabalhadores que vivem esse processo econômico. Então, fico muito feliz de trazer a esta Comissão não a realidade econômica das empresas ou do setor, mas a realidade social da cadeia produtiva do suco de laranja concentrado.

Nós, o Ministério Público do Trabalho, especificamente no interior do Estado de São Paulo, temos trabalhado com citricultura desde 1995, quando começaram a surgir as primeiras fraudes trabalhistas coletivas denominadas de cooperativas de trabalho. Nada mais eram do que empresas de fornecimento de mão-de-obra travestidas de cooperativas com objetivo de, retirando os direitos trabalhistas, baratearem o custo da mão-de-obra e, assim, baratearem o custo operacional das indústrias e dos citricultores.

Naquela ocasião, em 1995, surgiram dois fatos importantes simultaneamente. O primeiro fato foi esse “acordo” do Cade pondo fim ao contrato padrão, que retirou da indústria o dever que ela assumia por meio do contrato padrão de colher a fruta que ela esmagaria. A indústria, até então, por meio do contrato padrão, era responsável pela colheita da laranja. Com o fim do contrato padrão de direito, não de fato, a indústria atirou para os produtores rurais, para os citricultores essa responsabilidade e esse custo. Ela se desonerou desse custo, mantendo, entretanto, todos os demais termos do contrato padrão. O contrato continua sendo o mesmo. O contrato continua sendo imposto pela indústria aos citricultores sem que eles possam negociar outros preços, outras condições, com o ônus adicional de se responsabilizarem pela colheita. E aparentemente se

vestiu essa desoneração da indústria com a liberdade econômica do citricultor colher o seu próprio fruto.

Simultaneamente, foi aprovado um projeto de lei, que se transformou no parágrafo único do art. 442 da CLT, que reproduz o art. 90 das Leis das Cooperativas, que diz, em resumo, que não há relação empregatícia entre o cooperado e a cooperativa, acrescentando que também não há relação empregatícia entre o cooperado e o tomador do serviço, ignorando que não basta o rótulo de cooperativa para que a entidade seja efetivamente uma cooperativa.

Esses dois fatos simultâneos fizeram com que a indústria que domina a cadeia produtiva do suco de laranja desde a produção da laranja impusesse aos produtores não só a colheita, mas a colheita por meio de cooperativas. A Cutrale é pioneira nesse aspecto, porque diretores e altos funcionários desta indústria montaram cooperativas. Temos depoimentos colhidos em pomares – não só da Cutrale, mas de fornecedores dela – que asseguram que a Cutrale, em maio de 95, por meio de um diretor, Décio Torelli, reuniu vários fornecedores de mão de obra, os chamados “gatos”, em um barracão em Rio Preto e disse o seguinte: “De agora em diante, a colheita da laranja vai ser feita por meio de cooperativas e os “gatos” vão montar suas cooperativas e transformar os trabalhadores rurais em cooperados, e, só assim, a colheita será feita. Não há mais registro em carteira, não há mais contrato de trabalho.”

Essa foi a atitude da Cutrale, com resistência da Citrovita, no primeiro momento, e da Citrosuco também. Mas, como resultava num significativo ganho nos custos operacionais, as empresas foram obrigadas a aceitar essa forma de colheita, essa forma de contratação de mão-de-obra, ou essa forma – como chamamos e o Judiciário reconhece em ações civis públicas e nas dezenas de milhares de reclamações individuais – de fraude à legislação trabalhista, um verdadeiro estelionato praticado contra cerca de 100 mil trabalhadores rurais no interior do Estado de São Paulo.

Na época, havia cerca de doze indústrias cadastradas na Abecitrus, ou sócias da Abecitrus, cadastradas no *site* da Abecitrus. Dessas doze indústrias, apenas seis tinham uma produção significativa de suco concentrado de laranja para exportação: a Cutrale, a Citrosuco, a Coimbra, Frutesp, a Citrovita, a Cambuí e a Cargill. A Citrovita, no processo, acabou comprando a Cambuí; e a Cargill foi comprada pela Cutrale e pela Citrosuco. Conseqüentemente, hoje nós temos quatro indústrias que produzem mais de 90% – ou 92% – do suco de laranja exportado do Brasil.

Essa concentração, sob o ponto de vista dos trabalhadores, significa que eles não têm opção, a

não ser aceitar os termos ditados por essa empresa. A Cargill, segundo me disse um alto funcionário dela, saiu do setor e saiu do milho híbrido e foi para a cana, porque ela consegue trabalhar no setor sucroalcooleiro com 128 usinas em todo Estado de São Paulo, enquanto que na laranja ela tinha que se submeter à ditadura da Cutrale, Citrosuco e Citrovita, sem nenhuma outra opção.

A situação, na cadeia produtiva do suco de laranja, é tão grave sob o ponto de vista social que nós já ajuizamos cerca de dez ações civis públicas só contra as indústrias produtoras de suco de laranja, seja para combater a fraude que elas criaram por meio de falsas cooperativas de trabalho, seja para combater a truculência delas – especialmente da Cutrale, que num determinado momento se arrogou o direito de jogar sobre os trabalhadores veneno utilizado em gado para poder manter o controle fitossanitário dos seus pomares –, seja porque elas suprimem direitos relativos à segurança e saúde do trabalho, horas extras, jornada de trabalho.

A situação, hoje, do ponto de vista social e da legislação trabalhista, é calamitosa. E, com certeza, ela é assim porque a concentração econômica é grande, é insustentável, na verdade.

Falamos em cadeia produtiva – e nós vamos trabalhar com esse conceito cerca de três anos –, porque é impossível resolver os problemas trabalhistas se não considerarmos o conjunto dessa cadeia produtiva, o que significa dizer que o suco de laranja começa a ser colhido no pomar. O citricultor não tem condições, pelas características da sua produção, pelo tamanho e pela imposição do ritmo da colheita, bem como pela imposição de qualidade e de quantidade da fruta que a indústria produz, de arcar com os custos da contratação da mão-de-obra. Só a indústria é capaz disso. E a indústria domina a cadeia de tal modo que onera os produtores, os trabalhadores e se desonera, de modo a aumentar o seu lucro sem conseqüente aumento de sua responsabilidade.

Era isso o que tinha a informar.

Estou à disposição para qualquer outro esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Agradeço a participação do Dr. Ricardo Wagner Garcia.

Esta Comissão apreciaria receber documentação que V. Ex^a julgar importante, pertinente, para apurar as denúncias, que são, em função de outros depoimentos, extremamente graves.

O SR. RICARDO WAGNER GARCIA – Encaminharei as decisões judiciais a respeito de todas as indústrias do setor, especialmente Cutrale e Citrosuco.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Agradeço a V. Ex^a.

Para este novo bloco de indagações, pediria dos que vão indagar a brevidade possível. Vamos estabelecer um tempo inicial de três minutos para as indagações.

Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Sr. Presidente, eu queria saudar os nossos ilustres convidados e tecer alguns comentários que me preocupam muito.

Hoje estamos falando de um foco setorizado, de uma área da produção de laranja. Mas eu gostaria, Senador Eduardo Suplicy, de trazer ao debate a abrangência do nosso País, ou seja, os problemas que angustiam o cotidiano dos brasileiros: corrupção, poluição, miséria, opulência, violência, mistificação, ignorância. Todos esses problemas são causados fundamentalmente pela concentração de poder, que estão na raiz de todas as violações dos direitos humanos de primeira geração: econômicos, sociais, políticos, individuais; de segunda geração e até de terceira: o direito ao desenvolvimento, ao meio ambiente sadio etc.

Desde o final do século passado, estabelecemos no nosso País uma política neoliberal, com premissas implícitas de desregulamentação do mercado. É preciso considerar que o Estado mínimo, numa sociedade extremamente desigual, como a brasileira, acaba concentrando poder.

Escrevi algumas considerações que quero ler rapidamente. Sr. Presidente, quanto aos mercados de bens de serviço de capital de trabalho.

A concepção do neoliberalismo surgiu na Europa na época em que o Estado era um agressor, quer dizer, era um Estado grande que causava guerra, nazismo, fascismo etc. Era preciso diminuir o tamanho do Estado para acabar com as violações contra os direitos humanos. Na premissa disso, os mercados seriam disputados por empresas que hipoteticamente fariam uma livre concorrência, teriam acesso à tecnologia, igualmente ao conhecimento, não poderiam influir nos preços, não formariam cartéis, não seriam oligopolizadas, nem nacionalmente, nem multinacionalmente. O Estado foi, então, diminuindo e foi surgindo uma situação de concentração de poder e renda extraordinária.

Não sei se a Dr^a Bárbara Rosenberg ou se o Dr. Marcelo Saintive têm conhecimento de estudos feitos na Receita Federal. O senhor que discursou por último, eu não sei o seu nome...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Dr. Ricardo Garcia.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Dr. Ricardo Garcia, os sintomas que o senhor nos relatou não abrange somente esse setor, mas todos. Hoje 7 mil brasileiros detêm 80% da dívida pública no Brasil! Sete mil brasileiros detêm 80% dos títulos da dívida pública! E vou nominá-los: os donos das mídias, do sistema financeiro, dos grandes grupos oligopolizados, grandes produtores rurais e as riquezas da época da colonização. No ano passado, pagamos para 7 mil famílias brasileiras mais de 100 bilhões de juros. Aí dirão: mas são contábeis, não sai dinheiro. São contábeis, mas o que ocorre é que somos obrigados a fazer um superávit para dar sinais a esse mercado. Caso contrário, essa turma troca em dólar e mandam para fora do País à medida que os juros caiam. É isso. Há mais de 20% da dívida pública que está hoje espalhada por mais de 10 milhões de brasileiros, que têm hoje 1, 2, 3, 4, 5 milhões. Artistas, jogadores de futebol que foram jogar no exterior, donos de lojas em *shoppings*, de cadeias de lojas, pequenos produtores, pessoas que têm hoje guardado...

Sr. Presidente, quando falo em concentração de poder econômico, estamos citando apenas números que conhecemos por levantamentos feitos no Governo, renda. Se falar de riqueza, aí é para pularmos da janela.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Só pediria a V.Exª brevidade para conclusão.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Vou abreviar, Sr. Presidente. Precisamos, então, estabelecer o primeiro conceito: as violações contra os direitos humanos, a raiz disso tudo, é a concentração do poder econômico. Temos cartéis nos nossos grupos industriais que agora estão ligados a grupos multinacionais em todos os setores. O vidro, no Brasil, basicamente está na mão de duas empresas: Blindex e Santa Marina. O papel, Aracruz e Suzano. O cimento, minha área, engenharia civil, três ou quatro grupos. Siderurgia, dois ou três grupos. Trinta mil brasileiros detêm 150 milhões de hectares das áreas mais produtivas do Brasil; telecomunicações e energia, dois ou três grupos, três ou quatro famílias.

Sr. Presidente, eu queria saber dos eminentes palestrantes se o Governo não pensa em estabelecer em cada projeto de política pública que se faz neste País um controle, não de meio ambiente, pois já o temos, mas de concentração de poder. Será que não tínhamos que ter, antes de qualquer política pública a ser implementada, um controle de impacto de concentração de poder neste País, onde as pessoas pobres já não agüentam mais o processo de sobrevivência?

Sei que temos controle de meio ambiente, e isso é muito rígido porque os órgãos internacionais, os paí-

ses querem que haja desenvolvimento sustentável até porque não cumprem no seu país e querem manter no nosso. Refiro-me a água doce, reserva florestal, meio ambiente, etc. Mas existe, por parte do Governo, um controle ou uma idéia de se propor ou de se estabelecer que nenhuma política pública seja aprovada no País sem que haja um controle para saber o impacto na concentração de poder.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Agradeço.

Concedo a palavra ao Deputado Federal Mendes Thame. Em seguida, ao Deputado Federal Celso Russomanno.

Peço a compreensão de V. Exªs no sentido de se ajustarem à brevidade necessária, pois várias CPIs aguardam a presença tanto de Deputados quanto de Senadores.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Deputados convidados para esta audiência de citricultores, eu queria, na sequência da considerações oportunas do Senador Crivella, dizer que a legislação brasileira copia, há muitos anos, o modelo americano, de criar instituições para fiscalizar, para evitar o abuso do poder econômico. Essas instituições são a SDE – Secretaria de Direito Econômico, Secretaria de Acompanhamento Econômico e o Cade. Ocorre que vemos inúmeros questionamentos a respeito do funcionamento dessas instituições que já existem.

Farei uma pergunta objetiva, que dá para quantificar. Existe o Processo Administrativo, de 1999, nº 08012008372, que investiga o cartel de suco. Nos últimos dois anos e meio, não foi realizada nenhuma diligência a respeito. Parou. A primeira pergunta farei em bloco para ganhar tempo. Gostaria que a Secretaria de Direito Econômico informasse se esse mesmo procedimento de congelar, deixar no *freezer* um processo administrativo como esse ocorreu também para os demais setores citados pelo Senador Crivella ou se não há nenhum outro processo administrativo. Gostaria de saber se só existe lá um processo administrativo no caso do cartel de suco.

A segunda pergunta farei para a Secretaria de Assuntos Econômicos, do Ministério da Fazenda. No parecer que aprova a compra da Cargill pela Cutrale e pela Citrosuco, o Secretário da Secretaria de Assuntos Econômicos afirmou: “As requerentes não mencionam no requerimento inicial se haverá um contrato de escoamento de produção da Cargill com a Fischer. Desse modo, o presente negócio não afetará de forma direta o mercado de transporte de suco de laranja congelado concentrado”.(página 15)

Como os requerentes não mencionam no requerimento inicial se haverá um contrato de escoamento, “o presente negócio não afetará de forma o mercado de transporte de suco de laranja”. No dia 28 de julho de 2005, no entanto, a Cargill, contrariando a afirmação do Secretário da Secretaria de Acompanhamento Econômico, informou ao Cade que a alienação para a Sucocítrico Cutrale dos direitos relativos ao terminal utilizado pela Cargill, no Porto de Santos, acha-se claramente referida no contrato (folha 656). Ou seja, houve um parecer da Secretaria de Assuntos Econômicos, parecer decisivo para os estudos que o Cade está desenvolvendo para analisar se aprova ou não essa compra absolutamente distorcido porque não leva em conta o sistema logístico de exportação. Isso significa que se trata de um parecer absolutamente sem sentido, podendo afetar o resultado da decisão do Cade, com prejuízos para o setor, para o citricultor.

Na minha avaliação, os técnicos que deram esse parecer sem levar em conta a questão logística, que é um gargalo, que é o que dá poder de barganha às empresas, corre o risco de uma ação civil pública, de uma responsabilização por esse parecer esdrúxulo.

Terceira pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR)
– Peço a V.Exª que conclua.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Vou encerrar bem rápido.

A Secretaria de Assuntos Econômicos, em 2002, afirmou que existe um elevado grau de concentração, tanto na compra da fruta, como na venda do suco de laranja concentrado, no processo administrativo e que há cartel de suco. Como é que se pode, três anos depois – portanto, num espaço de tempo tão pequeno –, afirmar agora que o mercado é caracterizado pela presença de diversos demandantes e ofertantes, que o mercado não é mais oligopolizado, que não há mais grau de concentração? Também é algo muito estranho. São essas as principais observações.

Queríamos fazer uma última pergunta, de caráter político, que os senhores podem responder se quiserem. Gostaríamos de saber se a Secretaria de Assuntos Econômicos do Ministério recebeu alguma orientação, se houve alguma conversa com o Ministro da Casa Civil José Dirceu para tratar de assuntos referentes ao setor citrícola. Eram essas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR)
– Agradeço a V. Sª e concedo a palavra ao Deputado Celso Russomanno.

Quero também destacar a presença do Deputado Federal Jamil Murad, por São Paulo, pelo PCdoB.

Seja muito bem-vindo.

O SR. CELSO RUSSOMANNO (PP – SP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores e Deputados Federais, senhores convidados e todos os presentes, principalmente os citricultores que vieram de ônibus para esta audiência, para acompanhar de perto o que acontece na vida de cada um deles.

Sr. Presidente, quero fazer um relato, rapidamente, atendendo a V. Exª, da minha história junto aos citricultores. Isso começa em 1998, quando fui procurado por um grupo de citricultores da região de Itápolis, Borema, Tabatinga e outras cidades da região, reclamando que o preço da caixa da laranja era R\$1,80 e que a laranja apodreceria no pé, visto que esse valor não pagava o custo da produção.

Diante desse fato, começamos a desenvolver um trabalho aqui em Brasília, e vi que aquilo, Sr. Presidente, não ia dar em nada. Só tinha uma fórmula: chamar a atenção da imprensa como um todo ou do Brasil para o que ocorria com a citricultura no Brasil.

Há uma diferença bem básica entre os pequenos e os grandes citricultores: os grandes estão acobertados pelas empresas; os pequenos estão jogados no fundo do quintal, e, quando há interesse, são olhados. Quando falta laranja no mercado, quando a safra não vai bem nos Estados Unidos, eles são vistos com bons olhos. Quando isso não acontece, eles são o lixo que sobra da citricultura. É assim que são tratados.

Com muita tristeza, vi a situação de muitos vendendo seus pomares para os grandes citricultores, ou melhor, para a indústria de esmagamento de laranja, encabeçada, evidentemente, pela Cutrale, que vem sempre norteando o caminho, apesar de muitas não concordarem a princípio, conforme foi falado aqui.

De uma forma ou de outra, em 1999, já não havia condição absolutamente mais de nada: ou se entregavam os pomares e vendia-se e saía-se do mercado, ou se falia. Então, os citricultores toparam junto comigo levar 40 caminhões de laranja e despejá-la no Anhangabaú, no centro de São Paulo, para que a população tivesse aquela laranja gratuita, porque era melhor dar para a população de São Paulo aquela laranja que deixá-la estragar no pomar. Eles arcariam até com o transporte disso. Entramos no dia 7 de setembro de 1999 com 40 caminhões, com mais ou menos 12 toneladas de laranja cada um, no centro da Cidade de São Paulo, contra a vontade do Prefeito. Despejamos a laranja toda na cidade, e a imprensa cobriu o episódio, que foi capa de todos os principais jornais do País. Com isso, chamamos atenção para o que acontecia com os citricultores. Naquele momento, as empresas que fazem parte desse cartel resolveram mudar os contratos, que estão figurando até hoje, mais ou menos.

Diante dessa posição do Cade, desse chamado contrato padrão... Na verdade, a posição do Cade era de que não se podia fazer um contrato padrão para todo mundo. Essa posição era boa. Mas eles usaram isso contra os citricultores – essa é a grande verdade: “Já que não podemos fazer contrato padrão, não vamos fazer contrato nenhum. Vocês vão ficar aqui à disposição do que a gente quer e do jeito que a gente quer”.

De lá para cá, não se mexeu muito nisso. Até existe um pedido de CPI na Câmara dos Deputados, Sr. Presidente, que tem como Relator o Deputado Robson Tuma, que “sentou em cima” – desculpe-me, é meu amigo pessoal – do projeto de resolução há dois anos, e não o relata. Não sei que força estranha existe por trás disso tudo, qual é a força do poder econômico, para levar as coisas do jeito que levam. Inclusive, pedi agora aos citricultores que visitem o Deputado Robson Tuma para que S. Ex^a explique por que está há dois anos para relatar o projeto de resolução que cria a CPI da laranja.

De uma forma ou de outra, quero dizer que a força do poder econômico é muito grande – já vou terminar, Sr. Presidente. Logo no começo deste Governo, a força do poder econômico mostrou-se tão grande que a Cutrale destinou R\$1 milhão ao programa Fome Zero, deixando bem claro ao Governo a força que esse segmento, que esse mercado tem para impedir que os pequenos produtores, os citricultores tenham o seu momento de sol, porque é humanamente impossível. Vemos hoje a continuidade disso.

Quero parabenizar o Senado e os Senadores presentes, incluindo os autores das propostas. Talvez, se o Senado se juntar à Câmara dos Deputados ou a alguns poucos Deputados que estejam presentes e que tenham interesse em ajudar esses citricultores, consigamos realmente melhorar a situação da citricultura no Brasil, para que todos ganhem, e não só alguma meia-dúzia de pessoas. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR)
– Agradeço a V. Ex^a a intervenção.

Passo a palavra aos membros da Mesa para as ponderações em relação às várias observações dos Srs. Senadores e Deputados.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, esta é realmente uma questão que vem de longe. Quando fui Ministro da Agricultura, sob a argumentação de que havia o cancro cítrico na produção do Paraná, o Estado do Paraná ficou anos proibido de produzir laranja. Com uma decisão que se tomou no Ministério da Agricultura, verificando-se que os casos eram tão

raros e não tinham nenhuma influência na produção, o Paraná foi liberado e passou a produzir.

Durante muito tempo, nós no Rio Grande do Sul fomos os grandes produtores cítricos do Brasil. A rigor, a produção de laranja e bergamota era lá no Rio Grande do Sul, até que São Paulo avançou, cresceu, desenvolveu, e é muito difícil para o produtor do Rio Grande do Sul conseguir colocar a laranja dele para vender no varejo, porque quem domina o atacado de São Paulo não o faz somente com relação à laranja, mas com laranja, flores, frutas, como figo. É um comércio tão estranho que o gaúcho de Caxias, a 80 quilômetros da central, não consegue vender senão por meio de um paulista que tenha, no Rio Grande do Sul, a concentração da venda de cravos, de tomates, de flores, de laranjas e de tudo o mais.

Estou falando isso, um anexo à questão, para mostrar como, na verdade, esse problema ocorre porque, no Brasil, não temos consciência da realidade, daquilo que nos Estados Unidos existe, que é um respeito aos grandes, aos pequenos, que é o controle efetivo, o combate ao monopólio em qualquer setor.

Quando aumenta a importância do nosso suco na pauta de exportação, temos que fazer uma luta, que é correta. Nos Estados Unidos, por defesa – é até compreensível –, quando há uma quebra muito grande na produção na Flórida, e o Brasil fica satisfeito porque vai vender mais, a sobretaxa da importação do nosso produto é maior, para, com esse dinheiro, compensarem-se os americanos que não produziram.

No meio de tudo isso, falta ao Brasil uma fórmula de garantia real e concreta. O senhor tinha dito, e é verdade – já víamos naquela época –, que essas cooperativas de mão-de-obra, na verdade, não são cooperativas, mas fórmulas escravagistas. As pessoas estão ali, sem vínculo com a empresa, que passa a olhá-las sem muita preocupação; e elas ficam escravas, porque ou fazem daquela maneira ou não há outra forma.

Não sei até que ponto o Cade está aparelhado. Lembro, por exemplo, aquela questão do chocolate entre a Garoto e a Nestlé. É uma confusão tão grande, que o tempo passa, e terminamos não sabendo qual é a solução. As questões realmente são grandes. Há essa questão da Vale do Rio Doce contra a siderurgia, que também é gigantesca. Não sei até que ponto a estrutura do Cade, de um lado, e a força do grande capital, do outro lado, com interesses enormes em jogo, pode fazer com que tenhamos realmente uma solução com a autoridade e com a independência que devia ter.

Defendi sempre, quando da estruturação do Cade, a sua autonomia. Era um absurdo o fato de o Cade funcionar sob a determinação da Secretaria de Econo-

mia do Ministério da Justiça. Não há lógica. Tudo leva a que o Cade tenha uma estrutura, uma autonomia, uma liberdade. Não pode o Ministro da Justiça ter interferência nas decisões do Cade, porque, aí, passa a ser uma outra realidade. O Cade é um órgão de importância tal que cada vez vai crescer e aumentar mais, e a sua independência é absolutamente necessária. Mas não sei se a estrutura dele é a ideal; não sei se, de certa forma, não temos ainda uma experiência, uma capacidade de decidir frente a grandes, a gigantescos detentores de capital, o que faz com que realmente eles dominem a própria imprensa, as notícias que saem e que não saem.

Daqui a pouco sai uma notícia dizendo que o fulano do Cade está comprometido, que deu um determinado parecer por algum motivo, e estamos num País onde a corrupção é uma realidade – é só falar, não precisa provar; é só levantar. Daqui a pouco, o Relator vai dar um parecer e, do outro lado, vão dizer: “ele falou por causa daquilo, não tem independência, não tem consistência”.

Por isso, considero muito importante esta reunião.

Nessa questão referente à laranja, não há dúvidas de que temos de encontrar meios. Não há por que um país com o tamanho do Brasil e com a capacidade do Brasil ter de se limitar a duas ou três empresas que monopolizam o setor.

Vivemos uma época – e o Ministro Furlan dizia isso – em que a palavra de ordem na produção brasileira se chama rede. No Rio Grande do Sul se está fazendo isso em alguns setores, nos quais pequenos produtores, que não têm nenhuma condição de sobreviver sozinhos, reúnem-se e organizam uma rede por meio da qual compram, vendem e atuam em conjunto e, assim, passam a ter condições de fazer frente ao grande. Se não for assim, não têm nenhuma possibilidade.

No caso dos pequenos produtores de laranja, seria o caso de caminhar nesse sentido, de reunir os pequenos e organizar uma rede, e o Governo deveria dar proteção e garantia a essa rede para que ela pudesse existir, sobreviver, avançar e competir em condições de igualdade com os grandes. É aquilo que foi dito aqui: o pequeno produtor não pode sobreviver, não tem chance de sobreviver a não ser se entregando para o grande.

Agora, se o Governo fortalecesse esse sistema de redes, a situação poderia mudar. Foi o que aconteceu na Itália: 70% da produção italiana hoje, no meio desse mundo capitalista, é familiar, é produção de micro e pequenas empresas que se reúnem entre si e competem com os grandes. É preciso estudar uma fórmula para mudar a situação atual, porque, se

ficarmos apenas nisso, não teremos saída, porque o pequeno não tem condições de sobreviver, e duas ou três grandes empresas terão tranquilidade para estabelecerem o seu monopólio.

Era apenas isso, Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR)
– Muito bem colocado, como de hábito.

Passo a palavra aos componentes da mesa para que façam as observações que julgarem necessárias neste último bloco de nossa audiência pública.

Em primeiro lugar, passo a palavra à Drª Bárbara Rosenberg.

A SRª BÁRBARA ROSENBERG – Obrigada, Sr. Presidente.

Foram tocados alguns temas muito sensíveis e muito importantes. Há um primeiro esclarecimento que considero fundamental fazer – comentei isso antes, mas faço questão de reforçar. O sistema de defesa da concorrência tem o dever legal de prevenir a formação de estruturas econômicas anticoncorrenciais e de reprimir condutas anticoncorrenciais. O sistema de defesa da concorrência tem uma limitação, até legal, de introduzir a concorrência em setores onde não haja nenhum tipo de movimentação. Algumas questões trazidas de forma muito pertinente pelos Deputados e Senadores são efetivamente problemas, mas podem escapar à competência dos órgãos de defesa da concorrência.

Se há setores concentrados depois da privatização, se há setores que são concentrados em razão da dinâmica do mercado, mas isso não passa pela esfera... Quer dizer, sendo essa uma situação dada, o sistema de defesa da concorrência não tem como obrigar um setor a se desconcentrar **a priori**. Por outro lado, existe um aspecto, que foi comentado por vários dos senhores também, que diz respeito à própria estrutura do sistema de defesa da concorrência. De fato, foi muito bem colocado pelo Senador Pedro Simon que o sistema carece de uma estrutura que possa dar conta efetivamente de todas as práticas anticoncorrenciais que se dão no setor e fazer uma análise efetiva de todos os atos de concentração.

O sistema tem tentado, desde 2003 principalmente – posso falar desde quando esta nova gestão está atuando, mas sei que o esforço é anterior –, reunir esforços e trabalhar de forma mais efetiva e eficiente, inclusive de forma coordenada com a Secretaria de Acompanhamento Econômico, para tentar, ainda que com recursos limitados, recursos escassos, trazer melhores resultados. Em nosso entendimento, nunca se fez tanto no combate a cartéis, casos extremamente relevantes têm sido concluídos, novas técnicas de investigação têm resultado em melhores condições probatórias, mas temos de ser realistas: estamos tratando

de uma secretaria, como é o caso da nossa, que tem trinta pessoas tratando de defesa da concorrência, sendo que há oitocentos casos, oitocentos procedimentos em curso na Secretaria.

Foi muito bem colocado pelo Deputado Mendes Thame que existem... Quer dizer, quais são os processos que existem? Temos 297 processos administrativos em curso na Secretaria, e há trinta técnicos responsáveis pelo seu encaminhamento. O fato de um processo estar sem movimentação, do ponto de vista dos autos, não significa que a Secretaria não esteja investigando. E aqui, até para zelar pela investigação e para que ela possa trazer resultados, não poderei entrar em detalhes quanto ao que está sendo feito, mas posso dizer que há uma atenção particular a todo o setor do agronegócio em função de sua importância. Inclusive, com relação a esse caso, temos mantido contatos constantes com o setor. Agora, de fato, sendo absolutamente realista, não há como conduzir oitocentas investigações com trinta pessoas e dizer que todas elas vão andar com a velocidade que gostaríamos que elas, efetivamente, caminhassem.

A questão da independência, que foi suscitada, é fundamental, e posso dar o meu depoimento pessoal de que não houve nenhum tipo de interferência, pelo menos desde 2003, ano em que assumi. Posso dar o meu depoimento com relação a essa prática, seja vinda de Casa Civil, como foi perguntado, seja vinda de qualquer outro órgão. Mas, de fato, há questões prioritárias que são encaminhadas e, entre essas, eu incluiria a questão do agronegócio, sim, e não só a questão da laranja, pois existem outros setores envolvidos. Este ano foi instaurado um processo administrativo com relação ao setor de carnes, que também tem semelhanças com o caso em questão, dentre uma série de outras investigações que estão sendo levadas adiante.

Hoje em dia, o Cade é um tribunal independente, é um tribunal que tem autonomia e não está sujeito ao Ministério da Justiça. As Secretarias são órgãos que fazem parte da estrutura dos Ministérios, mas, por outro lado, têm conduzido suas atividades com absoluta independência. Se, do ponto de vista técnico, entendeu-se que aquele era o convencimento, é isso que transparecem os pareceres. É claro que sempre pode haver equívocos – esses equívocos merecem ser revistos e corrigidos –, mas tudo tem sido feito, dentro da estrutura da escassez de recursos, principalmente escassez de pessoal, no sentido de tentarmos levar adiante da forma mais comprometida o combate ao abuso do poder econômico.

Nesse sentido, portanto, o projeto de reforma do sistema de defesa da concorrência mais uma vez se torna premente. Mais uma vez resta muito clara

a necessidade de reforçar e aparelhar efetivamente um órgão que sequer conta com técnicos de carreira permanentes. Há carência de uma série de recursos, o que é, efetivamente, um problema para que possam levar adiante as tarefas – como foi bem colocado pelo Senador –, não só nesse setor, mas em muitos outros setores que são objeto de abusos de poder econômico.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Muito bem. Agradeço a participação da Dr^a Bárbara.

Passo a palavra ao Dr. Marcelo, pela Secretaria de Acompanhamento Econômico (Seae).

O SR. MARCELO BARBOSA SAINTIVE – Obrigado, Presidente. Vou procurar ser objetivo em minhas respostas.

Quanto ao questionamento do ilustre Deputado em relação ao parecer na compra da Cargill, resalto que não foi à toa que comecei minha exposição aqui falando sobre a questão de logística. Na verdade, eu iniciei a minha breve apresentação justamente falando da logística e mostrando como ela é determinante na dinâmica do mercado.

O que procurei relatar naquela ocasião – talvez não tenha me feito claro – é que, no âmbito desse ato de concentração específico, não se tratava de uma aquisição de ativos, mas sim de uma transferência de cessão de locação de um determinado terminal no porto de Santos, que é autorizado pela Codesp. Portanto, o efeito nulo em termos de defesa da concorrência, em termos de concorrência nesse mercado não seria agravado com essa operação. Na verdade, eu já havia explicado isso anteriormente, entendendo que logística é uma questão importante, mas, nessa operação específica, nada foi alterado, e nenhum efeito negativo foi identificado nessa operação.

Com relação à questão da concentração e de que esse mercado teria sido assinalado em 2002, ao longo desse parecer pode-se identificar que nós entendemos que se trata de um mercado que tem concentração, que tem os seus problemas. Ao final dele, fazemos uma clara observação sobre isso, mas, mais uma vez, ao analisar estruturas de mercado, ao analisar concentrações horizontais, precisamos prever se haverá algum efeito negativo para aquele mercado e preveni-lo. Portanto, isso não foi, dentro da nossa análise, com as informações de que dispúnhamos à época, analisado. Esse era um ponto importante.

O terceiro questionamento do ilustre Deputado foi um questionamento político. A respeito dele devo dar um testemunho aqui. Participo do Governo desde o Governo anterior e, no Ministério da Fazenda, jamais recebi orientação que não fosse no sentido de analisar tecnicamente um determinado assunto. Participei

do outro Governo, fui convidado a ficar no cargo neste Governo e, em nenhum momento, seja o Ministro anterior ou o atual Ministro, solicitaram meus serviços para algo que não fosse expressar a minha opinião técnica sobre determinado assunto. Espero ter respondido a pergunta do ilustre Deputado.

Por fim, o ilustre Senador Pedro Simon tocou em questões bastante importantes. O que estamos discutindo aqui, novamente, é o reforço de uma instituição importante no sistema capitalista atual, uma instituição que tenta preservar a concorrência em determinados mercados. A lei de defesa da concorrência é recente, é de 1994, portanto, a tradição americana tem cem anos à nossa frente. No entanto, com a preocupação de reforçar as instituições e aparelhar melhor os técnicos que compõem essas instituições, podemos avançar nessas questões. Isso é muito relevante, e espero que V. Ex^{as} recebam em breve uma reforma do sistema que trate desses assuntos.

Eram essas as breves considerações que gostaria de fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Agradeço ao Dr. Marcelo Saintive, que é da Secretaria de Acompanhamento Econômico (Seae).

Passo a palavra ao Dr. Ricardo Garcia, Procurador do Trabalho Regional de Campinas, para também apresentar suas considerações.

O SR. RICARDO WAGNER GARCIA – O Senador Marcelo Crivella citou aqui o problema da concentração do poder, quis saber se há ou não algum projeto no sentido de controlar essa concentração.

Na verdade, o que vemos por parte do Estado brasileiro é uma compartimentação burocrática que o impede de controlar qualquer tipo de atividade. Ao contrário, normalmente, não raramente, órgãos diferentes do Estado brasileiro, divididos por matéria ou território, acabam dando tiro um no outro em função de desconhecer um a atividade do outro.

No caso específico da citricultura, o Ministério do Trabalho tem lavrado autos de infração com multas, muitas vezes altíssimas, especificamente em relação à Cutrale, mas o Ministério da Fazenda, por interesse de exportação, querendo trazer divisas e equilibrar a balança de pagamentos, acaba por neutralizar essa penalidade, conferindo impunidade à empresa, embora isso seja interessante sob o ponto de vista econômico. Quer dizer, são dois Ministérios do mesmo órgão agindo em sentido contrário, com reflexos positivos de um lado e negativos do outro, mas, a longo prazo, negativos.

O Senador Pedro Simon citou a presença do suco brasileiro nos Estados Unidos. Quero contar uma história dessa presença lá.

A Cutrale comprou uma fábrica de suco de laranja da Coca-Cola na Flórida. E lá, ao se instalar, introduziu o seu estilo de administração de pessoal, o que resultou na eclosão de uma greve quase que imediatamente, já que os americanos estão mais acostumados a verem seus direitos respeitados e têm mais força para isso. A Cutrale, com o seu método, demitiu duzentos empregados de sua empresa. Depois que a greve foi resolvida, num acordo em que a maior parte dos empregados foi readmitida, a Cutrale tentou comprar uma fazenda de laranja na Flórida para, evidentemente, também aumentar a sua presença. Foi barrada pelo Governo dos Estados Unidos, que agiram em interesse dos seus cidadãos. O Governo dos Estados Unidos conhecem o método contrário de administração de pessoal. Acho que devemos ter isso no Brasil também. Não devemos nos curvar aos americanos, mas devemos aprender com eles a defender os nossos cidadãos, a nossa legislação e a nossa soberania.

Nós aqui temos, às vezes, a satisfação de outorgar a empresas como Cutrale, como Citrosuco, o emblema de empresa amiga da criança, mas essas empresas estão criando verdadeiras favelas nas zonas de citricultura, propiciando o aumento do trabalho infantil, inclusive no campo. Como podem chamar empresa amiga da criança a empresas que criam o trabalho infantil, tiram crianças da escola e aumentam a miséria de suas famílias?

Era isso que queria dizer. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Agradeço ao Dr. Ricardo Garcia, que foi indicado para esta audiência pública pela própria Associação Brasileira de Citricultores, em função de S. Ex^a, o Procurador-Regional de Campinas, estar tendo a responsabilidade de acompanhar as indústrias e a formalização dos contratos de trabalho no Estado de São Paulo.

Passo a palavra ao Sr. Flávio de Carvalho Pinto Viegas, Presidente da Associação Brasileira de Citricultores.

Quero até destacar que teríamos o máximo prazer de ouvir muitas outras pessoas nesta audiência pública, o que, sem dúvida, enriqueceria bastante a audiência, mas regimentalmente temos que observar que as pessoas que participam da audiência pública, em termos de expositores, são aquelas sugeridas pelos autores dos requerimentos, Senadores, membros da Comissão, e que foram formalmente convidadas para participar da audiência pública.

V. S^a, Presidente da Associação Brasileira de Citricultores, foi extremamente claro em todos os pontos

de vista, com denúncias contundentes e que devem ser acompanhadas pelo Executivo, pelo Legislativo, pelo Judiciário. V. S^a não poderia ter sido mais claro, eu diria, em relação aos graves problemas pelos quais a área de citricultura vem passando. Até enalteço o depoimento de V. S^a em termos de clareza, de compromisso com a área, inclusive fazendo jus ao cargo e ao encargo de ser Presidente da Associação Brasileira de Citricultura.

Esperamos todos podermos contribuir para os desdobramentos dessa audiência pública, porque esta não se esgota neste momento. Haverá outros debates, outros encaminhamentos, outros caminhos sendo tomados pelo Senado Federal para que haja resultado, em função de tudo que foi debatido no dia de hoje.

Com a palavra V. S^a.

O SR. FLÁVIO CARVALHO PINTO VIEGAS – Sr.

Presidente, estamos enfrentando um problema porque vários dos citricultores e associados gostariam de fazer alguma colocação. Não havendo, regimentalmente, possibilidade de fazer dentro da audiência, seria possível abrir um espaço, depois do encerramento, para que eles tivessem oportunidade de fazer alguma colocação pessoal...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Eu quero só esclarecer a V. S^a que, em si, oficialmente, a audiência pública se encerra com a fala de V. S^a, mas as duas Comissões estão totalmente abertas, tanto a de Agricultura quanto a de Assuntos Econômicos, em receber todos os subsídios, todos os materiais que a Associação Brasileira julgar relevantes e importantes, inclusive destacando a necessidade de que...

Inclusive Deputados e Senadores que já passaram por esta Comissão vieram falar comigo porque tiveram que se deslocar para as outras Comissões das quais fazem parte, inclusive, como é do conhecimento público, há várias CPLs funcionando ao mesmo momento, exigindo a presença dos Srs. Parlamentares, mas as Comissões estão receptivas a acolher todos os documentos enviados.

O SR. FLÁVIO CARVALHO PINTO VIEGAS

– Agradeço muito. Espero a compreensão dos nossos companheiros. Vamos receber todas as informações que vocês tiverem. Nós encaminharemos. Vocês também podem (*Falha na gravação.*) tenho certeza de que o Senado vai ser sensível aos nossos problemas.

Eu queria encerrar agradecendo a oportunidade de trazermos, nesta Casa tão importante, os problemas da citricultura, que é uma atividade importantíssima dentro da economia brasileira. Esperamos que, realmente, as imperfeições das entidades sejam corrigidas com mais recursos, melhores condições de trabalho, para que realmente possamos contar com o

apoio dessas instituições, que são fundamentais para o funcionamento da nossa economia. A economia brasileira não pode ficar submetida aos interesses de pequenos grupos que não são necessariamente ligados e alinhados com interesses brasileiros. Muitas dessas empresas têm (*Falha na gravação.*) em detrimento do nosso País, em detrimento do nosso setor. Eu gostaria que esse ponto fosse bem entendido. Imaginamos que esse processo de verticalização deveria ter algumas limitações, como foi sugerido aqui, que deveria haver alguma limitação também, pauta mínima de preço, algo que impedisse que se exporte e leve para fora produtos brasileiros abaixo do seu custo de produção, para que os lucros fiquem acumulados no exterior.

Então, todas as imperfeições, esperamos que sejam corrigidas, e contamos, como sempre contamos, com o apoio dessa Casa e do Legislativo, do Congresso Brasileiro.

Agradeço a oportunidade que tivemos aqui.

O SR. CELSO RUSSOMANO (PP – SP) – Sr.

Presidente, antes de V. Ex^a encerrar, eu só queria fazer uma breve intervenção. Não será nem de trinta segundos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) –

Com a palavra o Deputado Celso Russomano.

O SR. CELSO RUSSOMANO (PP – SP) – Estou

recebendo aqui denúncias dos citricultores de que, no ano passado, apesar dos contratos vigorarem com US\$3,5 a caixa da laranja, foi pago US\$3 apenas, por conta de dizerem que a laranja não está bem no mercado internacional. Ou seja, mostra-se aí mais uma prática. E aqueles que chiassem, que viessem a reclamar do feito, no ano seguinte correriam o risco de não terem as suas laranjas compradas e apodrecerem no pé.

Então veja que a prática continua mesmo fincada em contratos que deveriam ser cumpridos. Continuam não sendo cumpridos nem os contratos, pois eles fazem o preço do jeito que eles querem. Por isso, quero solicitar inclusive à Secretaria de Direito Econômico que, o mais rápido possível, tocasse para frente essas denúncias e recebesse de ofício aqui inclusive isso, porque é um absurdo que as práticas continuem ocorrendo da maneira como continuam ocorrendo.

Muito obrigado, Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR)

– Muito bem. Agradeço novamente a intervenção do Deputado Celso Russomano. Enalteço também a importância da realização desta audiência pública, como eu mencionei, por duas Comissões, em conjunto do Senado Federal: a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e Comissão de Assuntos Econômicos.

Enfatizo a importância dos requerimentos para que isso acontecesse, do Senador Eduardo Suplicy e do Senador Aelton Freitas, também com total envolvimento nesse sentido. Também agradeço a participação de todas as pessoas componentes da Mesa: o Dr. Daniel Goldberg, que esteve representado pela Drª Bárbara Rosenberg, da Secretaria de Direito Econômico; Dr. Marcelo Saintive, da Secretaria de Acompanhamento Econômico; Dr. Flávio de Carvalho Pinto Viegas, Presidente da Associação Brasileira dos Citricultores; Dr. Gustavo Henrique Firmo de Araújo, representando o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Dr. Ricardo Wagner Garcia, Procurador-Regional de Campinas, São Paulo.

Enalteço, também, a presença dos prefeitos, vereadores, produtores e de todos os que estiveram aqui presentes e que todos sintam realmente a importância dessa audiência pública, realizada em conjunto pelo Executivo, pelo Senado, pela sociedade. E que todos nós em conjunto, na sequência, possamos, mais pra frente, também festejar os desdobramentos que têm que acontecer, frutos da realização dessa audiência pública.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente, permita-me uma breve sugestão?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Pois não, só um minutinho.

Nesse sentido, quero deixar bastante claro que esse trabalho não se encerra com a realização da audiência pública. Comentava, inclusive com o Dr. Marcelo e também com a Drª Bárbara, que eles estão representando duas Secretarias fundamentais nesse processo e naturalmente independente de qualquer formalização, que vai acontecer na sequência também, e que já vão levar para os debates dentro dos Ministérios os pontos de vista externados por ocasião deste evento.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Gostaria de, consistente com o que V. Exª afirmou há pouco, de transmitir aos produtores de laranja para que possam, através de documentos encaminhados a nossa Comissão, trazer os elementos com a melhor informação possível para enviar, tanto aos três ministérios aqui representados, mas, também para que possamos encaminhar esses documentos, com a informação precisa a mais, para o CADE, que vai tomar uma decisão proximamente.

Então, toda e qualquer informação relativa a abusos que tenham sido cometidos e a atualização das informações, nos encaminhando, faremos questão de encaminhar aos ministérios e ao CADE.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR)

– Até quero destacar, reforçando o argumento de V. Exª, no sentido de que até é interessante que esses documentos venham por escrito, inclusive com as informações máximas possíveis para que essa Comissão de Agricultura e Assuntos Econômicos possa, com base nesses documentos, também formalizar os passos seguintes.

Agradeço a participação de todos. Enalteço a importância da área, a necessidade de que esses desafios, esses problemas, esses entraves todos, sejam encaminhados para o bem econômico e social, para o desenvolvimento do nosso país.

Agradecendo a presença de todos, declaro encerrada a presente audiência pública.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 16 minutos.)

Ata da Vigésima Segunda Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em vinte e três de agosto, de 2005, às 9:30 horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às nove horas e cinquenta e dois minutos do dia vinte e três de agosto do ano de dois mil e cinco, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Luiz Otávio, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores César Borges, Edison Lobão, Jorge Bornhausen, Rodolpho Tourinho, Romeu Tuma, Almeida Lima, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia, Tasso Jereissati, Heráclito Fortes, Leonel Pavan, Flexa Ribeiro, Ramez Tebet, Garibaldi Alves Filho, Mão Santa, Sérgio Cabral, Gilberto Mestrinho, Valdir Raupp, Ney Suassuna, Wellington Salgado, Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Fernando Bezerra, João Capiberibe, Ideli Salvatti, Antônio Carlos Valadares, Roberto Saturnino, Sibá Machado e Osmar Dias. Deixam de comparecer os Senadores Gilberto Goellner, Sérgio Guerra, José Maranhão e Patrícia Saboya Gomes. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Antes de dar início aos trabalhos, a Presidência comunica aos membros o recebimento do Ofício nº OF.SF/1985/2005, encaminhando o Aviso nº 314/2005, do Ministro de Estado da Fazenda, com cópia da Nota nº 692/2005/STN/CONED, do Tesouro Nacional, em resposta ao Requerimento de Informação nº 177/2005, de autoria do Senador Luiz Otávio, a respeito de descumprimento, pela Prefeitura Municipal de São Paulo, do artigo 32 da Lei Complementar

nº 101, de 2000, e da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, e o recebimento, ainda, do Aviso nº 204/GM/MME, do Ministro de Estado de Minas e Energia, com cópia dos expedientes nºs CTA-PR-8578/05 e CTA-PR-8889/05, das Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobras, em resposta ao Requerimento de Informação nº 176/2005, de autoria do Senador Luiz Otávio, requerendo informações referentes aos empréstimos ofertados e realizados pela Eletrobrás no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – Reluz. Comunica, ainda, que a Comissão recebeu documentos para seu conhecimento, Aviso nº 296/MF (AVS nº 28/05), de 4 de agosto de 2005, do Ministério da Fazenda, encaminhando, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 64/99, o V Relatório de Progresso do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM, relativo ao 2º semestre de 2004; Aviso nº 244/GMF–Aviso nº 22/05 (Aviso nº 11/05), de 29 de Junho de 2005, do Ministério da Fazenda, encaminhando, nos termos do Inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069/95, o Anexo Demonstrativo das Emissões do Real relativo ao mês de maio de 2005, as razões delas determinantes e a posição das Reservas Internacionais a ela vinculadas; Aviso nº 292/GMF–Aviso nº 25/05 (Aviso nº 11/05), de 29 de julho de 2005, do Ministério da Fazenda, encaminhando, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069/95, o Anexo Demonstrativo das Emissões do Real relativo ao segundo trimestre de 2005, as razões delas determinantes e a Posição das Reservas Internacionais a ela vinculadas; Aviso nº 246/GMF–Aviso nº 23/05 (Aviso nº 09/05), de 30 de junho de 2005, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, Relatório contendo as características das Operações de Crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda, nos meses de abril e maio de 2005, Tabela Demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios; Aviso nº 290/GMF–Aviso nº 26/05 (Aviso nº 09/05), de 28 de julho de 2005, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, Relatório contendo as características das Operações de Crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda, no mês de junho de 2005, Tabela Demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios; Aviso nº 275/MF (AVS nº 24/05), de 14 de julho de 2005, do Ministério da Fazenda, encaminhando, nos termos do art. 5º da Resolução do Senado Federal nº 91/97, o XVI Relatório de Progresso

do Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal dos Estados Brasileiros – PNAFE, relativo ao 2º semestre de 2004; e Aviso nº 0047/BCB-Presi – PRS nº 8/96 (Resolução nº 23/96), de 29 de julho de 2005, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao art. 3º da Resolução do Senado Federal nº 23/96, Operações de Crédito Externo de Natureza Financeira de Interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios de caráter não-reembolsável, relacionando as operações no período de abril a junho de 2005. Informa que os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A seguir, lembra aos Senadores, a Reunião de vinte e quatro de agosto de 2005, às nove e trinta horas, quando será discutido, em Audiência Pública, a aplicação dos recursos de poupança nos Financiamentos Habitacionais no Nordeste do País. Em seguida, a Presidência dá início à 1ª Parte da Reunião com a apreciação da Mensagem do Senado Federal nº 211, de 2005, não terminativa, que “submete à apreciação do Senado Federal, a indicação do Senhor Arthur Badin para exercer o cargo de Procurador-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE”, de autoria do Executivo, tendo como Relator o Senador Romero Jucá, que apresenta Parecer a ser apreciado em votação secreta. O Presidente designa o Senador Edison Lobão Relator **Ad Hoc**. Em seguida, solicita ao Senador Romeu Tuma que conduza o indicado para ocupar seu lugar à Mesa. Após a leitura do Parecer pelo Senador Edison Lobão, usa da palavra o Doutor Arthur Badin, para fazer sua exposição. Usam da palavra para arguir o Sabatinado os Senadores Eduardo Suplicy, Ramez Tebet, Edison Lobão e Flexa Ribeiro. Após a votação secreta, são designados escrutinadores os Senadores Flexa Ribeiro e João Capiberibe. A Comissão aprova a indicação do Doutor Arthur Badin para exercer o cargo de Procurador-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, por vinte e três votos favoráveis, dois contrários e nenhuma abstenção. Em seguida, a Presidência dá início à apreciação das matérias constantes da 2ª parte da Pauta; Item 01-Turno Suplementar de Discussão da Emenda nº 01-CAE, Substitutivo, oferecida ao Projeto de Lei do Senado nº 517, de 2003, terminativo, que “dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências”, de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, e como Relator Ad Hoc das Emendas o Senador Osmar Dias, que oferece Parecer favorável às Emendas nºs 01 e 02, e às Emendas nºs 4 e 5, na forma das Subemendas nºs 01 e 02 apresentadas, e pela rejeição das Emendas nºs 03, 06 e 07. Em 21/06/05

foi aprovado Substitutivo Integral; de acordo com o art. 282, do Regimento Interno do Senado Federal, a Matéria será submetida a Turno Suplementar de Discussão. Em 23/06/05 foram apresentadas as Emendas nºs 01 e 02, de autoria do Senador Leonel Pavan. Em 09/08/05 foram apresentadas as Emendas nºs 03, 04, 05, 06 e 07, de autoria do Senador Aloizio Mercadante. A apreciação da matéria é adiada; Item 02-Ofício “S” nº 24, de 2004, não terminativo, que “comunica irregularidade na contratação de operação de crédito pela Prefeitura Municipal de Cunhataí (SC)”, de autoria do Ministro da Fazenda, tendo como Relator o Senador Demóstenes Torres, que oferece Parecer pela comunicação, mediante expediente, do Presidente desta Casa ao Prefeito Municipal de Cunhataí (SC), ao Chefe do Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas da respectiva jurisdição, aplicação de sanção prevista no parágrafo único do art. 27 da Resolução nº 43/2001 e pelo envio, ainda, de cópia deste Ofício “S” e do Parecer desta Comissão comunicando a decisão ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina, para as providências cabíveis ao caso, e posterior arquivamento da Matéria. A Presidência designa o Senador Osmar Dias Relator **Ad Hoc**, que procede à leitura do Relatório. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator; Item 03-Mensagem (CN) nº 37, de 2004, não terminativa, onde o “Presidente da República, encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 34, § 2º da Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003, o demonstrativo das operações de crédito pendentes de contratação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Osmar Dias, que oferece Parecer pelo conhecimento da Matéria à Comissão e posterior envio ao Arquivo. Após a leitura do Relatório pelo Senador Osmar Dias e colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2001, terminativo, que “autoriza o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, a conceder empréstimos com taxas de juros subsidiadas destinados à aquisição de geradores de energia”, de autoria do Senador Osmar Dias, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2003, terminativo, que “altera o § 6º do artigo 2º da Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003 (Isenção de IPI na compra de veículos especiais para pessoas portadoras de deficiência visual, mental severa ou profunda e também os autistas)”, de autoria do Senador Arthur Virgílio, tendo como Relatora a Senadora Ana Júlia Carepa, que oferece Parecer pelo arquivamento do Projeto. A aprecia-

ção da matéria é adiada; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2004, não terminativo, que “concede incentivos às médias, pequenas e microempresas para a criação de novos empregos”, de autoria do Senador Marcos Guerra, tendo como Relator o Senador Fernando Bezerra, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2003, terminativo, que “acrescenta o § 6º ao artigo 9º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, estendendo a opção pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples) às pessoas jurídicas que especifica”, de autoria do Senador Almeida Lima, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece Parecer pela rejeição e arquivamento do Projeto. Em 29/06/04, a discussão da matéria foi encerrada, ficando adiada a votação. A apreciação da matéria é adiada; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2002, terminativo, que “dispõe sobre a dedução do imposto de renda devido por empregadores pessoas jurídicas de encargos previdenciários, pagos durante o período que especifica, no caso de contratações adicionais de empregados, e dá outras providências”, de autoria do Senador Edison Lobão, tendo como Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 26/11/02, foi encaminhado o Requerimento nº 24/2002-CAE ao Secretário da Receita Federal solicitando informações para instruir a matéria, sendo o Requerimento atendido em 17/03/03. A apreciação da matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 120, de 2002, terminativo, que “altera a redação do artigo 2º do Decreto-Lei nº 356, de 15 de agosto de 1968, que ‘estende benefícios do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, a áreas da Amazônia Ocidental, e dá outras providências’”, de autoria do Senador Moreira Mendes, tendo como Relator o Senador Aelton Freitas, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2002, terminativo, que “dispõe sobre o seguro educacional”, de autoria do Senador Carlos Bezerra, tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 11-Mensagem do Senado Federal nº 184, de 2005, não terminativa, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$ 12,120,000.00 (doze milhões, cento e vinte mil dólares dos Estados Unidos

da América), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD), destinada ao financiamento, parcial, do Projeto de Assistência Técnica ao Programa de Apoio à Agenda de Crescimento Econômico Equitativo e Sustentável – PACE”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Fernando Bezerra, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Relator, Senador Fernando Bezerra, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator, favorável nos termos do PRS apresentado. Foi aprovado, ainda, pela Comissão Requerimento de Urgência para a matéria; Item 12-Projeto de Lei do Senado nº 83, de 2003, terminativo, que “modifica a redação do inciso XIV do artigo 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, alterada pelo artigo 47 da Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, e pelo artigo 30 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre a isenção do imposto de renda das pessoas físicas acometidas pelas moléstias que especifica”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Sérgio Guerra, que apresenta Parecer pela prejudicialidade do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 13-Ofício “S” nº 28, de 2004, não terminativo, que “comunica, nos termos da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, irregularidade na contratação de operação de crédito entre a Prefeitura Municipal de Liberato Salzano (RS) e a empresa Rio Grande de Energia S/A”, de autoria do Ministro da Fazenda, tendo como Relator o Senador Papaléo Paes, que oferece Parecer pelo encaminhamento da Matéria à Procuradoria-Geral da República, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul e ao Poder Legislativo local, mediante despacho da Mesa do Senado Federal, comunicando a ocorrência da irregularidade, com vistas à realização de providências pertinentes e cabíveis ao caso e posterior arquivamento da Matéria. A Presidência designa o Senador Osmar Dias Relator **Ad Hoc**, que procede à leitura do Relatório. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator; Item 14-Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2003, terminativo, que “altera os artigos 1º e 2º da Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002, que altera a legislação tributária federal e dá outras providências e estabelece a atualização anual das tabelas do imposto de renda das pessoas físicas”, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que se encontra tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2003, terminativo, que “dispõe sobre a atualização dos valores referidos na legislação do imposto sobre renda e sobre a tributação de lucros e dividendos distribuídos”, de

autoria do Senador Jefferson Peres, tendo como Relator o Senador João Capiberibe, que apresenta Parecer favorável ao Requerimento nº 803/04 e pelo sobrestamento do PLS nº 361/03 até que seja submetido à apreciação do Senado o Projeto de Lei nº 3.265, em tramitação na Câmara dos Deputados. A apreciação da matéria é adiada; Item 15-Projeto de Lei do Senado nº 97, de 2002, terminativo, que “dispõe sobre a dedução do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas, das doações ao Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior – FIES”, de autoria do Senador Ricardo Santos, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 16-Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2004, Complementar, não terminativo, que “dispõe sobre a certificação e a utilização de créditos oriundos de precatórios judiciais”, de autoria do Senador Almeida Lima, tendo como Relator o Senador Edison Lobão, que apresenta Parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 17-Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2004, não terminativo, que “altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações para determinar que pelo menos trinta por cento dos recursos a ele destinados sejam aplicados em educação”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que apresenta Parecer pela aprovação do Projeto. A matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Educação e pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, cabendo à última a decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 18-Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2005, Complementar, não terminativo, que “altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, para vedar o contingenciamento das despesas que especifica”, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como Relator o Senador Osmar Dias, que apresenta Parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 19-Projeto de Lei do Senado nº 60, de 2004, não terminativo, que “institui o Programa de Incentivo à Conclusão da Educação Básica – ‘Poupança Escola’, e dá outras providências”, de autoria do Senador Cristovam Buarque, tendo como Relatora a Senadora Ana Júlia Carepa, que apresenta Parecer pela aprovação do Projeto. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Educação com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 20-Projeto de Lei do Senado nº 358, de 2004, Complementar, não terminativo, que “altera a Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de

2001, que autoriza antecipação do pagamento do complemento de atualização monetária em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e dá outras providências”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que apresenta Parecer pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 21-Ofício “S” nº 18, de 2004, não terminativo, que “comunica, nos termos do art. 24 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, irregularidade na contratação de operação de crédito entre a Prefeitura Municipal de Cachoeirinha (RS) e o Estado do Rio Grande do Sul”, de autoria do Ministro da Fazenda, tendo como Relator o Senador Almeida Lima, que apresenta Parecer pelo encaminhamento, pelo Presidente do Senado, do Projeto e do Parecer ao Ministério Público do Rio Grande do Sul e pelo encaminhamento aos Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo de Cachoeirinha (RS) e, também, ao Ministério da Fazenda e, em seguida, ao Arquivo do Senado Federal. A Presidência designa o Senador Osmar Dias Relator **Ad Hoc**, que procede à leitura do Relatório. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator; Item 22-Ofício “S” nº 19, de 2004, não terminativo, que “comunica, nos termos do art. 24 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, irregularidade na contratação de operação de crédito entre a Prefeitura Municipal de Herval D’Oeste (SC) e a COHAB-SC”, de autoria do Ministro da Fazenda, tendo como Relator o Senador César Borges, que apresenta Parecer pelo encaminhamento de Expediente, pelo Presidente do Senado, ao Prefeito de Herval D’Oeste e ao Ministério da Fazenda, informando a decisão da CAE e posterior arquivamento da matéria. Após a leitura do Relatório pelo Senador Osmar Dias, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator; Item 23-Projeto de Lei do Senado nº 448, de 1999, terminativo, que “altera o parágrafo único do art. 7º da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que ‘dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências”, de autoria do Senador Luiz Pontes, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que apresenta Parecer pela prejudicialidade do Projeto. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação. A apreciação da matéria é adiada; Item 24-Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2001, terminativo, que “altera a Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, para excluir o setor elétrico do processo de privatização”, de autoria do Senador Roberto Freire e outros Senadores, tendo como Relator o Senador Rodolpho

Tourinho, que apresenta Parecer pelo arquivamento da matéria. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. A apreciação da matéria é adiada; Item 25-Mensagem do Senado Federal nº 172, de 2005, não terminativa, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e o Nordic Investment Bank – NIB (Banco Nórdico de Investimento), no valor total equivalente a até US\$ 60,000,000.00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, destinada a financiar, parcialmente, a segunda fase do “Programa Multissetorial NIB II”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Relator, Senador Valdir Raupp, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator, favorável nos termos do PRS apresentado. Foi aprovado, ainda, pela Comissão Requerimento de Urgência para a matéria. Usa da palavra o Senador Ramez Tebet; Item 26-Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2003, terminativo, que “concede isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados a aparelhos próprios para radioamadorismo, quando importados ou adquiridos por radioamador habilitado e participante da Rede Nacional de Emergência de Radioamadores (RENER), Integrante do Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC)”, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, tendo como Relatora a Senadora Ana Júlia Carepa, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 27-Mensagem do Senado Federal nº 102, de 2005, não terminativa, que “propõe ao Senado Federal, seja autorizada a realização de operações financeiras voltadas ao reescalonamento de créditos brasileiros junto ao Banco de Moçambique, no valor equivalente US\$ 331,686,015.65 (trezentos e trinta e um milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, quinze dólares norte-americanos e sessenta e cinco centavos), de acordo com o Contrato de Reestruturação da Dívida firmado em 31 de agosto de 2004”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador José Maranhão, que apresenta Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. O Presidente designa a Senadora Ana Júlia Carepa Relatora **Ad Hoc**. Após a leitura do Relatório pela Senadora Ana Júlia Carepa, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator, favorável nos termos do PRS apresentado. Foi

aprovado, ainda, pela Comissão Requerimento de Urgência para a matéria; Item 28-Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, não terminativo, que altera os arts. 6º e 7º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que “dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para conversão das obrigações para o Real, e dá outras providências”, de autoria da CPI do Sistema Financeiro (SF), tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, não terminativo, que “altera a redação do § 1º do artigo 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para definir que o Presidente do Banco Central comparecerá, pessoalmente, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, para fazer relato sobre a execução da programação monetária que se finda e a exposição e entrega da Programação Monetária Trimestral”, de autoria do Senador Paulo Hartung, tendo como Relator o Senador Aloizio Mercadante, que apresenta Parecer pela aprovação do PLS nº 26, de 2000, na forma da Emenda nº 01 – CCJ (Substitutivo), e pela rejeição do PLS nº 685, de 1999. A matéria já foi apreciada pela CCJ. A apreciação da matéria é adiada; Item 29-Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2003, terminativo, que “altera a redação dos artigos 6º e 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências (Dispõe sobre a Política Energética Nacional)”, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que apresenta Parecer pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação. A apreciação da matéria é adiada; Item 30-Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2004, terminativo, que “autoriza o Poder Executivo a criar a Poupança Emigrante e o Fundo de Financiamento ao Emigrante Empreendedor (FEE), com vistas a incrementar a entrada de divisas no país e estimular o investimento e o crescimento do emprego”, de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relator o Senador Rodolpho Tourinho, que apresenta Parecer pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 01, 02, 03, 04 e 05 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. Em seguida, a Comissão aprova o Requerimento nº 35/2005-CAE, de autoria do Senador João Capiberibe, que requer, nos termos regimentais, a realização de uma audiência pública, em conjunto com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o objetivo de instruir o PLC nº 195/2005, que “inclui parágrafo único no art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor que a oferta e apresentação de produtos ou serviços devem incluir o seu preço sem o valor do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços e dos demais

tributos sobre eles incidentes”, e requer, ainda, que sejam convidados, para a referida audiência, o Presidente do Núcleo Jovem da Associação Comercial e Industrial de Joinville, Raul Bérqson; o Presidente da Confederação Nacional de Jovens Empresários, Marcos Haddad; o Presidente da Associação Comercial do Distrito Federal, Fernando Brites; o Presidente da OAB São Paulo, Luiz Flávio Borges D’Urso; o Presidente da Fiesp, Paulo Antonio Skaf; e o Presidente da IBPT, Gilberto Luis do Amaral. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e seis minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Luiz Otávio**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Declaro aberta a 22ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, extraordinária, da Terceira Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, em 23 de agosto de 2005, às 9 horas e 52 minutos, na Sala de Reuniões de nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, vou dar conhecimento à Comissão do Expediente recebido de parte do Ministro de Estado da Fazenda, o Ministro Antônio Palocci Filho e do Ministro de Estado de Minas e Energia, o Ministro Silas Rondeau Cavalcante Silva.

O Expediente do Ministro da Fazenda – Sr. Antônio Palocci – refere-se ao Ofício nº 1.541, do Senado Federal, de 17 de julho de 2005, por intermédio do qual foi remetida a cópia do Requerimento de Informação nº 177, de 2005, de autoria do Senador Luiz Otávio, a respeito do descumprimento, pela Prefeitura Municipal de São Paulo, do art. 32, da Lei Complementar nº 101, de 2000 e da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001.

A propósito, encaminho a V. Exª cópia da nota nº 692, de 2005, da Secretaria do Tesouro Nacional, de 17 de maio de 2005, elaborada pela Secretaria do Tesouro Nacional, com os esclarecimentos sobre a matéria.

O Ministro Antão Palocci encaminha o expediente vindo da Secretaria do Tesouro Nacional, onde ressalva, de pronto, no âmbito da STN, a matéria tratada no mencionado requerimento, principalmente da competência da Coordenação-Geral de Haveres Financeiros, Coaf, e da Coordenação-Geral de Operações de Crédito dos Estados e Municípios, Copem.

Esclarece, ainda, que a Copem encaminhou a esta Coordenação Geral, normas de avaliação da execução de despesas. Assim, a Secretaria do Tesouro Nacional encaminha, também, um Requerimento de

Informações do Aditivo Contratual, assinado pela Prefeitura Municipal de São Paulo, que implicou na elevação da sua dívida consolidada. Da mesma forma, do Programa Reluz, firmado pela Prefeitura de São Paulo com a Eletropaulo, dando as seguintes características: credores, devedores, garantias, prazo, taxa de juros, indexador, e à Prefeitura Municipal de São Paulo, se fez alguma consulta prévia ao Ministério da Fazenda a respeito do referido Aditivo Contratual. E não houve consulta prévia do Município ao Ministério da Fazenda a respeito do Aditivo Contratual.

Esta é a resposta da Secretaria do Tesouro Nacional, encaminhada pelo Ministro Antão Palocci Filho.

A Prefeitura de São Paulo, em atendimento ao art. 3º da Resolução do Senado Federal, comunicou a contratação de recursos que foram encaminhados em diversos documentos. Foi efetuada a contratação desse Programa Reluz e vem, também, o Aditivo formalizado com o Contrato e um segundo aditivo, prevendo, inclusive, modificação do valor envolvido.

A resposta do Ministro Antônio Palocci: Os primeiros casos de celebração de contratos, no âmbito do Programa Reluz que o Ministério da Fazenda tomou conhecimento foram os de Alvorada, no Rio Grande do Sul e Viamão, também, no Rio Grande do Sul, no segundo semestre de 2003, quando da análise de pedido desses municípios de outras operações de crédito. Nesse Programa, os recursos obtidos devem ser restituídos em parcelas mensais, com a incidência de juros e atualização monetária, caracterizando a realização de operação de crédito. Sendo assim, cada operação deveria ser instruída, previamente, conforme a previsão do art. 32, da Lei Complementar nº 101, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nenhum dos contratos firmados observou essa condição estabelecida pelo Senado Federal. Além disso, pela Resolução nº 43, não havia a possibilidade de regularização de operações de créditos contratadas junto a instituições não-financeiras. Essa situação que estava na Prefeitura impedia a contratação de outras operações de crédito.

Ao constatar esses aspectos e considerando a relevância de implementação desse programa, o Senado Federal editou, em 05 de novembro de 2003, a Resolução nº 19. Por meio dela, ficou permitida a regularização de operação de crédito de contratadas pelas instituições financeiras.

Segue um relatório bastante explicativo do questionamento de quais os Municípios que realizaram operações de crédito no âmbito do Programa Reluz. Discriminando-se os valores contratados e o Ministério da Fazenda, através da Secretaria do Tesouro Nacional, relaciona o Município de Alvorada, de Viamão e

o Município de São Paulo. O valor contratado do Município de São Paulo é de R\$ 140.280.218,67. A data da contratação foi dia 02 de outubro de 2002.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Presidente, eu ouvi que não houve consulta. Eles convalidam esses contratos ou não? Esse é o problema, porque é importante saber se há convalidação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Agora, a sequência do processado será o encaminhamento. Foi juntado o processo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Consta o Relator?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – O Relator encaminhou agora à Consultoria do Senado, que está estudando essa matéria desde o início, bem como o segundo ofício, que é do Ministério de Minas e Energia, reportando ao ofício também citado há pouco, do Senado Federal, para encaminhar o expediente das Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás, referente ao Requerimento de Informação nº 176, também de autoria do Senador Luiz Otávio.

Portanto, o Ministro Silas Rondeau Cavalcante Silva também informa, em documento oficial da Eletrobrás, todos os pontos levantados pela Comissão de Assuntos Econômicos – bom-dia, Sr. Presidente, Senador Edison Lobão – e o Programa Nacional de Iluminação Pública do Reluz.

Assim, encaminho à consultoria técnica da Casa, para que seja apreciado tanto o ofício do Ministério da Fazenda, do Ministro Antônio Palocci como do Ministério de Minas e Energia, do Ministro Silas Rondeau.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Aproveitando a oportunidade, lerei também uma comunicação aos membros da Comissão:

Esta Comissão recebeu os seguintes documentos, para seu conhecimento: Aviso nº 296, de 04 de agosto de 2005, do Ministério da Fazenda, encaminhado nos termos da resolução do Senado Federal, o relatório de progresso do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros, o Pnaf, relativo ao segundo semestre de 2004.

Recebemos também o Aviso nº 244, de 29 de junho de 2005, também do Ministério da Fazenda, encaminhado, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069, de 1995, o anexo demonstrativo das emissões do Real, relativo ao mês de maio de 2005. As razões delas determinantes é a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

Aviso nº 292, de 29 de julho de 2005, do Ministério da Fazenda, encaminhando, nos termos do inciso II do art. 7º da mesma lei, o anexo demonstrativo das

emissões do Real relativo ao segundo trimestre de 2005. As razões delas determinantes é a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

Aviso nº 246, que também trata do relatório contendo as características de operações de créditos analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda, nos meses de abril e maio de 2005, com a tabela demonstrativa da dívida consolidada líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida dos Municípios.

O Aviso nº 290, também de 28 de junho de 2005, é encaminhado em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43. É o relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda, também no mês de junho de 2005, bem como a tabela demonstrativa da dívida consolidada líquida dos Estados e do Distrito Federal.

O Aviso nº 275, que trata do relatório de progresso do Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros – Pnaf, do segundo semestre de 2004, bem como o Aviso nº 47, que traz também as operações de crédito externo, de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados e do Distrito Federal.

O caráter não reembolsável relacionando as operações no período de abril a junho de 2005.

Os Expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão, por meio de ofício circular.

Lembro aos Srs. Senadores que está confirmando a reunião de amanhã, às 9:30 horas, quando iremos discutir, em audiência pública, a aplicação dos recursos de poupança nos financiamentos habitacionais no Nordeste do País. Essa audiência, que trata de financiamentos habitacionais no Nordeste do País está marcada para amanhã por proposta do Senador Sérgio Guerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Fernando Bezerra, Líder do PTB e do Governo no Congresso.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a, se possível, a inversão da pauta, colocando em votação os Itens nº 11, 25 e 27, que são financiamentos e matérias pacíficas. Uma delas é matéria não-terminativa. Sou relator de uma delas e, como tenho hoje outras reuniões de Comissões, eu gostaria de poder contar com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permanecem sentados. (Pausa)

Aprovada a inversão solicitada pelo Senador Fernando Bezerra.

Da mesma forma o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR) – Eu não me oponho.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Passamos, então, à apreciação da matéria.

MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 184, DE 2005

NÃO-TERMINATIVA

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$ 12,120,000.00 (doze milhões, cento e vinte mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD), destinada ao financiamento, parcial, do Projeto de Assistência Técnica ao Programa de Apoio à Agenda de Crescimento Econômico Equitativo e Sustentável – PACE.

Autoria: Presidência da República

Relator: Senador Fernando Bezerra

Com a palavra, o Senador Fernando Bezerra, Líder do PTB e do Governo no Congresso.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Sr. Presidente, a Mensagem do Senado Federal nº 184, de 2005, nº 477 na origem, propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$ 12,120,000.00 (doze milhões, cento e vinte mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD), destinada ao financiamento, parcial, do Projeto de Assistência Técnica ao Programa de Apoio à Agenda de Crescimento Econômico Equitativo e Sustentável – PACE.

Irei resumir. Na operação, Sr. Presidente, o devedor seria a República Federativa do Brasil, o credor, o Bird. O valor do empréstimo já externado é de US\$ 12.120.000,00 americanos, a modalidade é empréstimo com margem fixa de *spread low*, prazo de desembolso até dezembro de 2008, amortização em 22 parcelas semestrais consecutivas, vencendo a primeira em 15 de julho de 2009 e a última em 15 de janeiro de 2020. Juros exigidos semestralmente em 15 de janeiro e 15 de julho de cada ano, calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual composta da Libor de seis meses e *spread* a ser definido na data da assinatura do empréstimo, que vigorará até o encerramento.

Comissão de compromisso de 0,85% ao ano sobre saldos devedores não desembolsados e exigidos semestralmente nas mesmas datas do pagamento dos juros, entrando em vigor 60 dias após a assinatura do contrato até o quarto o ano e 0,75% ao ano em diante.

Taxa inicial, 1% sobre o montante do empréstimo a ser debitado na conta de empréstimo quando da efetividade do contrato. Acompanham a Mensagem do Presidente da República os documentos exigidos para instrução processual em conformidade com a Resolução nº 96 desta Casa, dentre os quais destacamos a Exposição de Motivos do Ministro da Fazenda e os Pareceres da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e da Secretaria do Tesouro Nacional favoráveis à operação, bem como o credenciamento do empréstimo junto ao Banco Central do Brasil, as informações concernentes aos limites de endividamento da União e a minuta do contrato.

Sr. Presidente, nosso voto, diante do exposto na resolução e pelos dados que coloquei, é favorável. Espero que essa seja a decisão desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado o Projeto de Lei nº 11, relatado pelo eminente Senador Fernando Bezerra.

Item 25:

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e o Nordic Investment Bank – NIB (Banco Nórdico de Investimento), no valor total equivalente a até US\$ 60,000,000.00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, destinada a financiar, parcialmente, a segunda fase do “Programa Multissetorial NIB II”.

Autoria: Presidência da República

Relator: Senador Valdir Raupp

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, como relator.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Presidente da República encaminha, para apreciação do Senado Federal, proposta para que seja autorizado à República Federativa do Brasil conceder garantia à operação de crédito externo a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDES,

no valor equivalente a até US\$60 milhões junto ao Nordic Investment Bank.

Os recursos advindos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do Programa Multissetorial Nib II, que, como previsto na minuta de contrato de empréstimo, contemplará, se tecnicamente viável, projeto nas áreas de saúde e meio ambiente, com valores equivalentes a até US\$20 milhões.

Como o relatório já é de conhecimento de todas as Sr^{as} e os Srs. Senadores, vou abreviá-lo porque é muito extenso.

Os limites de endividamento da União, estipulados nos arts. 2º, 3º e 4º da referida resolução, são atendidos conforme é informado no referido parecer. O parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, encaminhado ao Senado Federal, acerca das cláusulas da minuta contratual, conclui que eles são admissíveis e estão de acordo com a legislação brasileira aplicável à espécie, tendo sido observado o disposto no art. 5º da Resolução 96/89, que veda disposição contratual de natureza política ou atentatória à soberania nacional e à ordem pública.

Voto. Somos, assim, pela autorização pleiteada pela Mensagem nº 172, de 2005, nos termos do seguinte: Projeto de Resolução de 2005, autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente a até 60 milhões de dólares dos Estados Unidos da América, junto ao Nordic Investment Bank. O Senado resolve:

§ 1º – É a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia à operação de crédito externo a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor equivalente a até 60 milhões de dólares americanos. É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otavio. PMDB – PA) – A matéria está em discussão.

Para discutir, o Senador Ramez Tebet, do PMDB do Mato Grosso do Sul.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Sr. Presidente, de 60 milhões de dólares, que é o valor do empréstimo, 20 milhões serão aplicados nos setores da saúde e do meio ambiente, setores importantíssimos, dizendo respeito à qualidade de vida de nossa população. Isso vai permitir, também, que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social possa continuar em seu programa de financiamentos a projetos que têm características simplificadas, inclusive com países nórdicos. Mas o que me chamou a atenção para esse projeto e me inspira é que o relatório destaca que o BNDES informa que já houve um

contrato totalmente desembolsado e esse contrato foi direcionado para financiamento de projetos de algumas empresas importantes, como a Aracruz, a Veracel, a VCP, do setor de papel e celulose. E aí quero fazer uma comunicação e um apelo a esta Comissão de Assuntos Econômicos, a todos os seus componentes, a todos os seus líderes partidários, porque nesse setor de papel e celulose, o Brasil está com uma oportunidade ímpar, porque uma indústria, a International Paper do Brasil, está tencionando montar a maior indústria de papel e celulose do mundo no Brasil. Sr. Presidente, isso vai ter influência até no Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil. Disputamos isso – estamos disputamos isso, é uma comunicação que quero fazer ao Senado Federal – , com a Rússia e a China. O local, se for para ficar no Brasil, como creio que estamos com 80% de possibilidade de essa indústria ficar, ser implantada no Brasil, vai ser o Mato Grosso do Sul, e mais precisamente uma cidade situada às margens do rio Paraná, que, coincidentemente, é a cidade onde nasci e onde tenho meu berço político. Quero mais informar que o Presidente da República está ciente desse projeto. O Presidente da República tem envidado esforços. O Governador do Estado do Mato Grosso do Sul, a Prefeita municipal de Três Lagoas, representantes do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior já estiveram lá nos Estados Unidos. O pleito agora – e estamos mantendo entendimentos com o Governo Federal, é que eles pretendem uma redução do Imposto de Renda. E como essa indústria não é uma indústria de porte médio, será a maior indústria do mundo, é que tomo a liberdade de falar isso perante esta Comissão de Assuntos Econômicos do Senado da República para pedir o apoio, Senador Edison Lobão, a todos, porque isso não é bom para Mato Grosso do Sul, isso é bom para o Brasil. Porque vai ser a maior indústria do mundo de papel e celulose. Já tenho aqui que agradecer até ao Presidente da República, o Presidente Lula, porque algumas exigências feitas por estas empresas, que eu não preciso aqui mencionar como por exemplo a construção de uma ponte rodoviária sobre o Rio Paraná e outros, o Presidente da República já determinou ao Ministério dos Transportes que incluía no orçamento a ser executado no ano de 2006, a construção por exemplo dessa ponte e de outras coisas. Mas eles estão julgando de fundamental importância ter esse benefício fiscal, que não sabemos como vamos obter, se é por uma medida provisória. Porque esses benefícios que a indústria Paper do Brasil está solicitando já existem para o Norte e Nordeste. O Centro-Oeste não tem. Mas de qualquer forma é um assunto que estamos debatendo e que peço a V. Exª, como Presidente desta Comissão, que nos ajude nis-

so e aos demais Senadores também, ao Líder Aloizio Mercadante, que não nos tem faltado, que se empenhe junto conosco.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – E que continue não faltando.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – E não vai faltar, pela sua clarividência.

Claro que eu já ia votar favoravelmente, mas quando vi essa questão de papel e celulose já mexeu comigo, porque o Brasil não pode perder essa oportunidade, Mato Grosso do Sul não pode perder essa oportunidade, Três Lagoas não pode perder essa oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com certeza, Senador Ramez Tebet. Não só a Presidência, a Comissão como um todo...

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Eles já adquiriram lá 100 mil hectares de eucalipto, que já estão plantados na região para isso.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Trabalharemos para estender esse benefício das Regiões Norte e Nordeste ao Centro-Oeste, com o apoio da liderança do governo no Congresso, do Senador Fernando Bezerra, e da liderança do governo no Senado Federal, Senador Aloizio Mercadante.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado o item relatado pelo nosso Senador Valdir Raupp.

Item 27.

Eu pedira que o Senador Aloizio Mercadante começasse a treinar porque o Senador Romero Jucá me ligou que está em São Paulo para uma consulta a um geriatra, que está fazendo um novo tratamento, e que S. Exª vai atrasar. Como Procurador-Geral do Cade, Dr. Arthur Badim, já se encontra na ante-sala da Comissão de Assuntos Econômicos para a sua arguição, eu pediria...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – É o item 27 ainda.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – É, mas logo depois do 27 vai entrar.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Senador Luiz Otávio?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Pois não, Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – É que V. Exª havia me solicitado que relatasse na ausência do Senador Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – É porque quando vejo o Líder Aloizio Mercadante, o General me pediu, já que ele declinasse para que V.

Exª pudesse ser o Relator **ad hoc**, mas eu não poderia atender ao pedido do General Olivar.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – O Senador Mercadante tem todas as prioridades.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Então, logo após o Item 27.

MENSAGEM DO SENADO FEDERAL
Nº 102, DE 2005
(Não Terminativa)

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a realização de operações financeiras voltadas ao reescalonamento de créditos brasileiros junto ao Banco de Moçambique, no valor equivalente US\$ 331,686,015.65 (trezentos e trinta e um milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, quinze dólares norte-americanos e sessenta e cinco centavos), de acordo com o Contrato de Reestruturação da Dívida firmado em 31 de agosto de 2004.

Autoria: Presidência da República.

Relator: Senador José Maranhão.

Como o Senador José Maranhão não se encontra aqui, pergunto à Senadora Ana Júlia Carepa se pode servir como Relatora **ad hoc** da matéria constante do Item 27. (Pausa.)

Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa, Relatora **ad hoc**.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se de mensagem do Presidente da República, como V. Exª já leu – não é preciso repetir –, solicitando que sejam autorizadas operações financeiras voltadas ao reescalonamento de créditos com o Banco de Moçambique. O montante é de US\$331,686,015.65 (trezentos e trinta e um milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, quinze dólares norte-americanos e sessenta e cinco centavos). Esse Contrato de Reestruturação da Dívida foi firmado em 31 de agosto de 2004.

Nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, o Presidente encaminhou essa mensagem, para que a União fosse autorizada a celebrar essas operações que já mencionei.

A dívida da República de Moçambique vem sendo objeto de negociação no âmbito do Clube de Paris, conforme a Ata de Entendimentos para a consolidação da dívida de Moçambique, editada em 21 de novembro de 1996, tendo a República Federativa do Brasil como signatária dessa Ata.

Como é sabido, os acordos negociados e firmados nessa instância de países levaram à definição de regras e de condições gerais aplicáveis à consolidação

e à reestruturação de dívidas junto a credores oficiais, originando daí contratos bilaterais específicos celebrados entre cada credor e respectivo país devedor.

Lerei apenas as partes principais.

O Contrato de Reestruturação da Dívida da República de Moçambique, ora submetido à apreciação do Senado Federal, é desdobramento dessa Ata de Entendimentos, sendo resultante da negociação direta procedida pela República de Moçambique junto ao Governo brasileiro, e compreende a totalidade da dívida bilateral, regida por contratos bilaterais celebrados nos anos de 1992 e de 1997 e seus aditivos de 1997 e de 2001. Essas negociações bilaterais foram coordenadas pelo Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior – Comace –, órgão vinculado ao Ministério da Fazenda.

Os termos e as condições desse Contrato de Reestruturação de Débitos foram definidos, concluídos e firmados entre o Brasil e o Banco de Moçambique em 31 de agosto de 2004.

Vale denotar que esse crédito da União junto à República de Moçambique é proveniente de operações de financiamento a exportações realizadas ao amparo do extinto Fundo de Financiamento à Exportação – Finex –, cujos créditos foram absorvidos e encontram-se atualmente geridos pelo Programa de Financiamento às Exportações – Proex.

Várias outras linhas de financiamentos concedidas por esse Fundo já foram objeto de renegociações no âmbito do Clube de Paris, resultando daí diversas Atas de Entendimentos, firmadas, desde 1987, com diferentes países, como Gabão, Mauritânia, Zâmbia, Guiné etc. Essas Atas levaram à celebração de acordos bilaterais, visando à reestruturação dos débitos desses países para com o Brasil.

Vou concluir a análise.

Cumprе enfatizar que a modalidade de redução de dívida prevista pelo Contrato de Reestruturação em exame encontra respaldo na Lei nº 9.665, de 1998, que autoriza o Poder Executivo a conceder remissão parcial de créditos externos. O acordo firmado entre o Brasil e a República de Moçambique contempla a redução da dívida que respeita e considera a capacidade de pagamento da República de Moçambique.

Conforme informações disponíveis no processo, a República de Moçambique é um país extremamente pobre, com cerca de 70% de sua população vivendo abaixo da linha de pobreza – a renda **per capita** anual é de aproximadamente US\$230.00. Esse País, a despeito do tratamento que lhe é conferido pelos credores do Clube de Paris com seus respectivos descontos de passivo, apresenta nível de endividamento externo expressivo. Por outro lado, sabe-se que não é vislumbra-

da qualquer outra forma de recuperação dos créditos dessa natureza, que não aquela negociada no âmbito do Clube de Paris.

Nos termos dessas considerações, acreditamos na oportunidade, na viabilidade de êxito e na recuperação de créditos externos brasileiros por intermédio de negociações que, como no caso de Moçambique, são levadas a efeito no âmbito do Clube de Paris.

Voto

Manifestamo-nos favoravelmente à concessão da autorização solicitada e, para a concretização desse objetivo, propomos o projeto de resolução que aqui se encontra assinado pelo Relator, tendo sido relatado pela Senadora Ana Júlia Carepa, **ad hoc**.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O perdão é

de 95% da dívida?

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – O perdão é de 95% sobre o estoque da dívida, totalizando US\$315.101.714, 37.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Quer dizer que o contrato de ressarcimento será só sobre os 5% do total?

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Foi acordado inclusive no Clube de Paris.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É só a confirmação.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – O termo desse acordo já foi abordado no Clube de Paris. Essa foi uma questão bem mais antiga.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Serve para ficarem claras as diferenças entre o valor do estoque da dívida e o que vai ser pago.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – É isso.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Obrigado, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 27:

MENSAGEM DO SENADO FEDERAL

Nº 102, DE 2005

(Não Terminativa)

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a realização de operações financeiras voltadas ao reescalonamento de créditos brasileiros junto ao Banco de Moçambique, no valor equivalente US\$331,686,015.65 (trezentos e trinta e um milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, quinze dólares norte-americanos e sessenta e cinco centavos), de acordo com o Contrato de Reestruturação da Dívida firmado em 31 de agosto de 2004.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador José Maranhão.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Peço urgência em relação às três operações.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– O Senador Aloizio Mercadante, Líder do Governo, pede urgência nas três operações.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam a urgência queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Srªs e Srs. Senadores, tenho de fazer também uma referência e um registro. Há projetos não terminativos no Item 2, cujo Relator é o Senador Demóstenes Torres; no Item 3, cujo Relator é o Senador Osmar Dias; no Item 13, cujo Relator é o Senador Papaléo Paes; no Item 21, cujo Relator é o Senador Almeida Lima, que é novo membro do PMDB e que, inclusive, já participa do novo Bloco dos Autênticos, liderado pelo Senador Mão Santa; e o Item 22, cujo Relator é o Senador César Borges. O parecer de todos é pelo conhecimento da matéria à Comissão e posterior envio ao Arquivo.

Assim sendo, submeto-os à votação, já para o encaminhamento dessas matérias.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o encaminhamento queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o encaminhamento para o arquivo dessas matérias, de acordo com aviso encaminhado com o parecer favorável de todos os Srs. Senadores e Relatores.

Eu pediria que o Senador Osmar Dias, por exemplo, lesse apenas a ementa do Item 3.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Osmar Dias, permita-me interrompê-lo. Sei que vou fazer algo fora de hora, mas se trata de fato que precisa ficar registrado. Por isso, vou pedir essa gentileza sua, dada a nossa amizade.

Considero isso inusitado, porque muita gente nossa reclama que não consegue nem falar com o Ministro. Temos de ressaltar as boas ações. Temos de fazer justiça. Teci ligeiras considerações a respeito da International P, porque é uma indústria que pretende vir para o Brasil, e acabo de receber um telefonema do Ministro Furlan, marcando encontro comigo, justamente para tratar desse assunto. Considero isso importante, pois demonstra o interesse do Ministro e o relacionamento que deve ter o Congresso Nacional com o Poder Executivo.

Muito obrigado. Sei que o incomodei, mas temos de falar.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – É sempre um prazer ouvir V. Ex^a.

Sr. Presidente, eu estava lendo sem o microfone, mas a ementa é a seguinte: da Comissão de Assuntos Econômicos, CAE, sobre a Mensagem nº 37, de 2004, do Presidente da República, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 34, §2º da Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003, os demonstrativos das operações de crédito pendentes na contratação. O autor é o Poder Executivo, e V. Ex^a me designou Relator.

Essa é a ementa da matéria constante do Item 3.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Senador Osmar Dias, por favor, V. Ex^a poderia ler as outras ementas, apenas para cumprir a forma regimental? Trata-se dos Itens 2, 13, 21 e 22. Assim, daremos como envio ao Arquivo.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – **Item 2:**

OFÍCIO “S” Nº 24, DE 2004

– NÃO TERMINATIVO –

Comunica irregularidade na contratação de operação de crédito pela Prefeitura Municipal de Cunhaí (SC).

Autoria: Ministro da Fazenda.

Relator: Senador Demóstenes Torres.

Item 13:

OFÍCIO “S” Nº 28, DE 2004

(Não Terminativo)

Comunica, nos termos da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, irregularidade na contratação de operação de crédito entre a Prefeitura Municipal de Liberato Salzano (RS) e a empresa Rio Grande de Energia S/A.

Autoria: Ministro da Fazenda.

Relator: Senador Papaléo Paes.

Item 21:

OFÍCIO “S” Nº 18, DE 2004

(Não Terminativa)

Comunica, nos termos do art. 24 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, irregularidade na contratação de operação de crédito entre a Prefeitura Municipal de Cachoeirinha (RS) e o Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Ministro da Fazenda.

Relator: Senador Almeida Lima.

Item 22:

OFÍCIO “S” Nº 19, DE 2004

(Não Terminativo)

Comunica, nos termos do art. 24 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, irregularidade na contratação de operação de crédito entre a Prefeitura Municipal de Herval D'Oeste (SC) e a COHAB – SC.

Autoria: Ministro da Fazenda.

Relator: Senador César Borges.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Em votação as matérias citadas, com o parecer dos Srs. Senadores para o envio ao Arquivo.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovadas as matérias lidas pelo Senador Osmar Dias.

Passamos agora aos itens da pauta de argüição.

Voltamos à primeira parte da pauta:

MENSAGEM DO SENADO FEDERAL

Nº 211, DE 2005

(Não Terminativa)

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Arthur Badin para exercer o cargo de Procurador-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

Autoria: Executivo.

Relator: Senador Romero Jucá.

Pediria ao Senador Romeu Tuma que introduzisse o Procurador-Geral no plenário na Comissão de Assuntos Econômicos. (Pausa.)

Vamos cumprimentar o Dr. Arthur Badin. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– O indicado já se encontra no recinto da Comissão. Solicito que a Secretaria encaminhe o parecer.

O Relator da matéria é o Senador Romero Jucá, que se encontra em São Paulo. Assim, concedo a palavra ao Senador Edison Lobão, nomeado Relator **ad hoc**, para que proceda a leitura de seu parecer sobre o indicado, Dr. Arthur Badin, que será o novo Procurador-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, o Senado Federal é chamado a manifestar-se sobre a indicação que o Sr. Presidente da República faz do Sr. Arthur Badin, para exercer o cargo de Procurador-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, materializada no Aviso nº 841 da Casa Civil, assinado por S. Ex^a, a Ministra-Chefe da Casa Civil, Dr^a Dilma Rousseff, e protocolizado nesta Casa Legislativa em 15 de agosto do corrente ano.

A Constituição atribui competência ao Senado Federal para examinar previamente – e sobre ela deliberar, por voto secreto – a escolha de titulares de cargos que a lei determinar. O art. 11 da Lei nº 8.884, por sua vez, exige a aprovação do Senado para a nomeação do Procurador-Geral do CADE.

Ressalte-se que o cargo para o qual o candidato foi indicado é de grande importância para a defesa da concorrência no Brasil, haja vista sua participação em todas as reuniões do CADE e sua competência para promover a execução dos julgados da autarquia, para requerer medidas judiciais para cessar infrações à ordem econômica, para travar acordos judiciais e para emitir pareceres em processos, entre outras atribuições.

Acompanha a mensagem o **curriculum vitae** do candidato, em cumprimento ao art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. De acordo com esse documento, o candidato nasceu em São Paulo, Capital, em 1º de fevereiro de 1976. É filho de Armando João Badin e de Luiza Beatriz Badin. É bacharel em Direito desde 1998, pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, USP, especialista em Direito Empresarial pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, desde 2001, e especialista em Defesa da Concorrência e Regulação desde 2005, pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Além disso, cursou outros cursos de aperfeiçoamento e extensão.

Entre os cargos que ocupou, cumpre destacar os seguintes: Presidente do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos do Ministério da Justiça, Conselheiro do Conselho Nacional de Seguros Privados do Ministério da Fazenda e Conselheiro do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial do Ministério do Desenvolvimento,

Indústria e Comércio Exterior. Na iniciativa privada, foi sócio da Lila, Huck, Malheiros, Otranto, Ribeiro, Camargo e Messina Advogados, de 1999 até 2002.

Por fim, como docente, proferiu diversas aulas e palestras, nos anos de 2004 e 2005, principalmente sobre temas ligados à defesa da concorrência, e publicou artigos em jornais de grande circulação e em revistas especializadas.

Diante da natureza da matéria, eram essas as considerações pertinentes no âmbito do presente relatório.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Dr. Arthur Badin, indicado ao cargo de Procurador-Geral do CADE.

O SR. ARTHUR BADIN – Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Presidente Luiz Otávio, Sr. Senador Edison Lobão, demais Senadores, demais presentes, eu gostaria de aproveitar esta oportunidade para fazer uma rápida apresentação a meu respeito.

Eu me formei em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, sou especializado em Direito Empresarial pela PUC de São Paulo e em Defesa da Concorrência pela Fundação Getúlio Vargas. Vim para Brasília, em 2003, com o novo Governo, a convite do Ministro Márcio Thomaz Bastos e do Secretário de Direito Econômico, Daniel Krepel Goldberg. No Ministério da Justiça, ocupei a chefia de gabinete da Secretaria de Direito Econômico, nestes últimos dois anos e meio.

A Secretaria de Direito Econômico é um dos três órgãos que compõem o chamado Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, que é a estrutura administrativa brasileira responsável pela repressão ao abuso do poder econômico. A Secretaria de Direito Econômico e o CADE mimetizam, de certa forma, no âmbito administrativo, as figuras do juiz e do promotor. O CADE é um tribunal administrativo, que julga, aprecia, aplica sanções ou aprova, no caso de infrações contra a ordem econômica, das quais o cartel é a mais deletéria e a mais conhecida. E também o CADE impõe restrições a operações de fusão e aquisição que importem concentração de mercado igual ou superior a 20% ou que implique empresas com faturamentos igual ou superior a R\$400 milhões.

A Secretaria de Direito Econômico, em contrapartida, faz a análise desses atos de concentração e dos indícios de infrações contra a ordem econômica. Promove, portanto, investigações e aprofundamento de indícios e de provas e formula, perante o tribunal administrativo, o CADE, denúncias.

Nesses dois anos e meio, tenho orgulho de ter participado, certamente de forma modesta, do que considero uma verdadeira revolução na defesa da concor-

rência no Brasil, que foi encabeçada pelo Secretário de Direito Econômico, o Daniel Goldberg. Nesses dois anos e meio, conseguimos reduzir a análise de um ato de concentração de 43 dias, em média, para 20 dias. E reduzimos o estoque de atos de concentração que se encontravam engarrafados, aguardando análise: de 390 processos, hoje não mais que 140 aguardam análise. Na verdade, 140 é o próprio, digamos, capital de giro, é o número de processos que entra anualmente para análise. Portanto, não há mais espera na Secretaria de Direito Econômico para análise de atos de concentração; agilidade é uma demanda antiga e importante do setor empresarial.

A outra grande e importante iniciativa da Secretaria de Direito Econômico, nesses dois anos e meio, foi o recrudescimento do combate aos cartéis, que, como eu disse, é a principal e a mais deletéria infração à ordem econômica. Os cartéis, na medida em que aumentam preços e reduzem a oferta de produtos no mercado, provocam a transferência de renda do bolso do consumidor para o bolso do fornecedor, excluem do mercado de consumo parcela significativa de consumidores e, mais do que isso, geram alocação ineficiente de recursos na economia, o que acaba entravando o crescimento econômico e resultando em restrição de renda e de emprego.

Esse recrudescimento se deu aliando-se técnicas econométricas sofisticadas de análise de mercado, de dados agregados de mercado, para monitorar e identificar setores sensíveis da economia ou setores propensos à formação de cartéis, e, por outro lado, o emprego de técnicas de investigação que jamais haviam sido utilizadas nos 40 anos de história do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.

Cito aqui as primeiras operações de busca e apreensão, que lograram desbaratar diversos cartéis nesses últimos dois anos e meio, e a celebração dos primeiros acordos de leniência, que são acordos firmados entre um participante do cartel que se dispõe a colaborar com as investigações e a apresentar provas e documentos em prol das investigações – ele pode se apresentar ao Secretário de Direito Econômico e se beneficiar da redução ou até mesmo da extinção da punibilidade penal e administrativa.

Os primeiros acordos foram firmados nesses últimos dois anos. A experiência internacional mostra que esse é um instrumental imprescindível no combate a esse tipo de criminalidade. Os Estados Unidos, nos dois primeiros anos de efetiva implementação do programa de leniência, lograram recolher em multas, em dois anos, mais dos que nos 20 anos anteriores.

Além disso, a Secretaria de Direito Econômico tomou iniciativas inéditas, com atuações conjuntas,

com forças-tarefas com a Polícia Federal e com os Ministérios Públicos, em prol de investigações mais profícuas que otimizassem uma sinergia entre esses diversos órgãos.

Há outra iniciativa importante a ser mencionada a V. Ex^{as}: a Secretaria cuidou muito, nesses últimos dois anos e meio, de aprimorar a defesa judicial das decisões administrativas da Secretaria de Direito Econômico numa parceria com a Advocacia-Geral da União. Até 2002, 80% das liminares requeridas contra a Secretaria eram deferidas pelo Judiciário, graças a uma atuação um pouco mais aguerrida, mais atuante, mais proativa da Secretaria de Direito Econômico. Nisso tive um papel modesto, mas me dediquei bastante a procurar defender as decisões administrativas da Secretaria perante o Judiciário. Revertendo essa tendência, hoje, apenas 10% das liminares foram deferidas em desfavor da Secretaria, o que é uma importante medida de defesa da autoridade institucional do órgão.

É um pouco o que penso que precisa ser feito e está sendo feito pela Procuradoria-Geral do Cade.

Além disso, no Ministério da Justiça, além dessa experiência na defesa da concorrência em um dos órgãos do Sistema Brasileiro em Defesa da Concorrência, fui nomeado presidente do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos.

Pouparei os senhores um pouco do que eu havia programado para falar. Se houver interesse, posso simplificar nas perguntas. Deixo para o Senador e Presidente Luiz Otávio um balanço social, que ainda está no prelo, com esses dois anos de experiência em financiamento de projetos sociais voltados para a recuperação de bens e direitos difusos lesados, sobretudo meio ambiente e patrimônio histórico, e consumidor.

Participei também ativamente, nesses dois últimos anos e meio, da formulação, na área jurídica, de alguns pontos da agenda de reforma microeconômica do Governo Federal, a Lei de Falências, na qual teve um papel fundamental o Senador Ramez Tebet no seu relatório aprovado pelo Senado Federal, oportunidade em que o conheci. Lei de Falências, Lei de Fortalecimento do Mercado Imobiliário, Cédula de Crédito Bancário, Patrimônio de Afetação, Consignação em Folha, Cadastro Positivo, enfim, uma série de pontos em que o Ministério da Justiça foi chamado a auxiliar na formulação jurídica desses diversos projetos. Um deles, talvez um dos principais, é a reforma do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência que, como se anuncia, será encaminhado ao Congresso Nacional para debate ainda esta semana.

O projeto encaminhado ao Congresso tem sumariamente três objetivos fundamentais. O primeiro deles é reduzir drasticamente o tempo de análise de atos

de concentração, uma demanda e uma constatação, penso que um consenso de todos nós da importância da redução do tempo de análise. Pelo novo projeto, a análise passa a ser prévia à celebração do ato de concentração. Hoje a análise é feita posteriormente à celebração do ato de concentração, o que acaba gerando dificuldades que todos nós acompanhamos e conhecemos pela imprensa. A análise, pelo novo projeto, é anterior e tem um prazo máximo de 180 dias; vale dizer que 95% dos atos de concentração submetidos à análise serão resolvidos em menos de 20 dias, 25 dias. Outro dos objetivos fundamentais deste projeto é fazer um redesenho do institucional dos sistemas. Os três órgãos hoje acabam, de alguma forma, se sobrepondo um pouco em suas funções, acabam criando alguma confusão, e a idéia é racionalizar a estrutura na criação e na unificação ou na concentração de todas as atribuições do sistema em um único órgão, que será a autoridade de defesa da concorrência, o novo Cade.

Por fim, o projeto melhora, torna mais ágil, mais eficiente, o processo administrativo de repressão a condutas anticompetitivas. A lei atual possui uma série de entraves e de dificuldades que serão mitigados ou que se pretendem mitigados com o novo projeto.

Mencionei três, mas talvez uma quarta alteração seja fundamental: a criação de quadros próprios para o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. Hoje, o Brasil tem 88 técnicos de nível superior trabalhando com a defesa da concorrência, o que é um número inexpressivo ou absurdamente desproporcional ao tamanho da nossa economia. Para dar um exemplo, a Colômbia, que tem uma economia, em PIB, quatro vezes menor que a brasileira, possui trezentos técnicos em nível superior, sem falar em outras nações e outros países. O projeto, portanto, procura corrigir essa desproporção, que também é causa e motivo da demora das análises em atos de concentração mais complicados e mais complexos.

Acredito que a Procuradoria terá um papel fundamental nos próximos dois anos, na medida em que a defesa da concorrência já se consolidou como um pilar da política econômica, não deste, não do passado, mas de todos os Governos futuros. Isso é um consenso. É uma conquista do povo brasileiro a consolidação da política de concorrência como um dos pilares da política econômica.

As instituições se fortaleceram nestes últimos dois anos. O CADE, cada vez mais, tem tomado decisões altamente técnicas e qualificadas, decisões moralmente irrepreensíveis – a Secretaria de Direito Econômico, a Secretaria de Acompanhamento Econômico, idem.

Quanto mais decisões o CADE proferir, quanto mais restrições eventualmente vier a impor ou quanto mais multas vier a aplicar em empresas por formação de cartéis ou por outras infrações contra a ordem econômica, certamente o Judiciário será chamado a rever essas decisões, reapreciá-las e, eventualmente, modificá-las. Isso é natural, isso é importante, isso faz parte do Estado democrático de direito e da separação de poderes. A Procuradoria será o elo entre o Judiciário e o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. Acredito que, uma vez consolidada a cultura de defesa da concorrência, é preciso que o Judiciário também tenha a oportunidade de, cada vez mais, julgar e decidir casos hoje restritos ao âmbito administrativo do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.

Senador, eram essas as palavras. Estou aberto para as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – O Senador Eduardo Suplicy é o primeiro inscrito para cumprir a fase de arguição.

Encerrada a manifestação do Procurador-Geral, Dr. Arthur Badin, passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, do Partido dos Trabalhadores, do Estado de São Paulo.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Luiz Otávio, Dr. Arthur Badin, eu gostaria de, na minha primeira questão, referir-me a um assunto que foi recentemente tratado por esta Comissão de Assuntos Econômicos e que interessa diretamente à Secretaria de Direito Econômico, ao CADE, à Procuradoria. Trata-se de um caso prático que vem preocupando um setor da economia. Eu me refiro à produção de laranja e de suco de laranja.

Sr. Presidente, naquela ocasião, V. Exª disse que a Drª Elizabeth, que é Presidente do CADE, informou que não poderia estar aqui por causa de uma decisão importante, no âmbito do CADE, sobre a Vale do Rio Doce e a CSN. Então, não puderam estar presentes. Tivemos aqui a representação da SDE. Mas aconteceu a ausência, Sr. Presidente, dos representantes das empresas produtoras de suco de laranja. Eu gostaria de pedir a reflexão de V. Exª, porque vou pedir a opinião do Dr. Arthur Badin sobre a problemática que está sendo estuda por nós e pelo Cade, mas lendo um ofício que nos foi encaminhado – e acredito que para V. Exª também – da parte do Dr. Flávio de Carvalho Pinto Viegas, Presidente da Associação Nacional de Citricultores, que esteve aqui, nos seguintes termos:

A Associtrus gostaria de manifestar-lhe seu agradecimento pela oportunidade e apoio por ocasião da audiência pública do dia 10 de agosto. O não-comparecimento dos representantes da indústria foi uma demonstração

eloqüente do grau de descompromisso desse setor. Demonstra também que a decisão foi um ato combinado entre todos os representantes das processadoras de citros, reforçando os indícios de conluio em todas as suas ações. Quando deixam de atender sem apresentar justificativa a um convite de duas das mais importantes Comissões do Senado Federal repetem a atitude de desprezo com que já haviam tratado a Câmara Federal ao não comparecer a uma audiência pública da Comissão de Agricultura para tratar da venda da Cargill, demonstram desrespeito com duas das nossas maiores instituições. Esse mesmo desrespeito tem sido manifestado em outras ocasiões em relação ao Executivo e ao Judiciário, em uma demonstração de nesse setor o cartel dos quatro “Cs” aplica e julga os que as infringem de acordo com seus interesses.

Estamos diante de um Estado dentro do Estado, que, com atitudes literalmente mafiosas, desafia as instituições sempre que suas decisões ameacem contrariar seus interesses.

O processo de venda da Cargill está para ser julgado no Cade e o relatório da SDE sobre o negócio apresenta graves omissões e erros. Assim solicitamos que seja enviado ao Cade ofício, recomendando-lhe que adie o julgamento do caso enquanto os Presidentes das empresas envolvidas não comparecerem a uma audiência pública das Comissões de Agricultura e de Assuntos Econômicos para debaterem e prestar esclarecimentos na presença dos representantes do SDE, CAI, Cade e da Associtrus. Solicitamos também que a denúncia de cartelização do setor, que tramita desde 2000 no SDE seja acompanhada para que se acelere a sua tramitação e se assegure aos citricultores que se dispuserem a depor proteção contra as ameaças de retaliação por parte das processadoras de citros. Solicitamos também que as informações colhidas, inclusive o vídeo durante a audiência pública sejam encaminhados ao Cade, SDE, CAI e Associtrus.

Atenciosamente,

Flávio de Carvalho Pinto Viegas.

Sr. Presidente, aqui há alguns elementos. Primeiro, o fato de aquelas empresas não terem comparecido. Eu gostaria até de perguntar a V. Ex^a se eles apresentaram uma justificativa e a disposição de comparecer proximamente, porque se os representantes das em-

presas produtoras de suco de laranja, demonstrando a sua disposição de comparecer, mostrando os eu respeito a esta Comissão, isso é importante.

Se não o fizeram, eu avalio, Sr. Presidente, que seria o caso de V. Ex^a tomar a iniciativa de transmitir aos Presidentes dessas empresas, que afinal foram convidados pelo Senado Federal para aqui exporem uma situação de grande importância. Há produtores de suco de laranja no Brasil inteiro, pequenos, médios e grandes, que têm interesse em saber como vamos tratar esse assunto. Acredito que se trata até de uma questão de respeito, inclusive, para os organismos como o Cade, a SDE. Portanto, constitui nossa responsabilidade estar esclarecendo esse assunto. Mas aproveito a oportunidade para perguntar ao Dr. Arthur Badin que avaliação ele faz, que recomendação tem a nós mesmos, da Comissão de Assuntos Econômicos, que aqui interagimos, com o Cade nas mais diversas situações.

V. S^a sabe que, por exemplo, quando houve determinados episódios – tal como o da Nestlé e da Garoto –, houve, aqui, um enorme envolvimento por parte de Senadores, inclusive do Espírito Santo, interessados em saber. Até aproveito a oportunidade para também formular a V. S^a a informação que conhece. Como é que está hoje a tramitação da decisão relativa à questão da aquisição, por parte da Nestlé, da empresa Garoto? Como é que essa questão se relaciona à própria formulação de nova legislação sobre a questão da concentração do poder econômico, mencionada por V. S^a em sua exposição? Tipicamente, o caso da Nestlé/Garoto, ilustra o que V. S^a mencionou: uma demora grande ao tomar-se decisão. Com respeito a esse assunto, V. S^a afirmou que um dos objetivos principais da nova legislação é reduzir o tempo de análise do ato de concentração, que será a partir de agora um procedimento ex(?), o que creio ser positivo. Não compreendi bem qual é o prazo. V. S^a mencionou que seria de até 180 dias, depois mencionou 25 dias. Então, peço esclarecimentos sobre a questão.

Pergunto-lhe a respeito de uma questão relacionada. É referente ao processo de decisão de investimento. A questão da demora na análise do ato de concentração, às vezes, pode conflitar com a decisão de investimento. Hoje, por exemplo, ainda há pouco, o Senador Ramez Tebet chamava a atenção para que sejam tomadas providências, com relativa rapidez, com respeito a um investimento em uma empresa de papel/celulose, em Mato Grosso. Pediu-nos uma aceleração no processo de decisão. Aliás, quando vejo a demanda de uma grande empresa para que possam ser tomadas decisões, até relativas a certas condições de infra-estrutura, de incentivos fiscais etc., às vezes,

a grande empresa tem um maior poder de persuasão junto aos órgãos do Executivo e do Legislativo do que a pequena e a média empresas. Isso também deve ser objeto da preocupação dos órgãos que cuidam da concentração. Pediria a V. S^a, também, que nos coloque a sua reflexão a respeito.

São, basicamente, essas as questões que tenho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio PMDB – PA)

– Concedo a palavra ao Dr. Arthur Badin, Procurador-Geral do CADE.

O SR. ARTHUR BADIN – Bom, começo pela notícia que V. Ex^a pediu sobre em que pé está o processo. O CADE já decidiu em última instância, já apreciou todos os recursos e pedidos de reconsideração que as empresas apresentaram. O caso está no Judiciário. Sob a apreciação do Judiciário, foi concedida uma liminar temporária para uma análise mais cuidadosa, que já se estende por três meses.

O exemplo do caso Nestlé/Garoto é bastante sintomático dos efeitos deletérios da demora para as empresas, para os próprios órgãos que tomam a decisão. Por isso que o projeto de lei – e aí esclareço a V. Ex^a – procura criar um fluxo do processo administrativo de tal forma que os casos mais simples, aqueles que a experiência e a literatura já demonstram, de pronto, não causarem risco ou talvez apenas uma pequena probabilidade de risco à concorrência, possam ser analisados de uma forma mais sumária, e essa, sim, resolvida em 25 dias, que é – e posso dizer para V. Ex^a – o que já acontece hoje. Esse prazo que disse a V. Ex^a, de vinte dias para a análise média de atos de concentração na Secretaria de Direito Econômico só não terminaria, porque o processo tem que ainda ir para o Cade para análise. Então, só não é julgado, hoje, em 25 dias, porque ainda vai para o Cade para este fazer uma reanálise do processo. E, com o projeto, esses casos mais simples, que estão sendo resolvidos em 25 dias, seriam terminativamente resolvidos nesse prazo.

Agora, os casos mais complexos, que demandam uma análise mais aprofundada, uma prospecção de dados e de outras informações, esses, aí sim, receberão essa análise mais criteriosa, mais cuidadosa, que se pode estender até 180 dias.

Então, essa é a questão dos prazos.

Com relação à questão da citricultura, o mercado vem merecendo, sei, grande preocupação dos órgãos do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. A Secretaria de Direito Econômico tem algumas investigações abertas. Eu mesmo fiz várias reuniões com o Dr. Flávio Viegas, várias audiências; enfim, existem

investigações, em curso, de indícios de infrações à ordem econômica presentes no setor.

Com relação à operação, preferiria não comentar a acusação de erros e omissões do parecer. Primeiro, porque não se especificam quais seriam esses erros e quais seriam essas omissões; segundo, porque, de fato, não conheço o caso, não participei desse caso específico; e, terceiro, porque, provavelmente, se V. Ex^{as} aprovarem a indicação do meu nome, serei chamado a dar parecer nesse caso e me coloco à disposição de vir explicar meu parecer a V. Ex^a, à Comissão, assim que tiver uma posição formal.

Apenas um dado para esclarecer. O ato de concentração da Cargill não implicou uma alteração significativa da estrutura do mercado. A aquisição de uma empresa que tinha 10% de participação por outras duas que já tinham poder econômico não afetou os índices de concentração, que são HHI, C4 etc.

Então, o que existe nesse setor de grave e que merece ser analisado são indícios de condutas concertadas entre as empresas que merecem ser investigados e o estão com todo rigor.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, só gostaria de reiterar a V. Ex^a a demanda que lhe formulei também sobre o ofício enviado pela Associação Brasileira de Citricultores, que, inclusive, passo às mãos de V. Ex^a. Pediria ao Dr. Gonzaga que o entregasse.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)
– Por favor, Dr. Gonzaga!

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)
– Porque a Associação Brasileira de Produtores de Citricultura gostaria que pudessem os representantes dos sucos de laranja comparecer à nossa Comissão, pois, quando convidados, nem resposta deram.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)
– Resposta, segundo a Secretaria me informa, não foi dada.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)
– Então...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)
– Apenas podemos convidá-los. Só podemos trazê-los sob vara, que é a expressão certa, numa Comissão Parlamentar de Inquérito.

É só instalarmos uma CPI que vêm logo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)
– Não é minha intenção, Sr. Presidente, trazê-los sob vara.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)
– Nós podemos reiterar o convite, tendo em vista a solicitação de V. Ex^a como membro da Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu faço esse papel novamente. Reitero o convite.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP)

– Se V. Ex^a quiser que eu o ajude na tarefa, disponho-me a telefonar aos Presidentes das quatro empresas, transmitindo o convite a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Com certeza, faremos novamente, atendendo à solicitação de V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) –

Está bem, porque até penso se tratar de uma questão de respeito ao Senado Federal e a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Com certeza.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP)

– Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– O próximo inscrito é o Senador Ramez Tebet, pelo PMDB, de Mato Grosso.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MT) – Sr. Presi-

dente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Dr. Arthur Badin, deixei alguns compromissos, mas é claro que o compromisso como membro desta importante Comissão do Senado é prioritário, mas, às vezes, como representante de um Estado da Federação, nós temos reuniões fora que precisamos conciliar. Todavia, fiz questão de comparecer aqui para conhecê-lo pessoalmente e participar desta sabatina.

Impressiona-me o conceito de V. S^a. Ouvi excelentes referências à sua capacidade intelectual, à sua cultura e à sua dedicação ao trabalho. Não tenho perguntas a formular a V. S^a, mas gostei quando V. S^a, não respondendo, mas retribuindo a observações e reflexões feitas pelo Senador Eduardo Suplicy, disse que não participou de determinada análise, mas que estaria disposto, inclusive, a comparecer aqui para dar explicações.

Esse ponto me preocupa, Sr. Presidente. Sabe por quê? Veja bem: nós representamos aqui a Federação, temos atribuições constitucionais e o constituinte fez bem ao atribuir ao Senado da República a responsabilidade de sabatar Embaixadores, Ministros de tribunais superiores e, no caso específico aqui, indicados a cargos do Cade.

Muito bem, mas há assuntos que dizem respeito aos nossos Estados e não se ouve os Senadores, representantes daquele Estado, não se ouve o Senado, há um alheamento entre os órgãos do Governo e o Senado da República. Por exemplo, a questão citada pelo Senador Eduardo Suplicy. S. S^a lembrou aqui um fato, que não sei se já está ultrapassado ou não, que é o caso da Garoto e da Nestlé, que vem de encontro a esse projeto a que V. S^a se referiu. É preciso

pressa, porque essa operação, a aquisição da Garoto pela Nestlé foi feita há um bocado de tempo e o Cade levou isso lá para as calendas gregas, depois de um fato consumado e não teve a sensibilidade de ouvir o apelo de Senadores daquele Estado, do Governador daquele Estado. Quem melhor poderia opinar, ajudar o Cade, na solução desse problema, se não o Governador que está ali ou os Senadores que representam aquela unidade da federação?

Então, V. S^a será Procurador, acredito que por votação unânime, e com o meu voto, que dou com muita alegria e com muita satisfação, mas faço um apelo a V. S^a e ao Cade para que tenham paciência. Vamos defender os interesses do Brasil, olhando para quem também quer defendê-los. Lá não estão os donos da verdade, V. Ex^a me desculpe – e eu não me dirijo especificamente a V. Ex^a, eu me dirijo a todos os órgãos da República, pois ninguém é dono da verdade – e não pode o Senado Federal ficar alheio a determinadas decisões quando nós participamos disso.

Imagine: eu vou votar para V. Ex^a e depois V. Ex^a ignora que esteve aqui no Senado da República ignora a importância do Senado da República – vamos supor. Eu acho que V. Ex^a não vai fazer isso, pelo que eu já deduzi, mas eu acho que essa filosofia o Cade tem que ter. Nada se passa fora da Federação brasileira. Deve-se dar ouvidos, principalmente quando a Bancada está unida, três Senadores estão unidos, o Governador está unido. Isso aí não resolve nada?

E outro ponto diz respeito ao tempo mesmo. V. Ex^a disse: “o tempo é o crítico dos críticos”. Mas não podem determinados assuntos ficarem lá, dormitando, por uma razão ou por outra, sem solução porque isso atrapalha os negócios. O sono da eternidade, às vezes, porque há determinados casos que representam uma eternidade – às vezes um mês é uma eternidade, às vezes dois meses é uma eternidade.

Então, a agilidade é importante, e eu acho que olhar para o Senado da República, sempre pensando: “o que está pensando a população, o que está pensando o Senado, o que estão pensando os representantes desse Estado”, para ficar no exemplo levantado pelo Senador Eduardo Suplicy.

Quero cumprimentar V. Ex^a. Há um ditado que diz: “Ah, se a juventude soubesse...” O resto eu não gostaria de completar porque vai dizer respeito à idade. Trata-se de um ditado francês, que diz: “Ah, se a juventude soubesse; ah, se a velhice pudesse”. V. Ex^a é um jovem que já sabe, e aqui, no Senado Federal, estão homens que só podem chegar aqui se tiverem mais idade que V. Ex^a, portanto com alguma experiência. Vamos juntar tudo isso e trabalhar pelo Brasil nessa consonância a que me refiro aqui.

Quero mais uma vez cumprimentá-lo, desejando-lhe muitos votos de felicidade. É um Procurador com 29 anos de idade, com uma bonita folha de serviços prestados, o que é muito importante. Eu faço essa saudação.

E desculpem-me os demais membros do Cade ou de qualquer órgão do Governo Federal, mas de fato penso isso. Vem aqui o indicado, por exemplo, à Presidência do Banco Central, é sabatinado pelo Senado da República, nós aprovamos o nome; todavia, para voltar aqui, é preciso ser convocado, quando não devia ser assim. Não se trata de consulta constante para se resolver qualquer assunto, mas de dar atenção ao Senado da República, aos Senadores, que procuram o Governo Federal para resolver problemas de interesse dos seus Estados e do País.

Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente, é preciso ressaltar que somos testemunhas de que o Senador Ramez Tebet sabe e pode. Sabe e pode.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra o Senador Edison Lobão, do PFL do Estado do Maranhão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Dr. Arthur Badin, essa autarquia foi criada em boa hora para servir à economia do País – vale dizer, à geração de emprego e à sociedade de modo geral.

Inspiro-me nas ponderações do Senador Ramez Tebet para fazer-lhe uma pergunta. Primeiramente, devo mencionar o fato de que o Presidente da República, em suas seguidas viagens ao exterior, procura captar investimentos para o Brasil – e faz muito bem S. Ex^a. Já era assim com outros Presidentes, notadamente com Fernando Henrique Cardoso.

Mas os empresários do exterior têm dito ao Presidente da República freqüentemente que é muito difícil investir no Brasil por duas razões fundamentais. A primeira delas é uma legislação trabalhista com a qual eles não conseguem conviver. A segunda é o fato de a Justiça Brasileira decidir com extrema lentidão os casos que lhe são postos.

Precisávamos – penso eu – de uma autarquia como o Cade, mas não para burocratizar ainda mais o processo. No mundo moderno, há que se ter rapidez em tudo. No registro de empresas, que nada tem a ver com o Cade, há, no Brasil, uma lentidão imensa, avassaladora e preocupante. Há decisões que as instâncias do Poder Público precisam tomar e, a rigor, não tomam.

Mencionou-se, aqui, seguidamente, o caso da Garoto e da Nestlé. A pergunta que faço a V. S^a, desde logo desejando-lhe muito sucesso na sua função tão

importante que será exercida a partir de agora, é a seguinte: em quanto tempo o Cade decide uma questão como essa? A segunda questão é esta: qual é a proporção de casos decididos pelo Cade e que acabam tendo que ser decididos também pelo Poder Judiciário após recursos das partes interessadas?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Dr. Arthur Badin.

O SR. ARTHUR BADIN – Sr. Senador, são extremamente pertinentes as suas considerações com relação aos entraves e obstáculos ao investimento no Brasil. Não por outra razão, parte substancial da agenda de reforma microeconômica do Governo visa justamente tornar mais rápidos os processos de abertura e fechamento de empresa e a Lei de Falências pretende agilizar os procedimentos para transferência de ativos para novos titulares para que as operações e o negócio possam continuar ocorrendo, mitigando um pouco o problema da demora do Poder Judiciário, que tem muito a ver também com a nossa moldura legislativa. V. Ex^a também contribuiu sobremaneira com o projeto de lei que disciplina – ou redisciplina – recursos de agravo de instrumento.

Realmente, a demora das nossas instituições e a tomada de decisões tanto no Poder Executivo quanto no Poder Judiciário é um problema que precisa ser minorado. Quanto ao que estava ao nosso alcance, posso dizer com orgulho que cumprimos. Pelos dados que passei para V. Ex^as, observa-se que conseguimos reduzir o tempo médio de análises de atos de concentração de 43 dias para 20 dias e o estoque de atos de concentração aguardando análise de 390 dias para 140 dias. Só não podemos ser mais rápidos, porque o atual sistema em vigor obriga que o Cade analise novamente tudo o que a Secretaria de Direito Econômico já examinou.

Esse é um retrabalho que gera ineficiência e agrega muito pouco em termos de qualidade. Geralmente, o Cade homologa as decisões da Secretaria de Direito Econômico. Pretendemos que essa questão seja resolvida por meio do projeto que está sendo encaminhado para debate no Congresso Nacional. O marco legislativo precisa ser aprimorado. A boa vontade, o esforço e a eficiência das autoridades encontram esse limite.

São essas as considerações.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Antes de conceder a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, do PSDB do Pará, peço ao Senador Eduardo Suplicy que se apresente para exercer o seu direito de voto, tendo em vista a importância das suas arguições, das suas perguntas e principalmente do seu voto.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, Líder do PSDB do Estado do Pará.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Luiz Otávio, Srs. Senadores e Dr. Arthur Badin, também faço minhas as palavras do Senador Ramez Tebet e ressalvo a idade precoce com que V. S^a chega ao cargo de Procurador-Geral do Cade. Esse não é o ápice, mas o início de uma carreira que lhe trará outros desafios no futuro.

Gostaria de ouvir de V. S^a, se for possível neste instante, acerca do fato de haver uma preocupação muito grande no Estado do Pará com relação à dominação por parte da Companhia Vale do Rio Doce. Ainda há pouco, houve um objeto de julgamento no Cade a respeito de uma disputa entre a Vale do Rio Doce e a CSN sobre minério de determinada mina, havendo um contrato de exclusividade ou de preferência por parte da Vale do Rio Doce quanto à aquisição desse minério.

No caso do Pará, Dr. Arthur, o fato torna-se muito mais grave, porque a Companhia Vale do Rio Doce detém praticamente não diria 100% da área de mineração, mas uma porcentagem próxima a essa. Além disso, além de deter a mina, ela é proprietária dos minérios e detentora da única via de escoamento para que tanto o minério quanto os produtos inicialmente trabalhados – como no caso do ferro-gusa*, já que há um pólo guseiro em nosso Estado – também só possam chegar ao porto exportador por uma ferrovia de propriedade da Vale do Rio Doce.

Então, os empresários locais e que vêm de outras regiões para fazer investimento tanto no Pará quanto no Maranhão, na verticalização da cadeia mineral, encontram duas dificuldades quase intransponíveis. A primeira é o acesso ao insumo e a segunda é o escoamento da sua produção.

É preciso que se diga e nunca é demais repetir que o nosso Presidente desta importante Comissão, Senador Luiz Otávio, tem sido incansável, juntamente com os demais Senadores do Estado do Pará, cobrando do Governo Federal a conclusão das Eclusas de Tucuruí*. Ainda agora, o Governo Federal, não cumprindo promessas de campanha do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, retirou os recursos que estavam alocados.

A Bancada do Pará lutará para que se reverta essa retirada, porque é da maior importância não somente para o Estado, mas para toda a Nação Brasileira, pois seria de fato o meio de concorrência com a ferrovia da Vale do Rio Doce para que se possam escoar esses produtos pela hidrovia. Além de ser um meio alternativo de transporte para aqueles empresários que se beneficiam, é interesse da sociedade a verticalização

do minério de ferro para que, em vez de explorar-se o minério bruto, como é exportado agora, se exportem minérios com agregação de valor – como é o caso do ferro-gusa, de ligas e de placas. Assim, haveria o benefício da riqueza mineral que Deus propiciou ao nosso Estado para a população, na melhoria de qualidade de vida e de desenvolvimento social.

Então, gostaria de ouvir um comentário, se possível, de V. S^a a respeito desse assunto. Há um completo domínio da mina, dos minérios e também do transporte. Como poderemos agir no sentido de dar a esses empresários que investiram no Pará e no Maranhão uma tranquilidade para que eles possam, sem os domínios e sem a ação direta da Vale do Rio Doce, ter garantia tanto do insumo quanto do transporte?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Dr. Arthur Badin.

O SR. ARTHUR BADIN – Senador Flexa Ribeiro, confesso não conhecer com pormenor a situação do sistema Norte de escoamento e de produção de minério, que não chegou a ser analisada nessa última operação, que é a Região Sudeste.

Infra-estrutura é um dos principais gargalos do Brasil atualmente. Muitas dificuldades do desenvolvimento econômico encontram limites no estrangulamento da infra-estrutura. Infra-estrutura pesada, que exige vultoso capital, tende a ser concentrada em poucos agentes econômicos, o que não significa necessariamente dizer que esses agentes possam abusar, como bem quiser deste poder. Ele encontra limites, e esses limites são bem disciplinados na legislação. Especificamente não sei como está a situação dessa via Carajás.

Enfim, o Governo Federal encaminhou o Projeto de parcerias público-privadas que prevê alternativas de parcerias do Poder Público com a iniciativa privada para ampliação da nossa infra-estrutura nacional. Pode ser uma alternativa. Eu posso garantir ao senhor que, havendo abuso de quem quer que seja, que detém o poder econômico, exercido pela situação de monopólio, de quase monopólio, ou a partir de conluíus entre concorrentes, será devidamente investigado e sancionado pelo Sistema de Defesa da Concorrência.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, com vossa permissão.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Pois não, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu gostaria de, em seguida, encaminhar um requerimento a V. Ex^a, como Presidente da CAE, solicitando uma audiência pública, com a participação do Cade, para que possamos discutir, em profundidade, a questão do Eixo Norte, vamos dizer assim, da Vale do Rio Doce,

na produção de minério, na comercialização do minério e no transporte do produto acabado com relação aos investidores que tomaram o Pará e o Maranhão como investimentos produtivos. Eu farei, se V. Ex^a assim concordar, um requerimento e desde já convido o Cade para participar desta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – V. Ex^a deve encaminhar o requerimento à Secretaria da Mesa da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos, para ele seja discutido e votado na sessão. E, pelo Plenário aprovado, faremos uma reunião especial ou uma audiência pública, convidando os representantes, no caso, do Cade, por intermédio da própria Presidente e dos Srs. Conselheiros e do Procurador-Geral, bem como dos interessados que V. Ex^a, por ventura, suscitar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Encerrada a votação, convido os Srs. Senadores Flexa Ribeiro e João Alberto Capiberibe para servirem de escrutinadores do processo de votação do Sr. Arthur Badin, como Procurador-Geral do Cade.

(Procede-se à apuração de votos.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Enquanto aguardamos a apuração, coloco em votação o requerimento do Senador João Capiberibe, do Estado do Amapá, que requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública com o objetivo de discutir o PLC nº 195, de 2005, *que inclui o parágrafo único no art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro, para dispor que a oferta e a apresentação de produtos ou serviços devem incluir o seu preço sem o valor do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços, e dos demais tributos sobre eles incidentes.*

Justificativa.

Levando-se em conta a necessidade de um aprofundamento das discussões sobre os efeitos jurídicos e econômicos do projeto, propomos que sejam convidadas para a audiência pública as seguintes pessoas:

- Presidente do Núcleo Jovem da Associação Comercial e Industrial de Joinville, Sr. Raul Bérghson, que é a entidade idealizadora do Feirão do Imposto;

- Presidente da Confederação Nacional dos Jovens Empresários, Sr. Marcos Adad;

- Presidente da Associação Comercial do Distrito Federal, Sr. Fernando Blit, que é também Presidente da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Distrito Federal, o Presidente da OAB de São Paulo, Dr. Luiz Flávio Borges D'Urso; o Presidente da Fiesp, Paulo Skaf; e o Presidente do IBT, Gilberto Luiz do Amaral.

Registro a presença do Presidente da Comissão de Assuntos Municipais do Brasil, dos mais de 5.500 municípios, o Senador Garibaldi Alves Filho, nosso futuro Governador do Estado do Rio Grande do Norte.

O Senador Garibaldi ainda pode votar porque, não podemos perder esse voto que é muito importante para nós.

Em discussão o requerimento.

Como ninguém pede a palavra e o Senador Suplicy vai discutir somente depois, em votação. (Pausa.)

É aprovado o requerimento do Senador João Capiberibe.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Finda a votação, vou anunciar a apuração.

Votaram SIM 23 Srs. Senadores, e NÃO 2 Srs. Senadores.

Não houve abstenção.

A Comissão aprova a indicação do Sr. Dr. Arthur Badin para exercer o cargo de Procurador-Geral do Conselho Administrativo de Defesa do Consumidor, do Ministério da Justiça.

Aprovado o seu nome, eu o parabeno em nome da Comissão de Assuntos Econômicos.

Encaminharemos, para a votação, o resultado ao Plenário do Senado da República.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP) – Sr. Presidente, no mês de junho foi aprovado o requerimento de minha autoria para que possamos ouvir, na Comissão de Assuntos Econômicos, o Presidente e os demais diretores do Banco Central, bem como os membros do Copom, para que nos transmitam a maneira como normalmente raciocinam na hora que estabelecem instrumentos e objetivos a serem alcançados no que diz respeito à estabilidade de preços, crescimento da economia, estabilidade de emprego e melhoria da distribuição da renda.

Sr. Presidente, esse requerimento convidando os diretores do Banco Central para virem à CAE decorreu de sugestão do próprio Ministro Antonio Palocci, que, em abril deste ano, sugeriu que convidássemos os membros do Copom para aqui exporem o seu pensamento.

Avalio, Sr. Presidente, que é chegada a hora de V. Ex^a dialogar com o Presidente Henrique Meirelles e diretores do Banco Central, membros do Copom, para verificarem o dia adequado para essa audiência pública. Portanto, trata-se de um convite para o momento que eles avaliarem propício. No entanto, acredito que, quem sabe, essa audiência possa dar-se antes da próxima reunião do Copom. Houve uma reunião na semana passada houve uma reunião e, antes da próxima,

seria interessante termos a presença dos diretores do Banco Central. É a sugestão que faço a V. Ex^a, dado que o requerimento está aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– A sugestão será aceita e acatada pela Comissão.

Eu peço que V. Ex^a ajude nas interlocuções não somente com o Ministro Presidente do Banco Central Henrique Meirelles, para que...

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Eu

quero dizer que o Ministro Antonio Palocci transmitiu ao Presidente e aos diretores do Banco Central a notícia de que essa foi uma sugestão dele mesmo aqui na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Tanto com o Ministro Palocci como com o Ministro Meirelles temos o melhor relacionamento. Sempre que foram procurados, consultados ou convidados para virem à Comissão, fizeram-no com a maior boa vontade e rapidez, prestando todos os esclarecimentos necessários. Tanto o Ministro Antonio Palocci como o Ministro Henrique Meirelles têm tido o melhor relacionamento com a Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Pre-

sidente, talvez não haja qualquer dificuldade em que a presença do Presidente do Banco Central e dos demais diretores membros do Copom coincida com a presença trimestral, pois o Presidente do Banco Central normalmente comparece a essa Comissão. De maneira que, vindo com essa finalidade, ele cumpriria também a finalidade de aqui explicar a evolução da política monetária, e assim se somariam os objetivos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Pre-

sidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– O requerimento é o nº 30, de 2005, aprovado na sessão do dia 21/06/2005, que convida o Presidente e Diretores do Banco Central a prestarem esclarecimentos acerca dos critérios utilizados na definição mensal da taxa Selic. Foram convidados: o Presidente, Ministro Henrique Meirelles; os Diretores: Alexandre Schwartzman, Alexandre Antonio Tombini, que foi inclusive argüido e votado recentemente pela Comissão de Assuntos Econômicos, Afonso Santana Bevilaqua, Antônio Gustavo Matos do Vale, João Antônio Fleury Teixeira, Paulo Sérgio Cavalheiro, Rodrigo Telles da Rocha Azevedo, Sérgio Darci da Silva Alves, membros do Conselho de Política Monetária, Copom.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Pre-

sidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Concedo a palavra ao Sr. Fernando Flexa Ribeiro, do PSDB do Pará.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Quero associar-me às manifestações do Senador Eduardo Suplicy e dizer que é da maior importância essa audiência pública com o Presidente e com a Diretoria do Banco Central para que se possa esclarecer a sociedade, esclarecer os Senadores dessa importante Comissão de Assuntos Econômicos...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Peço licença para interromper o seu pronunciamento para registrar a presença do Senador Delcídio Amaral, Líder do Partido dos Trabalhadores, nosso Antônio Fagundes, Presidente da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito dos Correios.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Senador

Presidente Luiz Otávio, quero aqui também, antes de dar continuidade ao raciocínio que fazia sobre o pronunciamento do Senador Eduardo Suplicy, ressaltar a forma competente, determinada e inteligente que V. Ex^a comanda essa Comissão. E quero falar também sobre o carinho e do prestígio que tem o nosso nobre Senador Delcídio Amaral.

Senador Luiz Otávio, não entro na questão de ator global do Senador Delcídio, mas quero dizer que estarei trazendo ao Senador Delcídio Amaral uma imagem abençoada da nossa padroeira, Nossa Senhora de Nazaré. Sei que ele é católico praticante, fervoroso, e tenho certeza absoluta de que Nossa Senhora de Nazaré irá iluminá-lo e abençoá-lo nessa difícil, mas competente tarefa que vem desenvolvendo à frente da CPMI. E estará conosco lá no Sítio de Nazaré.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Além de ter uma filha paraense, ele será o convidado oficial para estar no Sítio de Nazaré, no Pará.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Isso já foi

feito, não oficialmente, porque não tenho competência para isso, mas, como amigo, terei muito prazer em receber o Senador Delcídio Amaral no segundo domingo de outubro, para que ele possa, como católico que é, ver a maior procissão religiosa do Brasil.

Então, voltando ao Senador Eduardo Suplicy – e pediria que ele permanecesse aqui, Senador –

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Ele não pode, porque ele vai almoçar. Ele almoça cedo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – ...por-

que, além de me associar ao requerimento, solicitaria – o que para mim seria uma honra muito grande – se eu pudesse subscrevê-lo juntamente com V. Ex^a, se assim a Presidência concordar.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Ok, então, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Muito

obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Assim sendo, encerramos a reunião no dia de hoje, agradecendo a presença de todos.

(Encerra-se a reunião às 11 horas e 46 minutos.)

Ata da Vigésima Terceira Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em vinte e quatro de agosto, de 2005, às 9:30 horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e doze minutos do dia vinte e quatro de agosto do ano de dois mil e cinco, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Romeu Tuma, Vice-Presidente no exercício da Presidência, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores, Rodolpho Tourinho, Eduardo Azeredo, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, José Jorge, Leonel Pavan, Flexa Ribeiro, Ramez Tebet, José Maranhão, Wellington Salgado, Delcídio Amaral, Fernando Bezerra e Serys Slhessarenko. Deixam de comparecer os Senadores César Borges, Edison Lobão, Gilberto Goellner, Jorge Bornhausen, Lúcia Vânia, Luiz Otávio, Garibaldi Alves Filho, Mão Santa, Sérgio Cabral, Gilberto Mestrinho, Valdir Raupp, Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, João Capiberibe, Patrícia Saboya Gomes e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A Presidência anuncia a presença do ex-Ministro Arnaldo Prieto e o convida para sentar-se à Bancada juntamente com os Senadores. A Presidência esclarece que a presente reunião destina-se a realização de Audiência Pública com a participação dos Senhores Sérgio Darcy da Silva Alves, Diretor de Normas do Banco Central do Brasil, Jorge Hereda, Vice-Presidente de Desenvolvimento Urbano e Governamental da Caixa Econômica Federal, Maria Henriqueta Arantes Ferreira Alves, Assessora Técnica da Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC, Sr. Décio Tenerello, Presidente da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança – Abecip, Maria Elizabeth Cacho do Nascimento, Diretora-Executiva do Sindicato da Indústria da Construção do Estado de Pernambuco – Sinduscon/PE, e Carlos Roberto Carvalho Fujita, Presidente do Sindicato da Indústria da Construção do Estado do Ceará – Sinduscon/CE, com a finalidade de discorrer sobre a aplicação dos recursos de poupança nos financiamentos habitacionais no Nordeste do País, conforme disciplina a Resolução nº 3.259 do Banco Central do Brasil, em

atendimento ao Requerimento nº 32/2005-CAE, de autoria dos Senadores Sérgio Guerra e Aelton Freitas. Dando início aos trabalhos, o Presidente convida os Senhores Sérgio Darcy da Silva Alves, Diretor de Normas do Banco Central do Brasil, Sra. Vera Lúcia Martins Vianna, Superintendente Nacional de Habitação da Caixa Econômica Federal, representando o Sr. Jorge Hereda, Sr. Paulo Safady Simão, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC, representando a Sra. Maria Henriqueta Arantes Ferreira Alves, Sr. Osvaldo Correa Fonseca, Diretor-Geral da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança – Abecip, representando o Sr. Décio Tenerello, Sra. Maria Elizabeth Cacho do Nascimento, Diretora-Executiva do Sindicato da Indústria da Construção do Estado de Pernambuco – Sinduscon/PE, e Sr. Carlos Roberto Carvalho Fujita, Presidente do Sindicato da Indústria da Construção do Estado do Ceará – Sinduscon/CE, para sentarem-se à Mesa, a fim de dar início à exposição. Após a exposição feita pelos convidados, usam da palavra os Senadores Sérgio Guerra, José Jorge, Tasso Jereissati, Flexa Ribeiro e Eduardo Azeredo. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e um minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Romeu Tuma**, Vice-Presidente no exercício da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Declaro aberta a 23ª reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos da terceira sessão legislativa ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das reuniões anteriores das respectivas Comissões.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Hoje, realizaremos uma audiência pública com a finalidade de discorrer sobre a aplicação dos recursos de poupança nos financiamentos habitacionais no Nordeste do País, conforme disciplina a Resolução nº 3.259, do Banco Central, em atendimento ao Requerimento nº 32, da CAE, de autoria dos Senadores Sérgio Guerra e Aelton Freitas.

Preliminarmente, peço desculpas aos convidados pelo número diminuto de Parlamentares presentes, pois as três CPMIs estão funcionando concomitantemente. Mesmo assim, tentaremos dar conhecimento da importância desses depoimentos à sociedade brasileira.

Convido, para tomarem assento à Mesa, o Dr. Sérgio Darcy da Silva Alves, Diretor de Normas do Banco Central do Brasil; o Dr. Jorge Hereda, Vice-Presidente de Desenvolvimento Urbano e Governamental da Caixa Econômica Federal, aqui estando na condição de representante da Srª Vera Lúcia Martins Viana, Superintendente Nacional de Habitação da Caixa Econômica Federal; o Sr. Paulo Safady de Simão, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção; o Dr. Décio Tenerello, Presidente da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança, como representante, o Sr. Osvaldo Correia Fonseca, Diretor-Geral da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança; a Srª Maria Elizabeth Castro do Nascimento, Diretora-Executiva do Sindicato da Indústria e Construção Civil do Estado de Pernambuco; o Sr. Carlos Roberto Fujita, Presidente do Sindicato da Indústria da Construção do Estado do Ceará.

Pergunto se todos compareceram. (Pausa.)

Convido também para tomar assento à bancada o ilustre e querido amigo Arnaldo Pietro, grande economista, ex-Ministro do Trabalho, ex-Deputado Federal, que acompanha, com todo o carinho, a evolução econômica deste País. Dizia-me, há pouco, S. Sª que tem saudade do tempo em que não éramos completamente felizes, mas não tínhamos tanta amargura como hoje temos.

Convido o Dr. Sérgio Darcy da Silva, que tem necessidade de se ausentar o mais rápido possível para fazer uso da palavra.

O Senador Sérgio Guerra, um dos requerentes desta audiência pública, nos dá a honra de sua presença.

Com a palavra o Sr. Sérgio Darcy, Diretor de Normas do Banco Central. Peço-lhe, dentro do tempo necessário, que V. Sª seja sucinto para que possamos ouvir a todos.

O SR. SÉRGIO DARCY DA SILVA ALVES – Bom-dia a todos.

Exmº Sr. Senador Romeu Tuma, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, agradeço ao Senador Sérgio Guerra o convite para aqui estar com a finalidade de discorrer sobre a aplicação dos recursos de poupança nos financiamentos habitacionais no Nordeste do País.

Basicamente, vou falar da atuação do Governo Federal na qual se insere o trabalho do Banco Central, com objetivo de aumentar a aplicação de recursos de poupança e, com isso, dinamizar a questão do emprego em nosso País e a questão da moradia. São dois pontos essenciais. Um dos grandes pontos que tem

enfrentado a atividade imobiliária ao longo dos anos em nosso País é a questão do arcabouço jurídico.

E nós tivemos um grande avanço, Senador, com a edição da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, dispondo sobre o patrimônio de afetação nas incorporações imobiliárias, a letra de crédito imobiliário, a cédula de crédito imobiliário, e alterando diversos dispositivos do sistema de financiamento imobiliário. Eu reputo uma lei essencial ao bom funcionamento do Sistema Financeiro Habitacional no País, uma lei que teve bastante debate no Congresso brasileiro, e, ao dispor, mais recentemente, inclusive com algumas alterações, sobre o patrimônio de afetação, ela trouxe maior segurança também ao mutuário; não só à instituição financeira, mas ao mutuário.

E o Conselho Monetário Nacional tem editado resoluções aumentando consideravelmente o montante de recursos destinados ao crédito imobiliário. A primeira Resolução foi a de nº 3.005, de 30 de julho de 2002, que estabeleceu um cronograma de 100 meses para aplicação em financiamentos habitacionais dos valores que chamamos de FCVS Virtual.

Vou fazer um resumo, Senador, do que tem aqui, e vou deixar à disposição todo o trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Se V. Sª puder deixar será importante, porque aí distribuiremos para os outros membros da Comissão.

Obrigado.

O SR. SÉRGIO DARCY DA SILVA ALVES – Posteriormente, em 8 de março de 2004, o Conselho Monetário Nacional resolveu determinar que essa fração mensal de 1/100 avos, estabelecida pela Resolução nº 3.005, a ser deduzida mensalmente no chamado FCVS Virtual, fosse elevada para 1/50 avos.

A questão básica aqui é que, com isso, está-se proporcionando um retorno, hoje, com as últimas medidas, me parece, que, ao redor de R\$500 milhões, em termos de FCVS Virtual, e, dependendo de cada instituição, do seu superávit ou não, o retorno das aplicações no Sistema Financeiro Habitacional.

Nós tivemos uma redução significativa do excesso para instituições. Os estudos que tínhamos na época conduziam a aplicações de R\$8 bilhões para o ano de 2005, enquanto os trabalhos iniciais da própria Abecip indicavam valores da ordem de R\$12 bilhões, e nós entendemos, em relação a esses números, que eles, apesar de não terem se concretizado – os dados que nós temos hoje revelam aplicações, no ano, em torno de R\$5.9 bilhões –, se mostraram bastante adequados com relação à demanda existente no País.

Os integrantes, participantes aqui da Mesa – esqueci-me de cumprimentá-los no início da minha fala, mas estou cumprimentando agora, estou dizendo bom-

dia a todos –, vão discorrer, vão mostrar os dados que se têm concretizado nos anos de 2004/2005.

Quando verificamos, Senador, a existência de números significativos em relação às nossas determinações, o Conselho Monetário Nacional, acolhendo uma sugestão encaminhada, um acordo encaminhado pela Cebic/Abecip – sempre tenho destacado muito isso –, esses acordos têm sido feitos entre a construção civil e o setor financeiro, eles têm sido levados ao Banco Central, ao Ministério da Fazenda, a todos os Ministérios envolvidos, nós temos debatido bastante, e, durante este ano, nós fizemos três resoluções determinando que: na primeira resolução, que nos três primeiros meses do ano fosse aplicado um percentual de 30% em cima dos valores dos três primeiros meses do ano de 2004. Num segundo momento, passamos para 45%, e agora, até o final do ano, estamos determinando uma aplicação de 50% – o Conselho Monetário Nacional assim decidiu – em cima dos valores do 2º semestre de 2004. Com isso, fecharemos o ano com um aumento significativo, o qual será mostrado pelas instituições, de recursos aportados no Sistema, os quais estão ajustados à realidade do mercado nesse momento.

As determinações do Conselho Monetário Nacional, decorrentes desses entendimentos – nem todas as orientações e as sugestões foram acatadas, mas parte delas –, desse direcionamento está correto do ponto de vista de aplicação.

Um outro ponto que eu gostaria de ressaltar também, Senador, é com relação às normas recentes do Conselho Monetário Nacional, ou seja, de colocamos multiplicadores para operações de até R\$150 mil. Isso significa que os imóveis de R\$60 a R\$ 150 mil, cujas taxas de juros sejam reduzidas de 12% até 9%, passam a ter multiplicadores, incentivando o Sistema Financeiro a aplicar recursos em imóveis de mais baixo valor no País. Houve grande concentração nos últimos anos em imóveis destinados às pessoas de alta renda. Agora, estamos com essa determinação, com essa indução, fazendo com que haja interesse por parte das instituições, e isso já está sendo lançado no mercado por alguns bancos.

O mercado, na minha opinião, já está bastante competitivo. Segundo li nos jornais – a Vera pode nos confirmar –, também a Caixa Econômica Federal está se interessando em retornar ao sistema de financiamento de imóveis com recursos de poupança, ainda que esteja superavitária. Portanto, há essa indicação, esse interesse por parte das instituições.

Eu poderia falar da minha experiência, desde 1993, no Banco Central, em relação ao que vejo no Sistema Financeiro, segundo estudos que faço, Sena-

dor. Primeiro, trata-se de um produto muito bom, que tem sofrido uma concorrência, em termos de aplicações pelas taxas de juros ainda praticadas no País, portanto, é um produto excelente. A meu ver, trata-se de um produto que, quando conseguirmos fazer com que as taxas de juros sejam mais adequadas ao mercado, já que ela se mostra correta em muito pontos, mas na questão do Sistema Financeiro Imobiliário, do Sistema Financeiro Habitacional precisamos criar condições inclusive para que haja, no País, um mercado secundário dos títulos, um crescimento positivo também nessa linha e a aplicação dos investidores sociais. Acredito que daqui para a frente será um grande segmento de aplicação, que interessarão às instituições financeiras.

Inicialmente, era o que gostaria de falar, além de destacar o meu otimismo em relação ao crescimento desse segmento. Então, o que procuramos é adequar a demanda, que chamamos de solvente –, a demanda potencial é muito grande –, às necessidades do País com relação ao nosso quadro: temos que fazer crescer a poupança no Brasil; temos que fazer crescer a massa salarial no País, e, com isso, teremos um segmento cada vez mais sólido e forte.

Sr. Presidente, todas as normas, enfim, tudo o que falei rapidamente aqui se encontra bem descrito no texto que trouxe para deixar nesta Comissão.

Era o que eu gostaria de falar e transmitir a todos neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Muito obrigado.

Ouviremos todos os convidados e depois, Senador Sérgio Guerra, se V. Exª concordar, faremos os questionamentos. (Pausa.)

Concedo a palavra à Drª Vera Lúcia Martins Viana, Superintendente Nacional de Habitação da Caixa Econômica Federal.

A SRª VERA LÚCIA MARTINS VIANA – Bom-dia, Sr. Presidente; bom-dia a todos os demais integrantes da Mesa; bom-dia à plenária.

Como colocou o Dr. Sérgio Darcy, a Caixa não está, no momento, aplicando recursos de poupança, desde 1992, por estar superaplicada. Nós vimos obedecendo o direcionamento básico e também, com a superaplicação do direcionamento básico, compensando a faixa livre. Então, no momento, e desde 1992, a Caixa não vem operando com esses recursos. A Caixa tem um desafio bastante grande de operacionalizar orçamentos bastante expressivos como o do FGTS, recursos do Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, que é o que vem ocupando todos os nossos esforços e toda a nossa inteligência ao longo desses anos. Estamos com a previsão de desenquadramento já para o ano

de 2006 e estamos começando a fazer o nosso primeiro ensaio na retomada dessas operações, e a nossa meta é estarmos oferecendo produtos e aplicando com recursos da poupança já neste último trimestre. Nosso desafio é estar com esse produto no mercado ainda no mês de setembro, e buscando ainda criar um produto que tenha uma competitividade bastante grande – o mercado, como bem foi colocado, está cada vez mais competitivo –, e que atenda um pouco do perfil do cliente Caixa. Nós vimos operando há muito tempo com recursos do FGTS, e temos essa identidade, essa associação com a população de mais baixa renda, e percebemos que o produto que temos conseguido colocar com bastante aderência, nesse segmento de renda média baixa ou renda baixa propriamente dita, é o produto que tem não só a taxa de juros competitiva em relação ao mercado, mas que também merece prazos de financiamento mais ampliado e contas de financiamento também mais elevadas.

A característica do cliente da Caixa é um cliente que não tem uma capacidade de poupança muito alta. Ele precisa de financiamentos que quase preencham o seu valor de compra e venda, que a operação quase que se viabilize com o valor do financiamento, tanto que a nossa marca, ao operarmos recursos do FGTS, são cotas de financiamento que beiram 100% – fica muito perto disso. Então, vimos desenvolvendo esse produto, e a idéia é que ele esteja sendo oferecido já em setembro, e vai trazer como marca a busca dessa competitividade que está estabelecida no mercado. Então, não estamos, no momento, operando recursos do SBPE – Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo – e, com relação ao tempo da audiência de hoje, a nossa contribuição ainda é um pouco restrita, porque o que podemos deixar aqui são anseios, vontades e planos que estamos tendo ainda para este trimestre.

Penso que é importante, como o maior operador de recursos do FGTS, operador dos recursos do Farco com exclusividade, que tragamos um pouco da impressão da Caixa, um pouco do depoimento da Caixa com relação às aplicações do Nordeste.

O que percebemos como característica e como tem acontecido o nosso direcionamento, no que diz respeito à aplicação distribuída regionalmente no Brasil? Os recursos que a Caixa opera têm uma carga de subsídio bastante expressiva, desde os recursos do PSH, que são os mais subsidiados aos recursos do PAR, que tem uma carga de subsídio praticamente de 50% de recurso orçamentário, recurso retornável, e 50% de recurso a fundo perdido, e os recursos de FGTS, que têm também uma carga de subsídio expressiva, não nessa proporção. O que percebemos é que a alocação de recursos para o Nordeste quanto

maior a carga de subsídios mais eles estão concentrados na Região.

Trago, para fins ilustrativos, que considero importante mostrar que tem esse direcionamento forte na Região, que os recursos do PSH, que são os recursos com maior carga de subsídio, Programa de Subsídio Habitação de interesse social, 39% dos recursos estão alocados na Região Nordeste.

Na sequência, o nosso segundo Programa com maior cara de subsídio é o Programa de Arrendamento Residencial, o PAR. Nós temos concentrado no Nordeste 28% dos recursos alocados. É a segunda maior aplicação em nível nacional. A primeira é a Região Sudeste, que tem em torno de 33% dos recursos e, na sequência, vem a Região Nordeste, com 28% dos recursos. Essas alocações vêm caindo na medida em que o recurso começa a ter uma carga de subsídio menor e uma fonte retornável de forma mais expressiva. Porque temos o déficit no Nordeste como o maior do País, e o nosso déficit, como todos sabem, é marcado pela carência muito mais do que pela demanda. Nosso déficit está concentrado na faixa de renda de um a três salários mínimos, e essa faixa de renda é muito marcada por carência. As pessoas têm necessidades, mas não têm um poder aquisitivo compatível com a busca desse imóvel no mercado. Então, o que temos percebido, por conta desse perfil de déficit, dessa carência, é uma concentração muito forte dos recursos na Região Nordeste quanto maior a sua carga de subsídios. Acho que é importante esse registro, porque operamos fontes bastante subsidiadas, e o nosso desempenho tem sido por uma concentração bastante forte na Região Nordeste.

Queríamos fazer esse depoimento, demonstrando a nossa experiência na aplicação desses recursos, e deixar com V. Ex^{as} a nossa expectativa de retomada dos recursos do SBPE, com uma condição bastante atrativa e competitiva em relação ao mercado. A Caixa, antes da recolocação dos recursos do SBPE no mercado, buscou rever todos os seus produtos, torná-los adequados ao perfil do nosso público, no que diz respeito à ampliação de cota e de prazo, à melhoria das condições de financiamentos, à melhoria dos nossos modelos de análise de pessoa física e jurídica. Hoje, no nosso modelo de pessoa física, temos aprovado 95% dos nossos proponentes e, no modelo de pessoa jurídica, estamos com todos eles revisados e já oferecendo, em nossas agências, a possibilidade de crédito direto ao empresário da construção civil, que também era uma linha que não vínhamos implementando desde 1994. Então, com a revisão desses produtos, acreditamos estar prontos para colocar os recursos do SBPE numa condição competitiva, atrativa e com possibilidade de

voltar a operar diretamente com o financiamento para o empresário da construção civil.

Era isso.

Fico à disposição para eventuais questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Agradeço aos depoentes pela objetividade de suas colocações, e conseqüentemente, por estarem ocupando seus tempos com precisão.

Passo a palavra ao Sr. Osvaldo Correia Fonseca, Diretor-Geral da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança.

O SR. OSVALDO CORREA FONSECA – Bom dia, Senador e demais membros da Mesa.

Preparamos uma apresentação para que fique consubstanciada a nossa participação, o nosso interesse na aplicação imobiliária.

Convido o Pereira para me auxiliar. (Pausa.)

Sabemos que o principal motivo da convocação é a aplicação da Resolução nº 3.259, fruto de um acordo Cebic/Abecip, contemplado por esta Resolução do Banco Central, em função da aceleração feita nas aplicações do Proer. Os créditos que tínhamos, CVS e FCVS, negociados no Proer, computavam como aplicações habitacionais e, na 3.005, deixou-se de se computar 1% ao mês; na 3.177, passou a 2% ao mês; e, na 3.259, que é o motivo desta reunião, é proposto um acordo. É lógico que nos sentimos, aqui, nesse pedido de acordo, ser contemplada algo, por exemplo, como o Norte e Nordeste. Ouvimos as palavras da Drª Vera de que o Norte e Nordeste, quando se trata de recursos com subsídios, são bem aquinhoados, tendo 39% do PSH. Quando os recursos são mais a custo de mercado, praticamente não existe recurso destinado ao Nordeste, dada a carência.

Temos uma população de 182 milhões; crescimento anual de 1,5%; população urbana de 82%; população até 24 anos, 47%; demanda de domicílios, 1,2 milhão por ano; número de domicílios, 50 milhões. Aqui, cabe uma primeira curiosidade: todo ano, tem sido construído este número, em torno de 1,2 milhão ou 1,3 milhão de habitações por ano, ou com recursos de financiamento, ou com recursos próprios, ou com mutirão. De alguma forma, isso tem acontecido. O déficit habitacional é o mesmo, e temos visto que anualmente esse número de domicílios tem aumentado em torno de um milhão de unidades por ano. Nosso PIB é mais ou menos estável, e está em torno de 605%, em 2004. O crescimento anual real do nosso PIB é de 4,9%. A inflação está sob controle; a taxa básica de juros Selic está alta. Quando se pensa em financiamento habitacional, taxas de mercado, por exemplo, teríamos sempre esse patamar de taxa. A taxa de desemprego está declinante.

O nosso problema começa com a distribuição da renda. A renda, com mais de dez salários mínimos, temos ali um número bem reduzido de pessoas, de cinco a dez, treze. O total dá algo em torno de 20% acima de cinco salários mínimos. Se nós pensarmos em um recurso oneroso, que é o recurso da captação da poupança, nós vamos nos concentrar em praticamente só poder atender a essa faixa de 20% da população brasileira. Não é a faixa do déficit habitacional. O déficit habitacional, quase 90%, é de cinco salários mínimos. Aqui começam os nossos problemas: os recursos da poupança sozinhos, sem subsídios, sem nada, dificilmente atacam o déficit, e o déficit maior, é lógico, está proporcionalmente mais nas Regiões Norte, Nordeste.

Temos, então, um volume de domicílios próprios, 38; alugados, 6,2; outros 5,8; total de domicílios: 50 milhões. Novos domicílios, anualmente, 1,2 milhões ao ano.

O déficit habitacional de 7,2 de moradias... A curiosidade que nós temos também dos déficits, temos também de imóveis desocupados, não é o segundo imóvel, o imóvel de lazer, o imóvel desocupado, sem destinação, que pode não estar no lugar do déficit, nós temos mais ou menos o mesmo montante. Esse levantamento já foi feito pelo IBGE.

O déficit de 7,2 milhões de moradias, está 5,6 nos grandes centros urbanos. Nós temos de imóveis desocupados - e aí considerados o segundo imóvel, o imóvel de lazer - só os desocupados mesmo dá mais ou menos o mesmo montante. Só que o imóvel precisa ser transformado, ele não está no lugar do déficit, então, existe um volume muito grande de imóvel desocupado. O IBGE já fez o levantamento e uma fundação de Minas já detalhou bastante o que precisa ser feito para que os imóveis desocupados sejam ocupados. Se é a legislação de inquilinato, se é alguma outra coisa.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Isso nas mesmas regiões?

O SR. OSVALDO CORREA FONSECA – Não. Deve estar havendo um descasamento ou desinteresse. Mas nós temos um volume desocupado mais ou menos no mesmo tanto.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Compõe o déficit ou não?

O SR. OSVALDO CORREA FONSECA – Não eles não compõem o déficit. Eles estão... Eles existem. Teoricamente, se eles fossem ocupados nós não teríamos o déficit, teríamos habitações sem condições de darem uma boa moradia. Mas não teríamos o déficit.

A curiosidade é também a outra 7,2 bilhões para 1,2 milhões estão sendo construídas anualmente. Não é, portanto, um déficit tão grande, quantitativamente,

que possa assustar os 7,2, na hora em que o País construí 1,2 milhões ao ano de habitações.

Então, a maioria que necessita de moradias não tem condições de suportar o encargo mensal, porque estão na faixa de 05 salários mínimos, que dá 91,6% do déficit. Então, esse é que é o ponto. O que devemos fazer para essas famílias que não têm renda suficiente para fazer um empréstimo a juros da captação de recursos da poupança?

Essa é uma das razões pelas quais o PSH, o Plano de Subsídio da Habitação, a demanda dele é exatamente para essa faixa de renda.

Aqui, temos o déficit habitacional por regiões. Aqui vemos claramente o número de unidades, por exemplo, no Norte/Nordeste. No geral, embaixo 5,2 milhões o déficit; os imóveis desocupados, 4.500... Aquilo que eu falei que é mais ou menos a mesma situação. Mas veja a importância ali: o déficit é de 83% até 03 salários mínimos. Três, a cinco, oito. Isso dá 91% o débito habitacional de quem ganha até cinco salários mínimos.

E quando vamos em faixas de renda, temos a faixa de renda o inverso, para tentar atender o déficit. E quando se olha pelo Norte e Nordeste, verifica-se um déficit muito maior ainda: 84% até três salários mínimos e 91% até... E de 3 a 5, 7,20% e 5,10%. Ou seja, no Nordeste, 96,5% dos que precisam de habitação ganham menos do que cinco salários mínimos.

Todo este material estamos disponibilizando.

Então, o que trabalha hoje com habitação? Todo o sistema financeiro de habitação está no Ministério do Trabalho e do Emprego, no Ministério das Cidades, no da Fazenda, no Conselho Monetário e Banco Central.

A parte do SFH só trabalha com Fundo de Garantia, e a do SBPE é com a caderneta de poupança. De todo o orçamento anual do Fundo de Garantia, 60% são destinados para habitação e 40% para saneamento. No Fundo de Garantia, dado o custo mais barato dos recursos, é possível atender uma parte desse déficit habitacional. Na parte da poupança, dados os custos dos recursos – TR mais 6,17%, mais a parte do compulsório –, esse déficit fica um pouco prejudicado. Além disso, 30% dos recursos, em função da política monetária, são destinados ao compulsório, 65%, destinados a financiamentos habitacionais, financiamento imobiliário. Desses 65%, 52%, ou seja, de todos os recursos da poupança, é o SFH. O SFH, para imóveis até R\$350 mil, qualquer valor até R\$350 mil, e a carteira hipotecária, 13% são para os imóveis acima dos R\$350 mil. Toda carteira hipotecária dos bancos está tomada muito mais do que esse valor.

Então, estamos referindo-nos agora ao que seria no âmbito do SFH, os 52%.

Os agentes financeiros estão tentando atender à demanda. Hoje toda a demanda está sendo atendida e todos os agentes estão acima dos 52%. Mas, na medida em que aquele crédito do Proer está sendo retirado do cumprimento das exigibilidades, tem que ser substituído por um financiamento habitacional. O nosso foco é nessa parte.

Então, os agentes financeiros são:

- Caixa Econômica Federal, que, como já disse, está quase desenquadrada. Até dezembro mais ou menos, ela deve perto do desenquadramento, já está preparando um produto para começar a atender aos financiamentos habitacionais;
- bancos estaduais;
- bancos privados nacionais, que são só oito;
- bancos privados estrangeiros;
- uma associação de poupança e empréstimo;
- repassadoras.

São os agentes financeiros do SBPE.

As fontes de recurso do SBPE são os depósitos em conta poupança, que são livremente movimentados pelo público. A remuneração é de TR mais 0,5% ao ano. Os rendimentos são isentos de Imposto de Renda tanto na fonte como na declaração. O rendimento e a movimentação são iguais, independentemente do agente financeiro. Um cliente que depositar na Caixa ou num outro banco terá o mesmo rendimento. Então, não existe concorrência para captação desses recursos. O saldo das contas em julho de 2005 era de R\$128 bilhões, cerca de US\$50 bilhões. E o total de depositantes era de 51 milhões. Então, já é possível perceber, dividindo-se R\$128 bilhões por 51 milhões de depositantes, que o valor médio por depositante está na casa de R\$2,4 mil, em torno de US\$1.000.

Aqui começa um quadro preocupante. Quanto à captação líquida dos recursos da poupança desde 1998 – talvez dada a alta taxa de juros, do Selic, então há concorrência da captação com outros ativos financeiros –, temos uma perda líquida, uma captação negativa em todos os anos. A exceção de 2002 ocorreu devido à marcação a mercado, em que os fundos começaram a ter aquele risco de títulos prefixados, e, na hora da marcação a mercado, vários aplicadores em fundos se transferiram para a poupança. Então, foi uma exceção o ano de 2002 ser positivo. Isso foi pontual. Somente em dois meses, houve um crescimento alto

que provocou, no ano, um crédito concreto de quase R\$7 milhões positivos.

O ano de 2004 já nos estava sinalizando que poderia haver uma reversão e começarmos com a poupança positiva, mas esse valor foi praticamente no mês de dezembro, fruto do décimo terceiro salário.

Em 2005, já se verifica uma perda de R\$5 milhões.

Desse modo, os recursos com origem na poupança têm esse viés. Será que, se, lá em dezembro, projetasse que tinha de fazer aplicações com origem na poupança, projetaria uma perda de R\$5 milhões? Ou projetaria um certo ganho, porque estava com um ganho em 2004? Então, ao projetar ganho em 2005 e mais aquele Proer de que estávamos falando, de R\$500 milhões ao mês, sobre o qual o Sr. Sérgio Darcy já falou, projetávamos aí praticamente uma necessidade em torno de R\$12 bilhões de aplicação para o ano de 2005. No entanto, a perda nesse montante – ou seja, em vez de ganho, tivermos perda – é impactante e provoca uma obrigatoriedade máxima em torno de R\$6 bilhões, não mais de R\$12 bilhões. Isso estancando a perda a partir de hoje.

A distribuição dos recursos entre as regiões. O Sudeste tem 60%; o Sul tem 18%; o Norte só tem 2% dos recursos; e o Nordeste, 10% dos recursos.

Aqui, temos a distribuição das contas de poupança por saldos. Percebemos que as contas de até R\$100,00, por exemplo, têm 0,49% de saldo e têm 58% da conta. As contas de até R\$1.000,00 têm 5% do saldo – 4,96% – contra 81% das contas. Então, são muito concentradas, haja vista até as próprias contas de poupança com mais de R\$30.000,00. Temos 43% do saldo e só 1,10% das poupanças. E, se percebermos que a taxa de juros que se credita na poupança representa um valor quase que de um terço das taxas de juros praticadas nos outros ativos financeiros, esse é um ativo financeiro que tem liquidez imediata. Assim, qualquer risco estaria indo para outro ativo financeiro, e teríamos uma perda aí praticamente de R\$55 milhões, só nas contas que excedem R\$30 milhões.

O SBPE. As características das operações, então, no âmbito SFH, que são imóveis residenciais: valor máximo de até R\$350 mil, financiamento máximo de até R\$245 mil, juros de 12% ao ano, tarifa de gestão de 25%; e imóveis com valores de até R\$150 mil podem ser contratados com taxas inferiores a 12%. Aqui entra, já fruto daquela negociação Cbic/Abcip, aceita pelo Conselho Monetário, que contratemos numa taxa menor, usando-se um multiplicador para equalizar a taxa da rentabilidade do agente financeiro. E isso, então, vai possibilitar que atendamos com uma taxa de juros bem mais baixa. Temos, hoje, no mercado, agentes

financeiros já atuando com 8% mais TR, sendo que o custo de captação supera 8% mais TR quando colocamos os custos administrativos e tudo. No entanto, isso ocorre em função desse ajuste, desse acordo e dessa resolução do acordo de permissão. Isso vale para a construção e para a aquisição de novos ou usados, e adquirentes podem utilizar o Fundo de Garantia como parte de pagamento da poupança ou para pagamento de prestação ou de saldo devedor.

Nas taxas de mercado, que são aqueles imóveis acima de R\$350 mil ou com financiamento superior a R\$245 mil, os juros são livres. Entretanto, não há como, pois o mercado não aceita fazer-se uma operação de um juro superior à TR mais 13%, que daria 15% ao ano, na Selic em que estamos. Então, quando se fala de juros livres, são juros de mercado. E, dificilmente, um tomador vai contratar juros de mercado para financiamento de longo prazo; e, se contratar, é inadimplência na certa. Então, o banco também não contrataria.

Os imóveis são residenciais e comerciais nessa faixa dele.

Os agentes financeiros podem, com o excesso da aplicação, emitir letras hipotecárias, colocá-las no mercado e fazer retirada do excesso. Não se considerando essas letras hipotecárias, que os agentes podem não renovar a partir do dia seguinte, esse é o montante que está aplicado pelos agentes financeiros. Em 1994, estava com mais de 120%, sendo que o obrigatório é 65% e, agora em julho, está um pouco acima de 80% – considera-se aqui que o agente pára de renovar as letras hipotecárias colocadas no mercado, que é o excesso, Então, estaria com 80%. Ainda teria praticamente 17% acima do mercado. Se considerar as letras hipotecárias, esse excesso praticamente está em torno de 67%. Então, aqui o agente financeiro pode dosar as aplicações de letra hipotecária no mercado.

Aqui, mostramos o volume de aplicações feitas com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e com recursos de poupança, tanto no ano como acumulado. No ano de 2005, o Fundo de Garantia já contratou 141 mil unidades; ou seja, este ano deve superar em muito o montante de 2004. Observando-se a caderneta de poupança, estamos com 30 mil e, eventualmente, devemos superar também o número de unidades do ano de 2004.

Se verificarmos o volume acumulado, estamos com 4 milhões e 900 mil unidades financiadas com o Fundo de Garantia e, com o recurso da poupança, 2 milhões e 900 mil. Total de unidades financiadas pelo SFH desde a origem: 7 milhões e 900 mil unidades. Devemos bater fácil os 8 milhões.

Este é o quadro que talvez mais possa interessar. porque talvez já apresenta praticamente o fruto

dos acordo; mostra o que está acontecendo. Em 2004, nós operamos em construção e aquisição. Em 2004, comparando-se a 2003, houve um certo crescimento das aplicações.

Se olharmos só o que está acontecendo em 2005, por exemplo neste mês de julho, pelos acordos, poderíamos ter de operar em torno de 50% acima de 2004, quando houve um crescimento de 35% acima de 2003, que foi 25% acima de 2002.

Pelo acordo, tínhamos que estar fazendo, em julho, 50%. No entanto, em julho – esse é um dado que deve sair na imprensa hoje –, fechamos 86%; ou seja, no mês de julho, foram colocados no mercado 86,7% de recursos a mais do que em julho de 2004. Em julho de 2004, houve um crescimento grande, pois já estava em vigor aquela legislação que falava que o Proer reduzia 2% ao ano. Já tinha havido um crescimento muito alto. Então, estamos prevendo para este ano fechar em torno de 4.200 a 4.500 de aplicação. O ano passado fechou em 3 mil, ou seja, em torno de 50% a mais, e o ano retrasado fechou em 2.200, ou seja, o crescimento já fora de 35%. Há quatro anos seguidos, praticamente, o financiamento habitacional está crescendo em taxas superiores a 30% ao ano.

Quando se observa o número de unidades, vê-se que houve uma ligeira inflexão, ou seja, dá a impressão de que o financiamento habitacional mês a mês, se pegarmos aqui, não é janeiro de 03 o primeiro ponto. O primeiro ponto significa qual é o volume dos 12 meses anteriores. O segundo ponto, de fevereiro de 2003, qual o volume dos 12 meses anteriores. Então, sempre nos 12 meses anteriores, verifica-se um crescimento bem acentuado, a partir de julho e agosto do ano passado. Quanto a unidades, nota-se uma inflexão, quase que mostrando... Estamos indo para uma unidade de valor maior? Não. Antes, sem o patrimônio de afetação, com a Lei nº 10.931, nós financiávamos em torno de 45% a 50%, o máximo que se financiava para o mutuário. Hoje, financia-se em torno de 70%. Então, como estamos disponibilizando mais dinheiro por unidade, a curva que representa o volume de unidades parece fazer uma inflexão. Então, o valor do financiamento passou a ser maior do que o do ano passado, mas não do valor da unidade.

Temos aqui um quadro que preocupa. Com essa legislação nova que saiu, a Lei nº 10.931, que dispôs que o incontroverso deve ser pago e o controverso deve ser depositado, acreditamos que esse quadro deva reverter. Todavia, a nossa satisfação é que a inadimplência, que significa para nós mais de três prestações em atraso, está em 29%. Lógico que ela é muito maior no Norte e Nordeste do que na Região Sul, mas o que nos preocupa é observar que quando a renda é recu-

perada ela fica em torno de 5%. No Plano Real, esse foi o patamar de inadimplência. Então, ela é alta. Em 82/83, houve um menor volume de inadimplência do que temos hoje.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Hoje é o mais alto.

O SR. OSVALDO CORREA FONSECA – Hoje é o mais alto; mas depois da legislação que saiu, no ano passado, no dia 2 de agosto, a Lei nº 10.931, nós estamos acreditando. Os bancos estão operando hoje mais porque gostam do financiamento e sabem que isso fideliza o cliente. Sabem ainda que não haverá essa inadimplência em razão dessa legislação nova que está em vigor.

Então, o grande incentivo para os bancos voltarem a operar foi a legislação nova, porque por este quadro era impossível pensar em voltar a operar no sistema.

Vejam a situação que preocupa um pouco, talvez enquanto persistir essa taxa de juros alta. De 2003 a junho de 2005, nós perdemos na poupança R\$10,7 bilhões. Só em 2005, já se foram R\$5,5 bilhões. Essa é a perda da poupança. Se falarmos em contratações, em função desses acordos e da aplicação do Proer, praticamente, o único recurso que está sendo emprestado é a negociação do Proer.

Enquanto perdemos R\$10,7 bilhões, no mesmo período aplicaram-se R\$7,7 bilhões. Assim, verifica-se que houve uma saída de recursos de, praticamente, R\$18 bilhões, ou como poupança ou como financiamento. Saíram R\$18 bilhões dos agentes financeiros, o que praticamente é a amortização daquele crédito do Proer.

Só de janeiro de 2005 para cá, tivemos uma aplicação de R\$2 bilhões e uma perda de R\$5,5 bilhões, praticamente R\$7,5 bilhões. Então, quando analisamos por regiões, vemos que enquanto o Nordeste, por exemplo, nesse período, perdeu R\$500 milhões, nós aplicamos lá R\$307 milhões. Não existe uma obrigatoriedade para se aplicar lá. Foram aplicados lá recursos da poupança que consideramos um recurso alto naquela região e que, praticamente, não é utilizado para atender o déficit habitacional. Mesmo assim, saíram R\$307 milhões.

Se verificarmos, os R\$307 milhões representam em torno de 5% do que foi aplicado. Então, o Nordeste foi aquinhado com 5% de tudo o que foi aplicado.

E é uma curiosidade, porque a perda da poupança também está girando em torno de 5%, mas lembramos que o saldo, o estoque da poupança lá é de R\$12 bilhões. Esses recursos carregam – lá são muito mais do que nas regiões do Sul, proporcionalmente – os créditos do fundo de compensação, dos CVS's e o próprio Proer. A origem de grande parte do

volume todo do Proer, que foi negociado com o Governo, é Norte e Nordeste. Nós não carimbamos mais a origem, mas hoje ele está carregando isso.

É lógico que se pensarmos no recurso da poupança, perdendo como está, temos de fazer uma passagem, uma transposição para outro sistema e estamos querendo desenvolver com mais velocidade o mercado secundário. Então, desde 1997, começamos a fazer as legislações sobre o mercado secundário, que já começou com alienação fiduciária, companhia securitizadora e criou títulos específicos, os CRIs (Certificados de Recebíveis Imobiliários). No entanto, tudo isso criado lá não se desenvolveu exatamente por causa da preocupação com a inadimplência.

Criou-se, então, o SFI (Sistema Financeiro Imobiliário), para fazer uma integração entre crédito imobiliário e mercado de capitais. Assim, os recursos não vêm só do poupador. A aplicação de longo prazo e a captação de curto prazo não estavam casando. Então, a canalização de novos recursos, habitacional e comercial, operando-se com múltiplas fontes de recursos, que são os CRIs, também com fundo de pensões e seguradoras, e a securitização dos recebíveis imobiliários seria a base de sustentação para um SFI.

Desse modo, todo o arcabouço jurídico já está montado, toda a legislação contra o mutuário, para reduzir um pouco a inadimplência, já está montada. Então, hoje, estamos praticamente operando, porque há o desejo de operar: os bancos querem operar, o produto financiamento passou a ser um produto bom. Percebemos também que os bancos estrangeiros estão focados em crescimento em cima de financiamento imobiliário; ou seja, acabou aquele dogma de que financiamento imobiliário não era bom para bancos na hora em que saiu uma legislação compatível para reduzir a inadimplência.

O mecanismo de negociação mais tradicional, com obrigação de cedente por ocasião das prestações devidas pelos financiados, o mecanismo de garantias colaterais, um seguro de crédito oferecido pelas companhias seguradoras, tudo isso são coisas que o SFI já foi desenvolvendo, algo que nós não tínhamos no SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo).

Aí saiu, num esforço brutal do Governo – o início dessa discussão deu-se em fevereiro, e, em 2 de agosto, a lei estava publicada –, saiu a Lei nº 10.931. Para nós, ela é um marco. A Lei nº 4.380 criou o BNH, e essa lei criou a nossa consolidação de que financiamento é algo positivo.

Então, estamos com patrimônio de afetação, cujo objetivo é proteger o adquirente das unidades em construção – é mais difícil ocorrer casos como o da Encol; protege as instituições que financiam esses

empreendimentos, porque fica segregado aquele empreendimento do total da empresa. Ela promove essa segregação, saindo fora do patrimônio comum do incorporador, e evita a paralisação de obra no caso de falência, porque aí uma comissão assume e constrói, sem ter problemas jurídicos, como foi o caso da Encol, da qual até hoje há esqueletos esparramados. Ela ainda é facultativa pelo incorporador, em função de algumas implicações fiscais. Acreditamos que o fato de ser facultativo não se prolongará por muito tempo. Enxergamos, em dois, três anos, praticamente todo o mercado só sendo atendido, mesmo sem financiamento imobiliário, com patrimônio de afetação, porque é lógico que o próprio comprador vai exigir o patrimônio de afetação para comprar um imóvel.

Quanto ao regime, o Governo também foi sensível; criou um regime especial tributário só de 7% da receita recebida, assim distribuído, e um probleminha que havia foi equacionado agora com a MP nº 252, ou seja, os empresários estavam meio arredios em aceitar o patrimônio de afetação por causa de um problema fiscal. A MP nº 252 solucionou esse problema fiscal, e estamos praticamente a 30 dias da solução de um problema que tínhamos.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO (Fora do microfone.) – Foi aprovada a MP nº 252?

O SR. OSVALDO CORREA FONSECA – Não sei. Foi aprovada a 252?

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO (Fora do microfone) – Aprovado só o texto básico, só nos...

O SR. OSVALDO CORREA FONSECA – Se foi aprovada...

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO (Fora do microfone.) – Ainda não veio...

O SR. OSVALDO CORREA FONSECA – Da Câmara.

Então, a 10.931 também criou aquela obrigatoriedade do depósito do incontroverso, do pagamento do incontroverso, e qualquer outro aspecto que o mutuário contestar ele deve continuar pagando a parte do controverso. O valor objeto desse orçamento deve ser pago em juízo ou no próprio agente. Aqui é outra vantagem que os bancos passaram a olhar um pouco mais para o lado do crédito imobiliário. Uma ação demorava de 10 a 15 anos. Hoje, se os recursos ficarem depositados no próprio agente financeiro, não tem problema algum se ela ficar demorando, porque o volume dos recursos pagos serão amortizados, utilizados pelo banco de acordo com aquele fluxo que ele realmente calculou que ia receber. Então, esse depósito em juízo do próprio agente também foi um avanço muito grande dessa legislação.

Esse é o boneco que temos, em que banco vai financiar, o empresário vai construir e o mercado secundário vai trabalhar. Então, temos as securitizadoras, os próprios bancos estão interessados nesse modelo e até criaram uma securitizadora, de que todos os bancos são sócios, inclusive o Banco do Brasil, mas já temos cinco ou seis outras concorrentes. Então, as securitizadoras acabam adquirindo os créditos dos originadores, que pode ser o próprio banco ou um empresário qualquer. Emitem um CRI e vendem para investidores no mercado secundário, dando liquidez aos financiamentos.

Esse modelo é americano e estamos torcendo para que seja implementado rapidamente. Estamos engatinhando em função da 10.931, que é recente, mas o volume de CRIs tem crescido bastante.

Então, a conclusão final, que é a 10.931, o mercado passa a contar com a estrutura necessária para crescer e desenvolver e cada segmento tem condições de desempenhar o seu papel: construtoras e incorporadoras construindo; os agentes priorizando recursos da poupança para produção; o SFI viabilizando mercado secundário para carregar as operações e tendo um *funding* de longo prazo também, e as operações em condições de serem securitizadas, porque já está avançadíssimo o Cbic e Abecip no papel da padronização de contratos, de indexadores. Se pegarmos uma praça qualquer, por exemplo, Ribeirão Preto, tem 30 tipos de indexadores pelos quais são vendidos imóveis. Imaginem como se vai securitizar alguma coisa com tanta diferença.

Então, as padronizações, tanto cláusulas contratuais como aspecto de mercado, o pagamento do incontroverso e alienação fiduciária era tudo o que queríamos e está acontecendo, ou seja, aconteceu. Agora, é só desenvolver e deixar o mercado trabalhar. Temos certeza de que aquele crescimento de 86% nesse mês sobre o ano passado é o mínimo que podemos esperar porque temos uma base pequena, temos muito mais a crescer.

As contratações de R\$3 bilhões do ano passado neste ano serão em torno de R\$4,5 e, no ano que vem, já estão previstos de R\$6,5 a R\$7 bilhões.

É lógico que o crescimento das operações vai favorecer também o crédito imobiliário do Norte e Nordeste, onde o déficit é mais expressivo. Não há como crescer o crédito imobiliário se não atacarmos o déficit. Então, todas essas ferramentas que o Conselho Monetário nos ajudou a criar são multiplicadores e os próprios subsídios.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Agradeço a V. S^a. Concedo a palavra à Sr^a Maria

Elizabeth Castro do Nascimento, Diretora Executiva do Sindicato da Indústria de Construção do Estado de Pernambuco.

A SR^a MARIA ELIZABETH CASTRO DO NASCIMENTO – Bom-dia a todos, Senador Romeu Tuma, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; Dr^a Vera Martins Viana, Superintendente Nacional de Habitação da Caixa Econômica, grande lutadora e defensora dos nossos interesses; Dr. Paulo Simão, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil – Cbic, outro também determinado e conseguiu agora com a Abecip e com a Caixa esta parceria e está de parabéns; Dr. Oswaldo Corrêa Fonseca, Diretor-Geral da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança – Abecip; e meu amigo Carlos Roberto Fugita, Presidente do Sindicato da Indústria de Construção no Estado do Ceará – Sinduscon. Se estamos aqui é pelo estímulo provocativo da Exm^a Sr^a Nacional dos Programas Habitacionais do Ministério das Cidades, Dr^a Maria Emília, que nos convocou para o exercício da cidadania, sem covardia, nem medo de perseguições, e do Senador Sérgio Guerra, que abraçou a causa por Pernambuco.

Todos perceberam a profunda repercussão social que terá a criação de milhões de empregos e a implantação de uma política habitacional definida e dinâmica também para o Norte/Nordeste. Por isso, agradecemos a V. Ex^{as}, em nome de Gabriel Neves, nosso presidente do sindicato, e demais parceiros envolvidos nesse projeto, para também aplicar mais no Norte/Nordeste os recursos que já estão depositados nos bancos.

Não podemos aceitar os projetos que aumentam os sacrifícios sociais de nossa região, mesmo com mais de 30 Senadores dos 81 da Casa. Com a definição de uma política habitacional com novos parâmetros, flexibilizando as normais atuais, regionalizando, serão aplicados todos os recursos disponíveis. Para se ter idéia, teremos este ano R\$11 bilhões. Foram aplicados no primeiro semestre apenas R\$3 bilhões.

Em maio de 2005, em Recife, fizemos um *workshop* Nordeste, que identificou os principais entraves dos programas habitacionais, sendo estes: dificuldades com a engenharia da Caixa Econômica, que é a utopia dos programas existentes que precisam ser modificados para chegar e atingir a nossa região; a pouca atuação dos governos estaduais e municipais; e as garantias exigidas pelos bancos privados, que são um pouco exageradas para a nossa região. Hoje, o pobre está financiando o rico.

Da poupança captada só em Pernambuco, 2,5%, só foram aplicados no ano passado 0,25%, deixando o Estado em penúltimo lugar nacional, enquanto no Sul e Nordeste passou de 70%. Além de metas e estímulos

para inverter essa situação perversa, é preciso criar alternativas. Gostaríamos que as verbas captadas e não aplicadas fossem transferidas para algum agente financeiro que cumprisse suas metas, com benefícios estimulantes para esses bancos.

No passado, havia um subsídio cruzado entre as regiões Norte e Sul, em que também entram os financiamentos para alta e baixa renda, e assim faziam aplicações nas regiões mais pobres. É indispensável adaptar as prestações imobiliárias às rendas dos mais pobres e criar programas que realmente façam acontecer, que não fiquem só no papel, que façam chegar também à nossa Região.

Hoje, o risco já foi bastante minimizado pela Lei nº 10.931, o que acabou de ser citado pelo Dr. Osvaldo, que regulamentou a alienação fiduciária de imóveis. Nunca os trabalhadores produtores foram tão ouvidos pelo Governo Federal como agora. Esse é um registro que gostaríamos de deixar claro aqui. Há uma grande vontade política de acertar. Vamos aproveitar o momento para transformar essa vontade em realidade. Quem sabe faz a hora, e a hora é agora.

Recentemente, nas obras do PAR, muito atingido lá no Nordeste e que se enquadra bem, algumas ficaram inacabadas por preços abaixo do valor, o que foi autorizado pela Caixa e pelo conselho curador.

Por que a engenharia da Caixa – essa foi uma pergunta que fiz no Enic – diminui o valor autorizado pelos superiores hierárquicos? Nós achamos que isso pode ser uma ingovernabilidade. Tudo isso assusta as empresas e atrasa os programas sociais. Ora, o PAR não aceita reajuste de preço, mas só o aço aumentou 100% em 12 meses, chegando a R\$4,00, enquanto, no exterior, custa R\$1,5 o quilo.

Desde as ditaduras que criaram o BNH, em 1964, e o IRB, em 1939, até hoje, os seguros obrigatórios beneficiam quase sempre as seguradoras e penalizam os mutuários. Em 1990, o Governo do Estado de São Paulo, Sr. Presidente, construiu milhares de habitações populares sem seguro por considerá-lo ineficiente, sendo mais caro do que consertar o sinistro. A engenharia não é uma ciência exata como muitos pensam. Acontecem acidentes e, por isso, há necessidade, sim, do seguro. Não queremos acabar com eles, mas que sejam competentes.

Parece-me que está na hora de dar um choque de gestão e quebrar esses monopólios e cartéis da cadeia produtiva habitacional, que foi uma promessa do nosso Presidente antes de assumir.

Com a extinção de grande rede de pequenos agentes financeiros regionais, as pequenas empresas ficaram sem acesso a grandes financiamentos imobiliários. Para se ter idéia, o nosso Estado de Pernambu-

co, há 14 anos, não tem financiamento bancário. Neste ano – quero ser justa –, já começaram a financiar. Tudo contribui para sufocar as pequenas empresas, porque 92% da construção civil são feitas por pequenas e microempresas, sem falar nos juros impostos, cartórios, laudêmios. Para se ter idéia, já se falar em aumentar em 4.500% só o laudêmio agora em Pernambuco.

O Banco Itaú está de parabéns porque anunciou, agora no nosso Enic de Gramado, 8% de juros até R\$100 mil cada imóvel a partir de 1º de setembro. Com certeza, os outros bancos virão copiá-lo. É muito mais barato investir em moradia, para dar saúde, educação e segurança preventivamente. Não adianta gastar tanto corretivamente com medidas que estão fracassando por falta de segurança familiar. Moradia é uma das principais necessidades físicas do homem.

Fizemos um resumo de algumas propostas que gostaríamos fossem analisadas. Sei que o nosso Paulo tem feito isso com muita competência, brigando por todas as regiões, mas gostaríamos de deixar aqui também a nossa proposta do Norte e Nordeste. Seria o aumento das verbas para a nossa região, flexibilizando os programas, como já falei; aumentar progressivamente os benefícios para os agentes repassadores que cumprem as metas; criar programas condizentes com a nossa realidade, que é mais pobre. Que o PAR seja contratado pelo valor máximo permitido pelo Conselho Curador em todo o País. Então, se chegou a um denominador comum de aplicar R\$32 mil, por que não aplicar R\$32 mil? Em São Paulo, são R\$40 mil? Então, vamos aplicar R\$40 mil. E não a engenharia chegar e dizer “Eu só dou a metade.” Então, não faz acontecer.

O financiamento de 100% da produção. Quando pedimos a aplicação de 100%, sem demanda e percentual de obra, é porque aí o empresário já investiu no terreno, nos projetos, no cálculo. Quer dizer, já se tem o custo inicial. Antigamente, fazíamos assim, e houve muito sucesso. Ninguém ficava com o apartamento. Todos vendiam tudo.

Criar um modelo de seguro para diminuir o valor, não apenas em nossa região, mas no Brasil todo. E alternativas para completar os 65% dos recursos dos bancos privados e Caixa que também não cumprirem a meta. E, por fim, criar um representante do Senado Federal, que eu gostaria de sugerir, na Comissão Cbic/Caixa e Cbic/Abcip, para acompanhar as aplicações da nossa Região.

Por tudo isso, esperamos que todos os estadistas, lideranças e notáveis, unidos e despojados de vaidades e ideologias radicais, cortem na carne, para construir milhões de moradias e empregos, saindo da crise, como nos Estados Unidos em 30, sem nenhuma repercussão na balança comercial.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Dr^a Maria Elizabeth, hoje a senhora, com o seu timbre maravilhoso de pernambucana, alegrou, por meio dos ouvidos, a alma do Senador José Jorge. Realmente, eu estava falando para S. Ex^a como é gostoso ouvir uma pernambucana de fala firme, traquejada, como diz o Senador José Jorge.

A SR^a MARIA ELIZABETH – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Desculpe-me a liberdade.

Concedo a palavra ao Dr. Carlos Roberto Carvalho Fujita, do Sindicato da Construção do Estado do Ceará.

O SR. CARLOS CARVALHO ROBERTO FUJITA

– Bom-dia, Senador Romeu Tuma, Senadores aqui presentes, Sr. Sérgio Darcy, Diretor do Banco Central; Fonseca, Diretor-geral da Abcip; nossa amiga Vera, da Caixa Econômica; Paulo Simão, nosso Presidente da Abcip; e Dr^a Maria Elizabeth, mais conhecida por Betinha, como disse o nosso Senador José Jorge, conhecida por suas posições firmes. Realmente, ela e a Vera encantam aqui a Mesa.

Entendo realmente que o Brasil vive um momento diferente. Há um reconhecimento, por parte da sociedade, da grandeza e diversidade das nossas regiões. Com isso, temos um País com muitas peculiaridades, com muita riqueza, e muitas desigualdades também. Trazemos ainda, por conta de algumas gestões, problemas graves da moradia e do saneamento. E, diante desse desafio, creio que o objetivo hoje desta reunião é enfrentarmos esse magnífico déficit habitacional, como colocado e mostrado pelo Fonseca, buscando alternativas para sua redução.

Sabemos que houve avanços significativos com a aplicação dos recursos tanto do SBPE como do FGTS. Acho que o acordo Cbic/Abcip é uma demonstração desses avanços. O grupo que temos com a Caixa Econômica também é uma demonstração de que o País e as autoridades públicas querem resolver a questão da habitação de interesse social. O Presidente Lula está criando algumas instituições necessárias para o bom andamento das relações do mercado imobiliário, como é o caso da própria Lei nº 10.931 – e penso que foi unanimidade aqui na Mesa a importância dela para dar maior segurança jurídica a essas relações –, com a criação do Patrimônio de afetação. A própria Medida Provisória nº 252, que agora foi aprovada na Câmara, é também um incentivo às empresas e aos cidadãos a tomarem financiamentos e retornarem esses recursos para o sistema, dando maior saúde ao próprio sistema.

Diante de todos esses avanços e das palavras que foram colocadas aqui pelos antecessores, gostaria de fazer algumas reflexões. Inicialmente, digo que pela grandeza e adversidade que coloquei aqui, no início do Brasil, as regiões precisam de um tratamento diferente. O Nordeste tem as suas peculiaridades.

E em cima do que foi colocado aqui por alguns companheiros antes de mim, gostaria de fazer algumas reflexões. Digo que o Nordeste necessita de subsídios. E não somente o Nordeste; também a população de baixa renda que está distribuída em todas as regiões do Brasil.

O motivo da nossa reunião aqui hoje não é bem fazer um pedido de que se reforce essa questão do subsídio. Temos condições de atrair esses recursos da poupança de uma forma – como eu coloquei antes – saudável.

Embora, Fonseca, você tenha mostrado alguns números, eu gostaria de deixar alguns pontos para nossa reflexão. Foi mostrado um déficit de R\$7,2 milhões. Foi dito também que esse déficit talvez não existisse, porque há um número de imóveis vazios ou desocupados muito grande. Entre nós, da construção civil, não reconhecemos de pleno esse estudo, porque não conseguimos perceber isso nas nossas capitais: imóveis vazios e a população com tanta carência. Então, penso que precisamos aprofundar um pouco mais esse estudo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Eu sei que não poderia interrompê-lo, mas peço desculpa. O senhor trouxe uma questão que eu até coloquei aqui como curiosidade: imóveis vazios. Penso que há uns cinco ou seis anos, as grandes construtoras resolveram provocar nos investidores a construção de *flats* como uma possibilidade de renda permanente. Isso me parece que não teve o sucesso absoluto que era prometido pelas construtoras. Eles estão incluídos entre os apartamentos que estão vazios? Serviriam de hotéis, mas hoje há uma concorrência desleal em choque. Parece-me que caiu um pouco esse investimento em *flats*. Eu não sei se isso está correspondendo com o que o senhor fala. Desculpe-me. É somente para matar uma curiosidade, porque em São Paulo o que há de *flat* não está escrito.

O SR. CARLOS CARVALHO ROBERTO FUJITA

– Certamente esse número deve estar dentro, mas precisamos conhecer um pouco mais esse estudo para ter um posicionamento mais fundamentado. Realmente, consideramos muito estranho termos aí...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Deixe-me fazer somente uma observação. Como o Senador Romeu Tuma é de São Paulo e esse problema acontece principalmente naquela capital, S. Ex^a fica preocupa-

do. Mas nós, que não somos de São Paulo e vamos ali, ficamos felizes porque diminui o preço dos hotéis. Como ele não se hospeda em hotel...

O SR. CARLOS CARVALHO ROBERTO FUJITA

– Uns ganham mais do que outros.

Então, quanto a essa questão do déficit, gostaria que registrássemos que houve, na verdade, nos últimos dez anos, um crescimento, porque quase dobrou nesse tempo.

Já em relação à questão da aplicação dos recursos. Como foi visto em alguns dados e gráficos mostrados, o Nordeste responde por praticamente 10% das aplicações da caderneta de poupança e tem de retorno, pelos dados do próprio Banco Central, cerca de 4% das aplicações de financiamento.

Então, há...

O SR. OSVALDO CORREA FONSECA – 10% é o de depósitos aplicados, pelo que vimos no gráfico.

O SR. CARLOS CARVALHO ROBERTO FUJITA

– Depósitos aplicados, pelo menos foi o que pude...

O SR. OSVALDO CORREA FONSECA – Dissemos que, no período de 2003 para cá, foram feitos trezentos e poucos milhões, no Norte e Nordeste, tendo uma perda de poupança em torno de R\$500 mil. Os dois números, tanto a aplicação, que corresponde a 5% de tudo que foi aplicado, para o Norte e o Nordeste; e a captação líquida também perdeu 5%, coincidência. Falei que o estoque da poupança é 10%. Agora, não falei qual era o estoque do financiamento, porque o estoque do financiamento hoje está contaminado pelo Proer, que está num processo de solução.

Então, o volume do Proer, de origem no Nordeste, não está carimbado lá. Se precisar a gente faz, ou seja, mas ninguém falou do estoque de habitação que tem o Nordeste e aqui.

O SR. CARLOS CARVALHO ROBERTO FUJITA

– Por isso que deixei aqui alguns pontos para reflexão, para podermos aprofundar os debates e saber como poderemos sair dessa solução de financiar mais unidades no Nordeste.

Um outro número que obtivemos de alguns quadros é a questão desse aumento do valor do financiamento médio. Na verdade, nos anos 2003 e 2004, houve uma queda do número de unidades financiadas no Nordeste. O número de unidades financiadas no Nordeste foi 20% menor em 2004 do que em 2003.

Essa questão da inadimplência que foi colocada também e que reconhecemos que deve ser uma preocupação, não só dos agentes financeiros, mas, principalmente, de nós, incorporadores, também, porque temos que cuidar do nosso mercado. Talvez o Plano Real, naquele momento da virada do plano, tenha provocado um descasamento dos ativos, por conta da

mudança de indexadores e isso levou, ao longo dos anos seguintes, a um reconhecimento da incapacidade de se continuar pagando os financiamentos naquela condição inicialmente prevista.

Acho que nesse período se observou muito isso e talvez aí esteja uma resposta a essa questão da inadimplência.

Então, gostaria realmente de deixar como reflexão alguns desses pontos. E destacar também que talvez a poupança pudesse ter um destino maior para o Nordeste, assim como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço o fez. Pelos dados que foram apresentados pela Drª Vera, vimos que um dos programas mais bem sucedidos da Caixa Econômica atualmente, que é o Programa de Arrendamento Residencial, aplicou cerca de 30% no Nordeste. Então, isso vem fazer com que haja uma diminuição do déficit habitacional e contribuir para a melhoria de vida das pessoas na nossa região.

Penso que essa reunião de hoje tem como objetivo iniciarmos ou aumentarmos as discussões em torno dessas desigualdades. Não gosto de ver o Nordeste ser comparado pela sua pobreza ou pelas dificuldades que tem. Acho que a nossa região hoje se encontra num momento muito interessante; há um grande potencial de crescimento; a indústria hoje do turismo é uma indústria pujante; os vários Estados na nossa região são, hoje, um dos principais destinos para os turistas, tanto estrangeiros como nacionais; percebemos, nas várias capitais do Nordeste também, um fluxo migratório reverso – as pessoas estão começando a voltar para o Nordeste –; obtém-se lá um excelente índice de qualidade de vida. Nós, empresários, investimos, ao longo desses 15 anos na nossa empresa, temos os nossos operários, funcionários, investimos na nossa qualidade, investimos em nós mesmos, empresários, qualificamo-nos melhor, entendemos a situação do País, reconhecemos, também, humildemente as nossas deficiências, o que precisamos melhorar e, penso, temos hoje um novo quadro institucional, em que pese todas essas discussões políticas que enfrentamos.

Mas entendo que o Nordeste tem um cenário altamente positivo e atrativo para os bancos financiarem imóveis. Temos quase R\$2 bilhões de oferta em imóveis – só naquela pequena faixa destacada pelo Fonseca – de acima de 10 salários mínimos, que são os imóveis acima, talvez, de R\$100 mil, R\$150 mil. E, diante desse novo quadro, eu queria lembrar aqui uma passagem, não sei se é de Cícero, historiador, filósofo, de que toda vez que você cruza um rio, você está cruzando um rio diferente. Não é o mesmo rio. Você tem águas novas, situações novas. Embora parecessem situações muito semelhantes às do passado,

vivemos um novo tempo e gostaríamos de contar, aqui, com o apoio dos Senadores da Bancada do Nordeste, o Senador Romeu Tuma, na Vice-Presidência desta Comissão tão importante para a nossa região.

Essa desigualdade está reconhecida pelo próprio Senado, que criou uma Comissão específica para discutir este assunto: as desigualdades sociais. Com isso, devemos, realmente, procurar levar esta melhor qualidade de vida para todos os segmentos da nossa cidade. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Muito obrigado, Doutor. Com a palavra o último convidado, Dr. Paulo Safe de Simão, que pediu para ficar por último para arrematar os sindicatos que estão filiados a sua entidade.

O SR. PAULO SAFADY DE SIMÃO – Bom dia, Senador Romeu Tuma, caro Senador Sergio Guerra, Senador José Jorge, Senador Eduardo Azeredo, meu Governador, com quem tive a honra de trabalhar durante quatro anos – não na área de construção, mas na área de turismo. Companheiros de Mesa, Sérgio...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Pela ordem.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Desculpe interrompê-lo. Todos nós somos da Oposição. Eu aproveito a TV Senado para fazer um apelo a algum Senador do Governo comparecer à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Vamos enviar toda a documentação aqui para ver se eles tomam conhecimento.

O SR. PAULO SAFADY DE SIMÃO – Temos dois representantes do Governo, aqui, na mesa e tenho certeza que eles farão chegar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Estão cuidando da CPI.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Uma razão a mais para estarem aqui, exatamente para prestigiar as pessoas do Governo.

O SR. PAULO SAFADY DE SIMÃO – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Exª tem a palavra.

O SR. PAULO SAFADY DE SIMÃO – Senhores e Senhoras, bom-dia a todos. Vou ser muito breve, até porque todos os que me precederam deram muitos dados e muitas informações importantes para definir esse quadro que está hoje na área de mercado imobiliário e da habitação no Brasil.

Eu queria só reforçar algumas coisas dizendo o seguinte: a verdade é que a partir da Lei nº 10.931 – estou falando de coisas de um ano e meio, dois anos atrás – juntos, construtores, incorporadores, agentes financeiros e Governo... E tenho que falar uma coisa

com muita justiça: esse processo todo teve início com o Ministro Palocci que teve a sensibilidade de ver que o mercado imobiliário brasileiro era muito incipiente e precisava, realmente, avançar e teve o cuidado e a prioridade de ir a fundo na análise das questões que estavam, de alguma forma, travando o mercado imobiliário. E foi atrás das soluções, que envolvia os outros Ministérios, os outros Poderes até conseguirmos aprovar a Lei nº 10.931, que contou com uma participação expressiva desta Casa, e, depois, os complementos, quais sejam, as resoluções do Banco Central, os acordos que foram construídos pelo setor.

E uma coisa que considero inédita que aconteceu no País, e, evidentemente, só foi possível a partir da definição desse novo marco regulatório e dessa disposição, como muito bem disse a Betinha, ou seja, o Governo receber e ouvir os segmentos e ter entendido que essa era uma área que poderia ser desenvolvida com bastante resultado no País, o que aconteceu.

Na verdade, esse trabalho todo já está dando resultados excepcionais. Se pegarmos o perfil do mercado imobiliário, hoje, no Brasil **vis-à-vis**, há dois ou três anos, é uma coisa incrível a mudança que aconteceu. E muito mais do que os números que ainda são pequenos, porque o Brasil é muito grande, a mudança principal foi de cultura; essa é a grande mudança que se está instalando hoje no País.

Então, quando vejo os agentes financeiros lançando novos produtos, não estão lançando novos produtos porque a lei ou porque o nosso acordo manda – o nosso acordo não manda, aquele é um acordo que não tem nenhuma obrigação, aquele é um acordo de cavalheiros –, é porque já enxergaram, no mercado imobiliário, um grande campo para ganhar dinheiro, para fazer negócio. Hoje, as regras estão claras, as regras estão com segurança para todos os atores, inclusive e principalmente o consumidor, a partir do patrimônio da afetação etc. Então, a carteira imobiliária de um agente financeiro deixou de ser um incômodo para ser um dos departamentos dos agentes financeiros com grande possibilidade de negócio.

Então, a coisa é mais lenta, até porque o mercado imobiliário é mais lento. Não tivemos problema de recurso, há muito tempo não se houve falar nisso; tivemos problema de gastar dinheiro. Isso que o Fonseca falou é verdade: toda demanda que aparece é atendida nos níveis que estamos trabalhando.

As nossas regras e acordos começaram a introduzir novos elementos, então, novos produtos. Você veja isso que foi colocado aqui: o Banco Itaú lançou na semana passada produtos com 8% de juros, enquanto que o mercado estava trabalhando com 12%; a diferença é enorme, por quê? Vai perder dinheiro?

Não acho que vai perder dinheiro, porque as condições que foram colocadas, inclusive de estímulo a aplicar em valores menores, são economicamente viáveis e viabilizam o projeto. Isso está começando.

E qual é a grande demanda que falta? E aí entendendo bem e reforço muito aqui os companheiros do Nordeste: o Fujita e a Betinha, que são duas entidades filiadas a nossa câmara, como é que vamos ampliar esse mercado? Primeiro buscando novos produtos e adaptando à renda nacional. Isso é fundamental. Houve uma perda significativa de renda da população nos últimos anos, então não adianta querer fingir que não existe isso. A Caixa Econômica Federal, neste ano, tratou quase que praticamente de se reestruturar, e um dos grandes instrumentos que a Caixa criou – e que já está funcionando – foi o novo cadastro de pessoas físicas e a definição de produtos, porque não adianta querer vender para o consumidor brasileiro nas regras de dois, três, quatro anos atrás. Por quê? Porque a renda do indivíduo piorou, os juros ainda estão elevados, os custos estão aí, então tem que haver uma adaptação. Foi o que buscamos nesses acordos de criar novos produtos, de chegar ao mercado.

Vejo com muita alegria o que a Vera colocou aqui, que a Caixa está pensando em voltar a operar no mercado de poupança, coisa que não faz há muito tempo, até porque ela está cumprida em termos das suas exigibilidades. Então essa revolução que está acontecendo no mercado imobiliário... Quero deixar claro que entendemos aquela aflição dos resultados, mas tenho absoluta consciência de que os passos estão sendo dados na sua hora correta, com a prudência que o setor merece. É lógico que gostaríamos que a coisa evoluísse de uma maneira um pouco mais rápida, mas, enfim, não estamos tratando do mercado imobiliário para seis meses ou para um ano; estamos falando dos próximos 10 ou 15 anos, e aí temos que ter estrutura montada.

Então, quando falo que tem uma demanda a ser reprimida e que precisa vir para o mercado – e aí que temos que entrar daqui para frente –, primeiro, vamos falar em faixa de renda. Tem um público aí, vou mais ou menos aqui estimar entre 7 e 15 salários mínimos ou um pouco mais, que ficou muito prejudicado em termos de linha de crédito. Então esse é um mercado novo que tem que ser enfrentado no Brasil inteiro com novos produtos, com novas regras, juros, prazo, comprometimento de renda; enfim, todo um somatório de elementos e – e aí concordo com os nossos companheiros – talvez até por causa da falta de recursos ou de pouca vontade de aplicar, houve uma concentração muito grande nos últimos anos na Região Sudeste,

enorme; os números próprios que foram mostrados aqui são claros.

Então é preciso que o Brasil todo seja atendido; estamos criando regras para o Brasil inteiro. É fundamental, portanto, que o Norte e o Nordeste passem a integrar com bastante atenção dos agentes financeiros, não só da Caixa como dos privados, um novo mercado a ser atingido dentro das adequações que esse mercado exige.

Não vou nem analisar a pauta que foi aqui colocada, até porque, como a própria Betinha falou, temos algumas divergências em termos de ponto, mas não é o mais importante. O mais importante é essa consciência. E isso faz parte de todos os acordos da Câmara com a Abecip de que é fundamental que a haja uma preocupação em se instalar e que essas agências comecem a trabalhar no Norte e no Nordeste. O que já está acontecendo, é preciso que se diga. Muito pouco, mas já começou.

Então, quando falo que essa estrutura está sendo montada e organizada, tem banco já se organizando no Nordeste, tem banco que nunca operou lá. É uma questão do perfil de cada entidade. Também precisamos entender isso. Bancos como o Bradesco e o Itaú, que são bancos enormes, é lógico que eles têm que estar preocupados em atender o País.

Acho que isso está caminhando muito bem, mas essa preocupação – e é o objeto desta reunião aqui da Comissão de Assuntos Econômicos, cujo convite feito à Abecip, aliás, agradeço muito –, é importante que haja essa consciência, não só para essa área. Como disse o Fujita, já há uma preocupação na Casa com relação às diferenças sociais.

Então, quis dizer isso porque acho que realmente é justo e adequado que coloquemos isso.

Senador Tuma, vou fazer aqui alguns rápidos comentários sobre algumas coisas que foram colocadas, por exemplo, sobre essa questão dos imóveis vazios. Sinceramente – tenho 30, 35 anos de mercado imobiliário –, esse número para mim não existe, isso aí é uma fantasia que criaram: sete milhões de imóveis vazios no Brasil, sem considerar os imóveis que você tem como segundo imóvel. Isso aí foi um levantamento feito até por uma entidade de Minas Gerais, que é a Fundação João Pinheiro, sem qualquer detalhamento, sem qualquer análise mais profunda. Isso está sendo reestudado agora para se fazer uma análise correta. Que vazios são esses? Que seis milhões de imóveis são esses que estão vazios pelo País? Não é possível. Então, é preciso aprofundar para saber o que está acontecendo nisso aí, o que está sendo feito.

A questão do frete que o Senador Romeu Tuma colocou, estou muito enfronhado nisso, até porque com

o Ministro Walfrido, temos estudado a questão da lei geral do turismo, isso foi uma realidade que ocorreu no Brasil, e eu diria até que foi uma “esperteza” do mercado, esperteza totalmente ilegal, porque não tinha linha de financiamento, não tinha nada. Então, o que o mercado imobiliário criou? Usando os recursos do SFH, criou uma forma de entrar na área de hotelaria e de investimento. Foi mais ou menos isso que aconteceu. Só que, como acontece muito freqüentemente no País, as pessoas não têm muita preocupação em estudar o mercado, as demandas, e começa – como aconteceu em São Paulo, como aconteceu em Belo Horizonte – a haver uma construção exagerada de *flats*, sem preocupar com a demanda. Ora, a lei de oferta e procura ainda é a que manda nessa questão de mercado.

O que o Senador José Jorge falou está perfeito, quer dizer, qual é a grande reclamação dos hoteleiros hoje? Primeiro, que os *flats* não estão obrigados às mesmas regras do hotel – que são sempre muito mais rígidas – e, segundo, que pela quantidade enorme de quartos à disposição o preço foi lá em baixo.

Então, um *flat* cobrar R\$80,00, por exemplo, talvez ele tenha condição de fazer, enquanto que um hotel precisava de, pelo menos, R\$120,00, por causa dos custos a mais que ele tem e acaba tendo que competir com R\$80,00. Estou exagerando só para entendermos.

Realmente, é uma coisa que foi muito bem percebida pelo Ministro Walfrido, lógico que trabalhando com todos segmentos. E, a partir dessa lei geral do turismo – não sei se ela já chegou ao Congresso; acho que não, mas está preparada –, vai corrigir definitivamente isso, sem prejudicar, evidentemente, aqueles investimentos que já foram feitos, pois foram feitos dentro da lei, dentro da legalidade. Não pode acabar com aquilo.

Outra coisa importante, aproveitando que estamos dentro da Casa, na Comissão de Assuntos Econômicos, que vamos ter de trabalhar daqui pra frente, e vou, brevemente, encaminhar aos Srs. Senadores trabalhos nesse sentido, é a questão da carga tributária e da informalidade no setor. Terminamos de fazer um estudo, recentemente, na semana passada, demonstrando como é que a informalidade tomou conta do setor da construção – uma coisa impressionante –, e os problemas que essa informalidade traz, além da informalidade em si, e mais, sobrecarregando, violentamente, aqueles que são formais, que são 36% num universo de 100 – vejam a que ponto chegamos. E que a carga tributária que incide, por exemplo, para um imóvel, Senador Romeu Tuma, de baixa renda, que deveria ser da faixa de 26%, 27%, ele vai para

38% nos imóveis formais. Por quê? Porque o informal acaba pagando pelo informal.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Por causa da mão de obra.

O SR. PAULO SAFADY DE SIMÃO – Em tudo: leis sociais, impostos, cartórios, tudo.

Quer dizer, isso é uma coisa que vamos ter que trabalhar com muita atenção daqui para frente, principalmente nesse extrato de habitação de interesse social, porque aí não tem justiça nenhuma. Estamos sobrecarregando a família com renda menor por meio de uma carga tributária extremamente grande e prejudicial. Esse estudo, traremos brevemente para os senhores.

Senador Romeu Tuma, antes de encerrar, permita-me fazer uma observação. Semana passada, o nosso setor participou, na cidade de Gramado, de um evento da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, que é o Encontro Nacional da Indústria da Construção. Esse evento foi recorde em termos de público. Estiveram lá 1.200 empresários discutindo as questões econômicas e políticas, porque o momento político nacional é extremamente grave.

Ouvimos dizer com muita insistência na imprensa que a crise política não está afetando a economia. Não é verdade. A crise política está afetando profundamente a economia. Não falo apenas do nosso setor, para que não digam que estou falando em causa própria, mas talvez o setor da construção seja um dos mais prejudicados.

Para que tenha uma idéia, Senador, nos últimos 15 anos, o Brasil cresceu em média 2,4%, o que é extremamente baixo para o País. O setor da construção cresceu 0,9%. V. Ex^a falou em formação bruta do capital fixo, que mede o nível de investimento do País. O setor da construção, na sua cadeia produtiva, representa 65% da formação bruta de capital. Por isso a formação bruta de capital do Brasil está gerando em torno de 19% ou 19,5%, quando, na realidade, precisava gerar, no mínimo, 25% para que o nível de crescimento no País chegasse a 5%, por quê? Porque não está havendo prioridade para a indústria da construção para esse mercado. Isso deve ser revisto não porque o setor vai ganhar, mas porque o Brasil está perdendo demais com essa falta de investimento e de prioridade. Estou falando de infra-estrutura, de habitação, de saneamento, enfim, de tudo o que gira em torno dessa questão.

Reunidos em Gramado, produzimos esse documento que foi distribuído ao Senador, uma carta em que reconhecemos a gravidade do momento. Evidentemente, isso não pode deixar de ter encaminhamento. Defendemos imediatamente que o Governo central e

o Congresso Nacional continuem trabalhando, porque o País está parado. Todos dizem que as questões políticas não estão afetando a economia, mas isso não é verdade. O País está parado, a economia do País está parada. É preciso que haja trabalho. É preciso que o Governo trabalhe e que haja investimento.

Há R\$10 bilhões em caixa para habitação e saneamento. Esse dinheiro não é de orçamento nem de caixa de Governo. Ele não pode fazer caixa com isso. É dinheiro privado para ser gasto. Tudo isso poderia estar ajudando o País a desenvolver. É essa a postura do setor, digo isso com muita clareza. Entendemos que a grande mudança que este País pode ter acontecerá quando conseguirmos executar as tais reformas que o Brasil precisa e pelas quais, há 10 ou 15 anos, vimos trabalhando. Na verdade, quando são tocadas, o são apenas superficialmente, de maneira que não se resolve o problema em definitivo.

Nós do setor da construção entendemos que, talvez, a única saída para fazer as reformas profundas que imaginamos, pelo menos a política, a tributária e previdenciária, seria através de uma constituinte exclusiva de um Congresso revisor que possa, independentemente do dia-a-dia do Brasil, se dedicar a essas questões.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Senador Romeu Tuma. PFL – SP) – Pergunto se já receberam cópia da Carta de Gramado.

Concedo a palavra ao signatário do requerimento, Senador Sérgio Guerra. Lembro que estão inscritos os Senadores Flexa Ribeiro e José Jorge.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, Senhores Membros da Mesa, Sr^{as} e Srs. Senadores, de maneira geral, a consideração sobre o País feita pelo Dr. Paulo não atinge de forma direta o Congresso, mas este está extremamente afetado pelos acontecimentos que todos conhecem.

Hoje três Subcomissões Parlamentares de Inquérito estão funcionando. Nós, da Oposição, pensávamos que deveria haver apenas uma, mas o Governo achou por bem que houvesse três, seguramente porque estava muito interessado em investigar, mas não tanto assim, porque uma boa maneira de não se investigar é por meio da multiplicação de Comissões que não se instrumentalizam, não chegam a resultado algum.

De uma maneira muito objetiva, devo dizer que esta nossa reunião deveria ter outro grau de comparecimento pela relevância do tema proposto e não o tem, entre outras razões, por conta disso, do fato de que se o País não está rigorosamente parado, as cabeças estão descoladas da realidade e prisioneiras dessa

agenda maldita que não foi à Oposição que inventou. Foi o Governo, a sua base e o seu Partido.

Para ser concreto em relação a nossa matéria de hoje, quero citar um fato dos últimos dois anos. O Senador Tasso Jereissati e outros Senadores do Nordeste – e aqui há vários, o Senador José Maranhão, por exemplo, e eu próprio – atuamos muito fortemente nos últimos anos em torno de uma consideração absolutamente prática: a concentração de aplicações do sistema BNDES nas áreas já desenvolvidas do Brasil.

Os argumentos em defesa dessa situação não são muito diferentes dos argumentos de defesa dessa situação daqui; são coincidentes. Têm a ver com o problema da renda, da distribuição da renda e, de uma maneira muito clara, com a impossibilidade alegada de aplicar recursos em regiões mais pobres: a inadequação das linhas de financiamento para os sistemas produtivos. Mas houve uma ação concreta nesta Comissão de Assuntos Econômicos e há que se ter desdobramentos agora na Comissão de Assuntos Regionais, cujo Presidente é o Senador Tasso Jereissati. Essa ação tem produzido resultados.

Neste ano, as aplicações do BNDES para o Nordeste parecem ter um outro patamar – para outras regiões do Brasil, já está em outro patamar, o que é uma demonstração muito clara de que ninguém sabe bem qual a causa e a consequência, onde estão o ovo e a galinha. O fato concreto é que muitos levam vantagem, e o Nordeste e o Norte, de maneira especial, levam ampla desvantagem. Sem uma ação política real, concreta, não retórica, não adjetiva, não essa ação dos comícios, mas da prática, sem uma ação real esse cenário não é revertido. Vamos nos manter pobres, empobrecidos relativamente no tempo em relação às outras regiões do Brasil.

Chegamos ao nosso cenário. Não posso conceber uma situação em que o Nordeste é exportador líquido de poupança. Isso não dá para aceitar. Além do mais, se há um setor que pode contribuir no Brasil, hoje, para um reequilíbrio do País, é o tal setor financeiro. Ele tem que pagar uma conta por isso. Por maior que seja a sua capacidade de influência, de pressão, não será maior do que a reação que vem de baixo, que vai cada vez mais pautar a vida deste País.

Seguramente, há que encontrar soluções para que esse cenário não prevaleça. As alegações são sempre as mesmas e falta vontade verdadeira de mudar isso. E essa vontade não adianta ser individual, estar num diretor ou numa instituição ou numa pessoa, mas tem que ser uma decisão coletiva, uma decisão de governo para enfrentamento desse problema.

Ouvi aqui vários depoimentos aqui, mas tive que sair daqui duas vezes para votar em duas votações,

pois não podia me ausentar, além disso, começa agora a sessão do Congresso.

Queria deixar claro que vou propor – está chegando o Senador Tasso Jereissati, várias vezes citado nesta reunião – que esta reunião tenha desdobramentos na Comissão de Assuntos Regionais porque não dá para manter esse **status quo**: tem gente que está ganhando dinheiro demais, muito mais do que era sensato ganhar num País como o Brasil. Não sou contra o lucro e nem contra o capitalismo, mas não se pode continuar ganhando dinheiro assim e faltando dinheiro, o mínimo, para financiar o que é preciso no Nordeste, essencialmente habitação ou infra-estrutura de uma maneira geral.

Compreendo a posição do Banco Central, as suas normas, enfim, ele tem uma responsabilidade ampla, mas é preciso que todos transformemos o nosso discurso em prática, em decisão firme. Não há outra maneira de forçar uma solução dessa a não ser que haja uma interferência, de fato, do Estado e da área política. Se formos esperar pela decisão espontânea do sistema financeiro, dos bancos e dos seus agentes, não vamos a lugar nenhum. A história não nos remete a acreditar nisso, só faremos valer a sua vontade se atuarmos de forma consistente, com firmeza, determinação e objetividade.

Essa questão da informalidade no Brasil assumiu proporções catastróficas. Essa questão da distribuição de renda no Brasil – estão aí todos saudando um “milagre” – nunca foi tão comprometida e tão ruim. É bem provável que, no ano passado, o Nordeste tenha crescido bem menos do que cresceu o País de uma maneira geral. Que ação democrática é essa? Que esforço de desenvolvimento é esse? Que prioridade para os pobres é essa, se as regiões pobres não têm prioridade, ao contrário, estão tendo agravados os seus problemas crônicos?

Então, essa discussão que inauguramos hoje, com o comparecimento relevante do setor, vai prosseguir, espero, com apoio e adesão do Senador Tasso. Quero dizer que o Senador Fernando Bezerra, que não está aqui, porque foi votar lá adiante, está solidário conosco neste campo, de maneira absolutamente clara, para que, pelo menos os recursos do Nordeste, fiquem no Nordeste, não sejam transferidos.

Quero saudar a presença de todos. Compreendo o papel de cada um, democracia é assim, mas não podemos manter esse cenário, pois não faz sentido nenhum, social, político, econômico, não faz sentido nenhum. E não podemos premiar apenas os que já estão premiados. Oitenta por cento, noventa por cento das aplicações desse sistema, pelo menos uma parte dele, se dá em regiões mais ricas, em Estados que têm

outra capacidade econômica. O Nordeste e o Norte não têm participação nenhuma nisso. A inadequação de crédito e a situação de pobreza da população são uma alegação, não um argumento. Se houver vontade, determinação política, força e determinação clara, essa situação poderá a ser revertida. Mas, sem essa evolução, que eu acho que podemos construir na Comissão de Desenvolvimento Regional, não vamos adiante.

Eu não teria perguntas a fazer, apenas quero elogiar a participação de todos, pois, o setor está demonstrando vitalidade. Vi alguns movimentos do setor, gente participando, gente séria, gente querendo trabalhar. Como disse o Dr. Paulo, há dinheiro, recursos privados que estão aí e não estão sendo usados. Quero dizer que é mais grave: recursos públicos nos orçamentos dos Ministérios não estão sendo gastos por absoluta incapacidade para gastá-los. Eu estive esta semana com o Ministro do Planejamento, que me alegou que havia liberdade financeira, evidentemente que contida e insuficiente, mas havia recursos financeiros aportados e não havia capacidade de execução em várias áreas do Governo. Estou falando do Ministro do Planejamento e do Governo, não estou falando de um Deputado da Oposição, de um Senador da Oposição, até porque não é só uma questão de Oposição, é nacional, que tem de ser resolvida por todos. Acredito até que os partidos que apóiam o Governo vão apoiar um esforço para essa desconcentração. Agora, nós, do Nordeste e do Norte, sabemos, que, sem mobilização, força, não vamos a lugar nenhum, vai sobrar o argumento de sempre: o Nordeste é pobre, não dá para emprestar dinheiro ali, como era no BNDES ou como ainda é, não há demanda por crédito. Aí, o cara chega no Nordeste e diz: ora, não adianta ter demanda porque o crédito não vem.

Enfim, ninguém sabe onde começa e onde termina a verdade. O fato é que existe uma situação real que vamos resolver, tenho certeza, porque acredito na democracia, no Congresso e que os brasileiros, as pessoas que querem construir alguma coisa são num número muito maior do que esses que andam sujando a vida brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Sérgio, somos solidários com V. Ex^a, e penso que realmente a regionalização da força econômica tem que se dar o mais rápido possível. Mas como testemunha da realidade, eu diria a V. Ex^a que São Paulo também sofre muito com a falta de habitação. Quem visita aquelas favelas, cortiços, aquele sofrimento da população em morar na rua, também sente que esses 10 milhões deveriam estar circulando, no Nordeste, no Sudeste, onde quer que seja, mas circulando para trazer renda, porque, imobilizado, vai pagar um juro

altíssimo, praticamente sem nenhum resultado para a sociedade.

Peço licença, Senador Flexa Ribeiro, para dar a palavra ao Senador José Jorge, que tem urgência e tinha pedido inscrição, mas eu estava distraído. Então, se V. Ex^a, sempre gentil atendendo aos nossos reclames, concordar, passo a palavra...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Com muita honra. É sempre uma forma de aprendizado ouvir o Senador José Jorge.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Ele vai endossar o que V. Ex^a falar, se Deus quiser.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado, Senador, muito obrigado, Senador Tuma...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Gostaria de conceder a palavra ao Diretor do Banco Central, logo após V. Ex^a falar, porque ele tem que se retirar.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Vou ser o mais rápido possível, Sr. Presidente.

Na realidade, Srs. convidados – eu já ia dizer “depoentes”, por causa das CPLs –, em primeiro lugar, gostaria de dizer que tenho uma pequena experiência na área de habitação. Para quem não sabe, eu fui Secretário de Habitação de Pernambuco, no Governo Marco Maciel, há muitos anos, na época do BNH. Naquela época, para vermos a diferença entre o que havia naquela época e o que há hoje, a nossa meta era a construção de cem mil casas populares. Nós entregamos setenta mil em um governo. Há três ou quatro anos, construir cem mil casas não era a meta de um Estado pequeno como Pernambuco. É verdade que era a maior meta brasileira, a maior meta de um Estado brasileiro. Hoje em dia, isso é uma meta do Governo Federal.

Assim, nós mudamos de patamar; ou seja, nós descemos a escada e ficamos no térreo. Com a extinção do BNH, esse programa foi transferido para a Caixa Econômica. A Caixa começou tentando manter aquele mesmo padrão do BNH, mas, posteriormente, com as dificuldades, inflação alta e outras que não vou dizer aqui, o programa praticamente foi zerado. O que se tinha eram construções independentes, mas nada que pudesse atingir o âmago da questão – construir muitas casas. Só se consegue construir muitas casas se for em conjuntos grandes. Ir construindo de casa em casa é muito difícil conseguir construir muitas casas. Isso porque, por exemplo, a dificuldade burocrática para se construir um conjunto com dez casas é a mesma se o conjunto tiver quinhentas casas, já que o projeto é o mesmo, a tramitação é a mesma.

Eu acompanhei a aprovação da lei, acho que ela dá um caminho novo, um caminho ainda pequeno, mas

de certa maneira um caminho novo e certamente vai trazer novas construções para nosso País.

Com relação à questão do Nordeste, na realidade, é inadmissível que o Nordeste represente pouco mais de 15% da economia do Brasil e um pouco mais de 30% da população brasileira e receba somente um investimento em torno de 5%, no que se refere à construção de moradias.

Em segundo lugar, é necessário que o próprio setor faça um sistema de auto-regulação, senão nós, Deputados e Senadores do Nordeste, seremos obrigados a aprovar uma lei dizendo que os investimentos do Nordeste devem estar colocados pelo menos entre a participação do Nordeste na economia e a sua população. Por exemplo, se o Nordeste representa 15% da economia e se é a região mais pobre, devia ter algum tipo de auto-regulamentação do setor para que isso não vire uma lei no futuro. Isso porque seríamos obrigados, como reação, a fazer uma lei, o que tornaria o sistema mais rígido, sem necessidade. O melhor seria que o setor se auto-regulamentasse para assegurar um mínimo de investimentos que garantissem pelo menos esse percentual do Nordeste, senão na população, que seria um saldo muito grande, mas pelo menos no PIB, na economia. Acho que esse caminho seria mais simples do que aprovarmos uma lei. O próprio setor teria uma reação nesse sentido. Essa seria a minha sugestão.

Em terceiro lugar, queria me referir à Carta de Gramado. Eu queria dar minha opinião sobre essa questão da Assembléia Nacional Constituinte Exclusiva. Eu acho isso uma coisa muito perigosa para um País como o nosso. O que mais precisamos aqui não é nem de regra boa, mas de regra estável. O grande problema no Brasil é que se mudam as regras ano a ano. Eu, por exemplo, fui Ministro de Minas e Energia. Esse é um setor difícilíssimo de se entender. Não é um setor simples de entender como o de construção ou o de educação. O setor elétrico é muito difícil, primeiro, porque todos os especialistas do setor elétrico trabalhavam só no sistema estatal. Isso quer dizer que eles não entendem de formação de preço. Agora, no sistema privado, a principal questão é formação de preço e pouca gente sabe disso. É um sistema complexo. O senhor sabe que a linha de transmissão tem de ser uma só; é difícil incentivar a concorrência; cada tipo de energia tem um custo diferente; enfim, é um sistema de complexidade absurda.

Pois o Governo atual chegou. Na realidade, tivemos dificuldade em 2001 exatamente porque houve transição. A grande dificuldade ali não foi incompetência do Governo, não foi falta de água, não foi nada. O que houve foi que, quando mudou do sistema inteiramente

público para o sistema privado, passamos praticamente quatro anos sem investimentos. Com isso, é aquela história: as consequências sempre vêm depois. Só que no setor elétrico é muito diferente, as consequências sempre vêm muito depois. Então, como passamos quatro anos sem investir, na verdade, depois, quando chegou o período, começou a surgir a crise de energia, e tivemos aquela dificuldade que espero não tenhamos nunca mais, porque é uma coisa muito difícil.

Quando o Governo chegou, o que ele fez? Resolveu mudar o modelo do setor elétrico. Inventou um modelo novo, que não é muito diferente, mas fez com que todos os investidores parassem de investir. Então, criou-se uma nova transição. O Governo já vai completar três anos no final do ano e não licitou ainda nenhuma hidrelétrica. Provavelmente, pode ser até que não licite, que só o faça no ano que vem. Então, os três próximos anos, daqui a cinco anos, quando o Governo assumiu tinha 12 mil megawatts de energia sobrando, até hoje temos energia sobrando, mas em 2009, 2010 esses três anos vão aparecer.

Eu acho o seguinte: querer criar uma assembleia nacional constituinte exclusiva é, de certa maneira, dar instabilidade às questões econômico-sociais que já estão na Constituição. Não há nada que diga que se fizer uma Constituição exclusiva agora vai ser melhor do que a anterior. Poucos países do mundo conseguem fazer uma constituição.

Lembro-me de que alguns deputados alemães estiveram comigo e disseram, na época da Constituinte e em que eu era Deputado: Deputado, se nós quiséssemos fazer uma constituinte aqui na Alemanha criaríamos uma guerra civil.

Na verdade eu acho que, tem muita gente falando nisso, parece uma idéia boa, em princípio, mas quando se olha, ela pode trazer alguma vantagem, mas certamente trará muitas desvantagens. Todo mundo que tem seu artiguinho na Constituição, que está fazendo seu trabalho, ou organizando sua vida baseada naquele artigo, já vai achar que sua vida está instável. Na realidade, esse é o ponto que gostaria de mencionar.

Em segundo e por último, digamos assim, quero agradecer a presença de todos e dizer que na realidade foi muito importante, porque aqui podemos ajudar a construir não só a questão do Nordeste, pois penso que, se o setor não se auto-regulamentar, teremos de partir para um projeto de lei ou coisa parecida. Teremos de garantir o mínimo de investimento ao Nordeste, como temos em outros segmentos, para que possamos fazer com que essa região possa ter uma participação. Qualquer modelo econômico que se estudar, de duas variáveis ou de três variáveis, desprezando o resto, sempre trará o seguinte: as regiões mais ricas atraem

mais investimentos. Esse é um princípio do modelo capitalista. Então, as regiões mais pobres só terão algum investimento marginal se houver algum tipo de incentivo, senão a região mais rica sempre puxa mais. Qualquer modelinho que colocar duas variáveis (x_1 e x_2) já prova isso.

Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL SP)

– Muito obrigado.

O Dr. Sérgio Darcy da Silva precisa se retirar, apesar de ter combinado de ficar aqui até o meio-dia. V. S^a pode se retirar, se quiser falar alguma coisa.

O SR. SÉRGIO DARCY DA SILVA – Infelizmente, eu não vou poder permanecer mais tempo porque hoje é dia de reunião de diretoria do Banco Central e eu tenho alguns votos importantes a debater. Só queria deixar como mensagem, do ponto de vista do Banco Central e do meu ponto de vista. Falou-se aqui que o País está parado. Infelizmente, continuo trabalhando e muito. Não consigo parar de trabalhar dentro do meu limite de competência. Alguns pontos muito importantes foram colocados, e envolvem questões que transcendem a minha atuação, que transcendem a atuação do Banco Central. São questões que se reportam à política habitacional.

Do ponto de vista de atuação do Conselho Monetário Nacional – é um assunto que venho estudando desde 1993 –, penso que concretizamos, e isso foi muito bem entendido e muito bem apoiado pelo Ministro Palocci, a edição da Lei nº 10.971 pelo Congresso. Mas a questão do entendimento do Ministro Palocci com relação, e isso posso falar claramente, porque no dia 3 de setembro, gostaria de registrar aqui, porque não será registrado em lugar nenhum, mas o faço aqui, farei oito anos como diretor do Banco Central. Ininterruptamente, é o diretor que mais tempo permaneceu. Estou esperando pelo menos chegar o dia 3 de setembro, depois estou como diretor, como se fala. Eu já me despedi três vezes do banco, mas eu continuo.

Mas a questão que vejo é que, com todo o nosso trabalho, com todo o trabalho da equipe do Ministro, da Secretaria de Política Econômica, o trabalho do Congresso com a edição da Lei nº 10.971, como tudo que foi mencionado aqui, Senador, isso foi um avanço tremendo em termos de assegurar um ponto muito importante, que é o retorno dos recursos aplicados.

A grande questão em nosso País sempre foi a dificuldade de retorno. Agora, nós temos condições – isso pode ser corroborado pelas pessoas aqui, tanto do lado do setor financeiro, como do setor produtivo – de fazer o retorno do capital e com isso ter uma aplicação maior.

Dentro do trabalho também do Conselho Monetário Nacional, conseguimos nesse direcionamento, e as instituições financeiras estão correspondendo, como o Paulo Simon acabou de falar, em 2004 tivemos três bilhões de aplicações. Em 2005, podemos chegar a 5,9 bilhões e, em 2006, sete a oito bilhões, que é o que esperamos de aplicação.

O direcionamento de recursos o Conselho Monetário Nacional não tem feito. Então, aí a questão de política habitacional. Também tem a questão que talvez a Caixa possa responder, que é a do recurso do FGTS. Isso não compete ao Banco Central.

Sei que o País está atravessando uma fase difícil, muito complexa, mas, dentro do micro, estamos procurando fazer o que podemos.

Senador, na sexta-feira, fui fazer uma palestra em Alagoas, sobre cooperativismo. É muito interessante quando viajamos pelo País, normalmente só vamos ao Rio e a São Paulo, e vemos a participação de muitas cooperativas de produção.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL SP) – Só vai ao Rio e São Paulo?

O SR. SÉRGIO DARCY DA SILVA – Não, isso é decorrência da concentração, da realidade. Mas tenho muitas reuniões em São Paulo por força de que 70% do sistema financeiro, Senador, está em São Paulo.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não tem nenhuma reunião no Pará?

O SR. SÉRGIO DARCY DA SILVA – Já estamos, dentro do Banco Central, nessa linha, abrindo a nossa regional em Belém do Pará.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Esteve fechada agora estão reabrindo.

O SR. SÉRGIO DARCY DA SILVA – Estamos, na parte de microcrédito, em Belém do Pará, Fortaleza e Salvador. Vamos atuar. Temos toda a nossa equipe, Senadores, do Banco Central, e a minha equipe, dando um apoio muito grande, no Brasil inteiro, tentando incentivar, cada vez mais, o cooperativismo, por exemplo, nas regiões Norte e Nordeste.

Com relação à alocação de recursos, entendo, que dentro da idéia do Senador Sérgio Guerra, seria muito importante a participação do Ministério das Cidades neste debate. O Banco Central tem uma atuação mais restrita ao tema, que seria a Resolução nº 3.259.

Isso é que eu queria deixar para todos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Tasso, peço a V. Exª que anote a sugestão de que o Ministério das Cidades participe da Subcomissão, de que acho que V. Exª é o Presidente. Além do setor econômico, também o das Cidades.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Atendendo ao desafio do Senador Sérgio Guerra de levar

essa discussão imediatamente para a Comissão de Desenvolvimento Regional, em que pretendemos fazer um grande debate sobre a questão da habitação, especificamente do ponto de vista das regiões do Brasil, principalmente das regiões mais favorecidas.

E, desde já, quero deixar a todos os senhores aqui convidados o dia que a marcaremos em seguida, mas em seguida mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – A sugestão dele é que V. Exª convide também alguém do Ministério das Cidades.

O SR. SÉRGIO DARCI DA SILVA – É que aqui foram tratados assuntos pertinentes à política habitacional do País, que não é o papel do Banco Central. O papel do Banco Central acho que está sendo bem cumprido desde a extinção do BNH, mas restrito ao que podemos fazer.

Esta é a mensagem que gostaria de deixar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador, o senhor também pediu a palavra pela ordem.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Quem é o Ministro das Cidades?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Não sei quem substituiu...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Senador Tuma, quatro Senadores aqui não sabem quem é o Ministro das Cidades.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – A confusão é grande, depende de quem negociou. Então...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, Srs. Senadores, senhores convidados, para mim é uma satisfação muito grande, quero pedir desculpas a todos os nossos convidados da permanente ausência e retorno aqui ...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – O Presidente está-se retirando...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Se o senhor pudesse me dar cinco minutos, gostaria de ter uma informação dele. Começo por ela e depois continuo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Cinco minutos é o tempo suficiente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Mas a sua generosidade de V. Exª, como diz o Senador Mão Santa, irá prorrogar esses cinco minutos. Em função de termos aqui ao lado, na Comissão de Agricultura, uma outra audiência pública da maior importância para o meu Estado, que é a da produção de biodiesel, de que o Pará tem hoje o potencial de se tornar o mais produtor do Brasil, quiçá, a longo prazo, do mundo, de palma, de diesel, de dendê.

Quero fazer minhas as palavras do Senador Sérgio Guerra e do Senador José Jorge. Acho que a mesma angústia que atinge o Nordeste atinge também e talvez com maior incidência o Norte. Refiro-me à Amazônia.

Para liberar o Dr. Sérgio, no que diz respeito ao quadro que foi demonstrado aqui, pergunto se todos os recursos captados pelo sistema de poupança são efetivamente aplicados na atividade-fim ou se eles são remanejados pelos bancos na sua carteira comercial. Esta é a primeira pergunta: se há um controle do Banco Central em relação a isso.

A segunda pergunta, parece-me – se eu estiver errado, gostaria de ser corrigido –, que no quadro que foi mostrado aqui há um compulsório desses recursos da ordem de 30%. Então acho que aí, Senador Tasso, seria uma ação do Congresso no sentido de que, para uma atividade da maior importância em que temos um déficit habitacional e que é, talvez, o maior sonho de qualquer chefe de família, o de poder dar à sua família um teto, que dá dignidade, e neste caso deveria não ter esse compulsório, que são recursos ficam entesourados, para que pudesse 100% desses recursos de poupança serem aplicados na atividade habitacional. Então, do Dr. Sérgio gostaria de ter essas duas informações.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – A minha pergunta é também para V. Ex^a, e gostaria de fazê-la rapidamente. Primeiro, explicando, sou de Minas Gerais e porque estou aqui discutindo Nordeste, é porque o mineiro sempre foi muito solidário com o Brasil todo. Então, estamos defendendo o Nordeste, além de ter um pedaço mineiro que é nordeste. Mas esse quadro da fonte de recursos da caderneta de poupança, com uma série de oito anos, mostra que em dois anos tivemos uma captação positiva. Em seis dos anos, a captação líquida é negativa.

Queria colocar se não existe um estudo, porque não é possível continuar assim. Teve um época em que caderneta de poupança era um pouco abaixo da remuneração de fundos. Hoje, não. Hoje a diferença é muito grande. Quer dizer, enquanto a poupança remunera 7%, 8%, os fundos estão remunerando 15%. Então a diferença é o dobro. As pessoas desistem de aplicar em poupança. Precisávamos ter uma providência a mais para melhorar o atrativo da caderneta de poupança.

O SR. SÉRGIO DARCY DA SILVA – Com relação à primeira indagação, hoje os recursos captados pela poupança têm, realmente, o direcionamento de 65% – 5% livres e 30% compulsórios do Banco Central. A questão do compulsório do Banco Central é mais uma questão de política monetária. O compulsório inicial-

mente foi de 10%, passou para 15% e, mais recentemente, como é tudo da necessidade de uma atuação mais efetiva da política monetária no País, elevou-se para 30%. Então, essa é a questão que se coloca. E o retorno dos recursos do FCVS virtual, que está fazendo com que haja esses montantes que mencionei aqui, que estão-se elevando.

Então, eu não diria que todos os recursos estejam, por quê? Porque há necessidade, são estudos feitos, de um equilíbrio entre recursos direcionados a taxa definida e recursos que devem ficar à disposição da instituição, de forma que ela faça aplicações e compense esse equilíbrio. São estudos que temos feito ao longo dos anos. E o último equilíbrio a que se chegou foi nesse valor.

Com relação à captação livre, Senador, a negativa, esse é um grande lema da poupança, porque hoje as taxas de juros mais elevadas realmente tornam os fundos de investimento mais atrativos. O fundo de investimento que tinha mais ou menos o mesmo volume de capacitação da poupança no passado hoje está chegando aos seiscentos bilhões e a poupança vimos que está em cento e vinte e oito, não é?

Agora, o grande trabalho que fizemos... Então, temos dois fatores, que, acho, são positivos a partir do momento em que se começa um processo de redução de taxa de juros, na minha opinião. Primeiro, equilibra mais a captação de poupança com relação aos fundos, dá um equilíbrio maior. É interessante como a poupança ainda resiste. É uma coisa interessante. Então, os aplicadores gostam da poupança. Mas, se conseguirmos um equilíbrio nessas taxas, entendo que aumentará essa captação.

Um segundo ponto que acho muito importante, que estamos trabalhando e foi mencionado também pelo Fonseca, trabalhei muito nesse projeto ao longo dos anos, em todos os governos de que participei, foi a questão do sistema financeiro imobiliário.

Então, o que queremos é o seguinte: a poupança hoje é uma fonte importante ainda de alocação de recursos no sistema. Mas entendemos, eu entendo, pelo menos procuro acreditar, por isso trabalho nesse sentido, que os grandes fornecedores de recursos, no futuro, para a construção civil, de forma direta, por meio de aplicação em papéis, serão investidores institucionais no Brasil. São os fundos de pensão, que estão crescendo e vão crescer cada vez mais. Quanto mais se discutir a questão da Previdência no País esses recursos vão aumentar e, com isso, eles terão recursos significativos para comprar esses títulos. Agora, por que ainda não comprem? Porque têm ainda uma receita adequada com títulos do Governo, que estão acima, e esses títulos, as CRI's, ainda não competem

adequadamente. Não é isso, Fonseca? Não sei se você tem esse entendimento.

Portanto, temos que trabalhar em duas fontes: primeiro, fazer com que se consiga dentro do País reduzir a taxa de juros, ao longo do tempo. O superávit primário, por exemplo, é um item muito importante. E depois fazer com que haja uma atuação efetiva dos meios institucionais. Com isso, teremos uma fonte de capacitação de recursos para a previdência privada. É o que temos muito forte nos Estados Unidos. Nos Estados Unidos, 70% do crédito, segundo um *paper* que estou lendo, aliás, é uma funcionária do Banco Central, Ana Carla, ela está fazendo um trabalho sobre o assunto. Ela está examinando três modelos, o modelo americano, o modelo chileno e o modelo argentino. Ela tem defendido a questão do modelo chileno. Estou lendo no avião e ainda não consegui chegar ao final porque vou discutir com ela. E ela coloca alguns itens. E, nos Estados Unidos, 70% do crédito vai para crédito mobiliário, e há uma atuação muito forte da securitização de recebíveis.

Então, esse é o caminho que pensamos que vai crescer aqui no Brasil. Já temos cinco ou seis securitizadoras operando, cada vez mais crescendo.

Portanto, a questão que vejo, no momento, se altera a lei e aumenta a remuneração da poupança, o que acontece? Há um impacto do lado do devedor da casa própria. Então, é um impacto negativo. O ideal é que houvesse um equilíbrio ao contrário. É isso que defendo, mas depende das condições da economia.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Dr. Sérgio, eu gostaria de ter, objetivamente, a resposta em relação aos 65% de aplicação: se o Banco Central fiscaliza isso e se eles estão sendo efetivamente aplicados? Com relação ao compulsório, parece-me que é uma determinação do Banco Central. Haveria como flexibilizar esse compulsório para que haja uma diminuição ou buscando para que não haja problema no equilíbrio fiscal, aumentando o compulsório em outras aplicações, de tal forma que ele libere, efetivamente, o da área imobiliária, da poupança? Pergunto: por exemplo, os fundos de investimentos têm compulsório, têm algum valor que seja retirado por meio de compulsório das aplicações? Não têm?

O SR. SÉRGIO DARCY DA SILVA – Tem época em que os papéis que eles aplicam podem ter.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Então, não seria o caso de se criar lá para liberar o daqui, ou seja, fazer um jogo de valores de tal forma que libere o que é de mais importante e grave neste instante em relação ao outro, que são capitais para investimentos e que podem ser aplicados abertamente.

O SR. SÉRGIO DARCY DA SILVA – Com relação à primeira pergunta, Senador, eu esqueci de responder claramente. O Banco Central faz, sim, a fiscalização. Há um acompanhamento efetivo e esse mapa é público. Ao final de cada mês, nós temos o mapa finalizado do Banco Central, e o Congresso pode facilmente ter acesso a ele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Acho que o que ele queria saber é se todo o dinheiro arrecadado é reinvestido efetivamente.

O SR. SÉRGIO DARCY DA SILVA – Dentro dos 65%, sim. O que acontece é que – como o Fonseca mostrou – temos direcionado o que se chama de FCVS Virtual – foi uma questão lá de 1996. E, agora, estamos retornando a esse FCVS em torno de 500 milhões ao mês. Ao retornar ao FCVS, as instituições que estão superavitárias, pouco a pouco, mês a mês, estão começando a se tornar deficitárias – ainda são superavitárias, mas serão deficitárias em pouco tempo –, e já estão se preparando, por isso estão investindo bastante.

Então, pelos dados que tenho, acredito que, até 2007, todos esses recursos terão retornado para o sistema. Então, hoje, dentro daqueles 65%, tem uma parcela que ainda é o FCVS Virtual, mas ele está sendo declinante. Ainda tem uma aplicação aqui e ela vai chegar a zero.

Neste momento aqui, a própria Caixa Econômica já está-se preparando para 2006. Deixará de ser superavitária.

Com relação à questão colocada, hoje, temos o compulsório – se não me engano, é o compulsório sobre títulos a prazo que são comprados para esse fundo de investimento.

A questão do compulsório – volto a falar – é uma questão de política monetária como um todo. Dentro do Banco Central, esses assuntos são pertinentes à área de atuação do Afonso Bevilacqua e do Rodrigo Azevedo. São eles que levam a propostas e as avaliam para a Diretoria. Eles avaliam para os demais Diretores o momento adequado de reduzirem ou não esse compulsório. Então, é mais uma questão realmente de momento, de se fazer essa operação de transferência de recurso, mas não compete a mim, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Acho que nós podemos autorizá-lo a se retirar, porque já temos...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Só finalizando, Sr. Presidente, e festejando a permanência do Dr. Sérgio, ao longo desses oito anos. Tenho certeza absoluta de que ele é uma das peças importantes que fez a transição e a permanência dessa política responsável da macroeconomia brasileira que sustenta

este Governo como uma das suas únicas âncoras que ainda o mantém ativo.

Parabéns e continue ao longo de mais esse mandato e o próximo que virá, que será nosso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Que Deus o acompanhe nessa luta. Obrigado pela sua atenção e pelo seu comparecimento.

O Senador Flexa Ribeiro ainda tem alguma coisa a dizer?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – V. Exª

demonstra sua generosidade me concedendo a palavra. Serei breve.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Pois não. V. Exª tem a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Que-

ro apenas fazer alguns comentários, porque eu não posso perder a oportunidade de ter aqui o Presidente da Associação Brasileira, da Caixa Econômica, meu Presidente da Cebic, companheiros de Pernambuco e do Ceará, filho de um grande amigo meu, o Fujita. E lamento só...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Hoje o senhor está privilegiado aqui.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Lamento

só não haver aqui ainda um representante do Norte. Gostaria que houvesse, para que ele pudesse...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Para essa reunião do Senador Tasso Jereissati, o senhor tem que trazer.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pois é.

Eu estava conversando com o Presidente Tasso e acho que a sugestão de S. Exª de levar a discussão para a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo é da maior importância, até porque vamos poder aprofundar a discussão e fazer propostas concretas para serem discutidas no Parlamento, pois, lamentavelmente, quem milita nessa área sabe que, desde a extinção do BNH – e até hoje não foram explicados os motivos por que foi extinto –, o sistema habitacional brasileiro, que, bem ou mal, vinha trazendo resultados à população, entrou em total descalabro. Daí para a frente, nada pôde ser feito, e o que se está fazendo hoje é com alto financiamento das próprias construtoras, que se adaptaram ao regime, mas não têm volume necessário para atender à demanda.

Creio que temos de criar um sistema que seja discutido nas Comissões – como o Senador Tasso aqui propôs, na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, mesmo porque, Senador Romeu Tuma – é importante que se diga isso, porque o Brasil nos assiste –, V. Exª é representante do Estado de São Paulo e defensor permanente das causas das regiões menos desenvolvidas; V. Exª é parceiro das posições nossas,

no sentido de se cumprir a Constituição, que manda que as desigualdades regionais sejam diminuídas ou extintas.

O que vemos é que tem acontecido exatamente o contrário ao longo de décadas: cada vez mais, esse abismo entre as regiões aumenta.

Temos um quadro aqui, como fonte da Cebic, que é, diria, estarrecedor, porque mostra que sem concentram no Sul e Sudeste 93% dos recursos do SBPE, deixando-se para as três outras regiões, que representam quase 80% do território brasileiro – porque só a Amazônia são 60% –, apenas 7% ou 8% desses recursos.

Precisa-se encontrar um meio de corrigir isso. O que acontece, Senador Tuma, na realidade – e não só nos bancos privados, mas também nos públicos –, é que há uma carreação da poupança das regiões pobres para as regiões ricas. Quer dizer, é uma ação Robin Hood ao contrário. O que deveria acontecer é se pegarem recursos onde são mais fartos e trazer para onde são mais escassos, para que se pudesse dar a essas regiões condição de aumentar a velocidade de desenvolvimento em relação às outras. Vemos que a ação do Governo é exatamente ao contrário, ou seja, não há vontade política para que esses abismos sejam diminuídos; tudo é discurso. Na prática, ele não funciona. Se pegarmos as contratações do FGTS por região, vamos ver a mesma coisa. Onde já existe rede de saneamento – embora não como gostaríamos que fosse, com 100% de atendimento –, que dá dignidade relativa às populações, concentram-se os maiores investimentos, e, nas regiões onde existe Município que não sabe o que é água tratada e rede de esgoto, a aplicação do FGTS é praticamente nula.

Nas duas regiões, concentram-se 70% dos recursos do FGTS. Quer dizer, Senador Tuma, a CAE, o Congresso, nós que representamos a Nação, os Estados, temos de ter uma proposta para corrigir essas distorções. E essa proposta tem de partir, amigo Paulo, do setor privado, para que possamos discuti-la no Congresso e propor ao Executivo as mudanças.

Lamentavelmente, isso não acontece só na habitação. Foi dito aqui pelo Senador Sérgio Guerra e pelo Senador Tasso que, também no BNDES, esse “N” de nacional não funciona, não existe. Ele é um banco que só funciona para as Regiões Sul e Sudeste. Se tirarmos as aplicações na Amazônia e especialmente no Pará, as que o BNDES faz na Vale do Rio Doce, o restante é zero, alguns quilômetros de zero e um, lá atrás, porque não existe. Existe na Vale do Rio Doce, que é a maior empresa privada nacional. Então, aí pode-se ter alguma coisa de estatística, que também não é muito, em relação ao volume. E, lamentavelmente, fo-

mos ver na questão dos investimentos em pesquisas, também reflete a mesma coisa. Onde deveria ter um carreamento de pesquisas para haver um desenvolvimento com tecnologia, lamentavelmente não existe. É uma gama de assuntos que temos aqui, não quero desviar de atenção da questão habitacional, quero me associar ao Senador Tasso Jereissati, e dizer que estou solidário e vamos, na Comissão de Desenvolvimento Regional, com a ajuda da Cbic, com a ajuda dos Sindicatos, da Associação e dos órgãos públicos como a Caixa e o Banco Central encontrar um projeto, um caminho que possa atender. E não falamos aqui na deficiência da necessidade para atendimento na renda de 1 a 3 salários mínimos. Esse aí então é de uma gravidade tal, que provoca as ocupações irregulares, desordenadas, que existem, favelizando todas as cidades. Porque quem não tem teto, vai tomar o teto de alguém. Se nós não correremos para atender essas classes menos favorecidas, a situação vai piorar e cada vez. Aí sim, Senador Tuma, é preciso haver subsídios governamentais. Na renda de 1 a 3 salários não tem como a família cumprir com as suas obrigações. E pior, pasmem, nessa faixa de menor renda, o pobre é apenas 2 vezes, porque ele paga o valor da infra-estrutura, a prestação, a energia, a água, a pavimentação, e paga novamente no IPTU, nas taxas cobradas pela Prefeitura ou na taxa de energia, que está embutido o valor do investimento, que é transferido gratuitamente para a concessionária. É um absurdo. Deveria ter sido deslocado, financia o Estado, financia a concessionária, financia a Prefeitura para fazer a infra-estrutura, e o mutuário assume a responsabilidade só da unidade habitacional. Nos de renda mais elevada, onde a infra-estrutura está pronta, quando se faz um edifício, nada disso é computado na prestação, porque já existe, já tem a rede, já tem o asfalto.

Eram essas as palavras, e quero abrir aqui a oportunidade de discutir em profundidade e encontrar uma solução antes que essa crise, que é grave, se torne impossível de controlar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Flexa de Lima, o Dr. Paulo disse que o senhor deveria estar deste lado da Mesa.

Realmente, só mais um minuto, Dr. Paulo, sente-se, não sou um expert em matéria de habitação, a não ser que vejo a angústia e o sofrimento dos moradores de rua, nos cortiços, nas favelas. Também a história dos filhos de imigrantes conhecem a história que seus pais contavam, eles deixavam de se alimentar para conseguir um teto para a família. É uma reivindicação quase conscientizada na sociedade brasileira, vinda dos imigrantes, de ter uma casa para morar. É um desejo permanente de qualquer cidadão, de qualquer

faixa econômica. Alguns Governadores têm procurado dentro de um aspecto de improvisação, de busca de recursos, criar meios para isso. Em São Paulo, o Governador Geraldo Alckmin tem uma experiência desde o Governo Quéricia, quando conseguiu fixar uma percentagem do ICMS diretamente vinculada à construção civil. Isto tem dado vários projetos para construção. O Governador, aprovamos aqui há uns 4, 5 meses linha de empréstimo externo para recuperação dos cortiços. Em São Paulo, o número de cortiços é enorme. E viver nos cortiços sem luz, sem água é terrível. Então, o Governador conseguiu um empréstimo internacional, que a Comissão aqui aprovou, e hoje já está investindo numa área do Estado.

O Prefeito do Rio de Janeiro, César Maia, fez a cidade-bairro dentro das favelas para ter uma estrutura de residência muito clara àqueles projetos. Acho que tudo isso teria que ser somado em alguma coisa que tivesse consistência, porque é muito claro que Senador José Jorge falou, auto-regulamentar-se, mas é um setor econômico importante. Quer dizer, ninguém vai investir onde não há retorno; aí o Estado tem de entrar. Não é assim, Ministro? Se o Estado não entrar, como se vai investir numa área que não oferece retorno econômico? Ninguém faz filantropia com o objetivo econômico, de obter renda; ninguém faz. Sabemos que várias empresas investem muito no social hoje, mas estão voltadas para uma parcela do seu lucro.

O que nos estão expondo é angustiante, sofrido, mas é uma realidade que tem de ser enfrentada com rapidez. Nunca acreditei nessa quantidade que falam, senão estaria resolvido o problema. Se há sete milhões de déficit, como há sete milhões sobrando? Alguém não gosta de morar debaixo de teto.

Concedo a palavra ao Dr. Paulo e, em seguida, aos senhores convidados por cinco minutos.

O SR. PAULO SAFADY SIMÃO – Só um minuto, Senador, para aproveitar que o Senador Flexa Ribeiro ainda está aqui.

V. Exª tocou no ponto fundamental do subsídio da família de um a três. Depois de 15 anos, conseguimos aprovar a nova Lei de Habitação e estamos discutindo agora a formação do FNHIS, Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, que passa, obrigatoriamente, por subsídios – temos de estar muito atentos a isso – e que depende muito do Orçamento Geral da União.

No orçamento da área federal, temos tido trezentos a trezentos e cinquenta milhões. É até esse o número que estão falando agora. Isso é ridículo em relação à necessidade do País. Se quisermos realmente atacar de frente esse problema, é um trabalho que tem de ser discutido nesta Comissão, como o Senador Tasso Jereissati está levantando, porque é fundamental

para garantir, no futuro, os investimentos necessários para essa faixa de um a três.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Só um aparte.

Não acredito em nenhum recurso que venha via OGU, porque eles não têm segurança na sua transferência. Há o contingenciamento e, além dele, a não-liberação. Chega-se ao final do ano, como estamos hoje, em setembro: há rubricas que liberaram 0,4%. Devemos lutar por um fundo constitucional para a habitação de baixa renda. Aí, sim, haverá recursos garantidos e em volume suficiente para atender essa demanda.

O SR. PAULO SAFADY SIMÃO – Temos de avançar nessa linha.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Pergunto aos senhores convidados se desejam falar, porque, senão, com o avançar da hora, darei por encerrada a reunião, que foi muito importante.

O SR. CARLOS ROBERTO CARVALHO FUJITA – Encerrando, destaco novamente o novo ambiente empresarial que estamos vivendo, Senador. Foi colocado aqui o desenvolvimento regional. Pretendemos que esses recursos sejam mais equitativamente distribuídos. Reconhecemos o enorme esforço que está sendo feito pelos agentes públicos e também privados, pela Abecip. Fonseca tem conduzido, de forma muito competente, as negociações com o setor, Bradesco, Itaú, os grandes bancos. A concorrência tem-se dado entre os agentes tanto financeiros, como nas empresas. O Nordeste e o Norte estão nessa constante reivindicação por mais recursos para melhoria da sua população.

Destaco a presença do Presidente do Sinduscon do Rio Grande do Norte, Sílvio Bezerra, que tem demonstrado grande dedicação às causas do Nordeste e agora, incorporado ao grupo da Cebic e Abecip, poderá dar uma contribuição na divulgação da nossa realidade regional.

Agradeço a oportunidade dada a nós, convidados. Espero que realmente possamos, num futuro mais próximo possível, comemorar a diminuição das diferenças existentes e concretizar o sonho da moradia digna, o que cada cidadão deseja.

Obrigado.

A SRª MARIA ELIZABETH CACHO DO NASCIMENTO – Também gostaria de agradecer a presença de todos. Endosso as palavras de Fujita. O caminho é esse. Nossa intenção foi essa. Reconhecemos a parceria que o Paulo tem conseguido. Não tenham dúvida de que, se não fosse esse problema da CPI, esta sala hoje estaria completamente cheia. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – A senhora gostaria...

A SRª VERA LÚCIA MARTINS VIANA – Também.

Resta à nossa Caixa agradecer a oportunidade e a participação, que acho muito interessante. De pronto, coloco a Caixa totalmente à disposição para participar nessa Comissão Regional. Foram colocados aqui desafios importantes, que precisam ser discutidos e vencidos. Muito bem falou o Senador que enfrentamos um dilema: enquanto aplicador de recurso retornável, colocá-lo onde temos a segurança do retorno. E muito se tem que avançar, sem dúvida alguma, com relação a esse recurso, porque temos uma característica no Nordeste, como o Fujita bem mencionou, que é a de déficit, de carência, mas também de potencial a ser explorado.

Nos recursos subsidiados, podemos, com muito orgulho, dizer que vimos aplicando de forma diferenciada no Nordeste. Se ordenarmos os recursos por ordem de concentração de subsídios, verificaremos que quanto mais subsídio alocado, mais ele se direciona para o Nordeste, em função da carência. E não estamos conseguindo; não estamos tendo o mesmo sucesso no FGTS, porque são recursos que precisamos retornar com regularidade, com frequência. O que alimenta o sistema e garante uma disponibilidade de recursos tão expressiva no FGTS é a segurança do retorno.

Agora, também com relação a isso, gostaria de acrescentar que, a partir de maio deste ano, o FGTS está disponibilizando um volume de subsídios nunca dantes colocado à disposição no sistema. Um bilhão e 200 mil reais foram colocados a partir de maio, e já começamos a perceber esse retorno. O Nordeste começa a ter uma participação maior também nos recursos do FGTS a partir da disponibilização de um subsídio mais expressivo. Então, acho que, no final do ano, também vamos estar comemorando o aumento da participação dos recursos do FGTS, como temos no PSH e no PAR, atendendo esse direcionamento, esse clamor justo e essa necessidade, sem dúvida nenhuma, imperiosa. E, nos recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), tal como todo o esforço dos bancos privados, vamos buscar uma condição que coloque também a população do FGTS em condições de acessar esse recurso de uma forma expressiva, como os recursos subsidiados. Muito obrigada pela participação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Agradeço aos Srs. expositores a amabilidade da presença em resposta ao convite feito pela Comissão, que fica muito feliz.

Ministro e senhores que aqui representam o setor, também os nossos agradecimentos. A reunião foi objetivamente importante, por não termos saído do tema em críticas, às vezes vazias, ao Governo, e sim

procurado buscar um caminho de solução, com o apoio, claro, dos dois representantes governamentais, que foram sinceros em suas exposições, e também dos representantes das áreas econômicas. Agora é essa somatória, ninguém virar as costas para o outro. Assim, atenderemos, sem dúvida nenhuma, a esperança social do brasileiro, que é possuir sua casa.

Ministro, meu abraço, meu agradecimento. Aos senhores e às jovens senhoras que aqui vieram o nosso agradecimento e o nosso carinho. Muito obrigado.

Encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 51 minutos.)

Ata da Vigésima Quarta Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em trinta de agosto, de 2005, às 9:30 horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia trinta de agosto do ano de dois mil e cinco, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Luiz Otávio, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores César Borges, Edison Lobão, Gilberto Goellner, Jorge Bornhausen, Rodolpho Tourinho, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, José Agripino, Heráclito Fortes, Flexa Ribeiro, Ramez Tebet, Sérgio Cabral, Gilberto Mes-trinho, Valdir Raupp, Ney Suassuna, Aloizio Mercadante, Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, João Capiberibe, Patrícia Saboya Gomes, Ideli Salvatti, Aelton Freitas, Sibá Machado e Jefferson Peres. Deixam de comparecer a Senadora Lúcia Vânia e os Senadores Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, Garibaldi Alves Filho, Mão Santa, José Maranhão, Ana Júlia Carepa, Fernando Bezerra e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Antes de dar início aos trabalhos, o Presidente comunica que, em razão da quantidade de proposições que se encontram na Comissão, foi feita uma divisão desses projetos em anexos, do I ao VI, de acordo com o *status*, perfazendo um total de 112 projetos prontos para pauta. Usam da palavra o Senador Jefferson Peres, que sugere a separação dos projetos não polêmicos num mesmo bloco, a fim de agilizar os trabalhos da Comissão, e os Senadores Rodolpho Tourinho, Ney Suassuna e Jorge Bornhausen, que apoiam a sugestão do Senador Jefferson Peres. O Presidente acata a sugestão e, juntamente com ele, indica o nome dos Senadores Edison Lobão e Romero Jucá, sob a coordenação do Senador Romeu Tuma, para analisarem

os projetos que possam formar um mesmo bloco, uma vez que estes Senadores não integram nenhuma CPI em funcionamento na Casa. Em seguida, o Presidente comunica que em razão da decisão tomada e do funcionamento simultâneo de outras reuniões na Casa, os itens constantes da pauta ficam adiados para uma reunião oportuna, quais sejam; Item 01-Turno Suplementar de Discussão da Emenda nº 01-CAE, Substitutivo, oferecida ao Projeto de Lei do Senado nº 517, de 2003, terminativo, que “dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências”, de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, e como Relator Ad Hoc das Emendas o Senador Osmar Dias, que oferece Parecer favorável às Emendas nºs 01 e 02, e às Emendas nºs 4 e 5, na forma das Subemendas nºs 01 e 02 apresentadas, e pela rejeição das Emendas nºs 03, 06 e 07. Em 21/06/05 foi aprovado Substitutivo Integral; de acordo com o art. 282, do Regimento Interno do Senado Federal, a Matéria será submetida a Turno Suplementar de Discussão. Em 23/06/05 foram apresentadas as Emendas nºs 01 e 02, de autoria do Senador Leonel Pavan. Em 09/08/05 foram apresentadas as Emendas nºs 03, 04, 05, 06 e 07, de autoria do Senador Aloizio Mercadante. A apreciação da matéria é adiada; Item 02-Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2004, não terminativo, que “concede incentivos às médias, pequenas e microempresas para a criação de novos empregos”, de autoria do Senador Marcos Guerra, tendo como Relator o Senador Fernando Bezerra, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2000, Complementar, não terminativo, que “cria instrumento de redistribuição do Fundo de Participação dos Estados para antes da federação que cumpram todos os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal e dá outras providências”, de autoria do Senador Osmar Dias, tendo como Relator o Senador César Borges, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 22, de 2001, não terminativo, que “dá nova redação ao § 5º do artigo 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que ‘dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências’”, de autoria do Senador Jonas Pinheiro, que se encontra tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2001, não terminativo, que “altera a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, de

forma a conceder melhores condições no financiamento ao fortalecimento e recuperação da pecuária extensiva na região do Pantanal Mato-grossense”, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece Parecer pela rejeição dos PLS nºs 22 e 23, de 2001. A Matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, cabendo à última a decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 05-Aviso nº 40, de 2001, não terminativo, que “encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão de Plenário nº 45, de 2001, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada nas obras de restauração de trechos das Rodovias Estaduais MT-170, 175, 246, 270 e 343, situadas no Estado de Mato Grosso (TC-011.185/2000-1)”, de autoria do Presidente do Tribunal de Contas da União, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece Parecer pela comunicação ao Governo do Estado no intuito de que se abstenha, doravante, da emissão de certidões de crédito ou de instrumentos congêneres de crédito, exceto nos casos em que a operação de crédito se opere sob o controle do Senado Federal; e que, também, seja solicitado ao Governo do Estado de Mato Grosso a adaptação do Decreto nº 4.296, de 1994, aos termos da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. A apreciação da matéria é adiada; Item 06-Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2001, não terminativo, que “modifica a Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993 (Cria mecanismos de fomento à atividade audiovisual), elevando a alíquota do imposto retido na fonte relativo a remessas ao exterior de rendimentos da exploração de obras audiovisuais estrangeiras”, de autoria do Deputado Wilson Santos, tendo como Relator o Senador Jefferson Peres, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação. A apreciação da matéria é adiada; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 256, de 2004, não terminativo, que “dá nova redação aos parágrafos 2º, 3º e 5º do art. 50, da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, e inclui o § 6º, a este mesmo artigo, para adequar esta Lei ao Plano de Equivalência Salarial por Comprometimento de Renda da Lei nº 8.692, de 1993”, de autoria do Senador Leonel Pavan, tendo como Relator o Senador Sibá Machado, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 172, de 2004, não terminativo, que “institui formas de pagamento de financiamento para estudantes do ensino superior”, de autoria do Senador Marcos Guer-

ra, tendo como Relator o Senador Gilberto Mestrinho, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 09-Ofício “S” nº 23, de 2004, não terminativo, que “comunica ao Senado Federal irregularidade na contratação de operações de crédito entre os Estados de Alagoas e do Paraná”, de autoria do Ministro de Estado da Fazenda, tendo como Relator o Senador Osmar Dias, que oferece Parecer pela comunicação, mediante expediente, do Presidente do Senado Federal, aos Governadores dos Estados de Alagoas e do Paraná, aos Chefes dos Poderes Legislativos e aos Tribunais de Contas dos respectivos Estados, da aplicação de sanção prevista no parágrafo único do art. 27 da Resolução nº 43/2001; e pelo envio, ainda, de cópia da Matéria em questão e do Parecer desta Comissão comunicando a decisão ao Ministério Público dos Estados de Alagoas e do Paraná, para as providências cabíveis ao caso, e posterior arquivamento da Matéria. A apreciação da matéria é adiada; Item 10-Projeto de Resolução do Senado nº 32, de 2005, Complementar, não terminativo, que “altera os arts. 134 e 135 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para estabelecer que os atos e omissões neles referidos sejam reconhecidos por prévio pronunciamento judicial no caso concreto”, de autoria do Senador Gilberto Miranda, tendo como Relator o Senador Papaléo Paes, que oferece Parecer pela rejeição da Matéria. A apreciação da matéria é adiada; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 218, de 2005, não terminativo, que “revoga o art. 57 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005 – “Lei de Falências” (Dispõe sobre a apresentação de certidões negativas de débitos tributários)”, de autoria do Senador Pedro Simon, tendo como Relator o Senador Ramez Tebet, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 12-Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2003, não terminativo, que “altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para proibir a atribuição de destaque às declarações de qualidades e de características nutritivas, tanto nas embalagens quanto na publicidade de alimentos”, de autoria do Senador Tião Viana, tendo como Relator o Senador Sérgio Cabral, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A Matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 13-Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2005, não terminativo, que “modifica o art. 12 da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, autorizando o parcelamento do Imposto Territorial Rural – ITR em até 12 (doze) meses”, de autoria do Deputado Nelson Marquezelli, tendo como Re-

latora a Senadora Ana Júlia Carepa, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 14-Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2004, Complementar, não terminativo, que “dispõe sobre a certificação e a utilização de créditos oriundos de precatórios judiciais”, de autoria do Senador Almeida Lima, tendo como Relator o Senador Edison Lobão, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 15-Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2004, não terminativo, que “altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações para determinar que pelo menos trinta por cento dos recursos a ele destinados sejam aplicados em educação”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. A matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Educação e pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, cabendo à última a decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 16-Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2005, Complementar, não terminativo, que “altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, para vedar o contingenciamento das despesas que especifica”, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como Relator o Senador Osmar Dias, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 17-Projeto de Lei do Senado nº 60, de 2004, não terminativo, que “institui o Programa de Incentivo à Conclusão da Educação Básica – ‘Poupança Escola’ e dá outras providências”, de autoria do Senador Cristovam Buarque, tendo como Relatora a Senadora Ana Júlia Carepa, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Educação com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 18-Projeto de Lei do Senado nº 358, de 2004, Complementar, não terminativo, que “altera a Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, que autoriza antecipação do pagamento do complemento de atualização monetária em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e dá outras providências”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 19-Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, não terminativo, que “altera os arts. 6º e 7º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que “dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e

condições de emissão do Real e os critérios para conversão das obrigações para o Real, e dá outras providências”, de autoria da CPI do Sistema Financeiro (SF), que se encontra tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, não terminativo, que “altera a redação do § 1º do artigo 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para definir que o Presidente do Banco Central comparecerá, pessoalmente, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, para fazer relato sobre a execução da programação monetária que se finda e a exposição e entrega da Programação Monetária Trimestral”, de autoria do Senador Paulo Hartung, tendo como Relator o Senador Aloizio Mercadante, que oferece Parecer pela aprovação do PLS nº 26, de 2000, na forma da Emenda nº 01-CCJ (Substitutivo), e pela rejeição do PLS nº 685, de 1999. A matéria já foi apreciada pela CCJ. A apreciação da matéria é adiada; Item 20-Projeto de Lei do Senado nº 348, de 2003, não terminativo, que “institui incentivo fiscal para doações ao Fundo Nacional de Meio Ambiente”, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece Parecer pela aprovação da Matéria, com a Emenda nº 01 que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais. A Matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 21-Projeto de Lei do Senado nº 49, de 2005, Complementar, não terminativo, que “altera a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para dar novo tratamento jurídico ao sigilo das operações de instituições financeiras, com o fim de tornar mais eficiente a persecução penal do Estado”, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, tendo como Relator o Senador Flexa Ribeiro, que oferece Parecer pela aprovação da Matéria com as Emendas nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A apreciação da matéria é adiada; Item 22-Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004, não terminativo, que “altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências”, de autoria do Deputado Luciano Zica, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 23-Emenda nº 01-PLN, oferecida ao Projeto de Resolução do Senado nº 10, de 2001, não terminativo, que “acrescenta os §§ 1º e 2º ao art. 99 da Resolução do Sena-

do Federal nº 93, de 1970, para estabelecer que o Presidente do Banco Central, ou um diretor por ele indicado, comparecerá à Comissão de Assuntos Econômicos para expor as decisões adotadas pelo Comitê de Política Monetária”, de autoria do Senador Paulo Hartung, tendo como Relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece Parecer pela aprovação da Emenda nº 01-PLen oferecida ao Substitutivo apresentado ao Projeto de Resolução nº 10, de 2001. A apreciação da matéria é adiada; Item 24-Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2001, não terminativo, que “cria a Área de Livre Comércio de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, e dá outras providências”, de autoria do Senador Osmar Dias, tendo como Relator o Senador Sérgio Cabral, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. A Matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, cabendo decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 25-Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2001, não terminativo, que “acrescenta § 7º ao art. 3º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências”, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece Parecer pela aprovação da Matéria, com a Emenda nº 01 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 26-Projeto de Lei do Senado nº 178, de 2005, não terminativo, que “acrescenta parágrafos aos artigos 17 e 29 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. (Com o objetivo de estimular a contratação de trabalhadores com idade superior a 40 anos e de aprimorar a divulgação de informações acerca dos valores recolhidos ao FGTS e respectivas contas vinculadas)”, de autoria do Senador Marcelo Crivela, tendo como Relator o Senador Edison Lobão, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 27-Projeto de Lei do Senado nº 205, de 2004, não terminativo, que “regulamenta o § 13 do art. 195 da Constituição Federal, e dá outras providências. (Dispõe sobre o Conselho Nacional de Previdência Social CNPS.)”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Eduardo Azeredo, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 28-Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2001, terminativo, que “autoriza o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES a conceder empréstimos com taxas de juros subsidiadas destinados à aquisição de geradores de energia”, de autoria do Senador Osmar Dias, tendo

como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 29-Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2003, terminativo, que “altera o § 6º do artigo 2º da Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003 (Isenção de IPI na compra de veículos especiais para pessoas portadoras de deficiência visual, mental severa ou profunda e também os autistas)”, de autoria do Senador Arthur Virgílio, tendo como Relatora a Senadora Ana Júlia Carepa, que oferece Parecer pelo arquivamento do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 30-Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2003, terminativo, que “acrescenta o § 6º ao artigo 9º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, estendendo a opção pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples) às pessoas jurídicas que especifica”, de autoria do Senador Almeida Lima, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece Parecer pela rejeição e arquivamento do Projeto. Em 29/06/04, a discussão da Matéria foi encerrada, ficando adiada a votação. A apreciação da matéria é adiada; Item 31-Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2002, terminativo, que “dispõe sobre a dedução do imposto de renda devido por empregadores pessoas jurídicas de encargos previdenciários, pagos durante o período que especifica, no caso de contratações adicionais de empregados e dá outras providências”, de autoria do Senador Edison Lobão, tendo como Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 26/11/02, foi encaminhado o Requerimento nº 24/2002-CAE ao Secretário da Receita Federal solicitando informações para instruir a Matéria, sendo o Requerimento atendido em 17/03/03. A apreciação da matéria é adiada; Item 32-Projeto de Lei do Senado nº 97, de 2002, terminativo, que “dispõe sobre a dedução do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas, das doações ao Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior – FIES”, de autoria do Senador Ricardo Santos, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 33-Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2001, terminativo, que “altera a Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, para excluir o setor elétrico do processo de privatização”, de autoria do Senador Roberto Freire e outros Senadores, tendo como Relator o Senador Rodolpho Tourinho, que oferece Parecer pelo arquivamento da Matéria. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. A apreciação da matéria é adiada; Item 34-Projeto de Lei do Senado nº 120, de 2002, terminativo,

que “altera a redação do artigo 2º do Decreto-Lei nº 356, de 15 de agosto de 1968, que ‘estende benefícios do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, a áreas da Amazônia Ocidental, e dá outras providências’”, de autoria do Senador Moreira Mendes, tendo como Relator o Senador Aelton Freitas, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 35-Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2002, terminativo, que “dispõe sobre o seguro educacional”, de autoria do Senador Carlos Bezerra, tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 36-Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2003, terminativo, que “concede isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados a aparelhos próprios para radioamadorismo, quando importados ou adquiridos por radioamador habilitado e participante da Rede Nacional de Emergência de Radioamadores (RENER), Integrante do Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC)”, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, tendo como Relatora a Senadora Ana Júlia Carepa, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 37-Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2003, terminativo, que “altera a redação dos artigos 6º e 49 da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, e dá outras providências (Dispõe sobre a Política Energética Nacional)”, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação. A apreciação da matéria é adiada; Item 38-Projeto de Lei do Senado nº 83, de 2003, terminativo, que “modifica a redação do inciso XIV do artigo 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, alterada pelo artigo 47 da Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, e pelo artigo 30 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre a isenção do imposto de renda das pessoas físicas acometidas pelas moléstias que especifica”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Sérgio Guerra, que oferece Parecer pela prejudicialidade do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 39-Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2003, terminativo, que “altera os artigos 1º e 2º da Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002, que altera a legislação tributária federal e dá outras providências e estabelece a atualização anual das tabelas do imposto de renda das pessoas físicas”, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que se encontra tramitando

em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2003, terminativo, que “dispõe sobre a atualização dos valores referidos na legislação do imposto sobre renda e sobre a tributação de lucros e dividendos distribuídos”, de autoria do Senador Jefferson Peres, tendo como Relator o Senador João Capiberibe, que oferece Parecer favorável ao Requerimento nº 803/04 e pelo sobrestamento do PLS nº 361/03 até que seja submetido à apreciação do Senado o Projeto de Lei nº 3.265, de 2004, em tramitação na Câmara dos Deputados. A apreciação da matéria é adiada. Item 40-Projeto de Lei do Senado nº 448, de 1999, terminativo, que “altera o parágrafo único do art. 7º da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que ‘dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências’”, de autoria do Senador Luiz Pontes, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece Parecer pela prejudicialidade do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação. A apreciação da matéria é adiada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e quatro minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Luiz Otávio**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Declaro aberta a 24ª reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos, da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, em 30 de agosto de 2005, às 10h26min, na sala de reuniões nº 19, na ala Alexandre Costa.

Recebi uma quantidade enorme de projetos, que anexamos à pauta. Temos, no anexo 2, três projetos de matérias não terminativas, com parecer pela rejeição e arquivamento. Temos o anexo 3, com cinco projetos de matérias não terminativas, com parecer pela aprovação. O anexo 4 tem três projetos de matérias com parecer por audiências em outras Comissões e por apresentação de requerimentos de informações. No anexo 5, temos 20 projetos de matérias terminativas, com parecer pela rejeição e arquivamento. No anexo 6, temos 41 projetos de matérias terminativas, com parecer pela aprovação, perfazendo um total de 72 projetos na pauta, além da pauta atual com 40 projetos, que dão um total de 112 projetos para serem votados pela nossa Comissão.

Temos tido dificuldade, principalmente hoje, com relação à questão de quórum, mas tenho certeza de

que, até o final do ano, vamos enfrentar essa dificuldade causada pelas reuniões tanto da CPI como das CPMIs, que, a cada dia, apresentam depoimentos e audiências públicas com um apelo popular muito grande. As matérias que precisamos votar precisam ter quórum, principalmente as matérias de votação nominal e as matérias que já podemos até encaminhar ao arquivo. São 20 projetos de matérias terminativas que têm parecer pela rejeição e pelo arquivamento. Poderemos até, numa reunião de trabalho, pedir o arquivamento em bloco.

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres, do PDT do Amazonas.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, há um acúmulo muito grande de projetos, e estamos num período anormal do Congresso, com duas CPMIs e uma CPI no Senado, o que dificulta a obtenção de quórum. Sugeriria a V. Ex^a, Sr. Presidente, que, a exemplo do que foi feito na Comissão de Constituição e Justiça, se fizesse não uma comissão, porque está difícil, na atual conjuntura, se fazer uma minicomissão funcionar, mesmo se for composta por três Senadores. Sugeriria que V. Ex^a, talvez junto com o Vice-Presidente ou com outro Senador, escolhido até informalmente, fizesse uma triagem para verificar quais projetos seriam, porventura, não polêmicos, para que esses fossem votados e aprovados, mesmo com quórum pequeno, sem grande discussão, porque há uma quantidade muito grande de projetos com pareceres pela rejeição ou pela aprovação. Não são projetos de grande relevância, não suscitam grande discordância, e creio que poderiam ser aprovados, mesmo com quórum pequeno. Em se tratando de um projeto de maior repercussão, é claro que pode ser legal, mas é ilegítimo aprová-lo com um número tão pequeno de membros da Comissão.

É a sugestão que lhe deixo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Existe uma série de projetos não terminativos que poderíamos analisar aqui, além dessa sugestão do Senador Jefferson Péres. Mas, com relação aos não-terminativos, tenho a impressão de que podemos avançar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Nesse anexo 5 há 20 projetos com parecer pela rejeição e pelo arquivamento. Poderemos reduzir bastante o número de projetos em pauta.

Vou, então, aquiescer à sugestão do Senador Jefferson Péres, convidando o nosso Vice-Presidente, Senador Romeu Tuma. Os senhores poderiam indicar

um outro Senador para fazermos essa análise, essa avaliação. V. Ex^a não quer sugerir um?

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Deve ser um Senador que não integre nenhuma das CPIs, de preferência.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – É difícil.

Senador Tourinho?

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Eu integro.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Senador Bornhausen? Não está fácil encontrar um.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – O Senador Mestrinho já está às voltas com o Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – O Senador Mestrinho já está no Orçamento. O Senador Ney já está em todas as Comissões. Não, em duas. São três.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Pode ser até um suplente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Convocar um suplente.

Temos aqui, de suplentes, os Senadores José Agripino, Antonio Carlos Magalhães, Heráclito Fortes, Demóstenes Torres, José Jorge, Arthur Virgílio, Alvaro Dias, Leonel Pavan, Flexa Ribeiro, Teotônio Vilela Filho e a Senadora Roseana Sarney. Do PMDB, temos os Senadores Ney Suassuna, Wellington Salgado, Pedro Simon, Romero Jucá, Gerson Camata, Almeida Lima e João Batista Motta.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Os Senadores Romero Jucá e Almeida Lima não estão em nenhuma CPI.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – O Senador Almeida Lima pode ser.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Sr. Presidente, sugeriria o Senador Edison Lobão, que também não está em nenhuma Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Combinado. Vamos, então, convocar o Senador Edison Lobão ou os Senadores Romero Jucá e Almeida Lima. Vamos formalizar isso.

Já são 10h30. Às 11h30 iniciam-se os trabalhos das CPIs. Podemos aguardar mais um pouco, mas também sei que V. Ex^{as} têm outras Comissões e outros compromissos.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 10h34min.)

Ata da Vigésima Quinta Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Vigésima Oitava Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e Vigésima Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Extraordinárias, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizadas, em conjunto, em treze de setembro de 2005, terça-feira, às 09:30 horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às nove horas e cinquenta e dois minutos do dia treze de setembro do ano de dois mil e cinco, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Luiz Otávio e, em seguida, do Senador Leomar Quintanilha, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, reúnem-se, em conjunto, a Comissão de Assuntos Econômicos, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores Edison Lobão, Gilberto Goellner, Rodolpho Tourinho, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia, Tasso Jereissati, Heráclito Fortes, Demóstenes Torres, Flexa Ribeiro, Teotônio Vilela Filho, Ramez Tebet, Sérgio Cabral, Gilberto Mestrinho, Valdir Raupp, Ney Suassuna, Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Ideli Salvatti, Antônio Carlos Valadares, Sibá Machado, Serys Slhessarenko, Osmar Dias, Jefferson Peres, Paulo Paim e Augusto Botelho. Deixam de comparecer os Senadores César Borges, Jorge Bornhausen, Sérgio Guerra, Garibaldi Alves Filho, Mão Santa, José Maranhão, Fernando Bezerra, João Capiberibe e Patrícia Saboya Gomes. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública com a participação dos Senhores José Carlos de Carvalho, Secretário do Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais/MG, João Paulo Ribeiro Capobianco, Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, Ubiratam Cazetta, Procurador da República em Belém/PA, Antônio Herman Benjamin, Procurador de Justiça do Ministério Público de São Paulo/SP, Marcus Barros, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-Ibama, Jonas Moraes Correa, Presidente da Associação de Servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-Ibama/DF, Justiniano de Queiroz Netto, Diretor da Federação das Indústrias do Estado do Pará – Fiepa e Vice-Presidente da União das Entidades Florestais do

Pará – Uniflor, José Natalino da Silva, Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-Embrapa, Aziz Ab'Saber, Professor da Universidade de São Paulo-USP/SP, André Lima, Advogado do Instituto Socioambiental-ISA e Representante do Fórum Brasileiro de ONG's e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, e Luiz Gonzaga Lessa, General da Reserva, com a finalidade de instruir o PLC nº 62/2005, que “dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1968, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dá outras providências”, em atendimento aos Requerimentos nº 33-CAE/2005, de autoria do Senador Sibá Machado, nº 28-CMA/2005, de autoria dos Senadores Sibá Machado, Flexa Ribeiro e Ana Júlia Carepa, e nº 12-CCJ/2005, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko. Dando início aos trabalhos, o Presidente solicita que os convidados presentes, Senhores João Paulo Capobianco, Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, José Prudente de Fontes, Engenheiro Florestal e Analista do Ibama, representando o Senhor Jonas Moraes Correa, Justiniano de Queiroz Netto, Diretor da Federação das Indústrias do Estado do Pará/PA-Fiepa e Vice-Presidente da União das Entidades Florestais do Pará/PA-Uniflor, e André Lima, Advogado do Instituto Socioambiental-ISA e Representante do ISA no Fórum Brasileiro de ONG's e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, sentem-se à Mesa a fim de dar início à exposição. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Ramez Tebet, Osmar Dias, Flexa Ribeiro, Ana Júlia Carepa, Romeu Tuma, Gilberto Goellner, Gilberto Mestrinho, Sibá Machado, Serys Slhessarenko e Eduardo Suplicy. Após sugestão dos membros presentes, o Presidente, Senador Leomar Quintanilha, coloca em votação, sendo aprovada pela Comissão, a realização de mais uma Audiência Pública, na próxima terça-feira, dia vinte de setembro, às nove e trinta horas, com a presença dos convidados que não puderam comparecer, os Senhores José Carlos de Carvalho, Secretário do Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais/MG, Ubiratam Cazetta, Procurador da República em Belém/PA, Antônio Herman Benjamin, Procurador de Justiça do Ministério Público de São Paulo/SP, Marcus Barros, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-Ibama, José Natalino da Silva, Pesquisador da Empresa Brasileira

de Pesquisa Agropecuária–Embrapa, Aziz Ab’Saber, Professor da Universidade de São Paulo-USP/SP. A Comissão aprova, ainda, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, o Requerimento nº 36/2005-CAE, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, requerendo nos termos regimentais, sejam encaminhados ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica–Cade, os Ofícios nºs 2005028 e 2005030, de autoria da Associação Brasileira dos Citricultores–Associtrus, e requerendo, também, que o Cade adie o julgamento do caso da venda da Cargill. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e dois minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Luiz Otávio**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, a 28ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a 20ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, e extraordinárias da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, a realizar-se em conjunto no dia 13 de setembro, terça-feira, às 9 horas e 52 minutos, na Sala de Reuniões nº 19, na Ala Alexandre Costa.

Audiência pública com a finalidade de instruir o PLC nº 62, de 2005, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável. Institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro, SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, FNDS; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; a Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972; a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1968; a Lei nº 4.771, de 15 de dezembro de 1965; a Lei nº 6.838, de 31 de agosto de 1981, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências, em atendimento ao Requerimento nº 33, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, de autoria do Senador Sibá Machado; ao Requerimento nº 28, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, de autoria dos Senadores Sibá Machado e Flexa Ribeiro e da Senadora Ana Júlia Carepa; e ao Requerimento nº 12, de 2005, da Comissão de Constituição e Justiça, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko.

Convidamos o Sr. Dr. João Paulo Ribeiro Capobianco, Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente; o Sr. Dr. Paulo José Prudente de Fontes, Engenheiro florestal e Analista do Ibama; o Sr. Justiniano Queiroz Neto, Diretor da Fie-

pa, da Federação das Indústrias do Estado do Pará e Vice-Presidente da Uniflor, para fazerem presença e iniciarmos a nossa audiência pública.

Convido também o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Senador Leomar Quintanilha.

Aproveito a oportunidade para propor a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores dessas respectivas Comissões.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Ficam aprovadas as atas das reuniões anteriores. Iniciando os nossos trabalhos, a nossa audiência pública, passo a palavra ao Sr. Capobianco, o homem mais esperado aqui.

Sente-se lá, na ponta esquerda, por favor.

O Secretário, Dr. Gonzaga, se inscreveu; o Senador Valdir Raupp encontra-se também, e o Relator do projeto, Senador Jefferson Péres.

Concedo a palavra ao Dr. João Paulo Ribeiro Capobianco, para sua exposição.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO – Exmº Sr. Senador Luiz Otávio, Senador Leomar Quintanilha, demais participantes da Mesa, Sr^{as} e Srs. Senadores presentes, bom-dia a todos. Antes de dar início, eu gostaria de consultá-lo sobre como vamos proceder na apresentação, qual é o prazo da apresentação.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, só para fazer um favor: conheço o Dr. Capobianco e os outros, mas seria bom que eles se identificassem, inclusive as atividades que exercem, para fazermos a ligação com o processo que se discute aqui.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Por orientação do Presidente Leomar Quintanilha, são 20 minutos de exposição. Aqui é ditadura mesmo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL–SP) – Mas acho que é muito. Depois, haverá questionamentos. Poderia ser um pouquinho menos, para dar tempo aos questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Por decisão do Senador Jefferson Péres, que é o Relator, serão 15 minutos.

Registro também a presença do Dr. André Lima, advogado do Instituto Sócio-Ambiental e representante do ISA no Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO

– Pois bem, sou João Paulo Capobianco, Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, aqui representado o Ministério do Meio Ambiente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores aqui presentes, eu gostaria de agradecer a oportunidade, mais uma vez, de trazer esclarecimentos a respeito do projeto de lei que trata da gestão das florestas públicas, projeto esse que tramitou na Câmara dos Deputados, sofrendo um processo intenso de audiências públicas e consultas, para ser finalmente aprovado no primeiro semestre, naquela Casa. Agora estamos aqui com o projeto sendo debatido no Senado, e temos certeza de que vamos ter um encaminhamento muito positivo, pois o projeto marca um novo paradigma, fundamental para a gestão das florestas públicas no território nacional, em especial na floresta Amazônica.

Nesse tempo curto, farei uma apresentação sintética dos principais pontos e, na seqüência, evidentemente de acordo com o interesse, as Sr^{as} e os Srs. Senadores aqui presentes poderão fazer todos os esclarecimentos necessários.

Uma questão fundamental para se estabelecer de início foi a motivação de elaborar o projeto de lei de gestão de florestas públicas. Essa motivação surgiu da constatação – que não é nova, é uma antiga constatação –, da percepção de que temos no território nacional, em especial na Amazônia – muito importante em função de ser a maior floresta tropical contínua do planeta e a maior área de floresta contínua no Brasil – grande parte do território como terras públicas, terras recobertas de florestas públicas.

Essa característica da Região Amazônica não é uniforme em todos os Estados. Temos o caso do Estado de Mato Grosso, que possui uma área já titulada significativa, o caso também de Rondônia, com uma área também importante, mas quando analisamos o Estado do Pará, o Estado do Amazonas, todos os Estados mais ao Norte, como Amapá e Roraima, constatamos uma grande área, uma extensa área de terras públicas, estaduais e federais, nas quais temos a maior parte da Floresta Amazônica ainda conservada. Essa questão nos remeteu a uma discussão muito significativa: como o Poder Público poderia, à luz dos instrumentos legais vigentes, fazer a gestão responsável desse imenso patrimônio. Ora, na realidade, ocorre que, por impedimentos legais, o Poder Público não pode permitir ou promover o acesso a determinadas áreas de florestas públicas. A nossa legislação veda essa possibilidade. O Poder Público não pode, a exemplo do que lhe é permitido fazer com outros bens e patrimônios da União, dar este uso às florestas públicas: não pode

conceder, nem autorizar sua utilização, a não ser no modelo atual de concessão, que não atende às especificidades de uma gestão sustentável e responsável de florestas nativas.

Nesse sentido, o primeiro passo que demos foi promover uma discussão, com diferentes setores da sociedade, do Parlamento, do Governo Federal e dos governos estaduais, sobre a possibilidade de termos uma legislação no Brasil que permitisse ordenar o que chamamos de gestão desse patrimônio, das florestas, o que seria, por si só, uma mudança histórica. Ao longo da nossa história, desde o período colonial, o que se fez no País foi titular, transferir patrimônio público para o setor privado, a fim de que este pudesse desenvolver sua atividade econômica produtiva. Mas essa titulação sempre considerou a terra. Isto marcou a nossa história: a transferência de terra, sua titulação, a venda e o repasse de terras, em diferentes modalidades.

O que propusemos, aprovado na Câmara e agora no Senado, foi a mudança nessa perspectiva para que pudéssemos, com o Poder Público, seja na instância federal, estadual ou municipal, por instrumentos adequadamente elaborados e com todos os mecanismos de controle social e de planejamento, fazer a gestão não da terra, mas da floresta pública, ou seja, tornar a floresta pública um ativo da sociedade brasileira sem que fosse necessária ou obrigatória sua transferência a terceiros, indivíduos ou empresas privadas. Essa foi a motivação.

Ao longo desse período, o projeto recebeu inúmeras contribuições – houve dezenas de debates e de audiências públicas – e o resultado a que chegamos, que hoje está em debate nesta Casa, apresenta questões que eu gostaria, de forma muito sintética, de expor às senhoras e aos senhores, porque são ferramentas muito importantes. Primeira questão: é necessário eliminar algumas simplificações trazidas à opinião pública ao longo dos debates, como forma de facilitar a comunicação.

Participei de várias discussões com jornalistas e editorialistas, sempre buscando explicar-lhes que a forma como o projeto de lei vinha sendo apresentado era simplificada, o que induzia a uma concepção equivocada. A resposta que sempre recebi é que, por a questão ser muito complexa, a simplificação é necessária para que haja entendimento. Daí surgiu aquela história de aluguel ou de concessão de florestas. Esse projeto ficou sendo tratado como se fosse um projeto de concessão de florestas. Aproveito para, perante as Sr^{as} e os Srs. Senadores, resgatar essa questão que considero fundamental. Não se trata de projeto de concessão de florestas, mas de gestão de florestas públicas. Qual é a diferença? É apenas semântica? Esclareço que não

é uma diferença semântica, porque a concessão é a última hipótese numa cadeia, num encadeamento de procedimentos que uma floresta pública, obrigatoriamente, estará sujeita na sua gestão.

A primeira questão fundamental, quando o Poder Público irá discutir a gestão de uma determinada floresta pública, a primeira questão que, obrigatoriamente, a lei obriga o Poder Público a tratar é sobre a sua importância do ponto de vista da conservação ambiental ou da proteção de comunidades tradicionais. Ou seja, antes de se pensar em qualquer hipótese de uma concessão, uma floresta pública precisa, primeiro, passar por uma avaliação sobre a sua relevância ambiental, a sua fragilidade ambiental ou a pertinência de que essa área de floresta seja convertida em uma unidade de conservação. Este, então, é o primeiro ponto a ser observado. Quer dizer, apenas após a verificação de que esta área não possui nenhum atributo ambiental, biológico e ecológico específico e não apresenta nenhuma fragilidade ambiental que exija a sua proteção como uma unidade de conservação, é que se pode passar para o ponto seguinte, que é a análise da sua vocação.

Eu quero destacar, aqui, que, a unidade de conservação – uma reserva – não é necessariamente apenas para a proteção da biodiversidade. Nós temos as reservas extrativistas, nós temos as reservas de desenvolvimento sustentável, que são categorias de unidade de conservação destinadas à proteção e ao desenvolvimento de comunidades locais. Então, evidentemente, este é um ponto fundamental também para o Projeto de Lei. Não é possível e o Projeto impede qualquer iniciativa no sentido de se pensar em uma concessão, numa área onde há atividade, onde há uma comunidade de população tradicional que exerça, ali, as suas atividades econômicas e a sua atividade de desenvolvimento social. Portanto, esta, também, é uma exigência que o Projeto de Lei faz.

Após esta análise e com a terra, digamos assim, livre e com aquela floresta livre de obrigatoriedade que a lei estabelece – da criação de uma unidade de conservação, seja de proteção integrada para proteger a biodiversidade e os tributos naturais, seja uma proteção de comunidade tradicional, é que se pode pensar na hipótese de que esta área possa ser objeto de um uso de determinados produtos – madeireiros e não-madeireiros. Esse é um outro aspecto fundamental. O Projeto de Lei estimula o uso dos recursos não-madeireiros. Esses recursos não-madeireiros se traduzem em um enorme leque de subprodutos da floresta que vem crescendo e que é papel do Poder Público, inclusive estimular a criação desse enorme leque de potencial – frutos, essências, látex, folhas,

plantas medicinais, princípios ativos – um conteúdo enorme de possibilidades que nós estamos apenas iniciando no nosso Brasil.

Essa destinação só poderá ser feita – e, aí, outros filtros a lei apresenta – em áreas aonde seja viável essa atividade, seja do ponto de vista de acesso, seja do ponto de vista de possibilidade de escoamento da produção. Quer dizer, não se prevê e não se permitirá a definição de áreas de uso em determinadas regiões da Amazônia em pontos onde não haja infra-estrutura, não haja acesso viável e que isso estimule, inclusive, a implementação de obras de infra-estrutura que poderiam prejudicar a floresta.

Então, você tem um conjunto de filtros onde, no final, passando por todas as etapas, você pode, efetivamente, naquelas áreas que ofereçam condições e que apresentem potencialidades, onde haja viabilidade econômica e de infra-estrutura existente, fazer essa concessão. E essa concessão está sob um procedimento e um ritual extremamente consistente no sentido de garantir transparência, conhecimento público, debate e consulta pública para que esse plano se dê de forma aberta e, ainda, vários mecanismos que foram introduzidos na lei que impedem a monopolização, quer dizer, uma determinada área que possa ser objeto e seja onde haja as condições adequadas para que ela possa sofrer uma análise de concessão. E aquela área terá que ser subdividida em lotes de diferentes tamanhos, a fim de garantir que a diversidade de atores econômicos que atuam na Amazônia, da pequena cooperativa, associação de moradores, pequenas, médias e grandes empresas possam atuar, proibindo-se que um mesmo interessado ganhe naquela mesma área diferentes lotes e, portanto, monopolize o processo de exploração.

Então, o que nós entendemos é que esse projeto traz um conjunto de regras extremamente consistentes, com controle social extremamente bem definido, que permitirá uma mudança na nossa história, permitirá que o Poder Público possa, com responsabilidade, sob critérios rígidos de controle e fiscalização, permitir que determinados produtos da floresta amazônica sejam acessados gerando emprego e renda, valorizando a floresta em pé. Esse é o segredo.

Além disso, o projeto institui o Serviço Florestal Brasileiro, que fará a gestão desse processo, enquanto o Ibama permanece com as suas prerrogativas de licenciar, aprovar e fiscalizar. Ao mesmo tempo, o Poder Público cria o Fundo de Desenvolvimento Florestal, que também é algo fundamental, está vinculado ao projeto. Todos os recursos oriundos da arrecadação pelo acesso a produtos da floresta irá irrigar esse Fundo, sendo que, no caso de florestas públicas federais, 30% dos

recursos vão direto para o Município onde a floresta se encontra, mais 30% vão direto para o Estado onde a floresta está localizada. O objetivo disso é valorizar a floresta para os entes da Federação, mesmo que aquela floresta seja pública federal, o Município terá uma participação financeira importante, o Estado também. E o restante, 40%, será dirigido, parte ao fortalecimento do Ibama, ao apoio às atividades de fiscalização e controle que o Ibama terá que exercer para garantir a boa atividade do projeto, e parte para o desenvolvimento florestal, o apoio às pequenas comunidades, elevação de manejo, ou seja, estimular esse processo de forma consistente.

Portanto, encerrando, Senador Quintanilha, agradeço mais uma vez a oportunidade, de forma muito sintética tentei apresentar os pontos básicos que estão em debate na sociedade e estou à disposição para esclarecer todos os detalhes que os senhores julgarem pertinentes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Agradecendo a exposição do Sr. Capobianco, passamos a palavra ao Sr. Paulo José Prudente de Fontes, Engenheiro Florestal e Analista do Ibama, representando aqui o Sr. Jonas Moraes. Tem V. Sª a palavra por 15 minutos também.

O SR. PAULO JOSÉ PRUDENTE DE FONTES – Bom-dia a todos. Eu queria, em nome dos servidores do Ibama, agradecer o convite para participar desta audiência pública ao Senador Leomar Quintanilha, ao nosso Relator Senador Jefferson Péres, e aos colegas aqui da Mesa.

Farei uma rápida apresentação, Senador, porque considero que ficaria mais fácil e mais objetiva. Posso falar daqui mesmo?

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Fique à vontade.

Temos também a Senadora Ana Júlia como Relatora da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle desse projeto.

O SR. PAULO JOSÉ PRUDENTE DE FONTES – Eu queria rapidamente, então, tentar colocar alguns pontos da preocupação que nós, servidores do Ibama, temos com relação a esse projeto de gestão de florestas públicas.

Na verdade, as formas de acesso ao recurso florestal que hoje temos, principalmente na região amazônica, é o desmatamento legal, esse desmatamento autorizado, o manejo florestal em áreas privadas, o manejo florestal em áreas protegidas, originário de produtos de florestas nacionais, estaduais e mesmo resex, as florestas plantadas, os reflorestamentos – isso falando em todo o País agora –, as áreas públicas com

assentamentos florestais e, agora, a possibilidade das concessões florestais. Bem, ficou em vermelho ali, não está aparecendo, mas áreas públicas ali, no caso, seria o desmatamento ilegal e a questão da grilagem de terras, que é realmente um problema seriíssimo. É o que esse projeto pretende, além da questão da gestão; ou seja, resolver, segundo as justificativas do encaminhamento do projeto.

O projeto traz, nas suas disposições preliminares, a gestão de florestas públicas para produção sustentável, os órgãos responsáveis, a criação do serviço florestal brasileiro e as disposições transitórias finais. São praticamente cinco títulos distribuídos nesses temas.

Quanto aos princípios e conceitos que devem nortear a gestão de florestas públicas, esse projeto traz praticamente três conceitos básicos, e é importante destacá-los: a questão do manejo florestal. Na verdade, não há muita novidade com relação ao que o projeto apresenta e com o manejo que já está estabelecido e colocado hoje para as atividades feitas junto à iniciativa privada. Mas há o conceito de floresta pública e o conceito da concessão florestal.

No caso do conceito da concessão florestal, uma grande preocupação que temos com relação a isso é o fato de se permitir de imediato, num primeiro momento, que a concessão seja feita via consórcio. Nós entendemos que não deveria ser dessa forma, justamente porque é uma coisa nova. Nós não temos experiência ainda, no País, com relação a esse processo de concessão florestal, e, de imediato, já se abre a possibilidade de se fazerem grandes consórcios para exploração. Acreditamos que isso seja um grande risco.

Com relação às florestas públicas, entendemos que seria importante que o conceito de floresta pública fosse vinculado à questão dentro de unidades de conservação. Assim, teríamos muito mais condições de acompanhar e desenvolver todo esse processo. Nós achamos muito arriscada a forma como isso está sendo apresentado.

Gostaria de mostrar só aquele gráfico da situação fundiária da Amazônia Legal. Esse é um gráfico importante para que possamos entender o nosso questionamento aqui.

Com relação à situação fundiária na Amazônia Legal, esse projeto novamente propõe que cerca de 47%, hoje, mais de 200 milhões de hectares, consideradas hoje terras devolutas ou terras em disputa, em princípio, sejam transformadas, “na caneta”, em florestas públicas. Nós sabemos os problemas e as dificuldades que se têm com toda essa situação. Nós não teríamos a mesma situação com relação às áreas protegidas e às áreas privadas. De repente, praticamente metade da Amazônia é transformada em floresta pública, com

todas as dificuldades que se terá de gestão sobre todo esse patrimônio. Por isso é que nós insistimos que, no conceito de floresta pública, deveria ser considerada a criação de unidades de conservação; ou seja, restrita às unidades de conservação.

Falando ainda das unidades de conservação, eu queria, rapidamente, falar sobre a questão das Flonas. O próprio Código Florestal de 1965 já estabelecia, em seu primeiro artigo, que as florestas existentes no território nacional são bens de interesse comum a todos os habitantes do País. Com relação a essa história de se dizer que esse projeto é para que floresta continue floresta, nós já temos isso na legislação há pelo menos mais de 40 anos. O código, visando também coibir a exploração predatória e a assegurar o suprimento de matéria-prima, em bases sustentáveis, previu a criação de florestas nacionais, estaduais ou municipais, há mais de 40 anos. Recentemente, em 2000, a Lei do Snuc, atualizou, vamos dizer assim, o conceito de florestas nacionais, permitindo, na verdade, uma destinação muito mais abrangente no sentido de envolver a questão da pesquisa científica e do uso múltiplo dos recursos das florestas nacionais.

Então, em questão de legislação, na verdade, já tivemos esse cuidado há muito tempo. O que está faltando é a execução, o cuidado, a fiscalização, o monitoramento com relação a essa questão dessa legislação sobre as florestas.

Este é um quadro das florestas nacionais que temos hoje no país: são cerca de 69 florestas, totalizando uma área de 18,5 milhões de hectares. É claro que, praticamente, 99% dessa área está localizada na região Norte – é o grande potencial com relação às florestas nacionais, mas temos áreas distribuídas em todo o país. Certamente, grande parte dessas áreas não seria hoje disponível para a produção sustentada no sentido de produção madeireira. Teria muito mais um uso múltiplo e outras funções que as Flonas têm, que não é só produzir madeira.

O projeto apresenta, quando se refere à gestão de florestas públicas para a produção sustentável – porque esse é o tópico, esse é o ponto que o projeto trata – praticamente da gestão direta, da destinação às comunidades e do regime de concessões. Na questão da gestão direta, que são os modelos da Austrália, Estados Unidos e das Flonas aqui do Brasil, gestão direta no sentido da terceirização de serviços é uma forma mista, não é o Governo ou o Estado fazendo tudo, mas, em parte, fazendo toda a sua gestão... O que sempre faltou foi, realmente, uma regularização para viabilizar os serviços terceirizados. Fizemos um projeto piloto na Floresta Nacional de Tapajós justamente para testar esse tipo de atividade e para ver quais

os problemas e quais as dificuldades. E um problema sério que temos é justamente a questão da Lei 8.666, que é a Lei das Licitações, que, para a questão do recurso florestal, é realmente complicada e precisaria de uma flexibilização.

Mas vemos agora no projeto uma abertura bem maior do que a que entendemos como necessária. Aí vem todo um regime de concessão. Infelizmente, não teremos tempo de abordar cada tópico, mas, no Plano Anual de Outorga, ele solicita uma anuência prévia, edital licitação, contrato de concessões, preços florestais, o trato do Fundo Nacional, as auditorias e as concessões em florestas estaduais, nacionais e municipais.

Entendemos que o projeto traz no bojo a cultura do excesso de regulamentação, sem, contudo, propor um uso adequado e eficiente dos instrumentos de implementação de gestão florestal. Infelizmente, não temos tempo aqui de abordar cada tópico, mas queria aqui destacar algumas coisas. No geral, a concepção do projeto, no nosso entendimento, é que se trata praticamente de instrumento de comando e controle. Ou seja, é controle direto, é acompanhamento, é fiscalização, é sanção, se cumpriu ou não as normas e os padrões estabelecidos. Aí há os estudos de impacto, todos os estudos que são propostos no projeto, licenciamento, extinção de contratos.

Infelizmente, seria uma grande oportunidade para um projeto de gestão de floresta pública vermos instrumentos econômicos de gestão ambiental com o objetivo de alcançar metas ambientais por meio de incentivos ou não incentivos, via sistema de preços – taxas, impostos, multas, subsídios. Não vemos isso com clareza, e essa seria uma grande oportunidade de viabilizar, porque, em termos de legislação, nós temos dificuldades, porque a nossa legislação não é ruim, mas ela não consegue ser implementada em campo e não há o cumprimento dela na questão ambiental.

Estamos vendo a degradação toda que está acontecendo. As críticas que aparecem hoje em qualquer literatura técnica, com relação a essa questão de comando e controle, são basicamente estas: a incapacidade de as agências ambientais de aplicar as leis por falta de estrutura, por falta de recursos; instrumentos limitados sem a capacidade de gerar recursos econômicos suficientes; o fato de um eventual recurso arrecadado ir para um fundo governamental. Quer dizer, isso desmotiva a agência. No caso, o órgão, o Ibama, que seria o executor disso, faz todo o trabalho, mas a arrecadação de tudo vai para um outro fundo, que, a princípio, não participaria. Isso não se refere apenas ao Ibama, mas falo dos órgãos estaduais também. A complexidade da lei encarece o processo de controle

e monitoramento e pode estar acima da capacidade administrativa do órgão executor. Vou tentar falar disso rapidamente.

A experiência internacional em concessões, em sua maioria, não foi bem-sucedida. É importante destacar isso. Os Governos não alcançaram a remuneração desejada e falharam no controle e monitoramento da exploração sustentável. Dois exemplos aqui: nas Filipinas, o Governo arrecadou cerca de 16%; e, na Indonésia, 38% daquilo que estava previsto. Portanto, o Governo tem falado em somas, em cifras grandiosas, mas a experiência internacional mostra que não se consegue, ou não se tem conseguido, arrecadar nessas condições. Junto a isto, ocorreu uma perda de grande parte das florestas tropicais nos países asiáticos, que são os principais produtores mundiais de madeira tropical. Por que seria diferente aqui? Temos que avaliar isso e ter, realmente, essa preocupação.

O próximo quadro mostra áreas e tempos de concessão em alguns países. Podemos observar que, normalmente, os países – mesmo as Filipinas, o Gabão e a Indonésia – têm a preocupação de não estender muito os prazos de concessão. Vemos, no máximo, 20 a 40 anos, e esse projeto começou com 60 anos. Depois de muita discussão, conseguimos, na Câmara, reduzir para 40 anos, mas acreditamos que ainda é muito, neste País, começar um processo de concessão com 40 anos. O porquê disso, tecnicamente poderemos discutir depois.

O projeto traz os órgãos responsáveis.

Como poder concedente, o Ministério do Meio Ambiente; os órgãos do (?), responsáveis pelo controle e fiscalização ambiental, seriam, no caso, o Ibama, órgão federal, quando se tratar da questão federal, e os órgãos estaduais, quando for o caso das concessões estaduais; o órgão consultivo seria, no caso, uma recém-criada Comissão de Gestão de Florestas Públicas. Não entendemos, pois, já que foi criada uma Comissão Coordenadora do Programa Nacional de Florestas, o Conafor, por que não ser esta Comissão o órgão consultivo e por que a necessidade de se criar uma outra comissão? Finalmente, há o órgão gestor, que é a proposta de se criar o Serviço Florestal Brasileiro.

Não vou aprofundar-me, porque não teríamos tempo, mas gostaria apenas de dizer que o Serviço Florestal Brasileiro, com relação à proposta inicial, foi muito esvaziado no processo que ocorreu na Câmara e ficou restrito exclusivamente à gestão de florestas públicas, quando a proposta era muito maior. Ele é dirigido por um conselho diretor e há, ainda, a questão dos seus servidores, que não quero comentar, porque a situação mudou, era o que estava sendo previsto an-

teriormente, portanto, podemos passar e há autonomia financeira por contrato de gestão e desempenho.

Queria aqui, rapidamente, se for possível, tentar analisar essa comparação, porque o Ministério tem alegado que o Ibama não perde nenhuma competência com a criação do Serviço Florestal Brasileiro. Apresento aqui o que é competência do Ibama e o que é competência do Serviço Florestal Brasileiro. Infelizmente, não ficou muito destacado, mas, tirando a parte da competência do Serviço Florestal, que está destacada em vermelho e que seriam exercer as funções de órgão gestor da concessão florestal, criar e manter um sistema de informações florestais e cadastro geral e gerenciar o cadastro nacional de florestas nacionais, todas as outras competências o Ibama já tem. Já são competências da sua Diretoria de Floresta.

Na verdade, estamos, sim, esvaziando a competência do Ibama, no caso daquilo que é direcionado à Diretoria de Floresta. O mais importante é que o que é da competência do Serviço Florestal Brasileiro, como apoiar o treinamento, capacitação técnica nas atividades florestais, manejo florestal e exploração de serviço, dos vários centros especializados do Ibama, há, pelo menos, dois que poderiam muito bem exercer essa função, desde que houvesse recursos destinados a eles: o Cenaflo, Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal, e o próprio Laboratório de Produtos Florestais.

A questão é: se o Ibama tem essa competência, por que não tem feito esse trabalho de fomento, de capacitação e treinamento, fundamental para a atividade florestal nesse País? O próximo quadro explicaria um pouco essa questão. Ele tenta mostrar o que aconteceu, desde 1891, com relação às fases e às instituições públicas responsáveis pela gestão dos recursos florestais no Brasil, e mostra que o Serviço Florestal Brasileiro foi criado em 1921, estendendo-se até 1962.

Gostaria de chegar à fase 3, quando houve a criação do Ibama e do Ministério do Meio Ambiente. Talvez aqui esteja uma explicação do motivo pelo qual o Ibama, hoje, não cumpre aquilo que está na sua competência. Na verdade, não houve, durante todos os seus anos de existência, um fortalecimento nessa questão da implementação; houve, isto sim, a ausência de uma política florestal. Desde a criação do Ibama até o ano 2000, não houve, na verdade, uma política florestal estabelecida, formulada para esse País. Em função disso, toda essa atividade de fomento, de capacitação e de treinamento ficou prejudicada. Privilegiou-se, pura e simplesmente, não só a fiscalização, mas também o controle da atividade florestal.

Com o lançamento do Programa Nacional de Florestas em 2000, teve-se a proposta da política na-

cional. Quando nós esperávamos, então, agora que temos um programa, temos uma política de floresta, vamos poder fazer. Agora vamos dividir, vamos criar um outro serviço, um outro órgão. O Ibama vai fazer somente fiscalização e licenciamento.

Eu queria concluir minha apresentação mostrando o marco institucional com relação a essa questão da gestão de florestas públicas. Ele é frágil, limitado e com pulverização das competências dos recursos institucionais. Ao Ibama, lendo o projeto, escutando a própria fala do Secretário, ele tem como função, estabelecida agora neste projeto de lei, expedir uma anuência prévia para uso sustentável da unidade de manejo; analisar e aprovar planos de manejo elaborados pelos concessionários, no caso; além disso, monitorar os planos de manejo nas unidades de manejo das florestas públicas; organizar e implantar sistemas de informação unificados entre os órgãos do Sisnama para débitos relativos à infração ambiental, porque ele precisa informar isso. Para todas essas atividades não há recurso previsto, não há repasse de recurso previsto no projeto. O recurso que está previsto no projeto é para fazer fiscalização. Essas quatro atividades iniciais não são fiscalização. Fiscalizar e garantir a proteção das florestas públicas, fiscalizar a unidade de manejo em qualquer momento, independentemente de prévia notificação. Para isso há recursos. Há também o problema de que o recurso disponível é de 30% sobre um valor mínimo anual que eventualmente seria arrecadado com o processo de concessão.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Para concluir.

O SR. PAULO JOSÉ PRUDENTE DE FONTES – Certo.

As ações para analisar, aprovar, licenciar e monitorar as atividades não têm recursos e, junta-se a isso o esvaziamento das competências da Diref*, recursos apenas para fiscalizar. E, por outro lado, vemos o serviço florestal com todos seus recursos, com tudo aquilo que ele vai fazer.

Eu só queria concluir que na atual economia globalizada e coporativa, qual é o papel a ser desempenhado pelos governos e pelo setor privado na produção de bens e serviços obtidos nas florestas? Acho que essa discussão esse projeto não traz. Isso precisaria ficar muito claro, precisaria ser muito debatido na sociedade brasileira. Qual é realmente o papel do Governo e qual é realmente o papel do setor privado em manter e buscar o seu suprimento.

Para que a gestão de florestas públicas aconteça no Brasil, pelo menos entendemos que são necessárias duas coisas: uma política de produção sustentável e

uma capacidade operacional estruturada dos órgãos de controle e monitoramento ambiental.

Agradeço a oportunidade. Não podemos ficar de braços cruzados, porque o Governo tem colocado esse projeto como a única opção e nós entendemos que ele não é a única opção, existem outras opções.

Muito obrigado pela atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Agradecendo a participação preliminar do Sr. Paulo Prudente, concederemos a palavra ao Sr. Justiniano de Queiroz Netto.

Eu solicitaria aos senhores e às senhoras presentes que não se manifestem diante das afirmações aqui expendidas pelos palestrantes e pelos Srs. Senadores.

Com a palavra o Sr. Justiniano de Queiroz Netto por 15 minutos.

O SR. JUSTINIANO DE QUEIROZ NETTO – Obrigado, Senador Leomar Quintanilha, Exmº Senador Jefferson Péres.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Só um minuto, só para esclarecer ao Relator. O Sr. Justiniano é Diretor da Fiepa e Vice-Presidente da Uniflor. O que é Fiepa?

O SR. JUSTINIANO DE QUEIROZ NETTO – Federação das Indústrias do Estado do Pará. Sou membro também titular do Conselho de Meio Ambiente da CNI – Confederação Nacional da Indústria, no qual coordenamos a Câmara de recursos florestais.

Exmº Sr. Senador Leomar Quintanilha, Sr. Senador Jefferson Péres, Secretário João Paulo Capobianco, Sr. José Paulo Fontes, nosso companheiro amigo André Lima. Eu gostaria de saudar todos os Senadores presentes, especialmente os nossos Senadores paraenses, Ana Júlia e Luiz Otávio e o Deputado Federal do nosso Estado, Deputado Anivaldo Vale.

Pode passar.

Com muita honra e com muito prazer vimos a esta Casa para poder trocar algumas idéias em cima do debate deste projeto de lei de gestão de florestas públicas.

Eu gostaria de dar um enfoque um pouco diferente do que foi abordado até o momento, colocando um pouco a visão do setor produtivo, o qual represento e do qual faço parte, como empresário, para que a gente possa analisar esse projeto também nesse ângulo. Apesar de a gente ouvir muitas vezes alguns comentários dizendo que esse é um projeto que trata exclusivamente de concessão ou que é um projeto voltado para o setor madeireiro, nós talvez até quiséssemos que fosse assim, mas, na verdade, não é. Ouvimos o Secretário João Paulo Capobianco colocando que é um projeto de gestão de florestas públicas, no qual a

concessão florestal é o terceiro item dentro de uma cesta de soluções de gestões que podem ser colocadas para as florestas públicas do nosso País.

Naquele quadro, nós temos um comparativo da situação florestal de alguns países. Nós percebemos que o Brasil é um dos países que possuem a maior cobertura florestal do mundo. Temos cerca de 543 milhões de hectares de floresta. Grande parte disso são florestas naturais. Acima do Brasil nós temos a Rússia, com 851 milhões de hectares, mas não são florestas produtivas, florestas boreais, que não têm muita produtividade.

Apesar de sermos a segunda maior cobertura florestal do mundo, em termos de área de potencial produtivo, o Brasil se destaca como País que tem o maior potencial, com quase 350 milhões de hectares com potencial de produção florestal.

Em volume existente – esse dado já é um pouco antigo, é da década de 80 – é o último censo florestal que eu consegui pesquisar na época do Projeto Rondon, dando conta de que temos no Brasil cerca de 80 bilhões de metros cúbicos. Além de termos a maior cobertura florestal, temos também o maior volume de recursos florestais disponíveis nessas áreas.

Porém, quando analisamos o desenvolvimento florestal no Brasil, verificamos que o Brasil ocupa a sétima colocação dos países exportadores de produtos florestais, com apenas 4,4% de participação no mercado internacional, atrás de países como a Finlândia e a Suécia, que têm coberturas, áreas florestais bem menores que as nossas, mas que participam com o dobro na economia mundial. Nesse dado, estamos incluindo o segmento de florestas nativas, o papel e a celulose e todo segmento florestal brasileiro.

Rapidamente, analisamos que temos área florestal, volumes, produtividade nas nossas florestas, temos um clima favorável ao cultivo florestal, temos uma cultura de produção florestal. O setor florestal brasileiro – veremos mais à frente – é importante para o emprego e para a balança comercial. Mas, por que não somos os maiores produtores do mundo no setor florestal? Temos uma vantagem, na verdade, comparativa, mas não temos uma vantagem competitiva. O Brasil é gigante pela própria natureza, mas, às vezes, não tem sabido usar esses recursos para o seu próprio desenvolvimento e para o desenvolvimento da Nação.

Apesar disso, o setor florestal brasileiro é significativo hoje no que representa no Brasil. Ele tem um PIB de cerca de US\$22 bilhões, corresponde a 4,5% do PIB brasileiro, arrecada 4,8 bilhões de tributos, gera 6,5 milhões de empregos, o que representa 7% da população economicamente ativa, exportou 6,7 bilhões no ano passado, o que dá 8% da nossa pauta de ex-

portações, gera um superávit comercial importantíssimo, quase 20% do superávit total das exportações brasileiras e tem 19 bilhões de investimentos previstos para os próximos 5 anos.

Dentro desse contexto, eu gostaria de colocar a Amazônia. Estávamos tratando do setor florestal como um todo no Brasil. Temos aqui um mapa da Amazônia, o mais atualizado que eu pude conseguir com o Imazon de 2005, uma publicação nova que será lançada agora em setembro, “Fatos florestais de 2005”. Ele nos dá conta de que as áreas protegidas estão até um pouco maiores nos slides passados anteriormente. Nós teríamos hoje na Amazônia 33% de áreas protegidas e 10% de áreas especiais, que seriam as terras de Marinha, áreas do Exército e áreas quilombolas, áreas que já têm um tipo especial de proteção; 24% de áreas privadas e 33%, ou seja, um terço de áreas devolutas em disputa. Nós costumamos dizer que esse um terço da Amazônia será o grande palco onde será decidido o futuro da Amazônia. Se permanecer a política, o modelo econômico vigente na Amazônia, a tendência é que haja a expansão da fronteira agropecuária em cima desse um terço restante, e a Amazônia sofrerá um grande impacto ambiental nos próximos anos.

Se prevalecer uma tese mais preservacionista, a tendência é que tudo se transforme em unidades de conservações, a maior parte de proteção integral, e, apesar de conseguirmos preservar a Amazônia, não vamos conseguir desenvolvê-la e, conseqüentemente, vamos permanecer como uma região de povo pobre, subdesenvolvido.

O que defendemos é o meio termo disso, é a utilização sustentável, racional, dos recursos, dentro de técnicas que hoje já dispomos. Ao nosso ver, esse projeto apresenta alguns instrumentos viáveis. Como o senhor Paulo Fontes colocou, também concordamos que ele não é a única opção, mas é uma opção importante. Temos algumas críticas em relação ao Governo atual, à gestão atual, pois esperávamos mais, sobretudo de muitas pessoas capacitadas que conhecemos e que fazem parte do Governo, especialmente no Ministério do Meio Ambiente. Esperávamos um avanço maior no sistema de gestão florestal, ambiental, mas temos que saber separar as críticas daquilo que é bom e, no nosso entender, esse projeto representa um avanço, porque propõe alguns instrumentos indispensáveis para a boa gestão dos recursos florestais, sobretudo da Amazônia.

O mapa que estamos apresentando agora mostra um pouco como funciona e como está colocado o setor madeireiro na Amazônia. A primeira faixa, de cor marrom mais clara, pega a zona madeireira, as fronteiras madeireiras mais antigas, com mais de trinta anos,

municípios como Paragominas e Tailândia, no Pará, Sinop, no Mato Grosso, e Ariquemes, em Rondônia. As fronteiras intermediárias já abrangem a região de Altamira e Santarém. O verde mais escuro envolve Novo Progresso e regiões que são novas. Se fizermos uma análise do desmatamento da Amazônia, veremos que, muitas vezes, acompanha esses mapas. Muitas vezes, a atividade madeireira está coligada com a fronteira de desmatamento. Por que isso ocorre? Porque a atividade madeireira, até então, sofre uma espécie de simbiose com as atividades que são predadoras do meio ambiente. Algo curioso de se notar, sobretudo agora nesse processo em que está se debatendo esse projeto de lei, é que, hoje, existe uma união entre o segmento florestal e entre várias ONG's que, no passado, debatiam-se com o segmento florestal, como é o caso do ISA, da Amigos da Terra e do Imazon. Atribuo isso a um amadurecimento.

Costumo dividir o setor madeireiro, sobretudo no nosso Estado do Pará, em três momentos: o primeiro, até a década de 80, foi o momento da indiferença. A Amazônia estava pegando fogo, havia o desmatamento e o setor madeireiro era parte desse processo, mas não se importava com isso, era indiferente, porque acreditava ser daquele jeito mesmo e que não mudaria. Na década de 90, a questão ambiental toma maior relevância, sobretudo a partir da ECO-92, e entramos numa fase que chamo de fase da negação, quando o setor madeireiro começa a acusar outros setores, culpando a pecuária e a agricultura pelo desmatamento. Agora, nesse novo século, a partir do ano 2000, costumo dizer que entramos na fase da responsabilidade. Temos muitas indústrias madeireiras que realmente abraçaram o manejo florestal, abraçaram a certificação e conseguimos sair de pouco mais de cem mil hectares para um milhão e seiscentos mil hectares de florestas certificadas, um dos maiores países do mundo com florestas nativas certificadas. Portanto, o setor madeireiro evoluiu e creio que temos que compreender esse fenômeno que provoca o desmatamento na Amazônia. Ao nosso ver, para se frear esse fenômeno, esse processo que provoca o desmatamento, é preciso contrapor com o novo modelo econômico e, uma parte desse modelo econômico, ao nosso ver, é o manejo florestal.

Vamos apresentar agora um exemplo do que é o setor madeireiro no Pará, com a finalidade de mostrar a importância desse setor para o nosso Estado. Temos 1500 empresas que estão envolvidas no processo de produção madeireira, uma renda bruta de pouco mais de um bilhão de dólares, o que gera cerca de 183.000 empregos diretos e indiretos, um consumo de 11 milhões de metros cúbicos de tora, uma produção de 4.600.000 e um rendimento médio de 41%. Exporta-

mos 543 milhões de dólares, dos quais 56% são produtos beneficiados.

Esse é o último **slide** e mostra algumas tendências que temos sentido nos últimos seis, sete anos. A tabelinha ficou errada, pois fiz um pouco rápido, ontem, mas estamos comparando de 1998 a 2004. Conseguimos aumentar o rendimento de 38 para 42%. Embora esses quatro pontos percentuais que conseguimos aproveitar a mais de madeira pareçam pouca coisa, num processo industrial significam grandes investimentos, grande agregação de tecnologia. Embora mantivéssemos a mesma quantidade, aumentamos o número de empresas, o que significa que estamos segmentando cada vez mais a cadeia produtiva e aumentando a participação nas exportações de 14% para 36%. Isso fez com que o valor agregado do nosso produto florestal paraense sofresse um acréscimo considerável.

Gostaria de mostrar apenas cinco fotos. Sei que temos muitos Senadores e muitas pessoas que são da Amazônia, mas alguns não são e gostaria de mostrar alguns exemplos. A primeira foto mostra um exemplo de um arraste de madeira numa exploração predatória; a próxima mostra o arraste de madeira num plano de manejo; a seguinte é uma situação pós-exploratória predatória, o aspecto pós-exploratório no projeto de manejo; a próxima mostra uma estrada por onde se transporta a madeira na exploração predatória e a estrada no manejo; e a última mostra uma vista aérea do que é um projeto de manejo. Existe um impacto de cerca de 7% da cobertura florestal e depois irá ser feito um tratamento (?) pós-exploratório e na exploração convencional ou predatória, como chamamos. Aqui estamos apresentando um aspecto da exploração madeireira, porque, geralmente, quando a Amazônia não é alvo do manejo, ela passa primeiro pela exploração predatória, depois se torna vítima do desmatamento e do fogo, para, enfim, virar pastagem ou algum outro tipo de cultura.

Apenas para finalizar, gostaria de abordar uma questão colocada aqui. Creio que o projeto tem muitos aspectos positivos e realmente acredito que um ponto a ser considerado é a questão da capacidade do Governo de executar com eficiência esse projeto, mas isso não quer dizer que o projeto, em si, tenha que ser condenado. Ele propõe instrumentos que são válidos, importantes, mas, efetivamente, precisamos fazer com que a Amazônia deixe de ser alvo de tantos discursos e passe a ser alvo de maiores recursos, porque, sem recursos, não vão funcionar o Serviço Florestal Brasileiro, o Ibama, ou nenhuma instituição pública que realmente se proponha a fazer um trabalho sério, como o que precisa ser feito na Amazônia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Agradecemos a contribuição dada pelo senhor Justiniano de Queiroz Netto, diretor da Fiepa, nessa sua participação preliminar. Solicitaria a colaboração dos senhores presentes que não puderem desligar seus aparelhos celulares, para que os colocassem no modo silencioso.

Com a palavra o senhor André Lima, advogado do Instituto Sócio-Ambiental, ISA, representando o Instituto no Fórum Brasileiro de Organizações Não Governamentais e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. V. S. tem 15 minutos para sua exposição.

O SR. ANDRÉ LIMA – Muito obrigado, Senador Leomar Quintanilha, na pessoa de quem cumprimento os demais Senadores e Senadoras aqui presentes, companheiros do Ministério, do setor do Ibama e das indústrias. Queria agradecer o convite e dizer que, de fato, essa audiência é extremamente importante e verificamos a relevância dada pelo Senado a esta audiência com a presença, nesta Comissão, de nada menos que 10% do Plenário. De fato, isso demonstra a relevância de todo esse processo para o Senado e ficamos bastante felizes com o convite.

Vou tentar ser breve, embora várias vezes eu diga isso, mas é difícil para um advogado ser sucinto. De qualquer forma, vou tentar ser na medida em que eu vou pontuar, muito concretamente, as condições e as garantias que justificaram o apoio – e aí volto a dizer – condicionado desse grupo de trabalho composto por mais de vinte organizações que são especializadas em matéria de gestão e de política florestal do Fórum Brasileiro de ONGs, que é composto por mais de oitocentas organizações.

Quero, então, começar a apresentação.

Pode ir para o próximo, por favor.

Houve um processo de consulta, antes mesmo do envio do Projeto de Lei à Câmara dos Deputados, que foi promovido pela Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, a partir de dezembro de 2003, com reuniões de um grupo de trabalho criado no âmbito da Secretaria, onde várias organizações não-governamentais, movimentos sociais, setores da indústria, do próprio Ibama e do Ministério do Meio Ambiente e de outros Ministérios participaram de reuniões intensivas ao longo do primeiro trimestre de 2004 para formulação da primeira proposta.

Uma das condições básicas eu não diria nem que para o apoio, mas para o interesse maior das organizações não-governamentais e dos movimentos sociais no debate sobre o tema foi que, em princípio, esse Projeto era bastante, se não totalmente, focado na concessão florestal e uma das condições foi a de

que a concessão florestal é um instrumento, dentre outros, e, em se tratando de floresta pública, principalmente na Amazônia, é necessário se considerar outras categorias de uso, especificamente e notadamente os direitos das populações locais e tradicionais que habitam essa região. A Amazônia não é um vazio populacional. Portanto, uma das condições foi: vamos discutir mecanismos que garantam os direitos de populações locais e tradicionais antes mesmo de se discutir quaisquer modalidades de concessão. Então, esta foi uma condição.

Ocorreram inúmeras reuniões do próprio GT-Florestas desse Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais, reuniões, inclusive, por biomas – com o pessoal da Rede Cerrado, Rede Mata Atlântica, o GTA – Grupo de Trabalho Amazônico, além das diversas audiências públicas das quais nós tivemos, também, a oportunidade de participar na própria Câmara dos Deputados. O Projeto entrou na Câmara dos Deputados e foi bastante aprimorado. Vou apontar aqui, nos próximos *slides*, o motivo pelo qual esse Fórum apóia o Projeto e as condições de apoio a esse Projeto.

O próximo *slide*, por favor.

Por que uma lei sobre florestas públicas é importante? Como eu disse anteriormente, a gestão do território supõe, principalmente em se tratando de florestas – a Amazônia, a Mata Atlântica – que a Constituição trata como patrimônio nacional e com critérios de sustentabilidade, ela supõe que se dedique um percentual de áreas à proteção, às Áreas Protegidas, e que se faça o reconhecimento de territórios de populações tradicionais e que se mantenha florestas públicas com algum grau de produtividade contra o que a legislação hoje determina, que é um processo de viabilidade de alienação dessas terras públicas, quando não a grilagem – que é o que acontece em muitas regiões –, com o desmatamento.

É bom que se diga – e essa é uma especialidade à qual tenho me dedicado nos últimos dez anos – que o Código Florestal é de 1965 e teve aprimoramentos, mas ele permite, nessas terras públicas que sejam alienadas a terceiros, se faça, além do manejo florestal – que é o que se quer fazer com parte das florestas públicas – permite ainda o desmatamento de 20% dessas florestas públicas alienadas. Portanto, o que está em jogo aqui é um modelo de gestão que incorpore áreas protegidas, reconhecimento de direito de populações tradicionais e manutenção de florestas produtivas contra um modelo, hoje, de possibilidade de alienação de terras, inclusive terras consideradas prioritárias para a criação de unidades de conservação, inclusive terras onde habitam populações tradicionais, para atividade agropecuária, muitas vezes não sustentável, na Ama-

zônia, antes mesmo do zoneamento ecológico e econômico e uma série de outros mecanismos.

Segue o próximo, por favor.

Vou apontar duas linhas de relevância que o GT-Florestas deu ao Projeto. O primeiro é o que diz respeito ao direito de populações tradicionais. Pode parecer um pouco enfadonho, mas os Srs. Senadores, necessariamente, vão ter que ler mesmo o projeto. Então, vou pontuar os artigos que tratam dessas garantias.

O art. 2º diz:

“Art. 2º. Constituem princípios da gestão proteção de ecossistemas, biodiversidade e valores culturais associados, o respeito ao direito de populações, em especial as comunidades locais”.

Vale dizer que princípios não são apenas e tão somente normas de boas intenções, mas, na dúvida, na aplicação da lei, inclusive judicial, são eles que norteiam a interpretação do juiz e dos demais operadores do direito.

O próximo, por favor.

“Art. 6º. Antes da realização das concessões florestais, as florestas ocupadas ou utilizadas por comunidades deverão ser identificadas para destinação.”

Aí são as três modalidades de destinação previstas no projeto de lei: criação de reservas extrativistas, concessão de uso mediante os mecanismos de reforma agrária mais modernos e desenvolvimento sustentável agroextrativista ou similares e outras formas previstas em lei.

Destaco aqui um parágrafo.

O próximo, por favor.

“§ 3º O poder público poderá, com base em condicionantes socioambientais definidas em regulamento, regularizar posses de comunidades locais sobre áreas por elas tradicionalmente ocupadas ou utilizadas.”

Aí se trata dos ribeirinhos, dos caboclos e de outras populações da Amazônia que são, entre outras, tradicionalmente excluídas dos processos de reconhecimento de território, e aí não só na Amazônia.

O próximo, por favor.

O Plano de Outorga Florestal deve considerar, necessariamente – dentre outros requisitos eu destaco aqui mais uma vez, no que diz respeito ao direito de populações tradicionais –, a exclusão de terras indígenas, de áreas ocupadas por comunidades locais e de áreas de interesse para criação de unidades de conservação e de proteção integral.

Trata-se de uma novidade da lei porque até hoje não existe um mecanismo legal que preveja algum grau de proteção de áreas de interesse para criação de unidades de conservação. O plano deverá prever

também zona de uso restrito destinado às comunidades locais.

O próximo, por favor.

Ainda na linha do direito de populações tradicionais – desculpem-me correr aqui, é porque tem uma série de pontos que não quero perder –, os produtos de uso de populações tradicionais de subsistência para essas comunidades serão excluídos do objeto de concessão.

O próximo.

Uma segunda linha, que também determina em boa medida o apoio condicionado que o Grupo de Trabalho Florestas dá ao projeto de lei, diz respeito às garantias de controle social e monitoramento e controle ambiental. E eu posso dizer que, não obstante tenhamos aí a Lei do SNUC, aprovada por esta Casa, o Código Florestal, de 1965, na atual versão, inclusive da Medida Provisória nº 2.166, e outros mecanismos, como a lei de crimes e infrações ambientais, esse projeto de lei – e aí, eu digo, em tese, porque é um projeto de lei, é uma lei que, evidentemente, vai demandar política para sua implementação – ele estabelece uma série de mecanismos que a legislação hoje não prevê para garantia a controle social e garantias de controle ambiental.

O primeiro deles é que prevê a possibilidade, inclusive, de estudo de impacto ambiental para exploração florestal que seja considerada de significativo impacto, o que hoje a legislação não prevê. Ele dispõe que todos os relatórios ambientais, licenças, relatório de impacto, contratos, auditorias e documentos relevantes no processo sejam, obrigatoriamente, disponibilizados pela rede mundial de computadores. É um mecanismo de transparência para que qualquer cidadão possa monitorar tendo acesso à Internet.

O próximo, por favor.

A publicação do edital para as licitações deve ser precedida de audiência pública por região. Portanto, mais um mecanismo de controle social.

O próximo.

O Plano de Outorga Florestal deve prever, antes das concessões, necessariamente, a descrição das áreas que podem ser submetidas a processo de concessão, o que permite, considerando a necessária manifestação prévia do órgão consultivo, que tem participação tanto do setor produtivo econômico quanto do setor produtivo de serviços ambientais, que são as organizações não-governamentais e movimentos sociais, uma manifestação prévia e o conhecimento dessas áreas que poderão ser dedicadas às concessões.

O próximo, por favor.

O Plano Anual deve conter, necessariamente, a previsão de planejamento e do monitoramento rela-

cionados à fiscalização ambiental, o que hoje inexistente. A fiscalização ambiental hoje é deixada a um terceiro plano. Mal se discutem esses processos no momento de deliberação sobre o orçamento público e, portanto, há necessidade de um planejamento prévio em relação ao que se pretende explorar. Então, o Plano, necessariamente, tem que prever inclusive estimativas de recursos humanos e financeiros necessários para a sua viabilidade.

O próximo.

As áreas onde poderá haver concessão florestal deverão ter o seu perímetro georreferenciado e deverão ser cadastradas num cadastro de florestas públicas, o que vai permitir, segundo as novas tecnologias disponíveis de monitoramento, inclusive por satélite, acompanhar o que acontece em boa parte dessas áreas.

O próximo.

Prevê o licenciamento ambiental das áreas sob potencial de exploração. Hoje, o que se tem é apenas a autorização de um plano de manejo sem uma análise mais ampla da atividade florestal no contexto socioeconômico local. No caso de atividades potencialmente causadoras de significativa degradação ambiental, prevê inclusive a possibilidade de estudo prévio de impacto ambiental que a legislação não prevê.

Próximo, por favor.

Impede a habilitação na licitação de empresas que tenham débitos inscritos na dívida ativa ou decisões condenatórias em matéria criminal ambiental e, portanto, é uma condição preliminar para a adesão e a habilitação à concessão como salvaguarda.

Próximo.

Como já foi dito e está repetido em outro artigo, o edital para licitação deverá ser submetido à audiência pública previamente ao seu lançamento.

Próximo, por favor.

Cria novas garantias a serem dadas à exploração florestal. Considerando que se trata de florestas públicas, garantias são necessárias. Então, caução em dinheiro, seguro-garantia, fiança bancária, uma série de garantias que não são previstas hoje especificamente para a atividade florestal.

Próximo, por favor.

É assegurado a qualquer pessoa o acesso aos contratos, decisões, pareceres relativos à licitação ou às próprias concessões. Evidentemente que a lei geral já prevê esse tipo de mecanismo, mas é interessante que isso esteja claramente disposto na lei específica.

Próximo.

Cláusulas do contrato que são bastante relevantes, do ponto de vista sócio-ambiental, são assim tratadas expressamente no projeto de lei. Então, desde o modo, forma e condições de exploração, critérios e

parâmetros para essa exploração, critérios máximos e mínimos de aproveitamento de recursos florestais, recuperação ambiental de áreas eventualmente degradadas e ações voltadas ao benefício das comunidades locais assumidas são consideradas, do ponto de vista legal, como obrigações de relevante interesse ambiental e, portanto, com salvaguardas e tutela jurídica, inclusive prevista na lei, de crimes e infrações ambientais.

Próximo.

O plano de manejo florestal nas áreas a serem licitadas deve prever uma chamada reserva absoluta, que deve ser de no mínimo 5%, onde o órgão ambiental e a sociedade interessada poderão fazer comparações sobre o que foi efetivamente explorado e como era a região antes da sua exploração, quer dizer, permite parâmetros de comparação.

Próximo.

Já foi dito que 30% do recurso do preço mínimo serão destinados a atividades de fiscalização e controle. E aqui é bom que se diga, licenciamento ambiental é atividade de controle, portanto também esse recurso pode ser aplicado em licenciamento ambiental.

Próximo, por favor.

Auditorias florestais independentes não superiores a três anos.

Próximo.

Qualquer pessoa física ou jurídica pode visitar as áreas objeto de concessão, que estão georreferenciadas em cadastros, sob mecanismos de controle. Portanto, tanto organizações não governamentais como movimentos sociais, ou o próprio Senado, enfim, representantes do Senado poderão acompanhar e visitar áreas.

Próximo.

Vou passar uma série para ir logo à conclusão.

Pode passar, por favor.

Relatórios que serão mandados anualmente ao Poder Legislativo e aos conselhos de meio ambiente. Portanto, mecanismos de controle ambiental e controle social, encaminhamento ao Conama e ao Congrego Nacional de relatórios.

Próximo.

Criação de uma Ouvidoria.

Próximo.

Alguns mecanismos nas disposições transitórias em geral, que são interessantes. A impossibilidade de conversão de área de floresta para uso alternativo até que o zoneamento seja aprovado, que é uma medida necessária, de precaução. O zoneamento existe exatamente para isto: identificar áreas vocacionadas e aptas ao uso não-florestal antes da sua decisão.

Próximo.

Após cinco anos da implantação do plano de outorga florestal, os impactos econômicos, sociais e ambientais deverão ser avaliados mediante mecanismos com publicidade. Isso é importante. Para esse processo, além das audiências públicas, das auditorias, do licenciamento ambiental, dos mecanismos de controle e fiscalização, em cinco anos, é necessário que se faça uma avaliação dos impactos da avaliação desse plano.

Próximo.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Para concluir, Dr. André.

O SR. ANDRÉ LIMA – Vou à conclusão.

Próximo, por favor.

Vá direto às conclusões.

É importante que se digam os riscos. Eu disse aqui as garantias. Os riscos: existe um desaparecimento óbvio e evidente dos órgãos de controle ambiental. Um dado que obtive junto à Diretoria de Floresta do Ibama diz que o Ibama tem hoje 40 engenheiros florestais – não sei se está atualizado – para toda Amazônia Legal, o que significa um para cada 100.000km². É bom que se diga: para que esse projeto funcione, é fundamental que o órgão de controle ambiental seja fortalecido, sem o qual esse projeto pode se tornar, de fato, um problema, e não uma das alternativas ou uma das soluções.

É uma dúvida, que eu acho que as pessoas que estão aqui poderão esclarecer: os critérios para manejo florestal de baixo impacto ou de menor impacto são compatíveis, considerando hoje o descontrole nos desmatamentos, os benefícios sócio-ambientais desejáveis, a geração de emprego prevista e o recurso para o fundo florestal? Quer dizer, havendo todos esses mecanismos de controle ambiental, seguindo critérios de sustentabilidade, a atividade econômica se satisfaz, vai aderir a esse modelo? Essa é uma dúvida e um risco que colocamos aqui, que é necessário que se diga.

Só mais dois pontos.

Próximo, por favor.

Portanto, sem controle efetivo de desmatamento e da atividade madeireira clandestina, não há como viabilizar concessões sobre a forma de manejo de menor impacto porque o manejo certificado ou o manejo adequado vai concorrer com madeira colocada no mercado a preço de banana, e, por conseguinte, isso traz para baixo, nivela por baixo a atividade madeireira e, conseqüentemente, os investimentos necessários.

Por fim, o Congresso Nacional, ao aprovar esse projeto de lei, tem que garantir as condições objetivas e concretas para que ele seja eficaz em sua plenitude, ou seja, tem que garantir orçamento suficiente para

funcionamento do controle social e ambiental, sem o qual o projeto pode se constituir, sim, numa catástrofe. É fundamental que o Poder Executivo e o Congresso Nacional, evidentemente, aprovando o Orçamento, dêem condições para que o sistema opere. Sem controle social, sem controle ambiental, o projeto pode ser bastante complicado.

Muito obrigado.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet, que se inscreveu em primeiro lugar, e depois a V. Exª.

Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – A rigor, Sr. Presidente, uso desse expediente porque sou obrigado a me retirar.

Acho o projeto de suma importância – quero salientar isso –, mas ele tem que ser de muito bem estudado e sobretudo desburocratizado.

Por exemplo, eu acabei de ver agora aqui – e por isso a participação do Congresso é importante – que o Congresso Nacional tem que garantir meios. Por que não incluir o Executivo nisso, que não cumpre o Orçamento? Eis a indagação.

Nosso Orçamento, como todos sabemos, é um Orçamento autorizativo. Então, o que adianta o Congresso Nacional aprovar a lei e isso não ser cumprido?

São essas as observações ligeiras que fiz.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Então passe a ser impositivo.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Não, mas não há nem referência ao Poder Executivo, tem que dizer que o Executivo tem que garantir, alguma coisa assim.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas se o Governo concorda com o Congresso Nacional, colocamos impositivo.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – É. Porque o que não é possível é dizer que o Congresso Nacional tem que fazer constar de um Orçamento e o Congresso fica desmoralizado porque o Executivo não cumpre.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É impositiva a verba.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Não estou criticando o atual Governo, é histórico no Brasil o não-cumprimento do Orçamento.

É a grande preocupação desse projeto, a meu ver, tem que ser com a sua desburocratização também. Esse é o grande ponto.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Duas informações que eu gostaria de obter de V. Ex^a: primeiro, como eu já vi o relatório do Senador Jefferson Péres, se iremos votá-lo hoje ainda, nesta seção; segundo, se o Justiniano de Queiroz Netto poderia fornecer as informações que ele colocou ali na tela para que pudéssemos tê-las antes da votação do projeto, se é possível isso.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Osmar Dias, como tanto o relatório do Senador Jefferson Péres como da Senadora Ana Júlia Carepa estão sendo apresentados hoje e a Comissão tem exatamente mais uma semana, esta Presidência estava inclinada a propor aos seus membros que deixássemos a votação para a próxima semana.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – E a outra informação, sobre os dados do Sr. Justiniano?

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Eu já o havia questionado, ele me disse que entregaria à Comissão. Já está gravado. É possível reproduzir e entregar uma cópia agora aos Srs. Senadores.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Serão distribuídas, Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Assim como a do Sr. André Lima.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – V. Ex^a será atendido.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente Leomar Quintanilha, gostaria de fazer uma consulta a esta Presidência e as das demais Comissões.

Em face da importância desse projeto de lei – para que ele realmente possa ser discutido em profundidade –, esta audiência pública de três Comissões do Senado em conjunto previa, se não me falha a memória, a presença de doze convidados. Lamentavelmente, vemos somente quatro deles.

Gostaria de saber se houve o convite em tempo hábil para que esses convidados pudessem atender ao chamamento, se houve a confirmação da presença se houve, no caso, a informação da impossibilidade de eles virem aqui prestar as informações que reputo da maior importância para que esta Casa Legislativa

possa votar esse projeto com consciência, aprofundando o estudo dele.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – V. Ex^a tem razão. O número de convidados era maior. Um não foi localizado, outros não puderam comparecer. Um deles, por questão de saúde. O Ibama e o Ministério do Meio Ambiente foram representados também pelo Sr. Capobianco. Quem não compareceu?

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – O Procurador da República, Dr. Ubiratan Cazetta, do qual eu esperava, inclusive – se não pudesse vir –, mandasse o Dr. Felício Pontes. Com certeza, deve ter tido um motivo absolutamente...

A SR^a PATRÍCIA SABOYA GOMES (Sem Partido – CE) – Semana do Advogado.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – É verdade. Está acontecendo exatamente agora, não é?

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Todos foram convidados e, lamentavelmente, por alguma razão, não puderam comparecer. Só um não foi localizado. Um, o Sr. Aziz Ab’Sader, justificou ausência por doença.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sem demérito dos ausentes e agradecendo a presença dos que atenderam ao convite, a audiência fica diminuída no seu conteúdo de contraditório.

Peço até desculpas aos senhores convidados e ao Presidente porque o meu avião atrasou e acabei chegando um pouco atrasado e não ouvi os dois primeiros depoimentos. Mas me parece, pelo que li rapidamente do depoimento do analista do Ibama, Sr. Paulo, ele tem algumas posições divergentes do projeto. Aí, Dr. Capobianco, representante do Ibama, haverá uma reação ou uma relação contraditória. Quer dizer, a área técnica do Ibama apresenta um relatório, e a área administrativa vai se contrapor a esse relatório. Eu só quero fazer juízo de valor.

É bom que fique claro que sou a favor do projeto. O projeto é importante e deve apenas ser mais bem discutido para que possamos aprimorar todas as possíveis falhas que possam vir a existir na sua implementação.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Flexa Ribeiro, V. Ex^a tem razão. Se todos os convidados tivessem comparecido, provavelmente, teríamos mais elementos e mais subsídios para discutir esse projeto que é do maior relevo para os interesses do País. Entretanto, os dois relatores apresentarão seus relatórios para que sejam discutidos pelos eminentes Srs. Senadores, com as informações que obtiveram dos senhores palestrantes desta manhã. Os que ainda não apresentaram o texto aqui

desenvolvido, já está sendo providenciado pela Secretaria da Mesa e todos os Senadores vão receber o texto, e nós teremos pelo menos mais uma semana para aprofundar o exame da matéria.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Pela ordem, Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Acredito que Capobianco não está aqui representado o Ibama. Ele nem disse isso. Ele está representando o Ministério do Meio Ambiente. O Dr. Marcos Barros não veio, assim como o Dr. Paulo José Prudente de Fontes não está aqui como técnico. Ele veio aqui – e foi esta a apresentação que foi feita – como representante da Associação dos Servidores do Ibama, também para entendemos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Área técnica do Ibama, eu falei.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Mas ele veio aqui representando a Associação, inclusive eu estava presente aqui na exposição dele, pela Associação dos Servidores do Ibama. Portanto, ele está aqui nessa condição também.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senadora, nós temos com um documento aqui...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Mas quem disse que...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Flexa Ribeiro, só para responder à Senadora Ana Júlia Carepa...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – A Comissão tem um expediente do Ibama, informando que o Instituto se fará representar pelo Sr. João Paulo Capobianco.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Nem ele teve conhecimento. Então, depois cobramos do Ibama, porque eu acho que ele não deve se considerar dessa forma.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Seria muita honra, mas...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – BA) – É muita honra e estranho, não é, Capobianco? V. Sª não quer nem aceitar essa honra!

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Presidente, só para esclarecer uma dúvida que ficou: se o Sr. João Paulo Capobianco não falou pelo Ibama, o Ibama então não se fez representar.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Justamente.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Porque Capobianco fala pelo Ministério do Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Exatamente.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Mas não fala pelo Ibama.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Imaginávamos aqui que... Nós estamos de posse de um documento.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Então, como o Dr. Paulo José falou pela Associação de Servidores, significa que o Ibama mesmo, a instituição Ibama, não está representada. Se não está representada, talvez a audiência pública tivesse que ser feita novamente e tivéssemos outra oportunidade para ouvir o Ibama.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Já temos uma outra audiência marcada, que combinamos fazer, chamando todos os Governadores de Estado e a Ministra Marina Silva, inclusive. Acho que podemos convidar o Presidente do Ibama. O Presidente do Ibama, mesmo não tendo se comunicado com o Dr. Capobianco – eu não sabia que havia esse requerimento –, se mandou um requerimento é porque deve estar concordando com tudo o que o Dr. Capobianco diz. Então, aí é um problema do Dr. Marcos Barros.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Quem sabe o Sr. João Paulo Capobianco possa esclarecer essa situação.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Só um esclarecimento...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Só um minutinho. Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É claro que, quando o Senador Osmar Dias e Ana Júlia Carepa levantam o problema da ausência de alguém, estão aqui para colaborar com a Comissão. E falam dentro do ponto de vista também individual, acredito, para a análise que fizeram. Eu estava conversando com o Dr. Capobianco, ele disse que as modificações feitas foram estudadas, muito discutidas. Então, talvez V. Exª pudesse adiar por mais uma semana e convidar os demais que faltaram. Depende muito se o Relator já está em condições ou não de terminar o seu relatório. Desculpe, Dr. Capobianco, mas...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Dr. Capobianco.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Eu só queria esclarecer, Senadora Ana Júlia Carepa, demais Senadoras e Senadores, que, de fato, estou aqui na condição de representante do Ministério do Meio Ambiente. Eu não tinha informação, e não recebi a informação – que seria uma honra para mim – da de-

legação do Presidente Marcos Barros. Mesmo assim, se eu tivesse tido essa oportunidade, eu insistiria com ele em que o Ibama deveria estar sendo diretamente representado, na medida em que o Ibama é uma instituição de extrema importância, vital para esse projeto, e, portanto, eu insistiria em que essa delegação não fosse feita. Mas, mesmo assim, eu queria esclarecer que a delegação que consta aqui não é do Presidente Marcos Barros. A delegação é da assessoria parlamentar, que considero que não é suficiente para representar um órgão da importância do Ibama, sem que eu tenha sido previamente comunicado e sem que eu tenha tido oportunidade de insistir para que ele se fizesse representar diretamente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Bem, esse esclarecimento do Sr. João Paulo Capobianco é em razão do documento, que essa Mesa tem, de um expediente assinado pelo assessor parlamentar Ronaldo Alexandre, do Ibama, dizendo que, em razão de compromissos inadiáveis, o Dr. Marcos Barros não poderia comparecer a esta audiência.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Se a Comissão entender seja possível continuarmos com a audiência pública na próxima semana, reiterando o convite àqueles que não puderam comparecer. Temos exatamente mais uma semana apenas para ouvirmos e deliberarmos a respeito do assunto. Porque, não o fazendo, o projeto irá a plenário, sem a manifestação desta Comissão. Então, temos apenas mais essa próxima semana para tomarmos essa decisão. Se o Plenário entender conveniente ouvirmos.

SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Seria importante que o Relator se manifestasse, se V. Ex^a permitisse, para que ele nos dissesse se é importante ou não, por causa do relatório que ele já está encaminhando.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Perfeitamente, temos dois Relatores. Vamos ouvir a sugestão do Senador Romeu Tuma, ouvindo a manifestação dos dois Senadores.

Senador Jefferson Péres. Em seguida, Senadora Ana Júlia.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Além dos participantes da próxima audiência, Governadores de Estado, eu acho imperiosa a presença do Dr. Marcos Barros, é a palavra oficial do Ibama.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senadora Ana Júlia.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Acho tão importante que nós colocamos, fomos nós que conversamos com o Senador Jefferson Péres, o Senador Flexa também tinha o requerimento, o Senador Sibá

Machado tinha um requerimento, a Senadora Serys tinha requerimento e eu tinha requerimento, porque são três Comissões discutindo: Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de mérito, que é a Comissão de Meio Ambiente, da qual sou Relatora.

Nós achamos importante, fundamental e esperamos que estivesse aqui o Presidente do Ibama. Às vezes, uma ou outra pessoa que falte, é natural, mas algumas representações são essenciais realmente. Eu só queria colocar que fizéssemos isso com maior agilidade possível, porque o projeto já está com urgência constitucional. Isso não impede de os Senadores discutirem. Aqui, inclusive, houve o contraditório colocado, ficou bem claro isso. Houve, inclusive, situações nas quais o último expositor colocou também algumas ressalvas, alguns condicionantes. Acho que aqui todos colocaram suas questões. Há aqueles que têm mais críticas e aqueles que têm menos, mas todos têm alguma crítica. Não estamos colocando que aqui há algo perfeito, porque não estamos nessa era de achar que vamos ter uma lei perfeita. Não tivemos até hoje, então, não vamos ter uma lei perfeita. Mas, temos que trabalhar com avanços e este é o momento de discutirmos.

Concordo que tenhamos outra audiência. Para que não seja uma situação na qual venham apenas os que não vieram hoje, porque pode não ficar bem balanceado, devemos avaliar quais pessoas temos que convidar novamente, se for o caso. Quero dizer que é fundamental.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Já participei de muitas discussões, mesmo quando ela estava sendo feita na Câmara dos Deputados. Tenho posições e já participei de audiências públicas, mas não é o caso nem era obrigação de todos os Srs. Senadores fazerem isso, claro, pois o projeto ainda não estava aqui.

Só quero colocar que sou favorável a que nós tenhamos, mas temos que ter cuidado com a questão das datas. Acho que o pior é irmos ao plenário sem termos um relatório-base. Acho ruim votarmos sem termos um relatório-base.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente, para colaborar com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Para colaborar com V. Ex^a e com as Comissões. Primeiramente, eu acho que devemos sempre agir de forma a fortalecer as Comissões técnicas do Senado.

Quero aqui dar minha posição. Já presidi duas Comissões nesta Casa e ficava muito chateado quando um projeto era levado ao plenário sem passar pela Comissão que eu presidia. Não é uma questão apenas do Presidente, é uma questão dos Senadores. É um respeito aos Relatores que trabalharam, que fizeram seus relatórios, aos Senadores que participaram das audiências públicas na Comissão querendo votar sob o ponto de vista técnico, porque a votação no plenário já é um pouco diferente da votação na Comissão técnica.

Portanto, peço a V. Exª que considere a sugestão que darei, para que não deixemos que esse projeto vá ao Plenário sem antes votá-lo dentro do prazo, em respeito aos Relatores, aos Membros da Comissão e a V. Exª. Sugiro que V. Exª marque a audiência pública, sim, mas que, em reunião extraordinária ou na mesma reunião da audiência pública, coloque o projeto em votação na mesma semana. Ou seja, na próxima semana, realizaríamos a audiência pública, terminaríamos a discussão do projeto em audiência pública e já votaríamos a matéria ou na própria reunião da audiência pública ou numa reunião extraordinária.

Solicito a V. Exª que fique acertado também o critério de divisão da audiência pública, porque é impraticável participarmos de audiência pública com 11, 12 convidados. Os convidados são prejudicados, e ninguém agüenta tanta exposição. Dessa forma, acredito que faremos o que é certo. V. Exª deverá, considerando a nossa sugestão, cumprir o papel da Comissão que é votar o projeto antes de ir ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Agradeço a sugestão, Senador Osmar Dias. Vamos submeter essa decisão ao Plenário, e creio que esse será realmente o encaminhamento.

O número de convidados que não compareceram é relativamente grande: Sr. Ubiratan Cazetta, Procurador da República em Belém; Sr. Antônio Herman Benjamin, Procurador de Justiça do Ministério Público de São Paulo; Sr. Marcus Barros, Presidente do Ibama; Sr. José Natalino Silva, pesquisador da Embrapa; Sr. Aziz Ab'Sáber, Professor da USP; Sr. Luiz Gonzaga Lessa, General da reserva.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Até hoje não entendi por que o General foi convocado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – É muita gente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Assim, não vamos chegar ao ponto que estamos sugerindo: fortalecer Comissão e votar o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Mas a Comissão decidiu convidar todos esses nomes. Vamos restringi-los?

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Creio que a Comissão deveria reavaliar essa lista para alguns nomes serem dispensados.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Poderíamos fazê-lo agora.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Proponho isso.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Poderíamos fazê-lo agora.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Há muitos nomes.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Exatamente.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Quero saber quem foi que propôs o nome do General. Até hoje não sei por que ele foi convidado. Não sei qual é a função, qual é o papel dele nesta Comissão.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – De repente, ele até tem importância.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – É o que quero saber, por isso estou fazendo essa pergunta.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – São três Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – São três Comissões, e cada Relator sugeriu três nomes para serem convidados, o que, efetivamente, ampliou bastante o número de convidados.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Quero dizer que me sinto sem condições de avaliar esse assunto, até porque alguns nomes – dois ou três – foram propostas nossas. Os demais não.

Penso que deveriam estar presentes nesta Comissão todos que fizeram proposições para que pudessem dizer: Abro mão de um ou de outro por mim indicado. Fica muito difícil avaliarmos agora essa questão, pois os Senadores Sibá Machado e Mozarildo Cavalcanti não estão presentes, e apenas as Senadoras Ana Júlia Carepa e Serys Slhessarenko e eu poderíamos reduzir a lista de convidados.

Quero louvar a ação da Presidência no sentido de rever essa audiência pública, porque é realmente aqui que os Srs. Relatores e os Membros das Comissões poderão fazer uma avaliação desse projeto, que é importantíssimo, especialmente para a minha região e particularmente para o meu Estado. Portanto, há necessidade de que a matéria seja realmente debatida.

Há um pleito do setor do segmento da indústria madeireira nesse projeto. Há 20 anos, defendemos a concessão de florestas públicas para que houvesse

uma linha de insumo firme e não ocorresse a devastação e a degradação na Amazônia, porque nenhum brasileiro e muito menos qualquer amazonense deseja essa situação.

Sr. Presidente, não podemos fazer uma audiência sem a presença do Ibama, porque, a meu juízo, o Ibama é o órgão que engessa a Amazônia. O Ibama faz de tudo para que as coisas não aconteçam na nossa região e em nosso Estado. Então, no momento em que esse órgão se omite numa audiência pública como essa, ou seja, não se faz presente, ele não assume ou não coloca perante os Senadores a sua posição em relação ao projeto. Depois, como é que nós vamos poder cobrar do Ibama ou discutir com o órgão, se nós desconhecemos as suas ponderações.

Louvo as Presidências das Comissões no sentido de que se refaça. E digo mais: que os convidados que aqui estiveram hoje também voltem na próxima reunião, talvez não mais para fazerem seus depoimentos, mas tendo em vista a necessidade das perguntas ou do contraditório que por acaso haja entre um depoimento e outro. Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – V. Exª sabe da preocupação que tomou conta, principalmente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com relação a esta audiência pública. Mas nós todos sabemos que, na prática, reunir três comissões simultaneamente não é uma tarefa muito fácil, em razão da multiplicidade de compromissos que os Srs. Senadores têm com outras atividades na Casa. Havia inclusive a Comissão de Meio Ambiente decidido que, se não fosse possível realizarmos a audiência pública – porque a consideramos relevante – de forma conjunta, nós a realizaríamos no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, porque entendemos que não deveríamos submeter a votação sem que houvesse a referida audiência pública, exatamente com o contraditório. E V. Exª tem razão, Senador Osmar Dias, precisamos votar na Comissão. Mas sou informado pela Secretaria da Mesa de que temos prazo para entregar o relatório da Comissão até o dia 22. Isso nos confere mais uma reunião ordinária, na próxima terça-feira, para ampliarmos o debate, ouvirmos o contraditório e realizarmos a votação, ou numa reunião extraordinária imediatamente depois.

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, concordo com o Senador Osmar Dias. Relatórios precisam ser votados nas Comissões, e não irem a plenário sem apreciação anterior. Não é bom isso. O debate técnico ocorre aqui. No Plenário é feito mais o debate político.

Segundo, creio que devem ser reiterados os convites, em termos, para a próxima audiência. Pessoas que representam entidades e que deram justificativa para as suas ausências devem ser contatadas, no meu entender, para vir aqui, se quiserem. Evidentemente “se quiserem” está implícito. Mas há pessoas que não representam entidade nenhuma e que simplesmente não quiseram vir. Por que o Senado vai insistir com essas pessoas para virem aqui? São tão importantes assim? Eu discordo. Eu voto contra. Então é a proposta que faço.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Estou de pleno acordo com o Senador Jefferson Péres.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Concorro com o colega Relator.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Os convidados de hoje, se quiserem, virão para participar do debate, mas não para fazer nova exposição, claro.

O SR. GILBERTO GOELLNER (PFL – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Concedo a palavra ao Senador Gilberto Goellner.

O SR. GILBERTO GOELLNER (PFL – MT) – Só quero externar aqui a importância que este projeto vai trazer para a gestão das florestas e todo o empenho que o Estado de Mato Grosso vê por parte desta Comissão, deste projeto, das emendas que vão surgir. Quanto a essa gestão das florestas públicas, estava na hora de haver uma posição firme do Ibama. Infelizmente, não tive conhecimento prévio do que está sendo feito – nem os expositores falaram –, principalmente em relação a esses 47% das áreas devolutas e áreas em disputa na Amazônia Legal. Em nenhum momento, em nenhuma apresentação, eu ouvi aqui sobre a necessidade de se fazer um georreferenciamento, um mapeamento físico dessas áreas para iniciar todo esse processo. Não sei se há emendas para isso, mas é de extrema importância para o início de todo esse processo. Além disso, não ouvi também sugestões de crédito de carbono. Observo que este é um momento propício para tratarmos de crédito de carbono.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senador Gilberto Goellner, desculpe-me interrompê-lo, mas a Mesa entende que V. Exª já está participando do debate, e ainda não o iniciamos.

Estávamos discutindo.

O SR. GILBERTO GOELLNER (PFL – MT) – Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Pediria a V. Exª que se inscreva, se ainda não

o fez, porque há outros Senadores inscritos na frente de V. Ex^a.

O SR. GILBERTO GOELLNER (PFL – MT) – V. Ex^a me desculpe, porque sou novato.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Não há problema.

Gostaria de submeter à Comissão a sugestão do Senador Jefferson Péres com relação a ampliação do debate e de convidarmos novamente aqueles que representam instituições e que justificaram a sua ausência.

Penso que poderíamos fazer uma votação aqui em globo. Não compareceram o Sr. Ubiratan Cazetta, do Ministério Público do Pará; o Sr. Antonio Herman Benjamin, do Ministério Público de São Paulo...

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Por que o Ministério Público de São Paulo?

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Eu não sei de quem é a sugestão.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Da Praça da Sé.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Eu vou excluir o Sr. Herman para depois discutirmos o nome dele.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Só se for por causa da mata atlântica, pode ser também.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – É possível que seja por isso.

Continuo: o Sr. Marcus Barros, Presidente do Ibama; o Sr. José Natalino da Silva, da Embrapa; o Sr. Aziz Ab'Sáber, da USP; e o Sr. Luiz Gonzaga Lessa. Este é um general de reserva e não representa entidade nenhuma.

O SR. – Ele representa, é atual Presidente do Clube Militar, ex-comandante... (intervenção fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Nós não podemos acolher a interferência de quem está assistindo. Por gentileza, solicitaríamos não se manifestar.

Vamos votar em globo o convite desses nomes.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. (Pausa).

Aprovado.

Passamos a palavra ao Relator, Senador Jefferson Péres.

Senador Jefferson Péres, gostaria de esclarecer ao Plenário que ouviremos os Relatores, os autores dos requerimentos e, depois, os Senadores inscritos. Com a palavra V. Ex^a.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu me sinto muito à vontade e com legitimidade para relatar este projeto

na Comissão de Assuntos Econômicos porque sou um *homo amazonicus*. Nasci na Amazônia, vivo lá e vou morrer lá. Se morrer fora de lá, meu corpo vai voltar para lá. Toda a minha vivência é amazônica. Aquela é a minha casa.

Em segundo lugar, julgo-me com isenção por ser de oposição ao atual Governo. Tenho isenção para dar parecer a favor do projeto porque teria todas as razões do mundo para criar dificuldades e fazer fortes críticas ao atual Governo, que foi quem enviou a mensagem ao Congresso.

Por estas duas razões, sinto-me muito à vontade neste caso, independentemente de argumentos emocionais ou ideológicos que não me sensibilizam em nada. Eu só faço discussões objetivas.

Gostaria apenas de fazer algumas observações ao Dr. Paulo José, que representa os servidores do Ibama. Eu pincei rapidamente algumas passagens da sua manifestação. V. S^a disse no início que nós não temos experiência disso. Eu diria que nós só podemos adquirir experiência se tentarmos fazer. Então, o argumento realmente não me impressiona. Como é que nós podemos ter experiência se não fizermos?

Depois V. S^a falou que metade do território poderia se transformar em florestas públicas. Bom, 47%, aproximadamente, das áreas hoje da Amazônia são públicas, devolutas ou tituladas.

Como observou o representante do Ministério do Meio Ambiente, esses 47% não serão transformados em concessões. Como há uma série de requisitos previamente analisados, creio que uma área muito pequena se transformará em concessões públicas.

Portanto, o argumento de que metade da Amazônia vai ser transformada em concessões de florestas... Não é assim. É claro que não. Talvez nem 4% no final. Não é assim.

V. S^a falou em excesso de regulamentação. Olhe, Dr. Paulo, eu prefiro que o projeto peque por excesso de regulamentação do que por falta de regulamentação. Nós temos que ser muito cautelosos nisso, e todo cuidado é pouco. Portanto, o suposto excesso de regulamentação não me parece ser um argumento para condenar o projeto.

V. S^a falou na óbvia incapacidade de fiscalização dos órgãos públicos. Aí eu concordo, inteiramente. Mas isso é um problema administrativo, de recursos orçamentários e de estruturação do órgão, que no caso é o serviço florestal, e do próprio Ibama, na parte referente à defesa do meio ambiente.

Se nós deixarmos de fazer o que entendemos ser necessário na região a partir do pressuposto de que o Estado brasileiro é incapaz de fiscalizar, não faremos nada, Senadora Ana Júlia. Nós temos é que

aparelhar o Estado brasileiro para que a fiscalização seja eficiente e eficaz.

V. S^a falou na retirada de competência do Ibama. Bom, eu compreendo que V. S^a não veja com agrado isso, mas eu quero saber se a retirada de competência para o outro órgão vai prejudicar ou não a gestão pública de florestas. Se não prejudica, eu não vejo nenhum inconveniente nisso. Pode não agradar ao Ibama, à direção do Ibama, aos servidores do Ibama, com todo o respeito, mas não é uma questão de interesse público, aqui. Se não há nenhum prejuízo para o serviço público, pouco importa que a competência seja deste, daquele ou de vários órgãos públicos.

Eram então as observações que eu faria à sua manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)

– Eu agradeço ao nobre Senador Jefferson Péres, Relator, pela Comissão de Assuntos Econômicos, do projeto de constituição de florestas, e passo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa, Relatora pela Comissão de Meio Ambiente.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sr. Presidente em exercício neste momento, Senador Jefferson Péres, Relator na Comissão de Assuntos Econômicos, Dr. João Paulo Capobianco, Sr. Paulo José Prudente de Moraes, que aqui representa a Associação dos Servidores do Ibama, Sr. Justiniano, que aqui representa não só a Fiepa, mas, a própria Conaflor; é Vice-Presidente da Uniflor, aliás; ou seja, do setor. E o Sr. André Lima, que aqui representa diversas entidades que inclusive conhecemos e que trabalham nessa área há tantos anos.

Em primeiro lugar, agradeço a presença de V. S^{as}. Este debate é importante; um debate democrático, que apresenta inclusive o contraditório. É assim que podemos avançar no País. Sou de um Estado que é campeão em fatos ruins, mas recentemente vencemos um campeonato, e deste nos orgulhamos. O Estado do Pará foi considerado o Estado brasileiro em que mais houve diminuição de desmatamento, o que demonstra que, mesmo com as dificuldades, o Ibama tem atuado de forma eficiente. Eu às vezes até me preocupo porque algumas pessoas tentam detonar quando o Ibama passa a ter uma ação eficiente nesse sentido, e passa a ser inclusive perseguido. Portanto, esse título nos orgulha. Já o de campeão de morte no campo e o de campeão em incidência de trabalho escravo, estes não nos orgulham nem um pouco, ao contrário.

Em relação ao projeto de gestão de florestas, confesso que já havia participado de várias discussões a esse respeito antes mesmo de o projeto vir para o Congresso Nacional. E gostaria de parabenizar o Ministério, que promoveu uma discussão prévia, no Estado

do Pará, de que participei, com membros de diversos setores: o setor produtivo, governos estaduais, associações, trabalhadores, ONGs e sindicatos e associações do setor produtivo. Houve, sim, um trabalho de discussão democrática. Não estávamos acostumados com isso no País. E se não colocarmos as coisas para funcionar porque não estávamos acostumados e por isso não temos experiência, isso é triste; vamos parar no tempo e no espaço.

Cito vários exemplos de questões positivas. O Orçamento Participativo é uma experiência nova, a que não estávamos acostumados. Meu Município existe há quase 400 anos, e após mais de 380 anos é que passou pela experiência do Orçamento Participativo, que, com erros, acertos e ajustes, foi importantíssimo. Como em Porto Alegre, que foi referência inclusive internacional. Portanto, concordo com o Senador Jefferson Péres, ganhamos experiência.

É possível haver, num primeiro momento, problemas. Mas existem pontos positivos no projeto que o Sr. André Lima ressaltou, que é o acompanhamento que pode ser feito pela sociedade como um todo. O controle social é o meio que pode trazer transparência, que pode fazer o combate mais eficiente que existe à corrupção, acredito, como o controle social mais eficiente no combate à depredação, por exemplo. Esses são pontos positivos.

Tenho também preocupações, que ontem cheguei a apresentar à Ministra e aos funcionários do Ministério. Pelo menos, eu me senti mais tranqüila, pois fui informada de que vai haver uma regulamentação. Por exemplo, quando falam na limitação do tamanho das áreas, falam no máximo em 10% por esfera, mas vai haver uma limitação na própria regulamentação. Porque 10% de 5 milhões de hectares é uma coisa, e 10% de 500 mil hectares ou de 50 mil hectares é outra coisa. Portanto, deve haver uma limitação. Essa preocupação, eu sei, é também do Ministério. Por isso, registro esse fato, Dr. João Paulo Capobianco.

Uma outra preocupação que mencionei é com relação à participação do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Fala-se em consulta prévia apenas à Secretaria de Patrimônio da União. Porém, existem vários órgãos do Poder Executivo que interagem nas áreas, como, por exemplo, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o próprio Ministério da Agricultura. Digo isso porque sou de um Estado, o Pará, em que existe a maior quantidade de assentamentos do Brasil. Somente o Incra de Marabá – V. S^{as} devem saber que há dois Incras no Estado do Pará, de tão grande que é; dois Incras absolutamente independentes entre si em termos de autonomia – possui a maior quantidade de assentamentos do Brasil. Somando com o Incra da

outra parte da região, podemos imaginar que volume alcança. Portanto, peço ao Dr. João Paulo Capobianco que também responda a essa dúvida.

Penso que algumas preocupações que coloca a Associação dos Servidores do Ibama não deixam de ser justas em alguns aspectos, mas estamos vivendo um momento, mesmo que haja uma lei há mais de 40 anos, de picos de desmatamentos no País, e de descontrole muito grande. Temos a capacidade de passar por uma experiência que seja exitosa, que possamos construí-la de forma virtuosa. Existem muitos servidores seriíssimos no Ibama, e são a grande maioria, pessoas dedicadas, preocupadas inclusive. Mas, ao longo dos anos, alguns órgãos do Poder Público foram sucateados. Nós sabemos disso. Desde a época do Governo Collor que esses órgãos foram perdendo funcionários e as condições efetivas de realizar seu trabalho. Um desmonte mesmo. Recentemente, houve concurso para o Ibama e para o Incra, e ainda haverá. Surge um processo de estruturar melhor esses órgãos públicos a fim de que cumpram com mais eficácia e eficiência seu trabalho.

Mesmo não alcançando a perfeição aqui, penso que o projeto já sofreu modificações. Apenas para termos uma idéia, foram apresentadas centenas de emendas ao projeto na Câmara. Também participei de audiências públicas que as Comissões da Câmara dos Deputados promoveram em nosso Estado, e várias emendas foram acatadas. Se não me engano, mais de uma centena de emendas foram acatadas. Ou seja, o projeto foi sim aperfeiçoado.

Por que eu me preocupo, Senador Jefferson Peres, em relação à situação emergencial? O Senador Flexa Ribeiro conhece, tem acompanhado o processo. Existe um documento assinado por vários Prefeitos do Estado do Pará pedindo a nós, Senadores, que aprovemos com urgência o projeto de gestão de florestas. Se não aprovarmos o projeto, se apresentarmos emendas a ele, ele volta à Câmara dos Deputados. Com a atual situação daquela Casa, V. Ex^{as} acreditam que será votado quando? Portanto, temos essa responsabilidade.

Existe uma situação no Pará que depende de um termo de ajuste de conduta que não sai nunca, que já está há quase um mês no Ministério Público, e o Ministério Público não dá uma posição. Foram meses e meses de discussão. O setor está paralisado; precisamos dar uma resposta. O Projeto de Gestão de Florestas, como prevê um período de transição até seu efetivo funcionamento, seria a forma de o setor não paralisar, porque, se é verdade que existe uma grande preocupação, é verdade também que a economia do Estado do Pará depende fortemente desse setor. E eu

não posso esquecer que milhares de famílias naquele Estado passam fome agora, desempregadas, porque o setor está absolutamente paralisado.

Um fato me chamou a atenção: quando houve a audiência pública no Estado do Pará, exatamente o que existe de mais retrógrado nesse setor, pessoas que representam sindicatos fantasmas, grileiros de terra, pessoas que têm o costume de forjar projetos dentro do Ibama, e às vezes até têm sido ouvidas, não sei por que, é que foram contrárias. Bandidos que já foram presos por emissão de nota fiscal falsa, condenados pela Justiça Federal por ameaçar de morte o Gerente do Ibama, condenados por um Juiz Federal após responderem a processo e o Ministério Público Federal ter pedido a condenação. Senti que fazer oposição ao Projeto de Gestão de Florestas é o que tem de pior em meu Estado: grilagem de terra, violência, financiamento inclusive à violência. Isso realmente acendeu um alerta em nós, porque às vezes existe uma certa criminalização do setor de gestão de florestas, do setor produtivo, como se todo madeireiro fosse bandido, o que, absolutamente, não é verdadeiro.

Ao contrário. A maioria é de pessoas que querem trabalhar de forma séria. Mas muitos não possuem o título de terra porque o próprio Poder Público, que foi sucateado, passou anos e anos sem fazer a regularização fundiária. Está sendo feita agora. O Exército está na região de Anapu, Pacajá e Santarém, neste momento, fazendo o georeferenciamento. Todavia, não foi um processo simples, pois o Instituto Militar de Engenharia, o Exército Brasileiro, cumpre uma função, e para cumprir uma função que não era a sua finalidade, inicialmente, é óbvio que há de haver muito diálogo, muita compreensão e muito treinamento para que o trabalho seja realizado da melhor forma possível.

Acredito que está havendo uma extrema boa vontade por parte do Governo. Fiquei feliz com o que disse o Senador Jefferson Peres, que é amazonida, como eu. Eu também, Senador, se um dia tiver de morrer fora do meu Estado, quero que meu corpo, minhas cinzas, o que quer que seja, vá para lá a fim de ajudar minha terra, que é tão bonita e tão rica. É preciso que o povo também tenha direito de usufruir dessas riquezas.

Mesmo com limitações, penso que é o melhor que conseguimos construir. Existe sim um problema emergencial. E se nós não o enfrentarmos, estaremos fora da realidade. Como legisladores, temos responsabilidades, e responsabilidades sociais. Por essa razão, como já coloquei ao Ministério do Meio Ambiente, gostaria de ver aqui esclarecidas as dúvidas para toda a sociedade. Porque o Congresso Nacional é fruto dos diversos setores representados na sociedade. Portanto, temos aqui um Congresso democrático, com opiniões

diferentes. Nunca será exatamente esta opinião ou aquela opinião, ela sempre será um meio termo, um diálogo. Sempre costumo dizer que é do debate de idéias diferentes que surgem as melhores idéias.

Quero crer que vou dar um parecer favorável ao projeto. Vamos poder debatê-lo, mas faço esse apelo pelas milhares de pessoas que vivem naquele Estado, pela paralisação que ocorre no Pará, um processo que não depende mais, com toda a boa vontade que estão tendo, do Incra e do Ibama, porque o próprio Ministério Público Federal não consegue responder ao termo de ajuste de conduta. Ou seja, a única saída para aquele setor é o Projeto de Gestão de Florestas. Do contrário, haverá uma paralisação total, o que, com certeza, será um grande desastre.

Gostaria de ver respondidas minhas dúvidas, e que todos pudessem ter acesso a essa questão.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)

– Pela ordem, Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM)

– Sr. Presidente, Srs Membros da Mesa, Senadoras e Senadores, acompanho com muita atenção as discussões sobre o projeto, que é importante para a região, especialmente a região amazônica. No entanto, o enfoque colocado não parece real. A questão da exploração florestal da Amazônia não foi consequência – ou o desmatamento da Amazônia – da exploração da madeira para a atividade econômica. Ela teve início quando os países desenvolvidos entenderam que haveria uma crise de carne no mercado europeu e precisariam de um centro de produção que abastecesse de carne a Europa. Isso levou o Governo brasileiro a fazer grandes concessões e estimular com financiamentos a instalação de fazendas de multinacionais no Sul do Pará, com todos os incentivos possíveis. Daquele desmatamento no Sul do Pará não saiu um metro cúbico sequer de madeira para exportação. Foi todo em função do boi.

Em uma segunda vez, o Governo, com a transformação do Território de Guaporé no Estado de Rondônia, estimulou, com a anuência e a participação do Banco Mundial, a colonização do novo Estado. Havia propaganda no Brasil – em São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – para irem para Rondônia plantar café, especialmente – aquele era o novo pólo cafeeiro do Brasil –, e desmatar à vontade. Indução do Governo brasileiro e do Banco Mundial.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)

– Senador Gilberto Mestrinho, se V. Exª me permite, vou inscrevê-lo, porque acredito que a participação de V. Exª nesta audiência é de suma importância, pelo

conhecimento e competência que tem a respeito dos problemas amazônicos.

Estou sendo lembrado pela autora do requerimento de que ela tem precedência, assim como o Senador Sibá Machado. Portanto, gostaria que V. Exª me permitisse a sua inscrição.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM)

– Entendo. Eu permito, Sr. Presidente. Gostaria apenas de concluir.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)

– Pois não. Para concluir, então, Senador.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) –

Gostaria apenas de analisar o caso do Acre, o problema Chico Mendes. Houve uma fase em que o Governo da Redentora fez uma campanha de compra de seringais no Acre e no Amazonas. O Banco do Brasil financiava três vezes o valor da compra. Você vendia um seringal por um milhão, por exemplo, ia ao Banco do Brasil, e o Banco lhe dava três milhões para criar boi. Não era para serraria, para nada. Era para criar boi. Essa foi a causa maior do desmatamento. Por isso, é preciso cuidado com esses projetos de iniciativa governamental, pois nem sempre representam o interesse da floresta brasileira. Mesmo porque a floresta não é só madeira. A floresta tem a biodiversidade, que é mais valiosa do que madeira; os fungos e bactérias; os óleos essenciais; e uma série de produtos para farmácia. Portanto, é preciso cuidado.

A preocupação em haver cuidado na discussão do projeto é de todos. E é estranha a ausência do Ibama, que seria o órgão mais responsável por isso. Mas como o Ibama só faz atrapalhar na região amazônica, justifica-se a posição deles.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)

– Agradeço ao Senador Gilberto Mestrinho. Quero contar com a inteligência de V. Exª por ocasião dos debates. O conhecimento de V. Exª sobre a região é de suma importância para que se possa aprofundar a discussão para a análise desse projeto de gestão de florestas. Pergunto aos nossos convidados se, em curto espaço de tempo, teriam alguma observação a fazer sobre o relatório do Senador Jefferson Péres e da Senadora Ana Júlia Carepa.

Concedo a palavra ao Sr. Paulo José, do Ibama.

O SR. PAULO JOSÉ FONTES – O Senador Jefferson Péres, nosso Relator mencionou alguns pontos. Queria só tentar esclarecer, Senador.

Quando falamos da nossa falta de experiência em concessão nossa preocupação não é a de que não possamos fazer a concessão. Tanto é que o próprio Ibama, a própria área técnica do Ibama, em 2000, encaminhou um primeiro processo de concessão florestal,

justamente para começar o processo e para entendê-lo melhor. Só que nossa posição, nossa visão, é a de que deveremos começar esse processo com uma série de retaguardas em questões de grandeza, de ordem de grandeza. Então, queríamos fazê-lo dentro de unidades e conservação, ou seja, dentro de nossas florestas nacionais. Até para aprendermos, para dominarmos, para resolvermos uma série de problemas, de questões, que entendemos que vão acontecer. Conseguimos fazer um trabalho desse na Floresta Nacional do Tapajós. Foi uma experiência em um sistema de gestão direta e não de concessão, fazendo somente a terceirização do serviço. Foi muito interessante esse trabalho porque possibilitou ao Ibama trabalhar dessa forma e a conviver – não a floresta, mas uma unidade – com a atividade industrial madeireira, com as comunidades locais e com a pesquisa. Esse modelo todo foi feito no Tapajós. Foi muito interessante. Tivemos dificuldades, tivemos trabalho, aprendemos. Foi um processo com o qual muito aprendemos e cremos que deveria ter continuidade. Quando se interrompe e se parte para um projeto desses, que abre toda uma possibilidade, muito nos assusta, Senador. É nesse sentido que falo da falta de experiência com relação às concessões. Quando vemos essa experiência no exterior ela nos assusta mais ainda. Falo da forma como aconteceu.

Com relação ao que V. Ex^a falou, da porcentagem de terras devolutas na Amazônia. É claro que entendemos que nem todas, aliás a grande maioria, não será objeto de concessão. Mesmo porque não há estrutura, não há condições de exploração em muitas delas. A nossa preocupação é, justamente, esse sistema, é a questão fundiária de todas essas terras. Como é que vamos lidar com a questão, dentro de todas as dificuldades que conhecemos e do processo complexo que é. É nesse sentido que nos assusta, também, de uma hora para outra termos um continente – por assim dizer, já que é uma área muito extensa – sendo tratado como floresta pública e com toda essa possibilidade de uso de recursos florestais. Olhamos para a nossa capacidade instalada, para a nossa estrutura e, realmente, nos assustamos.

A questão do excesso da regulamentação. Sou técnico do Ibama há mais de vinte anos. Trabalho nessa área, Senador. Muitas vezes ouvimos – como acabei de ouvir do Senador – que o Ibama engessa toda a atividade florestal na Amazônia, que o Ibama é quem mais atrapalha. Temos o maior interesse de que o desenvolvimento sustentável na região aconteça o mais rapidamente possível. Muitas vezes, por um excesso de regulamentação e não por capacidade de implementação de toda essa regulamentação, as coisas ficam travadas, não acontecem, as autorizações não saem,

por uma série de situações. A gente pega a legislação e vemos que as coisas poderiam estar simplificadas. Na verdade, há toda uma burocracia, todo um problema a ser resolvido antes de poder-se autorizar o uso de algum recurso. O Ibama é sempre taxada como responsável. É o Ibama que impede. Isso nos deixa, de certa forma, entristecidos e nos sentido, por vezes, impotentes, incapazes. Na verdade, não temos as condições necessárias, não temos a capacidade instalada para que aconteça de uma forma mais produtiva.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – V. Ex^a permite-me um aparte?

O SR. PAULO JOSÉ FONTES – Pois não.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Se a experiência, inicialmente, mostrar que há regulamentação excessiva, alguns pontos da regulamentação são inaplicáveis, e o governo muda isso até por medida provisória.

O SR. PAULO JOSÉ FONTES – Este, inclusive, é um aspecto que, às vezes, me deixa meio confuso em ver a atividade industrial madeireira apoiando o projeto da forma como está. Porque, na nossa regulamentação do manejo, hoje uma das maiores críticas que recebemos do setor produtivo, Senador, é justamente quanto ao fato de ser extremamente burocrático. E não se consegue trabalhar por esse motivo, pois isso inviabiliza o uso do recurso. Agora, você pega o projeto aqui e triplica essa burocratização, em termos de estudos, de trabalhos, de tudo o que tem que ser feito. Afinal de contas, então, o manejo que está lá hoje não é tão burocratizado assim, se formos olhar isso aqui. Então esse é outro aspecto.

E, quando falei da retirada da competência do Ibama, estamos tentando analisar isso na forma do interesse público, sim. Veja bem, os recursos são escassos, a capacidade instalada é mínima. O colega mostrou ali, não trouxe esses dados, mas 40 engenheiros florestais na Amazônia é um número irrisório! Não conseguimos cuidar, ainda mais com um projeto dessa magnitude, a contento! Isso vai, realmente, prejudicar o projeto, e é nesse sentido que temos essa grande preocupação. E o fato de pensarmos que agora vai começar a haver concurso no Ibama, e muitas vezes até escutamos que o Ibama está sendo privilegiado com isso, é só um aspecto! Não adianta haver só o concurso. Há o concurso, chega um analista que não tem onde sentar, onde trabalhar, não tem o mínimo necessário para fazer o trabalho dele! Então não é só fazer o concurso. É claro que precisamos do concurso, que precisamos de reforçar os quadros, mas precisamos de capacitação, de treinamento e de equipamento de ponta para poder trabalhar. E não vemos isso contemplado no projeto, ou essa preocupação específica. Isso

realmente nos preocupa bastante. Estamos, hoje, com cortes sucessivos no nosso orçamento. Se pegarmos o orçamento atual da Diretoria de Florestas, que é quem cuida disso, veremos que é irrisório! Então isso nos deixa bastante preocupados.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – AC)

– Só um aparte. Essa preocupação é justa, é justíssima. E temos que exigir, sim, do governo. Digo sempre que esse resquício peessedebista do nosso governo é cruel, entendeu! Então temos que realmente mudar, alterar, garantindo, dessa forma, recursos, não só para esta situação aqui, mas em tantas outras necessárias, com o nosso Ministério da Fazenda, que digo que ainda ficou no PSDB.

Essa é uma exigência que temos que fazer! Inclusive peço uma satisfação sobre isso ao Dr. João Paulo Ribeiro Capobianco.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO

– Ok!

Então, Senador, só para concluir, vou fazer um esclarecimento sobre o que V. Exª colocou, no início, no que diz respeito a nossa participação aqui e a nossa representação.

Gostaria de deixar claro o seguinte: desde o início desse projeto, os funcionários, os servidores do Ibama se manifestaram contrários a ele. E, num primeiro momento, Senador, a própria direção, o Conselho Gestor do Ibama, se manifestou também contrária a esse projeto, inclusive com um documento nesse sentido. Isso foi antes de começar toda a tramitação do projeto na Câmara.

Durante essa tramitação e durante os trabalhos que foram desenvolvidos na Câmara, realmente, houve melhorias, houve emendas que foram acatadas, então a direção do Ibama entendeu que, a partir daquele momento, aquela situação estava aceita. Só que nós, funcionários do Ibama, continuamos, e essa não foi uma decisão pessoal, foi uma decisão tomada em assembléia com mais de 300 funcionários, entendemos que não, que o projeto continuava sem atender pontos críticos fundamentais e que prejudicariam, em muito, o trabalho do Ibama, não dando condições de que fosse bem-sucedido da forma como estava. Então, por isso que continuamos com essa posição contra o projeto nesse aspecto.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)

– Agradeço.

Vamos passar aos senadores inscritos para o debate. Inicialmente, aos autores do requerimento. Passo a palavra ao Senador Sibá Machado.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – AC)

– Só uma questão pela ordem!

Então as perguntas que fiz ao Dr. Capobianco vão ficar para depois? Para mim, não há problema algum.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)

– Consulte os convidados se gostariam de usar da palavra, mas o único que se manifestou....

O SR. – Eu me manifestei, V. Exª que não ouviu.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)

– Então me desculpe, não ouvi!

Senador Sibá, com a permissão de V. Exª, vamos dar....

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Mas me deixe só tirar uma dúvida com V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)

– Pois não!

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Mas permita-me apenas esclarecer uma dúvida com V. Exª, porque também participo de uma CPI e terei que sair inevitavelmente agora. Inclusive terei que rejeitar a minha participação na reunião.

Eu só queria entender: houve uma apresentação?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)

– Houve; de todos eles.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Os relatores já apresentaram os seus pareceres aqui?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)

– Ah, não. Será marcada uma nova audiência pública para a próxima terça-feira e serão refeitos os convites àqueles que não compareceram aqui para que, após essa audiência pública de terça-feira, numa sessão extraordinária, seja apresentado e votado o relatório. V. Exª terá tempo para acompanhar ainda a audiência na próxima terça-feira.

Eu perguntaria aos nossos convidados se poderíamos ouvir os autores do requerimento e os Senadores, em debate, para depois respondermos em bloco. Pode ser? (Pausa.)

Então, concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Eu vou fazer um comentário, não vou fazer perguntas, porque cheguei atrasado e não sei o que o pessoal falou.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)

– V. Exª nunca chega atrasado, apenas fora de hora.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O problema é que quem mora no Acre está condenado agora aos caprichos da Varig. Infelizmente, há sessenta dias, não há um dia sequer em que o avião deixa de atrasar por mais de duas horas. E nós ficamos no aeroporto esperando. Chegamos aqui há pouco.

Quero fazer um pequeno comentário, Sr. Presidente. Em primeiro lugar, qualquer iniciativa dessa

envergadura gera dificuldades de compreensão num primeiro momento. Isso é o natural das coisas. Não é a primeira vez que tratamos de matérias que requerem um pouco mais de cuidado e de compreensão para que as pessoas possam tirar suas dúvidas e corrigir as imperfeições dos projetos ou coisa parecida.

Considero que esse projeto tem um caráter de resolver um problema grave que é o da expansão da ocupação desordenada da Amazônia. Esse é o primeiro problema. Olhando para o passado, nós vimos a chegada dos portugueses que usavam a história da exportação das drogas do sertão, da madeira de corte, da borracha e assim sucessivamente.

Se perguntarmos qual foi o momento em que a ocupação foi ordenada, não há. Se perguntarmos em que momento o Poder Público conseguiu dirigir com perfeição o processo, não houve. Depois, tivemos momentos completamente contraditórios da cultura da borracha para a cultura da agricultura com a criação das estradas. Inicialmente, usávamos os rios; depois, vieram as estradas que cortam todos os rios de forma transversal. De lá para cá, estamos vivendo o nascimento de cidades para todos os lados. Então, a Amazônia é o retrato de uma ocupação, infelizmente, ainda desordenada.

Observamos a chegada, em sucessivos momentos da história, de pessoas de outras regiões do País que ocupam aquela área da forma que bem querem. É um Estado sem lei e sem ordem, devido à vastidão do território, e desafio qualquer instituto público a conseguir uma dominação maior, o que só será possível regularizando um pouco mais a forma do uso.

Muitos debates já foram feitos sobre o projeto de florestas públicas, e certamente algumas coisas ainda precisam ser aperfeiçoadas. Qual é o prazo que temos para isso, Sr. Presidente?

Nós poderíamos deixar para o próximo ano, mas, a cada ano que se atrasa, a velocidade da ocupação, do desmatamento, da grilagem e de tantas outras coisas é muito forte. Eu desafio o Poder Público a ter capacidade de dar uma freada nessa situação.

Como eu morei muitos anos na Amazônia – vivo lá há cerca de vinte e cinco anos -, acompanhei muito bem a ocupação da Transamazônica, principalmente, e de toda a região do Arco do Fogo. E digo que estamos aqui com este projeto, como costumamos dizer lá, “entre a língua e o beijo”. Temos que fazer ainda muitos aperfeiçoamentos, mas não sei se podemos nos dar o luxo de atrasar mais, porque o grande problema, volto a dizer, é a geração de expectativa de propriedade nas pessoas que vão para aquela região.

Então, temos aqui a proposta de se criar um serviço, digamos assim, de especificar melhor a forma de acompanhamento e a exploração comercial.

Outra questão é a linguagem da forma dessa ocupação. Sou oriundo do movimento social daquela região, sempre fizemos um combate à grilagem, sempre defendemos a biodiversidade, e sempre fomos xingados. Dizem que cuidamos muito mais de macacos do que de gente; que estamos muito mais preocupados com os bichos da mata do que com o alimento das pessoas. Essa é a forma com que somos tratados, de forma pequena, achincalhada e assim por diante.

Mas sinto que, durante esses anos, também tivemos a dificuldade de apresentar uma alternativa econômica, porque essa linguagem todo mundo conhece. No momento em que se fala em recuperar um padrão de renda das pessoas, em melhorar uma condição financeira, aí eu acredito que nós entramos numa linguagem universal.

O projeto, além de um serviço, Sr. Presidente, procura também criar uma demanda financeira, tanto para o Poder Público quanto para as pessoas que querem explorar um produto que a natureza deu. Ninguém plantou. Eu até costumo brincar com algumas pessoas: cortar a mata, queimá-la, limpá-la, plantar um arroz ou outra coisa qualquer para ver essa coisa crescer, transportar, beneficiar e vender, nós encurtamos todos esses caminhos com um produto que já está plantado. Basta trabalhar de forma ordenada.

Então, eu sei que há muitos gargalos ainda pela frente, mas quero defender aqui um ponto de vista. Não conheço ainda o parecer dos Relatores, nem da Senadora Ana Júlia Carepa, nem do Senador Jefferson Péres, nem dos demais; se não me engano, tem mais o do Senador Mozarildo Cavalcanti. Sei das emendas que V. Ex^a tem para apresentar ao projeto. Sei da vontade que o Ministério tem de discutir, de dialogar para tirar essas dúvidas. Eu sei que teremos uma discussão num momento mais adequado, quem sabe até numa reunião mais individualizada com alguns Senadores, para tirar essas dúvidas. Mas, neste momento, o pedido que fazemos é: votamos um projeto dessa natureza, apontamos para uma saída negociada para a Amazônia, identificamos melhor as pessoas que vão operar economicamente aquela floresta e teremos um endereço para fazermos cobranças.

Estou vindo do Estado agora. Visitei vários Estados, sobrevoei algumas regiões e encontrei, em Municípios daqueles bem longínquos, bem centrados no meio da floresta, por incrível que pareça, focos de incêndio que me preocuparam, no Peru, na Bolívia, no Acre, no Amazonas, essa região cercada de fogo. E as pessoas vêm com um discurso, Sr. Presidente, que é muito

complicado. A hora que vamos lá tentar dialogar que o uso do fogo, que esse método não serve, as pessoas dizem: do que eu vou viver? Então, se nós não tivermos uma parceria econômica de um produto já dado, não vejo alternativa. E eu não consigo entender uma coisa: apesar das nossas preocupações que temos aqui em Brasília, a velocidade com que as medidas chegam lá na ponta para serem uma solução para esses problemas é muito baixa, Sr. Presidente. Assim, eu acho que nós não teremos capacidade de frear o desmatamento desordenado que estamos vendo aí.

Portanto, o que eu tenho aqui neste momento é mais um comentário. Eu gostaria de vir com mais números na próxima reunião. Não tive oportunidade de ouvir as apresentações, mas, num próximo momento, teremos aqui, com certeza, alguns Governadores, teremos aqui, mais uma vez, a presença de alguns membros do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e de outras instituições, e vamos voltar ao debate.

Mas eu acho que o Senado Federal tem uma dívida. Se nós ficarmos aqui aguardando, Sr. Presidente, que cheguemos a um consenso pleno e absoluto sobre o que é o mais correto para o uso daquela região, temo que contribuiremos, na verdade, para seu verdadeiro arraso e destruição.

Era isso, e agradeço pela oportunidade a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Agradeço ao nobre Senador Sibá Machado.

Passo a palavra, para o debate, à Senadora Serys Slhessarenko, como autora do requerimento.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – Sr. Presidente, senhores debatedores da mesa, Senadores e Senadoras, infelizmente tive que sair várias vezes desta audiência, porque estava participando de outras duas Comissões. Mas, mesmo no pouco tempo em que estive aqui, algumas questões já foram colocadas.

Eu diria que, por trás dessa questão da concessão de florestas públicas para exploração, existe a questão fundiária – e já foi dito isso aqui. No meu Estado de Mato Grosso, por exemplo, é gravíssima a situação. Infelizmente, eu não tenho a mesma alegria da Senadora Ana Júlia Carepa, cujo Estado reduziu as queimadas. O Mato Grosso teve o mais alto índice, é o problema que está lá. Inclusive o Governador do Estado é tido, junto com George Bush, pelo **The Economist**, como o maior destruidor de florestas do mundo. Blairo Maggi e Bush. Quer dizer, é complicada a situação do meu Estado de Mato Grosso.

Temos lá a questão das terras públicas, que também já foi mencionada, se não me engano pelo Sr. João Paulo Capobianco. Em Mato Grosso, por exemplo, nós

tínhamos mais de seis milhões de hectares de terras públicas. Hoje, a metade delas já está “regularizada” – entre aspas, mas está -, e a outra metade está com posse de grileiros, da grilagem etc. Tenta-se buscar o retorno dessas terras, mas está difícil. Mas não estamos discutindo esse assunto, então, queria passar rapidamente para a questão da indústria madeireira no meu Estado. Lá a situação está delicadíssima já que foi onde mais se queimou no País. Está absolutamente parado.

Há ainda uma outra questão a tratar antes de discutir a concessão de florestas, que é realmente a impossibilidade – nem sei o que digo – dos órgãos governamentais, que hoje são do nosso Governo, de funcionar.

O Ibama, no meu Estado, depois de todo o escândalo de mais de 100 pessoas presas, hoje busca discutir a questão do desenvolvimento sustentável, que é importantíssima. Inclusive presido a Frente do Congresso de Desenvolvimento Sustentável Agenda 21 Local. Mas como fazer desenvolvimento sustentável em um país em que as nossas instituições estão funcionando devagar, quase parando, e numa imensa dificuldade? Por exemplo, o desenvolvimento sustentável precisa de quê? De manejo. No meu Estado, todo mundo reclama dos projetos de manejo. Não existe gente para avaliar; não existe isso nem aquilo. Como fazer desenvolvimento sustentável se não há quem resolva as questões para haver o manejo florestal? Como fazer? Há reclamações todo final de semana. Fico lá sexta, sábado, domingo e segunda, e a reclamação é generalizada, de que esses órgãos não funcionam.

Há uma tal autorização da Funai – até Município onde não há índio precisa dela – que leva de seis meses a dois anos para se conseguir. Isso é brincar com a situação! É brincadeira querer fazer desenvolvimento sustentável com órgãos que não funcionam. Então, a primeira questão a ser resolvida é o funcionamento desses órgãos, com competência técnica e compromisso político. Não é político-partidário; é político para fazer a coisa acontecer dentro daquilo que deve ser politicamente correto – vamos dizer assim –, e com competência técnica suficiente para o desenvolvimento de determinadas políticas. Temos boas e ótimas leis, mas elas têm que ser executadas.

Não vou repetir parte do discurso da Senadora Ana Júlia, que falou do sucateamento no serviço público. Isso é uma realidade. Ou mudamos essa realidade ou vamos ficar fazendo discurso vazio.

A indústria madeireira está paralisada. Há milhares de pessoas passando fome, principalmente no meu Estado, e não existe alternativa. Essas pessoas não podem morrer de fome. Se formos olhar as distâncias

que existem no meu Estado de Mato Grosso, veremos que há Municípios a 1,5 mil quilômetros da capital, com quase metade de suas estradas de chão, onde é difícilimo de chegar. E o que se faz? Que alternativas há? Então, que se busquem essas alternativas.

A meu ver, esse projeto está buscando; trata-se de uma alternativa politicamente correta. Não tenho dúvida disso. É polêmico? Sim. Mas é importante? É importantíssimo! Claro que precisamos discutir mais. É fundamental – já foi aprovado aqui – que se ouçam outros órgãos, Governadores, a Sr^a Ministra. É fundamental a presença do Ibama, pois essa é realmente uma situação complicada. Não digo que as atitudes deles sejam politicamente incorretas, de jeito nenhum. Ao contrário. Mas também não podemos ficar tentando protelar essa questão. Temos que encarar esse bicho e pegá-lo de frente. Para isso, é preciso mais gente, preparo e condições. Ou fazemos isso acontecer ou vamos continuar aqui com concessão de florestas públicas aprovada sem termos condições de fiscalização, que é vital e fatal ao mesmo tempo. Quer dizer, isso tem que acontecer, senão será fatal.

Estava lendo aqui um parecer, uma entrevista de um pesquisador do Inpa, Dr. Niro Higuchi, uma pessoa extremamente preparada. Ele discorda totalmente disso, mas podemos tentar convencê-lo para que veja essa situação de forma diferenciada. Digo isso aqui porque, nesse parecer, ele diz que isso é favorável aos interesses internacionais. Digo que talvez – eu não teria tanta convicção ainda – esta lei vai ajudar muito na própria questão da soberania da Amazônia.

Estive visitando o Estado do Amazonas não faz muito tempo e o que eu realmente vi e ouvi, conversando inclusive com o comando geral da Amazônia, é muito grave. A situação é muito grave! A nossa soberania pode estar extremamente comprometida. Não vão ser as Forças Armadas que vão ter condições de fazer ou assegurar essa soberania de forma solitária, sozinha. De jeito nenhum. São as populações ribeirinhas. E isso é um estímulo às populações ribeirinhas e às indígenas, e tudo o mais. Quer dizer, a sua expansão; e, para a sua expansão, a sua sobrevivência, porque é óbvio que, se não houver sobrevivência, as pessoas não vão ficar lá. De jeito nenhum. E se elas não ficarem lá, a soberania está comprometida. Eu não tenho nenhuma dúvida disso, porque milhares de pesquisadores de forma irregular estão na Amazônia. Sabemos disso também. E o que fazer para reverter essa situação? Talvez este projeto pode vir a contribuir forte e grandemente para essa questão. Agora, como fazê-lo é que é a grande questão.

Apresentei várias questões que nos causam preocupação com relação à fiscalização, mas acredito que

isso ainda é uma especificidade que outras discussões vão nos ajudar a clarear, especialmente com o Ibama e outros órgãos.

Como será feita, com segurança, essa fiscalização? Todas essas questões levantadas aqui, e que eu levantei também, precisam realmente de infra-estrutura. O Senador Jefferson Péres já fez esse registro. Se isso é preciso, as condições têm de ser viabilizadas, e ponto. Por isso, não vou entrar nessa especificidade de reestruturação de órgãos, de fortalecimento desses órgãos.

Por último, eu queria dizer aqui que precisamos que essas matérias sejam discutidas profundamente e aprovadas nas Comissões, para irem para o plenário. Este assunto é muito importante e precisa ser acelerado, porque a nossa população está sofrendo, principalmente os trabalhadores da indústria madeireira do meu Estado do Mato Grosso. Eles estão passando uma necessidade das mais violentas, vamos dizer assim. É necessária uma solução. E esse processo de concessão das florestas públicas é a alternativa politicamente correta, desde que seja colocada de forma tecnicamente competente e politicamente correta.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Agradeço à Senadora Serys Slhessarenko.

Passo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa, como autora do requerimento.

Deseja V. Ex^a acrescentar mais alguma outra observação, Senadora? (Pausa.)

O próximo inscrito é o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, eu só teria a acrescentar o que acaba de dizer a Senadora Serys e o que disse a Senadora Ana Júlia. O maior perigo que corre a Amazônia é o da miséria.

Populações do interior da Amazônia, que eram mais bem preservadas, Senadora, estão miserabilizadas. Ou se cria uma alternativa realmente para ela, compatível com o meio ambiente, ou, como se disse muito bem, não há Forças Armadas que segurem aquilo. Haverá narcotráfico, contrabando, fuga, devastação, fogo; ninguém segura.

Não venham com propostas utópicas, românticas, que não dêem condições de sobrevivência àque-la gente.

Ontem, antes de ir ao aeroporto, fui a uma reunião de Prefeitos do Amazonas. Todos os Prefeitos estavam lá, convocados pela Associação dos Municípios. Foi um choro geral. As Prefeituras vivem de IFPM, repasse de ICMS; e as populações, ou de agricultura de subsistência ou são mendigos das Prefeituras. Pen-

sar que se segura aquilo com discurso, com retórica? O que é isso? Só quem não vive lá mesmo. Era isso, Sr. Presidente

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, apenas para fazer um comentário.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Pois, não, Senadora Ana Júlia.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Eu já disse aqui que percebo que poderíamos até aperfeiçoar mais ainda o projeto, depois de muitas discussões. Mas eu me coloco junto ao que a Senadora Serys e o Senador Jefferson Péres têm registrado. Assim, com a realidade que vejo no nosso Estado, prefiro, neste momento, aprovar este projeto com os aperfeiçoamentos que já foram feitos na Câmara, lutar para que nós possamos garantir os recursos, exigir que isso seja feito. Prefiro isso, com toda sinceridade, mesmo que seja algo imperfeito. Mas aqui, como eu falei, é difícil aprovarmos leis perfeitas. Então, prefiro ser aliada de um processo que pode ser virtuoso a sentir-me cúmplice da bandidagem que, no meu Estado, é toda contra o projeto. Entre ser cúmplice de bandido e ser lutadora para que isso aqui funcione da melhor forma e a mais virtuosa possível, eu sou lutadora para que funcione melhor. Cúmplice de bandido? Jamais!

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Obrigado, Senadora Ana Júlia.

Pela ordem de inscrição, teríamos o Senador Valdir Raupp, que se ausentou, o Senador Eduardo Suplicy, a Senadora Lúcia Vânia e o Senador Gilberto Mestrinho.

Eu vou passar a Presidência ao Senador Jefferson Péres para que eu possa fazer uso da palavra como debatedor.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Serei breve, Senador Jefferson Péres, mesmo porque os nobres Senadores que me antecederam esgotaram a matéria nesse primeiro instante. Mas quero fazer algumas observações.

Sr. Presidente Senador Jefferson Péres, este projeto vem desde o Governo passado. Ainda na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso, foi encaminhado pelo Executivo um projeto sobre a concessão de florestas, mas, ao final do Governo e ao iniciar o Governo do Presidente Lula, esse projeto foi retirado pelo Executivo, evidentemente alterado na sua concepção e reencaminhado ao Congresso.

Quanto a essa questão de que ser possível fazer a exploração econômica das florestas brasileiras, entenda-se que, apesar de ser um projeto de âmbito nacional, todo o foco, toda visão e questão se concen-

tram evidentemente na Região Amazônica, que é, hoje, como foi aqui colocado – talvez não abertamente –, uma região de cobiça internacional.

Então, ou nós desenvolvemos a Amazônia, exploramos de forma ambientalmente sustentável aquela região, ou corremos sérios riscos de a perdermos para a cobiça internacional.

Nós não temos somente floresta. O próprio Senador Jefferson Péres fez referência à biodiversidade. Nós temos a maior reserva de água doce do Planeta, sobre a qual existe uma cobiça que ainda neste século será de foco internacional. Então, a meu ver, este projeto deve realmente ser aprovado e testado.

Mas isso me preocupa, Senador Jefferson Péres. V. Exª há pouco fez um comentário a mim, quando estava na Presidência, de que, havendo necessidade de se alterar, que isso seja feito ao longo do processo. É verdade que o Congresso tem esse poder de fazer as alterações necessárias para que o projeto retome um caminho de eficácia melhor. Mas a prática nos mostra que, na realidade, isso não ocorre. Nós mesmos, na Amazônia, perdemos por uma ação impensada do Governo de então, quando eliminou a Sudene e a Sudam e criou a ADA e a Adene. Há quatro anos ou mais, as regiões estão sem ter acesso a uma política de incentivo que diminua as desigualdades regionais, e elas existem.

Na lei, estão criadas a ADA e a Adene, e elas não funcionam porque foi dito em audiências como essa que a lei não era prática, não teria consequência prática, mas ela foi aprovada de forma apressada e está aí há quatro anos. Estamos estudando agora a recriação da Sudam e da Sudene, Deus queira, dentro de parâmetros que realmente possa ser retomada a questão do incentivo ao desenvolvimento. Então, preocupa-me essa questão de mudar depois. A discussão aprofundada do projeto é importante. Lamento apenas que essa audiência pública esteja sendo feita às vésperas do prazo de encaminhamento do projeto ao plenário. E também concordo com V. Exª de que não podemos mandar o projeto sem que as Comissões técnicas tenham discutido e votado um parecer a respeito dos mesmos.

A minha preocupação – e quero dividir isso com a Presidência, com os meus Pares no Senado e com os nossos nobres convidados – é de que este projeto realmente não traga o resultado que o setor, que a sociedade, o segmento produtivo está aguardando. E tenho dito – posso dizer isso aqui porque tenho dito repetidas vezes à Ministra – que este projeto está “vendendo” uma fantasia de que ela vai resolver o problema do segmento madeireiro com esse projeto. Não é verdade isso, pelo menos a curto e médio prazo. Não

é verdade isso. Nós não vamos resolver o problema imediato com este projeto, vamos resolvê-lo, sim, a médio e longo prazo. A solução imediata para os nossos irmãos amazônidas que estão no desemprego, na miséria, e para as empresas que estão sendo desativadas, deve ser dada pelo Ministério de Meio Ambiente, com a aquiescência do Ibama, do Incra e do Ministério Público, retomando a atividade dos projetos de manejo que estavam funcionando mas que foram paralisados, e que estão desde fevereiro deste ano sob consulta e sob estudo por parte desses órgãos, sem que tenha havido solução prática até hoje.

Há três semanas, estive com a Ministra, e S. Ex^a disse que o TAC estaria aprovado; que eu saiba, até hoje, não saiu da quarta câmara do Ministério Público. Aí dizem que é problema do Ministério Público; não é apenas do Ministério Público; é problema também dos órgãos ambientais, do Ibama, do Ministério do Meio Ambiente, o problema é de todos. E aí quem responde por isso são aqueles brasileiros que estão lá sem condição de sustentar as suas famílias; esses, sim, respondem pela dificuldade que foi criada pelo Governo quando suspendeu, de forma arbitrária e de forma unilateral, aqueles projetos de manejos aprovados.

E aí, Sr. Presidente, Senador Leomar Quintanilha, um mês atrás, na Casa Civil, foram entregues ao Presidente Marcos do Ibama projetos de manejo com terras titularizadas, porque o Ibama dizia que não podia aprovar o manejo porque não tinha título da terra, que o Incra não concedia. Existem vários projetos – e eu disse a Ministra – entregues e protocolados no Ibama com terras titularizadas e que o Ibama simplesmente não dá seqüência. Ou seja, o Ibama não tem interesse em fazer com que a Amazônia se desenvolva. O Ibama não tem interesse em resolver o problema que aflige a sociedade brasileira, e são vinte milhões de brasileiros que estão lá, colocados em condições de indigentes para poderem viver.

Quero dizer – a Senadora Ana Júlia aqui fez uma observação – que concordo com o que o funcionário do Ibama colocou, de que é necessário, ao transferir as responsabilidades ao Ibama, dar-lhe condições para que ele possa cumprir com essas responsabilidades, condições funcionais, de pessoas, e condições materiais, de recursos, de equipamentos e de tudo. Então, a Senadora Ana Júlia disse que lamentava que o Governo do Presidente Lula tivesse mantido os resquícios da política econômica peessedebista. Eu quero dizer a ela que é a única âncora que este Governo tem hoje, que é a política econômica. Lamentavelmente, malconduzida, não da forma como seria conduzida em um governo peessedebista, mas, sim, aumentada, na questão de um superávit primário de mais de 6%,

que é inconcebível em um país em desenvolvimento como o nosso. Inconcebível... Aí, sim, faltam recursos para tudo, não é só para o Ibama. Aqui mesmo, já falamos várias vezes, em vários órgãos, totalmente desestruturados, inclusive as Forças Armadas. Inclusive as Forças Armadas.

Mas eu quero fazer uma observação: preocupe-me muito, Senador Leomar Quintanilha, que a aplicação dessa lei... E eu já disse isto na minha primeira observação: sou favorável ao projeto. Acho e concordo que vamos fazer a experiência. Espero, em Deus, que a experiência seja – como disse o Senador Jefferson Péres – exitosa e possível de alteração ao longo das dificuldades que ela, porventura, possa incluir.

E até para demonstrar a boa vontade e uma oposição construtiva que fazemos, eu quero pedir aos Presidentes e aos Relatores das três Comissões que considerem um requerimento nosso de retirada de nossas emendas. Eu vou fazer isso por escrito, mas já quero que isso seja aprovado para facilitar a tramitação do processo. As emendas tinham como objetivo o aprofundamento da discussão para tentarmos melhorar esse projeto. Como nós não temos tempo, e elas, com certeza, seriam rejeitadas pelos Relatores, então, como prova de boa vontade para ajudar a tramitação, vou pedir aos Presidentes e aos Relatores que considerem retiradas as emendas, por mim, encaminhadas às Comissões.

Eu só quero fazer uma observação, por último. Eu acho que... Aqui foi falado em utopia e romantismo com relação à Amazônia. Nós precisamos, Senador Jefferson Péres, Senadora Ana Júlia, Senadora Serys, Senador Leomar – e, coincidentemente, os quatro Senadores aqui são amazônidas, o que, para mim, é uma alegria muito grande de ver que estamos atentos – é discutir uma questão que, para nós, é da maior importância.

Repito, a lei é nacional, mas o objetivo da lei, o objetivo do Ministério de Meio Ambiente... Vamos falar claro, Capobianco, vamos deixar claro, não vamos começar a fantasiar, a querer fazer espuma de fumaça aqui. O objetivo da lei é para a Amazônia, não é para a floresta atlântica. É para a floresta tropical. A intenção, a visão, a ação dos órgãos ambientais é em cima da Amazônia. E, aí, eu discordo, completamente, da visão da Ministra, do meu amigo Senador Sibá, não há como desenvolver a Amazônia com extrativismo, gente! Vamos falar a realidade...

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Senador, só para a gente corrigir, tem um Senador por São Paulo que defende a Amazônia.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Que é amazônida também...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Que defende a Amazônia, e eu sou testemunha: o Senador Suplicy.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Desculpe-me. Eu não tinha visto V. Exª entrar. Considere-se, como eu o considero, um Senador pela Amazônia.

Não há como... É da beira do Tietê, mas é amazônida...(Risos.)

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP)

– Eu sou um Senador brasileiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – O Senador Suplicy é tão amazônida que ele já teve a oportunidade de acompanhar o Círio, lá do nosso Estado do Pará. Então, ele já está muito bem entrosado e conhecedor de nossas dificuldades.

Então, como eu dizia: não há como a gente tentar desenvolver a região amazônica com extrativismo. Eu acho que o extrativismo... Não há também como abandonar aquelas sociedades que vivem do extrativismo. Então, o que precisamos fazer é ter um zoneamento econômico e ecológico para saber que área teremos para trabalhar no extrativismo, para trabalhar na manutenção sem uso... No uso intensivo... Não é possível, não é possível, Capobianco, que em áreas totalmente alteradas, Senador Jefferson Péres, áreas alteradas... A lei exige que você só use 20% para plantio. Não passa na cabeça de ninguém um negócio desse. Mas a lei diz isso! Então, não é possível que você tenha que agredir mais a floresta para ter áreas para poder plantar, quando você tem uma área totalmente alterada, que já foi em processos anteriores utilizada como pasto; esse pasto foi tomado pela juquirá, está abandonado. Então não há porque não plantar em cem por cento disso, mas a lei não permite, gente.

Senador Jefferson Péres, são essas alterações que esta Casa tem a responsabilidade de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Nós constatamos **in loco** essa situação que V. Exª revela aí naquela visita ao Pará.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – E, por último, quero deixar aqui a minha preocupação aos órgãos do Ministério de Meio Ambiente e do MDA. Refiro-me ao Incra e ao Ibama. Vou fazer um requerimento, Senador Leomar Quintanilha. Tive uma informação, que acredito que não seja verdadeira – espero que não seja verdadeira –, que 80% dos cargos de DAS do Incra estão tomados pelo MST e pelas ONGs. Então vou fazer uma solicitação, um requerimento para que sejam explicitados os cargos de DAS do Incra e do Ibama para que a gente possa saber realmente quem é que vai gerir o projeto, quem é que vai gerir a questão do desenvolvimento da Amazônia. É o MST? São as ONGs? Ou é a sociedade brasileira?

Eram essas as palavras, e eu farei o encaminhamento do requerimento a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – A Mesa está aguardando requerimento de V. Exª para que ele possa ser lido em plenário.

O Senador Flexa Ribeiro era o último Senador inscrito. Como vejo a presença do Senador Suplicy, naturalmente demonstrando interesse na discussão, não sei se V. Exª gostaria de tecer algumas considerações. É bom lembrar a V. Exª que a discussão dessa audiência pública foi ampliada para outra reunião, na próxima terça-feira, quando teremos a presença dos convidados que aqui estão hoje querendo retornar e outros que já foram convidados e não puderam comparecer.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, vou deixar para fazer a minha arguição na próxima terça-feira, porque tive hoje a necessidade de acompanhar os trabalhos das duas CPIs, concomitantemente.

Mas vim aqui, Sr. Presidente, para registrar um fato de grande importância para a Comissão de Assuntos Econômicos, porque nós tivemos, no dia 10 de agosto, uma audiência pública em que estiveram presentes os diversos produtores de laranja interessados no processo de concentração das empresas de suco de laranja.

Amanhã, no Cade, haverá o exame para saber se está sendo adequado ou não a compra, por empresas produtoras de suco de laranja, da Cargill, o que significará um passo na direção de maior concentração. Ora, os produtores de laranja encaminharam, especialmente à Associação Brasileira dos Citricultores, um ofício, que passo às mãos de V. Exª, primeiro agradecendo à CAE que realizou a audiência pública, todavia chamando a atenção que os quatro responsáveis por empresas produtoras de suco, a Cutrale, a Citrosuco, a Coinbra-Frutesp e Citrovita, não compareceram e não puderam trazer o seu ponto de vista que ficou muito incompleto.

Assim, eu gostaria de solicitar que possa a CAE, oficialmente, encaminhar ainda hoje à Drª Elizabeth Farina, Presidente do Cade, as notas taquigráficas completas da audiência aqui e que possa ser colocado para a Srª Elizabeth Farina se não será o caso de suspender a reunião de decisão do Cade antes de ouvir, em audiência pública, conforme haviam sido convidados, os produtores de suco de laranja que se ausentaram da vinda aqui, convidados que foram pelo Cade.

Assim, Sr. Presidente, encaminho a cópia do ofício enviado pela Associação Brasileira dos Citricultores a V. Exª, pedindo inclusive que possa transmitir ao Presidente Luiz Otávio o apelo da Associação Brasileira dos Citricultores.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – A solicitação de V. Exª será atendida.

Concedo a palavra a Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, só queria fazer um registro, que não é a primeira, nem é a segunda, já ouvi várias vezes aqui nesta Casa, com esse preconceito absurdo que existem contra trabalhadores rurais, contra trabalhadores sindicalistas, contra pessoas que trabalham em entidades não-governamentais. Quero dizer que quando o Governo, ou órgãos do Governo eram presididos por empresários, madeireiros, fazendeiros, grandes latifundiários, representantes de federação de indústrias, representantes de confederação nacional da agricultura, ninguém questionava nada. Então quero aqui fazer o meu protesto contra essa atitude de visão preconceituosa. Trabalhador neste País não é cidadão de segunda categoria. Quero aqui colocar meu protesto sobre esse tipo de ...Quer dizer, uma pessoa aqui, que é técnico, não pode representar associação de servidores? Por isso ele é um cidadão de segunda categoria? Quero colocar aqui o meu protesto. É um absurdo e não podemos reproduzir isso em pleno século XXI.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senadora, está registrado o protesto de V. Exª; está aqui o representante dos trabalhadores.

Vamos debater o projeto.

A SRª SERY SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Amplio o meu protesto, assinando embaixo o que a Senadora falou.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – O projeto está registrado.

Devemos nos ater...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Flexa, vamos deixar a discussão. Nosso tempo já está tão exíguo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, se V. Exª permitir, é um esclarecimento só, não há preconceito, não sou contra trabalhador não e é bom que isso fique claro aqui e nos Anais da Casa, porque todos somos trabalhadores, não só aqueles que demandam das entidades sindicais, como também aqueles das entidades patronais e os próprios empresários que trabalham como trabalhadores. Então eu quero dizer que não sou contra deles estarem em funções de governo, quero discutir a competência.

Eu quero ver a listagem. Não sei porque essa preocupação da Senadora Ana Júlia, não tenho preconceito, só quero saber o aparelhamento do Estado; só isso.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador, vamos retornar à discussão do projeto.

Gostaria de saber, antes de encerrar esta reunião, se os senhores expositores teriam alguma consideração final a fazer? (Pausa.)

V. Sª tem dois minutos para falar.

O SR. ANDRÉ LIMA – Antes de mais nada, como representante do Fórum Brasileiro de ONGs e de Movimentos Sociais, eu não poderia deixar de dizer que assino em baixo o que dizem as Senadoras, aqui presentes, em relação à representatividade brasileira das organizações não-governamentais. Acho que era relevante, não podia deixar de dizer isso.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Sim, e sobre o projeto? Nós gostaríamos de discutir o projeto.

O SR. ANDRÉ LIMA – Sobre o projeto, eu gostaria de enfatizar alguns pontos que foram ditos, mas muito rapidamente: primeiro, o projeto vai ser tão eficiente quanto for fortalecido o órgão de controle e os mecanismos de monitoramento e controle social e de licenciamento ambiental. Nesse sentido, eu queria concordar plenamente com a colocação feita pelo servidor do Ibama, aqui presente. Quer dizer, temos que fortalecer, e foi neste sentido a minha conclusão: O Senado e o Congresso Nacional podem não apenas aprovar o Orçamento, mas exercer o controle social, representando a sociedade civil, cobrando do Executivo a execução e o aprimoramento do Orçamento.

Por último, teria mais umas duas coisas a dizer, mas vou respeitar o avançado da hora. Primeiro, esse projeto de lei, de fato, é menos importante para a Mata Atlântica; e desejo aqui lembrar aos Srs. Senadores que o Projeto de Lei da Mata Atlântica está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado por unanimidade na Câmara dos Deputados, pronto depois de doze anos de debate na Câmara dos Deputados para ser aprovado nesta Casa. Então, aproveitando o ensejo dado pela flexa do Senador Flexa, eu gostaria de dizer que devemos, como sociedade, representante da sociedade, também dar a relevância que a Mata Atlântica merece, aprovando o projeto de lei que está nesta Casa sob a Relatoria do Senador César Borges.

Agradecer, mais uma vez, em nome do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais, a oportunidade de trazer as nossas considerações, as nossas preocupações e nos colocarmos à disposição, inclusive, para o aprimoramento do Orçamento e a execução desse projeto que é importante para a sociedade brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Muito obrigado, Sr. André Lima.

Concedo a palavra ao Sr. Justiniano Queiroz Neto.

O SR. JUSTINIANO QUEIROZ NETO – Obrigado, Senador.

Só para jogar um balde de água fria na polêmica, fico muito feliz em ver os meus dois Senadores paraenses, cada um com a sua postura, mas ambos com muita competência, defendendo os interesses do nosso Estado. E que bom que os mandatos dos dois coincide, e são duas vagas, a gente pode votar nos dois, sem ter que dividir o voto. Então, fica tudo na paz, os dois defendendo o nosso Estado. (Risos.)

Penso que ficou muito claro que o projeto segue uma lógica. Grande parte da Amazônia são terras públicas. Essas terras, via de regra, especialmente as áreas de floresta, estão sendo desmatadas, queimadas, griladas. Digo via de regra porque duas ressalvas é necessário fazer: primeiro, existem, sim, naquela região, ocupações e posses legítimas, tanto de pequenos colonos como de empresários e pecuaristas que até hoje não tiveram seu título regularizado, sua situação fundiária definida. A meu ver, o projeto aborda essa questão, porque exclui das áreas de concessão as florestas e as áreas de mata já convertidas e ocupadas, o que, naturalmente, obrigará o órgão fundiário a tomar uma decisão sobre a destinação daquela área e também a fazer uma ressalva em relação às populações tradicionais que, como disse o André, precisam ter seus direitos reconhecidos.

No mais, entendemos que o projeto propõe uma ordenação na Amazônia. É necessário, sim, colocar o dedo nessa ferida. Precisamos ordenar, senão continuaremos assistindo à degradação e ao desmatamento que vem ocorrendo nos últimos trinta anos ou mais. Como bem disse o Senador Jefferson Péres, não se trata de fazer concessões em toda a Amazônia, até porque o projeto, no art. 75, propõe uma habilitação, dispõe que no máximo 20% da área disponível poderá ser objeto de concessão. Na Amazônia, mais ou menos 30% das áreas são devolutas ou estão em disputa. E 20% disso significam 6%. Então, definitivamente, não se trata de fazer concessões em toda a Amazônia.

Percebo algumas contradições nos argumentos expendidos aqui. As pessoas e entidades que são contrárias a esse projeto – é o caso da Associação dos Servidores do Ibama, pude ler algumas de suas manifestações – acusam-no de ser entreguista, contrário à soberania, favorável à privatização da floresta, ou seja, de entregar o Patrimônio Público. Ao mesmo tempo, criticam o excesso de controle que o projeto possa ter. Considero os controles fundamentais para garantir que não haja uma entrega fácil do Patrimônio Público, ou seja, é o controle social.

O Dr. Paulo Pontes falou por que a atividade florestal madeireira é favorável ao projeto – ele não entendia isso –, já que criticam tanto a burocracia que existe em relação aos planos de manejo. É evidente que eu, como empresário, tomo decisões nos meus negócios de forma bem mais dinâmica e célere. Compramos, vendemos. Eu também fui gestor público, por três anos, atuei como Secretário de Saúde, por isso entendo que o Patrimônio Público, o recurso público não é algo de que podemos dispor como fazemos numa empresa. Precisamos ter a consciência de que há necessidade, sim, do controle, da audiência pública, da transparência, da licitação. Somos contrários à burocracia. O maior problema que vemos no Ibama é a questão da gestão.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Conclua.

O SR. JUSTINIANO QUEIROZ NETO – Já concluo. Essa questão foi citada, por isso considere necessário fazer um reparo.

Outro assunto abordado e que considero fundamental é que alguns dizem parecer que, se aprovarem esse projeto, estarão assinando um cheque em branco, como se o Governo fosse um ente sem continuidade ou sobre o qual não exercemos nenhum controle. Este Congresso tem controle sobre o Governo, a sociedade tem controle sobre o Governo e o próprio Governo tem sua responsabilidade.

É evidente que esse projeto, ao ser implementado, será avaliado. Não estamos aprovando a concessão e nunca mais voltaremos a falar nisso. Pelo contrário, precisamos amadurecer cada vez mais esse projeto. Refiro-me à questão abordada pelos dois Senadores paraenses, que diz respeito à urgência do projeto. Não peço a esta Casa que não faça emendas. É evidente que ela deve fazer um juízo, avaliar e debater o projeto, mas, se os Srs. Senadores entenderem que não há emenda fundamental ou indispensável, porque, se for emendado, voltará à Câmara sem previsão de sua aprovação, não devem emendá-lo. Para nós da Amazônia esse projeto é fundamental, inclusive para a continuidade das atividades que hoje estão sendo exercidas.

Finalizo dizendo que penso que todos nós temos temores em relação ao projeto. Isso é justo. O maior perigo entre aquilo que podemos e aquilo que queremos fazer é não fazermos nada. Esse é o maior risco que corremos. Temos de avançar. Temos de ser corajosos e prosseguir com esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Concedo a palavra ao Sr. Paulo Prudente.

O SR. PAULO FONTES PAZ – Obrigado, Sr. Senador. Quero apenas agradecer o nosso convite, a nossa

participação, tivemos aqui no sentido de colaborar com esse debate, colocar os nossos questionamentos as nossas preocupações como servidores e funcionários do Ibama, a quem vai, no final das contas, caber a execução disso no campo, que é o que mais nos preocupa – e a gente insiste que da forma como está o projeto realmente é bastante complicada a sua execução, a sua aplicação no campo. Esse é um ponto.

O segundo ponto que, infelizmente o tempo não nos permitiu debater mas que era interesse nosso ter debatido também, é justamente sobre a questão da criação do Serviço Florestal Brasileiro que entendemos que não é um serviço florestal. Trata-se de um agência reguladora, pura e simplesmente uma agência reguladora, como está colocada no projeto. Isso diminui muito o que realmente precisamos ter como Serviço Florestal Brasileiro.

Fazemos um apelo ao Congresso, no sentido de que discutam mais essa questão da criação do Serviço Florestal Brasileiro. Nesse momento, está se jogando a uma oportunidade de realmente ter um serviço forte do tamanho que é a vocação florestal deste País e não na forma como ele está sendo apresentado. Seria muito mais prudente, muito mais coerente, que chamásemos o Serviço Florestal de Agência Reguladora porque isso é que está sendo colocado.

Infelizmente, não tivemos tempo de debater isso, mas essa é uma posição defendida pelos servidores do Ibama e gostaríamos de numa outra oportunidade poder discutir um pouco mais esse assunto, especificamente sobre a criação do Serviço Florestal Brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra o Sr. João Paulo Capobianco.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – A Senadora Ana Júlia Carepa fez duas perguntas que gostaria de esclarecer. A primeira é por que consulta do Plano Anual de Outorga será feita apenas na SPU, Serviço de Patrimônio da União e não ao Incra.

Na realidade, temos dois artigos que tratam de como deve ser feito. No art. 10º, de fato, cito o SPU porque o SPU é o titular de todas as áreas da união, inclusive do Incra, ele que deve dar a palavra final. Mas, no art. 11, a senhora pode verificar, que para a elaboração do plano, o poder público é obrigado a consultar todos os órgãos setoriais envolvidos, inclusive o ordenamento territorial e o desenvolvimento agrário serão consultados porque aí o que interessaria, do ponto de vista do Plano Anual de Outorga, é se há um outro projeto para aquela área. Por exemplo, se o Incra planeja naquela área fazer uma destinação diferenciada do que está no Plano Anual de Outorga. Isso está garantido no art. 11 – e uma vez superada essa questão da destinação da área, uma área que

o Incra considera que não deve ser destinada a outro uso, mas sim poderia estar oferecido com o condão do Incra e do MDA ao eventual uso para concessão, aí, sim, o SPU teria que dar a palavra final porque ele tem que garantir que não há nenhuma disputa sobre titularidade naquela área.

Desculpe, mas tenho algumas perguntas para responder, não é comentário final. Foi pedido que eu respondesse tudo no final, não respondi ao longo da consulta.

Com relação ao tamanho das áreas, o que foi feito, Senadora, é usar instrumentos de projetos de lei, e temos os arts. 32, 33, 34 e o 76 que impedem que haja concentração da exploração de determinadas áreas para empresas, grupos, cooperativas ou consórcios. Então, você tem vários instrumentos nesses diferentes artigos que impedem a concentração. Isso foi adotado, em vez de se definir um valor máximo, por exemplo, que poderia ser objeto de acesso por um grupo, por exemplo – por isso se adotou esse critério.

Na realidade, o objetivo, em vez de arbitrar um valor, de 50 mil, 100 mil, 150 mil hectares, que seria um valor que não teria razão do ponto de vista técnico para se arbitrar, o que se fez foi impedir a concentração. Então, a lei tem vários dispositivos que impedem a concentração, cada lote, eventualmente a ser concedido tem que ser subdividido em lotes de diferentes tamanhos para garantir a participação de diferentes setores interessados, impedindo a concentração.

Entendemos que isso está garantido dessa forma.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Então, 500 mil hectares o Sr. acha que não significariam concentração? São 10% de 5 milhões.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Não, não, ou você impede a concentração, você tem instrumentos que impedem a concentração de áreas de um determinado interessado. Está certo?

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – O interessado pode ter, no máximo 10%.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Não, não, dividindo..., você tem que ir verificando o art. 76 que o senhor está analisando, que é no limite, quer dizer, superados todos os instrumentos do art. 32, 33 e 34 que impedem a concentração, superado isso, se esses dispositivos não foram capazes de impedir a concentração, o senhor vai ver no 76 que isso é pura esfera da União. O que acontece? Temos na Amazônia terras públicas federais, estaduais e municipais. Quando você analisa esse dispositivo de 10% é sobre cada categoria dessa. Então, a expectativa é de que essas medidas todas evitarão concentração de exploração em um determinado setor interessado, uma empresa ou um

grupo interessado. Agora, mesmo assim, isso seria importante esclarecer também, existe um dispositivo no projeto de lei que diz respeito àquilo que o Senador Jefferson Péres colocou que acho muito importante. Ao final de 10 anos, é obrigatória a elaboração de um relatório detalhado que será enviado ao Congresso Nacional para análise, momento em que, evidentemente, à luz da experiência obtida e das restrições colocadas será avaliado se elas foram suficientes para resolver, entre outros problemas, a questão da concentração para que isso possa ser aprimorado. Então, o próprio projeto de lei prevê o envio ao Congresso para um relatório detalhado sobre a sua implementação.

Com relação, finalmente, ao comentário do Senador Flexa Ribeiro, sua flecha certa, como já foi dito aqui, às vezes, atinge o coração, Senador, mas, de qualquer forma, ninguém quer colocar nenhuma bolha, como V. Exª disse, nenhuma espuma, o projeto de lei é nacional de fato, evidentemente, que a Amazônia por ser a maior depositária de florestas públicas do País terá um impacto extremamente mais importante e é natural que haja um grande foco nessa questão. Mas, na realidade, isso não pode ser assim considerado, Senador, na Mata Atlântica, na Caatinga, no Cerrado, temos extensas áreas públicas, de florestas públicas que serão beneficiadas com esse projeto, não com concessão de participação de uso, certamente, mas com a questão que foi aqui colocada pelo Senador, a questão do uso dos serviços ambientais, valorização dos serviços ambientais, pagamento por credicarbão e outros mecanismos que a lei já abre as perspectivas para isso. Evidentemente, no caso da Amazônia é muito diferente, tem muita importância, mas ele não é um projeto para a Amazônia, ele é, de fato, um projeto nacional que interessa a todos os biomas como foi definido por todas as redes, representa todos os biomas.

E, finalmente, eu queria deixar claro, como já foi dito aqui pelo Senador Jefferson Péres, mas, se do ponto de vista de proponente com o Ministério do Meio Ambiente, esse projeto não é uma panacéia, não está sendo proposto como a salvação da Amazônia, mas é uma ferramenta a mais que só poderá funcionar efetivamente se o Poder Público estiver capacitado para isso. Está correta a preocupação do Ibama, não faço coro às críticas excessivas a este órgão, penso que ele tem demonstrado capacidade, tem evoluído, e tem passado por dificuldades muito grandes, há um esforço para a sua maior capacitação, mas esse projeto de lei, pela primeira vez, abre uma porta, não uma solução definitiva, mas importante, que é a geração de recursos, o sistema gera recursos para o Poder Público, e poderá, sim, contribuir para aprimoramento do sistema. Evidentemente que não é a solução única, mas

contribuirá para a solução de um problema histórico que é, infelizmente, a falta de recursos que o Ibama necessita para operar com a sua capacidade máxima que sabemos que o órgão tem muito mais capacidade do que de fato tem implementado por falta de recursos e limitações financeiras.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Dr. Capobianco, com a permissão da Presidência, concordamos que o projeto é um passo inicial para resolver um problema que tem que ter a exploração econômica da floresta. Penso que há consenso e concordância de todos.

Gostaria de fazer uma pergunta objetiva a V. Sª: após aprovado, qual o tempo que V. Sª acha que esse projeto estará implementado e em condições de trazer a possibilidade de contratos de concessão? Em quanto tempo após aprovado pelo Congresso?

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – No caso, é necessário fazer o plano anual de outorga.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Cai-se na transição também, Dr. Capobianco.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Evidentemente, temos duas situações, Senador, para esclarecer. V. Exª, na minha opinião, injustamente, acusa o Governo Federal de inviabilizar os planos de manejo. V. Exª sabe que foi feito todo o entendimento entre Ibama e Incra, na presença de V. Exª, no entanto, está parado no Ministério Público, porque só pode ser aprovado à luz da legislação em vigor, através de termo de orçamento de conduta e está aguardando a manifestação definitiva do Ministério Público, sem o que qualquer presidente do Ibama ou técnico do Ibama que assinar esse Taq, sem a anuência do Ministério Público, estará sujeito à prisão por prevaricação.

Portanto, não há como liberar os planos de manejo que V. Exª solicita e que tem o nosso acordo sem o Ministério Público. No projeto de lei...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Gerado pela famigerada Portaria nº 010 do Ibama.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Não, gerado pela inexistência de uma lei que permita que o Poder Público seja complacente com a grilagem e a invasão de terras públicas, como vem ocorrendo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Então os projetos foram aprovados indevidamente, porque existiam projetos aprovados pelo Ibama. Estou fazendo-lhe uma pergunta.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Senador, a Ministra Marina Silva não autorizou que se procrastinasse o processo de autorizações ilegais na Amazônia.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu gostaria de ter resposta. Os projetos aprovados pelo Ibama

e que foram suspensos estavam aprovados indevidamente?

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – É claro que estavam aprovados indevidamente! Evidentemente que estavam!

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Então o Ibama incorreu em erro ao aprovar...

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Evidentemente que incorreu em erro!

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – De um momento para outro, o Ibama resolve reconhecer o erro e suspende...

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Não, de um momento para outro, o servidor público que representa o poder máximo da República decidiu que não iria compactuar com uma ação ilegal e exigiu que ela fosse corrigida, mas com a responsabilidade de permitir que, com a anuência do Ministério Público, se resolvesse o problema transitório daqueles planos de manejo que foram ilegalmente aprovados.

Portanto, o Governo Federal, o Presidente da República e a Ministra do Meio Ambiente agiram com responsabilidade e estão dando a oportunidade àqueles que estavam numa situação transitória de serem regularizados até que essa lei fosse aprovada. E mais que isso, este Governo, que V. Exª tanto critica, incluiu nessa lei um dispositivo para regularizar de forma transitória essa transição.

Portanto, V. Exª clama por uma solução ilegal e nós clamamos para....

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu não clamo por solução ilegal!

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – ...que V. Exª nos dê a solução legal. Esse projeto de lei é a solução legal para o problema. Digo mais, este Governo, que V. Exª tanto critica, decidiu, como uma medida transitória, que num eixo de 100 quilômetros, a cada lado da BR-163, fosse possível resolver a situação da exploração madeireira, antes que fosse concluído o plano de toda a região Amazônia. Portanto, este Governo, que V. Exª só critica, tem feito tudo para resolver a questão, para atender emergencialmente uma situação que reconhecemos ser importante. Este mesmo Governo não compactuará com ação ilegal. Estamos impedindo ações ilegais, estamos oferecendo a saída legal.

Esperamos que V. Exª possa nos dar, junto com seus colegas, a oportunidade de solucionar isso o mais rápido possível. Isso porque reconhecemos que a situação é gravíssima. Queremos que as pessoas tenham emprego, renda, mas de forma sustentada e permanente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Concedo a palavra ao Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu fui citado várias vezes. Eu só quero pedir ao Dr. Capobianco que, com a mesma ênfase que ele disse aqui, várias vezes, a expressão “este Governo que V. Exª tanto critica”, quando for ao contrário diga também “este Governo que V. Exª tanto defende”, não eu, mas outro Senador que o faça.

Eu quero dizer que não comungo com suas palavras a não ser no que se refere a defender aquilo que é ilegal. Não defendemos nada que seja ilegal. Com relação a isso, V. Sª tem nosso total apoio, porque não defendemos grilagem, não defendemos ilegalidade, não defendemos nenhum tipo de ações ao arrepio da lei. Quero dizer-lhe que desde fevereiro estamos discutindo esse assunto. Pelo que sei, a discussão desse assunto, no Ministério Público, começou há pouco mais de sessenta dias. Foi aí que se começou a tratativa com relação ao Ministério Público. Ou seja, perdemos de fevereiro até agora, julho, ações que o Ministério do Meio Ambiente, o MDA e o Ibama poderiam ter feito junto ao Ministério Público. Se a solução – eu acho que é – é via Ministério Público, então isso deveria ter sido feito antes. Não foi por falta de aviso, não foi por falta de ofícios encaminhados ao Ministério do Meio Ambiente, a V. Sª, em inúmeras reuniões feitas lá, no sentido de que a situação lá no Estado do Pará estava se tornando insustentável, que era uma questão que tinha a ver com a dignidade das pessoas que estavam lá. Fizeram “ouvidos de mercador” com relação a isso. Agora, sim, a questão foi encaminhada ao Ministério Público e está lá há 60 dias, na tratativa, mas perdemos 4, 5 meses que poderiam ter resolvido o problema. O que quero dizer, não digo que seja panacéia, não me referi à panacéia com relação ao projeto. Acho o projeto da maior importância, repito isso. Sou favorável ao projeto, acho que deveria ter tempo maior de discussão, mas, como não é possível, vamos implementá-lo, vamos tentar corrigi-lo com o tempo, mas não acredito, isso vai ficar registrado – fiz uma pergunta a V. Sª, que não respondeu –, que esse projeto trará solução prática para a questão emergencial que atende à necessidade do setor madeireiro a curto prazo.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Senador Flexa, continuaremos essa discussão na próxima terça-feira, no dia 20. Antes de encerrar esta reunião, gostaria de, a pedido do Senador Suplicy, submeter à aprovação um requerimento de sua autoria, que propõe o encaminhamento ao Cade, requerendo àquele órgão técnico que adie o julgamento do caso de operação de compra da empresa Cargill pela firma Cutrale e Citrosuco. Ele propõe que sejam encaminhadas as

notas taquigráficas que foram feitas na Comissão de Assuntos Econômicos sobre o assunto.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir a matéria, em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Agradecendo aos Srs. Palestrantes e aos Srs. Senadores pela contribuição que deram para a discussão desse projeto, reiterando que essa audiência pública continua na próxima terça-feira, dia 20, nesta mesma sala, às 9 horas e 30 minutos, está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 22 minutos.)

Ata da Vigésima Sexta Reunião da Comissão De Assuntos Econômicos, Trigésima Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e Vigésima Primeira Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Extraordinárias, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizadas, em conjunto, em vinte de setembro de 2005, terça-feira, às 9:30 horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas vinte e três minutos do dia vinte de setembro do ano de dois mil e cinco, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Leomar Quintanilha, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, e, em seguida, do Senador Flexa Ribeiro, Presidente Eventual, reúnem-se, em conjunto, a Comissão de Assuntos Econômicos, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores César Borges, Edison Lobão, Gilberto Goellner, Rodolpho Tourinho, Romeu Tuma, Tasso Jereissati, Heráclito Fortes, Demóstenes Torres, Arthur Virgílio, Ramez Tebet, Garibaldi Alves Filho, Mão Santa, Gilberto Mestrinho, Valdir Raupp, Ney Suassuna, Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Aelton Freitas, Sibá Machado, Serys Slhessarenko, Osmar Dias, Jefferson Péres, Mozarildo Cavalcanti, Augusto Botelho e João Batista Motta. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Bornhausen, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia, Sérgio Guerra, Luiz Otávio, Sérgio Cabral, José Maranhão, Delcídio Amaral, Fernando Bezerra, João Capiberibe e Patrícia Saboya Gomes. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que a presente reunião destina-se à realização de Audiên-

cia Pública com a participação dos Senhores Ubiratam Cazetta, Procurador da República em Belém – Pará, Antônio Herman Benjamin, Procurador de Justiça do Ministério Público de São Paulo, Marcus Barros, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, José Natalino da Silva, Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, Aziz Ab’Saber, Professor da Universidade de São Paulo – USP, e José Carlos de Carvalho, Secretário do Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais, estando, ainda, presentes os expositores da primeira Audiência Pública, realizada no dia 13 de setembro do corrente, Senhores João Paulo Capobianco, Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, Jonas Moraes Correa, Presidente da Associação de Servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Ibama, Justiniano de Queiroz Netto, Diretor da Federação das Indústrias do Estado do Pará – Fiepa e Vice-Presidente da União das Entidades Florestais do Pará – Uniflor; e André Lima, Advogado do Instituto Socioambiental – ISA e representante do ISA no Fórum Brasileiro de ONG’s e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, com a finalidade de instruir o PLC nº 62/2005, que “dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1968, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dá outras providências”, em atendimento aos Requerimentos nº 33-CAE/2005, de autoria do Senador Sibá Machado, nº 28-CMA/2005, de autoria dos Senadores Sibá Machado, Flexa Ribeiro e Ana Júlia Carepa, e nº 12-CCJ/2005, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko. Antes de dar início aos trabalhos, é aprovado, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, o Requerimento nº 29/2005-CMA, de autoria do Senador Augusto Botelho, requerendo, nos termos regimentais, que seja convidado o Dr. Éder son Augusto Zanetti, Engenheiro Florestal, formado pela UFPR, com Mestrado pela Albert-Ludwigs Universität de Freiburg, na Alemanha, para participar da Audiência Pública. Dando início aos trabalhos, o Presidente solicita que os convidados presentes, Senhores Marcus Barros, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, Sr. João Paulo Sarmento, Assessor do Instituto Estadual de Florestas – IEF, representado o

Sr. José Carlos de Carvalho, Secretário do Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais, Sr. Éderson Zanetti, Presidente Nacional da Organização Internacional para Biotecnologia e Bioengenharia, Sr. João Paulo Capobianco, Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, Sr. Divino Eterno Teixeira, representando o Sr. Jonas Moraes Correa, Presidente da Associação de Servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama / DF, Sr. Justiniano de Queiroz Netto, Diretor da Federação das Indústrias do Estado do Pará / PA – Fiepa e Vice-Presidente da União das Entidades Florestais do Pará / PA – Uniflor, Sr. Sérgio Leitão, Diretor de Políticas Públicas do Greenpeace representando o Sr. André Lima – Advogado do Instituto Socioambiental – ISA e Representante do ISA no Fórum Brasileiro de ONG's e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, sentem-se à Mesa a fim de dar início à exposição. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Jefferson Péres, Relator do Projeto na Comissão de Assuntos Econômicos, Mozarildo Cavalcanti, Relator do Projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Flexa Ribeiro, Serys Slhessarenko, Gilberto Mestrinho, Gilberto Goellner, Augusto Botelho, Ana Júlia Carepa, Relatora do Projeto na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Arthur Virgílio e João Batista Motta. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e um minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Flexa Ribeiro**, Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Havendo número regimental, declaro abertas a 26ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, a 30ª da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e a 21ª da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, extraordinárias, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, a realizarem-se em conjunto no dia 20 de setembro de 2005, terça-feira, às 9h30min, na sala de reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa.

Sobre a mesa, a ata da sessão anterior, para a qual proponho a dispensa da leitura.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão.

Aprovado.

Sobre a mesa, requerimento. Requeiro, nos termos regimentais, seja convidado o Sr. Dr. Ederson Augusto Zanetti, engenheiro florestal formado pela

Universidade Federal do Paraná, com mestrado pela Albert-Ludwigs-Universität Freiburg, na Alemanha, atualmente produzindo tese de doutorado sobre políticas públicas de manejo florestal sustentado para as florestas tropicais da Amazônia brasileira, já presente a esta Comissão de Assuntos Econômicos para participar da audiência pública a ser realizada hoje, às 9h30min, com a finalidade de instruir o PLC nº 62, de 2005, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável.

Institui na estrutura do Ministério do Meio Ambiente o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), dentre outras. Requerimento de autoria do nobre Senador Augusto Botelho.

O requerimento é de autoria do nobre Senador Augusto Botelho.

Em discussão o requerimento.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados.

Aprovado.

Convidaríamos então para compor a Mesa os palestrantes de hoje: o Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Dr. Marcus Barros; o assessor do Instituto Estadual de Florestas (IEF) Sr. João Paulo Sarmento; representando o Sr. José Carlos de Carvalho, Secretário do Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais, o Engenheiro florestal Dr. Ederson Augusto Zanetti, formado pela Universidade Federal do Paraná. Convidaríamos também o Sr. João Paulo Ribeiro Capobianco e o Sr. Sérgio Leitão. O Sr. João Paulo Capobianco é Secretário de Biodiversidade e Floresta do Ministério do Meio Ambiente. O Sr. Sérgio Leitão é Diretor de Políticas Públicas do Greenpeace, representando o Sr. André Lima, Advogado do Instituto Socioambiental (ISA) e representante deste órgão no Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para Meio Ambiente e Desenvolvimento. Também o Sr. Divino Eterno Teixeira, que representa o Presidente da Associação dos Servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Sr. Jonas Moraes Corrêa.

Os três últimos convidados, ou seus representantes, na audiência pública anterior, já tiveram oportunidade de fazer as suas exposições. Portanto, participarão nessa audiência pública apenas como debatedores.

Iniciaremos os trabalhos de hoje ouvindo o primeiro debatedor. Mas antes gostaria de informar aos membros das três Comissões que o Procurador da República no Pará Sr. Ubiratan Cazetta, o Procurador de

Justiça do Ministério Público de São Paulo Sr. Antonio Herman Benjamin, o Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Sr. José Natalino da Silva e o Professor da Universidade de São Paulo Sr. Aziz Ab'Saber, que haviam sido convidados para participar da audiência que ocorreu na sessão anterior e não compareceram, tiveram os convites renovados e novamente não puderam comparecer.

Iniciaremos ouvindo a exposição do ilustre Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Dr. Marcus Barros.

Concedo a palavra a V. Sª por 15 minutos.

O SR. MARCUS BARROS – Sr. Presidente Leomar Quintanilha; Senador Geraldo Mesquita Júnior, do Acre; Senador Valdir Raupp, de Rondônia; Senador Mozarildo Cavalcanti e Senador Augusto Botelho, de Roraima; Senador Jefferson Peres, do meu Amazonas; Senadora Serys Slhessarenko, do Mato Grosso; Senador Gilberto Mestrinho, do Amazonas, muito bom dia. Senhores que compõem a Mesa, senhoras e senhores, Sr. Presidente do Ibama, senhores servidores do Ibama, a imprensa aqui presente, primeiramente minhas escusas por não ter podido comparecer à primeira convocação, na semana passada. Quero manifestar o meu orgulho de ter a oportunidade de expressar, durante esses 15 minutos, a nossa opinião sobre um tema candente, do maior peso para o Brasil, principalmente para a Amazônia.

Quando chegamos ao Ibama, há cerca de 33 meses, dentre muitas tarefas difíceis, uma era marcada pela situação caótica da questão fundiária na Amazônia especificamente e suas conseqüências.

Os primeiros passos começamos a dar com o esboço de uma operação piloto – que chamamos, àquela altura, de operação Pará – para começar até a entender a complexidade focada naquele Estado da Amazônia. Assustamo-nos e, a partir dali, liderados pela Ministra Marina Silva, começamos a enfrentar de modo frontal essa questão central e a focar nela. Ou seja, tínhamos que dar um basta ao desmatamento que mostravam os satélites que montamos no próprio Ibama, por meio do Centro de Monitoramento do Ibama e da Secretaria de Biodiversidade e Florestas, em convênio com o Inpe. Começamos a ver, com um certo pavor, somando os dados e verificando a matriz do processo destrutivo da Amazônia, o que estava acontecendo e o que iria acontecer. Nós já antevíamos.

Começamos a traçar medidas que chamamos na gestão ambiental de comando e controle. Mas essas medidas de comando e controle já haviam existido em situações anteriores. Eram medidas de fustigação, que impactavam por um momento, mas quando quem co-

mandava a ação se retirava, esse processo voltava a recrudescer e a recair. E a ocupação continuava por razões outras que todos os senhores conhecem desde o incentivo a ir para a Amazônia no momento do regime de exceção, quando a ocupação era mandatária: ocupem, porque é fundamental ocupar; substituam a floresta por gado.

O Acre tem uma história ligada à resistência a esse tipo de coisa. Eram resistências heróicas que precisávamos transformar, de fato, numa política que não poderia ser, como a Ministra sempre cita, uma política de jardinagem, visando manter a Amazônia sob campânula. Nós, originários da Amazônia, tivemos a sensibilidade de perceber que necessitávamos de um desenvolvimento que não fosse predador, o que não nos interessava. Víamos outras experiências de desenvolvimento, mas o bioma Amazônia marcava a diferença significativa. Ocupar ou integrar para não entregar era muito pouco, porque não trazia consigo a variável ambiental.

Se as medidas de fustigação, de comando de controle, eram insuficientes, precisávamos então de uma grande medida de comando de controle que trouxesse consigo medidas que chamamos de estruturantes, ou seja, é importante chegar, é importante coibir e marcar a primeira presença do Estado em determinadas áreas da Amazônia. O Estado deveria chegar e dizer: “É esse o nosso papel”. Deveríamos buscar dar ordem. A ordem citada no dizer da bandeira está muito distante em determinadas áreas da Amazônia. No nosso entender, essa ordem viria também de certo ordenamento fundiário da nossa região.

Montamos um grande programa liderado pela Ministra Marina, com 14 ministérios, também sob a liderança da Casa Civil, de combate ao desmatamento com uma ação em quatro grandes módulos. Uma delas cabia especificamente ao Ibama: a ação de controle. Esse grande programa trazia três outras ações estruturantes. Uma delas, da qual o Dr. Capobianco é a liderança maior, pretendia criar também unidades de conservação. Ou seja, para que se criasse uma política, era fundamental que o desenvolvimento se desse. Também era fundamental que esse desenvolvimento trouxesse consigo a variável ambiental. Era só isso que queríamos que eles fizessem, com sua pujança e com a necessidade de infra-estrutura, mas de forma que a variável ambiental fosse um fator fundamental. E avançamos nessa direção.

As ações de comando de controle deram-se com sucesso, o que ainda nos orgulha, apesar de estarmos no início desses resultados. V. Exªs lembram que, no ano passado, chegamos a uma taxa de desmatamento de 26 mil quilômetros quadrados, o que nos entristeceu

a todos, mas havia defasagem na liberação do recurso para que houvesse a operacionalização desse grande programa. À medida que isso se deu, recebemos outros dados. Os últimos dados que o Dr. Capobianco, o Inpe e a Semam nos passaram nos encheram de alegria e de preocupação. De alegria, porque a queda em lise dessa curva de desmatamento foi extremamente expressiva e fruto, objetivamente, dessas ações de comando de controle e de outras ações estruturantes como as unidades de conservação distribuídas em mosaico, não mais distantes de Tumucumaque, na fronteira com a Guiana, mas em todo aquele cinturão, o que se constituía em certo bloqueio a essa sanha avassaladora, destrutiva e caótica de ocupação de espaço na Amazônia. Repito: não éramos contrários à ocupação da Amazônia, mas nós, amazônidas, sabemos bem que ela não deveria se reproduzir de maneira caótica, pois a destruição da natureza não tem retorno.

Dentre todas essas medidas estruturantes, ressaltamos o Projeto de Lei nº 14.476, que é muito expressivo. Alguém pode dizer: Mas eu já vi esse projeto em duas tentativas de chegar ao Parlamento, ser aprovado e sancionado.

Esse momento, que, repito, é estruturante, tem primeiro a sua metodologia. Não vou cansá-los com isso, mas tenho certeza de que, na sessão anterior, já se explicitou qual foi a estratégia de consulta de parte significativa da sociedade brasileira, a ponto de se consultar as academia, as ONGs, as instituições representativas, principalmente da região. Mas, ao chegar à Câmara dos Deputados, houve a necessidade de se retornar à base por meio de audiências públicas e de se aprofundar.

O Ibama tem um papel significativo porque é o braço operacional do Ministério. O Ibama é o **modus operandi** do Ministério. É claro que o Ibama tem dificuldades que os Srs. Senadores e toda sociedade conhecem, tanto que abro um parêntese. Eu estava dirigindo o Inpa quando a Ministra Marina Silva disse: “Quero convidá-lo para dirigir o Ibama”. Eu disse: “Ministra, agradeço, vou continuar dirigindo o Inpa”. Ela perguntou: “Mas por quê?” Eu confessei: “Porque o Inpa é ciência e tecnologia, tem menos conflito”. Por que eu tinha certo receio da dimensão que é abraçar a política ambiental do Brasil e executá-la? Por que eu tinha receio disso? Porque as ferramentas, eu sabia, eram frágeis para se ter sucesso nessa tarefa difícilíssima.

Eu estaria deixando trezentos pesquisadores e mais setecentos servidores para dirigir quase sete mil servidores no Brasil inteiro. O Ibama é uma das instituições mais capilarizadas que existem neste País. Há Ibama em quase todos os lugares. Essa grande malha – e aqui tenho que ser objetivo, tenho que ser claro – e

a desproporção entre as tarefas que são dadas para o Ibama como órgão executor e os recursos para que ele execute estão longe do ideal.

O jornal **Correio Braziliense** de hoje mostra as nossas dificuldades. Como todos as conhecem, não vou explicitá-las. Apesar dessas dificuldades, temos galgado superá-las de maneira expressiva. Estamos acabando de contratar 610 servidores e vamos contratar mais 350. Em março talvez contratemos mais 1.200 servidores. Há um esforço nessa direção e há uma luta na perspectiva de melhorar o orçamento do Ibama para que essas funções se completem.

Apesar dessas limitações, friso que com esse mesmo exército nós conseguimos trazer... O Dr. Capobianco nos informou, semanas atrás, que o desmatamento na Amazônia, por exemplo, no Pará, que era um dos campeões, caiu 81 pontos percentuais, e na Amazônia, 59 pontos percentuais. A sustentabilidade dessa queda, caminhando num patamar, requer medidas estruturantes.

Nesse momento é que o PL de florestas surge decididamente como uma medida estruturante. Se a grilagem de terras é um dos agressores maiores – e eu disse que a desordem fundiária é expressiva, que a indústria madeireira é extremamente expressiva e significa 4% do PIB nacional –, se ela tem toda essa importância, não se pode dar como um *laissez-faire*. Quer dizer, ela não se pode dar a toureiro, como dizemos no Amazonas. Nessa desordem, ela é uma das causas e mostra, por meio dessas ações que tivemos no plano de combate, que é caótica. Não se pagam os impostos devidos, portanto a evasão de recursos é muito significativa. Ela traz consigo, quando é marginal, o tráfico de drogas na lavagem de dinheiro.

Em toda a Amazônia, só 5% da atividade madeireira têm base legal. Há estados onde é de zero por cento a base legal, formal, dessa atividade madeireira.

Por que não dignificá-la? Por que não juntar essa importante atividade com a preservação ambiental?

Indira Gandhi dizia que a miséria é irmã da poluição. Essa distribuição caótica, sem se saber quem é quem, precisa ter uma determinada ordem, e o projeto se dispõe a isso, a retomada do projeto.

Com a metodologia de ouvir as instâncias, ao máximo que se possa, da sociedade brasileira e dos interessados, nós começamos a construir um projeto muito consistente.

Essa consistência, esta Casa conhece muito bem, porque é a Casa maior da política do nosso País. Esta Casa sabe que construir um grande projeto como esse significa também chamar dissidências. A democracia se marca também por desacordos mas, ao fim e ao cabo, a grande maioria traz para si o grande gol, a

grande meta a alcançar, que é o equilíbrio e, como eu disse, uma medida estruturante no combate ao desmatamento da Amazônia.

Quando esse processo começou, lembro-me perfeitamente, numa reunião na Secretaria Executiva em que expunha o projeto o Dr. Capobianco, eu mesmo, pessoa física, já no nascedouro, ainda na forma embrionária, disse: Opa, com isso eu não concordo. E disse outras vezes que não concordo. Esse projeto passou pelo Conselho Gestor do Ibama, que não concordou em alguns pontos e que elaborou um documento explicitando e fazendo sugestões. Foi esse processo de depuração que enriqueceu o PL. Esse processo de depuração, seguindo essa tramitação, até chegar aqui, burilou todas as arestas que pudessem, inclusive, criar obstáculos do ponto de vista legal, econômico, financeiro, ético, das relações internacionais e da segurança da Amazônia.

Todas essas arestas foram sendo buriladas a ponto de o projeto chegar aqui já na fase de aperfeiçoamento final para a apreciação dos Srs. Senadores.

Então, essa abordagem genérica, inicial, tinha o propósito de mostrar com que bases se chegou até aqui. Em seguida, poderemos aprofundar nos debates se for desejo dos Srs. Senadores.

Muito obrigado pelo espaço.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Muito obrigado, Dr. Marcus, pela sua participação inicial nesta audiência pública.

Já se encontra em nosso meio o diretor da Federação das Indústrias do Estado do Pará (Fiepa) e Vice-Presidente da União das Entidades Florestais do Pará (Uniflor), Sr. Justiniano de Queiroz Netto. Ele participou da primeira audiência como expositor e participará agora conosco como debatedor.

Convido V. S^a para compor conosco a Mesa.

Passaremos a palavra agora ao segundo expositor do dia, o assessor do Instituto Estadual de Florestas (IEF), Sr. João Paulo Sarmento, representando aqui o Secretário do Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais, Sr. José Carlos de Carvalho.

Tem V. S^a a palavra por 15 minutos.

O SR. JOÃO PAULO SARMENTO – Senador Leomar Quintanilha, na pessoa de quem cumprimento os demais Senadores aqui presentes, os colegas de Mesa, senhoras e senhores, bom dia a todos. Quero agradecer em nome do Secretário José Carlos, uma vez que está ocorrendo a Semana Florestal em Minas, que demanda várias ações da Secretaria e do próprio instituto, o que o impossibilitou de estar presente nesta importante audiência pública, mas ele me pediu que manifestasse o prazer e a honra de ter sido convidado.

Com relação ao projeto de lei que agora se discute e que foi bastante debatido com a sociedade em várias ações, inclusive duas audiências públicas promovidas por esta Casa, consideramos ser um importante instrumento de gestão de florestas públicas.

O setor florestal realmente tende a crescer, a se desenvolver e a gerar trabalho e renda para o País. A região da Amazônia – e isso tem de ser vislumbrado – tem essa vocação florestal.

O projeto de lei remete à legalidade de várias ações que ocorrem, e traz a característica da Amazônia, que é uma característica florestal. Isso não impede que a ação de outros setores da economia esteja presente, mas a Amazônia, sem dúvida alguma, tem característica florestal, e tem sua total ação dentro do setor da economia brasileira. E o projeto remete à legalidade de várias ações que vêm ocorrendo na exploração florestal da região.

Verifica-se que a política de comando e controle nem sempre é extremamente efetiva. Existem várias deficiências de órgãos. Eu trabalho em um órgão que adota como política de comando e controle uma das ações, mas a política de fomento e a política de desenvolvimento florestal são extremamente importantes para agregar várias pessoas, vários atores dentro da parte formal da economia. Atualmente, a Amazônia, da forma como vem sendo...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha)

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Estamos debatendo um projeto da maior relevância para o presente e, principalmente, para o futuro da Amazônia. Sou o Relator, e estou interessadíssimo em ouvir todos os expositores, até porque tenho dúvidas a respeito do projeto. Mas a poluição sonora dentro desta sala é impressionante. Portanto, faço um apelo a quem não estiver interessado: que deixe que os outros, que estão, ouçam. É difícil – pelo menos para mim, um problema pessoal meu – fixar a atenção quando ouço um barulho.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – V. Ex^a tem razão. A Mesa solicita a todos os presentes que contribuam com o desenvolvimento dos trabalhos, permanecendo em silêncio. Por gentileza.

O SR. JOÃO PAULO SARMENTO – Pois não, Senador.

O projeto de lei tem ganhos significativos quando existe um processo de auditoria externa. Observem que

coisa importante: além de todas as questões, todos os órgãos – seus gestores – trazem auditoria externa para que sejam avaliados os processos. Portanto, são ganhos adquiridos, quando o processo é levado à discussão. E essas auditorias externas, totalmente autônomas, têm condições de orientar alguns desacertos que possam vir a ocorrer durante aquela exploração.

Voltando ao que comentávamos com relação à política de gestão e controle, de comando e controle, ela deve ser uma das formas de gestão ambiental, não a principal. Há o fomento, a incorporação de comunidades locais extrativistas nessa política, oferecendo incentivos, o que é extremamente importante para que possa ocorrer a sustentabilidade da floresta, a sustentabilidade daquele meio ambiente. Dessa forma, trazer essa população residente é também um outro ganho significativo do Projeto que temos verificado.

O Projeto também proporciona acesso livre a todos a fim de que tenham conhecimento da situação em que se encontram aqueles planos de manejo, a forma como estão sendo explorados, o que é outro ganho importantíssimo, pois toda a comunidade pode observar o que está ocorrendo ali, de qualquer parte do País. São pontos extremamente importantes que devem ser colocados. Verifica-se, também a questão do Serviço Florestal Brasileiro, que acompanhará o desenvolvimento de todos os projetos. Ou seja, existe a ação da sociedade, uma auditoria externa e a participação do Estado. Isso oferece uma visibilidade e uma coerência dentro da exploração que verificamos ser extremamente importante e até inovadora dentro das políticas públicas do Estado.

A partir do momento em que o projeto de lei for implantado, se houver alguma necessidade de ajuste, sua execução é que vai dar essa orientação. Assim sendo, o projeto será muito importante para as florestas. Identificamos a Amazônia como o foco principal, mas existem, no próprio Estado de Minas Gerais, algumas florestas que podem ser ordenadas dentro dessa exploração, dessa atividade, trazendo várias pessoas para a legalidade. Portanto, estão sendo oferecidas as condições de explorar. A floresta amazônica vem sendo explorada, e o projeto de lei traz à legalidade várias ações.

Particpei de um treinamento na Amazônia, em Itacoatiara, que considerei fantástico. A partir do momento em que foi desenvolvido um plano de manejo, esse plano foi certificado, e a geração de energia da cidade, que era feita com óleo diesel, passou a ser feita com resíduos da exploração sustentável. Aí sim, começa a fechar toda a ação.

É importante registrar que existe, além da questão ambiental, em que a exploração ocorre por meio

de critérios técnicos seguidos, acompanhados tanto pelo Poder Público quanto pela sociedade, uma preocupação pela melhoria da qualidade ambiental, que inclusive agrega mais valores a esses produtos, porque eles escoarão de forma legal, e os empresários, os empreendedores, terão de buscar o próprio Poder Público para manifestar a colocação de seu produto de forma mais equânime, mais valorizada.

Trata-se de um projeto de lei que contempla também as populações locais da região, as comunidades indígenas. Está reservada uma parte para que essa população tenha acesso aos benefícios. Claro que a população teria que contar com um apoio maior por parte dos órgãos públicos e dos órgãos ambientais a fim de que tenham seu projeto desenvolvido de acordo com suas condições socioeconômicas. Dessa forma, trazendo essa população para a área produtiva, para o setor produtivo, para o setor econômico, ela passa a ser mais um agente no apoio à política de comando e controle, porque ela poderá observar em que condições pode utilizar sua floresta de forma sustentável e obter uma melhoria em sua qualidade de vida. São pontos extremamente importantes que temos verificado no projeto.

Observa-se sempre a questão da dificuldade de recursos. A partir do momento em que esse fundo define valores aos órgãos ambientais, tanto locais, municipais, estaduais quanto ao Ibama e ao próprio serviço florestal, esses recursos devem ser direcionados para que sejam aplicados na região, dentro da estrutura em que foi criado o projeto. Temos visto que, algumas vezes, os recursos destinados a um local vão para outros a fim de tentar cobrir deficiências de órgãos. A disponibilização desses recursos é extremamente essencial para que os órgãos possam exercer sua política não apenas de comando e controle como de fomento. Essa iniciativa acarretaria a melhoria da qualidade de serviços prestados à região. Os recursos devem ser muito bem direcionados a fim de que não sejam aplicados fora da região de onde são originários. Isso é extremamente importante. A partir do momento em que se gera o recurso em uma região e ele entra no caixa único da União, ele pode voltar ou não àquela região. É muito importante frisar essa questão. Os recursos devem realmente permanecer na região a fim de trazer benefícios.

Em suma, o Projeto tem como objetivo a gestão de uma floresta. Ele visa ordenar uma ação que vem sendo executada dentro do setor florestal. Traz – o que considero muito importante – o setor florestal da parte nativa à legalidade, acarretando, assim, grandes benefícios ao setor. Não podemos desconsiderar o setor florestal, a parte nativa, que faria a exploração susten-

tável através de planos de manejos e técnicas rígidas de exploração florestal sustentável, e o setor florestal na parte de florestas plantadas. Juntando essas duas vertentes do setor florestal, tenho certeza de que vai trazer grandes benefícios ao País.

O setor florestal brasileiro não pode mais permanecer onde está, grande parte na clandestinidade, não trazendo recursos ao País, não gerando o que poderia gerar de impostos, de emprego e renda. Portanto, ele traz também à legalidade várias ações.

Era o que gostaria de registrar. Estou à disposição de todos para o debate. Vejo, mais uma vez, como é importante a forma de ordenar. Está-se criando uma política pública que pode ser melhor coordenada a partir do momento em que for executada.

Agradeço a todos, e estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Agradecemos a participação do Dr. Sarmiento e vamos ouvir agora o último expositor inscrito, Dr. Ederson Augusto Zanetti, Engenheiro Florestal formado pela Universidade Federal do Paraná.

Tem V. Sª a palavra por quinze minutos.

O SR. EDERSON AUGUSTO ZANETTI – Senador Leomar Quintanilha, Presidente da Mesa, demais membros da Mesa, Senadora Ana Júlia Carepa, Senador Jefferson Peres, Senador Mozarildo Cavalcanti, Senador Eduardo Suplicy, demais Senadores e interessados na questão de gestão de florestas públicas, bom dia e muito obrigado por poder participar desta audiência pública.

Eu me formei na Universidade Federal do Paraná e fiz Mestrado em Sustentabilidade Florestal e Gerenciamento de Propriedades Rurais na Universidade de Freiburg, Alemanha, e agora estou defendendo a tese de Doutorado em Políticas Públicas de Manejo Florestal para a Amazônia Brasileira.

Também estive envolvido em gestão de florestas públicas durante a minha carreira, em três oportunidades: estagiei no serviço florestal alemão; trabalhei no serviço florestal canadense em concessões florestais; e também no Suriname, em um projeto da WWF Guianas.

Apresento aqui um parecer técnico que é o corpo de uma proposta que estudamos. Esse corpo possui uma alma, e é sobre ela que gostaria de começar a exposição. E isso diz respeito às funções da floresta.

A teoria das funções da floresta foi introduzida pelo professor Dietrich, da Universidade de Freiburg, em 1959. Ele estudou esse relacionamento entre as florestas e a sociedade e lançou a teoria, em que as florestas teriam três funções básicas com a sociedade: uma função de definir propriedade; uma função produtiva – madeira, essências, óleos, não madeiráveis em

geral –; e uma função de prestação de serviços para a sociedade – seqüência de carbono, manutenção de qualidade da água, ambiente para o ecoturismo. O que o professor Dietrich queria com essas funções era gerar o conceito de múltiplo uso de florestas, que será a alma desta apresentação.

O múltiplo uso de florestas, segundo o professor Dietrich, seria utilizar a combinação dessas funções sem que uma excluísse a outra. Ou seja, pode haver um projeto de ecoturismo em uma floresta que está sendo explorada para a produção de madeira e que produz frutas para uma comunidade. No Canadá, inclusive, trabalhei em uma floresta de 20 mil hectares onde se realizavam ao mesmo tempo doze diferentes atividades.

O parecer técnico sobre a gestão de florestas públicas, criação do Serviço Florestal Brasileiro e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, foi elaborado a partir de uma consulta do Senador Augusto Botelho. S. Exª me perguntou se eu poderia comentar a respeito da presente proposta, a PLC 062, e se eu teria algumas sugestões a fim de melhorá-la.

Portanto, no arcabouço geral, a forma como se enxerga essa proposta. O Ministério do Meio Ambiente formula as políticas para a floresta pública, com o apoio do Ibama e do Serviço Florestal, para que sejam implementadas. E existe uma empresa titular, que recebe a concessão dessa floresta pública. As outras empresas e demais interessados nas florestas públicas passam por esse titular para ter acesso. O instrumento de acesso é o plano de manejo florestal sustentado, uma exigência do Ibama. Aqui, essa empresa titular recolhe as taxas do fundo, que as coloca no sistema novamente. E também no âmbito federal e estadual existe alguma contribuição.

O que comentei com o Senador é que seria mais interessante que, além do Ministério do Meio Ambiente, o tema envolvesse mais do que um patrimônio ambiental. Seria mais interessante que o Ministério do Meio Ambiente fosse apoiado pelo da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Desenvolvimento Agrário, Integração Nacional e Ciência e Tecnologia a fim de formular políticas para floresta pública. O papel do Ibama e do SFB creio que estão perfeitos.

Também comentei com o Senador que seria mais interessante que a concessão, por ser uma floresta de múltiplo uso, não fosse passada para uma única empresa, e os outros tivessem que passar por ela para ter acesso, mas que procurássemos uma forma de propiciar a todas as empresas explorar não a floresta, mas um produto em que tivesse interesse. O instrumento para ter acesso à floresta pública seria um pla-

no de exploração de floresta pública, um instrumento diferenciado, menos oneroso e que não fosse exigido, mas de alguma forma fornecido pelo Serviço Florestal Brasileiro. Tais empresas recolheriam ao fundo, que devolveria para o sistema.

Muito bem. O Senador analisou, pediu que aprofundasse a discussão sobre o tema e fizesse um parecer técnico que justificasse as modificações. Elaborei o parecer, tentando responder a três perguntas principais: se o modelo que estamos propondo, o modelo atual, significa algum tipo de engessamento para a aplicação de novos conceitos e tecnologias emergentes nas florestas públicas – isso diz respeito à formulação das florestas públicas pelo Ministério do Meio Ambiente; se o modelo proposto leva à exclusão social de alguma forma e à concentração de renda e poder – isso será discutido no aspecto do processo licitatório da concessão da floresta; e, também, se é melhor aprovar o modelo que aí está, mesmo que sujeito a algumas imperfeições, do que não haver modelo algum.

A discussão terá início aqui, pela formulação das políticas públicas, como está no modelo e o que estamos propondo.

No modelo, temos o Ministério do Meio Ambiente como o único responsável. Portanto, é uma disciplina ambiental do uso das florestas. Enquanto que se conseguirmos dividir essa responsabilidade entre os Ministérios, teremos essa transversalidade que a floresta pública tem; na verdade, um instrumento multidisciplinar de ordenamento das florestas.

Existe um enfoque exclusivo nas florestas. Se conseguirmos uma participação maior de outros ministérios, as florestas podem ser vistas como os componentes que são dos cenários rurais, que possuem florestas, agricultura, pecuária, indústrias, e pessoas que lá vivem. Isso consegue abranger melhor esse cenário.

Aqui, com o envolvimento do Ministério, pode haver o envolvimento na área de produção, assistência e controle das florestas. Abrangendo mais ministérios, teremos a produção, a assistência e o controle, e também um enfoque em industrialização, na questão logística, desenvolvimento tecnológico, comercialização; ou seja, um ecossistema integrado do setor florestal.

Algo muito importante que o Presidente Marcos Barros comentou a respeito das discussões que já ocorreram a fim de melhorar o Projeto e a formulação de florestas públicas – e que, na verdade, não vi nas discussões do Parlamento e também no texto – é a questão da sanidade das populações silvestres. Onde existe concessão florestal no mundo, esse é um quesito importante, porque estamos tratando de florestas públicas.

Citarei apenas dois casos a fim de que possamos entender como é importante atentar para isso em florestas públicas. A febre aftosa, quando é eliminada das criações, tende a migrar para os animais silvestres. Veado, anta, paca, qualquer animal silvestre que possui casco tendilhado é passível de ser atacado pela febre aftosa. Existem casos relatados no mundo à fartura. E, migrando para as populações silvestres, tende a surgir novamente nas criações domésticas, causando um prejuízo econômico muito grande, inclusive para as exportações brasileiras. Esse fato tem que ser relevado.

Uma outra questão envolve a saúde humana. No início deste ano, um surto de raiva transmitido por morcegos surgiu na Ilha de Marajó, desceu a fronteira do Maranhão com o Pará e chegou à cidade de Rendeção. São vinte e seis pessoas mortas, atacadas por morcegos silvestres. Portanto, nessa formulação, acreditamos que têm que ser incorporados alguns procedimentos para se verificar a sanidade das populações silvestres.

Uma outra questão diz respeito ao processo licitatório. Aqui, há uma proposta com uma empresa; e aqui, com várias. Um concessionário por floresta pública se transforma em intermediário entre a floresta e demais empresas. Um concessionário por produto ou serviço, teremos vários por florestas, eliminando o intermediário entre a floresta pública e a sociedade. Um concessionário exige altos investimentos na questão de inventário, infra-estrutura, equipamentos. Esse é um problema de acesso que a população de baixa renda enfrentará no mercado de produtos florestais de florestas públicas. O que estamos propondo aqui é que o investimento governamental seja feito nesse inventário de infra-estrutura e equipamento, no sentido de democratizar o acesso às florestas públicas, de que todas as pessoas possam ter acesso ao recurso natural, que a questão econômica não seja excludente.

Por último, o instrumento de acesso às florestas públicas, que é o Plano de Manejo Florestal Sustentado. Estamos propondo o Plano de Exploração de Floresta Pública. O Plano de Manejo Florestal Sustentado enfoca a floresta como um todo. Pensamos em um instrumento que enfoque o produto, a madeira em que a indústria está interessada; a fruta, cujo mercado a comunidade quer desenvolver; o ecoturismo, que as comunidades que vivem na floresta podem explorar.

Aqui, temos um modelo que é extrativista. E estamos sugerindo um modelo cultivador. Para entendermos o que quer dizer o modelo extrativista e cultivador, é útil imaginar a floresta como sendo um supermercado. Lá, existem quatro mil diferentes espécies de árvores, de frutas, etc. Uma pessoa, no modelo extrativista, que

entra no supermercado e quer uma dúzia de ovos, tem de procurar, em meio à ração, prataria, compotas, sua dúzia de ovos. Após retirá-la, deixa tudo como está. Um enfoque cultivador procura organizar esse supermercado em fileiras e seções.

Portanto, teremos o mogno em determinado lugar cultivado; a cerejeira em outro lugar; o cupuaçu em uma determinada seção; ou seja, organizar, cultivar a floresta, sem perder a biodiversidade. Isso aumenta a produção das florestas. A Alemanha adotou um sistema parecido com esse e, nos últimos 140 anos, aumentou de 100m³ por hectare de volume nas florestas para 300m³.

Aqui, temos, nesse modelo também, a questão do ciclo. O Plano de Manejo Florestal Sustentado exige um ciclo predeterminado de 25 anos para a utilização da floresta. São 25 anos de plano comunitário para utilizar uma floresta, seus recursos. Esperar 25 anos para voltar a essa floresta é inviável. Assim, estamos propondo que os ciclos sejam determinados pela produtividade de cada item que estejam explorando, e também de cada serviço utilizado. Não há por que utilizar um ciclo desse tipo.

Aqui, também, gostaria de chamar a atenção para o fato de que as pesquisas realizadas com relação ao efeito estufa indicam que a produção madeireira está aumentando. Isso significa que precisamos explorar mais a madeira, o produto renovado.

De forma geral, o que vemos na gestão de florestas públicas é que, no modelo atual, temos o Ministério do Meio Ambiente, e aqui estamos propondo que mais ministérios participem da formulação dessas políticas. O papel do Ibama e do Serviço Florestal continua o mesmo.

Aqui, temos uma concessionária. Estamos sugerindo que seja aberta essa participação, ou seja, descentralizar na questão da administração florestal.

Aqui, são concessionários para recolher taxas, com a vantagem de que vários concessionários poderão recolher as taxas, aumentando a renda do Fundo.

Aqui, a exigência de um plano. Estamos propondo que isso seja oferecido; ou seja, que o órgão público seja o responsável pela gestão daqueles recursos. E também introduzir a questão da sanidade dos animais silvestres, que é muito importante.

De volta ao modelo, temos o modelo atual, que sai centralizado e termina centralizado, com o intermediário e a exigência. O modelo que estamos propondo é no sentido de retirar a centralização do Ministério do Meio Ambiente, somente da questão ambiental, para a gestão das florestas públicas, e, com isso, gerar uma descentralização, conseguindo responder melhor aos anseios da sociedade.

Respondendo as três perguntas: se o modelo pode engessar a introdução em tecnologias, acredito que sim, porque a floresta tem que ter um enfoque social e econômico, e não apenas ambiental. É preciso que outros ministérios participem, com outras visões.

Se o modelo é excludente, sim, é um modelo centralizador, que concentra naquele titular a cessão das florestas. E se é melhor aprovar do jeito que está, acredito sinceramente que não. É preciso que haja uma maior discussão no Senado Federal a esse respeito.

Ao encerrar, gostaria de comentar para o Senado Federal que...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Solicito aos visitantes que não se manifestem.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Isso já ocorreu na audiência passada. Quem está aqui sabe que não pode se manifestar contra ou a favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – A Mesa reitera o apelo para que não se manifestem, sob pena de termos que tomar outras medidas.

O SR. EDERSON AUGUSTO ZANETTI – O que gostaríamos de sugerir ao Senado Federal é que solicite ao Governo a retirada do pedido de urgência. Existem várias CPIs tramitando nesta Casa, e isso dificultará a análise da matéria, que é importantíssima para motivar o uso das florestas brasileiras de maneira sustentável. E também, com isso, ampliar o espaço para a discussão, a fim de que possa haver uma legitimidade maior no papel do Senado Federal de discutir sobre tais questões.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Agradecemos a participação do Dr. Ederson Zanetti.

Passaremos, agora, à fase do debate.

A Mesa esclarece aos Srs. Senadores que, imediatamente após a fase do debate, encerraremos a audiência pública e iniciaremos uma reunião da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para conhecer e discutir o relatório da Senadora Ana Júlia Carepa. Em seguida a essa reunião, haverá uma reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, também com o propósito de conhecer e discutir o relatório do Senador Jefferson Péres.

Portanto, passamos ao debate desta audiência pública.

Com a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, gostaria de fazer duas perguntas. Uma, ao Dr. Marcos Barros, que fez uma exposição, até por falta de tempo, apenas sobre o Ibama, as dificuldades

que encontrou, e que está procurando superar. Mas gostaria que ele opinasse a respeito do projeto, que pontos do projeto lhe parecem bons ou maus. Se puder, peço que o faça em pouco tempo, pois não ouvi de V. S^a essa manifestação. O que entende do Projeto.

Sr. Ederson Zanetti, em primeiro lugar, eu o cumprimento pela forma como expôs, embora sem concordar com tudo. V. S^a procurou ser técnico. Não interessa a esta Comissão manifestações emocionais ou de fundo ideológico que demonizem ou santifiquem o projeto. Queremos exposições objetivas. O projeto é bom, não é por isso. E V. S^a fez isso. Parabéns pela exposição.

E gostaria de esclarecer um ponto do que poderia chamar de “sua” proposta, se bem entendi, posso ter entendido mal. V. S^a, em uma passagem muito rápida de sua exposição, propôs que houvesse concentração de produtos na reserva florestal deste ou daquele produto, desta ou daquela espécie. Se foi isso mesmo que V. S^a propôs, pergunto se isso não descaracterizaria a floresta. A floresta Amazônica é muito heterogênea, e é isso que protege as espécies. Todas as tentativas, Professor Zanetti, de heveicultura na Amazônia fracassaram. Lograram êxito em outras regiões, em outros países e em outras regiões do País. Na Amazônia, todas fracassaram, atacadas pelo mal-das-folhas. Por quê? Porque a homogeneização da floresta com uma espécie permite a propagação de todas as doenças que atacam aquela espécie. Na Amazônia, sempre ocorre o ataque da *Dothidela*, que é o mal-das-folhas, que destrói todas as plantações sem exceção.

Pergunto se a sua proposta de fazer mosaicos na floresta de concentração de espécies, de homogeneização, é perigosa, porque, além de descaracterizar a floresta, deixa essas áreas homogeneizadas muito expostas à ação de doenças.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – A quem foi direcionada a pergunta?

Concedo a palavra a V. S^a.

O SR. MARCUS BARROS – Senador Jefferson Péres, apesar de macro, um ponto central de vantagem do projeto é dar ordem à exploração madeireira da Amazônia por meio de planos de manejos, concedidos de maneira aberta, de acordo com a legislação brasileira, e fiscalizados pelo Ibama.

Ao contrário do que disse o Professor – ponto dois –, a participação comunitária e a distribuição dos benefícios são reais, pois se estabelecem percentuais para essa participação. Do ponto de vista de participação também para o próprio Ibama, existe um **quantum** de 30% nesse processo de arrecadação, que reverteria para o próprio processo de fiscalização

do Ibama no projeto, determinando um *turn over* de auto-sustentabilidade.

Essa ordem é restrita à cobertura vegetal, o que também é muito interessante, porque ela não se confronta com a questão fundiária. Ela dá uma ordem fundiária de maneira colateral. Portanto, há uma participação, uma ordem que se traz e uma expectativa de, nessa ordem, diminuir o desmatamento irracional da Amazônia. Ele tem uma proposta com uma base ambiental significativa e traz ao projeto, como concretude, a sustentabilidade na prática. Abandona-se o discurso e diz-se assim: “Desenvolvimento sustentável é isto: explora-se racionalmente uma área; valora-se a indústria madeireira; dá-se ordem; e acumulam-se recursos expressivos oriundos das taxas e dos impostos dessa indústria”. Tenho convicção de que o subproduto fundamental é a preservação ambiental.

O SR. EDERSON AUGUSTO ZANETTI – Senador Jefferson Péres, agradeço o comentário sobre a apresentação.

V. Ex^a chamou a atenção para uma questão de sanidade florestal. Não falei especificamente sobre esse assunto, pois chamei a atenção para os animais silvestres. No entanto, é importante realçar no projeto a questão de sanidade das espécies vegetais.

Fico muito feliz por V. Ex^a ter mencionado o caso da heveicultura, porque trabalhei com o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia no entorno da Floresta Nacional do Tapajós, em Belterra e em Fordlândia, onde foram introduzidas essas monoculturas de heveicultura no passado.

Essa consideração sobre o cultivo de florestas vem de uma realidade da estrutura, da arquitetura das florestas tropicais, não só na Amazônia. Se se verificarem os inventários florestais, perceberemos que entre seis e doze espécies dominam, em todas as regiões, de 60% a 90% do volume. Existe, naturalmente, uma predominância de determinadas espécies em determinadas regiões. É exatamente para esse ponto que queremos chamar a atenção com essa proposta.

O Plano de Manejo Florestal Sustentado – normatização para haver o uso atual das florestas públicas – é uma regra fixa que admite uma homogeneidade. Estamos chamando a atenção para o fato de que não existe essa homogeneidade. A floresta é heterogênea, tem diversos comportamentos.

A respeito de se alterar essa estrutura da floresta e essa questão de você ter um determinado nível onde é seguro cultivar as florestas, isso é bem verdade. Mas acho que aí, no caso da heveicultura e em todas as tentativas de se cultivar florestas na Amazônia, que não tiveram sucesso, faltou muita atenção para a sanidade. A floresta amazônica, no passado, era

conhecida como Inferno Verde. Temos 15 milhões de diferentes espécies de insetos na floresta amazônica. Essa preocupação com a sanidade das florestas não é só para a questão do cultivo. Ela se realça na questão do cultivo, mas é para qualquer atividade, mesmo na heterogênea. Temos um relacionamento muito forte entre as pragas e os insetos e a floresta na dinâmica dela. E não vejo como salutar mantermos uma população de bactérias, fungos e microorganismos, que são potencialmente nocivos para a saúde humana a título de biodiversidade. Acho que temos que tomar cuidado com isso. E na parte do cultivo da floresta, acho que isso fica realçado, essa necessidade de se prevenir os ataques de insetos nocivos.

Acredito que é perfeitamente possível. Temos casos de cultivo de espécies nativas por todo o Brasil. Na floresta Atlântica, existem vários casos em que essa cultura foi desenvolvida. Precisa de pesquisa e desenvolvimento. Vou dar um exemplo bem simples: o pinus e o eucalipto entraram no Brasil na década de 70, produzindo sete metros cúbicos por hectare, que é uma média até boa para alguns países do Hemisfério Norte. E hoje temos eucalipto rendendo cem metros cúbicos por hectare, e pinus já alcançamos sessenta e cinco metros cúbicos. A tecnologia, pesquisa e desenvolvimento naturalmente vão levar a esse aumento de produtividade e essa garantia.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Jefferson Peres, a Mesa consulta V. Ex^a se já concluiu, porque dois dos participantes da audiência pública revelaram desejo de comentar sobre a proposta apresentada pelo Dr. Éderson.

Com a palavra o Sr. Capobianco.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Obrigado, Senador Quintanilha.

Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria também de inicialmente parabenizar a forma como foi apresentada a análise do pesquisador. No entanto, eu gostaria de apenas informar a V. Ex^{as} que, de alguns pontos que ele destacou como muito importantes, o primeiro é o que trata da questão da participação dos demais Ministérios. De fato ele tem razão. A gestão desse patrimônio não é um assunto de interesse exclusivo do Ministério do Meio Ambiente. Por isso o projeto cria o Conaflor, que é o conselho de gestão de florestas, esse conselho é composto de todos os Ministérios. Aliás, esse Conaflor já existe por decreto. A lei reforça, institucionalizando o Conaflor. O Conaflor hoje é exatamente composto pelos Ministérios que foram por ele citados, além de outros interessados, outros setores da sociedade, a associação dos engenheiros florestais, a SBPC, um conjunto enorme, uma vasta gama de participantes.

Portanto, entendemos que no que diz respeito à orientação de visão de políticas, o Conaflor atende, além de que não podemos esquecer que o projeto de lei também remete a algumas questões ao Conselho Nacional do Meio Ambiente, que também é composto por todos os Ministérios e órgãos estaduais e outros entes da sociedade civil. Esse é um ponto.

O segundo ponto que ele coloca é em relação à possibilidade de múltiplos usos. Esse é um ponto central. De fato é o ponto que considero mais importante de ser bem esclarecido. A floresta só se justifica no longo prazo pelos usos múltiplos, que estão basicamente agrupados em três grandes categorias: os produtos madeiráveis, os não-madeiráveis, que é um conjunto enorme, cada vez cresce mais inclusive essas opções, de látex a resinas, e os serviços ambientais, que também cresce muito no Brasil. Recentemente foi criado, não sei se V. Ex^{as} acompanharam pela imprensa, na Bolsa de Valores, a primeira abertura de análise de crédito de carbono na Bolsa de Valores no Brasil, o que vai ser um grande impulso na questão dos serviços ambientais.

No entanto, analisamos várias modalidades de gestão de faces públicas, inclusive a canadense, que ele citou e, a partir da análise de avanços e dos problemas enfrentados com esses procedimentos, ficou claro para nós que permitir, numa mesma área de florestas, diferentes contratos, de diferentes interessados, geraria o que gerou, em vários países que modificaram a sua legislação, uma transferência de responsabilidade.

Nós entendemos que a floresta pública é um patrimônio público da maior relevância e que não é possível permitir que diferentes interessados usem a mesma floresta, porque, quando um problema ocorre, quando é identificada uma irregularidade, e a punição tem que ser aplicada, o que ocorreu em vários países que nós visitamos foi a transferência: Não fui eu que fiz. Eu não fiz isso; foi ele quem fez. E havia uma disputa que inviabilizava a gestão adequada.

Então, nós entendemos que, se o uso múltiplo é fundamental, o projeto prevê isso e estimula o uso múltiplo, ele terá que ser bem gerido por um contrato.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Para concluir, Capobianco.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Finalmente, com relação aos ciclos, o projeto de lei se adapta aos ciclos, o que é uma coisa importante. Você tem na floresta diferentes produtos, da madeira à resina, e cada um tem o seu próprio ciclo de vida, digamos assim, e de produção. E o projeto de lei prevê isso. Ele diz que não prevê, mas prevê.

Finalmente, para encerrar, Sr. Senador, a questão dos altos custos de inventários e editais. O projeto pre-

vê que o edital não é pago, é pago apenas por quem vencer a licitação, justamente para permitir o acesso a pequenos grupos e a comunidades locais que não teriam o dinheiro para fazer o pagamento antecipado do edital. Isso está previsto no projeto de lei também, como forma de democratizar o acesso.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Concedo a palavra ao Sr. Sérgio Leitão.

O SR. SÉRGIO LEITÃO – Bom dia.

Inicialmente, em nome do Greenpeace, eu queria agradecer o convite feito por esta comissão para falar e homenagear o Senado Federal, que presta um relevante serviço à Nação ao discutir um tema tão importante.

Saúdo a todos os Senadores, especialmente os da região Norte, principais interessados no debate dessa questão.

Nós do Greenpeace queríamos apresentar de maneira primordial a nossa crença de que esse projeto atende a um objetivo fundamental que é reforçar a presença do Estado na região amazônica.

Essa presença é fundamental e o Greenpeace defende que o aumento dessa presença, a sua qualificação e a sua efetivação são fundamentais para trazer a paz à floresta.

Nós sabemos o quanto a Região Norte do País tem sido acometida por violência, por assassinato de trabalhadores rurais e de lideranças sindicais, o que traz um clima de intranquilidade, e os instrumentos contidos neste projeto podem ajudar a solucionar uma série de questões que atormentam o dia-a-dia da população amazônica.

Basicamente, o projeto faz uma integração entre políticas fundiárias, permitindo que essas populações possam ter as suas posses regularizadas e lhes permite também instrumentos econômicos de desenvolvimento de atividades em regime sustentável, que são fundamentais para a sua reprodução sociocultural.

Então, o Greenpeace acredita que o projeto, se adotadas as medidas necessárias para a sua plena efetivação, o que passa inclusive, como disse o Senador Flexa Ribeiro... Permita-me utilizar as palavras dele na última reunião da semana passada, com a instrumentalização de recursos via Agência de Desenvolvimento da Amazônia, a ADA, ou SUDAM, como queiram, permitir que haja o fornecimento de crédito e oportunidades de apoio para que as atividades das populações tradicionais na Amazônia sejam desenvolvidas.

Na questão fundiária se torna fundamental que os instrumentos de regularização, com a questão das ações discriminatórias, separando aquilo que efetivamente é terra do Estado, aquilo que é terra de particular,

com o reconhecimento das posses das comunidades tradicionais, crie um clima de tranquilidade que permita à região voltar a ter as condições de se desenvolver e de ter essas comunidades trabalhando num regime de plena paz.

Então, o Greenpeace agradece, mais uma vez, o convite feito por esta Casa, e acredita que esse projeto tenha instrumentos suficientes para dotar a região de uma condição de normalidade institucional e na vida de cada um dos seus cidadãos e faz aqui uma profissão de fé de que, se o Estado brasileiro dotar os seus órgãos dos comandos necessários para que o projeto se torne uma realidade, ele poderá dar à região Amazônica e a todo o País uma condição melhor de vida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra o Sr. Justiniano de Queiroz Netto, Diretor da Federação das Indústrias do Estado do Pará.

O SR. JUSTINIANO DE QUEIROZ NETTO – Ouvi atentamente a palestra do Sr. Zanetti e a considero interessante porque amplia um pouco o leque do foco nesse projeto de gestão, que está com o paradigma muito fechado na Amazônia em produtos madeiros. Existem múltiplos usos, múltiplos produtos que podem ser usados na floresta e não apenas na região amazônica.

Apesar de concordar nesse aspecto, eu gostaria de me concentrar em uma pergunta; “é melhor aprovar o modelo proposto, mesmo que sujeito a algumas imperfeições, do que não ter modelo algum?”

Na verdade, apesar desse projeto não se limitar à Amazônia, sabemos que tem um enfoque muito específico, muito adequado à Amazônia. Sabemos que mais de 90% da cobertura florestal, dos remanescentes florestais da Amazônia estão em áreas públicas e o que vem acontecendo com essas áreas é que elas estão sendo desmatadas, griladas, apossadas do patrimônio público. Então, que modelo poderemos utilizar essas florestas uma vez que existe um fenômeno socioeconômico que está avançando sobre essa floresta e que, a meu ver, não temos instrumento legal para acessar? Então, talvez adiar, procrastinar a efetivação desse projeto, porque é uma ilusão pensarmos, por mais que debatamos, que chegaremos a um modelo perfeito. Sempre haverá imperfeições e estaremos, constantemente reavaliando, reciclando e aperfeiçoando-o.

O que me preocupa é que quanto mais adiamos essa discussão mais as florestas tombam. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Concedo a palavra ao Sr. Divino Teixeira, representante da Associação dos Servidores do Institu-

to Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis.

O SR. DIVINO TEIXEIRA – Eu gostaria de começar pelo final. Em primeiro lugar, quero parabenizar o Ederson pela apresentação. Ele trouxe uma contribuição importantíssima, e eu gostaria de começar pelo final. Essa questão da urgência, nós, como servidores do Ibama, estamos colocando desde o início da tramitação deste projeto na Câmara dos Deputados, mas não fomos atendidos.

Só ouvimos falar do Ministério do Meio Ambiente e do Ibama, e não ouvimos falar do Incra, por exemplo. Hoje, a questão dos planos de manejo, que estão paralisados, depende da aprovação do Incra, da regularização fundiária. Então, não vimos a discussão com os outros Ministérios e inclusive com os servidores.

Eu gostaria de colocar que a direção do Ibama hoje está aqui e amanhã quem vai cuidar da implementação desse projeto são os servidores. A direção tem uma posição e queremos deixar claro que a nossa posição, como servidores, é totalmente diferente e independente da administração. Então, estou chamando os servidores, não só do Ibama como do Incra, Funasa que estarão envolvidos com o programa, de baixo claro, porque não fomos consultados e isso nós estamos colocando desde o início.

Quando temos uma apresentação de alguém da academia e de algum técnico que coloca brilhantemente como colocou o Ederson aqui, já deixa dúvida na cabeça dos Senadores que estão aqui, conforme posso inferir. Temos que pensar muito na urgência desse projeto, porque, na nossa opinião, está havendo um tratoramento desde a Câmara e devemos discuti-lo muito.

Tem um nome que gostaria que V. Ex^{as} consultassem, de um pesquisador que é da Amazônia e que é do Inpa chamado Niro Guschi. Se os Srs. tiverem oportunidade de convidá-lo para participar, ele trará contribuições importantíssimas.

Quanto ao Conaflor, como disse o Copabianco... Niro Guschi é do Inpa, é especialista em manejo florestal e tem uma visão excelente sobre esse projeto. Sobre o Conaflor, pelo que vi no projeto, ele foi excluído. O que está sendo proposto aqui é uma Comissão Gestora de Florestas. E nós, como servidores, não entendemos, inclusive, por que o Conaflor foi excluído, porque ele participou de uma reunião para inauguração desse projeto. Tem aqui um representante da Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal, que participou, que não cancelou esse projeto. Temos a SBEF, que é a Sociedade Brasileira de Engenheiros Florestais, que participou...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Para concluir, por favor, Sr. Divino.

O SR. DIVINO TEIXEIRA – ...que cancelou esse projeto, mas que não consultou a base. Sou engenheiro florestal e não fomos consultados. Então, só essa questão do Conaflor. Não entendemos por que o Conaflor foi excluído desse processo, porque o achamos um conselho muito mais democrático do que esse que está sendo proposto, que estará dentro do Ministério do Meio Ambiente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Sr. Ederson, concedo um minuto para suas considerações.

O SR. EDERSON ZANETTI – Obrigado, Senador. Se o Secretário Capobianco me permitir uma tréplica, Secretário, eu gostaria de abordar a respeito de dois pontos. Um deles é esse do Conaflor e, apesar de entender o Conselho como importantíssimo, também não vi a influência dele na gestão de florestas públicas. Está bem claro no texto que o Serviço Florestal Brasileiro será criado a partir da estrutura do Ministério do Meio Ambiente, inclusive com a designação de cargos. Quer dizer, não enxerguei lá a atuação de diversos ministérios.

E a respeito das concessões, o Secretário fez o comentário sobre a dificuldade da apuração da responsabilidade de um dano no múltiplo uso de florestas. E acho que esse é um ponto que talvez os Senadores devam discutir com profundidade, para saber se o fato de haver dificuldade de apuração justifica que se centralize a concessão de florestas em um único proprietário. Acho que são questões isoladas.

E para encerrar, vejo essa discussão como ampla e é por isso que entendemos que essa urgência não favorece a legitimidade que um processo dessa importância tem para o Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Estamos dando preferência aos Relatores. Falaria agora a Senadora Ana Júlia Carepa. Mas, não a estou vendo.

Concedo a palavra, então, ao Senador Mozarildo Cavalcanti, Relator do Projeto na CCJ.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Obviamente não é para apresentar meu parecer, não é?

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – É para debater na audiência pública.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Está certo. Quero dizer que o projeto, digamos assim, acho muito importante a tese, até porque as florestas estão maciçamente na Amazônia. A Amazônia repre-

senta 60% do território nacional. Então, esse projeto é importante.

Agora, não entendo um projeto que foi, como disse o Dr. Marcus, o Dr. Capobianco, tão discutido fora do Congresso, chega no Congresso com a urgência constitucional, no momento em que estamos com três CPIs funcionando. Então, acho que isso nos deixa, pelo menos, de orelha em pé.

Se é tão correto, se está tão perfeito, por que a correria? Então, acho que por aí já desconfio. E quero dizer que fiquei bem impressionado com a explanação do Dr. Zanetti. Acho que realmente não se pode monopolizar uma questão de tamanha envergadura só num ministério. Dizer que o Conaflor, o Conselho, é múltiplo – conselho é conselho, não é órgão gestor, mesmo que tivesse dessa forma.

Então, estamos falando de ministérios que vão gerir também. Não se trata somente do meio ambiente, mas, de vários aspectos que envolvem o meio-ambiente. Tenho meu parecer praticamente pronto; devo apresentá-lo possivelmente amanhã, na Comissão de Constituição e Justiça, mas, espero que o Governo tenha bom senso e retire essa urgência, para que possamos ter, pelo menos, mais algum tempo para aprimorar, porque não é possível que aqui tenhamos somente cancelar o que os brilhantes executores desse projeto fizeram. Acho que temos o direito de debater, de discutir, de ouvir, como ouvimos aqui opiniões diversas, e ao final, aí sim, em nome da população – e no caso aqui do Senado – em nome dos Estados, em nome da Federação, cancelar ou não esse Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko, autora do requerimento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Tem a palavra a V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu acho que deveríamos ouvir, primeiro, os Relatores das Comissões para, depois, entrar para os autores dos requerimentos e os debatedores.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – V. Exª tem razão. Nós ouvimos dois Relatores. A Relatora, Senadora Ana Júlia, não estava no momento, por isso eu convidei o autor do requerimento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Depois ouviremos a Relatora?

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Depois, ouviremos a Relatora.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Obrigado.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sr. Presidente, eu, como Relatora, inclusive, tenho o direito de falar em qualquer momento. Então, eu pedi para ouvir, inclusive, os outros Senadores, que eu acho que isso ajuda – é um debate democrático – e eu gostaria de falar depois.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – V. Exª. será atendida.

Com a palavra, a Senadora Serys Slhessarenko.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, senhores participantes desta audiência pública a qual atribuo maior importância, nós já tivemos uma na semana passada, agora esta. Infelizmente, eu não pude ouvir a fala de cada um dos Senhores, porque hoje e amanhã aqui é complicado estarmos aqui e nas CPIs. Toda hora tem pelo menos um momento de votação, e eu tive que me afastar. Mas, na semana passada, inclusive, eu já fiz algumas colocações no sentido da importância de se discutir amplamente. Inclusive, eu ouvi o Sr. Divino, citando o pesquisador Niro. Eu também o citei na semana que passou. Mas, por outro lado, eu continuo insistindo que é importante avançarmos e aperfeiçoarmos esse projeto. Mas, por outro lado, a preocupação é, realmente, com as condições de implementação, uma vez aprovada, de como fazer principalmente a questão do controle dessas concessões. E aí eu fico olhando para o Presidente do Ibama, vendo que, realmente, a fala dele foi no sentido de muita dificuldade de estruturação do órgão etc., e que esta solução, eu diria, tem de ser buscada com muita rapidez. O próprio Senador Jefferson, na semana que passou, ele colocava que isso é uma questão – e eu concordo com ele – de quase automática solução. Existir a estrutura para que se implemente essa lei, no caso dela ser aprovada. Agora, eu fico preocupada porque, lá no meu Estado – eu sou Senadora pelo Estado de Mato Grosso, e acho que todos nós sabemos a situação do nosso Estado, em termos de fiscalização, os problemas todos que já tivemos: Operação Curupira, o desmatamento exagerado – o Governador Blairo Maggi é o campeão do desmatamento, de permissividade com relação ao desmatamento. Agora, aprovadas as concessões de florestas públicas, como conseguiremos fazer este controle?

Lá no meu Estado de Mato Grosso, a dificuldade – eu falava agora com o Dr. Marcus – por onde eu tenho andado, é de estruturação do Ibama. Lá no Estado as madeiras não conseguem fazer funcionar qualquer coisa dentro da regularidade porque o Ibama não dá respostas. E não dá respostas, a gente sabe, porque não tem condições de dá-las. É porque não

quer, Sr. Senador? Bom, o Senador aqui está dizendo que é porque não quer; eu digo que é porque não tem condições, mas as condições têm que ser buscadas. Nós não podemos mais continuar com coisas do tipo como as que estão lá. Não tem quem avalie os projetos de manejo. Aí, fecha tudo para tudo e está aquela confusão generalizada no Estado de Mato Grosso. Eu, também, não sou daquelas que defendem... Eu defendendo o meio ambiente etc, etc, mas eu não sou daquelas que defendem “deixa como está para ver como é que fica”. Porque, desorganizado, só vai ficar pior! Só vai ficar pior, e a situação está dramática lá. Então, eu pergunto aqui, especialmente ao Ibama, além dessas contratações que estão emergindo e surgindo, eu sei que a moratória está aí, uma coisa está interligada com a outra, se não dá conta de uma, como é que vai fazer a outra? E, como que está essa organização a curto, médio e longo prazo em termos de organização para valer, para resolver essas questões que já estão postas e as que advirão das concessões das florestas públicas. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra o Sr. Marcus.

O SR. MARCUS BARROS – Senadora Serys, todos sabem, mas sou obrigado a repetir, que o Mato Grosso, por uma política determinada pelo Governo do Estado, propositalmente deixou confusa a questão dos limites da Amazônia. E aqui explico por que isso. A Amazônia tem uma legislação específica de 20% de área e 80% de reserva legal, e o Governo do Mato Grosso, então, determinou, no processo desenvolvimentista, que se avançasse por sobre a legislação, criando uma legislação estadual que propiciasse isso. Esse e outros problemas nos levaram a começar o processo de moralização da política ambiental pelo seu Estado – o que é lamentável. Mas da operação que todos conhecem, fomos obrigados a, contribuindo com a Polícia Federal numa ação conjunta, prender 40 servidores nossos, 80 madeireiros e mais alguns intermediários. Foi uma operação realmente dura.

Estou dizendo isso porque o Mato Grosso entra em uma fase de reestruturação. Quando se perdem 40 servidores de uma vez só e se retoma uma nova política moralista, ética e de combate à corrupção, as coisas, às vezes, não se dão com a agilidade que se quer. Concretamente, a curto prazo, estamos contratando. Primeiro, fizemos um grande acordo – o Dr. Capobianco foi um dos promotores desse acordo, por intermédio da Secretaria que dirige – com o Governo do Estado do Mato Grosso, reestruturando a política ambiental conjunta entre o Estado e o Governo Federal. Isso significou, não sei se todos sabem, a extinção da Fundação do Meio Ambiente e a criação da Secretaria

do Meio Ambiente, onde as ações múltiplas divididas entre os órgãos federal e estadual vão procurar racionalizar esse trabalho. Essa ação conjunta está em plena estruturação. O acordo foi assinado há dez dias e a curtíssimo prazo. E o que avança da nossa parte é a contratação de 60 engenheiros florestais, que vão agilizar os planos de manejo nas áreas críticas, principalmente Sinop, Juína e Barra do Garça.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Para concluir, por gentileza, Sr. Barros.

O SR. MARCUS BARROS – Mas, a médio prazo, são as contratações de 150 engenheiros florestais que priorizam decididamente o Estado do Mato Grosso. É assim que vamos ordenar em conjunto, em ação sinérgica com o Governo do Estado, e isso já consolidado e amarrado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Enriquecendo esta nossa audiência pública, com suas honrosas presenças, o ex-Deputado Federal Antônio Feijão, do Amapá; o ex-Deputado Federal e hoje Prefeito de Porto Nacional, Paulo Mourão.

Senador Flexa Ribeiro, V. Exª é o próximo inscrito, mas havia solicitado para falar depois do relatório da Senadora Ana Júlia Carepa. Consultaria V. Exª e a Senadora Ana Júlia Carepa quem dos dois haverá de falar primeiro.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, tenho prerrogativa, como Relatora, de falar no momento em que quiser. Quero apenas garantir a minha prerrogativa.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – V. Exª concorda com isso, Senador?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, se for prerrogativa regimental, tenho que me submeter a ela. Não sei se é, perguntaria a V. Exª.

Seria mais lógico ouvirmos os Relatores, a fim de que possamos ter um debate mais aberto.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Submeta-se.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Mas, em homenagem à Senadora, darei a S. Exª a prerrogativa de falar pelo gênero.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Valeu o conselho do Senador Jereissati. Com a palavra V. Exª, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Presidente Leomar, quero dizer que entrei preocupado e vou sair mais preocupado ainda desta audiência. A cada dia que passa, a minha análise, o meu conceito a respeito do projeto se torna mais difícil. No mérito, o projeto é bem-vindo. Nós, do setor produtivo, defendemos a questão da concessão de florestas para uso econômico há décadas. Então, não posso ser contra

àquilo que defendemos há muito tempo. No mérito, estamos de acordo. Mas, na forma, é que vem toda a minha discordância.

Tive um gesto de boa vontade com a Ministra Marina Silva, com a área de meio ambiente, retirando as emendas que tinha apresentado por ocasião da tramitação nas comissões. Foi um gesto de boa vontade.

No meu juízo de valor, foi criado um clima pelo Ministério de Meio Ambiente desde a edição da Portaria nº 010 – isso vem desde o começo do ano – em que se inviabilizou o setor madeireiro – diria nacional, especialmente amazônica e mais especialmente do Pará –, no sentido de fazer um clima de terrorismo. E não estou fazendo aqui defendendo ilegalidades. É bom que se diga isso. Porque já foi dito aqui que quem é contra o projeto é bandido. Não! Há pessoas, pesquisadores de alta estirpe nacional, que não concordam com o projeto da forma como está.

Essa condição que tornou o setor madeireiro, hoje, insolvente foi criada pela Portaria nº 010, demitindo, levando as pessoas à miséria, os empregados, as empresas à falência e dizendo-se que a solução para o setor madeireiro é a aprovação deste projeto, o que não é verdade. É preciso que seja dito isto aqui na TV Senado, para que a Nação brasileira escute e entenda: Não é verdade! A solução não é a aprovação deste projeto. Este projeto não terá seu efeito prático a médio prazo, então não é solução para o setor madeireiro.

A solução para o setor madeireiro, provisória, era a continuação dos projetos de manejo, que estava aprovada em terras legalizadas; em terras legalizadas que o Ibama, pela sua ineficácia, resolveu suspender através da Portaria nº 010 e que diz que não atende porque as áreas não estão legalizadas. O que também não é verdade. Existe projeto tramitando no Ibama em terras legalizadas.

Então, o setor madeireiro, que hoje está engessado, está em dificuldade e com os seus empregados numa situação de miséria, está tendo como saída emergencial a aprovação do projeto. Essa pressão foi feita, inteligentemente, pelo Ministério através da Portaria nº 010, criando essa dificuldade e colocando como solução a questão do projeto de gestão.

Tenho várias dúvidas. Desde a audiência passada, estava aguardando a exposição do Dr. Marcus sobre o projeto. Lamentavelmente, ele fez uma análise do Ibama, como bem disse o Senador Jefferson Péres; não fez a análise deste projeto, que será o órgão gestor do projeto.

Parabenizo o Dr. Éder Zonetti, que, a meu ver, foi o único dos expositores de hoje que trouxe uma análise do projeto, apontando os problemas e

apontando, no entendimento dele, qual seria a correção. Não quer dizer que seja o entendimento de todos, mas pelo menos ele trouxe uma proposta e apontou as dificuldades do projeto.

Tenho vários questionamentos, Sr. Presidente. O primeiro deles é o seguinte: por que um projeto que visa explorar economicamente a floresta é feito pelo Ministério que trata do meio ambiente? Aí não sei se vou ao encontro do que disse o Dr. Zanetti, mas acho que este projeto tinha que ter envolvido o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Ministério das Minas e Energia e, talvez devesse ser criado o Ministério das Florestas, já que foram criados tantos ministérios e secretarias. Dessa forma, poderíamos ter, aí sim, o uso econômico da floresta.

A nossa preocupação – e quero que isso fique bem claro – é que por trás deste projeto esteja a visão permanente de engessamento da Amazônia. Essa é a verdadeira preocupação, e direi por quê. O meu tempo está esgotado, mas, se o Presidente generosamente conceder-me mais alguns minutos, eu poderei concluir a apresentação das minhas dúvidas.

Chamo a atenção da minha amiga Senadora Ana Júlia Carepa, representante do Estado do Pará; do Senador Gilberto Mestrinho, amazônica; dos Senadores Augusto Botelho, Jefferson Péres e Mozarildo Cavalcanti. A nossa Região, sem sombra de dúvida, é a de maior potencial econômico da floresta, do solo, do subsolo, do Planeta e, de acordo com o que aqui está escrito, podemos inviabilizar o setor mineral dela, especialmente – aí vou me referir, se o Senador Gilberto Mestrinho me permite – ao Estado do Pará.

O art. 16 do projeto fala em âmbito. Fui procurar no dicionário o que significa essa palavra: âmbito é espaço. Então, dentro do espaço da concessão, não se pode, está proibida a exploração dos recursos minerais. Como poderemos definir hoje, de antemão...

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Senador, V. Exª me permite?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pois não.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Creio que a concessionária não pode explorar, apenas aquela concessionária. Mas nada impede que o Poder Público conceda esse direito a outro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Então sane a minha dúvida, Senador Jefferson Péres. Se dentro da área for colocada uma Resex, poderá ser feita exploração mineral dentro dela? Estão criando Flonas, APAs e Resex a bel-prazer de decretos na Amazônia e especialmente no Estado do Pará. Se dentro de uma Resex houver uma jazida mineral, será

possível explorá-la? Não. É evidente que não. Então, realmente estamos engessando a região.

Faço a primeira pergunta a todos, porque quero firmar meu juízo de valor: não seria mais lógico e politicamente correto fazer este projeto após o zoneamento econômico e ecológico da região, ou seja, definindo o uso da região, dos seus diversos aspectos e, em função disso, fazer o projeto de gestão de floresta? Digo isso porque o Pará tem um projeto de zoneamento econômico e ecológico aprovado por unanimidade na Assembléia Legislativa que não está sendo considerado pelo Ministério do Meio Ambiente. Este projeto não considerou o zoneamento econômico e ecológico do Estado do Pará. Essa é a primeira pergunta que gostaria de ver respondida. Quero saber se o meu raciocínio está correto ou não. Não estamos colocando a carraça na frente dos bois?

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Senador, esclareço a todos que a Portaria nº 10 não é do Ministério do Meio Ambiente e nem do Ibama, mas do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Incra, não tem absolutamente nada a ver com o Ibama. Segundo, quero dizer a todos – e o Senador aqui foi o primeiro a ser informado – que, no momento exato em que eu assinei o TAC – Termo de Ajustamento de Conduta, justamente para resolver o problema dos planos de manejo que estavam suspensos em função da portaria do Incra, a primeira pessoa para quem a minha assessoria ligou foi para o Senador, justamente para que pudéssemos resolver esse problema temporário.

Com relação a sua pergunta, o projeto foi discutido por todos os Ministérios – V. Ex^a sabe bem como tramitam os projetos no Governo federal. Ele foi discutido no âmbito com a Conaflor, com todos os Ministérios envolvidos, e foi finalizado na Casa Civil, exatamente por todos os Ministérios a que V. Ex^a se refere. O projeto foi aprovado pessoalmente pelo Presidente da República, em debate com o Ministério da Indústria e Comércio, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda e Ministério do Meio Ambiente. Portanto, foi completamente aprovado pelo Governo.

Hoje, quem é responsável pela aprovação e gestão dos planos de manejo é o Ministério do Meio Ambiente e o Ibama, que é o órgão executor. Realmente, se houver uma decisão de retirar essas atribuições do Ministério do Meio Ambiente para um outro Ministério – ou para uma constelação de Ministérios –, que faria a gestão, se isso ocorrer de fato, essa lei não deverá ser gerida pelo Ministério do Meio Ambiente. Mas, enquanto for atribuição desse Ministério e do Ibama a gestão dos planos de manejo, é natural que lá esteja a gestão deste projeto.

Quanto à questão de que, se for criada uma reserva extrativista, se poderá minerá-la, não, não poderá. Uma reserva extrativista é uma unidade de conservação, não tem nada a ver com projeto de gestão de florestas públicas. Uma reserva extrativista tem o seu próprio estatuto aprovado por esta Casa, que definiu – os senhores definiram – que em reserva extrativista não se faz mineração. Isso é uma decisão do Legislativo; não é um decreto nem uma portaria. Essa é uma decisão dos senhores, que assim julgaram correto.

Finalmente, se o PL deveria ser feito após o zoneamento ecológico econômico. Aí existe uma contradição. Estive pessoalmente com o Governador do seu Estado, aliás, o seu Governador esteve com a Ministra Marina Silva e Marcus Barros em audiência conosco, e depois estive lá, e o Governador do Estado considera que esse projeto é essencial para implementar o zoneamento ecológico e econômico. O Governador do Estado deu declarações públicas à imprensa dizendo que esse projeto é essencial justamente porque ele pode viabilizar o zoneamento ecológico e econômico. O senhor sabe bem que o Pará está propondo – aliás, uma medida extremamente positiva – que 65% do Estado seja protegido de forma direta ou indireta com parques nacionais, florestas estaduais, reservas extrativistas etc.

Na realidade, o projeto não interfere no zoneamento. O zoneamento é uma peça fundamental. Os Estados de Rondônia, do Pará, do Mato Grosso e do Acre se beneficiarão rapidamente com este projeto, porque já fizeram o zoneamento ecológico econômico. Os Estados que ainda não fizeram terão mais dificuldades, porque o projeto exige que seja elaborado o Plano Anual de Outorga. E, nesse Plano Anual de Outorga, o Estado é obrigado a dizer as áreas de vocação florestal, e certamente quem já tem o zoneamento sairá na frente na implantação do projeto.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra para prestar um esclarecimento ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Tanto quanto entendo de técnica legislativa, Senador, o que determina a amplitude de um artigo, de um dispositivo da lei, é o **caput**, é a cabeça. Os parágrafos, os incisos explicitam – e o **caput** do art. 16, versa:

Art. 16. A concessão florestal confere ao concessionário somente os direitos expressamente previstos no contrato de concessão. [só a exploração da floresta e nada mais].

O parágrafo explicita quais são os direitos que não tem o concessionário – nos incisos I, II, III.

Exploração dos recursos minerais.

Acho que está certo; o concessionário não deve explorar os recursos minerais, não. Quanto à localização de uma jazida, como ele não tem direito à terra, ele tem direito apenas à exploração dos recursos florestais, nada impede que a concessão da lavra de uma jazida mineral seja concedida a outro, a ele, não. E penso que não deve ser dada a ele mesmo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço ao Senador Jefferson Péres e tem total razão com relação à questão do **caput** do art. 16, e não haveria necessidade de ser expresso no inciso lá adiante, talvez, talvez.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Mas como o que abunda não prejudica... *(Risos.)*

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Ah! Bom. Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Sr. Sérgio Leitão, para ainda em resposta ao questionamento levantado pelo Senador Flexa Ribeiro.

Tem V. Sª a palavra.

O SR. SÉRGIO LEITÃO – Eu só queria esclarecer ao ilustre Senador Flexa Ribeiro, complementando o que disse o Senador Jefferson Péres, que esse artigo não poderia dar ao Ministério do Meio Ambiente competência sobre a questão mineral porque ela é exclusiva da União, do Ministério das Minas e Energia, mais especificamente do Departamento Nacional de Produção Mineral. Além disso, existe uma clara distinção constitucional entre solo e subsolo, ou seja, os recursos do solo nem em se tratando de terras indígenas estão vinculados ao Ministério da Justiça ou à Fundação Nacional do Índio, porque é uma outorga própria de um órgão exclusivo.

A outra questão também para a qual eu gostaria de pedir a atenção do Senador, já que a pergunta foi dirigida a todos da Mesa, é quanto à preocupação com relação à Portaria nº 010, de que ela teria engessado o setor florestal no Estado do Pará e no Estado do Mato Grosso também, mas ela tem um antecedente que é a exigência feita, no ano de 2003, pelo Ministério Público Federal à estrutura de fiscalização ambiental no País quanto à necessidade de suspensão de concessão de autorizações precárias para exploração florestal baseadas em meras declarações cadastrais de interesse de posse sobre áreas na Amazônia, que se verificaram numa investigação exaustiva que poderiam conter situações de irregularidade.

Então, a origem da crise do setor florestal, inclusive até mesmo desse projeto de lei, que responde à tentativa de solucionar essa crise, está justamente

nesse fato, ou seja, parece-me – e o Greenpeace tem uma postura muito crítica em relação aos órgãos ambientais, mas não estamos aqui em nenhum momento fazendo um alinhamento automático, pelo contrário, muitas vezes somos cobrados até por uma certa, digamos, radicalidade de postura – que a origem desses projetos está justamente na tentativa de o Ministério do Meio Ambiente responder aquela situação de impasse que se criou no ano de 2003, quando ele foi instado pelo Ministério Público Federal a parar com as autorizações.

E, por fim, esta Portaria nº 010 tem uma origem numa lei não deste Governo atual, mas feita e votada pelo Congresso Nacional na legislatura passada; na Câmara dos Deputados, inclusive, foi relatada pela Deputada Zilá Bezerra, se não me engano, do Estado do Acre. Nessa época, eu era Assessor do Ministério da Justiça e tive oportunidade de acompanhar o desdobramento que diz respeito a esse reordenamento do quadro fundiário do País, que passa pela necessidade de que todas as transcrições imobiliárias estejam georreferenciadas. Esse prazo dado não tem sido cumprido justamente pela dificuldade técnica de se fazer isso, ainda mais na Amazônia, em grandes extensões de terra. Tudo deve estar devidamente georreferenciado justamente para acabar com aquela situação, que é muito comum no Estado do Mato Grosso, dos títulos superpostos, dos títulos em cadeia que criam uma situação de barafunda fundiária muito grande na região e que, inclusive, responde por boa parte dos conflitos.

Então, toda essa situação de procurar sanear esse quadro fundiário extremamente complexo que temos na região advém de uma lei votada no Governo passado e que não é necessariamente uma questão apenas deste Governo, é uma questão do Estado, não é uma questão do Governo que se encontra atualmente ocupando as funções de gerência da máquina pública.

Eu só queria esclarecer isso a V. Exª para dizer da importância também do projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Próximo Parlamentar escrito, Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Pela ordem, tem a palavra V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu gostaria de fazer dois comentários: primeiro, com relação ao Dr. Capobianco, que me deixa mais preocupado ainda. O Dr. Capobianco falou aqui sobre a questão das Resex que são constituídas, e realmente são, só que por um ato unilateral – então, vou fazer uma Resex aqui e

está feita –, por uma lei aprovada por este Congresso. Então, quero lembrar que temos responsabilidade, que o Congresso Nacional e nós todos, ao aprovarmos os projetos, seremos cobrados, como estamos sendo cobrados agora pelo Dr. Capobianco, dizendo que aprovamos a lei que cria a Resex. Amanhã, vamos dizer: aprovamos o projeto que fez isso. Então, é importante que a forma açodada como passam aqui no Congresso as leis de interesse do Governo, do Executivo, faz com que depois nos responsabilizem por qualquer falha eventual que venha a ocorrer lá na frente.

Essa é uma boa lembrança, Dr. Capobianco. Agradeço a ajuda que o senhor me deu.

Dr. Sérgio Leitão, quero dizer que estou de acordo com o senhor – e esta é uma das poucas vezes em que concordo com o Greenpeace –, acho que o decreto teve esse mérito e deve ser saudado por todos. Só que ele teve o defeito de vetar também projetos de manejo corretos, aprovados pelo Ibama, que estavam em desenvolvimento. Quando ele criou isso, ele parou todos os projetos. Esse foi o grande problema. Se tivesse parado somente os irregulares, o senhor teria todo o nosso apoio, mas não, parou todos; parou também projetos de manejo aprovados pelo Ibama em terras titularizadas. Foram todos suspensos.

E quero agradecer novamente ao Dr. Capobianco por ter, realmente, me passado em primeira mão o Tac. Mas foi um Tac que estávamos discutindo em fevereiro e que saiu apenas em setembro. Ou seja, ao longo dessa gestação, em vez de nascerem novas crianças, perderam-se várias empresas, perderam-se milhares de empregos e se jogaram à indigência milhares de famílias na região. O clima – e isso foi dito várias vezes – hoje no Estado do Pará é de dificuldade em torno do segmento de madeira, que é o segundo segmento econômico do nosso Estado. Vou deixar por aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Conclua, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – E vou me reinscrever depois, porque tenho aqui umas 50 perguntas a serem feitas e só fiz duas até agora.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra o Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Sr. Presidente, Srs. Convidados da Mesa, Srs. Senadores, Srs. Senadoras, acompanhei com muita atenção as colocações feitas aqui, umas altamente pertinentes, outras nem tanto, com um projeto polêmico como este que estamos discutindo aqui. Começa pelo enfoque e pela origem. No mundo inteiro, a questão florestal não é cuidada pelo Ministério do Meio Ambiente, ela

é cuidada pelo Ministério de Florestas ou Ministério da Agricultura; aqui, pelo Ministério do Meio Ambiente. Isso é melhor do que ninguém fazer, mas está na contramão da prática. Segundo, no Brasil, já nos habituamos a pensar em Floresta Amazônica quando se fala em questão ambiental; ninguém olha a questão do lançamento de eflúvios de gases por automóveis, pelas usinas térmicas, pelas fábricas. Quando se fala em questão ambiental, vem logo à mente a Floresta Amazônica. Parece que ela é responsável pelo equilíbrio ambiental do mundo, o que não é verdade. No Brasil, os gases dos automóveis, dos veículos e das usinas térmicas são maiores do que os gases da Floresta Amazônica, bem maiores, milhares de toneladas a mais. Então, faz-se uma campanha – e já disse isso em outra reunião – muito forte com responsabilidade pelo desmatamento da Amazônia. Estão certos aqueles que não querem o desmatamento, eu também não quero, mas o desmatamento da Amazônia nada tem a ver com a atividade madeireira.

Quando surgiu o desmatamento na Amazônia? Primeiro vamos extrair a questão da colonização, da montagem das primeiras vilas e tal, mais os grandes desmatamentos que preocupam hoje.

Sul do Pará: Nesta região, o desmatamento não foi para tirar um palmo de tábua, para a indústria madeireira. Foi para fazer um grande centro reprodutor de carnes, para suprir a Europa, na possível falta de alimentos na Europa, porque, no final da guerra havia essa preocupação. Então o Governo brasileiro estimulou aquele desflorestamento no sul do Pará, a montagem das grandes fazendas. Vejam bem, para lá foi quem? Mercedes-Benz, Volkswagen, grandes bancos, esses fizeram as grandes fazendas no Sul do Pará. Não foi tirada madeira ali para a indústria madeireira.

O Brasil transformou o antigo território de Rondônia em Estado de Rondônia e fez a estrada ligando Rondônia ao Acre. Brasília, Rondônia, Acre. E se fez um movimento no Brasil inteiro à colonização, estimulada pelo Banco Mundial. A propaganda no Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul era muito grande, atraindo investidores para Rondônia, para montar ali o novo, grande pólo cafeeiro e cacauicultor do Brasil.

Por isso até hoje a reputação de Rondônia não tem rondoniense, praticamente todos são de fora, são paulistas, gaúchos, catarinenses...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Isso é ruim?

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Não. Eles foram para lá investir e plantar café, para plantar café tinham que derrubar a mata.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – A Sudam estimulou também.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM)

– Sudam, Banco Mundial, Banco do Brasil, e o Governo Brasileiro.

Terceiro fato, já na revolução da Redentora, o que fizeram? Queriam tratar de recuperar os seringais da Amazônia. Numa época que não dava mais. Então, o que faziam? Pegavam as pessoas, as pessoas eram chamadas e diziam o seguinte: pegue um seringal da Amazônia que o Banco do Brasil dá três vezes mais de financiamento. Então surgiram várias fortunas, lá na Amazônia mesmo. Ao invés de pegar o seringal, que não valia nada, chegava alguém e propunha pegar o seringal. Suponhamos quanto queres vender o seringal? Eu quero cem mil. Não, cem mil, não; vai passar a escritura de um milhão. Eu te dou duzentos, e com essa escritura de um milhão ele ia ao Banco do Brasil e recebia três milhões, por isso o Acre foi devastado e foi por esse motivo. Quem matou Chico Mendes não foram os acreanos, foi essa orientação do Governo Federal lá na região. Essa é a realidade.

De fato, e eu falo isso porque há mais de 40 anos eu já pregava o manejo florestal. Se verificarem o meu financiamento de 48 anos atrás, quando fui governador eu já defendia o manejo da floresta. Por quê? Porque o manejo da floresta é a melhor maneira de limpar a atmosfera que conservar a floresta amazônica. Quando a árvore é retirada, os filhotes crescem, porque passam a retirar da atmosfera o que necessitam, sobem e transformam todo o gás carbônico da atmosfera em madeira. Quer dizer, a floresta Amazônica que existe ali na Amazônia não é por nada, não é por milagre, não é coisa alguma, não é por cuidado de a, b ou c, mas é por que sobre a floresta Amazônica está a maior concentração de gás carbônico que existe na atmosfera – sobre o universo, lá na Amazônia. E esse gás carbônico desce e é transformado em madeira.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Para concluir, Senador Mestrinho.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM)

– Vou terminar. Então, o manejo traz benefícios.

Esse projeto tem méritos. Ele peca por essas questões colocadas e por alguns pontos que o Dr. Zanetti apresentou aqui. Por exemplo, primeiro essa urgência absurda. Esse é um erro, porque nem sempre essas urgências do governo dão certo e não permitem a discussão. Segundo, porque o processo de gestão da floresta é um processo discriminatório e escravizante. Fala-se tanto na exploração do homem na região Amazônica e, no entanto, se faz um projeto em que há o concessionário da floresta, sendo ele é que dá o trabalho para aquele pessoal lá de baixo.

Observe no mapa, ele está lá, concessão e uma porção... da família, mais isso e mais aquilo. Então, as pessoas não têm autonomia.

Vai voltar a ter na Amazônia o barracão do seringal – o grande barracão. Então, é preciso que isso seja revisto. Penso que ele está seguindo o caminho quase certo. Com aperfeiçoamentos, melhorias, pode satisfazer a todos e, efetivamente, adotar uma política para a Região Amazônica, porque não é só a madeira. Mais importante do que a madeira na floresta Amazônica é o que ela contém de essências, de óleos, de fungos, de bactérias, de uma infinidade de elementos da biodiversidade com alto valor econômico.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Para concluir, Senador.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – PI)

– Esse que é o grande problema.

Assim, quero dizer que, embora discordando ser o Ministério do Meio Ambiente o gestor maior, mas foi o único que cuidou disso. Então, vamos prestigiar o Ministério do Meio Ambiente nesse sentido e aperfeiçoar o projeto de acordo com as recomendações feitas aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra o Senador Gilberto Goellner, último palestrante inscrito.

Acaba de se inscrever o Senador Augusto Botelho e, em seguida, a Senadora Ana Júlia Carepa.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. GILBERTO GOELLNER (PFL – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores convidados, vejo na essência desse projeto uma contribuição muito grande que vai se dar, inclusive, até para a preservação da floresta Amazônica.

Nesse momento, depois de ouvir todas as explicações, ouvi a grande contribuição que o Dr. Ederson Zanetti trouxe a esta Casa, modificando o compartilhamento dos ministérios, a integração de todos na gestão e não unicamente uma composição abaixo no Conaflor.

Vejo também que os servidores, a parte técnica representada pelo engenheiro florestal, têm muitas contribuições a dar no projeto. Então, realmente, concordando com o Senador Mozarildo, o Senador Flexa Ribeiro e os demais que se pronunciaram, essa urgência, hoje, na aprovação desse projeto vem atender a situação dos madeireiros. Precisamos ver que essa situação de estar esse Brasil parado, está faltando uma estruturação nova do Ibama nessas áreas. E, como disse o Dr. Marcos Barros, essa demissão que houve, tanto no Estado do Pará quanto no Estado do Mato Grosso, de servidores que estavam envolvidos,

que foram descobertos pela “Operação Curupira”, e também, por que não dizer, Senadora Serys, essa falta de entrosamento que existia entre a antiga Fema, do Mato Grosso, isso falando do Estado do Mato Grosso, e o Ibama, e a falta de comprometimentos específicos de ações diferenciadas de cada órgão fazia com que não andassem bem as licenças, e foram fraudadas inúmeras ações de transporte de madeira. E a permissividade, Senador, diria que se deu mais pela falta de uma legislação competente e a falta de definição dos dois órgãos e não pela permissividade, como devo ter entendido, do Governador Blairo Maggi. O governador, na sua atividade particular, é um exemplo hoje de respeito à legislação e ao meio ambiente. Até fiz um pronunciamento, na última semana, sobre o exemplo número um, o Estado de Mato Grosso, inclusive com obtenção da ISO 14.000 faz dele, da sua atividade econômica, ele, como empresário rural, o exemplo hoje da sua empresa nessa questão. E ele tem pedido sempre: Devemos obedecer à legislação. Mas, independente dessa questão, que já foi definida pela “Operação Curupira”, precisamos dotar o Ibama no Estado do Mato Grosso, e também vejo que o Estado do Pará, de condições, para que essas licenças andem, para que a atividade madeireira não pare, não estacione. E que se tenha tempo necessário para estudo desse projeto, para aprimoramento. Ele já veio muito aprimorado da Câmara. E agora aqui, com essa contribuição que hoje foi dada a esta Casa, vejo que temos muito a aperfeiçoar para colocar esse projeto mais perto de uma situação de agrado de toda a Casa.

Era isso que gostaria de colocar.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Agradeço ao Senador Gilberto Goellner e passo a palavra ao último inscrito, Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Inicialmente, gostaria de reforçar a posição quase unânime dos Senadores de que a urgência do projeto impede que a gente discuta esse projeto nesta Casa. A atividade madeireira é a segunda fonte do PIB do Pará. Lá em Roraima, o principal item de exportação é a madeira também. O Ibama, com a política que ele vem desenvolvendo, de rigor na aplicação da lei, de rigor de multas e tudo, realmente chegou num ponto de sufoco na atividade madeireira. Lá no meu Estado, este ano, por exemplo, temos poucos empregos na madeira. Talvez, diretamente no setor madeireiro, devemos ter uns três mil empregos. Mas as duas fábricas de compensado no meu Estado fecharam por falta de matéria prima, porque insistiam em dar autorização para desbaste, para derrubar, de três hectares para as pequenas colônias, mas não davam autorização para tirar a ma-

deira. A última que deram, no ano passado, era para tirar cinco metros de madeira por hectare. E o que o colono faz? Ele vende os cinco metros e queima os outros. Isso vem ocorrendo já há vários anos, há três anos. Saiu uma portaria agora, este mês, do Ibama, que ainda não vi, que melhora nesse sentido.

Agora, também os madeireiros estão pressionando os políticos porque, é até um pouco de exagero, mas parece até uma síndrome de Estocolmo, em relação ao Ibama, de tanto pressionar, de tanto multar, ele agora ia apresentar essa nossa lei como a panacéia do problema madeireiro no Brasil, eles estão querendo que se aprove já isso. Eu discordo frontalmente dele por concentrar realmente todas as decisões em cima do Ministério do Meio Ambiente. E porque penso que vai acontecer com a nossa exploração madeireira... Porque o nosso povo... – Não, as populações podem se organizar e entrar na concorrência. Qual população de uma vilazinha da Amazônia que vai ter estrutura para fazer uma cooperativa para organizar, para entrar numa concorrência. Qualquer outra que entrar ganha dela na concorrência. Qual o madeireiro pequeno, que é a maioria... Eu estou falando do meu Estado. Os do Pará, os outros grandes, eu não passo falar, porque não conheço. Mas no meu Estado não tem nenhum madeireiro que vai ter condição de ganhar de uma empresa mais organizada. Infelizmente, realmente os madeireiros são errados na legalização dos trabalhadores deles. Muitos trabalham ilegais, mas era o trabalho que eles tinham, e com esse dinheiro eles comiam. Hoje, eles não têm nem o ilegal, para comer. Então, as famílias estão passando dificuldades. Eu não culpo só o Ibama, Marcos. Você sabe, o Ibama é o que está na frente fazendo a execução, tomando as atitudes. Lá tem colono cujo lote vale R\$20.000,00 que tem multa de R\$30.000,00 do Ibama. Quer dizer, é uma coisa, assim, que fica... Sai da lógica. A minha lógica... Eu não consigo entender por que é assim que se faz?

Agora, aí volta: por que gera esse problema? É a regularização fundiária. Então, por que não resolve o problema fundiário? Ninguém tem o interesse de resolver o problema fundiário. O meu Estado não tem, até hoje, posse das terras do Estado, para regularizar a situação fundiária, como no Pará em grande parte das suas terras também.

Eu gostaria de falar para o Sr. Senador falar com o Sr. Governador que se ele reservar 65% de área ambiental, sobra 35% para explorar. Só que desses 35% ele tem que guardar 80%. Então, ele vai deixar 7% do Estado dele para atividade de desenvolvimento econômico e social. Talvez não seja suficiente para a população daqui a cinco, seis anos, dez anos ou vinte

anos. Então, nós temos que pensar bem quando tomar essas atitudes.

Eu sou a favor de regulamentar, eu quero conservar as nossas florestas. Aliás, o meu Estado é o Estado que tem mais florestas conservadas. É o que derruba menos há muito tempo. Porque tem menos gente e graças a Deus que quando fizeram aquelas grandes empresas de Ford, de Volkswagen não chegaram lá em Roraima. Era muito longe. Não tinha nem estrada para chegar.

Então, eu acho assim: que nós tínhamos que discutir mais esse projeto. É claro que o risco de voltar para a Câmara dos Deputados vai retardar mais o processo de votação, mas é uma hora que nós temos de usar essa idéia que... Eu acho que o mérito desse projeto...

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Senador Augusto Botelho, me dê um aparte?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Pois não.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– v. Exª tocou num ponto aí que falaram em retardar. De acordo com os dados apresentados aqui pelo Dr. Marcos, está caindo o desmatamento na Amazônia. Então, não há urgência por esses projetos. Não há nenhum tipo de urgência. É um contra-senso do que ele disse aqui: à cerca de 80% caiu o desmatamento. Então, não há nenhuma urgência, não há nenhum problema de voltar para a Câmara.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Outra coisa que eu gostaria de falar. Em relação a quem “carrega o piano” no Ibama? O Marcos é o que toca e a Ministro do Meio, mas quem carrega são os servidores. Se os servidores, que sabem, que vivem o dia-a-dia, que vão ser os que vão continuar, porque eu vou sair daqui do Senado, nós vamos sair daqui e eles vão continuar sendo servidores, estão achando que o projeto precisa de adequações, temos que dar oportunidade para eles falarem e tentarem introduzir as adequações. Discutir democraticamente, como é a característica desta Casa e do Partido dos Trabalhadores, que sempre foi democrático, sempre discutiu as coisas.

Então, eu acho, assim, que nós precisamos ter mais discussão sobre esse projeto. Nós não podemos aprovar ele, assim, correndo porque nós vamos fazer injustiça e nós vamos ser cobrados, como o Dr. Capobianco cobrou da gente aqui em relação a projeto aprovado por aqui, que certamente deve ter acontecido alguma coisa como essa. Então, foram seis anos de debate e ainda saiu com imperfeições. Agora, imagine esse que chegou aqui nesta Casa não tem nem três meses.

Então, eu gostaria de apelar mais uma vez ao Governo para que retirasse a urgência desse projeto, para que nós discutíssemos melhor e chegássemos a uma conclusão. O desemprego, a falência da indústria madeireira não é consequência desse projeto, nem ele vai ser a solução, porque ele não pode ser implementado imediatamente. Tem que se chegar num acordo, num ajuste de conduta e dar chance de as madeiras respirarem e de voltar os empregos do nosso pessoal que trabalha, diretamente e indiretamente na indústria madeireira.

Então, eu faço mais um apelo ao Governo do Presidente Lula, que é um Governo que, tenho certeza, trabalha pelos pequenos, que pense mais um pouco nessa urgência, para a gente discutir mais um pouco, para dar chance a nossas madeiras da Amazônia, os meus amigos madeiros lá do meu Estado de Roraima e lá no Pará e no Amazonas também, que a maioria é menor, grandes são poucos, terem chance de participarem desse negócio. Senão vai ficar igual às grandes empreiteiras, ganham as obras e subempreitam para um monte de empresas. No meu Estado a maioria das emendas parlamentares que chegam lá isso acontece: uma grande empresa ganha e subempreitam para outras “empresinhas” fazerem. Vai fazer na indústria madeireira a mesma coisa que faz nas grandes empreiteiras do Brasil. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – V. Exª formulou alguma pergunta?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra a Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, inclusive ex-Deputados Federais que aqui estão presentes e que são da Amazônia. Eu quero, primeiro, cumprimentar, também, todos os nossos convidados.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador João Batista Motta, vamos participar da discussão. V. Exª é bem vindo na Comissão.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Mas quero fazer, aqui, até um esclarecimento e corrigir um mal entendido – talvez para eu, inclusive, até reconhecer e fazer uma autocrítica da forma como eu coloquei a questão na última audiência pública. Mas vamos, também, ver o contexto que foi colocado.

Quando eu me referi a esta questão de que eu preferia ficar entre as imperfeições a não perfeição e aqueles que tinham uma prática – que eram bandidos – eu preferia ficar com as imperfeições. Eu referi-me e tinha, antes, inclusive, falado. A audiência pública que

foi feita no Estado do Pará e que representante de um sindicato que, inclusive, é um sindicato não filiado à Uniflor, foi lá defender, veementemente, o contrário e, por coincidência, esse cidadão é um cidadão que já foi preso por emissão de nota fiscal falsa, é uma pessoa que já foi condenada pela Justiça Federal por ameaçar o Gerente do Ibama. É alguém que tentou fraudar um projeto de manejo florestal e que tem um Parecer de um Procurador do Ibama que mostra essa fraude. Portanto, o Gerente não tinha que fazer nada a não ser exatamente negar e que passou a fazer ameaças – mesmos as de morte – ao Gerente e a perseguir como faz, inclusive, com calúnias muito grande. Bom. Essa postura é de um conhecido grileiro na região – conhecido grileiro.

Eu, então, estava me referindo a esse tipo de pessoas. Eu tenho o maior respeito por vários técnicos, por vários intelectuais, por vários militantes, inclusive do meio ambiente. Tenho o maior respeito pela Associação dos Funcionários do Ibama e isto jamais, em momento algum, diz respeito a essas pessoas.

Então, eu quero, primeiramente, no primeiro momento, fazer esses esclarecimentos e, pelo contrário, eu até cheguei a colocar, aqui, que concordava com algumas críticas feitas, no caso, pelo representante, aqui, dos funcionários do Ibama. Como, também, quero dizer, Dr. Edison, que uma das questões que o senhor colocou aí, eu mesma tive a iniciativa de ir ao Ministério do Meio Ambiente porque eu também fiquei preocupada porque eu acho que o Projeto de Concessão de Florestas deve ter um órgão que o coordena. Eu não consigo ver essa coordenação múltipla. Eu acho que ela causa mais confusão mas devemos levar em consideração que todas essas políticas – as políticas do Ministério da Agricultura, do Ministério da Indústria, do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Eu cheguei até a pensar em fazer uma emenda colocando isto.

Então, eu quero dizer que eu também concordo. Aí, o Dr. Tasso conversou bastante e mostrou, também, o art. 11 do próprio Projeto, onde ele coloca, claramente, que o Paofi, para concessão florestal, considerará.... – e elenca tudo que precisa considerar e diz isto no artigo. Então, é o caput do artigo – a política e o planejamento para o setor florestal, a Reforma Agrária, a regularização fundiária, a agricultura, o meio ambiente, os recursos hídricos, o ordenamento territorial e o desenvolvimento regional.

Aí, tem vários.

“II – O zoneamento econômico e ecológico...” – aqui foi bem colocado que – “nacional e estadual e demais instrumentos que disciplinam o uso de ocupação, a exclusão das unidades de conservação de proteção integral das reservas de desenvolvimento sustentável,

das reservas extrativista, das reservas de fauna e das áreas de relevante interesse ecológico, salvo quanto a atividades expressamente admitidas no plano de manejo de unidades de conservação.”

Aí, tem vários aspectos: a exclusão das terras indígenas – esta era uma preocupação –, das áreas ocupadas por comunidades locais, das áreas de interesse para criação de unidades de conservação de proteção integral, as áreas de convergência com as concessões de outros setores, conforme regulamento. E aí eu vejo que isso daqui já delimita, inclusive, os poderes. As normas e as diretrizes governamentais relativas à faixa de fronteira e outras áreas consideradas indispensáveis para a defesa do território nacional, as políticas públicas dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Então, isso aqui é o art. 11. Eu também que gostaria que tivesse, em vez de apenas a consulta à Secretaria de Patrimônio da União, a todos os ministérios. Essa também foi uma preocupação que eu tive. Então, eu queria só colocar...

Mas eu creio que o art. 11 responde e apenas solicitei que na regulamentação isso ficasse bem claro, a necessidade, até porque não pode ser feito isso sem... imagina no nosso Estado, que é o Estado que tem a maior quantidade de assentamento do Brasil, o Estado do Pará. Então, não há como se fazer um processo como esse sem considerar a reforma agrária e os assentamentos.

Assim, eu quero colocar claramente que nós temos que entender esse processo, entender que a própria administração pública, o Ibama, foi, sim, forçada pelo Ministério Público Federal a exigir dos proprietários de planos de manejo mais do que um documento simplesmente de cadastramento da terra, tanto do Incra quanto do órgão estadual, e por isso vieram, sim, as consequências que, é verdade, levaram à paralisação. Porque existe, o problema é fundiário mais do que do plano de manejo. Na verdade, o plano de manejo está corretíssimo, mas o problema é fundiário, e o Ministério Público Federal exigiu e não tem como. Quando o Ministério Público Federal exige, há de se cumprir. Essa é uma situação que nós não podemos esquecer.

Então, eu quero dizer que eu tenho, sim, preocupações semelhantes – pode até parecer estranho – às do Senador Flexa, mas eu tenho, sim, preocupações semelhantes às dele. E independente de termos divergências, temos preocupações semelhantes e também acho que o projeto não é uma perfeição, até porque também eu aprendi que o Legislativo representa a sociedade como um todo e nós representamos os diversos setores da sociedade. Então, não teremos jamais aqui uma lei que seja a expressão cem por cento do

que cada um pensa. É impossível. É democrático, sim, quando é aprovada uma lei, mesmo que eu tenha tido oportunidade de defender pontos de vista que não foram aprovados porque a maioria não concordou com eles. Não posso achar que não é democrático porque não concordaram com o meu ponto de vista. Não posso ter aquele raciocínio: você pode causar com qualquer uma, meu filho, contanto que case com a Mariazinha. Não pode ser assim. Então, a democracia... normalmente a legislação é feita procurando o máximo possível o consenso. E eu sou testemunha porque eu participei da discussão desse projeto antes de ele vir pra cá. Aliás, ele tinha vindo antes, no Governo anterior, foi retirado, mas passou por um processo de discussão, sofreu cento e quarenta emendas. Foram acatadas cento e quarenta emendas. Então, não se pode dizer que ele não foi aperfeiçoado, que ele não foi discutido. Foram dezenas de audiências públicas feitas em vários Estados e eu participei, inclusive, de várias delas.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR)

– Senadora, concede-me um aparte?

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Claro.

Pois não, Senador. Com todo prazer.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR)

– V. Exª acabou de dizer que recebeu várias emendas, na Câmara, e por que aqui, no Senado, não podemos emendá-lo também? Devemos emendá-lo, sim. Devemos também aperfeiçoá-lo. Não somos obrigados a cancelar o que veio, mesmo aperfeiçoado, da Câmara.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Eu vou colocar a minha posição, Senador, com toda... Nós somos uma Casa revisora. Nós podemos, sim, aperfeiçoar e já fizemos isso muitas vezes. Agora, nós temos que entender, primeiro, esse projeto atende sim a demandas do setor produtivo florestal. Atende porque ele já prevê uma fase de transição. Existe um artigo aqui que prevê o momento de transição, antes de ser implementado da forma como ele será implementado totalmente.

Esse projeto depende muito do esforço e da vontade do Governo de garantir recursos para o Ibama, porque é verdade o que os servidores dizem: se eles não tiverem condições de trabalhar, se eles não tiverem equipamento, se eles não tiverem recursos humanos e materiais, eles continuarão com as mesmas dificuldades que têm hoje, diga-se de passagem.

Creio que, se essa lei não tiver a garantia dos recursos, ela não funcionará na prática. Mas quero dizer que ela vem preencher uma lacuna imensa na legislação brasileira, que é a impossibilidade legal de exploração em terras públicas.

Com essa impossibilidade, o que estava acontecendo é que 5% da Amazônia inteira, segundo o Dr. Marcus Barros, fazia a exploração de forma legal, formal, mas muitos não faziam, pela falta da atuação do Poder Público. Durante mais de 15 anos no Brasil, não se fez regularização fundiária, ficou ausente a regularização fundiária no País. Isso foi acumulando um processo, sim – aí quero também concordar –, de disputa, de tensionamento social, que levou a um processo de violência.

Sou do Estado que é campeão de morte no campo, Senador, campeão de trabalho escravo, mas quero agora exibir, com orgulho, outro título: o Pará já foi o Estado campeão de desmatamento também, mas quero dizer que, neste ano, foi o campeão da diminuição do desmatamento.

A urgência desse projeto é maior do que a vontade de todos nós. É a urgência da vida humana, é a urgência da vida daqueles milhares de pessoas que estão sem alternativa. Todos os anos essas pessoas estão ali para trabalhar nas atividades, não estão com outras alternativas neste momento e estão passando profundas necessidades. Não olhar isso neste momento é falta de sensibilidade nossa.

Então, não é que não possamos, Senador Mozarildo, aperfeiçoar, mas acredito que mandarmos o projeto de volta à Câmara, no momento político que estamos vivendo, é dizer que o projeto vai acabar. Ele não vai ser aprovado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Então, Senadora, é só retirar a urgência para discutirmos melhor.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Não, Senador, inclusive o projeto foi retirado da urgência na Câmara, ele passou para poder ter audiências, por isso que eu mesma me interessei em discuti-lo desde que estava sendo debatido na Câmara. Eu mesma poderia, mas acho que temos...

Sinceramente, a urgência é correta, é uma urgência que defende a vida humana, é uma urgência entre a ausência de regulamentação, e eu voto por termos uma regulamentação. E vou cobrar recursos para isso e vou cobrar inclusive as condições para o Ibama, para os órgãos ambientais, para os outros Ministérios. Quero inclusive dizer que houve participação do Ministério Público Federal na discussão dessa legislação, sim.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Para concluir, Senadora.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Quero colocar claramente que nós temos, sim, urgência; a urgência de milhares de pessoas que estão aguardando uma possibilidade de trabalhar e que, com a legislação atual, não adianta jogar para debaixo do tapete que

o Ministério Público Federal não vai permitir além do que aquilo que está no TAC. E isso é precário, é uma solução precária.

Prefiro aprovar uma legislação que possamos aperfeiçoar. Quanto à legislação mineral, existe um projeto de lei para aperfeiçoar há 14 anos, porque a lei florestal brasileira não tem atendido. Vamos ser sinceros, ela também tem suas limitações.

Portanto, quero fazer um apelo em nome da vida de milhares de famílias que estão, neste momento, aguardando a possibilidade concreta de poder trabalhar, de poder sobreviver. Não creio que as mudanças aqui sejam tão fundamentais que não possam aguardar. Creio que é possível aprovarmos o projeto com os aperfeiçoamentos.

Quero agradecer ao Senador Flexa Ribeiro, que compreendeu isso e falou, de público, que retirava as suas emendas, devido a essa compreensão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra o Dr. Éderson Zanetti, para tecer comentários a respeito do posicionamento da Senadora Ana Júlia Carepa.

O SR. ÉDERSON AUGUSTO ZANETTI – Senadora Ana Júlia Carepa, quero tratar de alguns pontos comentados, mas principalmente da questão da urgência em se aprovar um Sistema de Gestão de Florestas Públicas que permita maior acesso aos recursos florestais.

No começo deste ano, antes da reunião dos países do G-8, o Presidente Bush mandou fazer um estudo sobre o comércio ilegal de madeiras no mundo, porque era entendimento do grupo que se promovesse um boicote à madeira tropical ilegal. No estudo feito pelo Departamento de Estado Norte-Americano sobre a situação do comércio ilegal de madeiras, descobriu-se que os produtores dos Estados Unidos, do Japão e da Europa, se estivessem na Amazônia legal, seriam todos ilegais.

Acho que a gestão de florestas públicas, a questão do acesso ao recurso e da urgência têm que ser debatidas separadamente. A Senadora colocou a respeito do POF para as operações florestais – não comentei sobre ele aqui porque quis enfocar os pontos principais –, mas mesmo no POF cabem outras observações, e isso vem exatamente desse enfoque centralizado no Ministério do Meio Ambiente, embora se tente abordar o papel dos outros Ministérios. Essa prática da transversalidade não é uma sugestão nossa para a gestão pública de florestas, mas é uma prática do Ministério do Meio Ambiente. Veremos no Plano BR – 163 Sustentável e em tantos outros projetos.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Um minuto para concluir.

O SR. ÉDERSON AUGUSTO ZANETTI – Só para concluir, o Senador Flexa Ribeiro falou sobre a questão da lavra em floresta pública e citou o art. 16, que o Senador Jefferson Péres demonstrou que não será impeditivo. Concordo com S. Ex^a, mas acho que o senhor está correto não em relação ao art. 16, mas em relação ao artigo que cede para um titular cessionário o direito de ser intermediário entre o acesso dos demais e a floresta pública. Esse cidadão é que vai determinar se vai haver a lavra ou não, no entendimento que tenho.

É claro que essa discussão não é minha, é dos Senadores.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Quero dizer que não é esse o entendimento. Perdoe-me, mas nós, como legisladores, não entendemos dessa forma. Eu particularmente, aliás.

O SR. ÉDERSON AUGUSTO ZANETTI – Só queria complementar com um dado do Ministério do Meio Ambiente, da Contag e do Imazon sobre a questão da gestão de florestas públicas na Amazônia. No ano passado, 2004, houve um recorde de desmatamento, período em que houve redução de cerca de 15% no consumo de madeira tropical. Agora, o Ministério do Meio Ambiente anunciou a redução de 80% no desmatamento, e a Contag, o recorde de produção agrícola.

Acho que, quando se procuram bruxas para caçar, temos que repensar que existe um movimento civilizatório que causa esses efeitos.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Tem a palavra o Sr. Capobianco.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Queria esclarecer que o projeto de lei não visa a coibir a atividade madeireira. Isso é muito importante. O projeto de lei não diz que a atividade madeireira é a principal causa do desmatamento da Amazônia. O projeto de lei não responsabiliza essa atividade. Ao contrário, o projeto de lei busca dar um arcabouço legal para garantir que essa atividade, que é fundamental para a região, se dê em bases sustentáveis e com legalidade. Portanto, não há nenhuma caça às bruxas, não há nenhuma acusação, não há nenhum pressuposto com relação a isso. Esse é o ponto inicial.

O segundo é que eu queria discordar do Senador – desculpe-me, Senador Flexa Ribeiro – de que haverá uma monopolização. Não é verdade. A lei é clara. Desculpe-me, Senador, não sei quem foi agora. Se não foi o senhor, desculpe-me. Foi o senhor que colocou. Desculpe-me, Senador.

A área de concessão, obrigatoriamente, é subdividida, inclusive garantindo diferentes parcelas e di-

mensões para permitir o acesso a diferentes tipos de operadores. É vedado a um único concorrente obter aquela área, monopolizá-la. A lei é expressa, proíbe e impede a monopolização da área pelos grandes. Então, não haverá barracão, Senador. É impossível o barracão, porque a lei expressamente proíbe – está no art. 33 e no art. 34 da lei – a monopolização por um usuário.

Finalmente, se o Senado encontrar uma nova forma de fazer com que a execução de uma ação do Governo seja gerida, na prática, por vários Ministérios simultaneamente, para a transversalidade, isso seria uma revolução realmente muito boa.

No nosso entendimento, a transversalidade está garantida na discussão e na formulação de políticas públicas por todos os Ministérios, que participam, orientam e são consultados previamente. Mas a execução tem de estar em algum ministério. Se não é no Ministério do Meio Ambiente, vamos colocá-la em outro, pois a execução tem de estar em algum ministério.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Obrigado.

Concedo a palavra ao último Parlamentar inscrito, Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Dr. Capobianco, pelo que foi exposto aqui e pelo que vi na projeção, aparecem concessão e, depois, famílias, etc. Isso significa que a área é dada ao concessionário, e esse concessionário subloca a terceiros.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Não pode! A lei proíbe a sublocação!

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Há muita coisa proibida na Constituição, Dr. Capobianco, que não funciona.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Dr. Capobianco, vamos assegurar a palavra ao Senador. Se V. S^a depois quiser se manifestar, a palavra será dada a V. S^a.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Essa é a questão. Por isso, eu disse que é a volta ao barracão.

Segundo, quando se fala em floresta – pelo menos nos noticiários, na imprensa, na televisão, nos meios de comunicação –, fala-se contra os madeireiros. Os madeireiros são tidos como os grandes vilões da Amazônia. Pelo desflorestamento e desmatamento, eles são perseguidos. Há madeireiro correto. E o Ibama, no passado, acabou com a indústria madeireira na região.

Lembro-me bem de que a Dr^a Tânia Munhoz, que foi presidente do Ibama, foi ao Amazonas, passou um domingo no Hotel Tropical, tomou três ou quatro doses de caninha, pegou um helicóptero da TV Globo, foi a

Itacoatiara e conseguiu um milagre: ela viu, no fundo do rio, uma jangada de madeira e multou a empresa. Isso significou 2.200 empregos em Itacoatiara. Essa é a dolorosa realidade! Então, o que não se quer é que isso continue.

Queremos que a atividade madeireira seja fiscalizada, orientada e que busque dar ao homem da Amazônia uma riqueza que ele tem e não usa. Devemos levar em conta que a Malásia é do tamanho de um município do Amazonas e gera dois milhões de empregos com atividade florestal – praticamente a população da Amazônia. E hoje, em Sarawak, em Bornéu, há mais madeiras do que havia antes. Eles gestionaram bem, estabeleceram cotas, e a coisa cresceu. Quando falo em madeira, Dr. Capobianco, quando falo em floresta é que me dei ao trabalho de visitar todas as florestas do mundo e ver como funcionam, como são tratadas e como é o significado delas para as populações.

Então, esse espírito, essa cultura é que deve ser inculcada no homem da Amazônia. Na Malásia, vai-se com o camponês de lá, e ele diz: “Olha, aquela árvore ali é minha, aquela outra é minha e do meu irmão”. Eles têm esse cuidado. Aqui, não. Aqui você chega com metralhadora, a Polícia Federal, e, se houver uma panela com um pouco de cutia ou de paca no fogão, eles metralham. Essa é a realidade.

Não tenho parente madeireiro, não sou madeireiro, dou-me com poucos madeireiros, ou quase com nenhum, ou nenhum, mas a realidade é esta: vejo na floresta amazônica um potencial fantástico de riqueza e que não é explorado em benefício do homem. E aquilo que às vezes é tirado é mal tirado. E as notícias que saem nos jornais, na imprensa são terroristas, fantasiosas.

Outro dia, li uma notícia de que tiraram madeira de uma área e usaram mais caminhões do que há na Amazônia. Segundo a notícia, transportaram a madeira, mas a região praticamente não dispõe de estrada. No entanto, disseram que a estrada foi usada, e deram essa notícia.

De outra vez, ia haver um encontro do Banco Internacional lá em Paris; então, aqui foi feita uma reportagem, que foi capa da **Veja**, mostrando o desmatamento da Amazônia, pois iria ser discutida a questão, pois haveria o financiamento para cá. Mostraram aquilo na reportagem, e me dei o trabalho de calcular: se fosse transportado por barco aquilo, até hoje o rio Amazonas estaria congestionado de navios.

Essa é a realidade que se vê aí.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Para concluir, Sr. Senador. A Mesa compreende a importância das considerações de V. Ex^a, mas temos ainda dois Parlamentares inscritos.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM)

– Para concluir, entendo que o projeto é útil, é benéfico, só tem que ser aperfeiçoado. Tem que ser corrigido, nesses pontos que podem trazer problemas amanhã.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Obrigado.

Sr. Capobianco, deseja fazer alguma consideração a respeito?

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Sr. Senador, acho que a sua ponderação de fato é fundamental, porque esse projeto visa exatamente fazer o que V. Exª está propondo: ele visa exatamente promover o uso florestal – madeireiro e não madeireiro –, e serviço prestado de forma responsável. Ele visa exatamente...

No Estado de V. Exª - V. Exª bem sabe disso -, 80% das terras são públicas. Não há como fazer uma gestão responsável, apoiando as boas iniciativas, sem que haja um suporte legal. A legislação brasileira proíbe a concessão em áreas públicas.

Finalmente, Senador, eu queria apenas fazer uma ponderação com V. Exª em relação a sua brilhante exposição. A Malásia é o pior exemplo que V. Exª poderia usar. A Malásia é o exemplo da destruição, é o exemplo da exclusão das comunidades locais. Eu participei, aliás, vários dos que estão aqui participamos de inúmeros debates sobre isso. A Malásia inclusive, ao acabar com o ciclo produtivo em várias regiões, buscou vir para a Amazônia. O senhor acompanhou a história do escândalo da vinda das empresas da Malásia para o Brasil, porque aquele país havia esgotado os seus recursos.

Hoje ela é um bom exemplo. Houve uma virada na Malásia. A nossa Ministra do Meio Ambiente esteve lá, eu a acompanhei no ano passado, participamos da Conferência da Biodiversidade, e, de fato, houve uma virada. O Governo mudou radicalmente, aprovou uma lei muito similar a esta, com o erro, na nossa opinião, de permitir vários concessionários numa área. Acharmos isso errado, e não pusemos isso aqui. E a Malásia entra num novo momento agora, muito importante. Mas a Malásia foi, nos últimos dez anos, uma tragédia do ponto de vista ambiental e social.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM)
– Dr. Capobianco, sabe por quê?

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM)
– A Malásia fez uma opção com o crescimento da indústria de semicondutores. Ela é o maior produtor de semicondutores do mundo. Então, eles resolveram derrubar os seringais e parte da floresta para fazer

conjuntos habitacionais para os operários. A atividade de semicondutores dava muito mais lucro, e houve aquele descalabro. Mas o Primeiro Ministro sentiu o problema e estabeleceu, primeiro, o contingenciamento, que podiam tirar 10 milhões de metros cúbicos mais ou menos de Sarawak. O ministro restaurou.

Segundo, não sou contra o projeto. Quero o projeto e que ele seja bem fiscalizado e bem aplicado. Mais que fiscalizado e aplicado, no interesse do desenvolvimento, do crescimento das populações, e não por meio da metralhadora da polícia.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Tem a palavra o Senador Arthur Virgílio, o próximo inscrito.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente. É sobre o assunto

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Pela ordem, tem a palavra V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu quero aduzir elementos à preocupação do Capobianco com relação à Malásia.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Eu só pediria objetividade, Senador Flexa, porque estamos com o horário avançado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Serei rápido. Não demorei trinta segundos.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – E temos dois Parlamentares inscritos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – E eu reinscrito. Já pedi a V. Exª.

Vou demorar quarenta segundos, porque perdi o raciocínio dos dez. (Risos.)

Dr. Capobianco, com relação à Malásia, há 45 anos - e você é um estudioso -, a Malásia era um país paupérrimo. Hoje, é um Tigre Asiático.

Eu estive na Malásia em 1995, porque nós queríamos mudar a base produtiva do Estado do Pará e fomos procurar, na linha dos trópicos, qual o país desenvolvido: Malásia. Cultura da Malásia: as mesmas do Pará: borracha, dendê, cacau, pimenta. E fomos lá ver porque lá dava certo, e no Pará não dava certo.

Quero dizer que o que vimos lá não nos pareceu esse desastre que V. Sª está colocando aí. Se foi desastre, foi em benefício da população, porque hoje, como bem disse o Senador Mestrinho, a Malásia já deixou a fase da agricultura e está na fase industrial. É a primeira produtora mundial de chips de computador.

Então, hoje a parte agrícola não veio para a Amazônia para destruí-la, como V. Sª colocou. Lamentavelmente, foi entendida desse jeito.

Temos leis brasileiras que devem ser respeitadas. Então, perdemos, sim, uma grande oportunidade de trazer investimento malasiano para plantar dendê no Es-

tado do Pará, que tem quatro vezes mais terras do que tem a Malásia, que é a maior produtora do mundo.

Então, nós discordamos nesse assunto. Quisera Deus que, em 45 anos, o Brasil fosse também uma potência mundial.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Obrigado, Senador Flexa.

Tem a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, vou ser bastante breve.

Participei, sobre este projeto, de dois encontros com a Ministra Marina Silva e com sua equipe, e a última com a presença do Presidente do Ibama, Dr. Marcos Barros. E assumi o compromisso de ajudar na aprovação deste projeto.

Eu estava ouvindo o Governador Mestrinho arrazoar, e o Governador Mestrinho é uma figura que tem grande vivência de Amazônia e de Amazonas, seguramente. Já governou o Estado por três vezes, tem uma vivência enorme, produtora. Tem um conhecimento que remete ao estudo, porque ele lê muito, aprofunda-se muito na temática da sua terra e, ao mesmo tempo, tem um conhecimento empírico próprio de quem nasceu no interior. Depois, ele teve todas as ocasiões de, na prática, governando o Estado, interagir sobre aquela realidade. Portanto, fiquei muito feliz quando eu o ouvi dizer que concorda com o projeto e entende que o projeto precisa ser aperfeiçoado.

Farei referência a mais dois pontos bem simples. O primeiro diz respeito ao fato de que me convenci de que era um passo à frente, na medida em que percebi que, pela primeira vez, uma autoridade do setor de Meio Ambiente no País procurava trabalhar as possibilidades do “sim”, e não as possibilidades do “não”. Sempre a perspectiva era a de dizer “não”, e o “não” era desrespeitado pela prática de quem, por exemplo, extraía madeira por aí fora. Quando recebi o primeiro documento, Governador Mestrinho, percebi que havia uma preocupação do Ministério de abrir para o “sim”, de dizer o que podia, e não mais que não podia, não podia, não podia. Para mim, esse foi o dado mais significativo, Dr. Capobianco, mais produtora.

Então, tenho uma proposta muito clara. Levando em conta um lado que diz ser necessário aprovar, até para legalizar, por exemplo, a atividade madeireira e para facilitar a exportação da madeira legal, transformando em formal algo que hoje está em uma lamentável informalidade, que é o setor que emprega e que tem tudo para render divisas ao País quando se pensa em exportar madeira; levando em conta os aspectos da urgência a que se refere o Governo; levando em conta a necessidade reconhecida por todos de que se precisa aperfeiçoar, quem sabe não se poderia compor

a aprovação da matéria com um compromisso? Esse compromisso seria o de aprovar a matéria e montar uma equipe para estudar as adaptações na regulamentação, em que se resolveriam todos os impasses, de modo a satisfazer a essas justas preocupações.

Ouvi muito bem do Governador Mestrinho que S. Ex^a concorda com o projeto, mas o seu ponto de vista precisaria de ser ouvido agora. Tenho a impressão de que a regulamentação não atrasaria o Governo em seus propósitos e, ao mesmo tempo, possibilitaria essa audiência que está sendo requerida, com sensibilidade, pelos Senadores que têm responsabilidade sobre a realidade de seus Estados.

Cito dois Parlamentares de Roraima: Senadores Mozarildo Cavalcanti e Augusto Botelho. Menciono também o Deputado Feijão, que, nesta reunião, está claramente interessado, sobretudo no Amapá; o Senador Flexa Ribeiro, que tem as peculiaridades do Pará, as quais pude ver de perto; o Senador Gilberto Mestrinho, que falou muito bem sobre um Estado que conhece como a palma de sua mão – conhece cada rio, cada igarapé, cada lago; a Senadora Ana Júlia Carepa, que, sem dúvida alguma, adepta à aprovação do projeto, também conhece e estuda, como o Senador Flexa Ribeiro, a realidade do Pará; e o Senador João Batista Motta, que tem a preocupação do amazônida que não mora na Amazônia, preocupação essa do Senador Tasso Jereissati, na sua compreensão global do País, e do Senador Rodolpho Tourinho, figuras que olham o Brasil como um todo e saem dos limites de suas regiões para compreender brilhantemente o País.

Não sei se seria factível trabalharmos dessa forma. Haveria um episódio que reuniria novamente as vontades para chegarmos a uma nova síntese. Seria essa a minha proposta.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Concedo a palavra ao Senador João Batista Motta.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, principalmente os Senadores Gilberto Mestrinho e Flexa Ribeiro, é perfeita a palavra do nosso Líder, Senador Arthur Virgílio, sobre a necessidade de este País começar a dizer “sim”. Porém a minha preocupação se deve ao fato de que esse “sim” sempre é dado quando o interesse é do estrangeiro, quando o interesse é dos países vizinhos, principalmente norte-americanos, a quem se diz “sim” para tudo. Quando o interesse é do brasileiro, do pobre do macaqueiro do interior, só se diz “não”.

Neste País não há política agrícola, assunto que deveríamos estar discutindo hoje nesta reunião. Está todo mundo no interior morrendo de fome. Atualmente, os nossos produtos não podem mais ser exporta-

dos por causa da taxa do dólar. Internamente, não se pode trabalhar por causa das taxas de juros. Lembro que, na década de 1950, os americanos vieram aqui e disseram que não tínhamos petróleo. Começamos a trabalhar e hoje estamos alcançando a nossa independência no campo petrolífero. Mas, outro dia, uma ONG estrangeira fez um relatório dizendo que não podíamos mais tirar petróleo da nossa costa. A Conservation, para quem conhece melhor, fez o relatório, e o pior é que as nossas autoridades encampam esses relatórios e querem transformá-los em lei.

Nosso minério de ferro tem sido exportado à base de 220 milhões de toneladas por ano para gerar apenas 4,5 bilhões na nossa receita, enquanto a soja rendeu mais de 10 bilhões no ano passado.

Agora a Medida 252, a do Bem, isenta de qualquer tipo de tributação as importações de máquinas, que vão por certo dobrar esse número de 220 milhões de toneladas, vão agora importar pá carregadeira, locomotivas, vagões, sem pagar nenhuma tributação, prejudicando, inclusive, a indústria brasileira.

Nossas jazidas estão sendo entregues ao capital estrangeiro para exploração, sem nenhuma tributação. Todas as jazidas brasileiras estão sendo entregues a grupos estrangeiros. Eu acredito que esse projeto visa, mais uma vez, entregar nossa riqueza aos ricos do Primeiro Mundo. Agora vamos entregar o restinho da floresta que temos?!

Por essa razão, meu Líder Arthur Virgílio, acredito que, por incompetência, o Governo Lula, após seu mandato, receberá por certo o troféu de o governo mais entreguista do planeta. Não tenho dúvida disso. Alguém falou, na mesa, que este projeto foi aprovado por vários países. Primeiro, nossas florestas não são idênticas. Segundo, ninguém tem moral para dar parecer sobre floresta pelo mundo afora. As viagens feitas pelos técnicos do Ministério do Meio Ambiente pelo mundo foram financiadas por quem? Pelo Governo brasileiro ou pelas ONGs estrangeiras? Eu queria saber disso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha – PMDB – TO) – Algum palestrante gostaria de comentar a respeito das considerações feitas pelo Senador João Batista Motta? (Pausa.)

Senador Flexa Ribeiro, na sua reinscrição, tem V. Ex^a três longos minutos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Vou abrir mão de 47 perguntas, em homenagem ao Senador Tasso Jereissati, porque vamos ter uma reunião da CAE, com dois projetos importantes – um de interesse do Estado do Ceará e outro de interesse do Brasil –, que precisam ser aprovados hoje. Mas vou reinscrever-me

na reunião de aprovação do relatório. Então, terei mais uma chance para concluir o meu questionamento.

Quero dizer aos telespectadores da TV Senado o que venho dizendo desde o início: este projeto está voltado para a Amazônia; tem o manto nacional. Mas a prova da audiência confirma o que venho dizendo: só falamos de Amazônia aqui. Ou seja, o interesse do Governo Federal é atingir a Amazônia. O interesse do Governo Federal é engessar a Amazônia. Não sei qual é esse interesse, mas que existe, existe. E mais, como foi dito pelo Senador Motta, estamos entregando a Amazônia para as ONGs. Quem vai gerir aqui este projeto de gestão são as ONGs, porque as ONGs dominam o Ibama, o Incra e o Ministério do Meio Ambiente. Então, estamos entregando a Amazônia para ser gerenciada pelas ONGs internacionais. É isso que estamos fazendo agora.

Eu perguntaria, para finalizar, ao Dr. Marcos – vou fazer aqui um ping-pong rápido: o órgão que será encarregado da gestão deste projeto é o Ibama. Correto?

O SR. MARCUS BARROS – Errado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Quem seria?

O SR. MARCUS BARROS – Primeiro, o senhor se enganou.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu gostaria de saber o correto.

O SR. MARCUS BARROS – A gestão de concessão é feita pelo serviço que se cria, o Serviço Brasileiro Florestal. Ao Ibama cabe o papel que já tem, de fiscalização, controle e licenciamento. Esse é o papel do Ibama no projeto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – O Ibama não vai fazer a gestão?

O SR. MARCUS BARROS – Não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Toda a gestão é do Sistema Florestal Brasileiro?

O SR. MARCUS BARROS – É, do Serviço Brasileiro Florestal, do Ministério do Meio Ambiente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Que está no art. 55?

O SR. MARCUS BARROS – Isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Que diz que a gestão é dele?

O SR. MARCUS BARROS – É dele.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – E o Ibama fica somente...

O SR. MARCUS BARROS – É quem organiza as concessões, quem faz as licitações.

Toda essa parte de fomento...O Ibama não faz fomento, o Ibama tem esse papel, que mantém na nova legislação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Então, o Ibama fica com a fiscalização.

O SR. (Orador não identificado) – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Então, está na gestão também. Se está pelo licenciamento, não é só fiscalização.

O SR. MARCUS BARROS – Não, não é só fiscalização. Não disse só fiscalização. Eu disse fiscalização e licenciamento. Este é o papel, está na lei. O Ibama determina isso inclusive...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Por que não passa o licenciamento... Aí vem a minha pergunta. Talvez eu a tenha formulado erradamente no início.

Por que não caberia ao Ibama somente a fiscalização e passaria ao Serviço Brasileiro Florestal todas as demais atividades.

O SR. MARCUS BARROS – Ele não terá estrutura para isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Mas o Ibama não tem estrutura hoje para fazer o que lhe cabe!

O SR. MARCUS BARROS – Muito maior que o serviço social brasileiro. Deixe eu lhe dizer...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – O senhor começou a sua exposição dizendo que o Ibama não tinha estrutura para atender as demandas. Como é que o senhor quer assumir novos compromissos, dizendo que o Serviço Brasileiro Florestal não terá estrutura para isso?

Eu não estou entendendo.

O SR. MARCUS BARROS – Mas não é o papel dele. A legislação não determina isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – A legislação que estamos aprovando.

O SR. MARCUS BARROS – Isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – E por que não aprovamos na legislação? Por que não alteramos a legislação e passamos ao Serviço Brasileiro Florestal a atividade também de concessão, e deixamos só a fiscalização com o Ibama, até aliviando a carga que V. S.^a diz.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Eu entendo que o Senador quer acabar com o Ibama, mas não é isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Não, eu não quero acabar com o Ibama, não. Quero que o Ibama funcione, é diferente.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu não gostaria que a Senadora Ana Júlia colocasse palavras na minha boca.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Sem/Partido – DF) – Senador, posso esclarecer esse ponto.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Quero assegurar a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Eu solicitaria aos demais participantes que compreendessem e ouvissem com atenção as palavras do Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu não vou aceitar, Presidente, que coloquem coisas que não estou dizendo.

Em nenhum momento, eu disse que queria acabar com o Ibama. Pelo contrário, quero que o Ibama seja um órgão que funcione, um órgão estruturado que tenha o respeito do Governo Federal para colocar os recursos financeiros e humanos para atender às necessidades. Isso não foi dito por mim, foi dito pelo Presidente.

Como é que queremos sobrecarregar o Ibama com mais uma atividade uma vez que não dá conta das que tem. Quando estamos criando pelo projeto, é uma lei, e o Dr. Marcus tem razão, a lei não diz isso. Ainda não é lei. É um projeto que está sendo aqui estudado.

Por que não transferir para o Serviço Brasileiro Florestal também a incumbência da concessão e deixar ao Ibama a fiscalização? Uma coisa é aprovar e outra é fiscalizar.

É a minha dúvida, Dr. Marcus, em benefício do Ibama.

Quero, repito, que o Ibama seja fortalecido, respeitado pelo Governo Federal, atendido nas suas necessidade e quero, de público, dizer que tenho por V. S.^a o maior respeito. Sei da sua competência, sei do seu conhecimento, sei da sua responsabilidade como amazônida. Lamentavelmente, como V. S.^a bem colocou aqui, quando lhe convocaram para o sacrifício de dirigir o Ibama, V. S.^a disse: “Não, eu quero ficar no Inpa”. Lamentavelmente, lhe colocaram no cadafalso do Ibama.

Quero ajudá-lo e, diferentemente, do que está sendo dito, quero ajudá-lo a fortalecer o Ibama.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra a Senadora Ana Júlia.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Eu queria, como Relatora, esclarecer uma questão que está na legislação.

Há diferença entre concessão, e entre licenciamento e fiscalização. O licenciamento, hoje, já é o papel do Ibama, porque quem faz a aprovação dos projetos de manejo florestal, ou seja, quem dá licença

para fazer a exploração é o Ibama. E ele vai continuar com essa função, como vai continuar também com a função de fiscalização.

Quem faz a concessão não poderia fazer também a fiscalização. O órgão público que faz a concessão não pode ser responsável pela fiscalização.

Então, eu acho que têm que continuar com o Ibama o licenciamento, que é hoje feito pelos técnicos do Ibama, e a fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra o Sr. João Paulo Capobianco.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Pela ordem, V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – A Senadora Ana Júlia só reforça a idéia. Se nós estamos criando o Sistema Florestal Brasileiro, que deveria ser o órgão para gerir e administrar isso, então o licenciamento deveria estar lá, e não no Ibama. O Ibama que fique só com a função dele, que é a de fiscalizar aquilo que o Sistema Florestal Brasileiro vai aprovar e vai conceder. E não trazer sobrecarga ao que existe. Ela só vem ao meu auxílio.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Obrigado, Senador.

Com a palavra o Sr. João Paulo Capobianco.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Senador Flexa Ribeiro, este assunto foi muito discutido nas consultas públicas, também foi muito discutido na Câmara dos Deputados. Essa proposta que o senhor fez foi apresentada por outros, em outros momentos. Mas houve uma unanimidade, digamos assim, de considerar que isso poderia gerar conflito de interesses.

Porque o órgão que vai fazer o processo de concessão tem interesse que o processo avance. E se ele também for o responsável pelo licenciamento ambiental, porque é ambiental o licenciamento, poderia se configurar conflito de interesses, e ele poderia relaxar, digamos assim, ser menos exigente no licenciamento, para viabilizar a operação.

Então, foi considerado que isso seria inadequado, que isso poderia pôr em risco o processo e foi uma exigência de todos, unanimemente aprovada na Câmara dos Deputados, garantir a separação, de tal forma que o Ibama fosse fortalecido no papel de licenciar e fiscalizar. E o órgão que promoveria o processo de concessão...

O órgão concedente é o Ministério, não é o Serviço Florestal Brasileiro. O Serviço Florestal Brasileiro organiza o processo. Então, para que não houvesse conflito de interesses, optou-se por esse mecanismo, que eu, particularmente, e o Ministério do Meio Am-

biente, consideramos correto. Esse é o mecanismo correto, além do que, evidentemente, somente o Ibama, fortalecido, poderá garantir a boa execução desse processo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Pela ordem, V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – A grande dificuldade é que as coisas corretas são somente aquelas entendidas assim pelos técnicos e pelo Ministério. Aí é difícil o diálogo, que se torna monólogo. Eu continuo achando que não podemos partir do pressuposto de que haverá desvio de conduta em função de um processo que não vai funcionar da forma que está prevista.

Então, estamos aprovando uma lei para a qual quero chamar a atenção de novo. Há quatro anos, o Congresso Nacional aprovou, da forma como estamos hoje querendo aprovar aqui, uma lei para a nossa região amazônica, que se chamava Ada, e, para o Nordeste, Adene. Há quatro anos não funciona. Não se colocou em prática isso. Não podemos correr esse mesmo risco.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Muito bem, Senador.

Com a palavra o Sr. Divino.

O SR. DIVINO TEIXEIRA – Eu queria começar concordando com o que o Senador acabou de falar. Não podemos colocar como pressuposto o conflito de interesses. Desde o início deste processo nós, como servidores, nos colocamos contra a criação do Serviço Florestal Brasileiro.

O Ibama não tem, na sua atribuição, a questão do fomento. Não seria muito mais fácil se colocar essa atribuição do que criar um serviço florestal?

No ano passado, o conselho gestor do Ibama mandou um ofício para a Ministra externando a preocupação com a criação do serviço florestal, naquela época, em julho do ano passado, falando da falta de recursos. Isso se materializou agora. Hoje, quem pegar o Correio Braziliense, vai ver que o Ibama está com perigo de inadimplência porque não tem dinheiro para cumprir suas dívidas. Se vai se criar um outro órgão, vai ter dinheiro para se criar um outro órgão e não vai ter dinheiro para investido dentro do Ibama?

Eu só queria lembrar essa questão do conflito de interesses. Há pouco tempo, o Sr. Boris Tabakof, da Associação Brasileira dos Produtores de Celulose e Papel, afirmou o seguinte: o que existe hoje de base plantada, de floresta plantada no Brasil veio de que época? Da época do IBDF. Houve problemas naquela época? Houve problema. Houve desvios? Houve. Mas, o que

existe hoje, é daquela época. O IBDF fazia fomento e fiscalização. Temos o risco do “apagão” florestal, de que todos falam. O Uruguai está produzindo hoje mais floresta do que o Brasil, e o Brasil daqui a pouco vai começar a importar do Uruguai, é só pegar as notas que existem aí. O conflito de interesses pode ser muito bem resolvido. Tudo bem, não quer fazer no Ibama, coloca-se... Propomos isso, que seja dentro do Ibama, dentro de uma coordenação, de uma diretoria, mas que não se crie outro órgão. Agora, não quer colocar dentro do Ibama, tudo bem. Há conflito de interesses, cria-se uma coordenação dentro do Ministério, cria-se uma secretaria, e tudo bem. Agora, criar outro instituto ou outro serviço florestal brasileiro? Se não há recurso hoje para o Ibama, haverá recurso para aparelhar esse serviço florestal brasileiro? Essa é a grande questão que colocamos.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra o Sr. Sérgio Leitão.

O SR. SÉRGIO LEITÃO – Quero iniciar saudando o Senador Tasso Jereissati, meu conterrâneo. Eu tive a oportunidade de trabalhar com o Cardeal de Fortaleza Aloísio Lorscheider, quando S. Ex^a era Governador do Estado e deu uma enorme contribuição inclusive aos temas ligados à questão indígena no Estado do Ceará.

Eu queria comentar o que o Senador Flexa Ribeiro disse – espero que o senhor volte a concordar com o Greenpeace –, sobre um tema que é de fundamental importância, que diz respeito justamente à estrutura do sistema nacional de meio ambiente no Brasil. É uma estrutura elogiada no mundo inteiro justamente porque permite uma perfeita coordenação entre aqueles que querem, dentro do âmbito estatal, fazer a propositura de atividades que possam teoricamente ter algum tipo de impacto sobre a questão ambiental e com os órgãos que têm a tarefa de licenciar de forma independente. Então, tudo que está contido no projeto respeita essa normalização, ou seja, não tem nenhuma iniciativa nova divergente daquilo que é, a maneira como esse sistema se organiza. Então, parece-me que o projeto, nesse sentido, não inova, não traz nenhuma matéria que poderia ser, digamos assim, causadora de maior discussão, porque estamos aplicando aquilo que já se segue tradicionalmente dentro desse modelo, que é respeitado no mundo inteiro.

Nesse sentido, parece-me que o projeto, Senador – espero que V. Ex^a venha a concordar comigo –, faz uma perfeita distinção entre aquilo que é função de licenciar e aquilo que é função de fomento, que cabe justamente ao serviço florestal brasileiro que se está propondo no projeto de lei.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem, para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Acho que não há tanta razão para preocupação com a urgência. A razão é simples: a proposta orçamentária para o ano que vem já está na Casa; não contempla um centavo para o serviço florestal – começa daí. Segundo, no ano que vem, vamos pagar, no orçamento que prevê uma receita fiscal total de quinhentos e poucos bilhões, só de serviço da dívida, duzentos e vinte e sete bilhões. Não vai sobrar dinheiro para nada. É impossível ter crédito especial para fazer face ao serviço. Então, o serviço vai ser criado, se for criado, e não será implantado por falta de recursos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente, para encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Flexa Ribeiro, a Mesa se sente muito orgulhosa com a participação muito intensa de V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – É só para fazer um registro, que me deixa confuso, perplexo e preocupado.

O Ibama é o órgão que vai fazer não a concessão, mas o licenciamento e a fiscalização. Aí vejo aqui um corpo separado da cabeça. Vejo aqui a cabeça defendendo um projeto, talvez orientada por algo astral, que não esteja ligado à cabeça, e o resto do corpo, que vai ter que ser comandado por essa cabeça, se pondo contrário. Mas é o corpo que vai colocar em prática a lei que vamos aprovar. Então isso me preocupa. A direção do Ibama deveria conversar com os técnicos do Ibama e entrarem num acordo, para que possamos ter mais tranquilidade para aprovar esse projeto de lei.

Era o registro para os Anais da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra o Presidente do Ibama.

O SR. MARCUS BARROS – Senador Flexa Ribeiro, a primeira observação é a de uma autoridade que publicou a sua frase num jornal de circulação nacional que disse: “Ou o Brasil acaba com o Ibama ou o Ibama acaba com o Brasil”.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Foi minha a frase?

O SR. MARCUS BARROS – Não, é de outra autoridade. Tenho o cuidado ético de não nominar. Mas uma outra autoridade disse isso. E uma das tarefas minhas, quando deixei o Inpa para vir cumprir essa tarefa, que, decididamente, não é um cadafalso, como V. Ex^a aqui mencionou, tenho o maior orgulho em ser Presidente do Ibama – com a modéstia que devo ter,

sou o Presidente que mais tempo permaneceu na casa; em 16 anos de Ibama, houve presidentes que ficaram apenas 15 dias, e a média era de um ano –, então, não é um cadafalso também por isso, e a minha tarefa é defender a instituição que cuida do meio ambiente no Brasil.

Eu me lembrei do Senador Augusto Botelho, que falou na síndrome de Estocolmo. V. Ex^a aborda a síndrome de Estocolmo do ponto de vista da gestão, ou seja, não se pode casar fomento com fiscalização e licenciamento; vira uma síndrome de Estocolmo, o carcereiro se contamina com o prisioneiro. Esse distanciamento é fundamental. A intenção de quem manda para a casa legislativa a proposta de lei é exatamente essa, o espírito do que se quer ver transformado em lei é exatamente esse espírito.

Outra coisa, Senador, por fim, que V. Ex^a aqui mencionou, é a questão da cabeça e do corpo. Quero lhe dizer, ter a liberdade de lhe dizer que isso é a mais clara expressão da democracia. Não existe hoje um presidente do Ibama que impõe a sua opinião ou do Conselho Gestor em cima do conjunto dos servidores. Os servidores têm uma associação forte, mobilizada, que tem uma opinião demarcada e que tem um diálogo com a direção maior da instituição e que vem para esse espaço expressar o que pensa.

Então, ao final, vai sobrar dessa relação respeitosa entre cabeça e corpo a expressão unificada da democracia, ou seja, vencerá a democracia, um cederá ao outro quando esta Casa falar mais alto.

É só essa a intenção. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Estamos chegando ao fim de uma audiência pública bastante instigante, bastante participativa, porque o tema é do maior relevo, do maior interesse para o País, e dela participaram tantos quantos se interessaram, quer instituição, que representação.

A Mesa procurou agir da forma mais democrática possível, naturalmente balizada pelas restrições do Regimento, convidou nomes sugeridos, desdobrou a audiência pública em duas reuniões, reiterou o convite àqueles que não puderam participar da primeira reunião, acolheu a indicação de nomes para participar do debate no curso desta reunião, enfim, procuramos travar um debate amplo, democrático, o mais profundo possível, para melhor orientar os eminentes Srs. Senadores dessas três comissões e principalmente aos seus relatores, para que possamos depois definir em Plenário o destino da gestão de florestas públicas.

O debate foi salutar, trouxe à tona questões que precisam ser aprimoradas, e a Mesa entende que o projeto precisa ser aperfeiçoado. Mas é extremamente louvável o projeto de uma ação que não existia. A au-

sência de poder em questão tão fundamental como a questão das florestas públicas é algo preocupante.

Portanto, quero agradecer a todos os Srs. Pales-trantes que contribuíram para esta audiência pública, agradecer a atenção, a participação efetiva dos emi-nentes Srs. Senadores.

Antes de encerrar esta audiência pública, eu gostaria de dizer que realizaremos, incontinenti, duas reuniões ordinárias. A primeira, da Comissão de As-suntos Econômicos, que tratará de dois projetos que não têm a ver com este tema, e, em seguida, teremos a reunião ordinária da Comissão do Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, que vai dar conhecimento aos eminentes Srs. Senadores do relatório da Senadora Ana Júlia Carepa sobre a gestão de florestas.

Agradeço, mais uma vez, a participação de to-dos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB - RR)

– Sr. Presidente, um esclarecimento. Após a reunião da CAE será retomada uma reunião ordinária?

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB

– TO) – Da CMA, exatamente.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h41min)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Ata da Décima Quinta Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 02 de junho de 2005, quinta-feira, às 10:00 horas.

Às dez horas e trinta e três minutos, do dia dois de junho de dois mil e cinco, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência do Senhor Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES, com a presença dos (as) Senadores (as) **MARIA DO CARMO, RODOLPHO TOURINHO, FLEXA RIBEIRO, LEONEL PAVAN, REGINALDO DUARTE, NEY SUASSUNA, WIRLANDE DA LUZ, VALDIR RAUPP, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, FLÁVIO ARNS, IDELI SALVATTI, MARCELO CRIVELLA, PAULO PAIM, PATRÍCIA SABOYA GOMES, ROMEU TUMA, EDUARDO AZEREDO, MAGUITO VILELA, EDUARDO SUPICY E MOZARILDO CAVALCANTI**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão, justificando ausência o Senhor Senador Augusto Botelho. O Senhor Senador Antônio Carlos Valadares declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Presidente leva ao conhecimento da Comissão o recebimento do Aviso nº 644 – SGS – TCU – Ple-

nário, que encaminha cópia do acórdão proferido nos autos do processo nº TC 011.308/2004-6, examinado pelo plenário do Tribunal de Contas da União referente ao relatório de auditoria operacional realizada no programa Banco de Alimentos, definido como uma das políticas locais do Programa Fome Zero gerenciado no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Passa-se a apreciação dos itens da pauta. O Presidente comunica que os itens 5 e 9 foram retirados de pauta a pedido dos respectivos relatores. Os itens 10, 11, 12 foram retirados de pauta para atender requerimento de Audiência Pública de outra Comissão.

Item 1 – MENSAGEM Nº 142 DE 2005. Submete à deliberação do Senado Federal a indicação do Senhor **CLÁUDIO MAIEROVITCH PESSANHA HENRIQUES** para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Autoria: Presidência da República. Relatora: Senadora Ideli Salvatti. Resultado: Aprovado com 15 votos. Foram convidados como escrutinadores os Senadores Wirlande da Luz e Flávio Arns. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2005.** “Altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão do empregado doméstico e dá outras providências”. Autoria: Deputado LUIZ ALBERTO. Relator: Senador MARCELO CRIVELLA. Resultado: Pedido de vista concedido a Senadora Ideli Salvatti. **ITEM 03 – PROJETO DE LEI DO SENADO FEDERAL Nº 19, DE 2003.** “Altera o artigo 198 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1946”. Resultado: Emenda nº 01-CAS – 2005, (Substitutivo) definitivamente adotada, nos termos do Art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **13 – REQUERIMENTO Nº 22, DE 2005.** “Requer, nos termos regimentais, o sobrestamento da tramitação do PLS nº 155, de 2003, até que o Senado Federal delibere sobre o PLC nº 36, de 2004, que se encontra em Plenário, constando do item III da pauta de votações, uma vez que os assuntos são correlatos”; Autoria: Senadora Ideli Salvatti. Resultado: Aprovado. **EXTRA-PAUTA. ITEM 14 – REQUERIMENTO Nº 23, DE 2005 – CAS.** “Requer, nos termos regimentais e nas práticas costumeiras da Casa, a apreciação em conjunto pela Comissão Assuntos Sociais, Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do PDS nº 602, de 2004, que aprova o texto da Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco, assinada pelo Brasil, em 16 de junho de 2003”. Autoria: Senador Antônio Carlos Valadares. Resultado: Aprovado. Os demais itens da pauta 4, 6, 7 e 8 foram adiados. No final da reunião o Presidente indica o Senador Wirlande da Luz para

compor a Subcomissão Permanente de Promoção e Acompanhamento e Defesa da Saúde, como membro suplente de acordo com o inciso III do artigo 89 do Regimento Interno do Senado Federal. Fizeram uso da palavra os Senadores: **Ideli Salvatti, Romeu Tuma, Maguito Vilela, Eduardo Suplicy, Flávio Arns, Ney Suassuna, Wirlande da Luz, Sérgio Cabral, Marcelo Crivella e Osmar Dias.** Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Antônio Carlos Valadares Presidente, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Antônio Carlos Valadares**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Declaro aberta a 15ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Senadores que aprovam permaneçam como sem encontram.

Aprovado.

Comunico o recebimento do Aviso nº 644, do TCU, Plenário, que encaminha a cópia do Acórdão proferido nos autos do processo, nº TC 011-308/ 2004, examinado pelo Plenário do Tribunal de Contas da União, referente ao relatório de auditoria operacional, realizada no Programa Banco de Alimentos definido como uma das políticas locais do Programa Fome Zero, gerenciado no âmbito do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

O referido documento encontra-se à disposição de V. Ex^{as} para consulta na secretaria desta Comissão.

Nos termos do Inciso III, do art. 89, do Regimento Interno, do Senado Federal. Indico o Senador Wirlande da Luz, membro titular da Subcomissão permanente de Assuntos Sociais das pessoas com deficiência.

A pedido da Relatora Senadora Patrícia Sabóia, retiro de pauta o Item nº 5, PLS nº 102, 2003.

Também, a pedido do Relator Senador Flávio Arns, retiro de pauta o item nº 9, PLS nº 139, de 2003, que dispõe sobre a profissão de ortoptista.

Ficam retiradas de pauta também os Itens nºs 10, 11 e 12, referentes aos PLs 452 de 2003, 466 de 2003 e 262 de 2003, para atender à solicitação da Mesa. Requerimento de audiência de outras comissões.

Passa-se ao 1º Item da pauta, que diz respeito ao MSF 142, de 2005, que submete ao Senado Fede-

ral a indicação do Sr. Cláudio Mayerovitch Pessanha Henriques, para ser reconduzido ao cargo de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa.

Convido a nossa vice-Presidente a ocupar o seu lugar de honra na Mesa da Comissão.

Tenho a satisfação de designar a Senadora Ideli Salvatti para conduzir o nosso candidato, Dr. Cláudio, para o recinto desse plenário, para sua palestra e conseqüente debate com os Srs. Senadores.

(Pausa)

Antes de iniciarmos essa audiência, nós queremos registrar que o indicado, Dr. Cláudio Mayerovitch, no decorrer do debate, terá trinta minutos para sua exposição, e os Senadores que desejarem fazer alguma pergunta, cinco minutos cada. Como resposta o indicado terá cinco minutos. Na tréplica também o interpelante terá dois minutos e o indicado dois minutos.

Concedo a palavra, em primeiro lugar, à Senadora Ideli Salvatti, para proferir seu relatório.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Estou bem aqui, estou muito bem instalada.

Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão de Assuntos Sociais, é com muito prazer e satisfação que apresentamos o nosso parecer a respeito da recondução do Dr. Cláudio Maierovitch Peçanha Enriques ao cargo de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

O nosso parecer tem base no art. 52, III, “f”, da Constituição Federal e também em conformidade dos termos do art. 10, parágrafo único, da Lei 9.782, de 26 de janeiro.

A nossa satisfação de fazer a apresentação do nosso relatório baseia-se, indiscutivelmente, no **currículo** apresentado, que veio anexado a esta mensagem, demonstrando que o nosso indicado é graduado em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Graduou-se em 1984. Tem especialização em administração hospitalar e de serviços de saúde no setor público obtida no Programa de Administração Hospitalar e de Saúde da Fundação Getúlio Vargas e do Hospital das Clínicas, da Faculdade de Medicina da USP, em 1987. É mestre em Medicina na área de Concentração em Medicina Preventiva, em 1992, título alcançado com sua dissertação sobre a vigilância sanitária dos portos, experiência à prevenção da entrada do cólera no porto de Santos.

Consta ainda do **curriculum vitae** do indicado o relato, entre outras, das seguintes atividades: médico sanitário do Núcleo de Endemias e Epidemias do Instituto de Saúde da Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo, Coordenador do Centro de Controle de Doenças da Secretaria de Higiene e Saúde e, poste-

riormente, Secretário de Higiene e Saúde do Município de Santos.

O indicado atuou também no Centro Nacional de Epidemiologia do Ministério da Saúde, na área de avaliação dos Serviços de Vigilância Epidemiológica dos Estados, trabalho de consultoria para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

Em agosto de 1999, tornou-se diretor adjunto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, responsável pelas áreas de tecnologia de serviços de saúde, tecnologias de produtos para a saúde de sangue e hemoderivados.

Desde 13 de junho de 2002 ocupa o cargo de Diretor da Diretoria Colegiada da Anvisa, sendo responsável pelas áreas de Procuradoria, Corregedoria, Ouvidoria, Auditoria, assessoria de relações institucionais, gerência geral de tecnologia em serviços de saúde, gerência geral de sangue, outros tecidos, células e órgãos, gerência geral de regulação econômica e monitoramento de mercado, núcleo de assessoramento à gestão estratégica, núcleo de assessoramento em comunicação social e institucional, coordenação de propriedade intelectual, comitê setorial de processos e desburocratização, comitê de política de recursos humanos para a vigilância sanitária. A partir de 16 de maio de 2003, tornou-se Diretor-Presidente dessa agência.

Em face do histórico pessoal e profissional apresentado e aqui resumido, entendemos dispor esta Comissão dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação do nome do Sr. Cláudio Maierovitch Pessanha Henriques, para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Portanto, dada a capacitação, formação acadêmica e experiência já demonstrada em inúmeros cargos de diversas esferas, até pelo excelente trabalho que realizou durante o período que está como Diretor e Presidente da Anvisa, o nosso parecer é pela recondução do Dr. Cláudio.

Teria alguns questionamentos a fazer, mas depois da exposição que o Dr. Cláudio vai nos brindar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares, PSB-CE) – Tenho o prazer de conceder a palavra ao Dr. Cláudio Maierovitch Pessanha Henriques, para a sua exposição.

Vossa Senhoria terá até 30 minutos.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH PESSANHA HENRIQUES – Exmº Sr. Senador Antonio Carlos Valadares, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Exmª Srª Senadora Patrícia Saboya Gomes, Vice-Presidente da Comissão, Exmª Srª Senadora Ideli Salvatti, Exmºs Srs. Senadores, é uma honra participar desta reunião que, para mim, tem um significado especial por

estar aqui pela segunda vez num momento de propoção do Governo para recondução ao cargo.

Nos últimos dias, desde a indicação pelo Ministro da Saúde, e, então, pelo Senhor Presidente da República, surgiram algumas dúvidas sobre a necessidade ou não da sabatina para recondução que chegaram a mim. E parece estão sanadas essas dúvidas. Mas quero dizer que, independentemente da questão jurídica propriamente dita, acho absolutamente pertinente e necessária a segunda sabatina, assim como acho que é necessário que cada vez mais as agências em geral e em particular a nossa agência, esteja exposta à avaliação pelas casas legislativas, em particular pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado, que é a comissão que nos acompanha. Penso que ainda temos uma construção longa por fazer nessa trajetória de uma instituição que é nova, completou agora seus seis anos de vida, para que consagre um dos seus valores principais, que a gente cita ali, que é a transparência.

Vou pedir permissão para usar o apoio da projeção, que ajuda a organizar um pouco as idéias. Creio que é um momento interessante, não em particular, para a minha recondução apenas, mas sim para que se constitua uma oportunidade de um conhecimento mais amplo do trabalho que se vem fazendo na agência e da possibilidade de avaliação e de correção de rumos futuros desse trabalho. A Agência de Vigilância Sanitária sucede à antiga Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária, com uma missão especial dedicada à proteção da saúde da população. Temos discutido muito a essência do trabalho de vigilância sanitária, numa discussão coletiva bastante profunda que tivemos nos últimos anos, em que tivemos a consagração dos valores eleitos pela própria equipe, pela diretoria da Anvisa, como aqueles valores que regem a instituição: o valor do conhecimento como a fonte para qualquer ação na saúde pública e, em particular, na vigilância sanitária, o valor da transparência, que certamente contrasta em grande parte com o próprio histórico da vigilância sanitária em muitos momentos e em grande parte pela falta do conhecimento, em muitos momentos, da sua história. O valor da cooperação, em especial quando consideramos a condição da Agência de Vigilância Sanitária como parte de um sistema nacional de vigilância sanitária, que integra o Sistema Único de Saúde, e o valor da responsabilização, uma vez que dada a saúde pública como um todo, e, em particular, a nossa área, como uma área de intervenção inter-setorial, muitas vezes é difícil enxergar claramente a responsabilidade e os deveres de ação de cada um dos entes públicos nesse campo.

Certamente as bases legais são conhecidas de todos, mas acho importante destacar aqui um texto da nossa Lei Orgânica de Saúde, onde define o campo de intervenção da vigilância sanitária, na diminuição, prevenção ou, quando possível, eliminação de riscos à saúde dependentes da atividade econômica de maneira geral, materializada nos produtos e serviços que possam expor as pessoas a risco à saúde.

Nossa lei específica, de 1999, define mais detalhes à intervenção típica da Anvisa.

Esses, então, de maneira resumida, são os campos principais de atuação da Anvisa, dentro de um sistema cujo campo de abrangência é muito maior do que o da própria Anvisa. Quando da sua criação, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária não abarcou a totalidade do campo da proteção e da vigilância sanitária, ficando organizadas em outros entes da esfera federal as responsabilidades pela prevenção em saúde do trabalhador e na saúde ambiental.

Isso é um pequeno resumo – certamente não é exaustivo – do que nós chamamos de setor regulado pela Vigilância Sanitária. Devo dizer que esta é uma terminologia em construção. Acho que assim como nós não gostamos muito de sermos chamados de reguladores, os setores regulados, também, não se identificam muito com a condição de regulado. Mas são seguimentos da economia, todos eles vitais para o funcionamento do País e que recebem a intervenção da Vigilância Sanitária. A estimativa que atualmente temos é de que cerca de 25% do Produto Interno Bruto brasileiro, em algum momento, está submetido aos regulamentos e à atuação da Vigilância Sanitária.

Nós, nesses últimos anos, temos tido uma consolidação dos diversos campos de trabalho da Anvisa, como do próprio do sistema de vigilância sanitária. Nós trazemos, aqui, alguns números que são emblemáticos – de uma produção que tem sido crescente – e que, certamente, na sua quantidade, não reflete a complexidade do trabalho de que tem se ocupado a Vigilância Sanitária. Quando citamos, por exemplo, cerca de uma centena de medicamentos cujos registros foram concedidos na categoria de medicamento novo ou de medicamento biológico, ao longo de 2004, isto, nem sempre, nos leva a atentarmos para a sofisticação e a responsabilidade que é autorizar um medicamento chamado inovador e que, portanto, não tem uma longa experiência de exposição de populações ao seu uso a entrar no mercado. Com as repercussões, evidentemente, dos efeitos desejados dos medicamentos como, também, de possíveis efeitos adversos e dos custos que a utilização desse medicamento implicarão para as pessoas, individualmente, para o sistema público e, também, para o sistema de saúde complementar.

O próximo, por favor.

Aqui, também, são apenas alguns exemplos. Evidentemente, não exaurimos, aqui, a relação das atividades do que vimos trabalhando. Destaco, aqui, alguns dos itens como a quantidade de inspeções nos serviços de hemoterapia e, hoje, podemos dizer que nós, no Brasil, temos um tratamento hemoterápico – a utilização de sangue, os seus derivados e seus componentes – de forma bastante segura, comparável à utilização desses mesmos produtos nas principais economias mundiais, no que se refere a todos os critérios de qualidade e de testagem desses produtos e critérios para a sua aplicação. Devo dizer, também, que esse número de inspeções internacionais em indústrias farmacêuticas nos colocou, no ano passado, por exemplo, como o País que mais realizou inspeções nos países da União Européia e que exportam medicamentos para o Brasil. É claro que, também, pela importância do nosso mercado e pela abrangência de nosso sistema de saúde, capaz de fornecer medicamentos a uma boa parte da população que deles necessita, em especial quando tratamos de medicamentos de alta complexidade e, também, de alto custo.

Por favor, o próximo.

Alguns desses números chamam inclusive a atenção com superlativos. Exemplo disto é a própria atividade na área de portos, aeroportos e fronteiras, onde temos equipes trabalhando em todos os portos e aeroportos internacionais, assim como nas fronteiras terrestres, fazendo a sua intervenção em relação à saúde dos meios de transportes, saúde de portos, aeroportos e fronteiras, saúde do viajante e, em particular, a garantia da Segurança Sanitária dos produtos que são importados para o País e exportados, dentro do campo de controle da Vigilância Sanitária.

Também, devo citar aqui que temos em construção um importante sistema que nós chamamos de retroalimentação, abrangendo as áreas de tecnovigilância, ou seja, de conhecimento de problemas relacionados à utilização de materiais e equipamentos na área da saúde, de (*inaudível*) fármaco vigilância, que é a notificação e a utilização de informações sobre problemas relacionados a medicamentos e de hemovigilância, que é da mesma forma a utilização de informações relacionadas a problemas decorrentes da utilização de sangue, componentes e derivados.

Esses sistemas, que também têm números ainda modestos mas que vêm crescendo exponencialmente na medida em que esse sistema se espalha pelo País, certamente representa um investimento de futuro da vigilância sanitária diante da possibilidade de que, em não sendo capaz em qualquer ambiente de qualquer país do mundo de prevenir em 100% os riscos à saúde,

de, que sejamos capazes de detectar precocemente a ocorrência de danos à saúde ou de agravos cuja multiplicação pode ser evitada por uma intervenção rápida do sistema de saúde.

Como disse, trabalhamos dentro de um sistema composto, além da esfera federal, pelas vigilâncias sanitárias municipais e estaduais, e temos repassado recursos federais para o funcionamento dessas vigilâncias, recursos esses presos a uma pactuação que é realizada dentro do espírito do Sistema Único de Saúde para realização de atividades nas esferas locais de maneira mais próxima das populações. Então, temos a previsão ao longo deste ano do repasse de R\$135 milhões em diferentes formatos para os Estados e para os Municípios brasileiros para aplicação específica em vigilância sanitária. E devo dizer: sabemos que esse recurso é absolutamente insuficiente para que os 27 Estados e 5.600 Municípios se organizem e sejam capazes de ter a sua intervenção completa em vigilância sanitária. Mas certamente a possibilidade de ter recursos que devem ser gastos exclusiva e especificamente em vigilância sanitária tem representado um estímulo enorme para que se organizem equipes, se organize a carreira de vigilância sanitária, se adquiram veículos, computadores, se invista em laboratórios. Ou seja, tem servido como um fator indutor importante para o funcionamento das vigilâncias sanitárias estaduais e municipais.

É difícil escolher ações a serem destacadas numa apresentação cujo tempo é limitado, mas algumas delas aqui também merecem ser citadas se não pela sua importância absoluta, pelo que têm representado de novo e de investimento na mudança da cultura sanitária dos nossos profissionais, dos nossos serviços e evidentemente da nossa população. Temos comemorado nas últimas semanas, finalmente, o lançamento, por exemplo, do Compêndio de Bulas de Medicamentos. O País passa a contar com bulas de medicamentos em duas versões voltadas para os profissionais de saúde com toda a documentação científica e para os usuários...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Presidente, licença. Estão me passando para trás porque nós aprovamos por unanimidade meu projeto da bula. (Risos)

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH PESSANHA HENRIQUES – Devo dizer aqui que este nosso trabalho certamente tem uma grande inspiração num projeto legislativo. Nós, em algum momento, não podemos esperar a tramitação completa dos projetos, mas, evidentemente...

O SR. (Orador não identificado) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH PESSANHA HENRIQUES – Obrigado, Senador. Evidentemente, as demandas que chegam da população raramente chegam diretamente a nós e muitas vezes chegam pelas Casas do Legislativo que colocam em nossa pauta trabalhos que para nós são importantíssimos. Esse trabalho em particular das bulas, que (*inaudível*). Fico feliz ao imaginar que ele possa representar um pouco do que certamente é mais amplo que traz o projeto do Senador um projeto que exigiu muito investimento também do ponto de vista da sua execução.

O SR. ROMEU TUMA (PMDB – SP) – A idéia... Desculpe, não posso interromper, mas já foi, pois tenho tanto entusiasmo, porque sou usuário de medicamentos permanentes, e um dia peguei um projeto da Senadora Maria do Carmo, que foi aprovado ontem, tão bonito, que emocionou todos os participantes, que é a licença-maternidade para adotantes, e não conseguia ler, mas nem com aquelas lentes que vendem na Galeria Pajé não dava para ver. Eu falei: mas esse negócio aqui, além de fazerem até o metabolismo dos desenhos...

Nós, consumidores, queremos saber que hora que toma, se pode tomar, se pode ser consumido com outro medicamento. Então, vim aqui e fiz um projeto, porque era algo horroroso. Imagino aqueles que, às vezes, têm dificuldade na leitura, até porque não conhecem profundamente a nossa língua, com termos que são horrivelmente difíceis de serem pronunciados.

Portanto, fico alegre. Quero cumprimentar V. S^a por essa iniciativa da bula. Creio que melhorará até para mim.

Obrigado.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH PESSANHA HENRIQUES – Agradeço a V. Ex^a pela intervenção, porque objetivamente o início desse nosso trabalho, (*inaudível*) de formação, vem de uma cobrança que sai daqui, passa pelo nosso Executivo e se transforma numa cobrança do Ministro da Saúde para nós: por que ainda não nos dedicamos às bulas de medicamentos e alimentamos aquele jargão, de que “é mais difícil de entender do que bula de remédio”. Mais difícil de entender e, muitas vezes, difícil de ler, como bem disse o Senador.

Finalmente, acho que podemos dizer que demos os primeiros passos. Ainda temos vários passos para dar nesse campo, mas, hoje, já temos publicado, em edição escrita, o compêndio de bulas de medicamentos brasileiros, já temos a edição eletrônica à disposição dos profissionais e, a partir do momento da sua publicação, há cerca de um mês, temos o prazo de seis meses para que os chamados medicamentos de referência ajustem-se a esse novo modelo, então teremos

a publicação do novo compêndio, já incluindo a totalidade dos medicamentos do País, não apenas os de referência, mas os medicamentos genéricos e similares, com bulas revisadas por uma equipe, que é integrada de médicos, farmacêuticos, químicos e profissionais de comunicação, em particular de lingüística.

Temos tido o reconhecimento da nossa dificuldade, e quero agradecer esse apoio do Senador, porque, muitas vezes, as ações de uma agência ou de um órgão normativo do Poder Executivo acabam se tornando frágeis e efêmeras, se não contam com o apoio e se não contam com uma motivação, que é permanente, com base na incorporação ao nosso estamento legal de um dispositivo que dá sobrevida e dá permanência a esses atos.

Temos visto, ao longo da nossa história, muita coisa que começa, depois é interrompida e, algum tempo depois, ninguém mais se lembra, porque se trata de uma iniciativa isolada de um governo ou de um dirigente, que não teve oportunidade de ganhar esse **status**, esse novo porte de um instrumento legal, que se torna definitivo para o País.

Muitos dos nossos temas têm sido bastante polêmicos, aliás diria que não existe nenhum tema dentro do campo da vigilância sanitária que possa atingir o consenso. Pela nossa própria função de intermediação entre interesses econômicos e potencial de determinação, de risco à saúde da população, a qualquer momento em que façamos uma intervenção, corremos o risco de contrariar interesses econômicos eventualmente importantes e, a qualquer momento em que deixemos de fazer uma intervenção, corremos o risco de deixar descoberta a necessidade de proteção da saúde da população.

Inclusive por conta disso, temos trabalhado, com muita frequência, com o instrumento da consulta pública, das audiências públicas, e temos estimulado a multiplicação dos ambientes de debate em relação às normas de vigilância sanitária.

Um trabalho muito significativo para nós foi a constituição de uma rede de hospitais-sentinela no País. Hoje, são cerca de 100 hospitais formalmente conveniados à Anvisa, com outros 25 hospitais que trabalham voluntariamente nesse sistema. São os hospitais de maior complexidade e os de maior porte do País, públicos e privados. Em grande parte, são hospitais-escolas, hospitais universitários que realizam um trabalho importantíssimo: a vigilância – do ponto de vista de quem os utiliza – dos produtos dirigidos à saúde, medicamentos, materiais e equipamentos, de forma que, pelo porte e pela complexidade desses serviços, há hoje uma rede de proteção que utiliza quase tudo o que está disponível no mercado de saúde e que

seja de uso hospitalar no País, capaz de alertar rapidamente quando da ocorrência de produtos relativos a esses produtos e que mereça uma intervenção da vigilância sanitária.

Tem sido também uma oportunidade fantástica de interação com os profissionais de saúde e de construção de uma cultura que, infelizmente, ainda é muito rara nos serviços de saúde: a necessidade de que, em cada intervenção individual, o profissional de saúde veja a representação do coletivo e a representação da saúde pública como um todo.

Também temos uma presença geográfica, como havia citado, bastante abrangente pela nossa atuação em portos, aeroportos e fronteiras. Cerca de metade da força de trabalho da nossa agência está descentralizada nos postos localizados nesses locais. Devo dizer que é onde se concentram, principalmente, os funcionários mais antigos de carreira do Ministério da Saúde e que detêm uma experiência enorme na intervenção em saúde pública e que, certamente, também têm um potencial enorme para receber atualização, qualificação e interagir de maneira mais intensa com o Sistema de Vigilância Sanitária.

Temos tido uma atuação muito importante no ambiente internacional – e vou me referir a isso logo a seguir – em relação à necessidade, cada vez maior, de interação no ambiente internacional, com vistas à proteção da saúde.

Hoje, os mecanismos que temos buscado construir em conjunto com o Sistema Único de Saúde, com o Ministério da Saúde e com a sociedade como um todo de aproximação do nosso trabalho com a sociedade tem nos levado a uma multiplicação das instâncias de participação, com a presença de câmaras técnicas em praticamente todas as áreas específicas de nossa Agência. Com a construção que fazemos atualmente estamos às vésperas da instalação das câmaras setoriais por seguimento da economia de que tratamos.

Também temos tido uma relação cada vez mais próxima e mais cotidiana com o Poder Legislativo, em especial quando se trata da emissão de pareceres sobre projetos de lei que dizem respeito a nossa área. Acreditamos que esse é o caminho absolutamente necessário e que merecerá cada vez mais investimentos do Governo como um todo e, evidentemente, da nossa Agência. Um dos grandes instrumentos para que se construa, de fato, a transparência de intervenção dentro da área pública.

Ainda temos desafios enormes, como não poderia deixar de ser, e eu não gostaria de deixar de citá-los porque são tarefas a serem realizadas. Muitas vezes ainda somos vistos como um pedaço à parte do Sistema Único de Saúde e, por isso, o desafio da

integração é muito grande. O desafio de uma relação mais próxima com a sociedade e da possibilidade de difusão da cultura da proteção da saúde, dos hábitos saudáveis, especialmente, dos hábitos de consumo saudáveis, sem dúvida, se colocam, na nossa visão de futuro, como os grandes instrumentos de proteção da saúde, muito mais do que os próprios instrumentos da intervenção direta do Estado e da intervenção direta com o poder de polícia de Estado.

Próximo, por favor: ainda há algumas áreas de definição imprecisa. Como havia citado, os casos de proteção à saúde do trabalhador, à saúde ambiental e, em grande parte ainda, à sanidade dos alimentos. Existe uma divisão de competência que, nem sempre, é muito clara com outras áreas de Governo, em particular, com a área da agricultura. Embora, na nossa Constituição Federal, essas atribuições tenham sido colocadas claramente dentro do espectro da vigilância sanitária, nossa cultura institucional ainda não abrigou formas que conseguissem integrar de maneira harmônica esses diferentes espectros de intervenção, que tem como objetivo comum a melhoria da qualidade dos alimentos consumidos pela população, como também a garantia de alimentos melhores para a exportação, que representa um grande fator na economia brasileira.

Próximo: devo citar ainda, entre os nossos desafios, transformações internas da nossa própria estrutura para que ganhem agilidade, para que reduzamos a dívida que ainda temos com setores que dependem de nós, quanto aos prazos para nossa análise de processo, concessão de registros, autorização de funcionamento, sem que isso, em momento algum, represente qualquer tipo de negligenciamento em relação ao rigor e aos critérios para apreciação dos processos.

Passarei por estes outros assuntos rapidamente. Temos trabalhado muito no investimento em novas formas de gestão, que possam aperfeiçoar o funcionamento da máquina da Anvisa para cumprir (*inaudível*).

Próximo: temos nos preocupado muito com este cenário que motiva nossa própria existência. É um cenário em que as desigualdades sociais no mundo ainda são enormes e, dentro do nosso País, muitas vezes, são abissais, ao mesmo tempo em que a incorporação tecnológica nunca foi tão rápida quanto é hoje. Há o ambiente em que se multiplicam muito rapidamente os riscos das novas tecnologias, os riscos do trânsito rápido de doenças, de agentes infectantes pelo mundo, que podem passar, de uma parte a outra do mundo, em poucas horas, e uma garantia de proteção às populações baseada nas suas condições de vida ainda muito frágil, em especial, quando pensamos nas condições de moradia, de saneamento, de acesso a serviços de saúde, de educação.

Não é surpresa que, a todo momento, falemos em novas ameaças no campo das doenças emergentes, doenças reemergentes e riscos de epidemias. Certamente, a possibilidade de enfrentar esses desafios está no fortalecimento das instituições do Estado que se dedicam à proteção da saúde na interação com os diferentes setores do Poder Público, como também da sociedade que se dedicam à proteção. Certamente também numa atuação mais intensa na comunidade internacional, uma vez que esses riscos não respeitam as fronteiras e, muitas vezes, são oriundos da própria dinâmica nova que o mundo ganha com o comércio internacional e com o trânsito de viajantes. São desafios enormes, que, certamente, nossa agência anseia enfrentar.

Ainda há uma dívida enorme frente à sociedade em relação ao cumprimento da nossa tarefa. É essa a expectativa na construção futura, em especial com a incorporação da imagem de uma agência que é aprendiz, que, cada vez mais, incorpora e utiliza conhecimento como base de sua ação e consegue induzir movimento no sistema de saúde como um todo.

Então, encerramos por aqui, imaginando a construção e o fortalecimento desse sistema, na verdade, um sistema organizado em rede, uma rede que não é homogênea porque nosso País é extremamente heterogêneo, um país continental, mas que é uma rede que deve atuar de maneira harmônica na proteção da saúde e no cumprimento daqueles princípios dados pela política nacional de saúde e na busca de mudanças na cultura sanitária que garantam mais proteção a nossa população.

Muito obrigado. Desculpe por me exceder no tempo. (Palmas)

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, pela ordem. Queria me inscrever para encaminhar a votação.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Peço à assessoria que anote os Srs. Senadores interesses em participar do debate.

Senador Maguito Vilela, pela ordem.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, apenas para manifestar a minha satisfação...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Então V. Exª falará como inscrito.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Não, não. É uma questão de ordem mesmo. Só para dizer que eu não faço parte desta comissão, embora o meu Líder, Ney Suassuna, já anuncia aqui que hoje encaminhará ao plenário minha indicação, mas eu gostaria de registrar esta questão de ordem para dizer

que fico muito feliz em saber que será reconduzido à Anvisa o Dr. Cláudio, pela sua competência, pela sua inteligência, por ser um médico reconhecido e por ser extremamente dinâmico à frente daquela importante **instituição**.

Eu gostaria de registrar, Sr. Presidente, aos meus colegas – embora o nosso Líder já tenha feito – pedir o apoio, e naturalmente no plenário eu terei o prazer e a honra de votar favoravelmente ao nome do Dr. Cláudio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Eu gostaria de manifestar a minha satisfação, Senador Maguito Vilela, pela sua indicação para integrar esta Comissão, sabendo do seu interesse pelos problemas sociais do Brasil, nós nos sentiremos engrandecidos com a sua presença aqui nesta Comissão. E parabéns ao Líder Ney Suassuna por esta feliz indicação!

Eu quero registrar a presença da Drª Nara Luísa de Oliveira, que aqui representa o Conselho de Farmácia de Goiás. É a sua Presidente. É a terra do Senador Maguito Vilela.

Continuando,...

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – É isso que eu...

V. Exª é relatora. Será a primeira oradora a falar neste debate. Com a palavra V. Exª, Senadora Ideli.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço, Presidente. Vai ser curto e grosso.

Eu acho que é inequívoco... Eu já tinha apresentado no parecer toda a capacitação, formação, experiência acumulada do Dr. Cláudio e na exposição ele apresente um profundo conhecimento das questões, dos desafios e das realizações que a Agência de Vigilância Sanitária – Anvisa, vem fazendo no nosso País, bem como a importância de nós termos essa agência para acompanhar, monitorar, regulamentar e fiscalizar tantas ações que envolvem diversas esferas de poder, de setores econômicos e de atuação profissional numa área extremamente importante para a saúde do nosso povo.

Dr. Cláudio, eu queria apenas tratar ainda... fazendo dois questionamentos que eu reputo de fundamental importância. Não que isto tenha a ver com a sua recondução, mas são temas que estão colocados e que, sabedores desta audiência pública, desta oitiva de V. Sª, nos chegaram. A primeira questão é a do pessoal que a Anvisa hoje conta para dar conta de todas essas tarefas.

Então, eu acho que seria de fundamental importância poder relatar um pouco, pelo menos do que tem sido, durante o período em que V. S^a vem respondendo pelo cargo da Presidência, esta reformulação do quadro de pessoal da Anvisa. E sabemos que ainda existem algumas situações, porque tinha tido remanejamento de pessoal, terceirização e em que pé está esse processo de readequação do pessoal, de absorção do pessoal, de entrada de novos servidores e de novos funcionários na agência. Esse assunto valeria à pena abordarmos.

A dimensão do trabalho a ser realizado ficou bastante explicitada na exposição de V. S^a, mas seria importante termos adequadamente a situação em que se encontra o corpo funcional da Anvisa e quais são ainda as dificuldades.

A outra questão: a agência abriu uma consulta pública, no dia 15 de abril, para tratar do regulamento técnico sobre boas práticas de manipulação de medicamentos para uso humano em farmácias. Essa consulta pública gerou uma polêmica que já está posta, inclusive, nos meios de comunicação. Temos recebido muitas solicitações com relação a isso, inclusive documentos, embasamentos jurídicos. Chegaram-nos às mãos materiais sobre o posicionamento do Conselho Regional de Farmácias, do Estado de São Paulo, que solicita suspensão da referida consulta pública e traz uma série de argumentos com base nos estudos que fizeram.

Seria importante que V. S^a abordasse sobre a consulta pública como um todo, por que ela foi feita, em que condições, o que se pretende, qual a sequência e os objetivos. No entanto, há dois pontos sobre a consulta pública sobre os quais mais tenho recebido solicitação para haver esclarecimento.

O primeiro é o 5.14, que estabelece que somente será permitida a manipulação de medicamento na inexistência de especialidade farmacêutica registrada e comercializada no País com a mesma fórmula farmacêutica e dosagens prescritas. Há um grande questionamento no sentido de que isso poderá se transformar efetivamente numa espécie de reserva de mercado, ou seja, apenas os laboratórios que teriam a capacidade de produzir e comercializar os produtos e as farmácias de manipulação ficariam restritos apenas naquilo em que os grandes laboratórios não atuam. Há, inclusive, uma espécie de reserva de mercado para os laboratórios.

O segundo ponto, também muito fortemente questionado, é o 5.22.2: ficam proibidas às farmácias de manipulação a propaganda, publicidade ou promoção de preparações magistrais para o público em geral, bem como para os profissionais prescritores. Se a farmácia

de manipulação existe e é admitida na sociedade, por que ela não pode fazer propaganda do seu produto?

O SR. ROMERU TUMA (PFL – SP) – Senadora, V. Ex^a me permite um pequeno aparte?

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pois não.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, podem-se fazer apartes?

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador Romeu Tuma, o Regimento me dá o direito de conceder o aparte. Não haverá aqui a repetição do ocorrido ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, na qual o Senador Antonio Carlos Magalhães queria decidir se eu poderia dar o aparte ou não. Aqui, o Presidente Antonio Carlos Valadares é absolutamente democrático.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Meu aparte vai de encontro à inteligência da sua pergunta. Até escrevi aqui, Senadora, para não dizer que é mentira: primeiro, farmácia de manipulação. Realmente foi consultado – e mais ainda à nossa Líder Ideli – sobre o problema das farmácias de manipulação.

O que nos trazem preocupação são os medicamentos para emagrecimento. Pelo menos, no Fantástico, o Dr. Varela fez uma exposição dos riscos que se corre com medicamentos de manipulação, principalmente voltados para o emagrecimento. É uma preocupação clara. A Anvisa está certa em buscar uma solução, não quanto aos medicamentos normais, que poderão ser fiscalizados tranqüilamente e manipulados. Nos Estados Unidos, a maioria dos medicamentos é de manipulação, até mesmo em supermercados que, no fundo, têm uma farmácia de produtos que necessitam da receita... O Sr. Senador Marcelo Crivella viveu lá e sabe como é. Quando vou buscar remédios e faço exames de controle, eles me dão a receita, eu a deixo, e a própria drogaria manipula o remédio dentro do que o médico prescreve. Então, é importante essa existência; mas não às propagandas que possam trazer produtos que vão ter problemas no futuro para a saúde do cidadão. Então, é apenas para apoiar e, posteriormente, V. Ex^a nos poderá esclarecer melhor.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu agradeço, Senador Romeu Tuma. Fundamentalmente, são essas as duas questões que estão na consulta pública e que nós recebemos um maior volume de questionamento: o de significar maior reserva de mercado para os laboratórios, não abrindo a concorrência que, todos sabemos, pode ser positiva no valor do medicamento para a população e, também, essa questão da proibição da propaganda. Eu queria até registrar, não tem a ver com o que estou tratando, mas me causou muita estranheza uma notícia nos jornais,

na semana passada, de que houve uma ação pública para impedir a abertura das farmácias populares que o Governo Lula vem adotando, exatamente para fornecer medicamentos com custos muito menores à população. Então, foi feita uma ação pública para não permitir a abertura de novas farmácias populares em Belo Horizonte. É só para ver o quanto de interesse econômico que existe nesse setor de medicamentos em nosso País. Mas os meus questionamentos são esses, Dr. Cláudio. Fico no aguardo...

O Sr. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB-CE) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares, gostaria de expressar meu voto favorável ao Dr. Cláudio Maierovitch Pessanha Henriques. Fui informado pela Mesa que, em sendo suplente, todos os titulares já votaram e, então, só poderei confirmar o meu voto no Plenário. Mas quero cumprimentá-lo por sua exposição. Desculpe-me, Senadora Ideli Salvatti, mas a Liderança está me chamando para três outras Comissões, simultaneamente, onde sou titular. Meus cumprimentos.

O Sr. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB-CE) – Com a palavra o Dr. Cláudio.

O SR. CLAUDIO MAIEROVITCH PESSANHA HENRIQUES – Primeiro, não posso deixar de registrar que fiquei até constrangido com o exagero de gentilezas do parecer da Senadora Ideli Salvatti com relação à minha recondução. Devo dizer, tam'bem, e peço ao Sr. Presidente que transmita ao Senador Maguito Vilela que fiquei muito feliz em ter sua presença, mesmo não sendo ainda membro da Comissão. S. Ex^a tem sido um dos Senadores com quem temos uma relação muito freqüente, por questões específicas do seu Estado. Também o seu exagero em sua apreciação ao nosso trabalho, creio que multiplica a nossa responsabilidade para o futuro. Passarei a me dedicar aos dois importantíssimos pontos para todos nós.

No primeiro caso, com o pessoal que trabalha na Anvisa, em particular, mas lembrando que, ao compor um Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, a maior parte do trabalho de execução das ações: o trabalho de inspeção, o trabalho de coleta de amostras, de educação e de interação com a comunidade, é um trabalho executado pelos profissionais dos Estados e dos Municípios, não integram, portanto, o nosso quadro funcional. A Anvisa, quando constituída em 1999, ela herdou o quadro funcional da antiga Secretaria de Vigilância Sanitária. Devo dizer que, de maneira não muito diferente de outras áreas do Governo, trata-se

de um quadro que não recebia novos funcionários de carreira há muitos anos, composto, em grande parte, por pessoas que tinham vindo de diversas instituições que passaram por transformação ou por extinção, como foi o próprio caso do Inamps, no sistema de saúde, como também um quadro de pessoas contratadas mediante organismos internacionais.

Ao longo deste período, temos feito um esforço enorme. Tivemos um atraso nesse esforço por conta de um questionamento jurídico, quanto à forma de contratação originalmente prevista, que era a do contrato do emprego público em regime de CLT, e que foi alterado no início do atual Governo para o emprego público no Regime Jurídico Único. E tivemos a satisfação de realizar, no final do ano passado, o primeiro concurso público da nossa existência. Há de cerca de dois meses, então, admitimos os primeiros funcionários da nova carreira. Foram cerca de 560 novos funcionários, que esperamos tenham vida longa na Vigilância Sanitária e passem a fazer parte daquele quadro permanente que todos nós desejamos seja alvo de investimento em capacitação, informação, integração na cultura de Vigilância Sanitária que está sendo reconstruída.

Temos aqui a satisfação de ver presentes os Presidentes da nossa Associação Nacional dos Servidores de Vigilância Sanitária e do Sindicato Nacional das Agências de Regulação, os quais têm participado de maneira muito intensa nesse esforço, que é praticamente de resgate da tradição dos servidores da antiga carreira do Ministério da Saúde, e os quais – creio – hoje têm trabalhado com o estímulo renovado em relação à Vigilância Sanitária.

Vamos comentar rapidamente a questão da nossa consulta pública, exatamente por se tratar de consulta pública. Temos tratado de assuntos extremamente polêmicos ao longo dos últimos anos. Apenas para lembrar alguns dos exemplos, tivemos há pouquíssimo tempo uma consulta pública para a venda fracionada de medicamentos, como bem lembra o Senador Romeu Tuma. É a maneira como se vendem os medicamentos em vários países. Nos Estados Unidos, inclusive, é um pouquinho diferente da manipulação como entendemos aqui. É a venda do medicamento por unidade. Isso gera uma polêmica enorme na sociedade, especialmente em face da reação da indústria no Brasil, segundo a qual isso era impossível, pois seria uma grande ameaça para a saúde pública brasileira.

Depois de muito esforço de debate, de diversas sessões de discussão nos mais diversos ambientes, de uma consulta pública que também teve o prazo prorrogado e da realização de uma audiência pública aqui em Brasília, que, de tão concorrida, ocorreu na sede da LBV, que possui um auditório muito grande,

conseguimos chegar a um texto que foi quase consensual e que hoje está em vigor.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Peço licença para complementar essa resposta e não deixá-la sem resposta. Amanhã haverá uma audiência pública sobre um tema muito polêmico: o reprocessamento de materiais na área saúde, que são rotulados pela indústria como de uso único. Muitas vezes, são materiais caríssimos e que, do ponto de vista técnico, se tratados de maneira adequada, podem ser reutilizados com segurança. Não falamos daqueles problemas que já tivemos com luvas e seringas, mas sim de materiais que custam dois, cinco, dez mil dólares por unidade e que representam um impacto importantíssimo no sistema de saúde e que, evidentemente, não representam interesse nenhum por parte da indústria na sua reutilização. A indústria quer vender material novo. Então, haverá uma audiência pública sobre esse tema.

Tema extremamente polêmico também é o das farmácias de manipulação, que apareceu de maneira muito para nós no final de 2003, por ocasião da ocorrência de algumas mortes relacionadas à utilização de medicamentos manipulados e que nos trouxe a urgência de trabalhar sobre o assunto. O que apareceu ao longo desse tempo foi uma complexidade muito maior do que imaginávamos, se levarmos em conta a maneira como o tema fluía, porque já tínhamos e temos em vigor uma resolução sobre as farmácias de manipulação, a Resolução nº 33, de 2000, elaborada em 1998 ou 1999, que até hoje não pôde ser cumprida integralmente. O que nos as vigilâncias Sanitárias nos alegam é que, se cumprida integralmente, a resolução, que já está em vigor hoje, significaria o fechamento de 99% das farmácias de manipulação. Tínhamos, de um lado, a evidência de que os riscos não estavam controlados; de outro a existência de um regulamento cujo cumprimento integral era tido como impossível. Então, constituímos um grupo de trabalho. Peço licença para citar os componentes desse grupo de trabalho: o Conselho Federal de Farmácia; o Conselho Federal de Medicina foi convidado, mas não pôde comparecer; o Idec; a representação do Ministério da Saúde; a Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabolismo; a Sociedade Brasileira de Pediatria; a Associação Nacional das Farmácias Magistrais – Farmag; a Farmacopéia Brasileira; o Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde; a Fundação Oswaldo Cruz; a Sociedade Brasileira de Farmácia Hospitalar; a Sociedade Brasileira dos Farmacêuticos de Oncologia; a Associação Brasileira da Indústria da Química Fina; a Associação dos importadores de Insumos Farmacêuticos.

Tivemos uma reivindicação explícita. Fui procurado pessoalmente por representantes da indústria que queriam integrar o grupo. Pela natureza do grupo, nos desculpamos e não permitimos sua participação nesse grupo por considerar que era um grupo que não tratava de assuntos da indústria, mas de assuntos da manipulação. Não queríamos, justamente, uma indesejável manipulação, por interesses de mercado, nesse grupo.

A discussão durou um ano e meio, aproximadamente. Desde o final de 2003. É verdade que não foi consensual. A posição da Anfarmag não foi hegemônica no grupo. Esse grupo chegou ao texto formulado, que foi publicado em um formato de consulta pública. Quero afirmar que, em primeiro lugar, não tínhamos dúvida com relação à necessidade de intervenção sobre a maneira como estava colocado o tema. Quero dizer, há necessidade de mudar o regulamento existente sobre farmácias de manipulação. Em segundo lugar, criar uma consulta pública. A nossa idéia, pelo clamor de debate, já aponta para um tempo maior para a consulta, que não deve encerrar-se no dia 15. Queremos, também, a multiplicação dos ambientes de debate sobre o seu conteúdo específico. A Senadora apresentou dois dos pontos que são mais polêmicos nessa consulta pública. Foram tratados pelo grupo sob o olhar de quem está preocupado com a segurança dos produtos, da informação correta ao consumidor.

O tema da propaganda tem sido trabalhado com muito mais profundidade atualmente, na área de medicamentos. Existem diversas restrições hoje, inclusive a proibição de que os medicamentos que dependem de prescrição médica possam ser propagandeados ao público em geral. Por sua natureza, o medicamento manipulado é necessariamente dependente de uma prescrição médica, onde deve ser aposta a fórmula que o médico deseja ver utilizada.

Devo dizer que esperamos que tal debate ainda progrida por algum tempo. Que possamos trazer mais participantes. Além daqueles que têm um interesse comercial no campo, queremos a participação dos representantes da sociedade, dos especialistas, da academia, para que possamos chegar a uma posição, que nunca será consensual, devo dizer, mas que se aproxime de um equilíbrio que permita a existência do mercado, de suas necessidades, mas que garanta a proteção da população.

Desculpe-me, mais uma vez, por estender-me.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB-CE) – Pois não, Senadora Ideli Salvatti.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma única observação.

Agradeço as explicações ao Dr. Cláudio. Quero dizer que creio ser de fundamental importância entender o debate da consulta. Talvez, Sr. Presidente, já possamos começar a pensar a realização de uma audiência pública para tratar especificamente do tema na Comissão de Assuntos Sociais. Já vai ficar uma tarefa para nós. Creio que o temo é realmente bastante controverso.

O SR. JOÃO CABIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Quero fazer um aparte, se a Senadora permitir-me.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pois não.

O SR. JOÃO CABIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Temos a Subcomissão Permanente de Saúde. Creio que muitos desses temas – e sem dúvida vários dos que quero mencionar – têm que ser objeto imediato de debates. Poderá haver um aprofundamento bem maior na Subcomissão, para depois trazer, naturalmente, os resultados para a Comissão de Assuntos Sociais.

O Sr. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB-CE) – Existem seis oradores inscritos. Agora, pretendo, naturalmente com a aprovação do Plenário, ouvir todos os oradores em bloco de três ou todos de uma só vez.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Todos de uma vez, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Todos de uma vez. Agora, logicamente que pediria aos inscritos que se resumissem ao que for mais necessário nas perguntas e que façam economia nas palavras a fim de que todos possam falar e exercer o seu direito de participar do debate ao lado do Dr. Cláudio.

Então cada um terá o direito, repito, de falar por cinco minutos, e o Dr. Cláudio também por cinco minutos para responder. Se fosse individualmente, como se trata de um debate coletivo, em que todos vão falar, naturalmente vamos estender esse tempo ao Dr. Cláudio, para que possa responder com mais profundidade todas as perguntas do interesse das Srªs e Srs. Senadores.

O primeiro orador é o Senador Ney Suassuna, Líder do PMDB, que tem o tempo de cinco minutos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, Dr. Cláudio Henriques, Srªs e Srs. Senadores, uma das grandes dúvidas dos Senadores, quando sabatinam alguém, é como será o dia a dia dele, porque os currículos são bonitos, as pessoas chegam aqui às vezes são falantes, mas é difícil imaginarmos o dia a dia frente os problemas, principalmente na Anvisa, área extremamente polêmica, quando falamos em Anvisa estamos pensando em todas essas contradições

que o Dr. Cláudio mencionou aqui. Todos nos preocupamos com isso.

Um grande outro problema para todos nós é o segundo mandato, que, sabemos, na política, quase sempre não se consegue fazer o que se fez no primeiro. Já conhecemos, as coisas são mais rotineiras etc etc e quase sempre o segundo mandato não é tão brilhante quanto o primeiro, mas nesse caso específico, conversamos com o Dr. Cláudio em outras ocasiões, tenho certeza de que aqui vamos aprovar o nome de uma pessoa que se adaptou enormemente à problemática, conhece, tem profundidade, S. Sª está andando tão afinado com a Anvisa que até o tipo físico já incorporou, o de cientista, intelectual.

Então fazemos a sua indicação com a maior tranquilidade, não temos pergunta nenhuma a fazer, deixamos com o Dr. da Paz, que é nosso médico do PMDB, dentre os médicos que já temos, e apenas pedimos aos nossos Pares que sufraguem o seu nome, porque sabemos que o segundo mandato será melhor do que o primeiro.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Senador Romeu Tuma, do PFL do Estado de São Paulo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, Dr. Cláudio, sinto-me muito feliz, porque com a bem estabelecida pauta desta reunião...

Senador Ney Suassuna não absorva todos. (Risadas) Não trouxe doce para ninguém hoje não pode ter a vez.

Dr. Cláudio, tive a honra, pelo que vejo aqui na pauta elaborada, e sob a Presidência deste maravilhoso Senador Valadares, de que presidi esta Comissão quando V. Sª foi sabatinado a 22 de maio de 2002, a minha assinatura ficou no registro da indicação de V. Sª, nesta Comissão, para o primeiro mandato de exercício profissional. Então não teria por que não repetir hoje, com o voto, a sua indicação.

Como diz o Senador Ney Suassuna, a continuidade é importante no caso de implantação de procedimentos que dão mais segurança à saúde pública. Sei que quando o Presidente Lula assumiu a Presidência havia uma grande má vontade com as agências. Então se criou polemica com várias agências estabelecidas depois das privatizações visto as necessidades de gerenciamento do estado sobre atividades de interesse públicos que estavam sendo para indústria privada ou para a ação privada. A saúde hoje é praticamente a indústria privada que fabrica medicamento e todos os instrumentos a que V. Exª se referiu me seu pronunciamento.

Então, ele tem uma validade incomensurável para que a gente tenha o controle. Lembro-me que quando dirigia a Polícia Federal tinha um grande apoio que era o laboratório da vigilância sanitária de Santos, que visitei mais de uma vez. Lá tinha um membro, que não sei se já se aposentou ou não, que fazia um trabalho brilhante na apuração daquilo que indicava. Hoje esquecemos muito que é um capítulo do Código Penal dos crimes contra a saúde pública. Quando se fala, Senadora Ideli, que drogas não é uma questão de polícia, é de saúde, mas tem o crime contra saúde pública. Temos que tratar é do crime que traz a saúde pública, inclusive produtos de manipulação que trazem conseqüências graves no estabelecimento de um emagrecimento.

Tenho um filho médico, sou membro do Conselho do Incor, sou membro do Conselho do Hospital das Clínicas, então sou um médico frustrado por não ter o diploma, mas acompanhando de perto e disse a ele que sou apaixonado por esta Comissão pela importância que ela representa. Às vezes fico aqui, a falsificação de produtos que aumenta. Minha mulher tem um cuidado louco porque tomo 32 comprimidos por dia, para me garantir aqui com a minha alegria, com a minha participação. Ela sempre cuida de ver a data de fabricação, compra só numa farmácia, ela tem um zelo especial pelo noticiário permanente de falsificação de produtos roubados.

Fico às vezes pensando se, chegando ao conhecimento da Anvisa, se ela comunica a autoridade policial a esse respeito. É claro, a Senadora Ideli já fez a pergunta sobre farmácias e manipulação, mas eu queria ver se o Presidente poderia requerer ao nosso diretor-geral da Anvisa por escrito ao Senado todo esse material, porque é espetacular o trabalho que a Anvisa vem desenvolvendo e que não é, pelo menos parte dele, do meu conhecimento. Acompanho de perto, vi o avanço quando se fundou a Anvisa, quando o Ministro José Serra trouxe, para chefiar a Anvisa, um diretor de farmácia do Hospital das Clínicas e eu ia sempre lá conversar. Senadora Ideli desconheço muita coisa do que a Anvisa está fazendo. Se pudesse nos dar para ficarmos inteirado para qualquer consulta, comunicação. Eu acho que não é sigilo isso, não é, Dr. Cláudio?

Quero cumprimentá-lo. Com esse sorriso e com essa barba o Lula deve estar com inveja hoje do senhor.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Próximo orador é o médico, integrante do PMDB, Senador de Roraima, Wirlande da Luz.

O SR. WIRLANDE DA LUZ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Dr. Cláudio, primeiro quero dizer que não há ma preocupação na ques-

tão de recondução que seria o segundo mandato. O cargo da Anvisa é exclusivamente técnico. Sendo um cargo exclusivamente técnico tenho certeza de que o trabalho, nesses próximos aos, será bem melhor do que nos anos anteriores.

Dr. Cláudio, sou membro do Conselho Federal de Medicina, sou médico pediatra, fui secretário municipal de saúde de Boa Vista, do Estado de Roraima, sei da dificuldade do setor de vigilância sanitária em todo o País, principalmente dos municípios pequenos. Por exemplo, hoje, dos quinze Municípios do Estado de Roraima, somente Boa Vista tem a sua vigilância sanitária mais ou menos estruturada.

A minha questão seria num ponto básico com referência a esta integração entre a Anvisa e as vigilâncias sanitárias dos Municípios, se há projetos que possam fazer uma estruturação de câmaras frigoríficas e de laboratórios, principalmente de laboratórios de água, que é uma dificuldade que temos e que todos os Municípios pequenos têm. Onde a Anvisa pode realmente intensificar seu trabalho, por meio de treinamento para esses técnicos ou de financiamentos, para que as vigilâncias sanitárias dos Municípios possam realmente se estruturar? Elas lutam com muitas dificuldades, principalmente com relação a laboratórios, à estruturação de câmaras frigoríficas e a técnicos realmente treinados e capacitados para que possam desenvolver um trabalho de vigilância sanitária adequado e, assim, fazer com que a população se sinta realmente protegida, por meio das ações dos fiscais de vigilância sanitária e das vigilâncias sanitárias dos Municípios. É importante que realmente haja um pouco mais de atenção por parte da Agência de Vigilância Sanitária com relação àqueles Municípios pequenos que não conseguem se estruturar, até por falta de capacidade técnica de treinamento. É importante, Dr. Cláudio - eu gostaria de frisar -, a questão de estruturação de laboratórios para as vigilâncias sanitárias. Eu gostaria de saber sobre isso.

A outra questão já foi amplamente debatida, que é com relação ao controle de medicamentos. Então, quero saber como está o controle de medicamentos entre os remédios de marca, os similares e os medicamentos genéricos.

Não sei se entendi mal e gostaria de uma explicação, mas parece que ouvi que o medicamento manipulado carece de independência de prescrição médica. Foi isso que entendi?

O SR. (Orador não identificado) – (Interferências fora do microfone.)

Eu me assustei quando entendi...

O SR. (Orador não identificado) – (Interferências fora do microfone.)

Muito bem.

Então, era isso que eu queria dizer e eu gostaria de obter as minhas respostas. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB-CE) – Senador Flávio Arns, do PT, do Paraná.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Em primeiro lugar, eu gostaria de saudar o Dr. Cláudio, com quem já tive inúmeros contatos, durante esses dois anos de gestão, em função de inúmeras situações na área. Realmente, sempre tivemos um contato bastante positivo. Admiramos o trabalho, a competência e a dedicação da área da vigilância sanitária.

Quero aproveitar para saudar todas as pessoas do Brasil que trabalham na vigilância sanitária nos contextos municipal e estadual. Eu até diria que, se há uma área - entre outras, naturalmente – fundamental para prevenir problemas de saúde, é a área da vigilância sanitária. Quando converso com esses profissionais pelo Brasil, vejo a luta de todas essas pessoas por melhores condições de vida, de trabalho, de salário, de planos de cargos. É algo sobre o qual a sociedade brasileira deveria refletir, para valorizar esse setor que é fundamental, nos portos, nos bares, nos restaurantes. Há tanta coisa que pode ser prevenida e evitada. Não é um gasto que se tem. Na verdade, eu diria que é uma economia que se faz de milhares de reais, se tivermos uma vigilância sanitária bem estruturada. Então isso, eu diria, é essencial. Costumamos até dizer que é milhares de vezes mais barato prevenir do que atender o problema na seqüência.

Existem inúmeras dificuldades, eu acho que a Subcomissão de Saúde desta Comissão de Assuntos Sociais pode se dedicar a muitos debates nesta área com aprofundamentos, com mais tempo e ver o que pode ser feito.

Dr. Cláudio, eu sei que sempre há uma dificuldade. Fico imaginando ser diretor presidente de um órgão com todas as amarras burocráticas. Muitas vezes as pessoas tem um desejo, uma vontade de fazer alguma coisa e não conseguem também.

Então, nem sempre podemos imaginar que as coisas são fáceis, mas tenho duas perguntas a fazer: a primeira delas é em relação à questão dos remédios homeopáticos. Já fiz essa pergunta para todas as pessoas indicadas para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Já debati esse assunto com o senhor também e não conseguimos chegar a um consenso em termos de Brasil, apesar de todo o questionamento e de todo o debate que se tem no Brasil em relação aos remédio homeopáticos.

Mas temos no Brasil remédios homeopáticos que as pessoas estão tentando registrar esses remédios na Anvisa, não sob a forma magistral, mas ter uma

produção que permitiria que o remédio que custe 50 passe a custar 05, dentro de uma linha homeopática. Com o remédio tendo sido autorizado, em alguns casos, pelo FDA nos Estados Unidos; em outros casos, autorizado para ser vendido na União Européia, e não se consegue registrar esse remédio no Brasil.

Não sei por qual razão. Eu diria que ou é um preciosismo excessivo da própria Anvisa, ou pode ser uma legislação que vai colidir com os interesses da população, ou, eu diria, são interesses escusos. Não posso imaginar por que razão, tendo o remédio sido aprovado em países europeus, Estados Unidos e Canadá, a Anvisa, eu ousaria dizer, é sistematicamente contra esse procedimento de registro.

Isso nós vamos debater na Subcomissão e até convidaremos o senhor para retornar aqui para entrarmos no detalhe disso e vermos o que está acontecendo. Não é possível que isso aconteça em termos de Brasil.

A segunda pergunta ou esclarecimento é no sentido de indagar quais são os mecanismos de controle que a Anvisa tem para proibir e controlar comportamentos que eu diria inadequados dentro da própria Anvisa.

V. S^a falou inclusive em conflitos com interesses econômicos. Qualquer decisão da Anvisa conflita com interesses econômicos. Mas qual é o mecanismo que a Anvisa tem para controlar o seu próprio quadro funcional com relação a interesses escusos econômicos?

É uma área muito sensível a de registro de medicamentos. É uma área em que todos os interesses se colocam dentro da Anvisa e ela tem de ter mecanismos muito claros e permanentes para o controle do que acontece lá dentro.

Eu faço esse questionamento porque recebi denúncia por escrito, assinada pela pessoa, indicando nomes dentro da Agência Nacional. Fiz essa denúncia por escrito, não para a Anvisa, mas para o Ministério da Saúde, já faz algum tempo. Eu gostaria que isso fosse investigado para se chegar à conclusão de que as pessoas são ou não culpadas.

Sequer recebi até hoje, apesar do tempo, um aviso de recebimento da denúncia, o que me preocupa muito. Temos que olhar para fora. Todos os interesses estão nesse debates, mas os interesses de fora podem estar representados dentro do próprio órgão. Sabemos que já aconteceu. Quais os mecanismos que V. S^a entende ser importantes ou que vêm sendo desenvolvidos para que haja aquele aspecto – que foi mencionado sem dúvida nenhuma – da ética e da transparência? São os dois posicionamentos que gostaria de ter.

Ao mesmo tempo, sei – como disse no começo – , que essa é a preocupação de V. S^a. Temos que dar respostas à sociedade, particularmente na área

da homeopatia, com transparência. Às vezes a gente luta, trabalha, vê – como V. S^a está lutando nesse tempo em que está na Anvisa. Gostaria de saber especificamente o que está acontecendo e por que os interesses da sociedade estão levando tanto tempo para serem atendidos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB-CE) – Concedo a palavra ao Senador Sérgio Cabral.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Dr. Cláudio Maierovitch, peguei a preocupação do Senador Flávio Arns com transparência, com o funcionamento da agência, quero falar de minha satisfação por estar nessa sala da Comissão de Assuntos Sociais votando em nome do Dr. Cláudio para, mais uma vez, comandar a Anvisa.

De fato, Senador Flávio Arns, as agências reguladoras de um modo geral – todas as agências criadas nos últimos anos – foram criadas com um objetivo absolutamente correto: o de um Estado regulador, de um Estado que representa a sociedade, que acompanha e regula conflitos, interesses. Creio que com todo o respeito às demais agências reguladoras, na Anvisa podemos ter certeza de ter um comando ético, sério, comprometido com a sociedade. Não tenho nenhuma ligação política com o Dr. Cláudio, poucas vezes falei com S. S^a. No entanto, conheço o perfil de S. S^a. O Dr. Cláudio tem uma formação acadêmica consistente. Teve formação em saúde pública, talvez, na melhor escola do Brasil. Vejo por seu currículo. Falo da escola de Santos, de David Capistrano, dos grandes e velhos comunistas que, na redemocratização, deram o tom de uma política de saúde pública a esse País. Com sua origem em São Paulo, não há melhor base, melhor escola do que a David Capistrano. Lembro-me do grande Sérgio Arouca, no Rio de Janeiro. Hoje, é um quesito para a avaliação da Comissão de Assuntos Sociais para dizer sim ou não à continuidade do Dr. Cláudio à frente da Anvisa.

Há temas como o da homeopatia, como o das vacinas. Há uma série de discussões que deveriam ser mencionadas. Creio que, depois, a Comissão de Assuntos Sociais deve trazer o Dr. Cláudio para, de maneira pormenorizada, esmiuçar os assuntos com S. S^a e com agentes da sociedade, representantes dos interesses sociais com relação a esses assuntos, para debatermos esses temas. Hoje é um dia de ratificação do nome do Dr. Cláudio. Lamento que o voto seja secreto, inclusive. Já adiantei: o meu voto foi dado. Creio que o voto secreto no Congresso é uma excrescência. Ontem mesmo, falei sobre isso na votação dos nomes para o Conselho Nacional do Ministério Públi-

co. É um absurdo que o eleitor não saiba como vota o parlamentar. É uma das coisas mais absurdas na democracia brasileira.

Quero dizer, Srs. Senadores, que recebi em meu gabinete uma moção de apoio do Conasem:

O Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde vem, através desse documento, externar o seu apoio à permanência do Sr. Cláudio Maierovitch na Presidência da Anvisa – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, considerando a forma competente como vem desempenhando sua função e, principalmente, o reconhecimento da instância municipal na operacionalização do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

Assinado: Luiz Odorico Monteiro de Andrade*, que é o Presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde. Parabéns, Dr. Cláudio, continue à frente da Anvisa, com ética, moralidade, pensando sempre no povo brasileiro!

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, gostaria de fazer um aparte só para dizer que concordo inteiramente com a questão que o Senador e amigo Sérgio Cabral coloca, no sentido do voto aberto. Também penso que deve ser transparente. Desejo também dizer claramente que, quando fiz os questionamentos, até fiz questão de colocar ao doutor, porque sei do esforço que está sendo feito e também de e como é difícil, às vezes, mudar. Desejo, então, dizer que também voto a favor, porque o trabalho tem que continuar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB-CE) – Senador Marcelo Crivella, do PL do Rio de Janeiro.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Dr. Cláudio, o senhor sabe que a sua agência é estratégica para o nosso País, principalmente porque este País é o campeão da desigualdade social. Enquanto temos 7 mil, 8 mil brasileiros que detêm 80% da riqueza nacional, temos 170 milhões dos quais, segundo dados do nosso Ministro do Planejamento, um terço vivem abaixo da linha da pobreza. Isso é fruto de uma sociedade que, durante 350 anos, investiu para manter sucessivas gerações de brancos, pobres, mestiços e escravos negros, sem acesso à saúde, à educação, à estrutura familiar e sem acesso até aos direitos humanos de terceira geração, desenvolvimento, meio ambiente. Esse é o Brasil!

Comunidades carentes estão cercando nossas capitais, onde não há condição sanitária alguma. Outro dia, estava visitando o Morro Santa Marta, no Rio de Janeiro, e um senhor me chamou: “Crivella, faz favor! Vem cá, Crivella!” Eu disse: Pois não! “Quero te apresentar meu filho!”, um rapazinho de 16 anos. “Crivella,

tenho dito para ele para estudar, porque, se ele não estudar, não vai ser ninguém na vida, Crivella. Está o meu exemplo aqui, não estudei, não conquistei nada! Até que tive as minhas chances, minhas oportunidades, mas não ouvi os conselhos do meu pai! Por isso que eu digo a ele, Crivella: não tem que estudar, Senador? Diga aí ao rapaz!” Então o senhor vê como é o povo brasileiro, que ainda se sente culpado. Um pai faz uma declaração triste, de fracasso, diante de mim e do próprio filho, mas foi um bebê criado sem condições sanitárias, numa favela do Rio de Janeiro, subnutrido, certamente, com 7 anos, carregando sacola para gerar alguma renda, começa a vida profissional lavando peça numa oficina mecânica ou, então, carregando saco de cimento numa obra como servente. Mas se culpa! Ele disse: “Olha, não aproveitei as oportunidades que tive...” Mas que oportunidades? Não teve oportunidade alguma nessa sociedade injusta, desigual, absurda.

Uma das coisas que me preocupa, e desejo pedir a providência de V. Sª neste sentido, é que vivi na África 10 anos e, à época em que vivi em Moçambique, de acordo com a ONU, era o País mais pobre do mundo, pois estava vindo de uma guerra civil que durou 31 anos. O senhor imagina um país sem recursos, com uma guerra civil de 31 anos! O senhor pode imaginar o que é isso? Pois é, nesse continente que, hoje, tem 30% da sua população adulta contaminada com o vírus da aids foi onde passei 10 anos da minha vida. Mas lá havia uma coisa interessante, e que gostaria que o senhor estudasse, verificasse da possibilidade de implementarmos no Brasil: mesmo no Malal-Hué, na Zâmbia, na Quênia, na Tanzânia, no Madagascar, no Lessuto, na Suazilândia, os medicamentos são vendidos a granel. Vamos à farmácia, e há lá o antibiótico, num vidro, como daqueles de bala, da época em que éramos criança, e o médico já receita em número certo, você pega uma luva de plástico, pega uma outra embalagem, pronta, coloca ali dentro e a gente leva um número certo. E aqui no Brasil me parece que a gente não consegue complementar isso.

Eu não sei se ... O capital sempre diz o seguinte, olha vai aumentar o custo, aumenta o custo do Brasil, mas não pode, o remédio já está muito caro. A África medicamentos semelhante são vendidos a granel, trazendo benefício para o nosso povo.

Por que temos que comprar quando tomamos medicamentos de oito em oito horas, em oito em oito dias, uma caixa com 30 comprimidos se a gente vai precisar de 24 e os outros seis não vão se encaixar em uma outra prescrição e aquilo pode ficar em casa e se pego por uma criança? Por que Doutor, me explique isso, por gentileza? E eu pediria ao senhor que

se preciso que o senhor tem uma gestão tão brilhante, um **currículo** tão bonito, está sendo votado, está aclamado. E eu fiz esse pequeno preâmbulo para que o senhor lembre da desigualdade que existe no nosso País onde os mais desfavorecidos não tem sequer condições sanitárias, quanto mais condições de saúde. Nossa população está vivendo como ratos. Aliás nos temos dos países pobres da Ásia nunca vi o que vi nas comunidades do Rio, crianças de 12, 13 anos vendendo cocaína, isso eu nunca vi. O que a gente vê nesse Brasil tão desigual que não nos dignifica, o Brasil que nos herdamos.

Muito obrigado. Votarei favoravelmente a V. Sa. e espero que o senhor consiga trazer esse benefício ao povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB-CE) – Depois do Senador Marcelo Crivella, concedo ao Senador Osmar Dias, PDT do Paraná.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PA) – Sr. Presidente, Sr. Cláudio, eu vim aqui apesar de estar com uma reunião em meu gabinete e não poderei ficar para ouvir a resposta.

Então, vou pedir ao Sr. Cláudio que se puder encaminhe por escrito à indagação que vou fazer já antecipando o meu voto não aqui, mas no Plenário que será favorável a sua recondução. E eu vim aqui até atendendo ao apelo de um Deputado Federal do Paraná, Abelardo Lupion, que não podendo fazer, a pergunta me transferiu essa responsabilidade.

Então, eu não vou fazer a pergunta fazendo um julgamento ao pré-julgamento. Fazer a pergunta esperando ouvir a outra parte já que ouvi um relato de uma parte interessada em um assunto relacionado a Anvisa lá do Paraná.

A história é a seguinte: Uma empresa lá do Paraná chamada Nortox foi convidada pelo Ministro da Agricultura para instalar fábricas de fungicida para combater à ferrugem da soja, que é uma doença que hoje me preocupa muito e até o Senador Jonas Pinheiro me relatou aqui desta Casa dos prejuízos que a ferrugem trouxe principalmente pela demanda maior de agrotóxicos e isso também tem problema com o meio ambiente, mas é um problema sério que afeta a cultura no Brasil e no mundo inteiro.

O Brasil vive a expectativa de safra o aumento de custo produção já que essa ferrugem exige aplicação de três ou quatro vezes do fungicida preventivamente. Não dá para controlar a ferrugem depois que ela ingressou na lavoura, tem que ser preventivamente.

Então, é o seguinte, a Nortox é uma empresa que fabrica agrotóxicos no Paraná e ela foi convidada pelo Ministro da Agricultura segundo o relato que recebi, eu aqui fazendo um relato a instalar duas fábricas, uma

em Apucarana e outra em Rondonópolis do Mato Grosso. Investiu 30 milhões de dólares, teve autorização do Ministério da Agricultura, do Ibama, em três meses o produto que não tem o nome científico agora, mas é um fungicida para ferrugem, foi registrado tanto no Ibama como no Ministério da Agricultura cumprindo essas etapas, faltava a Anvisa.

Na Anvisa o processo se arrastou por mais de um ano e não foi registrado o produto.

Parece que houve uma demanda na Justiça em que Nortox teria sido demandada pela Bayer, que é uma multinacional concorrente. Como a Nortox não pode fabricar aqui, os produtores estão sendo obrigados a importar o produto da Bayer que, segundo este relato, é a autora da ação contra a Nortox e que impede, de outro lado, que a Anvisa forneça o registro. E a Anvisa, em meio a essa demanda judicial, tem postergado a decisão de conceder o registro.

Há uma reclamação de uma empresa do meu Estado, que menciono aqui para que o senhor, depois, se puder, faça o relato por parte da Anvisa. Como disse, não faço aqui a defesa de nenhum lado, apenas apresento um problema que existe. Essa empresa diz que investiu trinta milhões de dólares e está agora gastando mais na justiça, numa demanda com uma multinacional, que continua colocando o produto. Ou seja, sob o ponto de vista ambiental, não há diferença, o produto da Bayer está entrando e continua sendo usado nas lavouras. Seria interessante, inclusive sob o ponto de vista do emprego, que a empresa nacional estivesse produzindo aqui o mesmo produto e sob o ponto de vista da renda para o País.

Diante deste quadro, vim aqui apenas para solicitar ao senhor que faça, se puder, um relato ao meu gabinete sobre essa situação para que eu possa me inteirar, porque sou representante do Estado do Paraná onde se localiza a Nortox.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB-CE) – Não havendo mais Senadores inscritos, retorno a palavra ao Dr. Cláudio para que possa oferecer as suas respostas.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH PESSANHA HENRIQUES – Muito obrigado.

Se o Senador Osmar Dias preferir, poderia iniciar tocando rapidamente nesse ponto, sem prejuízo de enviarmos um relatório mais detalhado. Temos sido freqüentemente demandados sobre o caso da Nortox. Há um Deputado do Estado, que até é líder do PMDB na Câmara, que tem nos procurado com muita freqüência, e que nos trouxe, inclusive, o representante da empresa para essa discussão.

A Anvisa, na verdade, não concede o registro, ela dá o parecer no registro. No caso específico dos

agrotóxicos, existe uma grande cobertura do detentor da marca pela legislação patentária. Inclusive há um tratamento diferente, em relação ao tratamento dado na área de medicamentos, em que temos um conceito mais claro em relação a medicamentos genéricos ou similares.

Nesse caso específico, somos notificados do nosso impedimento, determinado pela via judicial, para proceder a análise do produto. Nessa etapa, sei que já houve marchas e contramarchas do próprio Poder Judiciário com liminares favoráveis cassação de liminares, agravo de instrumento, etc. Não domino completamente todos os instrumentos da Justiça para essa finalidade, que nos impediram do ponto de vista formal, por determinação judicial, de proceder até o final quanto à análise do produto.

Uma vez finalizada essa etapa da demanda judicial, nossos técnicos ficam autorizados a fazer a análise e a fornecer os resultados que comporão o processo de registro que é dado finalmente pela área da agricultura.

Depois vamos finalmente enviar o parecer em detalhe.

Gostaria de passar às demais questões apresentadas. Acho que o Senador Ney Suassuna não está mais aqui mas tenho um agradecimento especial a fazer a S. Ex^a, pela sua gentileza no dia de ontem de me apresentar vários dos Srs. Senadores, que eu não tinha tido o prazer de conhecer e quanto a possibilidade da presença neste momento da sabatina.

Gostaria também de fazer uma referência ao Senador Romeu Tuma, em especial ao simbolismo que marca este momento em relação à vida da própria agência.

Quando da minha primeira sabatina, o Senador Tuma presidia esta comissão, estávamos num outro Governo, num outro momento político, e creio que o maior teste que a nossa agência sofreu, e não vou falar do modelo das agências em geral, mas o que este nosso modelo específico para a vigilância sanitária sofreu foi o teste da transição de Governo. Acho que foi um momento de muito amadurecimento, de maneira especial, quanto à identificação das responsabilidades do Ministério da Saúde e do Governo eleito, quanto a formulação de políticas, e da Agência de Vigilância Sanitária, quanto à execução das políticas e a execução do seu papel específico, seja no campo da normalização ou no campo da execução de tarefas.

Acho que todos amadurecemos muito neste período. Devo citar aqui o apoio, este tempo todo, do Ministro Humberto Costa, como tivemos antes, o apoio do então Ministro Barjas Negri, no período em que fui

indicado para a Diretoria, que estiveram acima das diferenças partidárias.

Creio que hoje contamos com um suporte fundamental, em todos os pontos de vista, politicamente, administrativamente e financeiramente, para o trabalho da nossa agência.

Comentei aqui, rapidamente, e o Senador Tuma me cobrou que eu citasse também que o filho dele foi meu calouro na faculdade.

Devo referir-me ao pronunciamento do Senador Wirlande da Luz, que para mim gerou muita identidade. Lembrou-me muito do meu tempo de Secretário Municipal em Santos e das dificuldades que vivíamos para a organização da vigilância sanitária municipal, tanto pela falta de recursos materiais, quanto pela falta de pessoas capacitadas em vigilância sanitária, como também pela cultura vigente no campo da saúde que não contemplava o poder e a autonomia do Município para a sua atuação na proteção da saúde.

Temos discutido com o Ministério a questão dos laboratórios de saúde pública. Hoje existe um projeto originado na Secretaria de Vigilância à Saúde, quanto ao novo modelo de financiamento para laboratórios de saúde pública, incluindo a vigilância epidemiológica e a vigilância sanitária, e temos uma expectativa enorme quanto à estruturação desse sistema.

Durante um longo período, como ente federal, nos relacionamos quase exclusivamente com os entes estaduais. Penso que esse momento, em que era necessária maior sonoridade (*inaudível*) determinada ao trabalho, foi superado pela possibilidade de que, além do relacionamento com as secretarias estaduais, tenhamos também o relacionamento direto com muitas secretarias municipais, em especial, com o Conselho de Secretários Municipais que nos ajuda a administrar essas necessidades.

Devo dizer que sou um defensor do Poder Municipal, com toda a competência para a defesa da saúde dos moradores, como aquele que deve merecer maior investimento do nosso sistema de saúde, uma vez que é ele que realmente executa as tarefas necessárias à nossa população.

Vou-me referir às questões apresentadas pelo Senador Flávio Arns, tivemos oportunidade algumas vezes de conversar pessoalmente sobre esses temas que são complexos.

O tema do medicamento homeopático é polêmico no mundo todo. Se não me engano, o próprio FDA, não faz o registro do medicamento homeopático, tampouco do medicamento fitoterápico. No nosso País nós temos uma tradição um pouco diferente do tratamento legal dado a esses temas. Nos Estados Unidos, prevalece muito a cultura da responsabilização do agente indivi-

dual e da punição exemplar, quando é o caso. No nosso caso, há muito mais uma tradição do Direito positivo em que tudo tem que estar no papel, inclusive quanto ao registro de homeopáticos, fitoterápicos e outras categorias de medicamentos.

Nossa equipe técnica, em conjunto com a sociedade dos que representam a homeopatia no País teve um difícil trabalho e para o meu espanto conseguiram chegar a um modelo normativo que foi consensual entre eles e que definiu alguns critérios para registro. O critério básico é de que o medicamento industrializado entra dentro das possibilidades de registro. No caso específico da homeopatia e muitas vezes quando falamos de registro ou industrialização de medicamentos parece chocar algum dos princípios da filosofia da homeopatia que dedica-se, na sua origem, ao tratamento individualizado, não à doença mas à pessoa. Conseguimos construir uma base de conceitos quanto a algumas necessidades de padrões que vamos nos definir nessa resolução que quanto aos medicamentos homeopáticos tem grande parcela de isenção de registro por não apresentar risco à saúde da população.

Acredito isso muito próximo daquilo que nos traz o Senador quanto a uma obrigação nossa de não atrapalhar aquilo que não traz o mal, não traz risco para a saúde de ser utilizado na sociedade, a depender das convicções do profissional que trata e do usuário dos diversos medicamentos, sejam eles sintéticos, homeopáticos, fitoterápicos ou de qualquer categoria.

O que tivemos como definição mais clara foi quanto a algumas formulações que têm uma concentração maior de princípios ativos – e alguns princípios ativos da homeopatia são potencialmente tóxicos – alguns muito conhecidos como arsênico, chumbo etc e dependendo da sua concentração e da frequência de utilização poderia apresentar um risco e quanto a medicamentos que são indicados para determinados tipos de doença que, pela sua gravidade, não poderiam ter o seu tratamento postergado da forma tradicional, caso não haja confirmação da eficácia do tratamento homeopático.

Devo dizer – e não sou um profundo conhecedor do tema da homeopatia – como também tenho aprendido alguma coisa nesse período sobre o tema dos medicamentos, que não estava na minha origem, mas o que temos procurado construir de um lado uma equipe técnica capacitada e de outro os mecanismos de interação com a sociedade que permitam um tratamento objetivo desses temas para que consigamos superar o que ainda faz parte do nosso trabalho hoje, que é a necessidade de participação direta em alguns casos da direção da agência, são cinco diretores, em temas referentes a análise de processo. Acredito que

no longo prazo esperamos que cada vez mais essa relação seja infreqüente, onde os diretores se ocupem da gestão da agência e os técnicos, dado os mecanismos de relação com a cidade, possam se ocupar da análise técnica.

Isso nos traz um segundo tema levantado pelo Senador, que certamente é um tema que historicamente preocupa todas as áreas de controle de governo, de fiscalização, de poder de polícia, em particular a nossa área que já foi objeto de muitas denúncias e de muitos momentos ruins. Temos atualmente diversos mecanismos de controle institucional, destacando-se a obrigação de que toda a relação com empresa seja realizado num ambiente que é controlado, que é o nosso parlatório, onde toda a interlocução com as empresas é registrada, onde os nossos técnicos não têm autorização para ter outro tipo de contato com as empresas, que não neste ambiente controlado. De forma que, esse outro tipo de contato quando ocorre é fora das regras da agência. Para esses casos, temos uma corregedoria bastante atuante e que infelizmente tenho visto crescer a quantidade de processo que se encarrega, tendo sido necessário recorrer a profissionais de outros ministérios para compor nossas comissões, uma vez que o nosso quadro permanente era insuficiente para a quantidade de sindicância e apuração que temos em andamento.

Confesso que nesse caso específico não me recordo de ter tido uma denúncia que tenha tido origem nos fatos relatados pelo Senador. Vou procurar, seja na nossa Agência, seja junto ao Ministério da Saúde, para entender o que pode estar acontecendo.

Mas devo dizer também que a grande garantia que nós esperamos ter em relação à ética e à lisura em nossos processos não é especificamente quanto aos nossos mecanismos da organização, como Corregedoria, Auditoria, dos mecanismos de apuração interna, mas sim quanto à possibilidade de que, cada vez mais, os processos sejam transparentes. Hoje já existe a possibilidade de que cada empresa consulte, via **internet**, o andamento dos seus processos. Mas esperamos que cada vez mais nós possamos colocar à disposição da sociedade instrumentos de transparência, e que não sejam tão elitistas quanto ainda é o acesso pela via da **internet**, hoje, em nosso País, infelizmente.

Bom, devo me referir, apenas como agradecimento, às palavras do Senador Sérgio Cabral. Não poderia deixar de citar a lembrança que S. Ex^a nos trouxe de dois grandes inspiradores da saúde pública brasileira, o Dr. David Capistrano e Sr. Sérgio Arouca, e na minha experiência pessoal, na minha experiência de vida, de fato poder trazer esse relato de que o período que eu

tive de maior aprendizado na minha vida profissional foi na convivência com David Capistrano, quando Secretário de Saúde de Santos e, depois, quando Prefeito de Santos, de quem tive a honra de ser Secretário, tanto pelo aprendizado que tive no campo da saúde pública, mas fundamentalmente pelo aprendizado que eu tive no campo da política pública, da gestão pública, e da sua capacidade de identificação das necessidades da nossa população. Fico muito honrado em trazer esse relato aqui. Agradeço, Senador Sérgio Cabral, por me dar essa oportunidade.

Quero me referir também ao pronunciamento do Senador Marcelo Crivella. Alio-me as suas preocupações, à enorme insatisfação que - acredito - todos temos com as condições sociais da nossa população, quanto ao nosso infeliz título de campeões da desigualdade. Devo dizer que, embora nunca tenha estado em Moçambique, acompanhei durante algum tempo a dificuldade do povo moçambicano, na época, por meio da Associação de Solidariedade ao Povo Moçambicano, com quem tive oportunidade de interagir na área da saúde. E devo dizer que a sua preocupação quanto à possibilidade da venda de medicamentos a granel foi contemplada pelo nosso Presidente da República, quando editou um Decreto no início deste ano, em que autorizava a venda fracionada de medicamentos. Como Agência, nós temos nos dedicado ao tratamento específico deste tema. E publicamos uma Resolução que dá essa autorização. Esperamos que dentro de mais trinta dias, quarenta dias, tenhamos as primeiras farmácias autorizadas a fazer a venda fracionada.

Não posso deixar de citar uma preocupação quanto à história característica da nossa cultura na área de medicamentos, em que nós já tivemos diversos episódios que nos motivaram a preocupação com a falsificação e com a fraude na área de medicamentos, que devem nos trazer a um modelo um pouco diferente do modelo africano. Devo lembrar que tivemos na África alguns episódios recentes que se tornaram notícia mundial de falsificação de medicamentos para a AIDS; em particular no Zâmbia, que foi citado pelo Senador, em Angola também, quando ficamos todos indignados, quando em países com as dificuldades econômicas, com as dificuldades de acesso ao serviço, e com a gravidade da epidemia da AIDS que os atinge, tenha proliferado a prática criminosa da venda de medicamentos falsificados para a AIDS, como componentes do coquetel de medicamentos para a AIDS, mas que não continham os devidos princípios ativos. Acredito que já me referi à demanda do Senador Osmar Dias, que era a última.

Quero, mais uma vez, agradecer a todos pelo interesse e, em particular, pela paciência em discutir os

assuntos que para nós são tão caros. Devo apenas citar aqui que para nós seria importantíssimo que assuntos que muitas vezes nos deixam inseguros e geram tanta polêmica na sociedade pudessem ser tratados na Casa de leis de forma que pudéssemos, talvez, cometer alguns erros ainda, mas erros que contam com um respaldo que é absolutamente diferente daquele que temos como agência do Poder Executivo, a possibilidade de que opções importantes para o País sejam tomadas pela Casa Legislativa e que cumpramos o nosso papel de execução. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB-CE) – Em primeiro lugar, gostaria de enaltecer o brilho com que se houve, nesta palestra, o Dr. Cláudio Maierovitch, indicado mais uma vez para ocupar as altas funções de diretor da Anvisa. Pela palestra, vimos que o indicado tem todas as qualificações profissionais, morais e éticas que o credenciam a continuar na Anvisa, uma instituição criada em 1999 e que já desempenha, no Brasil, uma missão da mais alta relevância, qual seja, a de proteger a nossa população, principalmente a mais pobre, a menos informada, de fraudes, abusos, equívocos ou falsificações que sejam feitos em detrimento da saúde da população. Cada vez mais, a sua eficiência é elogiada não apenas pelos Senadores da República, mas pela coletividade. A expansão das atividades da Anvisa no País, não apenas nos centros mais evoluídos, nos centros urbanos mais populosos, mas também demandando para o interior, para a zona rural, é mais do que necessária. Naturalmente, isso exige um maior volume de recursos orçamentários para a efetiva, a concreta atividade global da Anvisa em todo o País no exercício das suas atividades específicas.

Quero aproveitar esta oportunidade em que está presente aqui o nosso diretor que, certamente – não vi os votos ainda, mas pelo pronunciamento de todos os integrantes desta Comissão –, será reeleito, reconduzido com méritos pela competência, inteligência e integridade com que conduziu nesses últimos anos à frente da Anvisa, para desejar ao indicado, por antecipação, que ele possa, no exercício à frente de funções tão importantes, como disse, prestar relevantes serviços ao País. Seu currículo tão vasto é o atestado mais eloquente de que o Governo caminha na direção correta no sentido de colocar o homem certo no lugar certo, o profissional qualificado não apenas do ponto de vista técnico, mas do ponto de vista moral, de uma honra inatacável. Como precisamos neste momento, no Brasil, de homens com essa qualificação, essas virtudes, porque o Brasil é um País vasto, de uma imensa população, de uma dimensão continental. E essa variedade de problemas que existem em nosso País,

de Norte a Sul, de Leste a Oeste exige a permanência nos cargos públicos de homens identificados com estas virtudes: a transparência, a eficiência administrativa e a honradez.

Por isso, como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais nos sentimos honrados, privilegiados com a sua presença, porque temos a certeza de que a Anvisa caminha na direção correta de prestar um benefício a nossa população, como eu disse, mais carente, e, enfim, à população de todos os segmentos sociais do nosso Brasil, não apenas à permanência de suas atividades nos hospitais, nos postos de saúde, controlando remédios e agrotóxicos, enfim, para que toda a sua ampla gama de atividades possam ser exercidas com o apoio dos Senadores da República.

Eu peço vênias ao nosso convidado, porque quando nos despedirmos, os Srs. Senadores já vão embora. Peço um pouco de paciência, porque temos dois projetos a serem analisados. Vamos aproveitar a oportunidade, pois temos número legal. Não se trata de votação nominal nem de Projeto que exija quorum qualificado.

Temos aqui o Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2005, de autoria do Deputado Luiz Alberto, cujo Relator é o Senador Marcelo Crivella, que altera a Lei n. 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão do empregado doméstico, e dá outras providências.

Peço a V. Exª para que, em dois minutos, como Relator, esclarecesse a Comissão do que se trata essa matéria, porque logo em seguida a colocaremos em votação simbólica.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, em dois minutos, este Projeto é para evitar que o trabalhador doméstico sofra descontos nos seus salários, concernentes a sabão para lavar roupa, alimentação, alojamento, e afins.

Portanto, o Projeto regula que do empregado doméstico seja descontado apenas o que diz apenas à Previdência Social, o que até incentiva o empregador a registrar a sua carteira de trabalho. São benefícios para mais de vinte milhões de empregados domésticos que, aliás, é o setor do nosso mercado de trabalho que mais emprega e que mais cresce no País, o setor de serviços.

Também, Sr. Presidente, nos documentos exigidos para o emprego, já que essa é uma legislação específica, cobra-se dele apenas a Carteira de Trabalho e Previdência Social, o atestado de saúde, a critério do empregador ou não.

Esse é o Projeto de autoria do Deputado Luiz Alberto, para o qual eu tenho parecer favorável, Sr. Presidente. É um excelente Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB-CE) – Senadora Ideli Salvatti.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, solicito vistas do Projeto, já deixando claro que eu, particularmente, tenho uma posição favorável. Tenho uma simpatia por ele, pois creio que se trata de um tema relevante. Mas há a preocupação do Ministério do Trabalho de saber se as modificações apresentadas, conforme o Projeto, se, ao retirar esse tipo de situação, isso não acabaria, na realidade, ao invés de beneficiar o empregado doméstico, não acabaria lhe dificultando a vida.

Então, para que eu não fique com nenhum peso na consciência de dar o meu voto antes de ouvir ponderações advindas do próprio Ministério do Trabalho, faço o pedido de vistas, com o compromisso de, na próxima reunião, com ou sem o parecer do Ministério do Trabalho, podermos devolver para a apreciação, como já fizemos em outra situação, inclusive de Projeto de autoria do Senador Marcelo Crivella.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB-CE) – Concedo vista, então, à Senadora Ideli Salvatti, pelo prazo regimental.

Há um outro projeto que foi consensual, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que altera o art. 198 da CLT, fixando o peso máximo de 20 kg que o empregado pode remover individualmente. Mas o peso foi determinado em 30 kg.

Gostaria que V. Exª fizesse um resumo para que, no turno suplementar de discussão, possamos apenas anunciar sua aprovação.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, este projeto é de minha autoria, mas, na verdade, deveria chamar-se Lei Antonio Carlos Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – É bondade de V. Exª.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Não, é verdade. V. Exª o promoveu, primeiro inserindo-o na pauta depois de dois anos engavetado. Depois V. Exª promoveu audiência pública à qual compareceu representante do Ministério Público do Trabalho, da Federação dos Trabalhadores do setor portuário e do setor rural, ocasião em que todos foram unânimes em dizer que hoje o brasileiro se aposenta aos 60 anos de idade. Aumentamos a idade de aposentadoria. Portanto, não podemos mais exigir que um senhor de 55, 56, 57 anos, trabalhando em um porto, no setor rural ou numa obra carregue um saco de cimento de 50 kg ou um saco de batatas de 60 kg. Não é possível, até porque não temos tido condições de alimentar nosso povo com as proteínas necessárias – e há dois mé-

dicos presentes – para que tenham músculos e força física nessa idade avançada.

O que acontece é que hoje as pessoas continuam carregando essa carga violenta e se aposentam com dores nas costas, com problemas na coluna e, além disso, não encontram no sistema de saúde nacional o alívio para essas coisas.

Portanto, peço aos companheiros que deliberem a favor desta matéria, que é uma questão de justiça para com o trabalhador brasileiro. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, só para que não paire nenhuma dúvida, porque houve polêmica, um pedido de vista deste projeto, do qual fui patrocinadora, e depois tivemos a oportunidade de fazer a votação favoravelmente, no reconhecimento de que efetivamente o que o Senador Marcelo Crivella apresenta realmente é algo relevante para a situação, como já foi explicitado aqui, da mudança da idade.

Também na época, o próprio Ministério do Trabalho fazia algumas ponderações por conta de consequências de modificar a regra. Aquilo que, em um primeiro momento, pode parecer extremamente positivo para o trabalhador, depois, na prática, como já houve outras situações, acaba-se revertendo em prejuízo.

Mas, de qualquer forma, fizemos o debate, o retorno. Foi votado na outra Comissão com o meu voto e deixo aqui confirmado meu apoio ao projeto do Senador Marcelo Crivella.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Muito bem! Reconheço de público, mais uma vez, o espírito público do Senador Marcelo Crivella, ao ter a iniciativa de apresentar uma proposição de tão grande repercussão, principalmente no seio da classe trabalhadora. O Senador preocupou-se com o pequeno, com aquele que, um dia, precisa aposentar-se e ter condições físicas adequadas para alcançar os últimos dias de sua vida.

Senador Marcelo Crivella, V. Exª se preocupou com a aposentadoria infeliz daquele que trabalhou durante toda a vida para manter a família com honradez. Portanto, meus parabéns a V. Exª!

Não mais havendo quem peça a palavra e não sendo oferecidas emendas na discussão suplementar, a Emenda nº 01-CAS-2005, ao PLS nº10, de 2003, que sobe a carga de 25 kg para 30 kg, é definitivamente adotada, nos termos do art. 284 do Regimento Interno.

Meus parabéns, mais uma vez, a V. Exª!

Requerimento da Senadora Ideli Salvatti, que, nos termos regimentais, pede o sobrestamento da tramitação do PLS nº 155, de 2003, até que o Senado Federal delibere sobre o PLC nº 36, de 2004, que se encontra em plenário, constante do item nº 3 da pauta de votações, uma vez que os assuntos são correlatos.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento da Senadora Ideli Salvatti.

Quero comunicar também a indicação do Senador Wirlande da Luz para a Subcomissão de Saúde. Mais um membro eminente para essa Subcomissão tão importante da qual fazem parte os Senadores Eduardo Azeredo, Flávio Arns, enfim. Na realidade, o nome oficial da Subcomissão é Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Meus Parabéns a V. Ex^a. Reforçada a Subcomissão com a sua presença.

Final, vamos fazer a apuração dos votos. Como escrutinador, já temos aqui o Senador Wirlande da Luz e, em seguida, convidamos o nobre Senador Flávio Arns para também compor esta Comissão de escrutinadores.

Enquanto isso, vamos colocar em votação, enquanto se apuram os votos, o requerimento da nossa autoria que propõe em conjunto a apreciação, pela Comissão de Assuntos Sociais, Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e Comissão de Relações Exteriores, do PDS nº 602, de 2004, que aprova o texto da convenção “Quadro sobre o Controle do Uso de Tabaco”, assinado pelo Brasil em 16 de junho de 2003, devendo, para tanto, após a aprovação, ser encaminhado o requerimento ao Plenário do Senado para deliberação nesse sentido, por requerimento desta Comissão.

Na Justificativa, em resumo, o debate sobre a aprovação ou não da convenção “Quadro sobre o Controle do Uso de Tabaco” precisa ser realizado pelo Senado Federal, uma vez que o Brasil liderou as negociações internacionais na Organização Mundial de Saúde e foi o segundo País a assinar a carta de intenções, para ratificar o acordo.

Ademais, o Brasil não pode ficar excluído das negociações internacionais previstas no acordo internacional, visto ser o maior exportador e o segundo maior produtor mundial de fumo em folhas em 90% da produção que provém da agricultura familiar.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

De acordo com o art. 103, deverá esse requerimento ir para as outras Comissões.

Vamos proclamar, daqui a pouco, o resultado. O indicado deve estar muito preocupado.

(Pausa.)

Pode retirar sua preocupação, Dr. Cláudio, porque V. Ex^a é bom de urna. São quinze votos favoráveis e nenhum contra. Meus parabéns.

(Palmas.)

Proclamado o resultado oficial da votação, quero, mais uma vez, parabenizar o indicado e declarar encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h50min.)

Ata da Vigésima Quinta Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 15 de setembro de 2005, quinta-feira, às 09:30 horas.

Às dez horas e dez minutos, do dia quinze de setembro de dois mil e cinco, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência do Senhor Senador **ANTÔNIO CARLOS VALADARES**, com a presença dos (as) Senadores (as) **MARCO MACIEL, GILBERTO GOELLNER, RODOLPHO TOURINHO, FLEXA RIBEIRO, LEO NEL PAVAN, LÚCIA VÂNIA, REGINALDO DUARTE, VALDIR RAUPP, SÉRGIO CABRAL, FLÁVIO ARNS, PAULO PAIM, AUGUSTO BOTELHO, HERÁCLITO FORTES, DEMÓSTENES TORRES, ROMEU TUMA, WELLINGTON SALGADO, JOSÉ MARANHÃO, IRIS DE ARAÚJO, FÁTIMA CLEIDE, MOZARILDO CAVALCANTI E JUVÊNCIO DA FONSECA**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão, justificando a ausência os Senhores Senadores, Cristovam Buarque e Papaléo Paes. O Senhor Senador Antônio Carlos Valadares declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senador Antônio Carlos Valadares informa que a pedido do Relator Senador Papaléo Paes ficam retirados de pauta os itens 02 e 05, respectivamente o PLS 552, de 1999 e o PLS 125, de 2000. Com a concordância dos demais membros, passa-se à apreciação do **ITEM 11, EXTRAPAUTA – REQUERIMENTO Nº 33 DE 2005 – CAS**. “Requer audiência pública, no âmbito desta Comissão, a ser realizada no dia 26 de setembro do corrente mês, com a presença da sociedade civil na cidade de Salvador, e com objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 213, de 2003, de autoria do eminente Senador Paulo Paim, que “Institui o Estatuto da Igualdade Racial” **Autores:** Senador Rodolpho Tourinho e Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado. O Senador Antônio Carlos

Valadares passa a Presidência dos Trabalhos para o Senador Marco Maciel. **ITEM 07 – PROJETO DE LEI DO SENADO, Nº 47, DE 2004**, “Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para dar nova redação ao art. 62 e introduzir o art. 63-A, com vistas a incriminar novas modalidades de dano ao patrimônio cultural”.

Autoria: Senadora Roseana Sarney. **Relator:** Leonel Pavan. **Parecer:** Favorável. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 08 – EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2004**. “Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Enólogo e Técnico em Enologia”.

Autoria: Senador Luiz Otávio. **Relator:** “**ad hoc**”: Senador Reginaldo Duarte. **Parecer:** Contrário às emendas. **Resultado:** Aprovado o Parecer contrário às emendas, com voto contrário do Senador José Maranhão **ITEM 09 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 177, de 2002**. “Altera a Lei nº 7998, de 11 de janeiro de 1990, com vistas a estabelecer que o FAT financie estágio remunerado em empresas e universidades”.

Autoria: Senador José Agripino **Relator:** Senador Eduardo Azeredo. **Parecer:** Favorável. **Resultado:** Retirado de Pauta. **ITEM 10 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2005**. “Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Musicoterapeuta”.

Autoria: Deputado Gonzaga Mota. **Relator:** Senador Demóstenes Torres. **Parecer:** Contrário. **Resultado:** Pedido de vista concedido à Senadora Íris de Araújo. Os demais itens da pauta 1, 3, 4, e 6 foram adiados. Fizeram uso da palavra os Senadores: **Paulo Paim, Flávio Arns, Demóstenes Torres, José Maranhão, Sérgio Zambiasi e Romeu Tuma**. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às onze horas e cinco minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Marco Maciel, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Marco Maciel**, Presidente em exercício.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A pedido do Relator, Senador Papaléo Paes, ficam retirados de pauta os itens 2 e 5, PLS 552/99 e PLS 125/00.

Como primeiro item da pauta, temos um requerimento extrapauta de autoria do Senador Rodolpho Tourinho.

Passo a palavra a S. Ex^a para a leitura do requerimento e a sua justificação.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares, o Requerimento é o nº 33, assinado também pelo autor do Estatuto da Igualdade Racial, Senador Paulo Paim. Ele objetiva que façamos uma audiência pública - eu, como Relator, fiz o requerimento – no dia 26 de setembro, desta segunda-feira, a uma semana, em Salvador, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 213, de 2003, que é o Estatuto da Igualdade Racial.

Temos conversado muito sobre esse assunto com o autor e nos reunido com vários representantes interessados na discussão do projeto. Temos, mais especificamente, tratado do tema da mulher negra, em que tem aparecido um grande interesse em proposições novas e acho que é muito importantes serem analisadas.

Como Senador da República pelo Estado que possui, proporcionalmente, a maior população negra de todas as demais Unidades da Federação e que tem, em sua cultura geral, uma influência fundamental da raça negra em todos os nossos costumes de religião, de arte, de música, enfim, de toda nossa vida, no nosso cotidiano na Bahia, sobretudo em Salvador, eu não poderia deixar de atender inúmeros pedidos de entidades de defesa da raça e da cultura negra da minha cidade - grande parte delas sediadas em Salvador -, para que pudessem ser ouvidas na Bahia.

Então, é dessa forma que estamos propondo essa audiência pública, pedindo a sua provação.

O Estatuto da Igualdade Racial, no meu entendimento, é dos projetos mais importantes que estamos analisando presentemente no Senado Federal, sobretudo quando verificamos que já contamos, hoje, com o Estatuto do Idoso, o Estatuto da Criança, o Estatuto do Consumidor e tantos outros, com experiências positivas. Temos de nos preocupar, agora, com o Estatuto da Igualdade Racial, não só visando a questão de preconceito e de racismo, mas visando também ações positivas que devem ser realizadas pelo Governo, políticas sociais dirigidas a sanar, de alguma forma, essas desigualdades que existem. Essa é a razão da nossa proposição para uma audiência pública.

O que pretendemos, Senador Antonio Carlos Valadares, com sua participação e com seu entusiasmo, que já conseguimos ver hoje, é também ver aprovado, aqui na CAS, na Comissão de Assuntos Sociais, ainda neste mês, esse Estatuto. Acho que temos uma data, que seria 21 de novembro, como limite para que

tirássemos do Congresso essa aprovação. Seria muito importante. Já sabemos que contamos com a sua sensibilidade e até participação.

De forma que agradeço muito a sua atenção e essas são as razões desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Senador Rodolpho Tourinho, agradeço a V. Exª a referência ao trabalho que estamos desenvolvendo à frente desta Comissão, mas quero destacar que sem a celeridade com que V. Exª tem-se devotado à tramitação dessa matéria, não poderíamos, de maneira nenhuma, chegar a um bom termo. Por isso, acho da maior, da mais alta relevância a aprovação desse requerimento, quando a Comissão irá participar de um debate, que certamente será profícuo no Estado da Bahia, mais de perto em Salvador, com a presença também do autor da matéria que terá grande repercussão na vida nacional, o Senador Paulo Paim. Certamente, tudo farei para prestigiar esse acontecimento, representando também a Comissão.

Concedo a palavra ao autor da matéria referente ao Estatuto da Igualdade Social, Senador Paulo Paim, para suas considerações.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Senador Antonio Carlos Valadares, eu tive a satisfação de assinar esse requerimento junto com o Senador Rodolpho Tourinho. Digo a V. Exª que este é o ano da igualdade racial. Não querendo repetir aquela velha frase de Martin Luther King, que tinha um sonho, eu diria que a nação negra neste País também tem esse sonho, que aqui foi expressado pelo Senador Rodolpho Tourinho, que o Estatuto da Igualdade Social seja aprovado nas duas Casas neste ano.

Por isso é fundamental, conforme propôs o Relator – e tem o endosso de V. Exª –, que nós aproveemos ainda este mês nesta Comissão porque ele vai para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania também no Senado.

Essa audiência na Bahia é fundamental. Quero aqui render as minhas homenagens ao Senador Rodolpho Tourinho, porque sei do esforço que S. Exª fez para ajustar e aprovar a PEC paralela como Relator. Todos nós trabalhamos, mas ele foi o Relator, ele deu a redação final.

E nesse momento, o Estatuto da Igualdade Social tinha, no mínimo, dois grandes problemas, embora tenha sido discutido em outros Estados, mas não na Bahia, com a profundidade que faremos agora nesse próximo dia 26. É a questão das religiões de matriz africana e a questão da mulher negra. O Senador, estudando com carinho esse tema que mostra todo esse seu compromisso com a matéria, percebeu, conversou conosco e com inúmeras organizações em todo

o País e leva agora essa grande audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais ao berço principal – e o berço principal, eu diria, é a Bahia – por isso estou muito entusiasmado com o trabalho que vem fazendo o Senador Rodolpho Tourinho.

Estarei lá no dia 26, e seria muito bom – claro o convite estendemos a V. Exª, que, nas entrelinhas deixou transparecer que estará conosco lá, que vai fortalecer ainda mais essa audiência pública como os demais membros da Comissão.

Então, quero aqui cumprimentar o Senador Rodolpho Tourinho pelo trabalho que vem fazendo, independente do projeto apresentado, se do Governo ou da Oposição ou da situação, preocupado com o mérito e tem melhorado, e muito, inúmeros projetos.

Esse, o Estatuto de Igualdade Racial, que eu chamo a carta de alforria da nação negra, que não veio em 13 de maio de 1888, poderá vir agora. E esta Comissão cumpre um papel fundamental para que isso possa acontecer.

Parabéns a V. Exª e ao Relator, Senador Rodolpho Tourinho, com orgulho estarei ao lado dele lá na Bahia, no próximo dia 26, juntamente com V. Exª e outros membros da Comissão e a equipe que parece irá nos acompanhar dos membros da própria Comissão de Assuntos Sociais.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Continua em discussão.

Não havendo quem queira discutir o Requerimento nº 33, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, passemos, então, à votação.

As Srªs e os Srs Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

Agora, temos o Item nº 07.

Projeto de Lei do Senador nº 47, de 2004, que altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para dar nova redação ao art. 62 e introduzir o Art. 63, a, com vistas a incriminar novas modalidades de dano ao patrimônio cultural. Autora: Senadora Roseana Sarney. Relator: o nobre Senador Leonel Pavan.

O parecer é favorável.

Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan para proferir o relatório. Antes, porém, Senador Leonel Pavan, tendo em vista o compromisso de comparecer hoje a um congresso de médicos que está sendo realizado aqui em Brasília.

Peço ao Senador Marco Maciel que, se possível, ocupe o meu lugar aqui na Presidência, tendo em vista que a Vice-Presidente não se encontra no Senado Federal. S. Exª deve estar viajando em missão oficial.

Gostaria que V. Ex^a assumisse a Presidência. Será uma honra para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Leonel Pavan para relatar o projeto de autoria da Senadora Roseana Sarney.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, Senador Marco Maciel, vou fazer a leitura da análise para que encaminheemos mais rapidamente a aprovação desse projeto e participemos de outras comissões.

Sr. Presidente, no relatório do projeto consta que o PLS nº 057/2004, de autoria da Senadora Roseana Sarney, visa alterar a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências para incriminar novas modalidades de danos ao patrimônio cultural.

Esse relatório contém os objetivos do projeto. Em cima de um estudo que realizamos, fizemos, aqui, a análise final.

Reza o Regimento Interno do Senado Federal que compete à Comissão de Assuntos Sociais opinar sobre proposições que digam respeito, entre outros temas, às normas gerais de proteção ao meio ambiente, matéria da Lei nº 9.605/1988 que trata, também, da proteção ao ordenamento urbano e ao patrimônio cultural. O PLS nº 47/2004 dispõe sobre a uniformização do tratamento destinado às condutas criminosas contra o patrimônio cultural por intermédio do aperfeiçoamento de dispositivos da Lei nº 9.605/1998.

Como ressalta a justificação do projeto, ultimamente o tema da preservação do patrimônio cultural ganha fôlego nos governos e na sociedade. Essa conscientização se efetiva nas práticas implantadas pelo Estado por intermédio de agentes autorizados em nome do interesse público. O tombamento é a mais conhecida dessas práticas. Nos casos em que o bem tombado ou protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial é danificado, inutilizado ou deteriorado, alguns pontos referentes à legislação de tutela penal padecem de atualização, considerando-se as inovações peculiares à dinâmica social. Além disso, Sr. Presidente, o apenamento de crimes contra o patrimônio cultural é estipulado em diplomas legais diferenciados: Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1941, Código Penal.

Entendemos que a ambigüidade e as interpretações conflitantes, geradas pela vigência de dispositivos praticamente idênticos, versando sobre a mesma matéria nas duas leis, demandam ajustes. É o que

promove a proposição em análise, a proposição da Senadora Roseana Sarney.

Cumpramos considerar ainda a importante inclusão de apensamento dos atos que impeçam, interrompam ou dificultem, sem justa causa, a realização de manifestações do chamado patrimônio cultural e material. Tal medida confere a tutela penal relativa ao patrimônio histórico à necessária atualização, considerando a recente ampliação do conceito de bem cultural e sua regulação.

Por fim, Sr. Presidente, cumpre ressaltar que o projeto da Senadora se harmoniza perfeitamente aos preceitos constitucionais esculpidos na seção dedicada à cultura, na Carta Magna, em particular ao §4º do art. 216, que determina a punição, na forma da lei, para os danos e as ameaças contra o patrimônio cultural.

É bom dizer, Sr. Presidente, que, infelizmente, ocorre muito isso hoje no País. As leis existentes realmente não são devidamente aplicadas, muitas vezes pela inércia das próprias autoridades, por não se tratar de patrimônio da própria autoridade que deveria zelar por ele e punir aqueles que o depredam. Isso, realmente, traz um sério prejuízo à Nação, até por falta de uma visão política da autoridade e de compromisso com o patrimônio público.

Por isso, Sr. Presidente, pelo exposto, apreciado o mérito da proposição e não identificando óbices de natureza constitucional, jurídica ou legislativa, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 47, de 2004.

Cumprimento a Senadora. Pelo menos, que a sua lei simplifique os atos, para que possamos preservar melhor o patrimônio cultural do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE)

– Feito o relatório pelo Senador Leonel Pavan, coloco em discussão a matéria.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para discuti-la.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Sr. Presidente,

Senador Marco Maciel, primeiro, eu gostaria de cumprimentá-lo pela Presidência dos trabalhos, que o faz, como sempre, com o brilhantismo e a competência que marcam a sua história.

Eu não poderia deixar de comentar a iniciativa da nossa Senadora Roseana Sarney, que, no momento, não se encontra aqui, por estar de licença médica. Essa é uma forma de homenagear não somente o patrimônio cultural, mas também todo o meio ambiente do nosso País, área em que é bastante atuante, assim como o seu irmão, o Deputado Zequinha Sarney, que é militante do PV.

A aprovação desse projeto vem numa boa hora, porque, na verdade, ele endurece as penalidades a

todos aqueles que, de uma forma ou de outra, ferem o patrimônio cultural do nosso País em toda a sua extensão.

Então, cumprimento o Senador Leonel Pavan pelo seu relatório, com carinho especial à Senadora Roseana Sarney, que não se encontra neste momento.

Então, aprovar o projeto também significa uma homenagem ao trabalho que ela tem feito nesta Casa.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE) – Pois não.

Pergunto se algum outro Senador deseja discutir a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, vou submeter a matéria à votação.

Antes, cumprimento o Senador Leonel Pavan pelo relatório e, de modo especial, a autora da proposição, Senadora Roseana Sarney.

A matéria recebeu, além do parecer favorável, a manifestação do Senador Paulo Paim na mesma direção.

Creio que já podemos submeter a matéria à votação.

Em votação o projeto.

O parecer é favorável.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para o prosseguimento da sua tramitação.

Passamos ao Item nº 8.

O Relator **ad hoc** é o Senador Reginaldo Duarte, que acaba de chegar à nossa comissão.

Trata-se de um projeto não-terminativo, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de enólogo e de técnico em enologia.

Votaremos hoje as emendas, que são de autoria do Senador Luiz Otávio.

O projeto foi relatado pelo Senador Romeu Tuma, que deu parecer contrário...

A Secretaria da Comissão está esclarecendo que a matéria, a proposição principal, teve parecer favorável, e suas emendas é que tiveram parecer contrário, dado este parecer pelo Senador Relator **ad hoc**, Reginaldo Duarte.

Portanto, concedo a V. Ex^a a palavra, se já se considerar habilitado, para proferir o seu parecer sobre as emendas.

Com a palavra, portanto, o Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, eu já li esse relatório na sessão anterior.

Agora voltou e vou ler as emendas.

Emenda nº 1 ao PLS nº 226, de 2004, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de enólogo e técnico em enologia.

Dá-se a seguinte redação ao art. 1º, do Projeto de Lei nº 226, de 2004:

Art. 1º: Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar as profissões de enólogo e de técnico em enologia em conformidade com a legislação vigente no País.

Justificativa.

A emenda em tela tem por objetivo corrigir o que nos parece ser um vício de iniciativa, posto que regulamentação de profissão é competência do Poder Executivo.

Destarte, com a finalidade de superar essa questão constitucional, sugerimos nova redação ao art. 1º do projeto, dando a devida autorização para que o poder Executivo possa implementar os objetivos do projeto.

Sala das sessões, maio de 2005.

A emenda nº 2 ao PLS nº 226, de 2004, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de enólogo e técnico em enologia, suprime o Inciso III do art. 2º do PLS nº 226, de 2004.

Justificação.

A emenda suprime o inciso III do art. 222 do projeto, com o objetivo de tornar mais adequado, do ponto de vista da sistemática regimental, uma vez que o Ministério da Educação já reconhece o curso, em nível médio, de técnico em enologia. Maio de 2005.

Essas foram as emendas propostas, Sr. Presidente, a esse projeto do Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE) – Pois não.

Concedo a palavra, para discutir o parecer do Relator **ad hoc**, ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Sr. Presidente, quero acompanhar o Senador Reginaldo Duarte, como Relator **ad hoc**, e dizer que o Senador Sérgio Zambiasi já não se encontra presente porque ele é Presidente da Comissão do Mercosul.

S. Ex^a esteve aqui e fez um apelo para que registrássemos a expectativa positiva. Ele quer que acompanhem o relatório do Relator original, que é o Senador Romeu Tuma, e também o do Relator **ad hoc**.

Assino o projeto original do Senador Sérgio Zambiasi como co-autor. A autoria é do Senador Sérgio Zambiasi, mas tanto o Senador Pedro Simon quanto eu assinamos, porque entendemos que é fundamental para a produção e venda de vinho no nosso País e no exterior. Outros países já têm essa profissão regulamen-

tada, e nós ainda, infelizmente, não tínhamos. Tenho certeza de que teremos a partir desse momento.

A minha fala é mais para cumprimentar a iniciativa do Senador Sérgio Zambiasi, que teve o apoio de toda a comunidade gaúcha, dos Deputados e também dos outros Senadores que assinamos com ele.

Cumprimento os dois Relatores, pela forma como se posicionam mantendo, na verdade, o projeto original praticamente na íntegra.

Agradeço à Relatoria e cumprimento o Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE) – Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns, que também deseja discutir o parecer do Relator, Senador Reginaldo Duarte.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Desejo também parabenizar os autores do projeto de lei, Senadores Sérgio Zambiasi, Paulo Paim e Pedro Simon. Os três Senadores do Rio Grande do Sul, Estado produtor de vinhos de alta qualidade e cuja produção tem que ser valorizada, prestigiada e apoiada, em termos, eu até diria, de competitividade, que muitas vezes é desleal em termos de impostos e taxas.

Corroboro a ênfase que o Senador Paulo Paim deu à figura do Senador Sérgio Zambiasi, mas, na verdade, essa foi uma iniciativa conjunta dos três Senadores do Estado do Rio Grande do Sul.

Considero, em termos de conteúdo, um projeto de lei fundamental, porque é uma área em que o Brasil vem se destacando. Existe uma perspectiva de se aprimorar, de melhorar, de tornar cada vez mais pujante essa área do vinho no Brasil; e a regulamentação da profissão de enólogo e de técnico em enologia, eu diria, é fundamental.

Quero também dizer que concordo com a rejeição, com todo o respeito, das emendas, porque, na regulamentação das profissões, temos sempre identificado o aspecto sobre a constitucionalidade da regulamentação das profissões. Não seria atribuição de um projeto de lei com iniciativa do Legislativo estabelecer como essa profissão será acompanhada, fiscalizada e supervisionada.

Então, de fato, concordo com o parecer também nesse sentido, porque a fiscalização é uma atribuição do Executivo, que pode delegar essa atribuição para os conselhos da categoria de profissionais.

Quero parabenizar nesse sentido e dizer que é um projeto de lei importante e necessário para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE) – Após a manifestação do Senador Flávio Arns e não havendo...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Eu gostaria de discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE) – Pois não. Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, na realidade, qualquer profissão que tenha um certo vulto, que mereça uma caracterização, merece uma proteção legal. Todavia, criamos um diploma especialmente para isso, que é a Consolidação das Leis do Trabalho. Algumas profissões, por sua especificidade, merecem uma regulamentação adicional, como a saúde, a segurança pública, é o caso, quase sempre também, de profissionais da Educação de nível superior etc., por conta das peculiaridades mesmo que tem a profissão.

De sorte que estamos regulamentando um grande número de profissões com a maior boa vontade, mas essa regulamentação quase sempre acaba prejudicando o profissional. Uma vez que temos uma norma específica, abandonamos a norma geral, que é a Consolidação das Leis do Trabalho. Como não temos o condão de repetir aquelas mesmas atribuições, as mesmas obrigações, os mesmos direitos, porque a CLT tem quase mil artigos, são centenas de artigos, nós acabamos, em nome da boa vontade, em nome da relevância da profissão, prejudicando esses profissionais.

Então, tenho votado sistematicamente contra essa regulamentação de profissões que ocorre aqui: enólogos, técnicos em enologia, pedreiro, porque, por ter militado muito tempo como profissional do Direito, sei que esse é o tipo de lei que criamos e que, muito bem intencionados, acabamos por prejudicar aqueles que queremos ajudar.

E ocorre que os profissionais também pressionam os Parlamentares porque eles entendem que, se houver uma lei, eles serão distinguidos. Por exemplo, logo em seguida, vou relatar a profissão de músico terapeuta e também vou ser contra. Não tenho nada contra o músico terapeuta, ao contrário. Sou encantado com a profissão, mas, se, eu votar a favor, vou prejudicá-lo. Até porque há dúvida também quanto à constitucionalidade da regulamentação, se a iniciativa é realmente do Congresso Nacional. Mas, ainda que fosse – porque algumas foram sancionadas e outras vetadas –, quanto à fiscalização, que passa a ser obrigatória, quem pode criar o órgão fiscalizador é o Presidente da República, porque os Conselhos são autarquias. Então, acabamos criando uma série de dificuldades para esses profissionais ao regulamentarmos essa profissão.

De sorte que vou pedir desculpas ao nobre Relator e vou votar contra, não porque eu seja contrário à regulamentação dessa profissão ou de outras, mas

porque, na prática, a regulamentação acaba sendo muito prejudicial, principalmente por conta das discussões que acabam por ocorrer na Justiça.

Peço vênia. Sei que há uma demanda por essa regulamentação. Os argumentos que utilizaram, tanto quem propôs, o Senador Sérgio Zambiasi, quanto o nobre Relator e ainda o Senador Paulo Paim, são dos mais relevantes, mas, na prática, há prejuízo.

Por isso, peço desculpas, peço vênia e voto contra essa regulamentação.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE) – Concedo a palavra ao Senador José Maranhão para que possa também discutir a matéria.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, no embalo das declarações de votos e pronunciamentos que foram feitos em torno dessa questão, eu vinha me dispondo a votar favoravelmente. Mas, depois do pronunciamento do Senador Demóstenes Torres, por quem tenho muito respeito, até porque sei que S. Ex^a é um cultor do Direito, fiquei com muita dúvida sobre a questão.

O objetivo fundamental de qualquer lei é atender à demanda social. O Senador Demóstenes Torres acabou de afirmar aqui, do alto da sua experiência como jurista, como cultor do Direito trabalhista, que essa regulamentação pode trazer prejuízo à categoria, e isso instalou uma grande dúvida no meu espírito. Eu diria mesmo que, diante dessa declaração, a melhor posição para minha consciência seria o voto nulo, o voto branco, a abstenção.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Não sei se V. Ex^a me permite um aparte ou falo depois. Para mim é indiferente.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Primeiramente, um esclarecimento, que acho fundamental: esse projeto já foi aprovado, por unanimidade, nesta Comissão. O que está em debate não é mais o projeto.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – São as emendas.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – São as duas emendas. Essas, sim, ferem o princípio da regulamentação da profissão, que será feita via CLT ao Ministério do Trabalho.

Só faço essa observação porque, no momento da votação, quem votar contra as emendas, na verdade, aí, sim, estará contribuindo para que haja um problema de regulamentação na instância correspondente, já que o projeto já foi aprovado.

Em segundo lugar, eu gostaria de dizer, na condição de gaúcho, que isso é uma demanda de todos os produtores do Rio Grande do Sul, de todos que atuam nessa área.

Um dos argumentos também nos sensibilizou: nos países que são grandes produtores de vinho, como a Itália, a França, a Espanha e o Chile, essa é uma profissão regulamentada. E, na discussão de importação e exportação de vinho, esse tema sempre surge, inclusive nos congressos internacionais.

Não vou querer, aqui, aprofundar o debate do projeto. Só queria fazer o esclarecimento de que estamos aqui discutindo e votando somente as emendas.

Senador Zambiasi, estou aqui quase falando em seu nome. Foi bom V. Ex^a ter chegado.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Agradeço o parte de V. Ex^a, que, apesar de longo, foi esclarecedor. Isso não é uma restrição, evidentemente.

Quero dizer que o que está aqui em questão não é o lado jurídico. Na sua ótica, naturalmente, é a questão de mérito, a importância que esse novo estatuto trará à indústria vinícola do País, sobretudo no Rio Grande do Sul, onde ela é muito forte.

Sou de uma região em que não existe indústria vinícola, a não ser, por exceção, o Vale do São Francisco, a terra do Senador Marco Maciel, que está produzindo vinhos – ao que me informam, vinhos competitivos da melhor qualidade e que já ganham, inclusive, fama internacional.

Como um mediano consumidor de vinho – às vezes, tomo um pouco de vinho –, verifico que a qualidade dos vinhos brasileiros, com poucas exceções, deixa muito a desejar. E não era para ser assim, já que temos disponibilidade de solo, de clima inteiramente compatível com essa atividade. Em que reside isso? Não sei. Não sei se é a falta de competência dos que estão explorando a atividade, se é o imediatismo, porque, realmente, a indústria de vinhos é muito fina e requer muita experiência, muita tradição e, sobretudo, muita paciência. Muitas vezes, o imediatismo econômico não é a melhor qualidade para a produção de vinho.

Então, acho que V. Ex^a está naturalmente preocupado com esses aspectos e também com o aspecto de proteção da categoria dos enólogos. E aí é que fico com uma grande dúvida: estarei com esse projeto de lei beneficiando uma categoria que é importante para a afirmação de um setor que precisa encontrar o rumo certo ainda na economia nacional, a produção de vinhos? Ou estarei realmente prejudicando essa categoria?

É essa dúvida que me assalta agora, sobretudo depois do pronunciamento do nosso querido colega e jurista Demóstenes Torres.

Então, Sr. Presidente, vou me abster de votar, porque, infelizmente, a pressa com que o assunto está sendo debatido aqui não me permitiu os esclarecimentos necessários para tomar uma posição consoante a minha consciência e, sobretudo, a preocupação em oferecer uma lei que contribua para uma categoria tão importante e para um setor também, não apenas os enólogos, mas os industriais da produção de vinho.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, apenas para fazer um questionamento a V. Ex^a sobre a situação em que se encontra o projeto. Pelo que informa o Senador Paulo Paim, ele já foi aprovado...

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE) – Já foi aprovado em abril deste ano com dez votos favoráveis. Agora, o que se está discutindo são as duas emendas.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – São as emendas. Ou seja, o projeto já está aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE) – Exatamente.

Antes de conceder a palavra ao autor da proposição, Senador Sérgio Zambiasi, eu gostaria de ouvir a manifestação do Senador Juvêncio da Fonseca, que pediu a palavra para também discutir a matéria.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, sei perfeitamente que estamos discutindo as emendas, que falam que fica autorizado o Poder Executivo a regulamentar a profissão.

Já é costume, aqui, no Senado Federal, projetos como esse, que são inteiramente inconstitucionais, já por pronunciamentos do Supremo Tribunal Federal, que estabelece que os conselhos profissionais são autarquias, cuja criação é de competência exclusiva do Executivo Federal. Portanto, não temos competência para isso. Agora, projetos autorizativos para a regulamentação da profissão são úteis para toda a máquina, vamos dizer, legislativa e executiva do País, no sentido de atender as reivindicações dos diversos segmentos? Essa, para mim, é a grande indagação. Fico com a resposta de que não é útil, mesmo porque o Executivo está vetando, sistematicamente, esses projetos.

Votamos favoravelmente e levantamos uma expectativa muito boa, todo o Rio Grande do Sul, os enólogos, os produtores de vinho.

Eu, que gosto tanto de vinho, fico satisfeito com essa autorização para se regulamentar a profissão. E o Executivo veta. Se é que se tem de fazer um trabalho político junto ao Executivo para não vetar, que se faça um trabalho político junto ao Executivo para que ele mande para o Congresso o projeto de autorização da profissão, porque, senão, vamos ficar com essa eterna história de que levantamos a expectativa, votamos,

discutimos, aplaudimos, todos passam um telegrama etc., parabenizando pelo que aconteceu, mas, na verdade, vem o veto e não se chega a lugar algum. Esse é o meu ponto de vista.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE) – Eu gostaria de conceder a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi, autor da proposição, para, depois, conceder a palavra a V. Ex^a, nobre Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Até não seria um argumento, se o Senador Sérgio Zambiasi me permite, é só no sentido de esclarecer que o parecer do Relator é contrário à emenda da criação do conselho.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE) – Pois não. Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Inclusive, Sr. Presidente, quero agradecer sua generosidade. Mesmo não sendo membro da Comissão, eu gostaria de esclarecer algumas questões que levantam, realmente, muitas dúvidas.

O projeto não prevê criação de conselho, porque os enólogos estão, por decisão de assembléia profissional, vinculados ao Conselho de Química. Então, não estamos criando nenhum embaraço legal, nenhuma despesa a mais, que é uma das razões que acaba provocando a rejeição, o veto do Executivo.

O projeto nasceu de uma ansiedade, de um movimento dos profissionais, que hoje já não são mais apenas gaúchos, mas brasileiros.

Acredito que todos aqui receberam um convite para uma degustação de vinhos, ontem à noite, mas, infelizmente, o dia não foi mais apropriado e nem todos puderam comparecer, mas os representantes da Sociedade Brasileira de Enologia, lá presentes, ostentavam, com muito orgulho, um *botton*, concedido pela Associação de Enólogos da França, onde a profissão é regulamentada. Lá, ela existe.

O que estamos tentando com isso é fazer com que esses profissionais sejam reconhecidos. Já existem faculdades, escolas de segundo grau e já há uma faculdade de enologia em Bento Gonçalves. O mercado está-se ampliando, graças exatamente à expansão da produção vinícola brasileira, que digo que já não é mais gaúcha, felizmente! Queremos uma produção vinícola brasileira, como já há em Pernambuco, na Bahia, em alguns vales, que não apenas a Serra Gaúcha e na nossa fronteira lá com a Argentina e com o Uruguai.

Sabemos que o projeto já foi efetivamente aprovado aqui na Comissão. Hoje, estávamos examinando as emendas e entendemos que elas devem ser rejei-

tadas, porque poderiam colocar algum embaraço, levando ao veto presidencial.

Então é esse esclarecimento que gostaria de fazer. Agradeço a oportunidade da discussão do projeto aqui na Comissão.

Muito obrigado!

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Sr. Presidente, só por uma questão de justiça, gostaria de dizer que os vinhos brasileiros, hoje, são considerados uns dos melhores do mundo. Isso é importante que fique registrado aqui na TV Senado. Não são só os vinhos gaúchos, mas os vinhos brasileiros, hoje, estão entre os melhores do mundo.

Só isso!

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE) – Com a palavra, o Senador Romeu Tuma, que deseja manifestar-se sobre a matéria que foi relatada aqui pelo Senador Reginaldo Duarte.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, gostaria de, aqui, homenagear o Senador Sérgio Zambiasi pela sua luta no reconhecimento dessa profissão que cresce muito, hoje, no Brasil. Como a produtividade, no Rio Grande do Sul, Senador Sérgio Zambiasi, faz com que realmente se busque a tecnologia para que o Brasil cresça no campo não só do consumo como da exportação! Como sou cardiopata, penso que o vinho faça bem. Não estou propagando que se beba à vontade, porque o médico sempre diz assim: “Tome um copinho, mas não é para deixar com cirrose no fígado!”

Então, a qualidade do vinho tem uma evidência muito grande, Senador Demóstenes Torres, e o Senador Sérgio Zambiasi tem razão quando diz que se têm que formar técnicos.

Fiz uma emenda aqui – e até conversei com V. Ex^a – para que aqueles que já exercem essa profissão há mais de dez anos não deixem de serem incorporados ao reconhecimento da profissão. Não sei se foi exaltada essa parte da emenda, mas, quando criamos uma profissão e a autorizamos, não podemos nos esquecer daqueles que já vêm, há alguns anos, exercendo-a. Então, como no projeto original não havia essa citação, fiz uma emenda para que abrangesse aqueles que já a exercem, principalmente, hoje, com o crescimento desse tipo de comércio, de produção e de exportação.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE) – Como a matéria já está amplamente discutida, gostaria de colocar em votação o parecer contrário às emendas ao Projeto de Lei nº 226, de 2004.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o parecer queiram permanecer como sentados. (Pausa.)

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – O parecer é pela rejeição?

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE) – É pela rejeição das emendas.

Então, aprovado com um voto contrário do Senador José Maranhão.

Passo, então, ao item subsequente da pauta, que é um projeto de autoria do Senador José Agripino. Mas, como S. Ex^a não se encontra presente, retiro a matéria da pauta e passo para o item nº 10, que é o Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2005, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de musicoterapeuta, cujo Relator é o nobre Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é exatamente a mesma discussão que tivemos da outra vez. Estamos regulamentando aqui a profissão de musicoterapeuta. Segundo a lei, o que é musicoterapeuta é o profissional que se utiliza da música ou de elementos como som, ritmo, melodia e harmonia por meio de técnicas e métodos musicoterápicos específicos com a finalidade de prevenir, restaurar ou reabilitar a saúde física, mental e psíquica do ser humano. Então, quem é que pode ser contra a profissão de musicoterapeuta? Ninguém! Todos nós...

Se o projeto for rejeitado, a profissão continua a existir da mesma forma. Se aprovado, teremos uma série de óbices, mesmo porque a musicoterapia, além de exercida por músicos profissionais e não-profissionais, é também exercida por médicos, por psicólogos. E vamos ter de criar, após regulamentarmos, porque obrigatoriamente se regulamentarmos e não criarmos uma autarquia para que haja a fiscalização, naturalmente nós também estaremos quase criando uma lei que é letra morta. Então, há ambição dos profissionais de musicoterapia, para que a profissão seja regulamentada.

Eu sou contra, repito. Acho que vivemos, desde a Constituição de 1824, da qual o nosso Presidente é especialista, pois é um constitucionalista emérito, e sabe muito bem que as corporações de ofício foram abolidas ali. Quer dizer, é regra a livre iniciativa, inclusive para o exercício da profissão. Na medida em que regulamentamos, criamos obstáculos para essa livre iniciativa. Vou só dar um exemplo. Em 1960, nós criamos a Ordem dos Músicos Brasileiros. Em decorrência disso, já são diversas ADIns questionando. Por quê? Porque o Brasil possui um talento inato para a música. Então, o músico não é só aquele que é formado

em escola. Quiçá todos fossem formados na escola! Mas para ter direito a exercer a profissão, para ter atividades em boates, em bares etc., segundo a lei, tem de ter o diploma de músico. Então, a partir daí, foram centenas de ADIns somente em relação a essa lei que foi criada em 1960.

Assim, é algo que, na medida em que regulamentamos, criamos uma dificuldade. É isso. Não sou contra musicoterapeuta ou enólogo ou técnico em enologia ou pedreiro em ter a sua profissão regulamentada; ao contrário, creio que temos de criar cada vez mais proteção no sistema de livre iniciativa que permita a todos o bem-estar do trabalhador e fazer com que a economia se desenvolva etc. etc. Mas insisto – esse parecer eu já dei em outros casos –, que, na medida em que regulamentamos, estamos criando dificuldade.

Eu até lembro aqui que, se fosse por uma questão de necessidade, haveria algumas outras profissões que estariam na frente, como, por exemplo, motoristas profissionais, piloto de aeronave, comandante de embarcação, operadores de diversos tipos de máquinas, eletricista. Existe alguém que corre mais risco do que eletricista?

Então, nós deveríamos estar aqui também discutindo a regulamentação.

Mas não é a regulamentação que assegura o direito. Esse é o equívoco. O profissional ambiciona ter a regulamentação como uma forma de obter o *status*: a minha profissão é regulamentada. Mas, a medida em que se regula, nós criamos um problema jurídico. Se há uma lei específica, não se aplica a norma geral.

A CLT é muito mais abrangente do que qualquer lei e nós teremos de questionar se a CLT se aplica também aos profissionais que têm profissão regulamentada. E a justiça acaba sempre dizendo que é supletivamente, etc. Mas é um tormento para o profissional que tem a sua profissão regulamentada quando precisa discutir um direito genérico e não um especificado na sua lei.

Então, sem nenhum desejo de querer prejudicar os musicoterapeutas, eu acho que, se regulamentarmos, nós criaremos dificuldades para eles e estaremos adicionando mais uma.

Daí porque, Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, novamente eu votarei contra a regulamentação de mais uma profissão.

É o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE) – O parecer do Relator Senador Demóstenes Torres é contrário à aprovação do Projeto oriundo da Câmara.

Concedo a palavra, para discutir, à Senadora Iris de Araújo.

A SR^a IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir vista do referido projeto.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE) – Bom, com o pedido de vistas da Senadora Iris de Araújo, a matéria sai de pauta. Eu gostaria de dizer que os demais itens da pauta de hoje são terminativos e não há, infelizmente, quórum para submetê-los à discussão.

Daí porque, nada mais havendo a tratar, eu encerro a reunião e agradeço o comparecimento das Sr^{as} e Srs. Senadores. Foi um número extremamente elevado, sobretudo se considerarmos a concorrência ou a concomitância de muitas comissões, não somente permanentes, mas também parlamentares de inquérito.

(A reunião é encerrada às 11h04min.)

Ata da Vigésima Sexta Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 22 de setembro de 2005, quinta-feira, às 09:30 horas.

Às dez horas e trinta minutos, do dia vinte e dois de setembro de dois mil e cinco, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a Audiência Pública sob a Presidência do Senhor Senador **ANTÔNIO CARLOS VALADARES**, com a presença dos (as) Senadores (as) **MARCO MACIEL, GILBERTO GOELLNER, RODOLPHO TOURINHO, FLEXA RIBEIRO, LEONEL PAVAN, LÚCIA VÂNIA, PAPALÉO PAES, ROMERO JUCÁ, MÃO SANTA, FLÁVIO ARNS, PAULO PAIM, PATRÍCIA SABOYA GOMES, AUGUSTO BOTELHO, HERÁCLITO FORTES, DEMÓSTENES TORRES, WELLINGTON SALGADO, RAMEZ TEBET, MOZARILDO CAVALCANTI E JUVÊNCIO DA FONSECA**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão, justificando a ausência os Senhores Senadores, Cristovam Buarque, Sérgio Cabral e Valdir Raupp. O Senhor Senador Antônio Carlos Valadares declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se, em primeira parte à Audiência Pública atendendo ao requerimento nº 30, de 2005 – CAS de autoria do Senador Flávio Arns e da Senadora Patrícia Saboya Gomes para instruir proposições que tratam da realização de exames de suficiência para o exercício de profissões, PLS 156 de 2004 e PLC 39 de 2005. Foram convidados representantes das seguintes Instituições; Ministério do Trabalho, Ministério da Educação, Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Federal de Medicina, Conselho Federal de Contabilidade, Conselho Federal de Engenharia, Conselho Nacional de Educação e União Nacional dos Estudantes. O Senador Antônio Carlos

Valadares comunica que o Ministério do Trabalho por intermédio de mensagem eletrônica da Chefe de Assessoria Parlamentar, enviada à Secretária de Comissão, declinou do convite por achar que o assunto não é do âmbito daquele Ministro. O Conselho Federal não pode enviar o representante que já tinha assumido compromissos anteriormente. A União dos Estudantes – UNE – na pessoa do Dr. Gustavo Lemos Tetta, agradeceu o convite, mas não foi possível comparecer. Extra Pauta – Requerimento nº 34, de 2005. “Requer nos Termos Regimentais, a inclusão de representantes do Conselho Federal de Medicina Veterinária, na Audiência Pública para instruir as proposições que tratam de exame de suficiência para o exercício de profissões”. **Autores:** Senador Antônio Carlos Valadares e Senadora Lúcia Vânia. **Resultado:** Aprovado. Foi dado início às exposições pelo Dr. Godofredo de Oliveira Neto – Diretor de Política da Educação e Secretária Substituto – representante do Ministério da Educação em seguida falou o Dr. Paulo Thompson Flores – Presidente da Comissão de Exame de Ordem da OAB – DF e Presidente do Conselho Seccional OAB – DF representante da Ordem dos Advogados do Brasil, o Senador Antônio Carlos Valadares passa a Presidência dos Trabalhos para o Senador Augusto Botelho, dando continuidade ao uso da palavra, passa-se ao próximo orador, Dr. Alceu José Peixoto Pimentel – Presidente do Conselho Federal de Medicina, Dr. Wilson Lang – Presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, Dr. José Martonio Alves Coelho – Presidente do Conselho Federal de Contabilidade e o Dr. Benedito Dias de Oliveira Filho – Representante do Conselho Federal de Medicina Veterinária. O Senador Antônio Carlos Valadares assume a Presidência novamente. Às doze horas e doze minutos o Senado Flávio Arns assume a Presidência dos Trabalhos, passando novamente a Presidência para o Senador Antônio Carlos Valadares às doze hora e dezessete minutos. A segunda parte da Reunião que trataria da deliberação de matérias foi adiada. Fizeram uso da palavra os Senadores: **Flávio Arns, Augusto Botelho, Eduardo Azeredo, Wellington Salgado, Gilberto Goellner e Romeu Tuma.** Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às treze horas e nove minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Antônio Carlos Valadares, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Antônio Carlos Valadares**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Declaro aberta a 26ª Reunião Extraordi-

nária da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A presente reunião destina-se à audiência pública, atendendo ao Requerimento nº 30 de 2005, de autoria do Senador Flávio Arns e da Senadora Patrícia Saboya Gomes.

Por sinal, a Senadora Patrícia Sabóia enviou-me uma comunicação, segundo a qual ela se encontra viajando com o Presidente Renan Calheiros, Presidente do Senado, ao seu Estado natal, Ceará. Esta é a razão por que ela não está presente a esta audiência pública, embora seja um dos autores deste Requerimento que visa instruir proposições que tratam da realização de exames de insuficiência para o exercício de profissões, como o PLS nº 156/2004, que altera a redação do art. 2º da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, para dispor sobre a exigência de aprovação em exame nacional de certificação profissional para o exercício da profissão de médico veterinário, e dá outras providências.

PLC nº 39/2005, que dá nova redação ao art. 12 do Decreto Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, que cria o Conselho Federal de Contabilidade; define as atribuições do contador e do técnico em contabilidade, e dá outras providências.

Foram convidados representantes das seguintes instituições: Ministério do Trabalho; Ministério da Educação; Ordem dos Advogados do Brasil; Conselho Federal de Medicina; Conselho Federal de Contabilidade; Conselho Federal de Engenharia; Conselho Nacional de Educação e União Nacional dos Estudantes.

Informo às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que o Ministério do Trabalho, conforme mensagem eletrônica da chefia da Assessoria Parlamentar enviada à Secretaria desta Comissão, declinou do convite – o Ministério do Trabalho – por achar que o assunto não é do âmbito do Ministério em questão.

O Conselho Federal de Educação não pôde enviar o representante, uma vez que havia assumido compromisso anteriormente.

A União dos Estudantes, na pessoa do Dr. Gustavo Lemos Tetta, agradeceu o convite, mas disse que não era possível comparecer.

São os seguintes os componentes desta audiência pública, convidados que compareceram: Godofredo de Oliveira Neto, Diretor de Política de Educação e Secretário Substituto do Ministério da Educação; Dr.

Paulo Thompson Flores, Presidente do Exame da Ordem dos Advogados do DF e do Conselho da OAB, representante da Ordem dos Advogados do Brasil; Dr. Alceu José Peixoto Pimentel, do Conselho Federal de Medicina; Dr. José Martonio Alves Coelho, do Conselho Federal de Contabilidade; Dr. Wilson Lang, Presidente do Conselho Federal de Engenharia e o Dr. Benedito Dias de Oliveira Filho, representante do Conselho Federal de Medicina Veterinária.

Antes de convidar os participantes desta audiência pública para comporem a Mesa, faço a leitura do requerimento apresentado pela Senadora Lúcia Vânia e subscrito por mim, no sentido da inclusão do representante do Conselho Federal de Medicina Veterinária, uma vez que os demais já estavam aprovados, mas o nome deste representante ainda não havia sido aprovado pela Comissão.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento da Senadora Lúcia Vânia queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O representante do Conselho Federal de Medicina Veterinária pode participar do debate e, consequentemente, está incluído entre os convidados que participarão da Mesa.

Em primeiro lugar, convido o representante do Ministério da Educação, Dr. Godofredo de Oliveira Neto; o Dr. Paulo Thompson Flores, da Ordem dos Advogados do Brasil; o Dr. Alceu José Peixoto Pimentel, do Conselho Federal de Medicina; o Dr. José Martonio Alves Coelho, do Conselho Federal de Contabilidade; o Dr. Wilson Lang, do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia; o Dr. Benedito Dias de Oliveira, representante do Conselho Federal de Medicina Veterinária.

Os ilustres palestrantes terão dez minutos para suas exposições.

As exposições poderão ser feitas oralmente, por escrito ou por meio de *PowerPoint* se houver necessidade.

Passo a palavra ao primeiro palestrante, Dr. Godofredo de Oliveira Neto, Diretor de Política da Educação Superior e Secretário Substituto do Ministério da Educação, por dez minutos.

O SR. GODOFREDO DE OLIVEIRA NETO – Bom dia a todos.

Senador Antonio Carlos Valadares, colegas de Mesa, Srs. Senadores, com a Lei nº 9.394, de 1996, a nova LDB, foram introduzidos os novos paradigmas da educação. Uma inovação importante foi o estabelecimento de diretrizes curriculares mais dinâmicas e flexíveis para substituir os currículos mínimos da antiga LDB.

O Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Ensino Superior, mediante a publicação de diversos editais, convocou as instituições de ensino superior e as entidades e conselhos de classe para contribuírem com propostas para a elaboração das novas diretrizes curriculares dos cursos superiores a serem elaboradas pelas comissões de especialistas e aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação. Dessa forma, as propostas que foram encaminhadas à Secretaria de Educação Superior do MEC como resultado de toda essa articulação constituíram-se numa contribuição altamente agregadora e com elevado grau de representatividade.

A idéia básica dessas diretrizes seria, portanto, como afirmou o Conselho Nacional de Educação (Parecer nº 776, de 03 de dezembro de 1997), permitir que cada egresso tenha atribuições com base exclusivamente no que aprendeu e no que vier a aprender no futuro, deixando, pois, o profissional livre para definir suas atividades conforme as necessidades do mercado e conforme as suas próprias características e preferências.

O Conselho Nacional de Educação compreende que a nova LDB, no entanto, em seu art. 48, põs termo à vinculação entre diploma e exercício profissional, estatuinto que os diplomas constituem-se em prova de formação recebida por seus titulares. Dessa forma, enquanto os conselhos e entidades de classe têm a atribuição de fiscalizar o exercício profissional e registrar os profissionais que comprovem a qualificação exigida por lei, aos sistemas de ensino incumbe fornecer à sociedade esses profissionais portadores da qualificação que a lei exige, comprovada, nos termos da LDB, pelo diploma devidamente registrado.

Convém ressaltar que, nos termos do art. 46 da LDB, nenhum diploma pode ser emitido ou registrado se o curso não estiver previamente reconhecido, mediante processo de avaliação desenvolvido pelo Ministério da Educação para comprovar o padrão de qualidade do curso e, portanto, a garantia da qualidade no desempenho profissional sob o princípio esculpido no art. 206, VII e 209, II, da Constituição Federal de 1988.

Cabe, assim, aos conselhos profissionais das diferentes áreas estabelecer requisitos e MECanismos que assegurem o exercício eficaz da profissão de modo a apresentar à sociedade um profissional com as garantias que correspondam aos parâmetros da fiscalização do seu exercício, quer em termos éticos, quer em termos técnicos.

Ao Ministério da Educação está reservada a grande e irrenunciável tarefa de exercer o controle de qualidade dos cursos superiores, comprometendo-se a manter em funcionamento aqueles cuja renovação

de reconhecimento comprove a qualidade exigida no perfil do formando, sob pena de culminar no descredenciamento da instituição.

O seu compromisso com a garantia do padrão de qualidade pode ser identificado no novo instrumento de avaliação aprovado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes. Ele é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. Uma coisa é a atribuição da área educacional de definição de diretrizes para a organização, funcionamento e supervisão das instituições de ensino superior e seus cursos, em termos de diretrizes para a estruturação curricular, determinando condições de oferta, critérios de procedimento de avaliação da aprendizagem, bem como a expedição de certificados e diplomas. Outra coisa é a atribuição dos órgãos de fiscalização do exercício profissional no que se refere às atribuições principais e a ética profissional. O Ministério da Educação vem, reiteradas vezes, se reunindo com as entidades de classe para tentar estabelecer uma profícua parceria entendendo que, naturalmente, essas duas facções da formação do estudante devem estar, sim, trabalhando e funcionando juntas. Essa parceria não pode, jamais, ser esquecida.

Não cabe ao órgão profissional definir condições de funcionamento de cursos e de programas educacionais. O que lhes compete é definir atribuições profissionais correspondentes a partir da respectiva lei de regulamentação da profissão, considerando o diploma expedido e registrado por escolas autorizadas e supervisionadas pelos órgãos próprios do sistema educacional como determinam as próprias leis referentes à regulamentação das profissões. Não lhes compete questionar o diploma expedido e registrado nem a carga horária dos cursos – essa competência é privativa dos órgãos próprios do sistema educacional.

O que pode e deve ser feito é a denúncia de eventuais irregularidades das instituições para os sistemas de ensino. Sequer lhes compete fazer exames de suficiência desses diplomados para fins de registro profissional. O que lhes compete é verificar se o profissional em busca de registro profissional possui o correspondente diploma devidamente registrado, expedido por instituições autorizadas e com o curso reconhecido. Nesse ponto, reforçando a digressão aqui há pouco registrada, as atribuições de um e de outro sistema não são concorrentes, mas sim complementares – um cuida da educação e o outro do exercício profissional, mantendo sempre um canal de negociação permanentemente aberto.

Concluindo, cumpre assinalar que o MEC pretende somente reforçar o entendimento quanto ao papel dos sistemas de ensino e dos conselhos profissionais, cujas competências não são concorrentes e sim complementares, como disse, cabendo aos primeiros, por meio das instituições de ensino que os integram, a responsabilidade de assegurar formação de qualidade e, aos últimos, a responsabilidade de fornecer o correspondente registro profissional aos interessados que preencham as exigências previstas em lei, assim como fiscalizar se a profissão é exercida com competência e ética.

Não faz muito tempo vêm acontecendo encontros periódicos com a OAB também na área de contabilidade, enfim, com o MEC. Eu represento aqui o Sr. Ministro, que me incumbiu de afirmar esse desejo, essa intenção de trabalhar junto com os Conselhos, tentando provavelmente, assim, conseguir encontrar a medida justa do ensino de qualidade, um ensino engajado com o compromisso social, que contribua para transformar o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a.

O próximo orador é o Dr. Paulo Thompson Flores, Presidente da Comissão de Exame da OAB do Distrito Federal e da Ordem dos Advogados do Brasil.

Com a palavra V. S^a para falar por dez minutos.

O SR. PAULO THOMPSON FLORES – Sr. Presidente da Comissão, Srs. Senadores, senhores representantes dos demais Conselhos profissionais, Srs. participantes desta reunião, inicialmente, a justificativa da ausência do nosso Presidente, Dr. Roberto Buzzato, tendo em vista o fato de que, neste fim de semana, se inicia em Florianópolis a Conferência Nacional dos Advogados, uma megaestrutura que exigiu já desde o início da semana a presença do Dr. Buzzato naquela localidade, razão pela qual tenho a honra de representá-lo neste momento.

Creio que o principal papel da OAB nesta audiência pública seja o de relatar a experiência que, ao longo de mais de 10 anos, vem sendo acumulada pela OAB como executora de um exame de Ordem para a habilitação ao exercício profissional da advocacia, creio que sendo a única das atividades que tem esse exame já a todo este tempo amparado em lei que determina como requisito para o exercício da advocacia a aprovação no exame de Ordem.

Sou professor e há muito tempo engajado nessa atividade de formação, tenho, inclusive, uma experiência no MEC, onde fui Secretário de Educação Superior, então, tenho uma vivência das várias pontas deste processo. Parece-me que a questão do exame de Ordem,

um exame de suficiência para qualquer exercício profissional, evidentemente, tem pontos a que se pode colocar favorável e contrariamente. Não há dúvida de que, do ponto de vista da teoria da avaliação, uma avaliação pontual baseada no momento não é, realmente, o melhor sistema de avaliação, qualquer teórico ou mesmo que tenha vivência prática na educação pode atestar isso. Então, isso seria um ponto e um argumento, talvez contrário, à realização desse tipo de avaliação para o ingresso na atividade profissional. Entretanto, esse fato tem de ser inserido na realidade do contexto das várias áreas do conhecimento e das várias profissões e dentro do panorama que temos, digamos assim, do cenário dos cursos superiores hoje, no Brasil. Então, acho que não podemos analisar a questão do exame de Ordem exclusivamente como uma coisa isolada e afastada desse processo como um todo. Este enfoque vai se ligar diretamente com a questão da qualidade do ensino que, por sua vez, está diretamente ligada também, queira-se ou não, com o fenômeno da proliferação de cursos superiores no País. No caso específico do Direito, é verdadeiramente assombroso o acréscimo da oferta de vagas de cursos superiores de Direito no País. Estamos hoje chegando às portas dos mil cursos. O último número efetivo que tenho é em torno de 850 cursos já em funcionamento, mas se considerarmos aquele estoque que está no MEC, em razão daquele processo que paralisou a tramitação dos cursos durante o ano passado, existe lá um número que está gradativamente sendo processado, chegaremos, perdoem a expressão, com a desova desses cursos, aos mil cursos de Direito no Brasil.

Isso leva, fatalmente, a uma queda notável no resultado dos egressos desses cursos. E aí o exame de Ordem passa a ter, a meu juízo, uma função extraordinária com relação à validade, inclusive em termos de defesa da sociedade. O grande problema do profissional mal preparado é o dano que ele pode causar à sociedade.

Às vezes, e eu já ouvi isso muitas vezes, pode-se acusar, por exemplo, o órgão profissional de uma postura, até contraditória as duas críticas, ora corporativa, no sentido de estabelecer uma reserva de mercado, ora de conveniência, de, através do exame de Ordem, arrecadar mais, etc. Qualquer das duas afirmativas é completamente falaciosa.

Para a OAB, se inscrevêssemos todos os egressos do curso de Direito, sem passar pelo exame de Ordem dos quadros da OAB, a arrecadação da OAB triplicaria ou quadruplicaria. Com as medidas de aprovação que temos tido, é muito fácil fazer esse cálculo, não é?

Por outro lado, a questão não é corporativa de defesa da profissão; é uma questão realmente de defesa da sociedade, é o reconhecimento do dano que o mau profissional pode causar à sociedade.

O problema todo – e quero deixar claro que não se trata de uma crítica específica a um momento da política educacional do MEC, eu fui Secretário de Educação Superior há mais de dez anos, e a realidade não se modificou muito de lá para cá –, a verdade é que os instrumentos de fiscalização, os instrumentos de avaliação, por melhores que sejam as intenções, não conseguem cumprir esse papel efetivo de penalizar os maus cursos. Falo no caso do Direito. Eu não conheço nenhum curso de Direito que tenha tido a sua renovação de reconhecimento indeferida. Quando muito, baixa em diligência, quando muito, se reconhece por um ano só e depois de um ano ele volta e acaba sendo reconhecido. Não conheço nenhum curso de Direito que tenha sido fechado por má qualidade. E há muitos cursos de Direito com má qualidade.

Então, o problema é que esses instrumentos internos, dentro do processo educacional, o Professor Godofredo separou bem a questão da educação e do exercício profissional, que realmente são momentos separados, mas que se interligam. Quer dizer, o exercício profissional bom depende da educação adequada. Se não conseguimos, dentro do processo da educação, estabelecer o sistema de amarras, o sistema de controles efetivos, que permitam que realmente dali sejam egressas pessoas efetivamente habilitadas, necessariamente os órgãos de fiscalização profissional precisam de instrumentos para poder, de uma maneira efetiva, a palavra talvez seja forte, bloquear ou pelo menos restringir o ingresso no mercado desses profissionais lamentavelmente mal formados.

Esta é uma realidade com a qual temos de conviver. Pode que o Exame da Ordem não seja o ideal, que o exame de suficiência não seja o ideal, mas eu diria que é absolutamente necessário para a defesa da sociedade dentro do panorama que temos hoje. Quer dizer, temos na OAB – isso está na mídia, é assunto muito ventilado – a questão dos altos índices de reprovação. E esses altos índices de reprovação vêm sendo crescentes. Vêm sendo crescentes por quê? Porque, justamente nesses últimos anos, cada vez mais são despejados mais bacharéis no mercado de trabalho e mais bacharéis despreparados.

Sou membro da Comissão de Ensino Jurídico do Conselho Federal, onde, por competência legal, cabe à OAB emitir um parecer nos processos de autorização e reconhecimento dos cursos. Então, todo curso de Direito, no seu processo de autorização, passa pela Comissão de Ensino Jurídico da OAB, onde recebe

um parecer. Esse parecer não é vinculativo, e entendo eu que, realmente, nem pode ser, porque, se fosse, mudaria a competência, tiraria do MEC a competência autorizatória, mas ele poderia ser um pouco mais valorizado. Aí é diferente.

Nos últimos cinco anos, temos alguma coisa parecida com quatrocentos cursos de Direito autorizados no País, que entraram em funcionamento nos últimos cinco anos. Neles, não chega a trinta o número dos que tiveram parecer favorável da OAB.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PAULO THOMPSON FLORES – A campainha é um sinal dos dez minutos, Sr. Presidente? Mais um minuto.

Para concluir, procurei apenas, talvez um pouco desordenadamente, colocar alguns dados para reflexão em termos da experiência da OAB. Temos tido hoje índices de aprovação no Exame de Ordem baixos. Aqui, no Distrito Federal, são índices ainda razoáveis, até mesmo porque o impacto maior da proliferação dos cursos ainda não se deu no Exame de Ordem. Temos, hoje, 19 cursos no Distrito Federal, o que acho um excesso enorme, mas os que já formaram bacharéis e, conseqüentemente, já estão habilitados ao Exame de Ordem são nove, no último Exame de Ordem. Estamos com uma média de 40% de aprovação, o que em nível de Brasil é muito alto até. O Brasil deve estar abaixo de 30%. Em alguns Estados, 15%, 10%, porque o exame da OAB é elaborado em cada seccional, não há um exame único. A data, hoje, está sendo unificada, mas a elaboração do exame ainda está a critério de cada seccional.

Agradeço a participação e fico à disposição para qualquer indagação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – O próximo é o Dr. Alceu Peixoto Pimentel, Presidente do Conselho Federal de Medicina, a quem concedo dez minutos.

O SR. ALCEU PEIXOTO PIMENTEL – Um bom dia a todos e a todas.

Eu gostaria de agradecer ao Senador Valadares por ter-nos concedido essa possibilidade de o Conselho Federal de Medicina poder participar de um debate dessa relevância para a sociedade, até porque, no nosso caso, isso tem uma relação direta com a qualidade da assistência à saúde que vai ser dispensada à população e, particularmente, com a qualidade de assistência médica. Cumprimento os Srs. Parlamentares.

Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que vim aqui para narrar qual o processo histórico que o Conselho Federal de Medicina, que o movimento médico, a Medicina, de uma maneira geral, tem buscado, tem trilhado na busca da qualidade do ensino e na busca

da qualidade do profissional formado, aquele que vai atender à população. Volto a dizer que, considerando todos os cursos, os de medicina e os de saúde, de maneira geral, têm uma relação direta com esse tipo de qualidade e o dano que pode causar. Os caminhos que trilhamos, que vou tentar, numa síntese bem apertada, colocar para os senhores, espero que contribuam para a formação de uma convicção. E quero dizer que temos o maior respeito pelo processo histórico de busca que foi tomado, exercido, pelas outras profissões, pelas outras corporações, pela OAB, de maneira geral, que é mais antiga, e as outras, que hoje estão buscando caminhos que, entendemos, no mérito, são um pouco diferentes dos nossos, mas temos o maior respeito por esse tipo de busca.

Na perspectiva de atingir uma qualidade de ensino e construir um formado que venha a atender à população de forma adequada, a Medicina sempre pautou pela busca da qualidade de ensino, que são os dois pontos fundamentais, a qualidade do ensino e a qualidade do formado, que é uma conseqüência. Sempre pautou pela qualidade do ensino e foi um dos maiores participantes da Comissão Interinstitucional Nacional do Ensino Médico, que conta com a Abem e a Denem e várias outras entidades e contou com Conselhos Regionais de Medicina fortes, grandes, como o de São Paulo e o do Rio de Janeiro, e o Conselho Federal de Medicina, que foram participantes ativos nesta Comissão e que, inclusive, contribuíram de forma fundamental para a construção das diretrizes curriculares do curso de Medicina, adotadas pelo Ministério da Saúde.

Então, a lógica que o Cinaem sempre buscou foi a produção de um formado, de um produto final no curso de Medicina que passasse por uma avaliação, não somente responsabilizando o indivíduo que se forma, porque é muito fácil se responsabilizar o indivíduo. O mau aluno não é formado somente em função da sua qualidade intelectual; ele pode ser formado em função da má qualidade do processo formador.

Então, em tese, para que avaliemos um formado, precisamos avaliar a estrutura do curso em que ele se formou, o modelo pedagógico por que esse aluno passou. No nosso caso, no caso dos cursos da área da saúde, que são cursos eminentemente práticos, e quanto mais prático melhor, saber qual a estrutura por que está sendo formado esse aluno, qual a estrutura de laboratórios, se existe hospital. Porque existe uma abertura indiscriminada, eu diria, sem nenhuma ofensa, um pouco irresponsável de curso de Medicina por conselhos estaduais e municipais de saúde. Pela lógica, não está correto o Conselho Nacional de Saúde quanto à abertura de escolas privadas, que são aber-

tas com um quadro de professores fictício, em que os professores estão colocados em quadros de escolas que têm 500 quilômetros de distância entre uma e outra, estão ali colocados somente para qualificar o elenco de professores, que não têm hospital, que não têm definição de vagas para residência médica e que não têm nenhum currículo completo ainda. E achar que se pode formar o aluno somente incluindo na rede pública de saúde!

A inclusão do aluno na rede pública de saúde é uma defesa fundamental que o movimento médico tem feito para que ele entre em contato com a sociedade mais cedo, para que ele possa ser formado de forma holística, tendo visão geral das condições de saúde da população, não só da doença, mas do contexto onde aquela doença se desenvolve.

Essa é a idéia de como avaliar um formando, avaliar a estrutura de curso, currículo, avaliar uma série de fatores que vão ser decisivos, e não somente avaliar um aluno de forma pontual. Aí reforço a tese do Dr. Paulo de que no meio acadêmico, entre professores, não existe consenso quanto a métodos ou metodologia para avaliação; não existe consenso. Só existe um consenso no meio acadêmico: que a avaliação que é feita de forma pontual não presta, não diz nada, não reflete o que o aluno aprendeu, nem reflete o quociente intelectual daquele aluno, porque o aluno pode ser pego, no momento de fazer aquela prova, com variáveis que vão prejudicar seu desempenho, pode estar doente, pode estar com febre, pode estar com diarreia, pode ter morrido alguém da família, pode ter feito uma viagem desgastante, qualquer coisa que prejudique o desempenho.

Então, no nosso entendimento, a avaliação tem que ser feita em processo, e essa avaliação em processo é aquela que vai poder pegar o aluno formado nos seus pontos altos e baixos e que a média vai ser a avaliação, o que seria o desempenho daquele aluno durante seu curso. Então, esses são os elementos que eu gostaria de trazer, que é a concepção teórica da maioria do movimento médico.

Por que digo maioria? Porque hoje temos o Conselho de Medicina do Estado de São Paulo, que está fazendo uma prova de suficiência, a título experimental, uma decisão do Conselho Regional do São Paulo que o movimento médico respeita, mas que, na prática, não vai ter valor nenhum, porque mesmo os alunos que não passam vão ter que ser registrados pelo Conselho Regional de Medicina de São Paulo. Isso vai criar um problema incrível para o aluno, porque aquele que não passar – entendemos que uma avaliação pontual não reflete a qualidade do aluno – vai ser discriminado no mercado, porque o mercado, logicamente, vai

querer aqueles que passaram no exame, que não tem valor nenhum, mas que passa a ser um referencial ao mercado.

Essa é uma experiência do Conselho de São Paulo, apesar de ser um dos conselhos que mais participou do processo de discussão dentro do Cinaem, na perspectiva da formação da qualidade em processo e não da avaliação de forma pontual.

Se formos agora fazer uma ilação, porque não temos essa experiência, temos a experiência nesse campo que acabei de colocar para os senhores, se formos fazer uma avaliação da questão do exame de ordem, ou do exame de suficiência, eu me recordo de um; essa tese é um assunto que está em debate, em reflexão, dentro do movimento médico.

Fizemos um encontro nacional em Manaus, em 2002, a que foram representantes da contabilidade, da veterinária, que estavam propondo aplicar o exame da OAB pela experiência que têm, e o próprio representante da OAB colocou para nós, naquele momento – o que é uma coisa extremamente correta; não é uma crítica, é só uma reflexão –, que o exame tinha sido criado originariamente na busca de estimular a qualidade dos cursos de Direito. Ou seja, os cursos de Direito que existiam iriam ter que preparar bem os seus alunos para passar naquele curso.

No nosso entendimento, na nossa avaliação, na nossa reflexão, funcionou ao contrário, porque estimulou, de forma inadequada, uma proliferação. O gestor, o dono do curso, quem promove o curso se isenta da obrigação de formar um bom aluno, porque ele vai ter que passar no exame de ordem, e estamos vendo que há Estados em que essas aprovações são em número maior ou menor, mas estamos vendo Estados em que o índice de aprovação chega a 8% dos alunos que se formam. Será que 92% dos alunos que se formam nesses cursos são péssimos e não conseguem passar? Ou será que a preocupação com a defesa da sociedade está ficando tão grande que estamos criando um funil difícil para que o aluno possa acessar o mercado? Ou será que estamos querendo também proteger o mercado? Porque inscrever todos os alunos que se formam, necessariamente, aumentaria a arrecadação da entidade, mas criaria um caos dentro do mercado na perspectiva de espaços de postos de trabalho.

Então, são reflexões que trazemos e deixamos aqui que a busca do movimento médico é o enfoque para uma análise sobre a abertura discriminada de escolas médicas, no caso da medicina. Espero que num futuro próximo possamos estar aqui discutindo essa tese. Temos um projeto na Câmara, do Deputado Arlindo Chinaglia, que propõe uma moratória de dez anos desses cursos, sem abertura de nenhum curso, e uma

avaliação e o fechamento daqueles cursos médicos ou da área de saúde que não estejam formando profissionais adequados ao atendimento da sociedade.

Então são pontos como esse que entendemos que podemos...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALCEU PEIXOTO PIMENTEL – Um minuto mais, Senador. Estou terminando.

Não que esses cursos sejam abertos com enfoque de privilégio de grupos políticos regionais ou de um interesse financeiro, porque, se os senhores não sabem, um aluno de medicina, em média, paga R\$3 mil por mês numa faculdade de medicina privada. E se entendemos que existem cerca de 500 a 600 alunos em cada escola, dá um nível de renda extremamente bom.

Entendemos que o exame de suficiência é um instrumento que não contribui para o aumento da qualidade de ensino; ao contrário, entendemos que ele peca porque estimula a proliferação inadequada pelo nível de falta de responsabilidade dos donos de cursos, que, vamos dizer assim, se eximem da responsabilidade e não aumenta a qualidade do formando. Em tese, hoje funciona como uma proteção da sociedade, e acho que funciona – respeito essa tese –, mas funciona também como uma proteção de mercado.

Digo para os senhores, para finalizar, que um formado em advocacia que não passa no exame de ordem tem várias opções de mercado, concurso para procurador, juiz, receita federal, delegado de polícia, uma série de coisas. Nossa preocupação com o formado de medicina que não conseguir passar é que ele se interiorize pelos rincões do País e passe a exercer medicina de forma ilegal, porque eles vão ter que sobreviver, até, provavelmente, estimulado por uns poucos gestores, que hoje estimulam esse tipo de prática dando guarida a profissionais que se formaram no exterior e que não passaram ainda por uma avaliação da qualificação que teve fora feita por uma universidade pública brasileira e estão trabalhando e sendo pagos por alguns gestores.

Essas são as reflexões que trago e volto a agradecer ao Senador Valadares pelo espaço. Desculpem-me por ter ultrapassado em dois minutos o tempo que me era permitido.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Agradeço a V. Sª.

O próximo convidado a falar é o Dr. Wilson Lang, Presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. Em seguida, ouviremos o representante do Conselho Federal de Contabilidade e,

por último, o representante do Conselho Federal de Medicina Veterinária.

Portanto, com a palavra o Dr. Wilson Lang, por dez minutos.

O SR. WILSON LANG – Cumprimento o Senador Antonio Valadares, Presidente desta Comissão, cumprimento as Srªs e os Srs. Senadores, os meus colegas de mesa, as senhoras e os senhores.

O assunto que nos traz aqui hoje é de uma importância que transcende muito a questão objetiva de falarmos sobre um exame de ordem apenas. Sou professor da Universidade Regional de Blumenau, Santa Catarina, titular da área de engenharia de construção, onde já fui diretor do Centro Tecnológico, e tenho trinta anos de experiência profissional no ensino superior nas costas, mas também sou profissional liberal, também já fui empresário e neste momento dirijo uma organização muito diferente de todas as demais que estão aqui na mesa. Nosso sistema profissional tem, primeiro, novecentos mil profissionais registrados e, segundo, tem um formato multinível. Ou seja, temos, no nível pleno, os engenheiros, os arquitetos, os agrônomos, os geólogos, os meteorologistas e os geógrafos e temos o nível dos tecnólogos, temos o nível técnico de nível médio e ainda temos, por obrigação, também os engenheiros de segurança, que são profissionais que obtêm sua formação num curso de pós-graduação.

Portanto, somos um sistema multiprofissional e multinível, o que traz consigo todo um conjunto de diferenças no que se refere à concessão de atribuições profissionais que temos a obrigação de diferenciar.

O nosso nobre colega da área educacional já mostrou com clareza que o sistema educacional abriu a porta para a definição clara de quem cuida da educação e quem cuida do exercício profissional. Portanto, cabe a nós estabelecer esses MECanismos referentes ao exercício profissional.

Por outro lado, é preciso que tenhamos em mente uma questão fundamental: para que serve um órgão de regulamentação profissional? No Brasil, infelizmente, o modelo adotado é o estabelecimento de uma autarquia pública federal que tem caráter especial, entre aspas, porque diversas configurações legais se aplicam ou não se aplicam, dependendo das diferentes manifestações das instâncias jurídicas e do Tribunal de Contas da União.

Temos também um conjunto de assimetrias dentro dessa legislação, porque, enquanto todos os sistemas profissionais obedecem a um determinado tipo de regulamentação, a OAB é tratada de forma diferente. Então, existem assimetrias de regulamentação nas profissões.

E, por último, essa configuração de que transfere ao Poder Público, no caso, ao Presidente da República a definição e o encaminhamento da organização desses conselhos, certamente traz o maior dos prejuízos porque configura as organizações profissionais como um elemento de Estado. E num Estado como o brasileiro, com todas as suas mazelas, que nós todos muito bem conhecemos, com certeza, isso cria um conjunto de dificuldades, muito diferente do que acontece nos países desenvolvidos.

Então, eu queria que pudéssemos, Senador Antônio Carlos Valadares, rapidamente, acompanhar um pequeno exercício geográfico que elaborei para ver para que serve um órgão de regulamentação profissional e, no final, entendermos para que lado podemos caminhar ou não. Faço isso com um exercício geométrico. Procurei colocar uma transparência ali na pedra, que está meio apagado aqui, mas não tem nenhum problema. Isso aí é um triângulo, poderia ser uma pirâmide, se quiséssemos pô-lo no espaço. Esse triângulo é, na verdade, o que vou chamar de a sociedade, a sociedade como um todo. Aí dentro está a sociedade como um todo. Na minha concepção, a sociedade começa com o indivíduo, é o cidadão. Esse é o ponto, o vértice inferior desse triângulo, que estabelece e demonstra toda a instabilidade que a sociedade pode ter em função do comportamento dos indivíduos.

A minha ponteira aqui está falhando, mas tudo bem.

A partir dali eu vou segmentar esse triângulo com segmentos de reta, infinitos segmentos de retas, que vou chamar de sistemas organizados da sociedade. E o primeiro segmento organizado da sociedade, depois do indivíduo, é a sua família. É um conjunto de pessoas a que damos o nome de família. A partir daí, temos a associação dos moradores da rua, temos associação dos funcionários do Congresso, temos os partidos políticos, temos os sindicatos, temos as associações profissionais. No caso das nossas profissões, temos mais de mil e seiscentas associações profissionais, que são de natureza privada e que são associações de engenheiros, engenheiros MECânicos, engenheiros eletricitas, engenheiros eletrônicos e por aí afora. E por último, a última linha, que fecha o triângulo, é a linha que eu chamo de Estado. Não é? A última linha é o Estado. Então, temos aí o Congresso Nacional, temos o Executivo e temos o Legislativo.

Todas as aspirações de um indivíduo se propagam através dos segmentos organizados da sociedade. Quer dizer, alguém, em 1933, meados de 1933, engenheiros começaram a entender que as profissões tinham que ter uma regulamentação, tinham que ter um controle, tinham que ter um sistema aferidor e ga-

rantidor da qualidade. Aí começaram a estimular as associações, os clubes de engenharia. Esses clubes foram avançando, foram avançando e chegamos na última linha, que é o Estado, no caso o Congresso Nacional, onde estão as aspirações desse grupo. Ou seja, o objeto do Projeto de Lei que aqui está sendo tratado é um exemplo claro disto. Profissionais e entidades e Conselhos, como órgãos da sociedade, estabelecem uma aspiração, uma necessidade, uma necessidade do indivíduo e do grupo coletivo.

Ao chegar ao Congresso Nacional, o Congresso Nacional afere se isto é uma configuração de natureza coletiva, faz os debates, as discussões e gera uma lei que... Tenho aqui uma reta, que vem debaixo para cima, que são as aspirações dos indivíduos representados através dos segmentos organizados da sociedade.

Por último, desce, então, um projeto de lei transferindo para a sociedade, de forma coletiva e obrigatória, as aspirações daqueles segmentos. Então, por isso, é que em 1933, por exemplo, no nosso caso, foi regulamentada a profissão de engenheiro e arquiteto e agrônomo. Foi uma aspiração dos indivíduos, da sociedade, contemplada pelo Estado.

O Estado, ao estabelecer isso, cria, na verdade, uma reserva de mercado. Só determinadas pessoas que atendem a determinados requisitos podem exercer aquelas profissões. Ora, ele não pode, o Estado não pode criar esse tipo de situação. Em troca disso, em troca dessa hipotética reserva de mercado, ele cria a obrigatoriedade de um sistema de fiscalização profissional para a defesa da sociedade. Todos os órgãos de regulamentação profissional existentes no Brasil, independentemente da cara com que elas se vendem no *marketing* institucional, são criadas para a defesa da sociedade e não do profissional. O profissional entra numa órbita subjacente e periférica quando se fala em ética. Quando se entra no campo da ética, aí sim, existe um campo específico onde se podem trabalhar os interesses dos indivíduos. Mas, em linha geral, os órgãos de regulamentação profissional existem e só se justificam quando estão a serviço da sociedade.

Feitas essas explicações, que são necessárias para isso, o nosso órgão tem que garantir para a sociedade a qualidade do profissional, a qualidade do serviço. Como posso garantir para os senhores que essa estrutura que está sobre as nossas cabeças vai ser segura o suficiente? Então, temos que ter um sistema de garantia para isso.

As instituições de ensino, as escolas, elas, efetivamente, não têm nenhum MECanismo aferidor de qualidade que possa nos permitir essa interpretação.

Eu participei como membro da comissão que implantou o primeiro exame nacional de ordem na área

de engenharia civil, quando o exame nacional de curso era uma coisa atacada na rua pelos segmentos, pelo *establishment* das universidades. Hoje isto já flui com mais facilidade. Mas alguém tem que garantir essa qualidade. Quem garante? A universidade não garante. O MEC não garante. O MEC pode fazer avaliações da escola, pode fazer avaliações dos cursos, mas ele não consegue fazer avaliações dos indivíduos, e é sobre os indivíduos que nós estamos trabalhando e não sobre os segmentos da sociedade. Então, alguém tem que fazer isto. Seria o sistema regulamentador da profissão? No meu entendimento – e o Sistema Confea/Crea vem debatendo isto fortemente –, penso que não. Pode não ser o sistema organizador das profissões. Pode ser que tenhamos que criar um sistema de avaliação externo a tudo isto, como é, por exemplo, nos Estados Unidos. Nos Estados Unidos, o cidadão pode se formar no MIT, no Massachusetts Institute of Technology, e grande coisa, não quer dizer que ele vá ser engenheiro. É a melhor escola de engenharia do mundo, mas nem por isto ele vai ser engenheiro. Ele vai ter que se submeter aos ditamos da ordem da profissão e vai ter que se submeter a uma avaliação de um sistema certificador.

Existe uma outra coisa, de que até agora não se falou aqui, que é o sistema certificador da qualidade, que pode estar, ou não, dentro do órgão regulamentador. Esta é uma outra discussão.

O fato concreto, senhores, é que nós, o sistema Confea/Crea, que congrega, então, esses engenheiros, arquitetos, agrônomos, todos esses profissionais, entendemos que temos que ter um sistema de avaliação desta qualidade do indivíduo, porque é sobre ele que vamos trabalhar. É o engenheiro que vai desenhar e projetar isto aqui e vai derrubar isto aqui se for o caso. É o profissional que vai fazer isto, não a escola. Então, tem que haver um sistema de avaliação. Seria uma prova? É evidente – já foi dito aqui, com toda clareza – que uma prova é uma avaliação pontual e circunstancial e que não mede nada. Ela só serve para se criarem – como se faz no caso dos advogados e se fará no caso dos médicos – as escolas de preparação para o exame de ordem, assim como há, no Exame Nacional de Curso – e o MEC sabe disto –, as escolas que dão cursos preparando os alunos para o exame nacional de curso. Quer dizer, antes do exame, o aluno recebe, então, uma carga específica de informações para prepará-lo para o exame para ver se ele sai melhor no exame. Isto não serve para nada, absolutamente nada.

Entendemos – e nós estamos trabalhando sobre isto – que devemos propor, num momento – e isto ainda não é uma questão fechada –, um sistema de ava-

liação que possa conter elementos que refluem para a universidade e criem MECanismos de melhoria do ensino dentro da universidade.

Por exemplo: há mais de vinte anos que sou o coordenador do estágio supervisionado. Os meus alunos engenheiros saem com um estágio de 600 horas, *full time*. Eles passam pelo menos 600 horas dentro de uma empresa. Eu não tenho a menor dúvida, e faço um desafio a quem quer que seja que demonstre o contrário, que esse engenheiro é muito diferente de um outro de uma universidade próxima que também é uma excelente escola mas que não tem estágio nenhum.

O SR. (Orador não identificado) – Qual é a sua escola?

O SR. WILSON LANG – A minha escola é a Universidade Regional de Blumenau.

Eu tenho três filhos, os três engenheiros. Uma se formou no ano passado, na Universidade de Brasília. Não tem estágio. Esse tipo de profissional tem uma cara, tem um jeito.

Então, por exemplo, um sistema de avaliação, Sr. Presidente, que contemplasse um conjunto de variáveis em que uma prova seria um dos itens, um dos itens, não o fundamental, mas que viabilizasse, por exemplo, um sistema de estágio.

Vamos criar aqui um MECanismo de pontuação: um estágio de 30 pontos. O cidadão fez uma defesa de trabalho no final do curso, que é um trabalho que tem uma visão holística do processo da formação profissional. Então, ele ganha mais 40 pontos. Ele defendeu uma dissertação com supervisão externa, como há em muitas universidades. Eu próprio participo de supervisões externas. Aí ele ganharia mais 200 pontos.

Então, você criaria MECanismos que refluem pra dentro das instituições e fazem com que elas mudem a sua forma de ensinar.

Então, esse é o MECanismo, porque, no fato concreto, Srs. Senadores, a educação neste Brasil sempre foi um feudo. Ela é péssima; os exames, as avaliações, as pesquisas feitas – estou concluindo, Senador Botelho – são absolutamente visíveis e concretas. Setenta por cento dos brasileiros não sabem fazer três operações matemáticas básicas sucessivas. Ou seja, ele não sabe calcular o desconto que ele vê numa loja do *shopping*. O nosso ensino é péssimo. O ensino fundamental é péssimo. O aluno brasileiro não sabe ler e não sabe escrever.

O SR. (Orador não identificado) – (Inaudível. Fora do microfone.)

O SR. WILSON LANG – Bom, esse é um outro problema que fica lá para o...

O SR. (Orador não identificado) – (Inaudível. Fora do microfone.)

O SR. WILSON LANG – Então, nós temos uma realidade. Nós entendemos, por outro lado, que dizer que não, que vamos fazer, que vamos ter menos escola porque isso vai equilibrar mercado, isso é uma falácia. Temos que ter tantos profissionais quantos necessários. Seria muito interessante que todos os brasileiros fizessem o curso de Direito – esse é o meu pensamento –, porque é um curso interessante para todos. Agora, para fazer disso o exercício profissional, tem que haver uma regra de transição, e essa regra de transição é o sistema de avaliação.

Então, era essa, Senador Botelho, Srs. Senadores, a contribuição do Confea/Crea na discussão não só de uma necessária revisão dos MECanismos jurídicos que estabelecem a formação dos órgãos de regulamentação profissional, como também a necessária avaliação por parte dos senhores da existência de um sistema de avaliação que permita aos órgãos de regulamentação profissional efetivamente garantir para a sociedade um profissional com a qualidade necessária.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado, Dr. Wilson Lang.

Com a palavra agora o Dr. José Martonio Alves Coelho, do Conselho Federal de Contabilidade, por dez minutos.

O SR. JOSÉ MARTONIO ALVES COELHO – Senador Augusto Botelho, Senador Wellington Salgado, Senador Mão Santa, Senador Romeu Tuma, Senador Ramez Tebet, Senador Flávio Arns, meu agradecimento pelo convite.

Nós ouvimos atentamente os colegas que nos precederam e os senhores verificam cada um na sua expertise: a medicina, a engenharia...

O Conselho Federal de Contabilidade, o sistema contábil brasileiro, nós já vínhamos elaborando, implementamos o exame de suficiência desde o ano 2000 através de Resolução do Conselho, e por esse exame já passaram 150 mil candidatos. Esse exame de suficiência foi precedido de uma verdadeira maratona, em todo o Brasil, junto a instituições de ensino em todos os Estados da Federação... À época, eu era Vice-Presidente de Desenvolvimento do Conselho Federal de Contabilidade. Quero deixar claro que sou educador, tenho trinta anos de magistério, sou dirigente de uma universidade e discutimos isso com todo o movimento estudantil brasileiro. Tenho em mãos – vou distribuir aos Srs. Senadores, peço permissão – um documento da Federação Nacional dos Estudantes de Ciências Contábeis, que congrega 225 mil estudantes neste País.

Essa carta, que é uma moção do encontro que aconteceu em Natal, conclui:

“O Movimento Estudantil de Ciências Contábeis do Brasil apóia e é solidário com a luta para que o exame de suficiência possa vigorar com força de lei e ser, de uma vez por todas, um instrumento salutar para a classe contábil e para a classe estudantil”.

Ora, o exame em si não se resume única e exclusivamente numa prova, como se quer colocar. O Conselho Federal de Contabilidade, nós já distribuimos, com as instituições de ensino deste País, mais de 400 mil livros tratando de norma da profissão, do exercício profissional, de ética profissional. Às vezes, verificamos e assistimos a CPMLs, por exemplo, em que, de quando em vez, se fala no profissional da contabilidade. É exatamente nesta vertente que estamos trabalhando, procurando incutir no jovem, no estudante, uma formação ética, uma conduta proba, para que, de uma vez por todas, cada cidadão, no exercício da sua profissão, possa efetivamente contribuir para o País.

Este é o papel dos Conselhos de Fiscalização: o de proteção à sociedade efetivamente. Não podemos falar aqui em reserva de mercado. Para nós, como dirigentes de Conselhos, onde já passaram 150 mil candidatos a profissional de contabilidade, apenas 50 mil foram aprovados. Aproximadamente 100 mil foram reprovados. Calcule-se isso – e não vamos falar em números aqui, porque não é nossa área. Os contadores também são poetas, não só tratam de números. Nós também fazemos poesia. Então, por conta disso, se calcularmos esse 100 mil que não conseguiram fazer o seu registro no primeiro momento, quanto perderemos de receita se nós formos enveredar por esse caminho? Essa discussão não comporta.

Ademais, nas nossas resoluções, é proibido que qualquer conselheiro, quer seja de Conselho Federal, Conselho Regional, ou que tenha alguma vinculação com o sistema contábil brasileiro, possa ofertar qualquer tipo de curso que trate de exame de suficiência.

Por que fizemos isso? Porque, em cada prova, em cada exame nosso, estratificamos cada questão, por faculdade, em todo o Brasil e encaminhamos àquela faculdade quais são as deficiências do ensino, onde foi o maior índice de erro daquela matéria, para contribuir efetivamente para a qualidade do ensino. Tanto isso é verdade que o autor do nosso projeto de lei é um empreendedor da educação, tem faculdade inclusive no Estado do Piauí, que é o Deputado Atila Lira, e como proprietário de faculdades, poderia se dizer que ele estaria... Não, o exame dificultará o ingresso desses alunos no mercado de trabalho. E ele, verificando a seriedade, porque estivemos em sua faculdade, ofereceu-se para ser autor do projeto de lei, porque viu a seriedade com que estamos empreendendo esse mo-

vimento do exame de suficiência, pois queremos fazer um trabalho que, infelizmente, o Estado brasileiro não está fazendo, que é procurar a melhoria na qualidade do nosso ensino.

Para os senhores terem uma idéia, nesses últimos cinco anos, já investimos a contragosto do Tribunal de Contas da União, quase R\$ 10 milhões em titulação de professor, coisa que nenhum segmento de fiscalização de exercício profissional faz, porque entendemos que é fiscalização preventiva.

Temos convênio com a UnB, com a USP e com outras instituições de ensino que ofertam mestrado, para titularmos e assim atendermos o que define a Lei de Diretrizes e Bases, que é a questão de um terço de professores mestres ou doutores.

Estivemos semana passada no Conselho Nacional de Educação, mostrando a seriedade com que estamos trabalhando no exame de suficiência. Temos audiência marcada com o Presidente da Capes, para poder facilitar ao Conselho Federal de Contabilidade recursos para titulação de professores em todo o Brasil.

No Norte, no Pará, onde temos dificuldade, que não tem curso de mestrado, conseguimos levar a USP lá para dentro, investimos R\$500 mil, subsidiando um curso de mestrado da USP no Estado do Pará, para titular professores. Temos convênio com a UnB, que atende a seis Estados do Nordeste: Paraíba, Pernambuco; temos convênio com as instituições de ensino e estamos firmando agora com Sergipe, Piauí e Alagoas, para poder titular.

Então, o nosso caminho é o caminho da seriedade, da qualidade e, como bem disse o colega que nos precedeu, temos a obrigação institucional, como dirigentes de órgão de fiscalização, de proteger a sociedade. Não podemos pugnar pela proteção do indivíduo em detrimento da sociedade. É por isso que estamos solicitando a compreensão e o entendimento dos Srs. Senadores da seriedade com que estamos solicitando a aprovação desse projeto de lei. O momento hoje exige. Para que os senhores tenham uma idéia, estamos chegando ao número de oitocentas faculdades de Ciências Contábeis no Brasil. Abrem-se, a cada dia, duas ou três.

Para que os senhores tenham uma idéia, anteontem – sou de Fortaleza – estávamos vendo na televisão a oferta de um curso em uma faculdade em que não há nenhum professor titulado e que cobra R\$158,00 de mensalidade. Pergunto eu: essa faculdade certamente não registra seus professores, não tem professores titulados e estará entregando à sociedade péssimos pretensos profissionais.

É contra isso que estamos pugnando, até porque a formação do terceiro grau, como dizem as próprias diretrizes curriculares, não garante o exercício da profissão. Ela garante a empregabilidade, que é uma coisa completamente diferente. Ao concluirmos o terceiro grau, ganhamos empregabilidade.

Quero dizer ao colega da Medicina que tenho um amigo particular no Ceará que é auditor da Receita Federal. Ele é médico, fez o concurso e hoje é auditor da Receita Federal. Ele fez o curso superior para ganhar empregabilidade. Quer dizer, uma coisa não tem nada a ver com exercício profissional.

É só isso, senador.

Peço o entendimento dos Srs. Senadores porque o momento é de muita seriedade. Já vínhamos fazendo efetivamente o nosso exame, já temos 150 mil pessoas. Neste documento que estamos encaminhando aos senhores, podem ser verificadas as estatísticas dos que já fizeram o exame de suficiência. Já temos maturidade e segmentamos o exame. O nosso exame é nacional, realizado duas vezes por ano, dentro do Conselho Federal, para todo o Brasil, exatamente para evitar a questão de regionalismos.

Estive conversando com o Presidente Buzatto, e a OAB implementará logo um exame em âmbito nacional.

Muito obrigado pela atenção, Srs. Senadores. Desculpe-me se passei trinta segundos.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Eu gostaria de falar que a nossa campanha toca automaticamente quando falta um minuto. Esquecemos de avisar isso para os senhores.

Muito obrigado, Dr. José Martonio.

Com a palavra, o Dr. Benedito Dias de Oliveira Filho, representante do Conselho Federal de Medicina Veterinária.

V. Sª tem dez minutos para expor o seu pensamento.

O SR. BENEDITO DIAS DE OLIVEIRA FILHO – Muito obrigado.

Bom dia a todos. Senador Augusto Botelho, companheiros de mesa, demais Senadores, em primeiro lugar, eu gostaria de justificar a ausência do Presidente do Conselho Federal, que se encontra em atividade no Estado da Bahia e não pôde aqui comparecer.

Eu sou Professor da Universidade Federal de Goiás e membro da Comissão de Ensino do Conselho Federal de Medicina Veterinária.

Em função do tempo, vou me deter no que se refere especificamente ao que a Medicina Veterinária tem feito, mais especificamente por parte do Conselho Federal de Medicina Veterinária.

A Medicina Veterinária é uma profissão bastante ampla. O lado mais conhecido dela, por parte da sociedade, é a atuação do profissional como médico dos animais. Agora, através da regulamentação, pela Lei nº 5.517, o profissional Médico Veterinário tem uma série de outras atribuições, entre elas a responsabilidade da inspeção dos alimentos de origem animal consumidos pela população, como carne e leite, por exemplo, e uma atuação muito importante na área de saúde pública.

Muitas das doenças que acometem o homem têm como fonte os animais. Então, o trabalho do médico veterinário em controlar as doenças dos animais é uma forma indireta de trabalhar com a prevenção da saúde humana. A mesma coisa acontece com a qualidade dos produtos de origem animal consumidos pelo homem.

Hoje temos no País por volta de oitenta mil profissionais inscritos no Sistema Conselho Federal de Medicina Veterinária – Conselhos Regionais. Existem, hoje, cerca de 150 cursos de Medicina Veterinária em funcionamento no País, formando em torno de 6.000 a 7.000 novos profissionais a cada ano.

O trabalho do Conselho Federal de Medicina Veterinária na área do ensino começou ainda no final da década de 80, início da década de 90, quando, por meio da 1ª Comissão Nacional do Ensino de Medicina Veterinária, o Conselho fez, naquele momento, um diagnóstico da situação do ensino da Medicina Veterinária no Brasil, uma publicação da qual, infelizmente, só tenho um exemplar aqui comigo, mas que posso passá-lo a quem interessar. Naquela época, esse diagnóstico foi feito com base em 37 escolas de Medicina Veterinária em funcionamento. V. Ex^{as} podem perceber que, do início da década de 90 para os dias de hoje, houve uma proliferação bastante acentuada no número de cursos de Veterinária: hoje, há por volta de 150 cursos em funcionamento.

No início desta década, por volta de 2000, o Conselho Federal de Medicina Veterinária, em conjunto com os conselhos regionais e preocupado com essa situação do ensino – apesar de que, como já foi dito, a responsabilidade principal de autorização e fiscalização é do Ministério da Educação e respectivos conselhos estaduais de educação – instituiu o exame de certificação. Infelizmente, se observa, no caso da Medicina Veterinária, assim como na maioria das outras profissões, que a qualidade dos profissionais tem deixado a desejar a cada momento.

Dentro do que era possível se fazer, o Conselho Federal de Medicina Veterinária instituiu, em 2001, um exame de certificação que passou a ser aplicado a

partir de janeiro de 2002. Já aplicamos hoje dez exames, dois a cada ano.

V. Ex^{as}, Sr^{as} e Srs. Senadores, têm à disposição um relatório sintético dos primeiros seis exames realizados nos anos de 2002 e 2003. Em relação a esse relatório, há dados referentes à participação de quase dez mil egressos, recém-formados. Hoje, já existem por volta de dezoito mil participantes desses exames.

É claro que temos consciência de que um exame como esse não é a solução ideal, mas, como eu disse, de acordo com a realidade e com as condições, é o que o Conselho Federal de Medicina Veterinária concluiu ser possível ser realizado.

A instituição desse exame foi precedida de uma ampla discussão com toda a sociedade da Medicina Veterinária, não apenas com a sociedade profissional, mas principalmente com as instituições de ensino. Foram realizados, por todo o País, vários seminários com todas as instituições de ensino da Medicina Veterinária para a discussão do assunto e, principalmente, para a definição e normatização dos critérios a serem colocados como elementos para a realização do exame. Em sociedade com todas as instituições de ensino e com os conselhos regionais, nasceu, então, essa metodologia colocada hoje em prática.

Fico muito tranquilo para dizer a V. Ex^{as} que o Exame de Certificação da Medicina Veterinária tem hoje aceitabilidade muito grande por parte da sociedade, inclusive por parte dos próprios recém-formados. Prova disso é que, em alguns Estados, como o Rio Grande do Sul e o Pará, existem liminares impedindo a realização dos exames e existe um número significativo de estudantes formados naqueles Estados que solicitam ao Conselho Federal que permita a participação deles no exame em outros Estados vizinhos. Infelizmente, não tenho esses números aqui, neste momento, para mostrar para os senhores, mas isso é uma realidade. Bem, além dessa realidade, entendemos que o exame, de uma forma indireta, é uma ferramenta muito importante para a melhoria do ensino. Apesar de ter sido aqui colocado anteriormente que esse objetivo que existia, quando a OAB criou o exame dela, não foi atingido, nós já estamos percebendo que as instituições de ensino, após a realização do exame, recebendo um relatório bastante consubstanciado relativo ao desempenho de seus egressos, tem já, de uma certa forma, procurado promover correções naqueles pontos que apresentam um desempenho abaixo do desejado.

Então, considerando que a responsabilidade do Conselho Profissional, como também já foi dito, é de defender a sociedade contra os atos de profissionais que não apresentam um mínimo de conhecimento para o exercício profissional, entendemos, por outro lado,

que esse Conselho tem também a responsabilidade com o ensino. Ao devolvermos às instituições de ensino informações detalhadas sobre o desempenho de seus egressos, entendemos que estamos contribuindo, sim, mesmo que seja de uma forma indireta, com elementos para que as instituições de ensino possam promover as correções que, porventura, seja necessário instituir naquele curso.

A Medicina Veterinária tem, como todos os cursos da área de saúde, diretrizes curriculares que foram aprovadas há relativamente pouco tempo – no caso da Medicina Veterinária, a partir de 2003 –, e nessas diretrizes curriculares está clara e obrigatória a necessidade de que, em cada curso, haja esteja contemplado no projeto pedagógico desse curso o estágio curricular. Isso já era praticado pela grande maioria dos cursos. Que o estágio é uma ferramenta importante para a formação profissional não há nenhuma dúvida, mas tão-somente a realização do estágio não nos garante que teremos profissionais plenamente formados. Infelizmente, em muitas das instituições de ensino que estão em funcionamento hoje, a estrutura – laboratórios, hospital veterinário, setores de produção – necessária para a boa formação de um profissional médico veterinário, não é aquela ideal.

Então, nós estamos fazendo uma avaliação pontual de uma certa forma, sim, porém é uma avaliação pontual que gera elementos fundamentais, importantes, que são retornados à instituição de ensino no sentido de oferecer subsídios a essa instituição para promover as melhorias que necessitam nesse curso.

Então, Srs. Senadores, é nesse sentido que nós, da Medicina Veterinária, gostaríamos de contar com a compreensão e o apoio dos senhores em relação a esse projeto que se encontra em pauta. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado, Dr. Benedito Dias de Oliveira Filho, representante do Conselho Federal de Medicina Veterinária.

Agora, os Srs. Senadores farão perguntas aos Srs. Expositores de acordo com as normas aqui da Casa.

Com a palavra o Senador Flávio Arns, que é o autor do requerimento.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sr. Presidente, prezados expositores também, colegas Senadores e as pessoas que acompanham esta audiência pública, na verdade, a Senadora Patrícia Saboya Gomes também requereu a realização desta audiência pública e eu próprio, em conjunto com S. Ex^a, também requeri, porque havia dois projetos de lei em tramitação nesta Comissão para a regulamentação do exame de suficiência na área de Ciências Contábeis e na área de Medicina Veterinária. Então, havendo um processo de

discussão, achamos interessante a participação da OAB, para relatar a experiência nesses últimos anos, também, do Conselho de Engenharia, Arquitetura e Agronomia e Medicina, e também do Ministério da Educação, do Conselho Nacional de Educação.

Sr. Presidente, o Conselho justificou a ausência?

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)

– Segundo a assessoria, não justificou a ausência.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – E a UNE?

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Também não justificou.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O único que justificou parece que foi o Ministério do Trabalho, que também havia sido convidado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – A UNE e o Conselho Nacional de Educação justificaram que não poderiam vir, e a Senadora Patrícia Saboya comunicou que está viajando com o Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, para o Ceará, por isso não pôde comparecer.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – A Senadora Patrícia é sempre presente, atuante, e certamente esta viagem é que impediu que ela pudesse estar aqui presente.

Trata-se de um assunto, até pelas exposições, eu diria controvertido, polêmico. O próprio Ministério da Educação levantou a situação do processo de avaliação, inclusive aprovamos uma legislação, no ano passado, alterando este processo de avaliação das instituições de ensino superior, o que me pareceu bastante correto. São etapas também que tinham que ser vencidas. Antes, avaliava-se unicamente o desempenho do aluno, a nota que o aluno tirava no Provão. No novo sistema, avalia-se, como foi dito, a instituição globalmente, o curso e o próprio aluno também.

Existe a ênfase – até o Dr. Lang colocou neste sentido – na avaliação do indivíduo, mas não só do indivíduo, do curso e da instituição. Então, é uma avaliação bem mais ampla também. Eu não sei exatamente como isso está acontecendo, porque as pessoas até dizem: não está acontecendo. Então, digo que acho que está acontecendo, mas temos que ver se os cursos estão sendo punidos, quais as dificuldades estão sendo enfrentadas, os desafios também. Acho que tudo isso seria importante de se ver.

Eu ficaria até curioso para saber a preocupação. O que norteia essa discussão é que os alunos que entram no ensino superior, que iniciam o ensino superior, querem ter um curso de qualidade, sem sombra de dúvida, e é isso que deve nos mover também. Por isso o MEC tem de estar atento para esta situação da avaliação da instituição, do curso e do aluno. Ao mesmo tempo, esta

instituição deve preparar o profissional para o exercício da profissão na sociedade. É claro que a faculdade, a universidade, a instituição de ensino superior tem toda a responsabilidade nesse processo. O MEC e o Conselho Nacional de Educação devem acompanhar, é lógico, estão acompanhando, mas não sabemos até que ponto isso vem acontecendo a contento.

Por outro lado, a sociedade também quer ter certeza de que aquele profissional que está sendo contratado é um profissional que teve uma formação adequada, que vai atender às necessidades da sociedade. Como vamos ver isso? Alguns dizem que tem que se fazer uma prova. Fazer uma prova – o Dr. Alceu colocou de uma maneira muito adequada –, fazer uma avaliação é um processo, vou fazer uma prova para ver se a pessoa está tendo uma boa formação ou não.

O que é a formação de um bom clínico geral? Ver se a pessoa realmente teve a interação adequada com o professor, se o professor orientou de maneira adequada, se ele sabe pensar sobre as hipóteses da doença. E não se vai responder, acho também, a uma pergunta específica lá sobre alguma coisa. Quer dizer, tem que fazer a prova, então vou-me preparar para fazer a prova, e aí se esquece todo o processo de formação. O Dr. Lang disse que temos achar outros mecanismos. Talvez possamos pensar que outros caminhos sejam possíveis, além de uma prova específica. Porque a sociedade precisa pensar que nós queremos ter instituições de ensino superior competentes, boas, que ofereçam um bom ensino.

Então, o que os Conselhos podem fazer para auxiliar o MEC, nesse caso, a fim de que esse objetivo possa ser alcançado? Mesmo o Dr. Paulo, que está nesta Comissão representando a OAB e que já participou do Executivo, também disse que há pontos favoráveis. O senhor também foi muito franco nesse sentido.

Eu até me questiono muitas vezes. Se em um Estado onde apenas 10% dos inscritos são aprovados no exame de suficiência da Ordem dos Advogados, a primeira pergunta que eu faria como professor – sou professor da Universidade Federal do Paraná, na área de Educação, e também sou formado em Direito pela Universidade Federal do Paraná, e em Letras – seria o que foi feito de errado pelo examinador e não pelo aluno. Essa é a primeira pergunta que eu faria. Quer dizer, o que examinador fez de errado para que 90% dos alunos fossem reprovados? Isso é impossível. Quando um professor no ensino fundamental tem cinquenta alunos numa turma, vamos supor, e 50% desses alunos reprovam, o que o professor fez de errado? É impossível que 50% dos alunos não passem. Há uma curva normal de probabilidade também, e os extremos é que vão reprovar.

Essa situação é questionável. Eu diria que a OAB deve voltar-se para os processos internos, a fim de ver o que estamos fazendo de errado nesse processo de avaliação. Essa também é uma questão a ser pensada. Em Medicina Veterinária e em Ciências Contábeis, defende-se a realização de um exame propriamente dito.

Esse assunto merece uma reflexão. Não existe uma pergunta propriamente dita. Como o Dr. Paulo ressaltou muito bem, não é um assunto tranquilo, mas, sim, polêmico. Podemos levantar pontos favoráveis, pontos com maior dificuldade. Mas eu gostaria de debruçar-me sobre esse tema. Concordo amplamente, por ser professor, com o conceito de avaliação como processo e não tenho dúvidas disso, mas gostaria muito de debruçar-me mais sobre as sugestões do Dr. Lang, no sentido de obtermos esse arcabouço jurídico e verificarmos como esses fatos vêm ocorrendo em países diferentes, para sabermos se existe outra alternativa.

Também fui procurado por profissionais de diversos setores e fiz um debate com pessoas ligadas à área de Ciências Contábeis no Paraná. É um pessoal muito bom, muito dedicado, muito competente. Eles também têm essa preocupação e apresentaram-me os números. Mas acho que essa não deve ser uma preocupação apenas dos Conselhos. Toda a sociedade deve-se preocupar com essa situação. Concordo com a proposta de que deve haver profissionais bons, qualificados e competentes que atendam às demandas da sociedade.

O MEC está fazendo uma avaliação para analisar se é ou não suficiente. Precisamos encontrar um caminho que eu não sei se é o exame de suficiência – o Dr. Paulo também questionou isso. No momento, essa é a alternativa, mas poderia talvez ser outra. Vamos ver o que pode ser feito, para que, no Brasil, haja profissionais éticos, sem dúvida alguma – essa é uma demanda permanente sobre a qual nem precisaríamos falar –, que atendam àquilo que a sociedade exige.

Não tenho propriamente uma pergunta a fazer, mas manifesto essas preocupações, que também são de toda a sociedade. Precisamos encontrar um caminho. Talvez não iniciemos uma discussão e consideremos que o exame seja o caminho. Está bem. Depois de um debate, de uma discussão, o exame é o caminho. Então, é esse o caminho.

Tenho a impressão de que poderíamos debruçar-nos sobre o assunto, para considerarmos outras alternativas e contribuirmos para que não houvesse, em hipótese alguma, instituições de ensino superior que não capacitassem adequadamente os profissionais para o exercício de qualquer profissão. Eu sou da área da Educação. Fico pensando no professor de História

que vai fazer o exame de suficiência, no professor de Geografia que também vai fazê-lo. Por exemplo, lá na Universidade Federal do Paraná, o curso de História é excelente, mas há um determinado tipo de formação. Há bastante ênfase em termos de Mestrado e Doutorado na França, por exemplo. Outras instituições que tivessem lá nos Estados Unidos já teriam outro tipo de formação, outro tipo de pergunta num exame de suficiência.

Então, o que é melhor? O que é pior? Creio que o que é bom é essa diversidade justamente. Pessoas pensando de jeito diferente sobre o mesmo assunto. Então, a educação exige que reflitamos, porque não existe certamente, em qualquer situação, um único caminho. Não sei o que daria para fazer aí. São apenas observações da minha parte em relação às preocupações. Por que fazemos esta audiência pública? Para pensarmos em relação a isso tudo.

Obrigado. Desculpe-me ter-me alongado.

O SR. BENEDITO DIAS DE OLIVEIRA FILHO

– Sr. Presidente, era só um esclarecimento que eu queria do Senador Flávio Arns. Quando falou sobre esse alto índice de reprovação, eu entendi que atribuiu a culpa ao examinador ou à universidade, ao curso que formulou?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – No caso específico, com todo respeito, o Dr. Paulo foi tão atencioso, questionador, que considero importante a posição do Dr. Paulo, da OAB, dizendo: “Não. Nós fazemos exame da Ordem. É a palavra final”. Não existe palavra final. E ele enfatizou bem isso, no sentido de dizer: “É um caminho, e vamos examinar para ver se esse caminho é o ideal também”. Quanto ao exame da Ordem, qualquer pessoa que faça um exame em que 80%, 90% dos alunos reprovam, o problema é do exame; não é do profissional.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Aí é que está. Cada um tem um pensamento. O do educador também. Entendo assim: se a pessoa não está bem educada, não vai fazer bem a prova. Quer dizer, não é a prova que é culpada, porque a Ordem certamente faz a prova dentro dos critérios...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – A prova é a culpada. Estou dizendo.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Não, exato. Mas gostaria de dizer que esse enfoque que o senhor está dando não é justo, porque realmente, por exemplo, quando mais da metade dos alunos é reprovada, a culpa é do professor, não é do aluno. Mas quem ensinou os alunos não foi a Ordem. A Ordem está apenas cobrando algo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Senador, eu só queria também dizer que, se o percentual

é muito elevado, é evidente que a prova também está sendo excessivamente rigorosa. Creio que os números que nós temos visto aí – às vezes, 20% aprovados, 25% aprovados – demonstram que as escolas não estão com a qualidade necessária. Tivemos realmente uma explosão de cursos no Brasil, especialmente na área do Direito, que considero positiva, mas agora temos que buscar a qualidade desses cursos. Analisando os números, parece-me que há dois tipos de problema. Há um problema realmente na qualidade dos cursos, mas também no rigor excessivo da Ordem talvez.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – O Senador Wellington Salgado deseja pronunciar-se sobre o debate.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Primeiro, queria parabenizar o Senador, porque essa oportunidade dada por V. Ex^a e pela Senadora Patrícia Saboya Gomes é importantíssima. Creio que deveríamos ter aqui até representantes de instituições privadas para debater, porque este momento não conseguimos nunca. Acabo segurando essa conta inteira, porque realmente sou mantenedor de uma grande instituição privada. Tenho tido algumas discussões com a OAB. Lamento não ter ouvido o Sr. Thompson Flores, porque realmente é muito citado como grande avaliador. Vou pedir a fita depois, Sr. Presidente, porque a mim me interessa muito ouvi-lo.

O nosso debatedor, Wilson Lang, assumiu uma posição própria de engenheiro, porém apresentou um modelo sensacional de contar pontos, em função de várias etapas de uma avaliação.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – *(Fora do microfone. Inaudível.)* – Um modelo qualitativo para uma avaliação qualitativa.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Perfeito! A sua explanação foi muito incisiva, própria de engenheiro. O engenheiro é sempre muito pontual, muito exato. A posição do nosso conselheiro é de contabilista e perfeita. Veja bem: concordo que aconteceu uma explosão na área de ensino autorizada pelo MEC. Não sei se tem algum objetivo de cumprir com alguma norma internacional. Não acompanhei isso desde o Ministro Paulo Renato para cá, mas discordo quanto à questão da avaliação do MEC. O MEC tem procurado melhorar a sua avaliação de tudo quanto é jeito. Eu tenho sofrido isso. Na época em que me licenciiei da Presidência da minha mantenedora para assumir o Senado, mas eu vivenciei. A minha mãe é uma grande educadora, sofrendo para implantar tudo o que o MEC exigia não só quanto à qualidade de professor, mas também quanto a instalações da universidade, quanto aos laboratórios, tudo isso o MEC

vem fazendo, mas é muito recente e começou de uns oito anos para cá, digamos assim.

Eu acho que no final todos os órgãos vão ter a sua avaliação profissional. Acho que o final vai ser esse. Concordo plenamente. O que me preocupa, Senador Flávio Arns e demais debatedores, é “será que os órgãos vão parar por aí?” Hoje, com todo respeito à OAB, fico preocupado porque o exame de ordem da OAB que, o Senador Flávio Arns, como um grande educador que vi que é, colocou perfeitamente a questão da avaliação porque qualquer professor reprova dez, reprova vinte, reprova trinta ou aprova quarenta, aprova sessenta em função da prova que ele prepara. Qualquer um tem capacidade para isso. Se eu quero reprovar quarenta, eu preparo uma prova para reprovar quarenta; se eu quero aprovar oitenta, eu preparo uma prova para aprovar oitenta. Isso é o que a OAB quiser. Ela vai aprovar ou reprovar.

Por exemplo, quando dirigi a instituição em Goiânia, eu tirei em um ano o primeiro lugar em aprovação. Festejei e, no outro, fui o último e não mudei nada na qualidade de professor, no conteúdo acadêmico, nada. Talvez tenha mudado a bancada. Então, aquela linha de ensinamento que estávamos pregando foi uma linha contrária à bancada que pregou naquele ano e, então, fui para último. É uma incoerência. Tirei primeiro em um ano e, no outro, tirei o último. O que aconteceu? Será que a minha safra de aluno foi péssima? Agora, o que me preocupa mais é o seguinte...

Desculpe-me Thompson Flores, eu não quero bater de frente com a OAB porque já tenho tido tanta discussão com a OAB, você sabe disso, algumas discussões em implantação de campos e terminamos em um acordo no Supremo feito pelo ex-Presidente Reginaldo, mas acho que tudo isso é válido. Acho maravilhoso ter esse momento de discussão. Agora, a OAB já começa a caminhar para querer autorizar cursos.

O Estatuto da OAB foi aprovado como lei e ela tem um artigo que diz o seguinte: a OAB deverá se manifestar sobre o curso. Se manifestar, o que também acho ruim para a OAB porque acaba não levando em conta a avaliação da OAB e isso desgasta a OAB que é um órgão que deve ser respeitado, tem toda uma trajetória histórica, mas ela começa a querer aprovar curso e isso é algo que é feito pelo MEC. Está na Constituição, está nas leis que o MEC é que autoriza curso.

A avaliação mercadológica que os senhores estão colocando eu acho que realmente é a o do órgão de classe. Acho que somente uma prova, eu acho injusto. Eu fiz engenharia no Fundão que era a melhor faculdade de engenharia do Brasil durante muito tempo, e com relação ao estágio tínhamos que cumprir uma taxa de estágio e lá formamos os grandes engenheiros.

Essa era a colocação que eu queria fazer porque, daqui a pouco, vamos ter a contabilidade autorizando cursos de contabilidade, a veterinária, eu estava vendo a sua avaliação – só mais um minutinho, Presidente – de cursos e não vi aqui a veterinária de Uberaba. O meu irmão é um criador e vejo a Unipli, mas não vi a de Uberaba que é muito boa. Ela não deve estar aqui, deve estar na média. Não está nem na ponta de mais, nem na ponta de menos, mas esta minha preocupação é só que os órgãos de classe depois comecem a querer autorizar cursos.

Da avaliação mercadológica sou a favor. Vão terminar todos fazendo a sua avaliação, mas daqui a pouco vão querer também autorizar. É só esta a minha preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Eu concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho e, após o debate com os Srs. Senadores, passarei a palavra aos palestrantes e cada qual terá três minutos e mais um de tolerância para suas apreciações.

Senador Augusto Botelho, tem V. Ex.^a a palavra.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Eu acho que somos um País democrático e queremos aperfeiçoar esta democracia, as entidades fiscalizadoras do exercício da profissão, discordando do nosso Senador Salgado Oliveira, que é proprietário de universidade. Acho que o consumidor tem o direito de que os órgãos interfiram, sim, e opinem, com decisão, e também, com certo peso, nas decisões do Ministério da Educação, na autorização da criação de cursos.

Realmente, muitos cursos foram autorizados pelo MEC porque os empresários descobriram uma fatia onde ganhar dinheiro, o curso superior. Não foi porque o MEC ficou bonzinho que ele começou a autorizar. Foi porque descobriram um jeito de ganhar bastante dinheiro.

É lógico que eles têm direito de ganhar dinheiro; agora, eles têm obrigação de oferecer um curso de qualidade. É uma vergonha oferecer um curso, como foi citado aqui, e, quando ele começa, não ter infra-estrutura para dar apoio, dar a carga horária como cumprida, em determinada matéria, para o aluno – não é o caso da sua universidade, meu companheiro, que eu nem conheço –, porque ele pagou a mensalidade. Mas isso ocorre no Brasil. Estou falando do que ocorre no Brasil.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Em alguns cursos, Sr. Senador, eu tomo pau também, dos órgãos de classe dos cursos. Eu não sou 100% perfeito, não há como ser. E corrigimos, voltamos...

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Eu tenho certeza de que sua universidade, como é na minha terra, no Espírito Santo, é boa. Com certeza.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Ainda não cheguei lá, estou doido para chegar.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Está bom. Então, elas fazem isso. Ninguém pode fechar o olho, bancar o bonzinho e dizer que não acontece isso: dar a carga horária escrita para o aluno e não oferecer aquela carga horária dentro de critérios mínimos de qualidade.

E as pessoas, o cidadão brasileiro e o cidadão de qualquer país querem qualidade em tudo. E vocês, os órgãos fiscalizadores, são responsáveis pela qualidade. É claro que nós não temos, como os dois educadores falaram aí, um critério que seja o satisfatório, seja o ideal.

Mas a prova da OAB realmente existe há muito tempo, é o que nós temos que funciona neste País, pelo menos é um filtro para não permitir que pessoas que não tenham capacidade ofereçam serviços à população, que ignora que aquelas pessoas não têm capacidade, porque elas têm um diploma e acham que são capazes.

Mais graves são os erros na área da Medicina, em que a lesão é imediata, em que o prejuízo é imediato para a pessoa. O Conselho de Medicina ainda não estabeleceu essa prova, porque na Medicina o próprio mercado obriga. Começa no vestibular, que é uma seleção; chega na residência, há outra prova, pior do que a do vestibular. Quando você termina os seus três, quatro, cinco anos de residência, você tem que fazer prova para a ordem da especialidade. Então, quer dizer...

Mas nas outras profissões não temos isso. O Conselho de Contabilidade implantou agora. Eu acho que cada conselho tem o direito de implantar o que ele tem.

Nós, aqui nesta Casa, deveríamos fazer uma lei dizendo que os conselhos, os órgãos fiscalizadores do exercício da profissão têm autonomia para estabelecer os critérios para julgar...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Senador Augusto Botelho, desculpe interromper V. Ex^a. É que estão me convocando para a Comissão de Constituição e Justiça, onde há uma votação nominal.

Eu pediria ao Senador Arns que presidisse, enquanto eu vou à Comissão. Retorno logo em seguida.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Então, eu acho que realmente os conselhos têm direito de

opinar sobre a criação de escolas, têm de ser ouvidos, porque quem está vendo os erros do profissional não é o Ministério da Educação, quem está ouvindo são vocês, os conselheiros. As queixas do paciente que sofreu um erro cirúrgico chegam lá. Quando um prédio cai, ninguém vai ao Ministério da Educação reclamar, vai ao Confea. Quando um advogado não cumpre um preceito ético, vai à OAB, e assim por diante.

Nós realmente não temos um processo ideal de avaliação. Mas o que nós temos é uma prova que pode ser feita. Talvez a prova da OAB tenha sido muito rígida, não sei. Talvez as escolas não estejam preparando direito os seus alunos, mas um mínimo tem que ter.

Então, eu concordo com o exame de proficiência, desde que cada entidade queira fazer. Fiquei muito satisfeito com a exposição, como também eu tenho dúvida se apenas essa prova vai resolver, por causa das circunstâncias em que a pessoa faz a prova. Mas o que nós temos é essa prova. Podemos evoluir, como o Confea sugeriu, para fazer uma média ponderada de cada atividade da pessoa, e de cada um na sua especialidade. Aí poderemos ter uma forma de ser mais justos.

Mas que temos que fazer alguma coisa para melhorar a qualidade dos profissionais que estão sendo colocados no mercado, temos. Porque algumas universidades se preocupam apenas em ganhar dinheiro e não se preocupam com a qualidade dos seus alunos. E não é só a particular não, a federal também.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Eu indago se há mais alguém que queira fazer uma ponderação.

Com a palavra o Senador Gilberto Goellner.

O SR. GILBERTO GOELLNER (PFL – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Convidados, esta audiência pública aqui foi já um desdobramento do projeto de lei da profissão de médico-veterinário e também do projeto que se iniciou na Câmara das ciências contábeis. Então, vejo que, independente de se obter aqui subsídios para analisar a participação, a necessidade de um projeto de lei amplo, de todas as profissões, eu gostaria que também aqui se analisassem especificamente esses dois projetos que estão para serem votados. O Projeto de Lei do Senado nº 156, de autoria do Senador Jonas Pinheiro, que dispõe sobre a exigência de aprovação em exame nacional certificação profissional para o exercício de médico-veterinário, foi debatido e apresentado aqui, e suscitou dúvidas de se estar aprovando uma profissão sendo que não se analisaram as demais.

Então, estamos hoje numa discussão ampla de todas as profissões, o ensino superior brasileiro e eu gostaria de ouvir dessas duas entidades que estão aqui

representadas, o Conselho de Medicina Veterinária e o Conselho de Ciências Contábeis, se desejariam deixar para que esses dois projetos fossem analisados posteriormente, junto com o debate amplo de todas as profissões, ou se realmente defendem que a aprovação em separado desses dois projetos já poderia se dar o andamento para que as demais profissões entrassem também com projetos específicos, sendo que deve ser adequado a cada profissão. Agora, esses dois, Ciências Contábeis, que vejo que tem inclusive interesse dos estudantes, da Federação de Ciências Contábeis, e também de Medicina Veterinária, esta Casa já deveria colocar em votação posteriormente, de acordo com a pauta.

Essa é minha posição.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Com a palavra o Senador Wellington, que gostaria de participar novamente.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, estou realmente assim decepcionado, porque o momento é tão maravilhoso, é um momento em que eu, como presidente da mantenedora, nunca tinha vivido um momento desse, esse debate franco, aberto. Tive que virar Senador para poder ter um momento desse. E fico decepcionado por não ter aqui, de repente, uma entidade de classe da universidade privada. Realmente estou assim triste. Primeiro, porque cheguei atrasado, tive que ir a outra comissão, então não vi a exposição do senhor. Vou pedir a fita, vou levar para a minha instituição, distribuí-la, fazer uma espécie de um colóquio interno, uma discussão, e, se pudesse, Senador, o senhor proporcionar um outro momento maravilhoso como este, aonde viesse uma entidade de classe também da universidade privada para discutir. Sabe por quê? Porque há umas outras coisas, outras situações, que não discutimos aqui. Por exemplo, o curso de estética que é aprovado pelo MEC, a fisioterapia, se não me engano, é que vai haver. Então, existe essa confusão de o que pertence a quem, a que categoria estaria presa. São outras discussões que vi na realidade, porque quem foi reconhecer nosso curso de estética foi o pessoal da fisioterapia, porque é um curso novo, um curso importante, que hoje estamos caminhando todos nessa direção, mas que nem eu mesmo entendo como funciona a questão da fisioterapia com a estética. Não sei se existe isso na Contabilidade e na Veterinária. O Direito não, a Engenharia Civil, não sei, a Arquitetura com a Engenharia. Não sei como é. Deve ser o CREA, automático, inteiro, todo lá. Mas fico só decepcionado de não ter um... É o CREA, engenharia e arquitetura. E há uns cursos também de curta duração. Não sei como vocês avaliam isso, se vocês são a favor ou contra. Eu acho que

é contra. Não sei como isso funcionaria, quer dizer, é muito mais complexo. A OAB não, porque domina perfeitamente a área e é só o Direito.

Fico triste realmente e queria que tivesse uma nova oportunidade. Os debatedores têm pontos de vista bem definidos, acho isso superinteressante, porque vai ser um debate maravilhoso. No próximo, quero até escutar e falar menos.

Quero mais uma vez parabenizar o Senador e a Senadora por este momento. Só isso que eu queria dizer. E fico decepcionado de não haver um debate mais amplo, porque é um fator super importante, que, acredito, vai caminhar para isso. No final, todas as entidades de classe farão a sua prova.

Fico receoso somente de, de repente, essas comunidades começarem a organizar um cursinho para a prova. Isso tem que estar na lei. Não pode haver um cursinho.

Mas, então, vou deixar o Senador Flávio Arns conduzir. Eu não conhecia – desculpe, Senador – esse seu lado de educador. A questão da prova é algo que todos os educadores questionam. Eu senti na pele. Eu tirei primeiro, no outro, tirei último, mas não mudei o currículo, não mudei professor, não mudei nada. Então mudou o quê? Mudou-se a banca. E a interpretação da banca daquilo que era importante é completamente diferente da banca anterior. Então fui para o último lugar. Não sei como se vai controlar isso.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Depois, Sr. Presidente, se puder me inscrever, eu gostaria.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Só isso, Sr. Presidente. Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo. Em seguida, o Senador Romeu Tuma.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, parece-me que o que temos de fazer é voltarmos a ter o Provão, que foi uma instituição que funcionou. Várias universidades brasileiras, várias faculdades melhoraram depois que levaram uma advertência, digamos assim, pelo resultado do Provão. Agora, o Governo Lula reinventou o Provão, e não o temos mais, na verdade. Houve aquela discussão, resolveram rediscutir o Provão, e o fato é que hoje ele tem resultados que ninguém entende. Então, o que temos de fazer é voltar ao Provão anterior, sem preconceito, porque era uma iniciativa do Governo que hoje é Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, sabemos que educação hoje é muito importante. Eu ouvi a parte do representante do Crea – que fala grosso, e todos ouvem bem –, mas também a parte de contabilidade. Eu fiz o curso secundário técnico em contabilidade. Foi a última turma antes da lei de Getúlio Vargas que o transformou em curso superior de Economia. Mas tenho um filho que é médico. Quem é do Conselho Regional de Medicina... Eu penso que há diversificação na formação profissional de cada uma das carreiras, com uma exigência diferente para entrar no mercado. O médico, por exemplo, quase que se vê obrigado a fazer uma pós-graduação, que é a residência. Um médico que não tem residência tem dificuldade em encontrar trabalho. E ainda há um detalhe importante: se o advogado errar na feitura dos processos, no acompanhamento, ele perde a possibilidade de continuar com o cliente, mas o médico é punido penalmente, em um processo judicial. Se o médico errar em uma cirurgia, ou em um tratamento, ele corre o risco de ser punido penalmente. Então há diferenças. No caso do engenheiro, se cair o prédio, como os que caíram, ele poderá responder criminalmente. Mas se a arquitetura não for bonita, não for como o cliente quer, ele só responde ao cliente. Então, penso que essa composição de análise de competência deve ser válida e caracterizar os exames sempre em cada período da vida do estudante. Hoje, a avaliação do primeiro e do segundo graus, com seus exames, tem que ser computada na sua vida futura, na sua formação final, na profissionalização. Assim, ele terá, sem dúvida nenhuma, um grau de análise muito maior. Atualmente, o vestibular quase que não vale; estão fazendo vestibular por telefone. Sobram vagas, e a pessoa diz: quero marcar meu vestibular para quinta-feira às 16 horas. E o faz por computador; não vai pessoalmente.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Isso porque há muitas vagas.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim, então. Sobram vagas. Essa falta de dinheiro que hoje existe soma-se à impossibilidade de as pessoas que querem estudar entrar na universidade, que, nos Estados, está a cada dia perdendo mais verbas, não é, Senadora? O Senador Mão Santa não está presente, mas, na área médica, S. Exª tem protestado diariamente com a greve dos hospitais universitários por falta de verba que compense o trabalho dos professores de curso de terceiro grau.

Então, acredito que se trata de uma composição importante. Essa providência que esta Comissão toma tem que se repetir, Sr. Presidente. E as pessoas que aqui vêm é que têm a massa na mão, que sabem fazer a macarronada da mama. Eles é que sabem temperar

e conduzir. Realmente, tem um tipo de programa de foro íntimo, de consciência, reger com rigidez a profissão que pertence a cada um dos setores que eles dirigem.

Então, eles saberão nos indicar como se deve legislar para realmente fazer o acompanhamento da entrada no mercado de profissionais de quem é exigido respeito ao cidadão para que se possa realmente comprometê-los a ter de estudar. Têm de trabalhar e realmente apresentar condições.

Sou favorável ao Crea – foi o que eu ouvi, desculpe-me, mas eu não cheguei a ouvir os outros – quando diz que não importa o número de formandos. Não há preservação de mercado, o que há é qualidade. Quanto mais pessoas no mercado, mais a pessoa vai lutar para se aprimorar e apresentar um serviço de melhor qualidade.

Cumprimento os expositores. Como o nosso Senador Wellington Salgado de Oliveira, profissional do ensino, vai ver a fita, eu também vou ver. Quem sabe eu veja com S. Exª, que pode ir me explicando o que é bom e o que não é.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Senador Romeu Tuma, vou dizer sinceramente: eu tinha uma outra visão da posição de V. Exª com relação à educação, mas, realmente, V. Exª está atualizadíssimo. Para mim, foi uma grata revelação.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Obrigado. Acompanhamos, porque...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Como se vê, Senador Romeu Tuma, há uma...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Com um Presidente de Comissão desse naipe, temos de aprender.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Muito obrigado.

Trata-se de um tema bastante complexo. Essa matéria deve ser estudada de forma aprofundada, porque cada profissão tem a sua especificidade e a sua característica. Não é fácil estabelecer um exame de suficiência, por exemplo, para medicina. Cada uma tem a sua especificidade.

Eu acho que também essa profusão de cursos autorizados pelo Ministério da Educação deveria sofrer um freio, um certo limite.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – V. Exª sabe, Sr. Presidente, o que temos lutado aqui – e V. Exª é praticamente o que mais tem trazido à discussão – pelo reconhecimento de profissões. Cada dia, há três ou quatro. Existem profissões que são qualidades para o médico, por exemplo, que são atividades invasivas, como acupuntura e outras. Fica-se na confusão: autoriza-se ou não a profissão, quando se entra no mérito

de que precisa ser um profissional da área, porque se trata de atividade invasiva. Como os técnicos da área de engenharia, de construção. São coisas em que hoje há um pouco de confusão, porque o corporativismo surge, as pessoas lutam, e ficamos sensibilizados. Talvez possamos criar uma situação difícil no futuro.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Penso que nada adianta para aumentar o mercado de trabalho, o número de empregos e a renda no setor da educação se não melhorarmos, em primeiro lugar, a qualidade de ensino e se não limitarmos a construção de novas universidades, a não ser em casos excepcionais.

Por exemplo, em Direito, o Prof. Thompson acabou de dizer que estamos chegando a mil cursos. Então, muitos dos bacharéis que se formam nem participam do Exame de Ordem, eles ficam como bacharéis mesmo. Não sei se 20% participam do exame.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – E há os que são reprovados.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – E quando participam...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Sim, Senador Wellington Salgado de Oliveira.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, é apaixonante a discussão. Com muito respeito a V. Ex^a, defendo o seguinte: nem todos querem ser advogados. Alguns querem ser delegados, alguns querem ser... Nem sei, é muito específico. Mas nem todos querem ser advogados. Somente vai ser advogado quem a OAB aprovar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Mas existem Estados que exigem um mínimo de atualização e de exercício da profissão de advogado. Só como bacharel, uma pessoa não vai poder participar de determinados concursos. Inclusive, vale como currículo para aprovação no concurso o exercício da profissão. Por exemplo, no meu Estado, para ser um delegado...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Tem de fazer exame de ordem? Não, não é?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – No Estado do Paraíba, no Estado de Pernambuco, no Nordeste, se exige como requisito fundamental o exercício prévio da profissão. Quer dizer, se ele não tem nenhum exercício, naturalmente ele vai perder o concurso, porque muitos vão apresentar um comprovante de que estão exercendo a profissão.

Então, eu acho que curso de Direito, como se falou aqui, na palavra abalizada do Vice-Presidente do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil do Distrito Federal, representando a OAB. Ele acha que mil cursos são demais para o Brasil.

Eu acho que democracia não é assim, a meu ver. Democracia é, acima de tudo, respeito à cidadania, qualidade na prestação dos serviços.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, é um assunto apaixonante. Eu concordo com o senhor, estou de acordo. A única oposição é a seguinte: quando o curso de enfermagem exige que, para se exercer a profissão que a pessoa, tenha curso superior, ocorre uma demanda momentânea naquele curso. Aí, todo mundo vai é começar a fazer curso de direito por fazer. Só que a chamada demanda reprimida é atendida e morre. Aí, aparecem um monte de faculdades em um momento, como ocorreu com Contabilidade. Contabilidade hoje é um curso que não tem demanda. Tem vagas, mas o mercado por si só, devido à grande oferta, vai morrer, e um monte de faculdades vão ser fechadas naturalmente pelo mercado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pedagogia, com o fato de se ganhar mais 5% ou 10%, é obrigado a fazer curso superior...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Eu sou pedagogo.

O SR. GILBERTO GOELLNER (PFL – MT) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – V. Ex^a tem a palavra para uma questão de ordem.

O SR. GILBERTO GOELLNER (PFL – MT) – Eu solicitei antes à Mesa – e estava havendo uma troca na Presidência –, não sei se foi completamente entendido. Nós deveríamos aproveitar a estada dos representantes do Conselho de Contabilidade e de Medicina Veterinária e também, aproveitando a experiência exitosa que já o Conselho de Medicina Veterinária, que já fez seis exames de certificação, já está operando no assunto, já está em andamento... Vamos precisar aprovar esse projeto ou reprová-lo. Esse questionamento já ficou, porque o projeto do Senado sobre Medicina Veterinária ficou em aberto aguardando essa audiência pública. Após isso, os membros desta Comissão iriam se pronunciar, favoravelmente ou não.

Entendo que deveríamos ouvir o entendimento dessas duas entidades, curta e com uma defesa, para ver se não poderíamos iniciar esse processo de certificação, aprovando a tempo, quando entrar em pauta novamente esses dois projetos, essas duas profissões, para darmos em sequência um estudo específico de

todas, dentro da representação que cada conselho da profissão vai enviar para serem novos projetos específicos de cada profissão.

Essa é a minha solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Eu gostaria então de passar a palavra aos debatedores, para que eles possam fazer as suas apreciações a respeito do debate que aqui foi travado com os Srs. Senadores.

Eu concederei a cada um deles 3 minutos com mais 01 minuto de tolerância. Como somos seis debatedores, serão no mínimo 24 minutos. Acho que será o suficiente para o esclarecimento final da matéria.

Eu acho de bom alvitre, Senador Gilberto, que tenhamos uma finalização a respeito do exame de suficiência dos projetos que já estão em andamento na Casa. Não vamos engavetar nada. Não é do nosso costume ou da nossa cultura engavetar qualquer projeto. As matérias têm de ter prosseguimento e tramitação normal seja votando para derrubar, seja votando para aprovar. Mas nada ficará nas gavetas da Comissão de Assuntos Sociais que não seja apreciado.

Em primeiro lugar, concedo a palavra ao Dr. Godofredo de Oliveira Neto. Na verdade é o seguinte: se nós buscarmos consenso, essa é uma casa política, o consenso é bom, é importante. Mas se não houver consenso, a maioria é quem decide no voto. Logicamente, não queremos que nada seja decidido de afogadilho, sem aprofundar a discussão, o debate, para melhorar substancialmente todas as matérias que passam nesta Comissão.

Daí a iniciativa do Senador Flávio Arns em convidar pessoas que entendem da matéria, como as que aqui estão – são autoridades no assunto – para discutirem de forma aprofundada, conosco, a realidade nacional a respeito do exame de insuficiência.

O Dr. Godofredo de Oliveira Neto está com a palavra. S. S^a é o representante do Ministério da Educação. S. Ex^a dispõe de três minutos e de mais dois de tolerância.

O SR. GODOFREDO DE OLIVEIRA NETO – Agradeço.

Creio que a gente não pára de aprender. Creio que a contribuição que tiro daqui, das intervenções dos Srs. Senadores, é muito importante para a prática cotidiana do Ministério da Educação. Fica estampada de maneira cabal a necessidade de uma interlocução cada vez mais estreita entre o MEC e este Conselho. Já há experiências nesse sentido, particularmente com a OAB, que tem sido parceira do MEC na avaliação e na fiscalização da qualidade dos cursos.

Entendo que seria indispensável, talvez, um amadurecimento maior. É um assunto que mobiliza a so-

cidade como um todo. O MEC está aberto a essa discussão, está aberto a ser chamado quando esta Casa sentir necessidade. Creio, até, o exemplo da parceria com a OAB pode fazer avançar a discussão e ilustrar um pouco os procedimentos com os demais conselhos; que façamos algo semelhante. Ficou mais uma vez claro para mim, repito, o quanto é importante.

O MEC, todos conhecem, vem fazendo um trabalho muito importante na área de avaliação. Criou a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior para implantar, muito imediatamente, o Sinae, que é o Sistema Nacional de Avaliação. O Enad vai acontecer agora em novembro. O Sinae vai avaliar, como disse em minha introdução, as instituições, os cursos e os alunos. O MEC avalia, **in loco**, os aspectos institucionais, pedagógicos e de infra-estrutura. Há, evidentemente, a preocupação dentro da Secretaria de Educação Superior, em seus três eixos, quais sejam: a inclusão, a expansão do ensino federal; como terceira linha, a regulação. Creio que a regulação é importante e entra nessa proposta final.

Quero, mais uma vez, colocar-me, em nome do Ministro e do Secretário, à disposição para divulgar essas propostas já acontecidas na relação MEC/OAB, que estão mais desenvolvidas. Queremos contribuir de maneira... Vim, inclusive, com três assessores que conhecem a área. Estão aqui presentes: a Dr^a Adriana, a Dr^a Fernanda e o Dr. Paulo, que acabou de sair. É a maneira que temos de mostrar o interesse do MEC nessa questão. É um prazer e uma honra poder participar, com pessoas tão importantes. São pessoas que representam o povo brasileiro. Creio que nos sentimos com mais legitimidade para atuar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a. Vamos ouvir a palavra do Dr. Paulo Thompson Flores, que é representante da OAB.

O SR. PAULO THOMPSON FLORES – Srs. Senadores, desde logo, para um advogado, é uma tortura falar só três minutos. Ainda mais tendo havido tantas indagações, tantas colocações a respeito do exame de ordem da OAB e diante de um assunto tão expressivo como esse.

Inicialmente, gostaria de agradecer ao Senador Wellington Salgado as palavras elogiosas. Quero registrar o meu carinho pela professora Marlene. Há muitos anos compartilhamos da luta pela qualidade de ensino.

Vou tentar sintetizar bem a posição da OAB. Entendemos que o exame de ordem, realmente, tem desempenhado um papel positivo. Eu diria, hoje, indispensável. Não há dúvida de que pode haver outros caminhos, como muito bem mencionou o Senador

Flávio Arns. Muitas vezes, os caminhos começam por uma picada, por uma pequena estrada de terra que, depois, vão se alargando. O perigo é não ter caminhos. No caso específico da OAB, se não houver o exame de ordem, não há outro instrumento, não há outro caminho pelo qual possamos exercer essa fiscalização indireta e prévia a respeito do exercício profissional.

Há outra questão que me preocupa um pouco, e talvez tenha sido mal entendido quando abri o problema. É claro que a avaliação por uma prova não é a ideal, mas daí a chegar a que não se avalia nada, discordo completamente. Até porque, se levássemos esse raciocínio adiante, estaríamos desautorizando todos os concursos que se fazem, porque são todos uma avaliação de qualificação profissional, basicamente, a partir de uma prova. Pode-se dizer que há a questão de títulos, de experiência, mas isso entra para classificação. Em qualquer concurso para juiz, para promotor, para delegado, para médico, a prova do concurso é o elemento básico inicial que separa o joio do trigo, separa os que poderão estar habilitados daqueles que não estão.

Então, penso que o Exame de Ordem pode não ser o melhor caminho. Aliás, todos os caminhos devem ser sempre aprimorados; a OAB está buscando aprimorar. Estamos em plena discussão da questão da unificação nacional, que considero um grande avanço para acabar com as distorções regionais do Exame de Ordem.

Quanto à qualidade em si do exame – estatística é sempre algo perigoso –, por um lado concordo, não há dúvida alguma, que uma avaliação de um professor que reprova ou que aprove apenas 15% indica que algo está errado no professor ou nas circunstâncias em que foi feita a prova. Mas há um detalhe, e vou pegar o exemplo de São Paulo, que tem uma reprovação altíssima. Vamos dizer, São Paulo, no penúltimo exame, aprovou algo em torno de 10%. Mas a USP, o Mackenzie, a PUC aprovaram 70% ou 80%. Então a questão qualidade não está totalmente afastada nessa história, pode haver algum exagero, sim. Há algumas distorções, efetivamente. Pode melhorar o Exame de Ordem. Se chegarmos a um método mais completo de avaliação, que possa avaliar todo o processo, não há dúvida de que é mais interessante, mais útil. Mas enquanto não chegarmos a isso, por favor, mantenhamos pelo menos essa tranca na porta que o exame representa, senão estaremos inundando o mercado de profissionais mal capacitados. Há muitos cursos que realmente não capacitam os seus profissionais.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Dr. Thompson, durante a realização do curso, há possibilidade de o aluno fazer o curso de

Direito e cumprir determinadas etapas, não sendo obrigatório no final o Exame de Ordem?

O SR. PAULO THOMPSON FLORES – Não, hoje não. Antes podia haver um estágio supervisionado pela OAB. Mas, na verdade, isso não se revelou muito eficiente. O Exame de Ordem é mais eficiente do que o sistema antigo. A supervisão não era efetiva, a própria OAB não tinha como realizar essa supervisão dos estágios. Então acabava sendo mais um fato...

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Só quero dizer que 70% de aprovação dos alunos da USP ainda é um número baixo.

O SR. PAULO THOMPSON FLORES – Concordo.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Diria que é um problema do exame e não da USP, porque todos nós partimos do pressuposto que a USP é uma instituição de alta qualidade.

O SR. PAULO THOMPSON FLORES – E que recebe alunos de alta qualidade.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Recebe. E atua no ensino, na pesquisa e na extensão. Então deveriam ser aprovados aproximadamente 90% dos alunos da USP. Se a Ordem reprova 30% dos alunos da USP, ainda acho um exagero.

O SR. PAULO THOMPSON FLORES – Claro, senhor.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Falo apenas nesse sentido. Concordo com o que o senhor falou. Acho que ninguém falou em não ter nada. Todos queremos qualidade. A única questão é: o que é ter qualidade? Fazer um exame. Ou buscar alternativas como a mencionada pelo Dr. Alceu, de uma avaliação como processo.

O senhor mencionou muito bem que deve haver picadas, porque elas vão se transformar, talvez, em caminhos seguros para frente. Então é só nesse sentido a minha preocupação com a USP e também com a Federal do Paraná, onde sou professor. Não sou do curso de Direito, mas é um curso altamente qualificado. O pessoal tinha que passar. Todo mundo tinha que passar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Presidente do Conselho Federal de Medicina, Dr. Alceu José Peixoto Pimentel.

O SR. ALCEU JOSÉ PEIXOTO PIMENTEL – Eu gostaria de dizer que sou o diretor, segundo tesoureiro do Conselho Federal de Medicina. Ainda não cheguei a presidente, mas vou ter uma conversa com o Dr. Edson Andrade sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Mas representa com muita dignidade o Conselho.

O SR. ALCEU JOSÉ PEIXOTO PIMENTEL – Com certeza eu represento. Muito obrigado.

Eu gostaria de refletir um pouco sobre a fala do Senador Romeu Tuma quando fala sobre a diversidade das profissões. E nesse caso vale aquela introdução que fiz quando disse que nós tínhamos que respeitar o processo histórico que as profissões escolheram e qual as perspectivas de futuro que elas desejam escolher. Então, isso é uma questão de democracia, de deixar que as sociedades se organizem na perspectiva que considerem melhor para o seu grupo. E aprendi com a reflexão feita pelo Senador Flávio Arns sobre avaliação, porque, para mim, uma avaliação feita com o instrumento inadequado tem distorções, e se isso ocorre ela não tem valor, porque pode penalizar pessoas que têm competência para estar dentro do processo e que deveriam estar.

Então, a minha visão é essa. Não significa que não avalie em nada. Mas a distorção que existe com uma avaliação feita com um instrumento inadequado pode punir um segmento da sociedade também, porque nós estamos falando – e concordo com o Dr. Wilson – que somos órgão de proteção da sociedade, e o Conselho Federal de Medicina atual como tal. Nós temos que proteger a sociedade. Só que temos de entender que os estudantes são uma parte da sociedade que também deve ser protegida. E também deve ser observado o aspecto da sociedade, que investiu na formação desses estudantes, que gastou dinheiro com isso, quando, por exemplo, esses alunos ficam sem ter o que fazer, pois a despesa foi feita.

O Conselho Federal de Medicina preocupa-se tanto com a qualidade, que nós defendemos um processo de avaliação que analise todas as variáveis que contribuem para o produto final. Então, essa é a tese: considerar todas as variáveis, e não só aquela que está relacionada com aluno.

Neste sentido, Sr. Presidente, só para terminar, no mês passado o Conselho Federal de Medicina editou uma resolução que institui a recertificação dos profissionais que estão no mercado hoje de cinco em cinco anos, baseada no sistema de pontos, como foi proposto aqui pelo Presidente do Confea (Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia), Dr. Wilson Lang.

Penso que essa proposta que o Dr. Wilson faz é extremamente atraente. Pode-se refletir profundamente sobre ela, porque ele está propondo isso para introduzir no mercado de trabalho. E estamos fazendo isso, do mês passado para cá, com os médicos que

já estão no mercado de trabalho. Então, essa é uma preocupação com o profissional que está atendendo a sociedade.

Era o que tinha a dizer. Agradeço novamente ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Muito obrigado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Senador Antonio Carlos Valadares, eu gostaria de dizer algo rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Pois não.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Fiquei muito preocupado com essa afirmação pelo seguinte: percebo que existe dificuldade de médico no interior. A maioria fica nas grandes cidades e, conseqüentemente, terá maior facilidade de se atualizar, porque sempre dispõe de cursos. Eu vi um grupo de médicos em Uberlândia, por exemplo, que traz especialistas para dar aulas só para eles, sem certificação mínima. Esses médicos que vão para o interior não têm acesso a essa qualificação, mas cumprem a sua função, porque realmente resolvem os problemas de saúde que existem na região e que eles já conhecem, como bichos de pé, verminose, etc. Eles cumprem a sua tarefa, mas não se atualizam.

Como é que essa associação vai ver esse médico que cumpre a função social dele e é um especialista em prática, mas não se atualizou em termos de tecnologia? Como é que vai ser a posição do órgão de medicina com esses médicos? Essa é uma situação complexa.

O SR. ALCEU JOSÉ PEIXOTO PIMENTEL – Senador, O Conselho Federal de Medicina tem contribuído com todos os colegas, principalmente com aqueles do interior, na questão de educação continuada.

Atualmente, vários cursos são oferecidos para os médicos que trabalham exatamente no interior dos Estados, no Rio Grande do Norte, em Alagoas, em Sergipe e em vários outros. Não estou com todos eles na cabeça agora. Essa é uma das preocupações. E o Conselho Federal banca a educação continuada de médicos que estão no serviço público, no atendimento, principalmente nas equipes dos programas Saúde da Família, que é para aonde vão aqueles médicos que não conseguiram galgar um espaço para residência médica. Então, essa preocupação é extremamente procedente.

Quero parabenizar o Senador e dizer que o Conselho Federal está extremamente preocupado com isso, não só em oferecer educação continuada, como também em definir o sistema de pontuação que vai recertificar aquele médico, via Internet, via emissão

de CD com processo de atualização, e não somente de forma elitista com a participação de médicos em congressos, em espaços que podem ser ocupados por 10% dos médicos e que não podem ser ocupados pelos 90%. Então eu agradeço, mas posso lhe garantir que essa é uma preocupação singular do Conselho Federal de Medicina.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, só um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Preocupou-me um pouquinho, Dr. Alceu, esta questão do Programa Saúde da Família. O Saúde da Família é um programa de grande importância, é um programa preventivo, e, na fala do senhor, pareceu que quis dizer que só vai para o Saúde da Família aquele médico que não consegue... Não é bem isso, veja bem, o Programa Saúde da Família tem sido um programa muito importante, com médicos competentes. Agora, é claro que ele pode, às vezes, no início, funcionar como residência. Eu queria ressaltar a importância do programa, porque, da maneira que o senhor falou, ficou um pouco dúbio.

O SR. ALCEU JOSÉ PEIXOTO PIMENTEL – Esse não foi o sentido, Senador. O Programa Saúde da Família, no meu entender, é um dos maiores avanços em saúde pública neste País pela inclusão que ele faz – é uma inclusão social fantástica – e tem um desempenho, onde existe o Programa Saúde da Família os indicadores de saúde melhoram substancialmente.

Agora, se formos olhar em termos de qualificação – e aí não tem como escamotear a discussão –, um percentual muito grande dos médicos que estão no programa são exatamente os que precisam de mais aporte de educação continuada, de ter acesso a programas de reciclagem, porque a especialidade hoje em saúde da família existe, foi instituída pelo Conselho Federal, mas é preciso, por exemplo, que o MEC defina novo paradigma de número de residência médica e desvie um pouco, talvez, a questão do número de especialistas, que é importante que exista, mas é preciso que se formem médicos generalistas, e abra mais espaço para residência médica no Programa Saúde da Família, que é o que reputo – V. Ex^a está corretíssimo – um dos maiores avanços de saúde pública neste País, e a Medicina entende isso com toda tranquilidade. Peço desculpas se me fiz entender de forma equivocada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Com a palavra o Dr. José Martonio Alves

Coelho, Presidente do Conselho Federal de Contabilidade.

O SR. JOSÉ MARTONIO ALVES COELHO – Srs. Senadores, primeiro, fico muito feliz quando o Senador Flávio Arns diz que esteve no Conselho Regional de Contabilidade do Paraná e viu a seriedade do nosso trabalho. Foi provocado por nós, pedi que o Presidente o procurasse para podermos tirar as dúvidas que eventualmente tivesse no nosso processo. É por isso que pugnamos.

Quero dizer ao Senador Wellington Salgado de Oliveira que também sou dirigente de uma instituição de ensino, de uma fundação, onde temos 22 mil alunos, e eu poderia estar aqui do outro lado, mas estou preocupado exatamente com a questão social. Trata-se de instituição privada, onde sou empregado, tenho salário relativamente alto, e me expus lá, junto aos dirigentes, para mostrar da necessidade desse exame. Sei que não é o melhor caminho – temos certeza –, mas temos que iniciar um processo, temos que dar um passo.

Quero dizer ao Senador Gilberto Goellner, daquele belo Estado do Mato Grosso, que queremos, sim, discutir nosso projeto de lei, porque temos experiência de dez exames, estamos desde o ano 2000 discutindo. Já participaram do nosso exame 150 mil candidatos, que tiveram um índice um pouco diferente da OAB, onde foram aprovados mais ou menos 51%, 52%.

Estamos muito preocupados. Entendo que a discussão aqui esteja centrada na prova em si, mas ela não se resume a isso, ela não é terminativa na prova. Eu disse aqui aos Srs. Senadores que temos investido maciçamente os recursos da classe para a formação de professores nas diversas instituições, privadas e públicas. Por exemplo, em Minas Gerais, subsidiamos um mestrado da USP, dentro de Minas Gerais, para professores das diversas instituições públicas e privadas. Em Mato Grosso, subsidiamos um mestrado da PUC e outro da USP para as universidades; quando a professora Luzia era reitora da universidade federal, hoje é da Uni-Rondon, subsidiamos um mestrado para titular professores.

Então, o Conselho Federal de Contabilidade não está querendo o exame pelo exame, a prova pela prova. Estamos investindo em educação continuada. Tanto é verdade que todos os livros que tratam da norma de ética profissional, de normas brasileiras e internacionais de contabilidade, o Conselho distribui gratuitamente. Já distribuímos mais de 400 mil livros às bibliotecas das instituições de ensino no País, tentando melhorar a qualidade.

Então, o nosso projeto de lei é sério e socialmente correto.

Por isso, pediria aos Srs. Senadores que entendessem isso e se, num outro momento, encontrarmos alternativas melhores, vamos contribuir claramente. Isso tudo é lei, é projeto de lei, é objeto de discussão e vamos evoluir sempre.

Espero que o Senador Flávio Arns, tendo tido a conversa com os nossos Pares, abrace esse nosso projeto porque ele é sério e estamos preocupados efetivamente com a qualidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Concedo a palavra ao Presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

O SR. WILSON LANG – Srs. Senadores, pelo tempo que me permite e como diz o Senador Wellington, o assunto é de extrema importância e envolve muitas coisas, vou fazer algumas observações periféricas que entendo necessárias para concluir no final, na proposta, que já coloquei para os senhores.

Quero dizer a todos que, na nossa concepção, uma prova, um concurso, um exame de ordem, não mede absolutamente nada. Mede apenas o estabelecimento de um processo seletivo, ou seja, alguém chegou antes, alguém ficou abaixo de uma linha de corte e alguém ficou acima de uma linha de corte; não mede competência, e estamos tratando, no meu entendimento, de competência.

A segunda questão que gostaria de colocar é que existe uma contextualização histórica de concurso ou de processo seletivo, quando se fala na questão do Direito, em que 70% a 50% reprovam, como foi na Contabilidade. Se fizemos hoje um concurso ou uma avaliação da nossa habilidade ou competência em português, 95% seriam reprovados.

E a pergunta é: temos que fazer um concurso compatível com a nossa incompetência na nossa língua materna? Ou temos que trazer o ensino materno para a competência desejada? E que competência seria essa?

Uma terceira contextualização também periférica que gostaria de colocar para os senhores para dizer que essa questão não se encerra pontualmente no aluno que está se formando.

A pergunta é a seguinte: o engenheiro eletrônico, formado há 30 anos, que não exerceu a profissão e hoje quer exercê-la, estará apto? Um advogado formado há 30 anos, que nunca exerceu a profissão, hoje estaria apto para exercer a profissão, linearmente assim? Ele pode entrar no mercado de repente?

Não posso responder quanto ao Direito, mas quanto ao engenheiro eletrônico, eu tenho absoluta certeza que não. O engenheiro eletrônico que, em cin-

co anos, não se recicla, estará fora do mercado, não terá mais a competência necessária para fornecer o seu trabalho para a sociedade.

Uma outra questão que me chama a atenção, aqui colocada pela preocupação válida e pertinente – e aí quero puxar para uma questão mais ampla do Senador Gilberto –, é a aprovação específica de regulamentação profissional para diferentes órgãos. Isso está criando, na verdade, um monstro regulamentador neste País.

Recentemente, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, no último dia de seu mandato, assinou um decreto legislativo mudando as atribuições profissionais do técnico agrícola. O técnico agrícola, hoje, que é um curso técnico de nível médio, tem mais atribuições, por este decreto legislativo, do que um engenheiro agrônomo que passa cinco anos na escola. Que história é essa? Como vamos consertar esse tipo de problema?

Então, há uma questão preocupante, na medida em que V. Ex^{as}, o Congresso aprova o atendimento de determinações legais para órgãos de regulamentação profissional de acordo com suas demandas e suas especificidades, creio que estamos contribuindo para construir um grande, e já existe, monstro regulamentador, em que a medicina pode fazer coisas, a engenharia não pode, a OAB tem um comportamento assimétrico, faz coisas que não podemos fazer. Isso acaba gerando uma grande confusão no mercado como um todo. Portanto, pediria a V. Ex^{as} que avaliassem isso nos seus projetos de lei para que dessem a eles uma contextualização que permitisse o atendimento de todos, porque, na verdade, quando falamos de órgãos de regulamentação profissional, não estamos falando de especificidades profissionais. Estamos falando da garantia da segurança e da qualidade do serviço profissional, seja qual for, para a sociedade.

Por último, quero deixar bem clara a posição do sistema Confea/Crea, que não pede exame de ordem. O que gostaríamos que fosse aprovado por V. Ex^{as} – parece-me que poderia haver uma emenda nesse projeto que contemplaria a todos – é que fosse permitida aos órgãos de regulamentação profissional a implantação de um sistema de avaliação qualitativa que incluísse os MECanismos de avaliação já existentes pelo MEC, porque aqui está a ordem constituída da avaliação por parte do Estado e que precisa estar presente nesta avaliação, mas que não fosse permitido que esse sistema de avaliação se resumisse em um exame de ordem, numa prova.

Creio que essa amplitude da avaliação atenderia à contabilidade, atenderia à medicina veterinária, atenderia à medicina como um todo. E a engenharia,

a arquitetura e a agronomia também ficariam muito gratos se pudéssemos trabalhar com um componente desse tipo.

Muito obrigado e bom trabalho a todos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Como último palestrante, concedo a palavra ao Dr. Benedito Dias de Oliveira Filho, representante do Conselho Federal de Medicina Veterinária. S. S^a vai se pronunciar inclusive sobre a validade ou não da proposta que ora está em tramitação no Senado Federal, especificamente na Comissão de Assuntos Sociais, o PLS nº 156, de 2004. Anteriormente o seu Relator era o Senador Jonas Pinheiro, agora é o Senador Gilberto Goellner. Naturalmente S. Ex^a já se pronunciou a respeito e está interessado no rápido andamento desta matéria.

Queremos saber do representante, como disse, da oportunidade, da validade, da continuidade da tramitação desta matéria.

O SR. BENEDITO DIAS DE OLIVEIRA FILHO – Muito obrigado. Primeiramente, gostaria de dizer que existem não tão somente especificidades de cada profissão, diferenças que devem ser analisadas e validadas neste momento, como também entre os objetivos de cada Conselho em relação à fiscalização da profissão, apesar de um ideal e de uma função comum a todos, que é a defesa da sociedade. Agora, dentro de cada profissão, existem essas especificidades.

Fico muito à vontade para falar mais uma vez sobre isso, porque, como disse em outro momento, sou professor de uma universidade pública, Universidade Federal de Goiás, faço parte da Comissão de Medicina Veterinária do Inep, órgão do MEC responsável pela avaliação. Então, nesse sentido, pelo menos teoricamente, conheço os dois lados da moeda: o lado do ensino e o lado profissional.

Como eu disse, o Conselho Federal de Medicina Veterinária instituiu esse exame após um amplo debate com toda a comunidade da medicina veterinária, quer seja a comunidade dos profissionais que já estão no exercício da profissão, mas principalmente junto à instituição de ensino.

A implantação desse exame por parte do Conselho Federal de Medicina Veterinária se fez em comum acordo com a comunidade acadêmica e a comunidade dos médicos veterinários.

É claro que entendemos que esse não é um instrumento ideal. Até pela minha experiência de avaliação, e de todos nós da Medicina Veterinária envolvidos com esse processo, a avaliação, como aqui foi dito, é um processo dinâmico. A implantação desse processo exige uma série de fatores e condições. Dentro das condições que estão aí colocadas hoje, foi definido e

entendido pela comunidade da veterinária que esse exame de certificação é o que é possível hoje.

Claro que gostaríamos, além do exame, de ter todo um processo de avaliação o mais correto possível. Por entender que esse é um processo dinâmico, no Conselho Federal de Medicina Veterinária está em fase de estudo também a implantação da re-certificação para os profissionais em exercício, claro que com critérios nos quais sejam contempladas a participação em cursos de atualização e a experiência no exercício da profissão. Enfim, esse é um processo que está em discussão.

No nosso exame – vocês têm o relatório dos seis primeiros e fizemos dez – temos hoje um índice por volta de vinte ou vinte e poucos por cento de reprovação. Eu quero aqui dizer para os senhores que instituições tradicionais como Universidade Federal de Minas Gerais; Universidade Federal de Lavras; Universidade Estadual de Londrina; Unesp de Botucatu, Jaboticabal, Araçatuba; USP, ou seja, universidades tradicionais no ensino da Medicina Veterinária têm praticamente 100% de aprovação nesse exame. Ou seja, é apenas uma prova? É. Mas identifica os profissionais que têm conhecimento mínimo necessário e aqueles que não o têm.

Somente para encerrar, rapidamente. Tivemos oportunidade de fazer, ainda na época do provão, uma comparação entre os resultados das instituições no exame de certificação do Conselho Federal com os resultados dos conceitos obtidos no provão. Eles foram absolutamente similares. Ou seja, instituições de conceito “A” no provão têm acima de 90% de aprovação no exame de certificação. Instituições de conceito “E” no provão têm um percentual de reprovação no exame de certificação muito maior.

Somente para concluir, o Conselho de Medicina Veterinária entende – o nosso projeto aí está – que a comunidade da veterinária gostaria de ter uma discussão e tomada de posição por parte dos Srs. Senadores, o mais rápido possível. Uma discussão ampla envolvendo todas as profissões é interessante? É. Mas nós sabemos que isso leva um certo tempo. A comunidade da medicina veterinária tem hoje uma experiência e um sentimento; uma posição tomada favorável em relação ao exame.

Como eu disse, falo por participar dos dois lados da moeda, tanto na parte da fiscalização, do exercício profissional, como um membro da comunidade acadêmica.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Antes de encerrar esta reunião, gostaria de, em primeiro lugar, agradecer a todos os

convidados que participaram com muita propriedade, inteligência e de forma aprofundada dos assuntos que aqui foram abordados.

Essa audiência pública nasceu justamente porque estamos aqui discutindo duas matérias importantes: o Projeto de Lei nº 156, de 2004, de autoria do Senador Tião Viana, que trata justamente da certificação e do curso de veterinário, que tem como Relator, como já falei, o Senador Gilberto; e o outro projeto, PLC nº 39, de 2005, que regulamenta a questão do exame de suficiência para o Curso de Contabilidade, que tem como autor o Deputado Átila Lira e como Relatora a Senadora Patrícia Saboya Gomes.

Pelo visto notamos que, no que se refere aos dois cursos, contabilidade e veterinária, não existe nenhum obstáculo no que diz respeito à tramitação normal dessas duas matérias.

Há, por parte dos representantes do Curso de Medicina, do Curso de Engenharia, uma certa divergência. E penso que devemos levar em conta e aprofundar mais essa questão, mesmo porque não há nenhum projeto, aqui na Comissão de Assuntos Sociais, regulamentando esse assunto. Se algum dia vier a surgir, naturalmente iremos debater de novo a possibilidade ou não da inclusão de exame de suficiência em relação à Medicina e ao Curso de Arquitetura.

Por enquanto, penso que devemos dar tramitação normal às matérias que já estão em andamento nesta Casa, nesta Comissão; não criar nenhum obstáculo. E vamos chegar ao consenso por meio do trabalho dos Relatores. Não sendo possível o consenso, vamos colocar em votação no dia que for determinado, inclusive com a participação das Lideranças.

Agradeço também ao nobre Senador Flávio Arns, que se incumbiu de apresentar o requerimento, e também à Senadora Lúcia Vânia, convocando os integrantes desta Mesa. Foi um debate muito produtivo, muito construtivo. Tenho certeza absoluta de que vai repercutir por meio dessa instrução feita aos Srs. Senadores. E aqueles que participaram do debate já têm uma conclusão – pelo menos aquela que eu como Presidente já tenho – de que as matérias devem ser objeto de votação. Qualquer que seja o resultado, estaremos cumprindo com nosso dever.

Portanto, meu agradecimento a todos.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h07min.)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

Ata da 21a. Reunião (Extraordinária) da Comissão de Serviços de Infra-estrutura na 3ª Sessão Ordinária Legislativa da 52ª Legislatura, realizada em 01 de setembro de 2005 às 10:00 horas.

Às dez horas do dia 01 de setembro de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência, em exercício, do Senhor Senador ALBERTO SILVA, presentes os Senhores Senadores Heráclito Fortes, José Jorge, Rodolpho Tourinho, Leonel Pavan, Teotônio Vilela Filho, Sérgio Zambiasi, Serys Slhessarenko, Valdir Raupp, Mão Santa, Juvêncio da Fonseca, Gilberto Goellner, Flexa Ribeiro, Eduardo Azeredo, Mozarildo Cavalcanti, Nezinho Alencar e Augusto Botelho, reúne-se extraordinariamente a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Marco Maciel, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, Delcídio Amaral, Magno Malta, João Capiberibe, Sibá Machado, Aelton Freitas, Gerson Camata e Gilberto Mestrinho. A presente reunião destina-se a Audiência Pública. Item nº 01 – Assunto: Exposição sobre Tributação e Encargos do Setor Elétrico. Autor: Senador Valdir Raupp. Convidados: Dr. Cláudio Salles – Presidente da Câmara Brasileira dos Investidores em Energia Elétrica – CBIEE ; Dr. Gileno Barreto – Gerente Sênior da Price Waterhouse Coopers. Resultado: Audiência realizada. Após a explanação dos senhores convidados, fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados os senhores Senadores Valdir Raupp, Heráclito Fortes e Rodolpho Tourinho. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às doze horas, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigráficas. – Senador **Alberto Silva**, Presidente, em exercício.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB-PI)
– Declaro aberta a reunião.

Na pauta de hoje vamos seguir o roteiro da Comissão. Então, é uma audiência pública na qual haverá uma exposição sobre tributação e encargos do setor elétrico.

Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Esclareço aos Srs. Senadores e às Sr^{as} Senadoras que na pauta da reunião de hoje consta um único item. Trata-se de uma audiência pública cujo assunto é a exposição sobre tributação e encargos do setor elétrico. O convidado é o Dr. Cláudio Sales, Presidente da Câmara Brasileira dos Investidores em Energia Elétrica – CBIEE. O autor do requerimento é o Senador Valdir Raupp.

Neste instante, tenho a satisfação de convidar o Dr. Cláudio Sales para a mesa a fim de proferir a sua exposição. Tem a palavra S. S^a.

O SR. CLÁUDIO SALES – Senador Alberto Silva, Presidente da mesa e da Comissão de Minas e Energia, em seu nome saúdo os demais Senadores aqui presentes, senhoras e senhores, em primeiro lugar chamo a atenção para o fato de que comigo aqui estão representantes de praticamente todas as associações do setor elétrico, que estão unidas – é até um fato meio que pioneiro no Brasil – na causa justa de se reduzir o tremendo encargo de tributos e encargos setoriais incidindo na conta de luz do consumidor brasileiro.

Então, estão ali a Associação Brasileira de Concessionários de Energia, a ABDIB, que cuida de infraestrutura; a Abiape, que cuida da autoprodução de energia; a Abrace, que são os grandes consumidores; a Abraceel, que são os comercializadores; Abradee, que são os distribuidores; a Abrage, que são os grandes geradores – inclusive todos as geradoras estatais; a Abragef, que são os geradores flexíveis; a Abraget, que são os geradores térmicos; Abrate, que são os transmissores; Amcham, que é uma associação empresarial de renome internacional; a Apine, que é a Associação dos Altos Produtores de Energia; a APMPE, que são os pequenos produtores de energia; além da Fiesp e da Câmara dos Investidores, que eu represento.

A idéia, Srs. Senadores, é aqui falar sobre as distorções geradas pela altíssima carga tributária incidindo na conta de luz. Depois vamos apresentar, em primeira mão, um estudo feito pela Price Waterhouse, que foi contratada por todas essas associações para ter um raio-X definitivo sobre qual é a carga de impostos incidente sobre a tarifa. Depois, destacarei a questão da MP do Bem, oportunidade que o Congresso – especialmente o Senado – tem de aprimorar o País nesse ambiente, e a discussão com os senhores.

Em primeiro lugar, desejo chamar a atenção para um dado importante – aqui estão dados de 1998 a 2004: nos últimos seis anos, o que essa figura mostra é que o que aumentou de tarefa recebida para a empresa de distribuição, ou seja, o que foi para a empresa, aumentou, nesses últimos seis anos, 81%. Por outro lado, a tarifa média, aquilo que é percebido pelo consumidor,

aumentou 128%. Esse aparente paradoxo é explicado pelo seguinte – no lado esquerdo estão as principais causas: tributos aumentaram, no mesmo período, 184%; encargos setoriais, 540% aproximadamente. Isso é o que faz com que a tarifa aumente mais – muito mais – do que o aumento que vai para as empresas.

Para mostrar como é que é o Brasil nesse “departamento”, comparado a outros países do mundo, está aí um exemplo, apenas comparando a parte do ICMS com o IVA correspondente de outros países. Graficamente se percebe, comparando-se com países como Reino Unido, Portugal, Estados Unidos, etc., como o Brasil é assustadoramente mais onerado por esses impostos. Temos consciência, sabendo que o ICMS é o principal imposto que consta na tarifa de energia, da importância do ICMS para os estados.

Aí mostra que, praticamente, de três setores – energia elétrica, telecomunicações e combustíveis –, os estados tiram quase 50% da sua arrecadação. Porém, o que não é justificável – e é o que está assinalado aí em azul – é que em energia elétrica, em dois anos, tenha havido um aumento de 50%.

Mostrando ainda o Brasil no contexto de outros países, percebemos claramente que estamos muito atrasados. Se entendermos que o consumo de energia elétrica se traduz em bem-estar para as famílias ou em desenvolvimento econômico, se percebe que o Brasil está muito abaixo, sete vezes com menos consumo *per capita* do que, por exemplo, têm os Estados Unidos. Isso mostra o quanto podemos progredir nesse ambiente.

Próximo.

Onde incidem esses impostos e encargos? Em toda a cadeia – na geração, na transmissão e na distribuição. É com esse objetivo de levantar isso que nós, em conjunto, todas as associações, contratamos a Price Waterhouse para que a nação disponha, de fato, de um raio-X preciso e detalhado sobre esse problema.

Agora, Senador, quero tomar a liberdade de pedir ao próprio gerente da Price Waterhouse que faça um sumário das conclusões desse estudo. Depois retornarei para, rapidamente, falar sobre a importância deste momento que o Congresso vive.

(Interferências inaudíveis. Fora do microfone.)

Desculpe. Eu estava pedindo licença, Senador, para, neste momento, pedir que o próprio Gerente-Geral da Price Waterhouse faça a apresentação das conclusões desse estudo. Depois eu retornarei, em seguida, para falar deste momento, com a MP do Bem, e da oportunidade que o Congresso tem para lidar com essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB-PI) – Dr. Gileno Barreto tem a palavra.

O SR. GILENO BARRETO – Primeiramente, bom dia.

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Senador Alberto Silva, demais Senadores, esse estudo foi contratado, como disse o Dr. Cláudio Sales, com o objetivo de ter um diagnóstico definitivo da carga tributária no Brasil, considerando os seus três subsegmentos – gerador, distribuidor e transmissor. Nesse sentido, adotamos uma série de premissas para chegar a esses dados, premissas essas importantes, que estão no final do material que os senhores irão receber e que nesta apresentação vai estar disponibilizado.

No final, o resultado total desse trabalho aponta para uma carga tributária, medida por meio de uma amostra, que representa 75,29% do faturamento do setor elétrico no Brasil, comparados aos dados disponibilizados pelo IBGE. Das 49 empresas analisadas, elas respondem, no caso das geradoras, por 66% da capacidade instalada. A diferença da representatividade da amostra para os 100% decorrem basicamente de Itaipu, cujos dados não estão facilmente disponibilizados. Mas elas respondem por quase 90% da capacidade geradora privada e estatal brasileira, exceto Itaipu. No caso das transmissoras, essa amostra respondeu por 81% da receita anual permitida do segmento, enquanto que no caso das empresas distribuidoras, 87% da energia vendida no Brasil no ano de 2004.

Esse foi o universo dos tributos analisados, universo esse, como se pode ver, bastante extenso. Do ponto de vista dos encargos setoriais analisados, esses foram os principais encargos setoriais. Há uma série de outros encargos setoriais cuja participação foi menor, mas que também onera substancialmente o setor elétrico brasileiro. E o resultado final, em reais arrecadados durante o ano de 2004, atingiu o montante de R\$33,8 bilhões, sendo que o subsegmento gerador respondeu por R\$3,4 bilhões; o subsegmento transmissor, por R\$1,3 bilhão; e a distribuição por aproximadamente R\$29 bilhões.

Essa arrecadação se subdividiu, para aquele total faturado no ano de 2004, do montante total de aproximadamente R\$75,5 bilhões, em tributos federais, estaduais e municipais e em encargos setoriais em linhas gerais. Os tributos federais responderam por aproximadamente 10,17% do total arrecadado daqueles R\$33 bilhões mencionados anteriormente. Destaque especificamente para o aumento da carga tributária a partir da série histórica, que saiu de 1999, houve uma leve redução em 2002 e passou a aumentar substancialmente em 2003 e 2004 basicamente por efeito das Leis 10.637, 10.833 e 10.865, que alteraram a sistemática, de cumulativa para não-cumulativa, das

contribuições ao PIS e da Cofins. Essas contribuições responderam por acréscimos de um ano para o outro, como pode ser detalhado naquelas setas. A carga tributária efetiva – não nominal, mas efetiva, o que aquilo realmente incidiu, descontados os créditos no setor – partiu de 0,8% em 2002 para 1,27% em 2003, o que representou um acréscimo de aproximadamente 50%; se comparado a 2004, um acréscimo de 30% acumulados. A Cofins partiu de 3,73% para 5,29%, podendo atingir o montante de 5,75% em 2005, o que representa um aumento – de 3,73 para 5,75% – de aproximadamente 54% na incidência sobre o setor. A carga tributária relacionada especificamente aos tributos estaduais, que se subdividem em ICMS e IPVA – o que já foi bastante ressaltado pelo Dr. Cláudio Sales – em 2004 chegou a 20,69% aproximadamente. Isso porque os estados cobram alíquotas distintas, ainda, de ICMS sobre energia elétrica. O nosso estudo contemplou projeções para 2005 e 2006. Para 2006 especificamente – e essa é uma das premissas desse estudo –, nós consideramos dois pontos que estão latentes nas discussões do Congresso especificamente dentro da reforma tributária, que seria a unificação da alíquota do ICMS para todos os estados da Federação – isso acresceria muito à carga tributária para os números que vamos ver mais adiante. Ela partiria de 20,68% aproximadamente para 25,18% em 2005.

Um outro ponto que foi considerado nessa projeção para 2006 foi especificamente a regulamentação do art. 195, § 12, da Constituição Federal. Foi uma inovação trazida pela Emenda Constitucional nº 43, que prevê a criação – após regulamentada, é claro – de uma contribuição social de caráter previdenciário, que poderia vir a incidir sobre as receitas. Nesse contexto, a carga tributária referente ao INSS dentro do setor elétrico partiria dos atuais 1,13% para até, aproximadamente, 3,21%.

Nos encargos setoriais também podemos observar um acréscimo ao longo da série histórica, sendo previsto um leve decréscimo para 2005 e 2006, basicamente impactado pela redução da ECE. Houve uma redução da ECE agora, durante a metade do ano de 2005, e há uma previsão de redução. Mas há uma previsão de acréscimo da carga, contrapondo esse decréscimo da ECE, trazido pela própria ICCO por conta dos aumentos recentes do preço do petróleo.

Em resumo, analisando a série histórica de percentuais sobre o faturamento, vemos uma carga tributária partir de aproximadamente 40,23% em 1999 para efetivos 44,76% em 2004. Em termos de arrecadação, isso significou, por exemplo, de 2003 para 2004, um acréscimo absoluto de arrecadação da ordem de 25%. É previsto um acréscimo absoluto de arrecadação,

mais uma vez, da ordem de 9%, e as previsões para 2006, obviamente se essas duas outras inovações na legislação tributária forem levadas adiante, são de que poderá haver um acréscimo na carga tributária para até 51,58%.

Essa carga tributária constatada considera, como já foi dito, o somatório de todos os tributos e encargos na cadeia produtiva sobre o total faturado para o consumidor, ou para os consumidores livres, através da comercialização de energia elétrica. Como dito em algumas das premissas, temos que a receita operacional bruta que utilizamos para esse estudo representa a receita apurada nesses segmentos, que é a porta de entrada de recursos, digamos assim. É por onde a poupança popular é captada e entra no sistema para a manutenção de suas atividades, para reinvestimento, etc.

O gráfico pode demonstrar um pouco mais sucintamente essa curva ascendente da carga tributária sobre o setor nos últimos anos.

Para o momento, é só. Agradeço o convite.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB-PI) – Vamos dar continuidade, dando a palavra ao Dr. Cláudio Sales.

O SR. CLÁUDIO SALES – Muito obrigado, Senador.

Acho que aí está um diagnóstico que impressiona, principalmente à luz desse gráfico, que mostra que a incidência de tributos e encargos tem sido mantida constantemente muito alta, fazendo do Brasil o infeliz campeão mundial nesse “departamento”. Mas pior ainda é com a ameaça de um crescimento vertiginoso se acontecerem essas premissas, que já estão colocadas inclusive no ambiente legislativo até agora.

Diante desse fato, era importante chamar a atenção dos senhores, do ponto de vista do pensamento coletivo de todos os agentes do setor elétrico, sobre a importância da MP do Bem como uma oportunidade concreta de reverter pelo menos a tendência dessa curva. A esse respeito, também, de uma forma quase que pioneira, todas as associações do setor elétrico fizeram publicar, na terça-feira da semana retrasada, nos jornais de Brasília e nos jornais de circulação nacional, um anúncio falando que a energia elétrica, na MP do Bem, é para o bem de todos.

Todos sabemos – os senhores, certamente – que a origem da MP do Bem foi, talvez, para beneficiar setores voltados para investimentos em exportação, etc., mas que teve, na sua tramitação, o seu alcance ampliado, inclusive contemplando em alguns aspectos o setor elétrico. O que o setor em conjunto apontou como oportuno de ser implantado nessa MP do Bem está retratado ali – e basicamente eu trato isso no próximo

slide – são esses itens, que têm por objetivo basicamente duas questões. A primeira é tornar mais barata a energia elétrica para o consumidor. A segunda é ter incentivos concretos e, ao mesmo tempo, a eliminação de obstáculos, para viabilizar o investimento principalmente na expansão do serviço de energia.

Então, sobre os tópicos contemplados, antes de fazer referência especificamente a cada um deles, queria chamar a atenção dos senhores para um problema concreto.

Primeiro, de um lado, com relação à capacidade de pagar a conta de luz do consumidor brasileiro – sabidamente um consumidor de um país que tem um nível de renda infelizmente ainda baixo –, já está no seu limite. E ele seguramente não tem como justificar que quase 50% do que ele paga, como vimos no raio-X apresentado pela Price Waterhouse, seja de impostos e encargos, ou seja, não vá diretamente para a produção e a distribuição de energia.

Enfim, existe essa limitação concreta. Por outro lado, existe uma demanda por investimentos que está ficando absolutamente crítica, uma vez que já se sabe – e os técnicos apontam – que o País vai entrar pelo menos num ambiente de grave elevação de risco de falta de energia a partir de 2009, com segurança, eu diria, absoluta, mas no entender de vários analistas podendo ocorrer isso até antes de 2009.

Numa situação como essa, por prudência até, todos os obstáculos à consecução de novos investimentos têm que ser mais do que urgentemente eliminados. E, mais do que isso, na medida da possibilidade, incentivos concretos para que esses investimentos aconteçam têm que ser colocados à disposição da sociedade.

Todo esse elenco de pleitos e sugestões apresentados pelo setor elétrico foi contemplado ou no relatório feito pelo Deputado Custódio Matos, Relator, quando o projeto tramitou na Câmara, ou através de emendas propostas por inúmeros Senadores e Deputados. Nem todos eles estão, porém, contemplados; várias das emendas foram rejeitadas, sequer constaram do relatório, e não foram votadas nos destaques. Queria me referir, então, ao conjunto delas.

O primeiro ponto é o do retorno do PIS/Cofins à regra anterior. Como mostrou o representante da Price Waterhouse, na cadeia toda esse aumento do PIS/Cofins decorrente das recentes mudanças de regras é da ordem, se não me falha a memória, de 5% ao longo de toda a cadeia. Então, o pleito de se retornar à regra anterior, ou seja, não é deixar de pagar o PIS/Cofins, mas que retornar para a regra anterior traria um benefício concreto para o consumo de uma maneira geral.

É importante destacar que, nesse “departamento”, houve um progresso absolutamente relevante na Câmara: foi votado um destaque – já foi aprovado em Plenário – que estabelece à regra anterior do PIS/Cofins não sobre toda a cadeia, mas pelo menos para os consumidores residenciais, rurais, iluminação pública e órgãos públicos, ou seja, aqueles mais desguarnecidos do ponto de vista da capacidade de compensar pelo imposto a mais que ele paga. Pelo menos para esses houve o acolhimento na Câmara dos Deputados, o que é um progresso, eu diria, bastante importante, por isso mesmo importante de ser preservado aqui, no Senado.

A outra questão é isenção de PIS/Cofins e IPI para novos investimentos. Já falei sobre a necessidade de novos investimentos e sobre a dificuldade de fazê-los. É importante destacar que, nos últimos 30 meses, Srs. Senadores, não se começou nenhum empreendimento de grande porte de geração de energia. O País só não está enfrentando uma situação de falta de energia porque, ainda por conta do racionamento, houve uma queda grande de consumo de um lado, e de outro lado inúmeros empreendimentos foram ficando prontos – usinas novas inauguradas – todos esses empreendimentos construídos com base nas regras antigas. Mas os novos empreendimentos, aqueles capazes de suprir a demanda de energia futura, que já começa, já se faz presente, a partir de 2009, não foram iniciados. Então, é importante um incentivo como esse para dar economicidade a esses projetos, uma vez que, sabidamente, o País precisa contar com recursos públicos e privados para atender à necessidade de auto-sustentabilidade do suprimento de energia.

O terceiro tópico é a depreciação compatível com outros setores industriais. O setor elétrico tinha uma forma de depreciação que onerava os projetos de uma maneira especial. Esse fato foi reconhecido e consta do relatório aprovado pela Câmara dos Deputados. Portanto, é importante para o setor, para o desenvolvimento e para a expansão que ele seja preservado.

O quarto é a manutenção da alíquota de 3,65%, que é a alíquota do PIS/Cofins dos anos anteriores, nos contratos de compra e venda de energia já firmados. Existia uma instrução normativa da Receita Federal – isso consta em lei, esse preceito está assinalado na lei – dando uma interpretação sobre esse conceito de preço pré-determinado constante dos contratos, que desvirtuava o espírito da lei. No relatório aprovado na Câmara, essa questão foi corrigida no seu art. 81, porém a análise feita posteriormente por advogados indica que tem até, talvez, uma imperfeição do texto, que reclama uma certa correção a partir do Senado. Esse é um ponto extremamente importante

porque seria, se prevalecesse a instrução normativa da Receita, quase que uma quebra de contrato. Seria mais ou menos um sujeito que tem um contrato feito de longo prazo de venda de energia, onde ele supôs uma determinada receita, ter praticamente dobrado a incidência do imposto no meio do processo sem que o contrato tenha sido modificado. Então, foi aprovado na Câmara, porém com uma imperfeição de texto que chamo a atenção dos Srs. Senadores para examinar porque realmente pode ser corrigida.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Só um esclarecimento: seria emenda apenas de redação ou modificaria o texto?

O SR. CLÁUDIO SALES – Eu tenho aqui uma análise – e vou submeter aos senhores – segundo a qual acho que pode ser emenda de redação. Porque, da maneira como está colocada lá, ela se refere a um inciso, mas não diz de que artigo. Ao mesmo tempo, ela se refere a uma lei, que é a lei do Plano Real, porém essa lei, no aspecto que está sendo considerado ali, foi modificada por uma lei posterior. Então, eu entendo que as correções poderiam ser feitas em relação a esses dois aspectos, inclusive chamando a atenção para a lei que sucedeu a lei do Plano Real meio que regulamentando aquilo que teria sido disposto antes. Submeterei aos senhores para análise.

Por penúltimo, a questão da isenção do PIS/Cofins para o carvão e o gás natural para termelétricas. Essa questão certamente o Senador Tourinho conhece bem, que é resumidamente a seguinte: houve, no passado, uma lei que dava um incentivo para a geração termelétrica que usasse como combustível o carvão nacional ou o gás natural daquele programa prioritário de termelétricidade. Esse incentivo, que foi basicamente uma isenção de PIS/Cofins, existe numa lei que está em vigor. Só que a maneira como posteriormente foi redigida a lei do PIS/Cofins atual diz que, no caso de itens para os quais haja isenção, o que foi pago ali não pode ser compensado na cadeia de não-cumulatividade do PIS/Cofins. Então, essa situação criou um paradoxo, porque o subsídio foi dado – entende-se que o Estado foi quem o concedeu para atender uma necessidade justificável. Porém, ao fazer essa mudança agora, o subsídio ficou mantido por causa da lei anterior. Só que o Estado, não é mais ele que dá o subsídio; ele meio que impôs, por consequência, que o próprio produtor passe a dar o subsídio. Ou seja, é um paradoxo que teria que ser corrigido, porque inviabiliza a geração termelétrica usando esses combustíveis, porque eles não teriam como abater o que eles pagaram na compra de combustível.

Por último, ainda, um obstáculo pendente e extremamente grave na consecução de projetos que de-

verão competir agora, no leilão de energia nova, que irá acontecer em dezembro. Vou tentar explicar isso de uma maneira sucinta. Em dezembro vai acontecer o primeiro grande leilão, em que novos projetos serão apontados para serem construídos. Nesse leilão, tanto vai ser ofertada uma lista de usinas cuja concessão será outorgada como resultado do próprio leilão, como terão direito de participar usinas cuja concessão já foi outorgada pelo critério antigo, ou seja, ou não começaram a construção ainda ou foram construídas e entraram em operação recentemente, como diz a própria lei, a partir do ano 2000. Só que o critério de seleção do vencedor do leilão é o de que vence quem se submeter a receber a menor tarifa por essa energia que vai fornecer. Ora, surge o problema de se equalizar a competição entre aquele que teve que pagar pela concessão pelo uso do bem público – daí esse nome UBP – com aquele que não vai precisar pagar pela concessão. A lei até prevê isso; diz que se faça a competição pela menor tarifa, e, se for vencedor aquele que pagou – pela regra anterior – pela concessão, pelo uso do bem público, ele teria direito de colocar, sobre a tarifa que ele colocou, a parcela que pagou sobre o uso do bem público. Porém, como essa parcela variou de leilão a leilão, de usina a usina, a lei também prevê que exista um teto, um limite desse repasse, que ficou também – acho que também por uma imperfeição de redação – não muito claro; porque esse limite só é conhecido depois que termina o leilão e impossibilita ao proponente saber como é que ele vai ofertar.

Enfim, dado esse problema, dada a premência de tê-lo resolvido, porque – e é importante que se acentue isso – hoje, como até comentei, o País já está numa situação extremamente crítica com relação ao seu abastecimento futuro, dessas 17 usinas listadas pelo Governo para serem ofertadas no leilão, apenas uma, por enquanto, tem licença ambiental. Tenho uma vontade enorme para que se tenha licença ambiental das demais, mas dizem os ambientalistas que, no mínimo, há um risco altíssimo de que isso de fato não aconteça.

Portanto, aqueles projetos que têm melhor condição de ser executados são aqueles que já têm a concessão. Porque não só muitos deles já têm a licença ambiental para construir, como, seguramente, eles já têm os contratos com a construção, já têm contratos de compra de equipamento, enfim, eles já estão adiantados nesse processo e, portanto, são aqueles que poderiam mais rapidamente começar a construção, de que o Brasil tanto precisa.

Porém, dada essa dificuldade de se ter um critério que torne essas usinas economicamente viáveis, o risco que se tem é de que, apesar disso, empresas

tanto produtoras independentes de energia, quanto autoprodutoras de energia, em grandes grupos industriais que produzem usinas para seu próprio consumo, se não tiverem essa questão resolvida, correm o risco de terem projetos que não são econômicos e que, portanto, os levem a desistir de sua construção, um luxo a que, definitivamente, o País hoje em dia não se pode permitir.

Foram propostas emendas no projeto da MP do Bem, tanto por Senadores quanto por Deputados, que sugerem duas fórmulas de resolver essa questão. Uma delas era simplesmente diferindo, ou seja, parcelando pelo prazo de 12 anos o pagamento por essa concessão – veja que não é eximir de pagamento, mas parcelar –, de forma que a incidência desse custo no início não onere desnecessariamente o projeto, ou seja, que lhe dê economicidade. A outra seria a troca disso por energia, que a concessão fosse paga com energia. Nenhuma dessas questões foi contemplada. Podem existir terceiras ou quartas sugestões, mas eu tomo a liberdade de chamar a atenção dos Srs. Senadores para que seja indispensável a análise disso e que se tenha uma solução, sob pena de se correr o risco de ficarmos sem esses projetos.

Aqui, senhores, só para chamar a atenção, voltando à questão do PIS/Cofins, que é uma das questões mais relevantes, o pleito do setor elétrico em relação à redução do PIS/Cofins, que é basicamente se voltar à forma de cobrança anterior, não é uma inovação. Pelo contrário. Isso está sendo adotado tanto no corpo da própria lei do PIS/Cofins, como, depois, por meio de várias medidas provisórias convertidas em lei, já para todo esse conjunto de dezenas de setores, que inclui telecomunicações, rodovias e alguns setores de serviços públicos, mas inclui setores como empresas de *call center*, *telemarketing*, telecobrança, parques temáticos, etc., que sequer são de serviços públicos.

Entendemos que há mérito em tudo isso, quer porque são setores que empregam um contingente importante de brasileiros, quer porque são setores cuja atividade tem um impacto importante para a economia e para o bem-estar da sociedade brasileira. De qualquer forma, qualquer que seja o critério desses, o setor elétrico se coloca – sem medo de errar – muito melhor do que todos esses demais. O setor elétrico atende a 97% da população brasileira – quer dizer, é um serviço público de maior abrangência – e emprega um contingente que emprega, fácil, da centena de milhar de pessoas. Então, a justificativa é plena, e é importante novamente salientar que, nesse “departamento”, houve alguma conquista na Câmara dos Deputados, uma vez que se aprovou o destaque que permite que, pelo menos para os consumidores residenciais, rurais, ser-

viços públicos, órgãos públicos e iluminação pública, se volte o PIS/Cofins à regra anterior. É importante o reforço para justificar até o direito de justiça do consumidor de energia elétrica de ter esse benefício.

Por último, quero chamar a atenção para os efeitos do que se pretende.

Em primeiro lugar, a desoneração dos tributos e encargos sobre energia elétrica é de todo justa porque a energia elétrica está na base da cadeia de consumo de uma sociedade. Quer dizer, tanto na base do conforto da sociedade e das famílias, quer dizer, da sua condição de vida propriamente dita, como na base da economia.

Em segundo lugar, a história dos outros países demonstra que, se há um setor em que você, desonerando a carga tributária nele incidente, aumenta a arrecadação por força do desenvolvimento da economia como um todo, é o setor elétrico. Não há dúvidas – e os estudos demonstram – que, se você diminui o custo da energia, você aumenta o consumo. O dinheiro pago na conta de luz, ainda mais num país de renda baixa como o nosso, seguramente, se ele pode deixar de ser pago, ele é desviado para outros consumos essenciais, ele ativa a economia, ele move de maneira virtuosa essa roda do progresso.

E por último, só para nos permitir sonhar, uma vez que a Casa legislativa é a casa de sonhos de um país melhor. Não precisamos ir muito longe. Aí há uma conta de luz de R\$100,00 de uma das nossas distribuidoras. Se, pegando um país do nosso continente latino-americano, ao invés do padrão brasileiro, tivéssemos o padrão do México de cobrança de tributos e encargos, por esses mesmos R\$100,00 o brasileiro poderia pagar R\$64,00.

Essa é a tarefa, Srs. Senadores, que nós aqui, em conjunto, todas as associações, trazemos para o pensamento dos senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB-PI)

– Agradeço em nome da Presidência da Casa a exposição feita que acabamos de ouvir. Quero fazer uma referência especial. Noto que o nosso Presidente, Senador Heráclito Fortes, ao chegar aqui, pediu que eu continuasse na Presidência porque ele tem algumas observações a fazer.

Temos uma lista de inscritos que deverão falar e, como é praxe desta Comissão, fazer indagações para nos informar melhor do que nós, do Senado, deveremos fazer.

Mas, em primeiro lugar, eu gostaria que o Presidente da Comissão, que por deferência me deixou na Presidência, diga algumas palavras porque verifiquei que ele fez algumas anotações.

Com a palavra, o Presidente Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Em primeiro lugar, meu caro Presidente Alberto Silva, a sua permanência na presidência dos trabalhos é por justiça. Ninguém trabalhou mais por energia no Nordeste, nas últimas duas ou três décadas, do que V. Ex^a, começando como dirigente da Companhia de Energia do Estado do Ceará e, posteriormente, atuando como Governador do Piauí, deixando inclusive alguns projetos no Estado que ainda hoje tramitam sem prosseguimento, como o estudo pioneiro de pequenas usinas de geração de energia no Estado do Piauí. Por outro lado, esta reunião tem outro simbolismo: é a presença do Dr. Cláudio Sales aqui entre nós participando desta audiência pública. É outro homem visceralmente ligado à energia no País porque foi através de seu pai, Apolônio Sales, que tivemos a realização do sonho de Paulo Afonso. De forma que os senhores são da luz, e eu quero pegar um pouquinho desse “clarão” aqui, sentado, ouvindo como aprendiz. Portanto, agradeço a gentileza de me conceder a palavra. Vou ficar aqui na relação dos inscritos para posteriormente falar. Quero dizer também que temos em plenário outro homem totalmente voltado ao setor: o ex-Ministro Tourinho. Assim, espero que este convite ao Dr. Cláudio Sales, feito pelo Senador Valdir Raupp, nos traga os esclarecimentos necessários e nos dê a força suficiente para que consigamos quebrar a insensibilidade burocrática do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB-PI)

– Sr. Presidente, agradeço a gentileza de suas informações.

Antes de passar a palavra ao primeiro inscrito aqui, gostaria de fazer uma referência que me vem à mente agora. Quando eu dirigia o setor elétrico do Estado do Ceará – e praticamente, graças a Deus, consegui eletrificar o Estado inteiro – tínhamos a chegada da energia de Paulo Afonso a Fortaleza. Dali distribuíamos essa energia para o Estado todo, mas o meu Estado do Piauí não tinha essa energia porque a usina de Boa Esperança ainda estava em fase de construção. E a região norte do Estado, na nossa cidade de Parnaíba, na qual o Senador Heráclito também é um dos nossos companheiros, não tinha energia, e era uma cidade industrial, que estava morrendo da falta de energia, assim como a cidade de Sobral, com uma fábrica de cimento. Então, eu e o meu colega de escola e de turma, o engenheiro Amaury Menezes, da Chesf, fizemos um projeto de levar energia de Paulo Afonso até Parnaíba, no Piauí. Isso gerou uma controvérsia nacional, e quem dirimiu isso tudo foi o Ministro Apolônio Sales, a quem agora quero render a minha homenagem na presença de seu filho, porque ele decidiu e autorizou que passássemos da fronteira

do Ceará para o Piauí e levássemos energia elétrica, naturalmente com a chancela do Ministro Costa Cavalcante, que era o Ministro das Minas e Energia. Com a presença do Dr. Cláudio Sales aqui entre nós, relembro esse episódio para dizer que, em seguida, o Dr. Apolônio propôs uma comenda que lhe foi dada na Sudene como tendo realizado um feito que, para a época, foi considerado extraordinário: uma linha de transmissão de extensão de mais de mil quilômetros entre Paulo Afonso e a cidade de Parnaíba.

Por tudo isso, eu quero não apenas cumprimentar o Dr. Cláudio Sales por tê-lo em nossa presença hoje com essa exposição tão clara e objetiva, que leva a nós todos do setor, Senadores que somos, a acatar o que ele acabou de dizer e trabalharmos, Senadores Heráclito Fortes e Rodolpho Tourinho, em nossa Casa, o Senado, para corrigir o que achamos – e que ele acabou de nos provar – que está errado. Mede-se o desenvolvimento de um povo, em primeiro lugar, pelo consumo de energia elétrica; em segundo, aço; e em terceiro, por incrível que pareça, por ácido sulfúrico – no momento oportuno eu diria por quê.

Então, eu darei a palavra com muito prazer ao autor do requerimento para esta reunião, o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Presidente da Câmara Brasileira dos Investidores em Energia Elétrica, Dr. Gileno Barreto, senhor expositor, realmente, falou muito bem o Presidente de que a palestra do Dr. Cláudio Sales foi esclarecedora; muitas dúvidas, com certeza, se existiam, não existem mais. Eventos como este só vêm a contribuir para melhorar as condições do setor elétrico brasileiro. Mas é lamentável, Sr. Presidente, que um bem essencial ao povo das camadas mais necessitadas da população, e principalmente as indústrias, que geram a riqueza do País, que geram emprego e renda, tenham que pagar uma energia tão cara, uma tributação tão alta. Daqui a pouco, se continuar nessa escalada, a tributação da energia vai-se equiparar à do cigarro, que é uma droga, ou à da bebida alcoólica, que chega, em alguns casos, a 70 ou 80% – mas não está muito longe: 51,58%. Não é possível continuar. Então, uma das perguntas que eu faria, mas ainda falando das dificuldades das nossas empresas com o preço da energia elétrica. Lá no meu Estado eu conheço microempresas que devem de energia elétrica – que estão tentando rolar a dívida, parcelar, para não ser cortada, para não quebrar de vez; algumas já estão – R\$600 mil. Há poucos dias um pequeno empresário esteve comigo me pedindo para interceder junto à Companhia de Energia Elétrica do

Estado, a Ceron, que já é federalizada, para ver o que poderia fazer. Porque a empresa dele, se for vender, não vai pegar, talvez, mais do que esse valor, talvez ela não valha esse valor que ele deve, de R\$600 mil. Não pode pagar. Com o faturamento ele vai quebrar mesmo. Se não tiver uma forma de reduzir ou parcelar essa dívida em longo prazo, ele vai quebrar. Isso, com certeza, neste momento, está acontecendo com muitas empresas brasileiras. Como falou o Dr. Cláudio, é a energia elétrica, a telefonia, o combustível, que são as maiores tarifas de ICMS dos Estados. Em alguns Estados chegam a 27%, 30%, o ICMS de energia elétrica e a até 35% da telefonia. Então, ninguém aguenta mais essa carga tributária. E a recessão já é sentida. Essa crise, ainda na macroeconomia, não está repercutindo muito, Senadores Rodolpho Tourinho e Heráclito Fortes, mas na microeconomia, lá em baixo, já é sentida muito claramente. O pequeno comércio está sofrendo, o povo mais humilde da população está sofrendo muito.

Então, a pergunta que eu faria é a seguinte: qual é a redução – não sei se ficou bem claro, se já há algum estudo feito – que a MP do Bem vai trazer para essa tributação do setor elétrico? O que está sendo feito e o que pode ser feito para colocar alguma medida que não tenha vindo no texto da MP do Bem para pelo menos chegar no patamar que era antes, há poucos anos, de 44%?

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB-PI) – Com a palavra, o Dr. Cláudio Sales.

O SR. CLÁUDIO SALES – Em primeiro lugar, Senador Valdir Raupp, mais uma vez muito agradecido pela sua atenção, a sua iniciativa de fazer essa convocação, que, do ponto de vista do setor elétrico, está-se provando mais do que importante, assim como a acolhida que teve aqui, primeiramente pelo Senador Heráclito, Presidente da Comissão de Minas e Energia, que nos foi muito honrosa, acentuada agora pela presidência do Senador Alberto Silva, com palavras muito carinhosas aqui, que mexeram com um pedaço gostoso do coração da gente. Aliás, acho que esse negócio, Senador Tourinho, do setor elétrico é uma “cachaça”, é uma coisa de pioneiros e idealistas, como foi meu pai, como está sendo esse jovem Senador Alberto Silva, mas é uma coisa que impregna a alma guerreira de todo mundo, principalmente na convicção de que se pode melhorar muito no Brasil. Quer dizer, melhorou-se muito naquela época, mas ainda se pode melhorar muito.

O SR. (orador não identificado) – Faz a cachaça, mas não se pode cobrar o imposto (inaudível) cachaça.

O SR. CLÁUDIO SALES – Exatamente. Acho que cada momento é um momento de batalha. O Senador Tourinho viveu – até liderando o Governo nessa área – batalhas enormes, vitais, naquele momento, e acho que hoje estamos diante de uma batalha vital pelo desenvolvimento do Brasil. Os jornais todos mostraram que o País teve um crescimento até melhor do que se esperava, com dados do último trimestre que foram divulgados, porém esse crescimento é muito pequeno comparado com o que têm tido outras nações e que, portanto, o Brasil poderia estar tendo. Agora, o que acredito que todos nós do setor elétrico estamos chamando a atenção é que mesmo esse crescimento corre o risco de ter um freio não na política econômica, na política monetária ou na taxa de juros, etc., que já são, eventualmente, freios suficientes, mas de ter um freio mais grave, que pode ser a falta de energia, a falta de novos investimentos ou, pelo menos, a não-consecução de projetos no ritmo necessário a esse crescimento.

Objetivamente, em relação à questão levantada pelo Senador Valdir Raupp, devo dizer o seguinte. Primeiramente, não sabemos o alcance que a MP do Bem vai ter depois de tramitar no Senado. Porém, somente em parte de tributos federais, PIS/Cofins, teria uma redução na tarifa para o consumidor de cerca de 2,4% se isso fosse contemplado. É importante esse número porque uma parte dele já foi teoricamente conquistada na Câmara dos Deputados, que deve ser preservada. Mas poderia ser estendida aqui.

Outra questão é a importância desse número. Às vezes, numa análise superficial, pode-se achar que 2% não é relevante. Mas, lembrando que o consumidor de energia é fundamentalmente cidadão brasileiro, aquele que tem um aperto na sua renda, esses 2% são de recursos que estão desviados do pão que ele compra, da comida que ele compra, da roupa essencial. Enfim, ele é importante, sim. Numa conta de R\$100,00, isso conta, numa conta de baixa renda, isso conta e é importante que seja preservado. Mais do que isso, há as questões voltadas para o investimento. Hoje, uma das dificuldades que há é que, pelas novas regras, foram criados mecanismos que artificialmente colocaram o preço da energia na sua origem mais baixos do que deveria ser. Ela fica mais cara para o consumidor por causa desse monte de impostos e encargos que são colocados. Ou seja, corre-se o risco de que o valor que os contratos possam pagar para o gerador de energia não sejam suficientes para justificar o investimento. Cabe lembrar que o setor de energia requer investimentos de longo prazo, com retorno em muitos e muitos anos – décadas às vezes – e que, portanto, precisa ter uma rentabilidade razoável e segurança de

que essa rentabilidade é cumprida ao longo de toda a maturação do empreendimento. Quando essa rentabilidade cai a níveis que, comparando-se com os riscos que se correm no investimento no setor, não justificam, o empreendimento deixa de ser executado. Isso atinge tanto as empresas públicas quanto as empresas privadas. O sistema Eletrobrás, por exemplo, que tem uma responsabilidade enorme na consecução dos novos empreendimentos, já está sofrendo de problema de falta de recursos, como mostram, por exemplo, os prejuízos que teve neste semestre. Se não se corrigir, de novo, estruturalmente o setor, diminuindo o peso morto, diminuindo impostos e encargos, não se tem condição de se contar com novos investimentos, agravando aquele risco que mencionei anteriormente. Então, objetivamente, acho que há uma queda direta na conta de luz de cerca de 2,4%, importante para o consumidor residencial, etc., além do que há a viabilização dos empreendimentos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, uma última pergunta. Quanto à ICCC, nós sabemos que ainda não é possível extingui-la de vez porque ela substitui o sistema isolado, ela contribui para financiar a energia no sistema isolado, que seria no Norte do País. Mas quanto ela significa na conta de luz dos consumidores de todo o Brasil?

O SR. CLÁUDIO SALES – Atualmente, cerca de 4,2%, que é um número absolutamente expressivo, que tem que ser olhado com a devida gravidade, tendo em vista as imperfeições da alocação de energia da ICCC. Só para citar um dado, da maneira como é hoje, uma usina térmica totalmente ineficiente e antiga que exista no sistema isolado não tem nenhum incentivo de se modernizar e passar a gastar menos combustível porque ela simplesmente recebe “de graça” todo o combustível que precisa consumir. Então, só para efeito de clareza, podemos imaginar o seguinte: quanto mais ineficiente e mais velha a usina, teoricamente mais barata. Então, o sujeito compra. Pode comprar a mais ineficiente do mundo ou deixar lá a usina mais velha, mais antiga e mais ineficiente, porque sabe que o combustível a mais que essa usina vai ter que gastar não vai ser pago por ele. Essa é uma das grandes imperfeições do mecanismo atual da ICCC, que não tem nenhum incentivo à eficiência; é simplesmente um repasse de um dinheiro que já assumiu esse montante – como indicado ali – de 4,2%, com tendência ainda a crescer a partir de 2006.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB-PI) – Agora, como Senador inscrito, passo a palavra ao nosso eminente companheiro e ex-Ministro Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Sr. Presidente, Senador Alberto Silva, para mim é uma honra muito grande tratar desse tema sobre energia, estando V. Ex^a na Presidência, por todo o seu passado, por todo o seu conhecimento, por toda a sua dedicação e a sua luta, ainda hoje, em termos de energia, seguramente o maior conhecedor das questões do biodiesel aqui, no Senado. Para mim é uma honra muito grande, Senador.

Começaria, Dr. Cláudio Sales, fazendo uma pequena análise. Acho que é o momento, nesta Comissão, de pensarmos nesses assuntos que foram colocados. Entendo que, na nova definição de um novo modelo, era preciso que viesse um novo modelo – não tenho dúvida nenhuma – no setor elétrico. A Ministra Dilma fez isso. Considero que, dentro dos quadros do Governo, um dos poucos ministros que se salvam é a Ministra Dilma, competente, que deu um norte a isso tudo que havia e que, de uma certa forma, precisa agora ser complementado. E complementado de que forma? Em vários aspectos. Quero tomar um dos aspectos do novo sistema que foi feito, no qual tivemos, até aqui no Senado, uma participação grande porque acabamos aprovando com a Ministra, Senador Raupp, o projeto. Então, somos co-responsáveis nesse assunto. E foi aprovado por larga margem de votos. Repito: se não é o melhor, era o melhor para a época, é o melhor que se pode fazer. Um dos pontos importantes no novo sistema é a questão da modicidade tarifária. Então, há uma incongruência total quando você consegue aprovar um novo modelo do sistema elétrico brasileiro e, dois ou três meses depois, vem o próprio Governo e, naquilo que foi da modicidade tarifária, em que você conseguiu fazer um regime buscando uma tarifa menor, o Governo vem e diz que vai aumentar a tarifa através de imposto, vou botar no meu bolso direito, que é o bolso da insensibilidade burocrática, que o Senador Heráclito Fortes chamou, que eu considero que também é o da insensibilidade tributária. Foi essa insensibilidade burocrática e tributária em grande parte responsável pela crise que tivemos no passado. Não tenho dúvida nenhuma. Aquela intransigência da área econômica em evitar a qualquer preço – como faz hoje que as estatais invistam porque têm que investir. Acabou o sonho do consenso de Washington, acabou aquela idéia de globalização, de que o mercado resolve os problemas, porque não resolve. E o senhor, com sua experiência, muito maior do que a de todos, Senador, deve saber disso. E vejo que o senhor está aprovando essa idéia. Não resolve; o Governo tem que investir.

Com isso, em primeiro lugar, além de tudo o que o Dr. Cláudio mostrou, há uma incoerência total no modelo. Vem o Governo – o outro Governo, porque tem

um Governo que é a área econômica, e há outro, que é o da Ministra Dilma – e se apropria de 4%. Ou seja, se apropria mais ou menos de 10% daquilo que era a tributação. Não é isso, Dr. Gileno? É mais ou menos isso. Se a carga tributária estava em torno de 40%..., é mais ou menos 10%, em grandes números, só para se ter uma comparação. De repente, da carga tributária toda, ele aumenta 10%. Não dá. É contra essa incongruência que temos que lutar.

Então, é preciso que, nessa MP do Bem, nossa responsabilidade, de todos os Senadores, é lutar por isso.

Se pudesse voltar ao quadro “Os pleitos do setor elétrico”, eu acho que é preciso caracterizar um pouco melhor aí.

O número 1, que é o retorno do PIS/Cofins à regra anterior, só para a gente falar a mesma linguagem, em parte foi atendido. Ou seja, em parte eu digo é porque está no parecer novo da MP, na Câmara. É o consumo residencial, o rural, o de órgãos públicos, ficando fora indústria e comércio. O ideal é que retornasse tudo. Acho que, se não retornar, já demos um avanço grande nesses 4%. A isenção do PIS/Cofins para novos investimentos não está na MP. Isso acho até que vai ser um pouco mais difícil de a gente lutar. Mas é o segundo item.

O terceiro – a depreciação compatível – foi colocado no parecer novo. No fundo não é uma nova regra nem um benefício novo; é uma compatibilização com outros setores da economia na área de investimento.

O quarto ponto, essa manutenção da alíquota de 3,65% nos contratos, isso pode ser feito com, possivelmente, uma emenda de redação, já que o conceito existe.

Quanto à manutenção da isenção do PIS/Cofins para carvão a gás e termelétricas, não é possível que se tenha uma lei e se desrespeite a lei. A lei foi feita para isso. Vou citar um outro fato depois – não me estenderei muito, Senador Alberto Silva. Há um fato que é muito importante citar...

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB-PI) – É importante o seu pronunciamento.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – ... ligado a esse ponto aqui. Quer dizer, foi dado um incentivo lá atrás para ajudar a enfrentar a crise. Se o PPT, Plano Prioritário de Termelétricidade, na época, tivesse sido cumprido, não teria havido crise nenhuma. Não sei se V. Ex^a concorda com isso.

Então, estamos tirando aqui um dos benefícios que foi dado, e é outra vez, é uma coisa esquisita. Quer dizer, quem vai dar o subsídio é o produtor, não é o governo. Então, vai ser a primeira vez que a iniciativa privada pode ficar encarregada de dar subsídio esta-

belecido pelo Governo. Quer dizer, no mínimo é um negócio que não tem muito senso, não é Senador?

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB-PI) – Uma anomalia.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – É uma anomalia mesmo.

Então, esse ponto me parece que temos como defender e manter, isso não tem dúvida. Sobre tudo na área do carvão. Porque é pouco o carvão que o Brasil tem? É, é pouco. Está concentrado numa região? Está. Mas, para a crise que se avizinha de termelétrica, pode ser que a gente consiga retirar alguma coisa do carvão. Então, não podemos retirar o incentivo ou passar a que o produtor dê o subsídio.

O terceiro ponto eu não sei se cabe na MP do Bem. Eu estou tentando aqui buscar, Dr. Cláudio, uma forma de agirmos para realmente ter sucesso. Não sei se cabe, e ela, efetivamente, no meu entendimento, também não atinge o leilão novo. E por que não atinge? É o seguinte, Senador Alberto Silva. Estamos com o leilão novo programado pelo Governo para ser feito em dezembro agora para o sistema interligado. Esse leilão novo quer dizer que é energia nova – é o que podemos, no mínimo imaginar –, que vem de usina nova, não vem de usina velha. Só que esse leilão vai ser feito em dezembro agora, e a primeira entrega deve ser em 1º de janeiro de 2010, conforme está na portaria do Governo. Então, são quatro anos. Se você imaginar que você tem aí algum tempo para aprovar financeiramente em algum órgão – porque ninguém faz isso com dinheiro do bolso –, você bota seis meses. As obras começariam em julho de 2006, você teria três anos e meio, e em três anos e meio você só faz termelétrica, ou a gás ou a carvão; não faz hidroelétrica. Eu conheci uma feita em quatro anos e pouco – uma só.

Então, nesse caso, essa questão do diferimento não atinge tanto. Eu acho que é importante; não sei se a gente deve incluir aí essa luta para podermos ter... Porque isso vai ser uma guerra com o Governo, não tenho dúvida alguma. É importantíssimo.

Apenas faço essa observação para trazer também o tema. Estamos numa situação igual à que estávamos vivendo em 1999 e em 2000. Era preciso instalar naquela época 26 mil megawatts. Tinha 15 mil, precisávamos de 11 mil. Foi o PPT, que poderia ter sido feito em dois ou três anos antes. Mas a solução era termelétrica, como também é agora, não tem outra. Só há uma diferença, Senador Alberto Silva: naquela época tinha gás; agora não. Então, estamos à frente de um problema muito sério. Então, foi por isso, inclusive, que apressei a apresentação do projeto regulando o gás, que acho extremamente importante não só para essa área interligada, como também para as não interliga-

das. Essa é apenas a prova do grande problema que vivemos no setor elétrico, que é preocupante porque não vejo como o Governo fazer sozinho, da mesma forma como não vejo como a iniciativa privada o faça. E aumento de imposto, na minha cabeça, representa o seguinte. Se você tem um determinado preço, se esse preço for menor, em qualquer lei econômica você tem uma possibilidade de consumo maior e você tem uma possibilidade de atrair investimentos estrangeiros ou nacionais. Por quê? Porque você passa a ter um atrativo, que vai ser o aumento do mercado. E imaginar que a iniciativa privada venha para cá sem ter retorno de investimento é acreditar em Papai Noel. Acho que ela faz o papel dela; é esse. Mas o Governo também precisa investir.

Então, se a gente ocupa aquilo que seria a fatia do preço de mercado com imposto, estamos retirando a possibilidade de a iniciativa privada vir para cá e, mais, estamos criando ao mesmo tempo um outro problema, que é, também, o Governo não ter dinheiro para colocar hoje do que precisa. Só em geração são US\$3 bilhões por ano, é muito dinheiro.

Então, dentro dessa questão toda, eu acho, Senador Raupp, que nós, da Comissão, temos que analisar essas coisas. Aí eu priorizaria, Dr. Cláudio, aquilo que a gente deveria efetivamente trabalhar dentro dessa chamada MP do Bem. Acho que esse seria o grande ponto que a gente, em conjunto aqui, na Comissão, deve trabalhar. – porque eu acho que é obrigação da Comissão tratar desse assunto.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB-PI) – Dr. Cláudio.

O SR. CLÁUDIO SALES – Senador Tourinho, muito obrigado pelas suas observações. Como profundo conhecedor das questões do setor elétrico, V. Exª até salientou aspectos sobre os quais eu tinha passado ao largo em relação a todos esses itens, com os quais absolutamente concordamos. V. Exª conhece bem o problema, e eu até com entusiasmo vejo o aguerrimento com que V. Exª está sempre envolvido na luta para resolvê-los.

Permita-me apenas, Senador, um comentário em relação ao último dos aspectos, lá do UBP. Primeiro, repetindo um pouco do que V. Exª disse, já estamos correndo contra o relógio no que diz respeito à necessidade de construção de novas usinas, que de fato, dado que já se sabe com segurança de uma elevação vertiginosa do risco de falta de energia a partir de 2009, portanto, para atendê-la, em 2009, seguramente por hidrelétrica que se começa ano que vem, esse risco continua pendente, uma vez que, na melhor das hipóteses, uma hidrelétrica de um porte razoável leva em

torno de quatro anos para ser feita. O recorde parece que é da usina de Lajeado, que levou aproximadamente três anos e meio. Ou seja, não daria para contar com as hidrelétricas.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – O exemplo de Lajeado, desculpe é um em um milhão.

O SR. CLÁUDIO SALES – Faço questão de citar porque um dos responsáveis pela usina de Lajeado, que conseguiu fazer nesse prazo, mas talvez por causa disso tenha tantos cabelos brancos, é o Evandro Coura, Presidente do Grupo Rede, que está aqui como Presidente da ABCE.

Mas, enfim, tem-se que correr contra o relógio na consecução das termelétricas – falta a gás –, assim como na consecução das hidrelétricas, porque se precisa delas de qualquer jeito.

E aí, Senador, uma ressalva: existem casos de usinas cuja concessão foi outorgada nos leilões anteriores, e pago um prêmio por isso, e que já estão adiantadas na fase de todo o projeto de engenharia – projeto básico, contratação de equipamentos, etc. –, mas que pagaram pela UBP dez ou vinte reais, uma importância que, se somada ao preço do leilão, corre o risco de tornar o projeto economicamente inviável.

Portanto, para esse leilão, para assegurar que pelo menos no caminho crítico do abastecimento – somado às termelétricas que venham a ser feitas na pressuposição de que se tenha gás, mas depois já contando com as hidrelétricas –, era importante que se resolvesse isso agora. Até porque, se não entra nesse leilão, fica para um leilão qualquer do ano que vem, ou seja, você dá um (inaudível) de mais um ano ou dois anos.

Então, essa questão ainda está em aberto, e eu queria tomar a liberdade de propor...

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Eu só não sei se seria... Isso é uma coisa tão evidente que já deveria ter sido feita em primeiro lugar. Não sei se é o melhor lugar agora para discutirmos isso agora, na MP do Bem, porque você tem outras discussões com o Governo. E tendo em vista a famosa insensibilidade, quanto mais coisa botar, mais você vai perder.

O SR. CLÁUDIO SALES – O que eu iria propor, Senador, tomando essa liberdade, era que aprofundássemos com V. Ex^a e os demais Senadores essa discussão. Porque, de fato, ela não é um tributo; então, poder-se-ia dizer que já há uma porção de coisas na MP do Bem, deveria ter sido feito antes. Porém, eu acho que o Brasil está-se confrontando com um dado da realidade muito crítico, muito temerário. Bom, se tem que resolver, como diz V. Ex^a, deveria ter sido resolvido antes. Não foi resolvido. O leilão acontece em dezembro. Se não se der uma solução, qualquer que

seja, como MP do Bem, uma solução administrativa, uma portaria, enfim, o que seja possível, projetos que seriam dentre aqueles que mais rapidamente poderiam realizados seriam postergados, um luxo que efetivamente o País não pode se permitir.

Então, não sei – de fato a visão dos senhores aqui, que é muito mais consistente – se caberia ou não na MP do Bem. De qualquer forma, esta Comissão de Infra-Estrutura se aprofundar nessa questão e, por meio de seu poder, induzir uma solução, acho fundamental, e que isso ocorra a tempo desse leilão, sob pena de que esses projetos sejam postergados, um luxo, repito, que não podemos nos permitir.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, quero dizer ao Dr. Cláudio que de nada adianta o Congresso fazer um esforço grande para reduzir dois ou três pontos percentuais na carga tributária, e os Estados, às vezes ao sabor do arrocho financeiro, acrescerem o ICMS, como no passado parece que o índice maior era 17%, enquanto hoje há estado que chega a 27%, 30%. A Câmara também está fazendo algum trabalho para que os Estados reduzam essa taxa de ICMS?

O SR. CLÁUDIO SALES – Olha, Senador Raupp, é importante V. Ex^a chamar a atenção para isso. Na apresentação feita pela Price Waterhouse, no material que está sendo distribuído para os senhores, os senhores verão em detalhes o impacto do aumento do ICMS a partir do que foi aprovado na reforma tributária. Exatamente ao contrário do que a sua sensibilidade está indicando e deveria acontecer é o futuro que se nos apresenta. Hoje o ICMS médio do Brasil pago na conta de luz é da ordem de 21%. Sabendo, como o senhor mesmo diz, que ele (inaudível) os residenciais, etc., ele passa a ser muito mais caro do que isso. Mas a média brasileira é 21%. Com a mudança da regra e a unificação do ICMS em 25, é da ordem de 4 a 5% – estou dando valores aproximados – o aumento médio na conta de luz só por causa do ICMS. Agora, o que é mais grave: em alguns Estados – como o ICMS é cobrado diferentemente nos diferentes Estados – já se cobra muito mais caro, a exemplo de Minas Gerais e Rio de Janeiro, que apresentam um ICMS recorde em termos de cobrança de energia. Mas outros Estados o têm menor. Portanto, para esses Estados, o impacto na conta será muito mais alto. Então, se na média vai subir cerca de 5%, como demonstrou o estudo aqui, em Estados como o Maranhão, por exemplo, vai subir 16%. É andar na contramão do que diz o bom-senso, do que diz a sua sensibilidade política, é andar com extremo vigor na contramão do que o País deve fazer em relação a essa questão.

Para não me estender, Senador, quero dizer que acho essencial mesmo, e penso que a presença de todas as associações do setor elétrico aqui tem um sentido de demonstrar isso para os senhores. Considero essencial que o Senado, mais especificamente a Comissão de Infra-Estrutura tome essa bandeira, apoiada até pelo esforço de Senadores que são especialistas no setor – e aqui temos já dois exemplos na mesa –, para de fato conduzir o País para a solução desse problema, que, contra o bom-senso, só tem se agravado nos últimos anos.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB-PI) – Fico muito satisfeito de estar aqui hoje, ouvir esse relatório e ter a presença de todas as entidades, que nos brindam em aqui comparecer.

Lembro que, na ocasião em que isso aconteceu – o Ministro Tourinho é um dos responsáveis; quero cumprimentá-lo por isso –, quando imaginaram aquela câmara de gestão, o Governo não sabia bem como proceder. São tantos órgãos que decidem – o que cobra, o que executa –, que, naquele momento, se não me engano os Ministros Pedro Parente, Rodolpho Tourinho e, depois, José Jorge formaram e tiveram uma concepção que achei simplesmente, para o momento – a palavra é pesada, mas eu chamaria genial –, se não fosse a câmara de gestão, aquele apagão teria acontecido, sim, porque não se sabia bem quem é que ia agir, como e em que hora. A câmara de gestão deu ao Governo a flexibilidade e o comando de ações, que permitiram – não digo que tenham passado por cima da lei –, eles apertarem um pouco aquilo que era considerado como improvável, mexeram na legislação vigente e decretaram estado de calamidade. Quis agora – só me permitam arranjar algo parecido – chamar um estado de calamidade e criar uma câmara de gestão para o problema das rodovias. Meu pessoal jurídico disse: não pode, porque calamidade é terremoto, é seca, e as rodovias é desleixo, não é, seguramente, calamidade. Mas que dá vontade de rir dá.

Então, Dr. Cláudio Sales, quero crer que nós – o Ministro Tourinho, o Senador Valdir Raupp e os nossos companheiros do Senado – vamos nos debruçar sobre algumas idéias, e V. S^a acabou de nos trazer um estudo, o que nos falta às vezes, e aponta alguns rumos. O Ministro Tourinho sabe perfeitamente que, na MP do Bem talvez a gente não possa botar o que precisa; vamos ver se a gente encontra algum artifício. Mas eu lembraria que, quando você está numa encruzilhada e não tem saída, você tem que pensar um pouco e usar um pouco de criatividade. Fiquei surpreso agora quando o Ministro Tourinho disse: “não, daquela vez nós tínhamos gás; agora não temos mais”. E se não temos gás, ele fala no carvão, cujo programa é relati-

vamente pequeno para a necessidade que se avizinha, e ela parece quase como uma montanha que temos pela frente. Como transpor? Acho que dentro do setor elétrico poderemos. As entidades que estão aqui sabem o que eu vou falar. Estamos diante de um fato... As usinas que vão para o leilão só entrarão daqui a quatro anos. Daqui até lá, o que devemos fazer? Também, esse fantasma de que o Senador Heráclito acabou de falar – a insensibilidade fiscal –, que entende que só pode aumentar o rendimento do País com impostos. Então, vai crescendo, vai crescendo, e há um ditado na minha terra que diz que, se tirar o sangue todo da galinha, ela morre; tem que aprontar alguma coisa.

Lembro algumas sugestões. Por exemplo, no meu pequeno Estado, numa pequena usina hidrelétrica no rio Parnaíba, durante quatro meses do ano, a água está passando por cima do vertedouro e não gera energia nenhuma. Se colocarmos, em quatro meses, turbinas – que não custam tão caro –, poderia ter um acúmulo de renda pelo menos. Durante quatro meses, eu tive um aumento de renda do que não existia. Em Tucuruí é muito maior o volume de água que passar por cima do vertedouro sem ser aproveitada. Não sei se Paulo Afonso, mas em muitos lugares eu sei que, durante determinado período, há água de mais e máquinas de menos. O caminho, em curto prazo, penso – o Senador Tourinho tem muita experiência, vamos trocar algumas idéias sobre isso, Senador? –, o volume de investimentos seja bem menor em curto prazo. Fabricantes de máquinas elétricas existem, turbinas existem em curto prazo. Temos água? Temos. Sobrando? Quando? Durante quatro meses, em vários lugares.

A outra é algo que nós, brasileiros, às vezes, não levamos em consideração. Quero lembrar aqui que, na minha escola, aprendi algumas coisas, que tenho usado ao longo da minha vida pública, como engenheiro. Chama-se conservação de energia. São algumas regras. Por exemplo, não podemos ter uma geladeira cujo motorzinho monofásico não tenha um desempenho de potência com o que o *cos seno* *fi* perto de 1. A maioria são motores com 0,7 ou 0,6, e aí você está pegando a energia comprada e, quando você vai usar, você gastou energia porque o fator de potência do conjunto está abaixo do que seria necessário. Então, Senador Tourinho, vamos trabalhar um pouco. Por exemplo, no meu Estado, agora, eu propus à Ministra Dilma – e quero concordar com V. Ex^a –, que é diferente; ela pode aceitar uma proposta nossa para mudar um pouco o quadro e, talvez, algumas providências que possamos tomar. Estou dizendo isso, meu caro Dr. Cláudio Sales, porque o senhor pode ter certeza de que esta Comissão e nós Senadores não vamos olhar de que partidos somos; vamos nos unir em favor

do Brasil. Esta reunião de hoje nos traz uma excelente contribuição para sabermos como estamos e o que devemos fazer.

Quero cumprimentá-los pela idéia de contratar uma empresa de tamanho porte técnico e nos dar um documento que nos permite trabalhar sobre ele. Sinto-me feliz de estar hoje, aqui, acidentalmente, na Presidência. Digo aos senhores que vamos trabalhar para que o Brasil não entre nesse colapso que está sendo previsto em curto prazo.

Obrigado aos senhores.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Alberto Silva, podia participar deste final feliz?

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB-PI) – Meu caro companheiro, você chegou na hora.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu queria justificar, porque, apesar de sermos do Piauí, e V. Exª traduz o ativo homem do Piauí, eu não poderia estar em três reuniões – vim da CAS, da CRE e a esta Comissão. Queria dar um testemunho aqui: para a Eletrobrás, estamos diante do homem que tem teoria e prática talvez incomparáveis no Brasil. Eu vi, muitos anos atrás, um dos mais extraordinários brasileiros, que fez o período revolucionário grandioso, que talvez não chegou à Presidência porque Ruy Barbosa também não chegou por uma destinação: Andreazza. No Centro Cívico de Parnaíba – não sei a data, o Senador Alberto Silva tem uma memória melhor –, o Ministro Andreazza dizia que estava inaugurando a maior linha elétrica do Nordeste; vinha do Ceará ao Piauí. A linha de maior transmissão foi inaugurada pelo Ministro Mário Andreazza, idealizada e tecnicamente feita pelo Engenheiro Alberto Silva. Então, ele traduz toda a grandeza da melhor faculdade de Engenharia de Minas – Itajubá – que homens como ele deixou na política, como Aureliano Chaves. Então, quero crer que o Governo deva aproveitar mais a inteligência e a experiência do Senador Alberto Silva, que já foi reconhecido pelo Senado, tendo sido o nome indicado por esta Casa para fazer parte do Conselho da República.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB-PI) – Muito obrigado. V. Exª me deixa quase que sem fala. V. Exª está convocado para fazer parte da nossa equipe e da nossa contribuição ao que se propôs hoje aqui: vamos lutar pelo Brasil sem olhar de que partido somos.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h.)

Ata da 22ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Serviços de Infra-estrutura na 3ª Sessão Ordinária Legislativa da 52ª Legislatura, realizada em 13 de setembro de 2005 às 09:30 horas.

Às nove horas e trinta minutos do dia treze de setembro de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador HERÁCLITO FORTES, presentes os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Teotônio Vilela Filho, Delcídio Amaral, Sérgio Zambiasi, Serys Slhessanrenko, Aelton Freitas, Valdir Raupp, Gilberto Mestrinho, Juvêncio da Fonseca, João Batista Motta, Flexa Ribeiro, Eduardo Azeredo, Roberto Saturnino, Paulo Paim, Ney Suassuna, Luiz Otávio e Augusto Botelho, reúne-se extraordinariamente a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. Deixam de comparecer os Senhores Senadores José Jorge, Marco Maciel, Rodolpho Tourinho, Leonel Pavan, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, Magno Malta, João Capiberibe, Sibá Machado, Gérson Camata, Alberto Silva e Mão Santa. A presente reunião destina-se a deliberações de matérias. Item nº 01 – Projeto de Lei do Senado nº 172, de 2005. Terminativo. Ementa: “Dispõe sobre o aproveitamento do asbesto/amianto e dos minérios e rochas que contenham silicatos hidratados”. Autor: Senador Sérgio Zambiasi. Relator: Senador Teotônio Vilela Filho. Parecer: Pela rejeição da matéria. Resultado: Rejeitado. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre a matéria, os senhores Senadores Paulo Paim, Demóstenes Torres e Juvêncio da Fonseca. Passa-se a votação nominal da matéria, ocasião em que foi rejeitada pela maioria dos membros presentes. Item nº 02 – Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2004. Não Terminativo. Ementa: “Acrescenta parágrafo ao artigo 103 da Lei 9.472, de 1997 para o fim de vedar a cobrança de assinatura básica pelas prestadoras de serviço telefônico fixo e móvel”. Autores: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Relator: Senador Delcídio Amaral. Parecer: Conclui pelo pedido de audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Resultado: Aprovado. Observação: O Projeto foi encaminhado a CCJ. Na fase de discussão da matéria e não havendo oradores inscritos para discuti-la, passa-se à votação da mesma, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. Item nº 03 – Projeto de Lei do Senado nº 112, de 2005. Terminativo. Ementa: “Altera a Lei nº 10.233 de 5 de junho de 2001, que “dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transportes, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviário e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e

dá outras providências, para modificar atribuições do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT)”. Autor: Senador Francisco Pereira. Relator: Senador Paulo Paim. Parecer: Favorável a aprovação do projeto com 2 Emendas que apresenta. Observação: Em 23/08/2005, foi concedido Vista ao Senador Roberto Saturnino. Em 31/08/2005, foi devolvido pelo Senador Roberto Saturnino, com Voto em Separado, que conclui pela oitiva preliminar da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania quanto ao aspecto da Constitucionalidade e Juridicidade da matéria. Resultado: Aprovado o Voto em Separado do Senador Roberto Saturnino, designado na ocasião relator do vencido, ficando rejeitado o parecer do relator. Na discussão da matéria, fazem uso da palavra os senhores Senadores Paulo Paim e Roberto Saturnino. Passa-se a votação da mesma, ocasião em que foi aprovada pela maioria dos membros presentes. A matéria foi encaminhada a CCJ. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às onze horas e quinze minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigráficas. – enador **Heráclito Fortes**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes PFL – PI)
– Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª reunião extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Teremos hoje três itens.

Antes de iniciar a discussão do primeiro item, eu queria pedir a permissão dos companheiros para a retirada de um requerimento de minha autoria que teve o apoio do Senador Sibá Machado convocando a esta Casa, para uma audiência pública o Sr. Presidente da Anatel, o Sr. Elifas Chaves Gurgel do Amaral, com a finalidade de prestar informações e esclarecimentos sobre a interrupção por parte da Agência no serviço de 0800.

Após a convocação, o Ministro das Comunicações resolveu fazer a liberação dos recursos que estavam contingenciados, o que resolveu o impasse na Agência. A informação que tive já é de hoje, de que foram liberados para a Agência R\$ 23 milhões, resolvendo não apenas o caso do *call center*, que foi recolocado em funcionamento, como também outras demandas daquela Agência.

Espero, Senador Saturnino, que não se descubra que convocar diretor de agências a esta Casa resolva o problema do descontingenciamento. De qualquer maneira, fica o registro do pedido de retirada.

Item nº 1:

Projeto de Lei do Senado Federal nº 172, de 2005 – terminativo.

Dispõe sobre o aproveitamento do asbesto/amianto e dos minérios e rochas que contenham silicato hidratado. Autor: Senador Sérgio Zambiasi. Relator: Senador Teotônio Vilela Filho.

O parecer é pela rejeição da matéria.

Passo a palavra ao Senador Teotônio Vilela Filho para proferir parecer.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL)
– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Projeto de Lei nº 172, de 2005, tem por objetivo gerar uma lei que vede o aproveitamento do asbesto/amianto e de minérios e rochas que contenham esse mineral. Esses minérios e rochas são, principalmente, o talco mineral e a pedra-sabão, e o que se propõe em relação a eles é vedar o seu aproveitamento quanto a critério do órgão sanitário competente acarretarem riscos à saúde.

Antes de mais nada, é necessário estabelecer que a ciência identificou dois grupos distintos de fibra de amianto: o dos anfíbios e o das serpentinhas. Nesse último está a crisotila, objeto de discussão do presente Projeto de Lei.

Srs. Senadores, vários estudos científicos nacionais e internacionais foram feitos pelos mais renomados cientistas vinculados a instituições não menos renomadas e, em todos eles, as conclusões são unânimes: o amianto crisotila, quando manuseado com os cuidados necessários, não oferece riscos à saúde. Em um dos estudos realizados pelo Instituto de Pesquisa Tecnológica do Estado de São Paulo, consubstanciado no Relatório Técnico nº 36.889, de 1998, mostrou que o amianto oriundo da única mina em exploração no Brasil, a de Canabrava, em Miaçu, Goiás, só contém a crisotila, também conhecida como amianto branco.

O laudo das análises mineralógicas e fotomicrográficas foi enfático ao concluir que não foi detectado mineral do grupo dos anfíbios, especialmente tremotila, nas amostras analisadas. Os anfíbios, e somente eles, constituem a variedade de asbesto que prejudica a saúde.

O amianto do tipo crisotila é utilizado na fabricação de vários produtos de enorme interesse para a indústria e para a população. Os mais importantes são os reservatórios de água; telhas de cimento-amianto; materiais de fricção, tais como pastilhas e lonas de freios e discos de embreagem; roupas especiais, com capacidade de

isolamento térmico e elétrico; filtros empregados nas indústrias farmacêuticas e de bebidas etc.

Um estudo científico realizado em 1998, com importantes pesquisadores de universidades do Estado de São Paulo, conclui que melhorias das condições de trabalho de mineradores e beneficiadores de amianto resultam na eliminação dos riscos de doenças profissionais.

Vários outros estudos e pesquisas realizados no Brasil e em outros países mostram que as baixas concentrações atmosféricas de fibras de amianto branco não influenciam nos riscos de doenças ocupacionais.

Quanto à utilização de reservatórios de água feitos com cimento-amianto, o Instituto Nacional do Câncer concluiu textualmente que a ingestão de fibras presentes na água, ou em outros líquidos, não representa qualquer risco para o desenvolvimento de câncer em órgãos como laringe, estômago, intestinos e rins.

O Brasil, Sr. Presidente, já dispõe de leis que regulam o aproveitamento do amianto. A mais importante delas, a Lei nº 9.055, de 1º de junho de 1995, permite o uso apenas da variedade crisotila, justamente a que é extraída na mina de Canabrava.

O uso do asbesto do grupo dos anfíbios, variedade considerada prejudicial à saúde, mesmo em baixas as concentrações atmosféricas de exposição, é proibido por aquela Lei.

A Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho determina que o limite de tolerância para exposição ao amianto é de duas fibras por centímetro cúbico de ar. As atuais técnicas de extração e de industrialização do mineral fazem com que a concentração de fibras fique abaixo desse limite, o que diminui os riscos ocupacionais.

Em substancioso parecer técnico-jurídico, o Advogado e Ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal Maurício Corrêa, referindo-se ao segmento do cimento-amianto, afirma que “o percentual de amianto nos produtos desse segmento é pequeno, variando de 8% a 12%. A maior parte é basicamente cimento e água. A mistura desses materiais que se integram perfeitamente resulta em peças leves, econômicas, duráveis e, portanto, resistentes, oferecendo uma série de vantagens aos usuários”.

Mais adiante, diz o ex-Ministro Maurício Corrêa, no seu parecer:

“Os resíduos de materiais de construção civil contendo amianto, portanto, não representam riscos em potencial à saúde ou mesmo ao meio-ambiente, tanto que podem ser destinados a aterro comum na Comunidade Européia, conforme decisão do Conselho de 19 de dezembro de 2002, que estabelece critérios

e processos na admissão de resíduos e aterros, nos termos do art. 16 e do anexo II da Diretiva da Admissão de Resíduos e Aterros.”

Sr. Presidente, o eminente Jurista enumera ainda as principais vantagens da implementação da indústria de cimento-amianto a saber: “o baixo investimento e custos de matérias-primas, tecnologias relativamente simples, pequeno consumo de energia elétrica e mínimo impacto ambiental”.

O setor tem destacada representatividade na arrecadação de tributos e constitui-se em importante opção de investimento.

Em relação aos aspectos constitucionais e de técnica legislativa no Projeto de Lei do Senado nº 172, de 2005, não temos reparos a fazer. A sua juridicidade, no entanto, é questionável, haja vista que já dispomos de leis, decretos e outros normativos que regulam a utilização do amianto e, desde que entraram em vigor, não ocorreram fatos que justifiquem revogá-los ou alterá-los.

Portanto, Sr. Presidente, em vista do exposto, o voto é pela rejeição quanto ao mérito do Projeto de Lei do Senado nº 172, de 2005.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Sr. Presidente, na verdade, vou acompanhar o Relator. Este assunto “amianto” tem sido muito debatido. E estou pronunciando-me aqui porque, quando sindicalista, participei de diversos eventos, conferências nos quais se debateu muito esta questão. E sei também que o Governo está aprofundando-se neste tema.

Lendo na íntegra as justificativas do autor do Projeto e do Relator, decidi por acompanhar o Relator. E entendo que dá para aperfeiçoarmos até mesmo a legislação existente, em debate num outro momento.

Neste momento, desejo apenas externar o meu ponto de vista porque, de fato, trata-se de matéria que merece um estudo detalhado.

O Senador Teotônio Vilela fez um belo relatório, com argumentos sólidos. Dessa forma, acompanho o Relator, mas reafirmo o meu ponto de vista, de que o assunto “cimento-amianto” está sendo muito debatido também no conjunto dos movimentos sindicais e, no momento adequado, com mais informações, poderemos aprimorar a legislação, sem entrar na linha de total proibição do material.

Era o que tinha a dizer.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI)

– Com a palavra, para discutir, o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr.

Presidente, a única mina de amianto crisotila existente no Brasil, uma das poucas do mundo, está no Estado de Goiás, meu Estado.

Em decorrência da exploração do amianto, temos hoje no Brasil 18 fábricas espalhadas em 18 Estados da Federação, gerando 8 mil empregos diretos. Mas tudo isso cairia por terra se a exploração da crisotila fosse nociva à saúde. Acontece que não é. Há uma confusão muito grande, principalmente por conta dos males que causou o anfibólio, que é um outro tipo de amianto, principalmente na reconstrução da Europa após a Segunda Guerra Mundial.

Nessa reconstrução, no plano Marshall, o amianto, por ser um elemento abundante e barato, era utilizado no revestimento de navios, na reconstrução de prédios, etc., *in natura*. Então, isso causou um número imenso de cânceres. Quase todo elemento natural, se não explorado adequadamente, é capaz de fazer isso.

Hoje há no ar, conforme estudo a que faz alusão o Senador Teotônio Vilela, uma concentração de mais ou menos duas microgramas de amianto misturadas a outros elementos. E, na fábrica de Minaçu, isso chega a ser dez vezes menor.

Os cuidados que foram tomados a partir da década de 70 fizeram com que, a partir de 1980, não houvesse nenhum caso que afetasse a saúde do trabalhador.

O Instituto Nacional do Câncer, devido a uma série de brigas, principalmente de empresas concorrentes mais caras, que querem eliminar a exploração do amianto, fez um estudo – porque se dizia que as caixas d’água podiam causar câncer etc. – que foi terminativo. Imaginem V. Ex^{as} apenas na minha casa, há duas dessas caixas d’água, e acho que todo mundo tem uma dessas em casa, todo mundo. E a população mais pobre é beneficiária disso porque esse é um mineral extremamente mais barato. Todo carro utiliza amianto em seus freios. Então, nós convivemos com isso o dia todo. E o Brasil exporta para a Comunidade Européia, para os Estados Unidos, etc. Então, a exploração da forma como é feita apenas gera divisas.

E o próprio Ministério do Meio Ambiente, que começou com a orientação de trabalhar no sentido da proibição total, no atual Governo e também no Governo Fernando Henrique Cardoso, retroagindo totalmente da posição em razão dos laudos.

Então, quero parabenizar o Senador Teotônio Vilela Filho. Inclusive, eu conversei com o Senador Sérgio Zambiasi, e ele me disse o seguinte: Olha, eu

falei com o Senador Paim que uma pessoa havia pedido para ele apresentar esse projeto. E trata-se de um projeto que eles tentaram aprovar no Brasil inteiro, tanto que o Supremo Tribunal Federal já declarou a inconstitucionalidade de algumas leis estaduais nesse sentido. Tentaram na Câmara, que também apresentou parecer contrário. E agora, por fim, no Senado.” E o próprio Senador Zambiasi disse: Olha, eu também vou deixar. Apresentei. Então, a discussão vai até o fim. Mas eu mesmo estou convencido de que não é a melhor alternativa. Na verdade, a melhor alternativa é a exploração, e exploração segura.

De sorte que aplaudo o parecer do nobre Senador Teotônio Vilela Filho e o acompanhamento.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS)

– Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI)

– Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca para discutir.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr.

Presidente, realmente a matéria é bastante controversa, e o apelo à saúde é muito forte, é muito forte.

Mas quero dizer que não só a propositura feita, como também o voto do eminente Relator Teotônio Vilela opinando pela rejeição, acrescidos da exposição feita agora pelo Senador Demóstenes Torres, tudo isso nos traz mais esclarecimentos. Acho que o momento que estamos vivendo é de cautela; de grande preocupação, sim, mas de muita cautela. Porque produtos que geram ou que produzem câncer estão aí no dia-a-dia da humanidade. Por exemplo, o cigarro, que tem sua comprovação mais do que evidente. No entanto, ainda se convive com o cigarro, mas estamos trabalhando no sentido de chegarmos um dia à proibição completa, total, do uso do fumo e do uso do cigarro.

Portanto, voto a favor dessa rejeição que aqui está proposta, a favor da proposta do eminente Relator, mas sabendo que este assunto continua em aberto e que é preciso que se aprofunde um pouco mais cientificamente, para que possamos aqui, num parecer político, antes de tudo, e de interesse nacional, não tenho dúvida, com muito mais segurança decidir.

É o meu ponto de vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI)

– Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que desejam manter o parecer do relator votarão “não”.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI)

– Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Sr. Presidente, como eu havia explicitado, acompanharei também o Relator.

(Continua o processo de votação.)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Se todos os Srs. Senadores já votaram, vou proclamar o resultado.

São 12 votos com o parecer do Relator.

Portanto, está aprovada a rejeição proposta pelo Relator Teotônio Vilela.

Item nº 2:

Este item tem como Relator o Senador Delcídio Amaral, que está ausente.

Em consequência, vamos passar ao **item 3**:

Projeto de Lei do Senado nº 112, de 2005, terminativo, que *altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de políticas de Transportes, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e dá outras providências, para modificar atribuições do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT).*

O projeto é de autoria do Senador Francisco Pereira.

O Relator é o Senador Paulo Paim, que emitiu parecer favorável à aprovação do projeto, com duas emendas que apresenta.

Houve um pedido de vista concedido ao Senador Roberto Saturnino. Ao devolver o projeto, o nobre Senador propôs voto em separado que conclui pela audiência preliminar da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania quanto ao aspecto de constitucionalidade e juridicidade da matéria.

Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino para proferir seu voto em separado.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, não há qualquer observação a ser feita quanto ao mérito do projeto e tampouco ao Parecer do Relator, mas simplesmente uma sugestão de solicitação de audiência preliminar da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo em vista que há indícios de que a proposição deveria ser de competência exclusiva do Presidente da República, já que modifica responsabilidades, atribuições e estruturação de órgãos da Administração Federal.

Era esse o voto de audiência preliminar da Comissão de Constituição e Justiça, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Sr. Presidente, apenas para ajudar no encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Sr. Presidente, quero dizer que este Relator já conversamos com o Senador Saturnino e concordo plenamente com o seu encaminhamento. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Vamos à votação.

Quem votar “sim”, mantém o relatório; quem votar “não”, apóia o voto em separado do Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento do Sr. Presidente.)

Não obstante o projeto ser terminativo nesta Comissão, parece-me que a questão em foco, a requisição de uma audiência prévia da CCJ, não demandaria esta votação nominal, porque não se trata de uma decisão terminativa, mas de uma audiência preliminar, e o projeto voltaria a esta Comissão. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – O assessor me informa que regimentalmente nós temos que tomar voto, porque se trata de uma decisão de caráter terminativo.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Senador Teotônio Vilela.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Não é não. Com o voto em separado. (Pausa.)

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL) – Corrijo, Sr. Presidente. Com o voto em separado do Senador Saturnino.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Como vota o Senador Gilberto Mestrinho?

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Com o voto em separado.

(Continua o processo de votação.)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Com o voto em separado.

(Continua o processo de votação.)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Também com o voto em separado, mediante o acordo firmado.

(Continua o processo de votação.)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI)

– Peço a todos que aguardem mais um pouco o final da votação, porque estamos com o **quorum** baixo e ainda precisamos de voto.

(Continua o processo de votação.)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI)

– Os senhores concordam que se faça a leitura do relatório do item 2 enquanto aguardamos quórum para votação da matéria?

(Continua o processo de votação.)

Coletamos, portanto, o quórum necessário para aprovação do voto em separado do Senador Roberto Saturnino.

O item 2 acrescenta parágrafo ao art. 103 da Lei nº 9.472, de 1997, para o fim de vedar a cobrança de assinatura básica pelas prestadoras de serviço telefônico fixo e móvel.

Autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Relator: Senador Delcídio Amaral, que conclui pelo pedido de audiência da Comissão de Constituição e Justiça.

Como S. Ex^a não está presente, passo a designação ao Senador Juvêncio da Fonseca para proferir o relatório.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS)

– Vem a esta Comissão para exame o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 91, de 2004, que acrescenta parágrafo ao art. 103 da Lei 9.472, de 1997, para o fim de vedar a cobrança de assinatura básica pelas prestadoras de serviço telefônico fixo e móvel.

Oriunda da Sugestão nº 6, de 2003, de autoria da Associação Comunitária de Chonin de Cima, com sede no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais, a referida proposta foi recebida pela então Comissão de Legislação Participativa do Senado Federal, que decidiu pela apresentação do PLS nº 91, de 2004, em exame. Votada e aprovada a matéria, é ela encaminhada a esta Comissão nos termos do art. 102-E, parágrafo único, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), para exame de mérito.

Análise.

A sugestão de Projeto de Lei a esta Casa enviada pela Associação Comunitária de Chonin de Cima (ACOCCL), parte legítima para a apresentação de sugestões de projetos de lei, conforme disposto no art. 102-E, I, do RISF, pretende que se insira dispositivo na Lei Geral de Telecomunicações – Lei nº 9.472, de 1997 – que proíba as prestadoras do serviço telefônico fixo comutado e dos serviços móveis de cobrar qualquer valor que ultrapasse a tarifa correspondente ao efetivo consumo. Na prática, significa o fim da cobrança da tarifa de assinatura básica mensal.

Em que pese a pertinência do tema à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, conforme determina o RISF no seu art. 104, inciso I, que confere a este colegiado a atribuição de deliberar acerca de proposições legislativas que tratem, entre outros assuntos, de serviços de telecomunicações, entendemos que a análise do PLS nº 91, de 2004, não deve circunscrever-se a uma única comissão. Em especial, vemos no projeto implicações de índole jurídico-constitucional que recomendam acurado exame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Cuida-se aqui da possibilidade de configuração de quebra dos contratos de concessão assinados com as operadoras de telefonia. Os ajustes vigentes contemplam a cobrança da assinatura básica, que a proposição em exame busca proibir. Por certo, a aprovação da medida importará modificação desses contratos. Surgem, então, questionamentos pertinentes à possibilidade de alteração de atos jurídicos perfeitos, bem assim concernentes ao respeito a situações jurídicas já estabelecidas.

Diante de tais considerações, entendemos que, de modo prévio à deliberação que esta Comissão deverá tomar sobre a matéria, é pertinente solicitar a audiência da CCJ, nos termos dos arts. 138, inciso I, e 101, inciso V, do RISF, a fim de que aquele colegiado se manifeste sobre os aspectos jurídico-constitucionais inerentes ao PLS nº 91, de 2004.

Voto.

Diante do exposto, nos termos dos arts. 138, inciso I, e 101, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, concluímos pelo pedido de audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sr. Presidente, este é um projeto oriundo de uma Comissão muito especial do Senado Federal, que é a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

A iniciativa desse projeto é de uma entidade da comunidade e que vem trazer um assunto de relevante importância para ser analisado pelo Senado. Essa Comissão de Legislação Participativa não substitui a questão da proposição popular, mas facilita imensamente que essas proposições vindas da comunidade, por meio desta Comissão, acelere o processo de andamento desses projetos.

Portanto, voto de louvor à criação da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa a qual presido hoje.

O voto é pela remessa do projeto à CCJ por entender o eminente relator Delcídio Amaral que se trata de assunto de perquirição da constitucionalidade ou não do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes PFL – PI)

– Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira usar da palavra encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Remete, portanto, a presente matéria à Comissão de Constituição e Justiça.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h14min.)

Ata da Décima Sétima Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 28 de junho de 2005, terça-feira, às 11:30 horas.

Às doze horas e vinte e oito minutos do dia vinte e oito de junho de dois mil e cinco, na Sala 09, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Interina do Vice-Presidente da Comissão, Senador **FLÁVIO ARNS**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores: **ANA JÚLIA CAREPA, DELCÍDIO AMARAL, FLEXA RIBEIRO, NEZINHO ALENCAR, GERSON CAMATA, AELTON FREITAS, MAGUITO VILELA, LEOMAR QUINTANILHA, EDSON LOBÃO, SÉRGIO ZAMBIASI E JUVÊNCIO DA FONSECA**. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da reunião anterior que é dada como aprovada. Em seguida, o Senhor Presidente em exercício, Senador Flávio Arns, esclarece que a presente reunião tem como finalidade Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 08, de 2005-CRA, de autoria dos Senadores Flexa Ribeiro e Arthur Virgílio, e ainda, conforme adendo sugerido pelo Senador Flávio Arns e aprovado na reunião de 06 de abril de 2005, discutir as perspectivas e desafios da reforma agrária, tendo como convidados o Deputado Federal Xico Graziano, ex-Presidente do Incra; o também ex-Presidente do Incra, Sr. Marcelo Rezende e o atual Presidente daquele órgão, Sr. Holf Hackbart. Em seguida, o Senhor Presidente em exercício, Senador Flávio Arns, pondera que, em função de reuniões de várias comissões do Senado acontecendo neste horário e, com o desejo de valorizar adequadamente a presença das pessoas e a discussão de tema tão relevante e substancial para o Brasil, propõe que a Audiência Pública em questão seja adiada para o segundo semestre do corrente ano. Discute a proposta, apoiando o ponto de vista do Senador Flávio Arns, a Senadora Ana Júlia Carepa. Com a con-

cordância de todos os presentes, o Senhor Presidente em exercício, Senador Flávio Arns **declara adiada a presente Audiência Pública** e, logo após, agradece a presença e a compreensão dos convidados. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente Reunião às doze horas e trinta e quatro minutos, lavrando eu, Marcello Varela, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Flávio Arns**, Vice-Presidente no exercício da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT-PR)

– Sr^{as} e Srs. Senadores, declaro aberta a 17ª reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 3ª sessão legislativa da 52ª legislatura.

O objeto da presente reunião é a realização de uma audiência pública com a finalidade de prestar esclarecimentos sobre o processo da reforma agrária no Brasil, em cumprimento ao Requerimento nº 8/2005, de autoria dos Senadores Flexa Ribeiro e Arthur Virgílio, aprovado em 6/4/2005, tendo como convidados o Deputado Federal Chico Graziano, ex-Presidente do Incra, o Sr. Marcelo Rezende, ex-Presidente do Incra, e o Sr. Holf Hackbart, atual Presidente do Incra, discutindo com as Sr^{as} e os Srs. Senadores a realização da CPMI, que envolve vários Senadores.

Em função de reuniões de várias reuniões de comissões do Senado Federal acontecendo neste horário, com o desejo, principalmente, de valorizar adequadamente a presença das pessoas e a discussão de tema tão relevante e substancial para o Brasil e com o objetivo de atender o Requerimento, que é no sentido de verificar os desafios e as perspectivas da reforma agrária no Brasil, conversando, inclusive, com os convidados, desejo propor à Comissão que realizemos, com a valorização já mencionada, com a presença e o debate de uma maneira muito mais adequada, esta audiência pública no segundo semestre do corrente ano.

Se não houver objeções nesse sentido, está em discussão a idéia.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Eu quero só concordar, Senador, ponderando, inclusive, pela sua acertada proposta, porque eu acho que a idéia nossa de fazer um debate como se fosse um seminário – não era um tipo de acareação, inclusive isso foi discutido aqui – será mais valorizada se nós fizermos no segundo semestre, com muito mais pessoas envolvidas e interessadas no tema.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT-PR) – Exatamente.

Isto é importante que se diga: a presença das três pessoas – foi bastante ressaltado na Comissão – é

um ato democrático que valoriza a questão da reforma agrária, os desafios e as perspectivas dessa área.

Então, nesse sentido, está adiada a audiência pública para o segundo semestre do corrente ano. Agradeço a compreensão do amigo Chico Graziano e do também amigo e companheiro Marcelo Rezende, do atual Presidente do Incra, Dr. Holf, e dizer que temos que nos reunir e discutir nesta Comissão esse grande desafio.

Aproveito para comunicar à Comissão e a todos os membros interessados que esta Comissão, hoje, dia 28, às 15h, também estará no Plenário 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados para um encontro conjunto com a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados e com os produtores rurais que estão participando da Marcha a Brasília, denominada de “Tratoração”, para tratar da crise na agropecuária brasileira, cujos temas principais são: endividamento, seca, estiagem, seguro-rural, defasagem cambial, baixos preços dos produtos agropecuários, recursos, importação, exportação, além de outras demandas dessa área, que é fundamental para o Brasil, para a balança comercial, e responsável, no ano passado, desde o pequeno até o grande agronegócio, por R\$35 bilhões na nossa balança, o que praticamente representa o saldo da balança comercial.

Agradeço novamente a compreensão dos convidados, destaco a necessidade desse debate sobre a reforma agrária e a visão da extrema valorização que esta Comissão pretende dar ao tema, remarcando a audiência pública para o segundo semestre do corrente ano.

Agradeço a atenção das Sras e dos Srs. Senadores e declaro encerrada a presente reunião. Obrigado.

(Levanta-se a reunião às 12h34min.)

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

**Ata da Décima Oitava Reunião (Extraordinária)
da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da
3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura,
realizada em 29 de junho de 2005, quarta-feira, às
10:00 horas.**

Às dez horas e quarenta seis minutos do dia vinte e nove de junho de dois mil e cinco, na Sala 09, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **SÉRGIO GUERRA** e do Vice-Presidente, Senador **FLÁVIO ARNS**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, com a presença dos Senadores: **ANA JÚLIA CAREPA, GÉRSO CAMATA, PEDRO SIMON, OSMAR DIAS, HERÁCLITO FORTES, RODOLPHO TOURINHO, DELCÍDIO AMA-**

RAL, JUVÊNCIO DA FONSECA, LÚCIA VÂNIA, FLEXA RIBEIRO, RAMEZ TEBET, AELTON FREITAS, NEZINHO ALENCAR, REGINALDO DUARTE, ÁLVARO DIAS, SÉRGIO ZAMBIASI E PAULO PAIM. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador **Sérgio Guerra**, informa que a presente reunião destina-se à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM 01: REQUERIMENTO Nº 12, DE 2005 – CRA**, de autoria do Senador Aelton Freitas, para que, nos termos regimentais, sejam convidadas as pessoas abaixo listadas para Audiência Pública, em reunião conjunta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, acerca do intenso processo de concentração econômica em curso na citricultura brasileira, tendo como convidados o Secretário de Defesa de Direito Econômico (SDE), órgão vinculado ao Ministério da Justiça, Senhor Daniel Krepel Goldberg; o Secretário de Acompanhamento Econômico (SAE) órgão vinculado ao Ministério da Fazenda, Senhor Hécio Tokeshi; o Presidente da Associação Brasileira dos Citricultores, Senhor Flávio de Carvalho Pinto Viegas; o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Senhor Manoel José dos Santos e o Presidente da Associação Brasileira de Exportadores de Citros (Abecitrus), Senhor Ademerval Garcia. Usaram da palavra para discutir o requerimento os seguintes Senadores: Aelton Freitas, Osmar Dias, Sérgio Guerra e Juvêncio da Fonseca. **Resultado: APROVADO. ITEM 2: REQUERIMENTO nº 16, de 2005-CRA**, de autoria dos Senadores Pedro Simon, Sérgio Zambiasi e Paulo Paim para a realização de Audiência Pública com vistas a tratar da orizicultura, tendo como convidados representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Secretaria da Receita Federal, bem como do Ministério da Fazenda e do Ministério das Relações Exteriores. Durante a discussão do Item 2 da Pauta, assume a Presidência interinamente o Vice-Presidente da Comissão, Senador Flávio Arns. Usaram da palavra para discutir o requerimento os seguintes Senadores: Paulo Paim, Pedro Simon, Osmar Dias e Juvêncio da Fonseca. **Resultado: APROVADO. ITEM 3: REQUERIMENTO nº 18, de 2005-CRA**, de autoria dos Senadores Sibá Machado e Ana Júlia Carepa, para a realização de Audiência Pública com vistas ao conhecimento das experiências em andamento sobre a produção do biodiesel com base na produção familiar, além de que sejam conhecidos seus principais desafios, tendo como convidados para esta audiência os Senhores: Daniel Benasayag Birmann, da BrasilEcodiesel; Hilário de Freitas, Diretor-Geral

da Agropalma, e Manoel José dos Santos, Presidente da Contag. Usaram da palavra para discutir o requerimento os seguintes Senadores: Aelton Freitas e Ana Júlia Carepa. **Resultado:** APROVADO, com adendo do Senador Aelton Freitas convidando o Sr. Artur Augusto Alves, Diretor da empresa Soyminas Biodiesel. A seguir, e em função de aprovação de inversão de pauta proposta pelo Senador Juvêncio da Fonseca, é apreciado o **ITEM 7: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 669, DE 1999 (NÃO TERMINATIVO)**; altera dispositivo da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, de autoria do Senador Juvêncio da Fonseca e relatoria do Senador Heráclito Fortes, cujo voto é pela aprovação e contrário à Emenda nº 1, de Plenário. **Resultado:** CONCEDIDO VISTA À SENADORA ANA JÚLIA CAREPA. Usaram da palavra para discutir a matéria os seguintes Senadores: Juvêncio da Fonseca, Heráclito Fortes e Ana Júlia Carepa. Retornando à sequência da Pauta, é apreciado o **ITEM 4: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 36, DE 2003 (TERMINATIVO)** que dispõe sobre a compra dos produtos alimentícios destinados aos programas governamentais de distribuição de alimentos e combate à fome, de autoria do Senador Delcídio Amaral e relatoria do Senador Osmar Dias, cujo voto é pela aprovação do projeto com emenda substitutiva que apresenta. Usaram da palavra para discutir a matéria os seguintes Senadores: Osmar Dias, Heráclito Fortes, Gerson Camata, Lúcia Vânia e Ana Júlia Carepa. **Resultado:** APROVADO o substitutivo, com nove votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção. O Senhor Presidente em exercício Senador Flávio Arns informa que, aprovado o substitutivo, a matéria será incluída oportunamente em reunião para o turno suplementar. Em seguida, a Comissão aprecia o **ITEM 6 da Pauta: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, DE 1999 (NÃO TERMINATIVO)**, que acrescenta um inciso XI ao art. 649 da Lei nº 5.869/73 – CPC, dispondo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas, de autoria do Senador Pedro Simon e relatoria do Senador Gerson Camata, cujo voto é pela aprovação, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ – Substitutivo. Usaram da palavra para discutir a matéria os seguintes Senadores: Gerson Camata, Osmar Dias, Pedro Simon, Ana Júlia Carepa, Lúcia Vânia, Rodolpho Tourinho e Flexa Ribeiro. **Resultado:** APROVADO. Em seguida, é o Senhor Presidente em exercício, Senador Flávio Arns, coloca em votação, a pedido do Senador Rodolpho Tourinho, o **ITEM 8 : PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 127, DE 2003 (NÃO TERMINATIVO)**, que cria o Fundo de Aval para o Setor Cacaueiro e dá outras providências, de autoria do Senador César Borges e relatoria do Se-

nador Rodolpho Tourinho, cujo voto é pela aprovação com emenda que apresenta. Usaram da palavra para discutir a matéria os seguintes Senadores: Rodolpho Tourinho, Gerson Camata e Ana Júlia Carepa. **Resultado:** CONCEDIDO VISTA À SENADORA ANA JÚLIA CAREPA. Logo após, o Senhor Presidente em exercício, Senador Flávio Arns, declara ADIADO O **ITEM 5 (PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 108, DE 1995 – NÃO TERMINATIVO)**, que institui o Programa de Implantação das Reservas Extrativistas e dá outras providências, de autoria do Senador Odacir Soares e relatoria do Senador Leomar Quintanilha, cujo voto é pela aprovação com emenda substitutiva que apresenta. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e três minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Sérgio Guerra**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Está aberta a 18ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura.

Inicialmente, requeiro a dispensa de leitura da Ata da reunião anterior e sua aprovação. (Pausa.)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação de matérias cujas pautas se encontram sobre as bancadas.

Comunico, por dever de ofício, à Comissão os fatos que ontem se desenvolveram e que continuam a desenvolver-se ao longo do dia de hoje. Eles demonstram o vigor da mobilização do setor rural brasileiro e, ao mesmo tempo, a crescente e bastante contundente crise no ambiente da produção rural.

Sentimos, eu senti, estivemos juntos – a nossa Comissão estava representada na reunião –, com muita clareza, a absoluta e crescente falta de sintonia no sentido de que as aspirações do setor rural não estão tendo respaldo nas soluções aguardadas e inadiáveis. Penso que, nesse ambiente em que estamos, esse não é um bom sinal. E há outras notícias, como, por exemplo, a que me deu agora o Senador Osmar Dias. Imagino que não podemos fazer nada além do que estamos fazendo.

Vamos, praticamente, concluir hoje o período legislativo, voltaremos daqui a um mês. Provavelmente, o Congresso funcionará, pelo menos do ponto de vista da LDO. Não existe certeza sobre a aprovação da LDO – hoje essa certeza está declinante –, e haverá esse ambiente de CPIs.

Vou-me permitir tomar o encaminhamento proposto e apenas não votar matérias de caráter terminativo.

Item 1:

Requerimento nº 12, de 2005, de autoria do Senador Aelton Freitas. S. Ex^a requer, nos termos regimentais, que sejam convidadas autoridades para audiência pública acerca do intenso processo de concentração econômica em curso na citricultura brasileira, a ser realizada em reunião conjunta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e da Comissão de Assuntos Econômicos.

São os seguintes os convidados: Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Dr. Roberto Rodrigues; Presidente do Conselho Administrativo da Defesa Econômica, Sr^a Elizabeth Maria Mercier Querido Farina; Secretário de Defesa de Direito Econômico, do SDE, órgão vinculado ao Ministério da Justiça, Sr. Daniel Krepel Goldberg; Secretário de Acompanhamento Econômico – a Secretaria é vinculada ao Ministério da Fazenda –, Dr. Hécio Tokeshi; Presidente da Associação Brasileira dos Citricultores, Dr. Flávio de Carvalho Pinto Viegas; Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo, Dr. Braz Albertine; Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Sr. Manoel José dos Santos; Presidente da Associação Brasileira dos Exportadores de Cítricos – Abecitrus, Sr. Ademerval Garcia; Presidente da Citrosuco, Sr. Norberto Farina; Presidente da Contrare, Sr. José Luiz Contrare; Presidente da Louis Dreyfus Citrus, Sr. Kennedy Goeldi; e Presidente da Citrovia, Sr. Mário Bavaresco Júnior.

Com a palavra, o autor do requerimento, Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, Senador Sérgio Guerra, fui designado por V. Ex^a para representar a Comissão numa audiência, na cidade de Bebedouros, São Paulo, a que também esteve presente o Senador Eduardo Suplicy, representante daquele Estado.

É muito preocupante o que vem acontecendo com o setor. Parece muita gente, mas acredito que eles vão designar um ou dois, para expor à Comissão a situação, sem a necessidade de todos falarem. Estando aqui, cada um defenderá sua área e sua tese. Esse mesmo pessoal já foi aprovado pela CAE, para que a audiência pública aconteça em conjunto. A lista é grande, mas foi um acerto previamente feito pelas Comissões.

A nossa justificativa é a seguinte: a citricultura brasileira, segundo recentes informações divulgadas pela imprensa, responde por 37% das laranjas do mundo e 52% do suco de laranja. Uma cultura desenvolvida com

base em pequenos produtores, dos quais 90% com área inferior a 40 hectares; uma atividade econômica presente em mais de 300 municípios, só no Estado de São Paulo, e gera 400 mil empregos diretos, que desencadeiam 1,2 milhão empregos indiretos.

No entanto, no setor está em curso um intenso processo de concentração produtiva, o que poderá causar efeitos negativos na distribuição de renda – e percebemos que já vem causando – e na produção dessa atividade econômica.

Segundo a Associação Brasileira de Citricultura – Associtros – a concentração industrial está gerando um desestímulo a atividade. Nos últimos anos, 44% dos produtores de laranja abandonaram a atividade. A situação levou a queda de 27 mil citricultores no País para 15 mil nos últimos anos, ou seja, uma queda absurda. Segundo documento manifesto pela citricultura, divulgado por essa entidade, apenas quatro indústrias assumiram o processamento de 86% das laranjas destinadas à fabricação de suco, naturalmente à exportação, plantando grandes pomares próprios para impor condições de preços, o que impede o desenvolvimento dos segmentos de pequenos e médios produtores, que respondem por mais de 90% das propriedades de laranja no nosso País.

Nesse sentido, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa audiência pública poderá permitir que esta Casa discuta, com os principais atores da citricultura brasileira, os efeitos dessa concentração na geração de emprego, na geração de renda e de divisas internacionais para a economia nacional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Para discutir, Sr. Presidente.

Quero primeiro cumprimentar o Senador Aelton Freitas, pela proposta de discutir esse setor, que é muito importante. Pude participar de um grande esforço do Paraná para a instalação da citricultura, no tempo em que fui Secretário de Agricultura daquele Estado e o Paraná era proibido em função de uma doença chamada cancos cítricos que, na verdade, era muito mais um lobby de indústrias que impediam que o Paraná estabelecesse a citricultura comercial.

Enfrentamos o lobby, até muita gente duvidou, naquela época, que pudéssemos vencer aquela imposição, aquela resistência e conseguimos implantar a citricultura no Paraná com as cooperativas, principalmente a Cocamar, cooperativa de Maringá, que confiou no projeto, fez uma associação com uma empresa americana, e hoje está instalada com uma grande fábrica de suco, exportando. Outros da iniciativa privada ingressaram e também já instalaram uma outra fábrica. A citricultura expandiu-se no Estado do Paraná, feliz-

mente na região noroeste, numa região que precisava de novas alternativas.

Mas a expansão da citricultura é necessária porque temos um espaço enorme, aliás é um dos únicos produtos que tem um crescimento de demanda, no mundo, acima de 5%. Todos anos, o suco de laranja e os derivados crescem acima de 5%, o que demonstra uma grande viabilidade para Estados como o Paraná, Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso do Sul, enfim, esses Estados que têm uma característica climática que permite o desenvolvimento da citricultura e também o Nordeste de V. Ex^a.

Gostaria de fazer uma observação, apenas, ao Senador Aelton Freitas e a V. Ex^a, Sr. Presidente, as audiências públicas quando são convocadas com um número muito grande de participantes, no meu entendimento, perdem um pouco da objetividade, da qualidade, porque se reduz o tempo para os convidados e praticamente se inviabiliza o tempo para os Senadores. contei aqui, no requerimento do Senador Aelton Freitas, que S.Ex^a está propondo que sejam convidadas doze pessoas. Ficaria, no meu entendimento, prejudicado o resultado dessa audiência pública. Então, estou sugerindo, se o autor do requerimento aceitar, porque vejo aqui, por exemplo, Presidente da Associação Brasileira de Exportadores de Citros, já existe a associação e depois ele propõe: Presidente da Citrosucos, Presidente da Cutrale, Presidente da Dreifus, Presidente da Citro-vida. Então esses empresários, no meu entendimento, já estão sendo representados pelo Presidente da Associação Brasileira de Exportadores de Citros. Não sei se estou cometendo equívoco, mas penso que sim. Além disso tem o Presidente da Associação Brasileira dos Citricultores. Então, estarão representados os exportadores e os citricultores.

Convidar Ministro da Agricultura eu considero pertinente. Quanto ao Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica e ao Secretário de Defesa de Direito Econômico, talvez a vinda de apenas um dos dois fosse suficiente. Além disso, o convite ao Secretário de Acompanhamento Econômico da área vinculada ao Ministério da Fazenda, ao Presidente da Associação Brasileira, ao Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo e ao Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, no meu entendimento, está duplicado. Sugiro que haja uma revisão para que possamos diminuir o número de convidados, tornando mais objetiva a reunião e permitindo que os Senadores possam se pronunciar.

Na última reunião, quando estiveram presentes representantes dos frigoríficos, estive aqui, participei de parte da reunião. Com o acúmulo de atividades do

Senado, não se pode ficar 4 ou 5 horas numa audiência pública. Isso praticamente inviabiliza a nossa participação.

Esta é a sugestão que faço ao autor do requerimento: que reduza o número, se aceitar a minha sugestão.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente Sérgio Guerra, Senador Osmar Dias, estávamos presentes eu e o Senador Eduardo Suplicy e discutimos isto: que o grande número reduziria a qualidade. Mas o segmento eram todos os portadores de suco. Agora aconteceu o que teoricamente vem acontecendo nos frigoríficos. Concentrou em quatro empresas. Se a missa não for de corpo presente, estarão desvirtuando, ou seja, criando correntes. Essas quatro empresas fizeram um monopólio e estão dominando, tirando a oportunidade dos mini e dos pequenos. O presidente da comissão de exportadores estava no cargo quando o País exportava como um todo. Então, seria necessária quase uma acareação, um confronto.

Outro ponto. Os Estados Unidos estão querendo fazer *dumping* no suco brasileiro, devido à sonegação que essas empresas estão fazendo. Ou seja, montam uma empresa aqui, pelo que disseram, e outra nos Estados Unidos, mas só a empresa de lá vende. A divisa não tem ficado no Brasil. Então, está havendo uma disputa muito grande.

Suponhamos que apenas três convidados ocupem a Mesa. Propomos que os outros estejam presentes, como ocorreu em Bebedouro, onde houve uma reunião muito grande. Nunca participei de uma reunião tão importante. Todos eles foram aprovados na CAE, mas só participariam da Mesa três: um representante de cada segmento. Se precisassem dos outros, estariam presentes, para a discussão não ficar para outro momento. O Presidente da Associação dos Citricultores estava no cargo quando o País exportava. Agora mais de 90% da produção está concentrada na mão dessas quatro empresas. Todos fizeram muitas críticas, mas nenhum dos empresários estava lá; só havia representantes. E os representantes diziam que não podiam falar por eles, ou seja, protelaram a discussão. Isso ocorreu no começo de abril. Estamos entrando no mês de julho, mas nada aconteceu.

Nossa proposta, na Comissão Mista, é que cada um deles esteja na platéia, mas apenas três, um de cada segmento, faça parte da Mesa. Se for preciso, estarão presentes; seria oportuno. Caso não, a experiência de V. Ex^a fala muito mais alto.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Faço uma ponderação ao Senador Aelton Freitas. As razões são relevantes. Ouvi essas pessoas duas vezes.

Eles reclamam do monopólio, que afeta o emprego, os trabalhadores, os pequenos produtores. Essas empresas dominam o mercado e de forma crescentemente monopolista. Porém, para ter eficiência na reunião, é preciso uma ordem que respeite as ponderações do Senador Osmar Dias. S. Ex^a propõe duas Mesas, um método de trabalho e que se promova alguma redução. Não tenho nada contra os trabalhadores, ao contrário, sou a favor deles, mas, se estiver presente o representante dos trabalhadores da agricultura de São Paulo, talvez não seja preciso convidar também o representante da Contag, por exemplo. Não considero necessário ouvir os dois. As autoridades da área do Governo também podem ser reduzidas, conforme ponderou o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Pois não, Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Temos uma praxe nas comissões: o Ministro normalmente comparece a uma audiência separada. É claro que o Ministro Roberto Rodrigues não se negaria a estar aqui, ele que é tão amigo da agricultura brasileira e deste Senado. Todas as vezes que S. Ex^a vem aqui é muito bem recebido e o será novamente. Aliás, ele é a nossa esperança de que esses problemas vividos pela nossa agricultura possam ser resolvidos, porque, como V. Ex^a já disse, no início, a gravidade da situação tem de ser vista pelo Governo.

Ontem, vi uma palestra do Ministro Palocci. Parece que ele está falando de um outro tempo. Ele está desfocado da realidade. Para o Ministro, está tudo acontecendo normalmente no País, as coisas estão certas, a agricultura vai bem, enfim, está tudo resolvido. Os produtores estão vendendo uma saca de arroz a R\$8,00, uma saca de soja a R\$28,00, uma saca de trigo a R\$19,00, enquanto gastaram mais de R\$30,00 para produzir cada um desses produtos, mas, para o Ministro Palocci, está tudo em ordem. Não temos que fazer nada. Temos que tomar, sim, algumas atitudes aqui em relação a cada segmento.

Quero cumprimentar V. Ex^a por permitir-nos discutir, nesta Comissão, cada segmento. É muito importante que tenhamos, pelo menos, um diagnóstico. Agora, foi até uma coincidência, pois disse aqui, no início do meu pronunciamento, que a Cocamar (Cooperativa Agroindustrial de Maringá), lá do Paraná, foi uma cooperativa que acreditou na citricultura, e, quando olho para trás, o Diretor da Cocamar está sentado ali atrás. Não sabia que ele estava aqui, o Sr. José Jardim, que nos honra com sua presença e sabe da importância de discutir-

mos esse problema da citricultura industrial em nosso País, para abriremos novas perspectivas.

Agora, Sr. Presidente, continuo com a minha proposta de redução do número de convidados, para que a audiência pública possa ter objetividade e conferir resultados.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Se a Comissão concordasse, sugeriria que o Senador Aelton Freitas fizesse a sua proposta, que não pode ser encaminhada imediatamente – teria que ser feita alguma consulta, dentro dessa orientação. Também não sei se faz sentido o Ministro falar e funcionários, que não são Ministros, prestarem depoimento junto com ele. Acho que isso não é praxe.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, faço uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Pois não, Senador.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Que votemos o requerimento, aprovando a audiência pública e que, depois, o Senador Aelton Freitas apresente a V. Ex^a os nomes para que a audiência pública se realize.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNIO DA FONSECA (PDT – MS) – O Senador Aelton Freitas sugeriu que poderia haver ouvintes que estariam relacionados. Caso viessem aqui e precisassem, teriam o contraditório. Isso me preocupa, porque a pessoa convidada a vir aqui é convidada para ser ouvida. Essa é a regra do Regimento. Não há regra para ser ouvinte e, eventualmente, ser ouvido.

Isso pode causar, inclusive, às pessoas que são convidadas e não têm a oportunidade de falar um contrangimento e uma frustração. Difícilmente, podemos fazê-lo, na minha avaliação, pois é uma sugestão intermediária, mas de difícil execução.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Gostaria de propor à Comissão o encaminhamento sugerido pelo Senador Osmar Dias e pelo Senador Juvêncio da Fonseca e que o Senador Aelton Freitas nos encaminhasse, logo a seguir, uma relação mais restrita daquelas pessoas que ele julgasse que deveriam participar da audiência pública.

O SR. ((Orador não identificado)) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Ao invés de decidir sozinho, queria aqui fazer uma sugestão, porque, se decidirmos a quatro mãos, acho que fica bem mais tranquilo, e não assumimos a responsabilidade sozinhos.

O que V. Ex^{as} acham, então, de ficar só o Secretário da Defesa de Direito Econômico nessa lista?

Deixaríamos o Ministro, o Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, manteríamos o Secretário da Defesa de Direito Econômico e deixaríamos o Secretário de Acompanhamento Econômico. Ou seja, desses quatro primeiroS, manteríamos um – o Secretário da Defesa de Direito Econômico. V. Ex^{as} concordam?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – De acordo.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Aí, manteríamos, como sugestão, o Presidente da Associação Brasileira de Citricultores, que viveu um momento em que havia todo mundo, e agora houve uma redução para 27.000 em quatro anos – Dr. Flávio Carvalho Pinto.

E entre o Presidente da Federação dos trabalhadores da Agricultura e o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores, não sei se precisa manter um ou outro, ou se pode eliminar os dois.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Se V. Ex^a de-seja poderia ficar um dos dois, que falariam sobre o mesmo setor, representando o mesmo segmento.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Qual V. Ex^a acharia que poderia somar mais aqui nessa audiência?

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Acredito que o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura representaria todos os Estados.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Ok. Então, manteríamos o Presidente da Confederação Nacional e, se possível, um Presidente dessas quatro empresas, de repente, um maior...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Senador Aelton Freitas, eu levo em consideração o seguinte: seis convidados levam duas horas para serem ouvidos; são vinte minutos para cada um; quatro convidados levariam oitenta minutos.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Eu estava pensando manter três ou quatro.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Acho que não deveria passar de duas horas de audiência de forma nenhuma, senão cansaria e não chegaria a objetivo nenhum.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Eu queria decidir a quatro mãos com V. Ex^{as}. O que V. Ex^{as} decidirem, nós deixaríamos já aprovado...

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Eu sugiro a V. Ex^a o seguinte: o Secretário de Defesa do Direito Econômico, que V. Ex^a já sugeriu; o Presidente da Associação Brasileira dos Citricultores, que falaria pelos produtores; o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores, falaria pelos trabalhadores; e o

Presidente da Associação Brasileira de Exportadores, que falaria pelos indústria.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – E o Ministro Roberto.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Eu acho que o Ministro Roberto não precisava, ficaria o Secretário de Defesa do Direito Econômico, se é que, na CAE, foi aprovada esta lista. E é uma audiência mista.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – São quatro os sugeridos, se V. Ex^a concordar.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Plenamente.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Estamos prontos para votar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Em discussão o requerimento do Senador Aelton Freitas com os adendos que lhe foram sugeridos pelo Senador Aelton Freitas e pelo Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Em tempo. A Assessoria me lembrou com razão. O Presidente da Associação dos Exportadores, hoje, tem um embate com os empresários. Porque ele alega que os empresários fizeram um monopólio. Ele estava lá, em Barretos, empresários não havia nenhum. Ficou uma dúvida lá que eu acho que nós podemos trazê-la para cá. De repente, Senador Osmar Dias, nós podíamos até deixar o Presidente da Associação dos Exportadores fora e ouvir a posição de um dos empresários, o que é que está acontecendo. Eles mantêm o preço baixo aqui, no Brasil, compram dos pequenos produtores a preço baixo e exportam a preço baixo e elevam o preço, lá, nos Estados Unidos. Então, está dando lucro para empresas, para *tradings* que têm filial lá.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Da minha parte, está...

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Então, ao invés de quatro, cinco. Um dos empresários, pelo menos.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Seria mais um.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – De minha parte, estou de acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Senador Juvêncio, Srs. Senadores.

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. (Pausa.)

A proposta do Senador Aelton Freitas está aprovada.

Item 2:

Requerimento nº 16, de autoria dos Senadores Pedro Simon, Sérgio Zambiasi e Paulo Paim, que re-

querem com fundamento no exposto no art. 58, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II, do Regimento Interno da Casa, a realização de audiência pública com vistas a tratar da orizicultura, tendo como convidados representantes do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Conab, Secretaria da Receita Federal, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério das Relações Exteriores, representantes de entidades civis organizadas da categoria de agricultura envolvidos e outros a serem definidos pela própria Comissão.

Com a palavra os autores do requerimento, no caso, presente o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu já reconheço que o requerimento traz o mesmo problema do requerimento que ora aprovamos. Naturalmente, vou me submeter aqui aos membros da Comissão de Agricultura que sei que acompanham essa questão da orizicultura, a questão do arroz, e aqui já foi colocado que, hoje, o custo do saco de produção do arroz acaba ficando mais caro do que o valor que ele é vendido. É uma crise que pega muito os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul.

Hoje, Sr. Presidente, o arroz brasileiro é comercializado muito abaixo do custo da produção, como eu dizia, com prejuízos enormes por causa principalmente do ingresso indiscriminado do excedente arrozeiro do Mercosul. Em março, por exemplo, a importação do arroz do Mercosul pelo Brasil bateu o recorde de 80 mil toneladas. É muito precária. E eu estive ontem com uma delegação, já que estão os produtores em Brasília, de produtores de arroz, lá do Rio Grande, e eles me falaram da fiscalização, da entrada de arroz oriundo da Argentina e do Uruguai, onde a pesagem é praticamente falsificada. O arroz entra quase que numa linha de contrabando, onde os documentos fiscais não correspondem à realidade. O custo do implemento agrícola é maior devida a alta tributação brasileira. O País exporta colheitadeiras a um preço inferior ao praticado aqui no mercado interno. E aqui, em resumo, diz que o tamanho do rombo que a queda da produção e do preço ia causar nos produtores gaúchos e brasileiros é gigantesco. Como exemplo, só no Rio Grande do Sul, segundo os dados levantados pelo Instituto Riograndense de Arroz, o IRGA, caso mantido o atual cenário, o prejuízo pode chegar a 1,74 bilhões de reais, em 2005. As lavouras de arroz do Rio Grande do Sul geram em torno, Sr. Presidente, de trezentos mil empregos e que estão ameaçados. São vinte mil produtores. O setor representa 40% da produção de grãos no Estado, 3% de ICM e 2,5 do PIB gaúcho.

Por fim, salientamos que não são apenas os produtores envolvidos no problema, também os municípios, os empregos diretos e indiretos, o comércio, enfim, a economia do Rio Grande, tão prejudicada pela seca. Nesse momento, está sendo muito prejudicada, devido à forma como o arroz entra principalmente do Mercosul.

Por esse motivo, os Senadores Paulo Paim, Pedro Simon e Sérgio Zambiasi encaminharam esse pedido de audiência pública, que gostaríamos de ver aprovado, para que possamos fazer um debate aqui, principalmente envolvendo o Ministério da Agricultura, claro, da Indústria e Comércio, a Receita Federal, devido à fiscalização, o de Relações Exteriores, devido ao Mercosul e claro representantes de produtores e de empregados.

Mas como percebi, de dois especialistas aqui, Senadores Osmar Dias e Juvêncio da Fonseca, é preciso enxugarmos o número de convidados. Eu também fico aqui naturalmente me sentindo contemplado, com uma parte que eu sei que eles farão de forma a sintetizar aqui o número de convidados.

Era isso, Sr. Presidente, Senador Simon, que é membro efetivo dessa Comissão. Eu apenas assinei como apoiador. Está aqui e também deverá fazer as suas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Senador Pedro Simon, também como um dos autores do requerimento, com a palavra.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Penso que o Senador Paim já expôs praticamente tudo que se tinha a dizer. Eu só acrescentaria ao que o Senador Paim falou que estamos casualmente vivendo o auge dessa crise. Os agricultores que estão aqui em Brasília, junto com todos os produtores praticamente do Brasil inteiro, sendo que os orizicultores talvez sejam os que estejam atravessando, de todos, a pior crise, Sr. Presidente, porque eles vendem uma produção de uma safra de soja que fracassou totalmente, a seca a reduziu a zero.

E agora, na hora do arroz, que o arroz conseguiu ser salvo, o preço não tem condições. Entre outras coisas, eles compraram todos os elementos químicos necessários para produzir com US\$1 a R\$3,50. E agora, na hora de vender o arroz, são dois e pouco por dólar. Então, a diferença está muito grande. E o Governo fez a primeira parte, quer dizer, destinou uma verba realmente para a comercialização, ou seja, para fazer a compra do arroz.

O que está havendo mesmo de discussão, não há um entendimento, é com relação ao preço. E eu acho que as coisas são de uma frieza total, porque eu entendo, até quando eu fui Ministro da Agricultura havia um

tipo na hora de fazer os preços mínimos, que, modéstia à parte, eu mudei a partir da minha chegada lá, porque vinham os preços, os agricultores davam os preços lá encima, porque já sabiam que íamos abaixar.

Então, os produtores entregavam o preço a dez e o Ministério da agricultura abaixava para sete e o Ministério da Fazenda abaixava para cinco. E quando eu cheguei lá, chequei com eles e disse: qual é o preço? Devolvi o preço para eles e eles com os técnicos da agricultura deram o preço para valer: é esse! Eu fui lá no Ministério da Fazenda e entreguei o preço. A Fazenda, que está acostumada com aquela história de abaixar, abaixou. E o Dornelles se deu mal, porque eu fui ao Sarney e negocieei com os preços. Não, os preços eram os nossos! Mas nunca aconteceu isso, sempre .nós .. Mas agora...

Mas, nesse caso, não há essa dúvida, não há essa discussão, porque ela está aberta, ela está clara.

Assim, eu acho que esta reunião é muito importante e urgente, principalmente. Se pudéssemos fazer, entre hoje e amanhã, porque está todo mundo aqui, reunir, marcar uma hora, avisá-los e eles virão para cá. Eles estão andando de gabinete em gabinete, coitados! Às 15 horas vão estar com o Presidente da República, mas essa reunião vai ser muito ruim, porque vai estar todo mundo lá. Não vai dar em nada, porque vai ser uns caras do Mato Grosso falando da carne, falando da soja, falando da madeira, falando do arroz. Quer dizer, não vai se chegar a lugar nenhum. Isso tem peso político, mas não tem efeito prático. O que vai acontecer é que o Presidente vai despachar para os seus Ministros da Agricultura, da Fazenda decidirem.

Se houvesse alguma chance de se fazer nem que fosse uma reunião menor, acho que esse seria um grande trabalho de nossa parte. Isso porque o negócio está muito difícil. Eles estão apavorados. A etapa mais difícil nós conseguimos e que foi o Governo dar o dinheiro. O Governo destinou uma verba X para compra do arroz, mas não se consegue um acerto com relação ao preço. Ninguém imaginava isso. Imaginávamos que R\$2,00 a mais ou R\$2,00 a menos...Chegaríamos a um entendimento. Mas a diferença está em torno de R\$8,00. Quer dizer, R\$8,00 é a diferença entre o que o Governo está oferecendo e o que eles estão querendo. Essa é uma diferença alta. Nós vamos aprovar o requerimento, tenho certeza. Podemos diminuir ... O que V. Ex^{as} acharem que deve ser diminuído... Eu também sou favorável a isso, até porque a coisa está tão nos finalmente que não é preciso ter muita gente. O problema mesmo é alguém que os represente junto ao Governo e faça essa intermediação, para ver onde se pode chegar.

O Osmar que está a par de tudo isso e se dá com todos... Se pudéssemos tentar fazer, entre hoje e amanhã, uma reunião, algo como uma intermediação, acho que já estaríamos fazendo uma grande coisa. Isso porque se eles estiverem sozinhos ninguém dará bola para eles, ninguém tomará conhecimento deles.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR)
– Agradeço ao Senador Pedro Simon.

Passo a palavra ao Senador Osmar Dias, para discutir o requerimento.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, os Senadores Paulo Paim, e Pedro Simon têm total razão. Ou seja, de todas as culturas e de todos os produtores que estão sofrendo essa crise, os que mais sofrem neste momento são os produtores de arroz. O Rio Grande do Sul tem expressão na produção de arroz e essa expressão reconhecida. Outros Estados também têm esse problema, porque o que acontece com o arroz do Rio Grande do Sul acontece até de forma mais grave em outros Estados, em função da distância dos centros consumidores. O preço do arroz está ainda mais baixo. Em Mato Grosso, por exemplo, a saca de arroz está a R\$9,00 a saca, se for de boa qualidade. Em alguns Estados o preço é R\$12,00 ou R\$13,00 a saca. O custo de produção está a R\$30,00.

Assim, é impossível ao produtor de arroz sobreviver.

O Senador Pedro Simon fez um apelo e lembrou o tempo em que foi Ministro. Naquele tempo, Senador Pedro Simon, o preço de garantia era o preço de garantia. O preço mínimo era o preço mínimo. O Governo respeitava o preço mínimo, respeitava o preço de garantia. Quando o mercado não era capaz de absorver a produção, o Governo colocava esse produto nos seus estoques oficiais, administrava esses estoques para, no momento oportuno, colocar esse produto sem perder dinheiro. O Governo não perdia dinheiro, porque colocava o produto, no mercado, pelo preço que comprou, quando esse mercado se regularizava.

Uma comissão de produtores e de representantes de produtores já esteve com o Presidente Lula tratando desse assunto. O que o Presidente Lula disse? “Temos de continuar ajudando o Uruguai, importando arroz; temos de continuar ajudando a Argentina, importando trigo; e temos de encontrar alguma coisa para comprar da Venezuela, para ajudar a Venezuela”. Foi isso o que o Presidente Lula disse.

O Rio Grande do Sul sofreu essa crise, assim como o meu Estado, o Paraná – algumas regiões mais, outras regiões menos –, em função da estiagem.

E o Senador Pedro Simon disse: planta-se com o dólar a R\$3,40, a R\$3,50, compra-se insumo nesse preço, o dólar cai, e os insumos continuam com o

mesmo preço. O Governo também não faz nada para controlar o preço dos insumos. O preço dos insumos continua como se o dólar estivesse a R\$3,20, mas o dólar, hoje, está em queda novamente.

Anteontem, a soja teve uma queda na Bolsa de Chicago de 6,6%. Ontem, a queda foi de 3,8%. Então, somando-se isso, dá 10,4% em dois dias. São 10,4% de queda na Bolsa de Chicago em função de um mercado especulativo que está operando hoje com a soja. Há o anúncio do clima americano. Então, os produtores de soja estão em crise? Estão em crise, porque o preço está baixo, está caindo na Bolsa. Mas os produtores de arroz já não estão mais somente em crise, eles vão simplesmente falir, quebrar. Imaginem a quebraadeira de um setor desses, que emprega mão-de-obra, que emprega pequenos agricultores, agricultores familiares!

Não adianta anunciar verba de financiamento para o agricultor familiar, porque ele não vai nem poder pegar esse financiamento, já que está inadimplente. De que adianta anunciar que se vai aumentar para R\$8 bilhões ou R\$10 bilhões para a agricultura familiar? Vamos aumentar para R\$44 bilhões o dinheiro para a agricultura normal, para os médios, pequenos e grandes produtores? Não adianta! Quem está inadimplente não poderá pegar o financiamento.

É preciso resolver o problema da comercialização, que só será solucionado se houver uma intervenção do Governo assegurando o preço de garantia. É a única coisa que o Governo pode fazer, colocando nos seus estoques e armazéns esses produtos. O Governo os tem para colocar nos estoques. Coloque-os nos seus estoques! Vai sair muito mais barato para o Governo comprar esse arroz ao preço de garantia, comprar o trigo, que também está sendo comercializado abaixo do preço de garantia, e colocá-los nos seus estoques do que depois ter de falar em gerar dez milhões de empregos. Vai ter de gerar vinte milhões de empregos, porque os produtores de arroz vão ficar desempregados.

E a reforma agrária? Está sendo feitas às avessas, porque essa gente vai deixar a sua propriedade e vai procurar emprego nas cidades ou, daqui a pouco, estará na fila da reforma agrária. Ou o Governo faz uma intervenção já, ou a economia vai ser afetada com isso, principalmente o nível de emprego!

Mas quero deixar aqui um protesto.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Senador Osmar Dias, apenas quero apresentar uma questão.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pois não, Senador Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Tem a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Esse cultivo do arroz é o que há de mais moderno na agricultura, em termos de tecnologia, que o Brasil conhece. Não há outro setor na produção que tenha atingido um estágio tecnológico de produção, de qualidade e de produtividade como esse. Vai ser o setor mais importante. Chegamos à primazia de produção, e vai fracassar.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Vou encerrar, Sr. Presidente, fazendo um protesto aqui. Quando começou a crise, quando esta Comissão foi instalada – havia um projeto do Senador Pedro Simon; eu tinha o meu, mas o dele é que era o original –, no dia em que foi instalada esta Comissão, apresentei um requerimento convidando o Ministro Palocci para falar sobre a crise que se anunciava para a agricultura brasileira, e o Ministro Palocci não veio até hoje discutir a crise, como se nada tivesse a ver com S. Ex^a.

O Ministro da Agricultura já veio aqui duas vezes. O Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, veio aqui todas as vezes em que foi convidado, mas não está ao alcance dele resolver os problemas. O que o Ministro Roberto Rodrigues falou em Rio Verde foi o que a equipe econômica tinha prometido a S. Ex^a. Mas não cumpriram nada. E o Ministro Roberto Rodrigues, que é um homem sério, de palavra, acabará ficando desacreditado daqui a pouco. Todos nós acreditamos no Ministro Roberto Rodrigues, mas S. Ex^a não pode ser jogado nessa situação em que a equipe econômica diz “pode ir lá e falar que vamos fazer” e, depois, não faz nada. O que a equipe econômica tem de fazer é vir aqui.

Esse requerimento poderia ser substituído por aquele outro que apresentei, que esta Comissão aprovou, para que o Ministro Palocci viesse aqui, nesses dias em que está toda a agricultura representada na Capital. S. Ex^a poderia vir aqui, à Comissão de Agricultura, hoje ou amanhã, quando S. Ex^a quiser. Mas S. Ex^a teria de vir aqui. Juntaríamos o requerimento dos Senadores Paulo Paim e Pedro Simon com o meu, que já está aprovado há três ou quatro meses, no dia em que foi instalada a Comissão. Até hoje, o Ministro não se dispôs a vir aqui.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Estou plenamente de acordo, Sr. Presidente. Devemos aprovar esse e reaprovar o anterior, que não foi cumprido. Que seja cumprido!

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Já está aprovado. O Ministro tem de cumpri-lo, porque senão vamos fazer um requerimento de convocação. Fiz um requerimento de convite, mas, daqui a pouco, apresento um requerimento de convocação se S. Ex^a não vier aqui.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Vamos fazer o encaminhamento, então. Realmente, a

Assessoria me informa que os contatos com o Ministro da Fazenda vêm sendo permanentes, no sentido de reiterar o convite para o cumprimento do requerimento, já aprovado, de autoria do Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Até para S. Ex^a saber, Sr. Presidente Flávio Arns, que a situação não é aquela de que falou ontem na televisão. S. Ex^a precisa vir aqui para ouvir dos Senadores e dos representantes do setor produtivo que o que S. Ex^a está falando na televisão é muito diferente da realidade por que estamos passando.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Existe uma diferença que quero enfatizar em relação aos dois requerimentos aprovados. O debate em torno da citricultura tem de acontecer e, na verdade, pode acontecer em agosto. A questão do arroz e dos preços, como disse o Senador Pedro Simon, é algo imediato. Não podemos ficar esperando o mês de agosto, em princípio. Temos de fazer esse debate lá na frente, mas ele também deveria acontecer neste momento.

Eu pediria que os autores do requerimento, Senadores Paulo Paim, Pedro Simon e Sérgio Zambiasi, que não estão aqui, pudessem enxugar o número de participantes. Na verdade, devemos tentar fazer todo o esforço possível, para que esse encaminhamento possa ser feito, se possível, no dia de amanhã, como uma audiência pública a ser realizada no dia de amanhã, dando preferência à sugestão do Senador Osmar Dias.

O primeiro contato para a realização de uma audiência amanhã, aproveitando a presença de todas as pessoas do Brasil em Brasília, seria a presença aqui – insisto neste fato – do Ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Não sendo isso possível, que todo o esforço seja concentrado na realização da audiência pública proposta pelos Senadores em relação ao arroz especificamente.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, proponho que o convite feito no requerimento do Senador Osmar Dias seja transformado em convocação do Ministro Antonio Palocci, porque três meses de espera é muito! É muita boa vontade da Comissão, de todos nós. E não há recíproca da parte do Ministro. Portanto, a transformação do convite em convocação é o normal, o natural, para que possamos cobrar, sim, essa boa harmonia entre Executivo e Legislativo. Essa é a proposta que faço para apressar a vinda do Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Sugeriria, para tentarmos manter tanto quanto possível a boa convivência entre Executivo e Legislativo, que própria Comissão entrasse em contato com o Ministro Palocci, para lhe dizer dessa intenção de transformar o convite em convocação, já que a presença não aconteceu até o momento. Diríamos que gostaríamos muito de contar com a presença do Ministro no dia de amanhã, na Comissão, para que prestasse esses esclarecimentos particularmente, a todo o conjunto, mais em relação a esse assunto específico.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, acredito que os agricultores que se deslocaram das suas propriedades, que os seus representantes merecem o respeito do Governo, e a forma de o Governo respeitá-los é pelo menos discutir com eles, que vieram de tão longe, o problema que estão enfrentando, que não é um problema deles, mas sim um problema do Brasil, que vai se transformar num problema do Governo muito rapidamente, porque é um problema da economia brasileira.

O Ministro da Fazenda tem de respeitar o Congresso. É uma falta de respeito! Três meses se passaram, a crise está se aprofundando. Quando S. Ex^a vem? Tomará que a crise acabe, e daí S. Ex^a não precisa vir mais! Mas a crise não está para acabar, mas sim está para se agravar.

Então, estou aqui implorando a presença do Ministro Palocci, para que não transformemos o convite numa convocação, porque isso seria, realmente, desagradável. Mas isso será preciso se S. Ex^a não vier aqui.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Exatamente. É dentro desse teor, então, que será feito o contato. Sem dúvida, a Presidência concorda com os argumentos levantados. Vamos entrar em contato com o Ministro da Fazenda. A prioridade é o atendimento do requerimento de V. Ex^a.

Ao mesmo tempo, para colocar em votação, só pediria a gentileza de fazermos um enxugamento dos participantes, para que haja o mesmo teor da discussão do requerimento do Item nº 1 da pauta.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Sr. Presidente, concordo com todo o encaminhamento feito e entendo que, neste momento, a vinda do Ministro Palocci seria fundamental, até por que seria bom que S. Ex^a esclarecesse aqui as informações que temos, de que foram liberados mais de R\$1 bilhão para o setor. Mas percebo que, efetivamente, o recurso não está chegando às mãos dos produtores com a rapidez que gostaríamos.

Como disse o Senador Pedro Simon, a grande questão sobre a qual conversei ontem com os produ-

tores é exatamente o preço mínimo. Os produtores estariam pedindo em torno de R\$29,00, e o Governo estaria ficando na faixa de R\$21,00, R\$22,00. E é possível chegar a um entendimento, a algo intermediário, pelo que recebi como informação, ainda no dia de ontem.

Acredito que, com a vinda do Ministro Palocci – é claro que seria muito bom se viesse também o Ministro da Agricultura –, poderíamos chegar a esse grande entendimento, para resolver o que mais está pegando neste momento, já que a situação, de fato, é grave, por todos os dados que apresentamos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – A prioridade será a vinda. Mas, para aprovarmos o Item 2, dentro do mesmo espírito de haver menos pessoas participando, até em comparação com o requerimento do Senador Aelton Freitas, o que V. Exª sugere? Seriam essas pessoas mesmo?

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – No requerimento, foram lembrados o Ministério da Agricultura, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, a Secretaria da Receita Federal e o Ministério da Reforma Agrária.

Penso que poderíamos manter o Ministério da Agricultura. Seria importante haver um representante das Relações Exteriores, devido à questão do Mercosul, para que não fiquemos eternamente discutindo que o arroz está entrando no Brasil de forma indevida. A Receita Federal também poderia ter seu representante, e deveria haver alguém do Ministério da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Então, V. Exª retiraria a Conab e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior? (Pausa.) Está bem.

Então, com as observações feitas, haveria a presença de representantes do Ministério da Agricultura, da Receita Federal e do Ministério das Relações Exteriores, bem como uma representação da categoria da área.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, ao meio-dia estamos convocados, como titulares da CPI dos Bingos, para uma reunião de instalação da própria Comissão, e faço parte dela.

O Item 7 é de minha autoria. Gostaria que se fizesse a inversão da pauta, para que eu atendesse tanto esta Comissão quanto a CPI dos Bingos.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Pois não, Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sr. Presidente, antes de colocar a inversão de pauta em votação, gostaria de ver se o nobre Senador Juvêncio me permitiria discutir o Item 3, porque o Estado dele é muito importante no que vou discutir. Provavelmente, será um Estado que terá a mesma situação de Minas Gerais. Sugiro que apreciemos os Itens 3 e 7 juntos, porque a participação de S. Exª é imprescindível no Item 3.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Senador Juvêncio da Fonseca, V. Exª concorda que, após o Item 3, façamos a inversão da pauta?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sim. Só gostaria que objetivássemos, para eu não chegar tarde à reunião da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Então, está em votação a solicitação de inversão de pauta, após a apreciação do Item 3, para a apreciação do Item 7.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Está aprovada a inversão de pauta após o Item 3.

Item 3:

Requerimento nº 18, de 2005.

Requerem, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno, a realização de audiência pública para conhecimento das experiências em andamento sobre a produção do *biodiesel* com base na produção familiar, além de que sejam conhecidos seus principais desafios. Solicitam que sejam convidados para esta audiência os Srs. Daniel Benasayag Birmann, da BrasilEcodiesel; Hilário de Freitas, Diretor-Geral da Agropalma; e Manoel José dos Santos, Presidente da Contag.

Autoria: Senadores Sibá Machado e Ana Júlia Carepa.

Em primeiro lugar, têm a palavra os autores do requerimento, se assim o desejarem.

Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Esse requerimento feito pelo Senador Sibá Machado e por mim diz respeito exatamente à política pública de incentivo ao *biodiesel* nas Regiões Norte e Nordeste, quando feita em parceria com os agricultores familiares, que têm financiamento do Pronaf, quando feita

em parceria com a agricultura familiar. Então, é essa experiência que se quer mostrar também.

A esta Comissão cabe, sim, agir para ajudar a resolver problemas na agricultura, desde a pequena agricultura, a agricultura familiar, até a grande agricultura, até o grande produtor, no sentido de que principalmente a sociedade seja a beneficiária maior.

As experiências positivas também são importantes de serem trazidas, mesmo que, no caso da Agropalma, 100% da experiência deles não seja feita em parceria com a agricultura familiar. Mas parcela dessa parceria é feita com a agricultura familiar, tem a participação do Banco da Amazônia, tem a participação do Iterp, como assessoria técnica. Portanto, vai também passar a receber os benefícios fiscais, fruto da medida provisória que aprovamos. Quando existe essa parceria, o *biodiesel* trará todos esses benefícios fiscais para as Regiões Norte e Nordeste.

O Senador Aelton Freitas está querendo fazer alguma modificação. Então, vou ouvi-lo. E, se concordar, não há nenhum tipo de problema, apesar de o outro autor, o Senador Sibá Machado, não estar aqui. Com o diálogo, vamos conseguir chegar a um consenso, acredito.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR)
– Agradeço-lhe.

Passamos à discussão do requerimento.

Senadora Ana Júlia, existe um requerimento do Senador Aelton Freitas para acrescentar o nome do Sr. Arthur Augusto Alves, Diretor da empresa SoyMinas Biodiesel, sediada na cidade de Cássia, Estado de Minas Gerais. É a primeira empresa de *biodiesel* homologada no País. Também será convidado para a fazer parte dessa audiência pública.

Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sr. Presidente, Senador Flávio Arns, Srª Senadora Ana Júlia, co-autora do requerimento, Srs. Senadores, nessa sexta-feira última, tive oportunidade de visitar a cidade de Cássia, no interior do meu Estado, onde há a única empresa fabricante da indústria de *biodiesel* e também a primeira empresa montada e credenciada no BNDES para tal fim.

O Sr. Arthur recebeu, há noventa dias, o Presidente Lula, com toda a comitiva de Ministros, para a inauguração de sua indústria. Lá o Presidente Lula fez um discurso bem objetivo, de que, a partir daquele momento, estavam abertas as portas para o País. E incentivou 6,5 mil produtores, principalmente os mini e pequenos, a plantarem nabo forrageiro, girassol, oleaginosos como um todo, exceto a mamona – a mamona pode se viabilizar para o Norte, mas ainda é muito teórico.

Após a visita do nosso Presidente, com o *start* feito por Sua Excelência, consideramos que a coisa está acontecendo. O Sr. Arthur recebe, em média, um empresário por dia querendo investir em *biodiesel*. Mas ele está altamente preocupado. Ele fez uma reunião com o Diretor de Recursos Renováveis da Petrobras, Sr. Paulo Cazu, e com o Vice-Presidente do Banco do Brasil da área de agronegócio, Sr. Ricardo Conceição. O Sr. Paulo Cazu, Diretor da Petrobras, deixou claro que a Petrobras não vai financiar mini e pequeno produtor, que esse projeto não é para mini e pequeno produtor e que o Presidente Lula está equivocado. Isso me preocupou muito, porque cabe aos subordinados cumprirem o que o chefe maior mandou.

Estou chegando, aqui, hoje, num momento oportuno, junto com esse requerimento. Quero sugerir e pedir que localizem o Senador Sibá Machado e a Senadora Ana Júlia Carepa. Em vez de discutirmos a teoria, o que está sendo feito em laboratório, temos de, em 2008, produzir o B-2, ou seja, 2% de todo o *diesel* produzido no País deveria, teoricamente, ter 2% de *biodiesel*, o que já foi aprovado nesta Casa. Em 2011, deveremos produzir o B-5. Mas, segundo o Sr. Arthur Augusto, pela experiência que tem, não se produz nem o B-1 até 2008, da maneira como está.

Também segundo o Sr. Arthur, Presidente da SoyMinas, o Vice-Presidente do Banco do Brasil disse que também não há linha de crédito no Brasil, ou seja, 6,5 mil produtores da região de Cássia plantaram com recursos próprios, estão na fase de tratamentos culturais e não têm recursos, não têm linhas de crédito. O Vice-Presidente da Petrobras disse que só paga R\$1,40, que a Petrobras compra o que for a R\$1,40 o litro de *biodiesel*, enquanto que, para o mini e o pequeno produtor, ele custa R\$2,32. A Petrobras teria de comprar, aproximadamente, a R\$2,40.

Estamos com um problema muito grande na nossa frente, porque o ano agrícola é de 3 a 5 meses, e só vamos poder fazer essa reunião em agosto.

Quero sugerir ao autor e à co-autora do requerimento que, em vez de discutirmos o que está em laboratório – que é coisa pequenininha –, discutamos a viabilidade do segmento e do nosso Governo.

Então, quero aprofundar mais. Fazer a reunião com muita gente é difícil, mas a reunião seria muito objetiva se estivesse presente o único fabricante e produtor credenciado para financiamento no BNDES até hoje, os dois Diretores mais importantes do segmento – o Banco do Brasil é um banco de fomento – e o Diretor de Recursos Renováveis da Petrobras, Dr. Paulo Cazu.

Segundo o Sr. Arthur, o Presidente está equivocado e esse não é segmento para pequeno produtor,

mas para grande produtor. A Petrobras não vai financiar pequeno produtor. Isso me incomodou muito.

Pedi para chamar aqui o Dr. Augusto, mas, caso V. Ex^{as} concordem, os dois deveriam vir aqui, porque será um confronto interessante. Às vezes, teremos de ir ao Presidente da República, porque foram com essas palavras que o Presidente da SoyMinas me passou essa preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Agradeço a V. Ex^a. Somente peço brevidade nas falas.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Certo. Serei breve. Quero apenas dar uma informação para o Senador Aelton Freitas.

Em primeiro lugar, a Agropalma já produz *biodiesel*. O Presidente Lula também foi lá inaugurar, com a Ministra Dilma Rousseff. Isso ocorreu depois que foi a Minas. Mas já se produz *biodiesel*. E já se produzia *biodiesel*, inclusive, mas, na época, ainda não estava nos postos. Agora, existem postos funcionando no Município de Ananindeua que já produzem *biodiesel*, que já abastecem.

Então, vejam bem: aqui não é só uma experiência piloto; já é a produção, a possibilidade de utilização. Para nós, não haveria problema incluir, até porque seria mostrada, inclusive, essa contradição. Aqui, o Basa financia os pequenos produtores. Como é que o Banco do Brasil diz que não financia os pequenos produtores?

Não haveria problema para mim. Não sei se faríamos separado, por ser um problema específico. Não há problema. Por mim, não há problema.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Posso sugerir ao Senador Aelton Freitas e à Senadora Ana Júlia Carepa que aprovemos o requerimento, com a inclusão do Dr. Arthur Augusto Alves.

Sem dúvida alguma, o assunto *biodiesel* vai merecer, na minha ótica, por ser algo novo e desafiador – como o próprio requerimento diz –, outras audiências.

Coloco, então, em discussão o requerimento.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o Requerimento nº 18, de 2005, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa e do Senador Siba Machado, com o adendo da inclusão do Dr. Arthur Augusto Alves, Diretor da Empresa SoyMinas Biodiesel, conforme requerimento apresentado.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passamos, neste momento, ao Item 7 da pauta, em função da aprovação da inversão de pauta.

Item 7:

Projeto de Lei do Senado nº 669, de 1999, não terminativo, que altera o dispositivo da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, tendo como autor o Senador Juvêncio da Fonseca e, como Relator, o Senador Heráclito Fortes.

O Relator conclui pela aprovação e é contrário à Emenda nº 1 de Plenário.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, na condição de Relator.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Meu caro Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, atendendo a reivindicação que foi feita, de que se pudesse dar uma certa celeridade a esta reunião por motivo de outros compromissos, tomarei a liberdade de pedir às Sr^{as} e aos Srs. Senadores para falar apenas da justificativa do voto, uma vez que sobre a mesa de cada um dos Srs. Parlamentares encontra-se cópia deste meu parecer.

Antes de mais nada, é de uma oportunidade ímpar a aprovação deste projeto, visto que já se começa a discutir a dificuldade que iremos encontrar com relação à água no futuro. Este projeto vai beneficiar e dar segurança principalmente às camadas mais carentes da nossa população.

O voto é o seguinte: de acordo com o art. 104-b, incisos III, V, VII e XIX, do Regimento Interno do Senado, compete à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, opinar sobre proposições que versem sobre agricultura, pecuária, abastecimento, aquícultura e pesca, irrigação e drenagem, utilização e conservação na agricultura dos recursos hídricos.

Em que pese o avançado estágio de tramitação da matéria no Senado Federal, o Requerimento nº 265, de 2005, autoriza a apreciação por esta Comissão quanto ao mérito de inteiro teor do PLS nº 669, de 1999, e não apenas da Emenda nº 1 apresentada em plenário.

A proposição legislativa em exame nos parece absolutamente oportuna e pertinente. Com efeito, o novo texto complementa o dispositivo do § 1º do art. 12 da Lei nº 9.433, de 1997, segundo a qual independe de outorga, ficando, portanto, isento de cobrança, o uso de recursos hídricos para satisfação de necessidades de pequenos núcleos populacionais distribuídos no meio rural; de derivações, captações e lançamentos considerados insignificantes; das acumulações de volume de água também consideradas insignificantes.

Isentada a cobrança, o uso da água para dessedentação dos animais fora dos rios e lagos produzirá adubo ou benefício; reduzirá o custo do produtor rural, que não precisará mais conduzir o seu rebanho até a margens dos cursos d'água; e promoverá a pre-

servação das matas ciliares, com reflexos positivos na preservação da erosão e do assoreamento dos corpos hídricos, uma vez que restará o eliminado o trânsito de animais nessas áreas.

Será também contida a degradação da fauna aquática e das margens dos rios e lagos se afastada a pesca amadora desses locais, atraindo os pescadores para outros pontos especialmente preparados para exercício da atividade.

O objeto da Emenda nº 1, apresentada no plenário pelo Senador José Eduardo Dutra, é suprimir justamente esse ponto do texto da proposição. Não podemos concordar com a alteração proposta, pois essa reduziria injustificadamente o alcance social da proposição.

Os benefícios da desoneração da pequena irrigação serão observados por seu turno na esfera social. O estímulo ao aumento de produtividade das pequenas propriedades rurais promoverá a fixação do homem no campo, reduzindo a pobreza e minimizando as pressões migratórias em direção às cidades.

O voto.

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 669, de 1999, e pela rejeição da Emenda nº 1 de Plenário.

Sala das Comissões, Heráclito Fortes, Relator.

Era esse o voto, Sr. Presidente.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Peço vistas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – O Relator conclui pela aprovação e é contrário à Emenda nº 1 de Plenário.

Está em discussão o projeto.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Peço vistas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Vistas concedidas à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Com relação ao uso considerado insignificante, quero informar que já é isento, Senador. Inclusive pequenos núcleos populacionais rurais, conforme já está na lei.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Senadora Ana Júlia, gostaria de esclarecer que não tem nada a ver com a questão da captação insignificante. Aqui são captações de larga escala que estamos disciplinando também. Não é simplesmente o uso insignificante dos cursos de água.

O que acho importante nesse projeto é a sua finalidade principal de preservação ambiental, porque, quando se faz uma captação de águas de um rio e coloca nas aguadas para as fazendas, para a atividade ruralista, está se evitando que o gado vá até os rios, faça a predação das matas ciliares, crie condições de

trilhas no sentido do assoreamento dos rios, mas, se o proprietário rural faz a captação da água para fazer essas aguadas, que é importante ambientalmente falando, ele passa a ser objeto de cobrança dessa água. Portanto, beneficia o pequeno produtor e beneficia também o grande produtor, mas o maior beneficiado chama-se meio ambiente.

Na Lei nº 9.433, que trata dos recursos hídricos, é dito, num dos seus artigos, que ela tem que ser aplicada em consonância com a lei também da preservação ambiental. O nosso projeto tem esses dois objetivos de grande profundidade.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Mas não é em relação à discussão desse assunto?

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Não, era só para justificar um pouco. O Senador Juvêncio, eu acho que é uma boa iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Peço a compreensão.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Trinta segundos só, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Peço a compreensão, até já tinha sido feita uma exceção para V. Exª e outra exceção, pela mesma razão, para o Senador Juvêncio da Fonseca, mas a vista já foi concedida e o debate vai acontecer. Nós teremos oportunidade de debater.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, solicito que sigamos a ordem dos itens para relatar o item 04.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Voltamos ao item 04 da pauta. Alerto os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que esse item é terminativo e precisamos da presença de V. Exªs para votação na sequência.

Item 04:

Projeto de Lei do Senado nº 36, de 2003, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que dispõe sobre a compra dos produtos alimentícios, destinados aos programas governamentais de distribuição de alimentos e combate à fome.

Com a palavra, o Relator, Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, quero, primeiro, agradecer o Senador Gerson Camata, que, na última reunião em que fui relatar este projeto, cometi um equívoco, que foi corrigido pelo Senador Gerson Camata.

O projeto do Senador Delcídio Amaral é tão importante, tão meritório, que resolvi refazer o relatório após a observação feita pelo Senador Gerson Camata. O que o projeto propõe? O projeto propõe que o

Governo Federal, nos seus programas de combate à fome, nos seus programas de aquisição de alimentos para merenda, dê preferência para adquirir alimentos de agricultores familiares e de assentados.

Acrescentei e até sinto ter feito um substitutivo, mas quero reconhecer que todo o mérito deste projeto não é deste Relator, que fez o substitutivo, não gosto de fazer substitutivo, porque o mérito é do autor, Senador Delcídio Amaral, que foi quem fez o projeto, quem teve a iniciativa de apresentar o projeto. Então, todos os méritos ao Senador Delcídio Amaral, que esteve aqui agora, não pôde ficar para a apreciação do seu projeto, porque está presidindo a CPMI e claro que a obrigação de S. Exª de estar lá o impediu de permanecer aqui na discussão deste projeto.

Mas o projeto é de um mérito extraordinário, e eu tinha cometido um equívoco pelo seguinte: a lei já dá preferência para a aquisição de produtos para os programas do Governo, mas ela dá preferência para a associação de produtores e cooperativas. O que o Senador Delcídio está propondo é que também para o produtor individualmente, ou seja, para a unidade familiar produtiva seja dada essa preferência de caráter familiar ou de pequeno porte. E acrescento uma outra coisa: que seja da região. Por exemplo, quando o Município de Cambé adquirir alimentos para a merenda escolar, adquirirá dos produtores localizados na região de Cambe, até para evitar custos com fretes e também para estimular aqueles produtores a permanecerem em suas atividades, na agricultura familiar.

Assim, estou acrescentando dois pontos: a merenda escolar, que não estava prevista no primeiro projeto do Senador Delcídio Amaral, além dos outros programas, como os de combate à fome, o Fome Zero. Não sei se o Fome Zero ainda está em execução. Está?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Execução zero.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Então, se está em execução, dar-se-á preferência para o agricultor familiar localizado naquela região.

Acrescento a merenda escolar – vou enfatizar isto –, dando preferência para a região, exatamente a fim de amenizarmos o problema do êxodo rural.

Cumprimento o autor do projeto, Senador Delcídio Amaral. Como eu disse, não tenho o hábito de apresentar substitutivo. Mas não o fiz com a intenção de tirar o mérito do autor. O mérito é inteirinho do autor, do Senador Delcídio Amaral, que teve uma iniciativa brilhante, que beneficiará, sem nenhuma dúvida, milhares de agricultores neste País afora, que ficarão com mais segurança no mercado. Estabelece-se uma competição desigual entre o agricultor familiar e os grandes produtores. Ele terá a preferência principal-

mente neste momento de crise que estamos vivendo. Quem sabe esse seja um atenuante!

Meu parecer é favorável, com a apresentação do substitutivo.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – O relatório do Senador Osmar Dias conclui pela aprovação do projeto, com emenda substitutiva que apresenta.

Passamos à discussão.

Concedo a palavra ao Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, serei bem rápido.

Primeiramente, agradeço as palavras do nobre Relator Senador Osmar Dias, que captou imediatamente aquilo que colocamos na discussão anterior do projeto, quanto à importância desse projeto. Ele é muito importante. Às vezes, umas coisinhas pequenas fazem uma verdadeira revolução. Talvez tão importante quanto a merenda escolar e quanto o Fome Zero é adquirir o produto de quem está na região, evitando essas licitações meio esquisitas. De vez em quando, o Waldir Pires pega uma ou outra por aí. A pessoa comprará no mercado perto dele e distribuirá ali. É muito importante o que está sendo feito por meio desse projeto.

Outro ponto muito importante acrescentado pelo Senador Osmar Dias é a fixação do pequeno lavrador ali, porque ele já tem mercado e venderá naquela região, onde está a escola do filho dele, do parente dele, do sobrinho dele.

Apóio o projeto. Cumprimento tanto o autor, Senador Delcídio Amaral, como o Relator, que aperfeiçoou o projeto e ampliou a ação desse projeto. Cumprimentos aos dois.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Agradeço-lhe, Senador Gerson Camata.

Concedo a palavra, para discutir, à Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, cumprimento o Relator, Senador Osmar Dias, pela sua elegância em atribuir ao Senador Gerson Camata os frutos da Relatoria. Acredito que esse é um gesto pouco comum e que, sem dúvida nenhuma, dignifica o Parlamentar Senador Osmar Dias, que todos conhecemos, pela sua franqueza e, acima de tudo, pela sua correção.

Cumprimento o autor do projeto, Senador Delcídio Amaral, que fez, sem dúvida alguma, um grande projeto. Esse projeto favorecerá as famílias que dispõem do programa de transferência de renda, o Bolsa-Família, para que possam comprar seu alimento mais barato. Isso vai favorecer também os Prefeitos, que são res-

ponsáveis pela compra da merenda escolar. Mesmo quando a merenda vai direto para escola, a diretora do colégio poderá não só comprar o alimento mais barato, como também introduzir alimentos regionais na merenda. Isso é de grande importância.

Ao mesmo tempo, esse projeto vai gerar emprego e renda para o pequeno produtor. Isso, para os Municípios, é uma bênção, porque, na verdade, há falta de emprego nos Municípios pequenos. Principalmente num Estado como o meu, que é um Estado produtor, esse projeto tem uma importância social enorme. Portanto, quero cumprimentar esta Comissão, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, na presença do Presidente em exercício, Senador Flávio Arns, e dizer que ela está de parabéns por colocar esse projeto na pauta.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Agradeço, Senadora Lúcia Vânia.

Passo a palavra, para discutir, à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Eu só quero registrar, Senador Flávio Arns, a pertinência desse projeto do Senador Delcídio Amaral e também a atuação do Relator, que soube adaptar às legislações já existentes o projeto, que só vem beneficiar principalmente a população dos menores Municípios. Às vezes, como já falou aqui o Senador Gerson Camata, há muitas pessoas extremamente sedutoras oferecendo muitas facilidades na compra de merenda escolar e se esquecem até do pequeno produtor, daquele que está ali produzindo. Isso vai incentivar exatamente a economia local, esses arranjos produtivos locais. Já estava prevista alguma coisa em duas legislações, tanto na legislação anterior, quanto já nesse programa de aquisição de alimentos, instituído agora em 2003, o Fome Zero, que o Senador Osmar Dias soube – e já disse aqui, com o apoio do Senador Gerson Camata – detectar.

Então, quero só fazer esse registro e parabenizar a iniciativa. Estamos aprovando um projeto importante.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

Como se trata de projeto terminativo, que requer votação nominal, faremos, então, neste momento, a chamada dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras. Quem vota com o Relator Osmar Dias vota “sim” ao substitutivo.

Passo a chamar, então.

Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sim, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Flexa Ribeiro; Sérgio Guerra; Jonas Pinheiro; Demóstenes Torres; Heráclito Fortes; Reginaldo Duarte; Alvaro Dias; Leonel Pavan; Edison Lobão; Roseana Sarney; Rodolpho Tourinho; Ramez Tebet; Pedro Simon; Leomar Quintanilha; Gerson Camata; Maguito Vilela; Hélio Costa; Amir Lando; Mão Santa; Valdir Raupp; Flávio Arns; Aelton Freitas; Sibá Machado; Ana Júlia Carepa.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Nezinho Alencar; Serys Slhessarenko; Delcídio Amaral; Magno Malta; Sérgio Zambiasi; Marcelo Crivella; Osmar Dias, voto conhecido; Flexa Ribeiro, V. Exª vota “sim” também ao projeto relatado pelo Senador Osmar Dias; Juvêncio da Fonseca.

O projeto está aprovado, com nove votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção.

A Comissão aprovou o projeto nos termos do substitutivo apresentado pelo Senador Osmar Dias. Fica, então, prejudicado o projeto, de acordo com o art. 300, inciso XVI, do Regimento Interno do Senado Federal.

Conforme o art. 282 do Regimento Interno, a matéria será submetida à apreciação desta Comissão na próxima reunião, em turno suplementar, haja vista a aprovação do substitutivo integral.

Passamos ao item 6 da pauta, em função da inversão de pauta solicitada.

Item 6:

Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1999 (não terminativo), que “acrescenta um inciso XI ao art. 649 da Lei nº 5.869/73 – CPC, dispondo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas”.

Autor: Senador Pedro Simon

Relator : Senador Gerson Camata

Com a palavra o Relator, Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o relatório está na mesa de todos nós, vou apenas resumi-lo.

Trata-se de um projeto muito importante, de autoria do Senador Pedro Simon, como, aliás, quase todos de sua lavra.

S. Exª torna impenhoráveis as máquinas e equipamentos agrícolas, o que é substancial e importante, porque é o instrumento de trabalho por meio do qual o agricultor prepara a terra, planta e colhe, e sem o qual ele não teria condições de se manter.

Na Comissão de Justiça, foram introduzidas duas modificações. A primeira exclui da impenhorabilidade os bens pertencentes a pessoa jurídica, o que é normal em Direito, porque esse instituto visa a proteger

a pessoa natural no exercício da sua profissão e não as pessoas jurídicas.

A outra exclusão da regra são as máquinas, equipamentos e implementos agrícolas que tenham sido dados em garantia de operações de crédito ou que respondam por dívida de natureza alimentar ou trabalhista, que têm preferência sobre qualquer outro direito, porque tratam de pensão alimentícia ou de pensão alimentar.

Com essas modificações, sou favorável e peço o voto dos companheiros ao projeto de autoria do Senador Pedro Simon.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – O relatório conclui pela aprovação, nos termos da Emenda nº 1 da CCJ, Substitutivo.

Passamos à discussão do projeto.

Com a palavra, o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Para cumprimentar o Relator, Senador Gerson Camata, pelo relatório objetivo que fez de um projeto de extrema importância do Senador Pedro Simon. O Senador Pedro Simon faz um projeto que resguarda para o produtor aquilo que já era direito de outros segmentos.

Quando o produtor não consegue pagar sua dívida e tem retirado seu equipamento de trabalho, que é o trator, ou o equipamento que o trator utiliza, ele não vai poder continuar na sua atividade, e aí é que ele nunca mais vai pagar a dívida mesmo, porque não vai conseguir produzir, fazer receita, trabalhar.

O Senador Pedro Simon faz um projeto – vou repetir agora o que o Senador Gerson Camata falou – que parece uma coisa simples, mas que é de um significado enorme para milhares de pessoas, principalmente agora. Imagino o que acontecerá com os produtores de arroz, de trigo e de algodão. Não falamos aqui hoje, mas o algodão também está com um problema sério. Produtores que perderam soja na estiagem e não conseguem pagar a dívida de repente têm o seu trator penhorado, retirado, e ele não vai conseguir continuar na sua atividade.

Então, esse projeto vem num momento muito oportuno. Seria muito bom se aprovássemos aqui... Ele é terminativo ou não, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Não.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Não? Seria bom se aprovássemos aqui a urgência para esse projeto, porque eu o considero urgente. Esse, sim, mereceria uma medida provisória, mas o Governo não a fará. O Senador Pedro Simon, entretanto, já tomou a iniciativa de apresentar um belo projeto.

Parabéns, Senador Pedro Simon!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR)

– Está em discussão. (Pausa.)

Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu só agradeço as palavras do Relator e do nobre Senador Osmar Dias.

Realmente, é um projeto que vem atender aos interesses dos produtores. Era incompreensível que eles, justamente quando estão vivendo dramas difíceis, tenham seu tratores retirados para pagar suas dívidas. Como diz o Senador Osmar Dias, aí mesmo é que não conseguirão pagar nunca mais.

Fico feliz com a aprovação do projeto, o Relator o aperfeiçoou muito.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Muito obrigado. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR)

– Continua em discussão. (Pausa.)

Com a palavra, a Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Obrigada, Sr. Presidente. Só quero parabenizar o Senador e o Relator, porque S. Exª fez aperfeiçoamentos, com o cuidado de estabelecer exceções, por conta daquilo que é financiado, para não encarecer, inclusive, o custo do financiamento.

O Senador Pedro Simon teve essa idéia pois, apesar de já existir jurisprudência criada no STJ no que se refere ao trator, ainda existe resistência da Justiça de aplicar essa impenhorabilidade na atividade rural. Portanto, há certas questões que, mesmo existindo como um ato normativo, precisam transformar-se em lei. Parece um projeto de minha autoria com relação ao trabalho escravo, que torna legal a lista, a chamada lista suja. Então, acho que se deve transformar isso em lei. Certas questões precisam ser transformadas em lei para serem respeitadas e se tornarem um incentivo para a agricultura.

Queria apenas fazer este registro. Acho até que seria incorreto o Governo fazer uma medida provisória, pois essa seria uma tentativa de roubar a idéia do Senador, que é desde 1999. Creio que está correto fazermos desta forma, aprovarmos o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Exatamente.

Concedo a palavra, para discutir, à Senador Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, as minhas palavras são para agradecer ao autor do projeto, Senador Pedro Simon, e cumprimentar S. Exª, que, mais uma vez, dá uma demonstração da sua sensibilidade e do seu comprometimento com a agricultura brasileira. Cumprimento também o Relator.

Os méritos do projeto já foram aqui destacados pelo Senador Pedro Simon e pelo Senador Osmar Dias.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho para discutir.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, também quero cumprimentar o Senador Pedro Simon pela oportunidade e pela propriedade do projeto.

Quando verificamos hoje tantos tratores na Esplanada dos Ministérios, temos a dimensão muito clara de todos os problemas por que estamos passando e ainda passaremos. O agricultor precisa dessa proteção.

Quero dar parabéns ao Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro para discutir.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, quero somar-me a todos os Senadores que já cumprimentaram o Senador Pedro Simon, que é uma unanimidade nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Apoiado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – É uma coincidência, Senador Pedro Simon, que o projeto de V. Ex^a esteja sendo aprovado hoje, no momento em que os produtores rurais fazem esse movimento na Esplanada dos Ministérios, no Planalto, e trazem dois mil, três mil tratores para a manifestação, haja vista a conjuntura atual por que passa a crise dos produtores rurais. A Comissão aprova, em muito boa hora, o projeto de V. Ex^a.

Quero associar-me a mais uma idéia brilhante do Senador Pedro Simon e cumprimentar, pela Relatoria, o Senador Gerson Camata.

Eram essas as minhas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

A pedido do Senador Rodolpho Tourinho, passaremos ao item 8 da pauta.

Item 8:

Projeto de Lei do Senado nº 127, de 2003, (não-terminativo), que “cria o Fundo de Aval ao Setor Cacaueiro e dá outras providências”.

Autor: Senador César Borges

Relator : Senador Rodolpho Tourinho

Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, essa proposição, de autoria do Senador

César Borges, está nesta Comissão em caráter não-terminativo e propõe a criação do Fundo de Aval ao Setor Cacaueiro.

A proposição autoriza a constituição desse Fundo de Aval, que tem por finalidade garantir parte dos riscos dos financiamentos concedidos a pequenos e médios cacaucultores por instituições financeiras oficiais federais diretamente ou por intermédio de outras instituições financeiras.

O Fundo teria uma natureza contábil, vinculado ao Ministério da Agricultura e gerido pelo Banco do Nordeste do Brasil. Há uma descrição das receitas do Fundo, que é dotação prevista no OGU, cobrança de comissão de aval e remuneração das disponibilidades pelo gestor do Fundo.

Entendemos, tanto o Senador César Borges quanto eu, pensando na Bahia, que um dos principais problemas desse setor está na dificuldade de apresentar garantias ao financiamento rural, o que muitas vezes impossibilita o acesso ao crédito.

Quanto à técnica legislativa do projeto, a proposição está perfeita.

Em relação ao mérito, a proposição em estudo chega para deliberação, entendo, num momento muito oportuno. A cacaucultura brasileira passou, na última década, pela maior crise de sua história. Em 1989, surgiu na Bahia o primeiro foco da vassoura-de-bruxa, doença que ataca o cacaueiro e destrói os frutos. Paralelamente, iniciou-se um longo período de depressão dos preços internacionais do cacau. Para se ter uma idéia do tamanho da crise, a produção de cacau na Bahia caiu de 300 mil toneladas na safra 90/91 para 127 mil na safra 2001 a 2002, quase um terço. O Brasil passou de sua posição histórica de segundo maior produtor mundial para importador de cacau. Naquele momento, parecia que a produção de cacau na Bahia estava condenada ao colapso. Entretanto, a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), com o apoio dos Governos Estadual e Federal, dedicou esforços à pesquisa de variedades resistentes à vassoura-de-bruxa. Foi desenvolvida a técnica da enxertia, pela qual as plantas suscetíveis à doença são substituídas por variedades clonais resistentes. Evidentemente, esse é um processo ainda não testado em todas as suas formas, mas se apresenta ainda agora como uma solução.

Atualmente, a cacaucultura baiana passa por uma fase de reestruturação. A guerra contra a vassoura-de-bruxa tem que ser continuada, está sendo vencida, e a cotação do produto no mercado internacional tem sofrido algum processo de recuperação. Entretanto – volto ao assunto principal –, a dificuldade na obtenção de crédito permanece sendo um dos grandes entraves para o desenvolvimento do setor. Por suas características agrônômicas e graças ao recente histórico da vassoura-de-bruxa, a produção de cacau é considerada uma atividade de risco. Essa percepção

faz com que os bancos sejam reticentes, ou resistentes mesmo, em oferecer crédito ao agricultor.

Nesse contexto, a criação do Fundo de Aval para a recuperação da lavoura cacauzeira, objeto desta proposição, atua no sentido de resolver o problema da falta de garantia.

Não foram feitas emendas nesta Comissão, tendo sido apresentada na CAE, onde o projeto tramitava, uma emenda da Senadora Ana Júlia Carepa que, se for feita aqui também, o Relator acatará, como acataria na CAE, no sentido de não se restringir só à Bahia isso, mas também ao Pará.

É o meu voto, e sou favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR)

– O relatório do Senador Rodolpho Tourinho conclui pela aprovação do projeto de lei, com a emenda que apresenta.

Está em discussão a matéria.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Em primeiro lugar, passo a palavra ao Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – O problema que a Senadora Ana Júlia Carepa muito sabiamente quer colocar é exatamente que seja uma lei para o Brasil todo.

A Bahia é o maior produtor de cacau do Brasil, mas o Espírito Santo era, até pouco tempo, o segundo. Hoje, é o terceiro, porque Rondônia passou na frente, embora produza um percentual muito pequeno da safra nacional de cacau.

Um outro problema que temos, capixabas, baianos e paraenses, de colocar é o problema do uso do cacau. Temos que dizer o que é chocolate, quantos por cento de cacau tem que ter o produto chamado chocolate. Hoje existem chocolates no mercado que não têm cacau. São feitos de gordura hidrogenada, inclusive de origem animal. Portanto, temos que definir o que é chocolate. Seria como dizer que vinho não precisa ter uva. Então, temos hoje chocolates que não têm cacau. Daí a queda impressionante do preço do cacau no mercado internacional, que está-se recuperando um pouco agora, porque alguns países já regulamentaram o que é chocolate. O Brasil, que sempre foi um grande produtor e agora é importador, como acaba de dizer o nosso Relator, precisa definir o que é chocolate dentro até desse sistema de legislar.

Cumprimento o autor e o Relator pela iniciativa, e a Senadora Ana Júlia Carepa pela antecipação dessa emenda tão importante que a transforma em lei nacional.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR)

– Muito bem!

Para discutir, a Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sr. Presidente, eu até já havia conversado com o Senador Tourinho e sei que S. Exª acata a nossa emenda. Só que há algumas outras questões no projeto que também precisamos adequar. Inclusive, quando se cria um fundo de aval, é necessário adequá-lo à Lei de Responsabilidade Fiscal, o que o projeto não prevê.

Para que não aprovemos uma lei que depois vá se contrapor a uma outra legislação, eu acho melhor adequar essa lei. Disse para o Senador Tourinho que, em relação a esse caso, alguns Ministérios têm uma posição contrária, inclusive o da Agricultura, mas eu particularmente tenho interesse nesse projeto. Fiz uma emenda na CAE e farei novamente aqui, estendendo para outras regiões do País, porque considero importante.

Mas não queremos fazer uma lei que se contraponha a outras. Acho que fazer isso faz com que ela acabe se tornando “letra morta”, como se diz. Por isso, para que possamos ter realmente isso como garantia, estou pedindo vista desse projeto para aperfeiçoá-lo e torná-lo adequado à legislação, inclusive à Lei de Responsabilidade Fiscal, por se tratar de fundo de aval.

Não é uma questão, como falou o Senador Gerson Camata – e acho que S. Exª tem razão –, em outro momento, sobre a questão da quantidade. E quero só lhe dizer que temos já o “cupulate”, que é um chocolate que não é de cacau, mas é de cupuaçu, e é muito gostoso.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Mas o nome é “cupulate” e não chocolate.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Pois é.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – V. Exª está pedindo vista do projeto de lei pelos motivos que mencionou, no sentido do seu aperfeiçoamento e de reflexão sobre o conflito com outras legislações.

A vista está concedida a V. Exª.

Nós temos aqui o item 5 da pauta, de autoria do Senador Odacir Soares, o único não apreciado na reunião de hoje, cujo Relator é o Senador Leomar Quintanilha.

Como o Relator não está presente e o assunto merece um debate maior, vamos deixar a apreciação da matéria para a próxima reunião da Comissão de Agricultura, pois S. Exª certamente já se debruçou sobre o estudo desse projeto de lei.

Agradeço a presença dos Srs. Senadores e das Srs. Senadoras.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h23min.)

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,50
Porte avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 266 PÁGINAS